DO MESMO AUCTOR

O Commercio e a Navegação na Historia: Os Tempos Antigos.

NO PRÉLO

O Commercio e a Navegação na Historia: Os Tempos Medievos (2.ª parte).

D'esta edição imprimiram-se dez exemplares em papel especial.

O COMMERCIO

E A

NAVEGAÇÃO

NA

HISTORIA

POR

Alberto Conrado

Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro
e Consul Geral
da Republica dos Estados Unidos do Brasil

VOLUME II

PORTO

TYPOGRAPHIA PROGRESSO de Domingos Augusto da Silva
Rua Nova de S. Domingos, 91

1911

O COMMERCIO E A NAVEGAÇÃO

NA

HISTORIA

OS TEMPOS MEDIEVOS

CAPITULO I

Os Barbaros

Origem dos povos germanos. — Invasão da Germania pelos romanos. — Os barbaros e a sua influencia na constituição da nova sociedade. — Papel preponderante do Christianismo. — Os francos e a sua acção no resurgimento latino. — Administração de Theodorico; Carlos Magno e o seu seculo; commercio, agricultura e legislação. — Influxo dos judeus na vida financeira e commercial. — Feiras; Systema de pesos e medidas; Impostos, Moedas etc.

Em territorios situados além do Rheno, do Danubio e do Vistula viviam tribus de raça aryana, segundo se suppõe, emigradas outr'ora do Oriente e que ahi permaneciam num estado barbaro. Entregavam-se á pesca, á caça e á guerra, algo tambem a certa industria rudimentar e a um commercio de artigos de primeira necessidade. A taes povos dava Roma o nome de *Germanos* [1].

---

[1] A proposito d'este appellativo gentilico diz o auctor da *Germania* que o nome «de Germanos seria novo e adoptado havia pouco pelos primeiros que passaram o Rheno e expulsaram os Gaulezes; são os Tungros actuaes que, então, tomaram o nome de germanos; este nome, imaginado pelo vencedor afim de intimidar, era o de uma tribu e não o de uma nação; mas elle não tardou em prevalecer insensivelmente, a ponto tal que elles todos se chamaram Germanos». Tacito - *Germania.*

As primeiras noticias que d'elles colhera o povo romano chegaram-lhe sob a fórma lendaria, o que lhe fazia crer habitarem nessas encantadas paragens fadas e deuses que puniam com a morte a quem ousasse profanar o seu retiro. A' medida, porém, que as expedições guerreiras ou commerciaes se foram amiudando para aquella parte da Europa, os terrores, que a ignorancia originava, modificaram-se pouco e pouco, até que a Germania se tornou mais conhecida, principalmente a leste e ao centro.

Ao começo, os romanos encararam com certo desprezo esses barbaros installados na vizinhança dos territorios sob o seu dominio, mas depois mudaram de opinião e, apreciando-os com mais justo valor, presentiram quanto elles poderiam vir a ser prejudiciaes á grandeza e á prosperidade do imperio do Occidente, se não conseguissem domal-os. Roma prepara então a conquista da Germania: á frente de hostes aguerridas, Julio Cesar passa duas vezes o Rheno, e o intrepido Druso vae até ás margens do Elba. As batalhas foram rudes para os contendores, perdendo a vida em uma d'ellas o segundo dos generaes romanos que vimos de citar. A campanha não deu todavia os grandes resultados a que aspiravam os latinos. Do Rheno ao Danubio, as legiões romanas extendem uma linha de fortificações, e na

Gallia belga, á margem occidental do primeiro d'esses rios, traçam em duas estreitas faixas de terra os limites da Germania superior e inferior [1]. «E assim — diz Geffroy — tiveram, em vez da immensa região que suppozeram conquistar, duas novas pseudo-provincias, tomadas na realidade, quasi que totalmente, em anterior dominio do imperio, salvo em alguns pontos da riba oriental do rio» [2].

O desastre de Varo, que a perfidia de Arminio, o campeão da independencia da Germania, tão astutamente soubera preparar, e uma serie de luctas — nas quaes, se os romanos, devido á sua tactica e disciplina, tiveram, por vezes, a ultima palavra, em outras occasiões foram vencidos — provaram o alto valor d'aquelles a quem o povo-rei julgara com demasiada facilidade poder dominar completamente, e que, ao contrario, o Destino fadara para destruir a

---

1 A Germania — diz Tacito — tomada em seu conjuncto é separada das Gallias, da Rhecia e da Pannonia pelo Rheno e Danubio, dos dacios e sarmatos pelo mutuo temor ou pelas montanhas. Sobre os outros pontos, ella é margeada pelo Oceano, que abrange costas vastas e immensas ilhas nas quaes a guerra nos deu a conhecer algumas nações e alguns reis. O Rheno precipita-se do cume inaccessivel dos Alpes rhecios, cae, após um curto rodeio para o occidente, no Oceano septentrional. O Danubio desce de alturas menos elevadas e da vertente mais suave do monte Abnoba, percorre mais paizes e, finalmente, lança-se no Ponto Euxino por seis emboccaduras: a setima perde-se em brejos.

2 Geffroy — *Rome et les Barbares.*

unidade do imperio e ser o nucleo das pujantes nacionalidades que, no futuro, haviam de brilhar em uma civilização nova e admiravel de progresso. Tacito, o clarividente historiador e analysta da *Germania*, que, acompanhando a opinião corrente, começara tambem por desprezar essas populações nobres e altivas, dizendo: «Enviemos vinho a esses povos; favoreçamos seu gosto pela embriaguez, e assim os venceremos mais facilmente do que pelas armas», inquietava-se tempos depois, quando reconheceu as difficuldades de Roma para as subjugar, e, estudando-as melhor, não só chega a respeital-as como, até, as admira. Apezar de ferido em seu patriotismo, ao comparar os costumes romanos aos d'ellas, exclama: «Lá ninguem zomba dos vicios; corromper e deixar-se corromper não se chama acompanhar o seculo... Os bons costumes teem alli mais imperio do que algures as boas leis».

No intervallo d'essas luctas entre germanos e romanos, algumas relações commerciaes se entabolaram entre as populações fronteiriças. Tacito affirma que os marcomanos e os hermunduros gosavam do *jus commercii* com o Imperio. No territorio dos primeiros estabeleceram-se muitos mercantes romanos, que alli encontravam um campo magnifico para excellentes negocios; quanto aos segundos fora-lhes concedida licença para commerciarem, não só

nas margens do Danubio como, tambem, na provincia Rheciana.

Roma fez varias convenções mercantis com os barbaros, reservando-lhes certos mercados proximos da fronteira, dependentes da vigilancia dos centuriões; indicavam-se os productos naturaes ou fabricados cuja sahida era interdicta e os que constituiam monopolio [1].

A' Germania, Roma ia comprar o canhamo e as madeiras do Taurus que os arsenaes maritimos da ilha dos batavos utilizavam; alli tambem se surtia ás vezes de trigo, gado, pelles e, sobretudo, de um certo numero de substancias alimentares que eram tidas em grande favor na metropole [2].

Entre as matronas romanas eram muito apreciadas, para tingir os cabellos, as pomadas feitas no paiz dos mattiacos [3].

Na importante colonia de Samulocena (actual Sulchen, no Wurtemberg) havia uma fabrica de mantos para a guerra, e em Augsburgo, uma de purpura.

---

1 Geffroy — *Obra citada.*

Julio Cesar, cujas campanhas na Gallia lhe tinham permittido passar o Rheno, diz que os germanos cultivavam pouco a terra, alimentavam-se principalmente de queijo, leite e caça, vestiam-se com pelles de animaes e não consentiam que os mercantes extrangeiros entrassem em relações senão para a venda do que tinham tomado na guerra. (*Commentarios*).

2 Plinio — *Historia Natural.*

3 Marcial — *Epigrammas.*

As minas e as jazidas de Siebengebirge e de Ahnoba eram exploradas pelos romanos [1]. Os germanos, por sua vez, importavam os artefactos da industria occidental, os estófos, os utensilios e as armas.

O Mercurio dos mercados, *Mercurius mundinator*—diz Geffroy—presidia a essas permutas mercantis; em torno d'elle reunia-se—as inscripções affirmam-no—a multidão das divindades extrangeiras, asiaticas, egypcias, celticas, romanas ou gregas, a tal ponto se haviam tornado essas fronteiras do Imperio o centro de uma vida activa, o logar de reunião de todas as nacionalidades.

Os barbaros não tinham cidades como os romanos, elles amavam a vida dos campos, cheia de liberdade, de poesia e de imprevistos encantos [2]. Durante muito tempo ignoraram a propriedade territorial, porquanto sendo então semi-nomadas não se fixavam no solo por largo prazo. As suas casas eram de madeira e espalhavam-se pela região; em cada uma

---

1 Tacito — *Annaes*.

2 Segundo Tacito, os Germanos consideravam as cidades como verdadeiras prisões para escravos; elles não queriam mesmo que as casas fossem contiguas.

Diz Levasseur que os germanos se reuniam em confrarias chamadas *ghildas* com o fim de dar protecção ás pessoas e bens de seus associados. Taes aggremiações, no seculo IV, não tinham ainda caracter commercial (E. Levasseur—*Histoire des Classes Ouvrières*).

d'ellas residia uma familia que possuia um terreno em torno do domicilio. As differentes habitações formavam aldeias e estas, quando situadas no mesmo territorio, constituiam um povo, pertencendo á communidade as pastagens e os rios circumvizinhos. Se o numero de habitantes se tornava excessivo e que a terra em que moravam não bastava para os alimentar, então, parte da população, e muitas vezes toda ella, emigrava em busca de novos penates; todavia, nem sempre era essa a causa do abandono do territorio: as guerras com os outros povos barbaros tambem contribuiam para isso, apoderando-se o mais forte do que pertencia ao mais fraco e expulsando-o de seus dominios.

No cantão principal os homens reuniam-se habitualmente em assembléa para decidirem da paz ou da guerra, das allianças, das questões geraes e dos assumptos judiciarios. Segundo Tacito, parece que essas reuniões não excediam a duas annualmente, uma preparatoria, á qual assistia um certo numero de individuos livres, e outra, mais solemne, com a presença de todos os cidadãos que, sem excepção, tinham o direito de voto e que ahi se apresentavam armados. Um dos notaveis da tribu tomava a palavra, expunha o assumpto que se devia tratar e fazia a proposta; os circumstantes a quem cabiam as resoluções defi-

nitivas, approvavam batendo em suas armas, ou negavam seu assentimento por meio de murmurios. Por essa occasião o joven barbaro recebia a espada, o escudo e a investidura das funcções de cidadão [1].

Em cada povo havia homens que se dedicavam exclusivamente á guerra e viviam em bandos guiados por aquelle que provava mais prestigio e valor. Esse chefe, que contava com a extrema dedicação de seus comités, preparava a miudo expedições guerreiras para satisfacção de suas ambições e, tambem, para manter e occupar seus soldados. Muitos d'esses bandos offereceram auxilio aos romanos e com elles combateram outros barbaros.

No terceiro seculo antes de J. C., as differentes tribus da Germania, exgottadas por continuas luctas, juntam-se, formando tres grupos confederados: os allamanes, situados no cotovello formado pelo Rheno e Danubio; os francos, no curso inferior do Rheno, e os saxões, ao longo da costa do mar do Norte. Cada um dos pequenos bandos que entravam nessas grandes confederações era commandado por um guerreiro que se decorava com o titulo de rei e habitualmente pelejava por interesse pessoal [2].

---

[1] Geffroy — *Obra citada.*

[2] Seignobos — *Histoire de la Civilisation au moyen âge.*

Roma, minada pela corrupção, sem agricultura e sem industria, obrigada a sustentar um exercito para guarda e defeza de suas possessões; tendo apenas um commercio de importação que drenava do Oriente o ouro que suas conquistas lhe tinham fornecido; com a propriedade asphyxiada por gravosos impostos, apoiada no trabalho servil, vendo suas provincias despovoarem-se e o Imperio cambaleante,—Roma tomou a resolução de pedir aos barbaros soldados e trabalhadores e isto apressou a sua decadencia e dissolução.

A principio, os germanos appareceram em pequenos bandos, o que não era perigoso; mais tarde, porém, os grupos avolumaram-se, quer, incorporando-se ao Imperio na qualidade de vencidos para constituirem a classe dos colonos *(dediticii)*, quer na de alliados *(fœderati socii)*, quer, finalmente, na de *læti* ou soldados de fronteiras.

Os colonos, na sua condição de submettidos, sujeitavam-se a todas as imposições dos romanos, que, socialmente, os consideravam como o meio termo entre o homem livre e o escravo, emquanto não pretendessem deixar a propriedade em que trabalhavam. Se, entretanto, tinham a velleidade de querer abandonal-a, passavam á situação de escravos. Os agricultores pertenciam á terra; só podiam ser vendidos com ella. Quando esta se dividia entre diver-

sos donos, aquelles eram distribuidos de modo que os membros da mesma familia não ficassem separados. O estado utilizava-os para laborarem os dominios fiscaes, sobretudo os incultos [1].

Quanto aos *fœderati*, se alguns não obtinham terras, á maior parte eram concedidas e nellas se estabeleciam com suas familias, conservando, entre os subditos romanos, seu idioma, seus costumes, suas armas e mesmo seu chefe. Como alliados desfructavam dos direitos de *commercium* e de *connubium* e não pagavam impostos, nem capitação, nem taxa immobiliaria.

Os letas, que formavam a terceira categoria dos barbaros domiciliados no Imperio, haviam sido aggregados aos veteranos que guardavam e cultivavam as provincias que o Rheno e o Danubio limitavam, e tinham obrigação de manter em estado de defeza as fortificações, impedir que emprezas guerreiras transpuzessem a fronteira e dedicar-se a trabalhos agricolas. As terras que lhes davam constituiam sua propriedade e transmittiam-na a seus filhos ou a outros letas, mas só a esses. Não pagavam impostos como os *fœderati*; os *prœfecti* sahiam d'entre os chefes de sua nacionalidade; conser-

1 Geffroy — *Obra citada*.

vavam as tradições de seu direito privado e parece terem gosado do direito de *connubium* [1].

Assim, os barbaros introduziram-se no Imperio a chamado dos proprios romanos, cuja energia enfraquecida não podia mais oppôr seria resistencia a esse elemento vigoroso, altivo e audaz, que fatalmente havia de absorvel-os e conquistar seus dominios. Os primeiros ingressos hostis constituiram verdadeiras infiltrações de raças novas em um povo anemiado e doentio. Pouco e pouco essa tenue corrente foi crescendo e transbordando na grande vastidão do imperio ondas de população, que tomaram no V seculo o caracter de verdadeira calamidade. Impellidos por tribus que vinham da Mongolia, os slavos e os germanos chegavam á fronteira, pedindo, ao começo, um refugio, depois, ameaçando e obtendo pela força o que desejavam, se não eram attendidos [2].

---

[1] Diz Geffroy que as opiniões divergem sobre a origem e o sentido da palavra *læti* e que ella é provavelmente a fórma latina de uma palavra germanica *lid* ou *led*, significando tropas auxiliares. E que a *Notitia dignitatum* junta a esse termo o nome de povos gaulezes, mas que não é menos certo que essas guarnições eram puramente germanicas, e taes palavras designam sómente em que regiões da Gallia essas tropas estavam acantonadas.

[2] O facto essencial e caracteristico da invasão dos barbaros, escreve Blanqui, foi o de terem passado da situação de vencidos e vagabundos ao estado de proprietarios. A maneira como faziam a distribuição do territorio conquistado, segundo seus costumes nativos, trouxe modificações profundas no systema da propriedade sem melhorar notavelmente a sorte dos cultivadores. (Blanqui—*Histoire de l'Economie Politique*).

Pouco antes da grande invasão de 406, o bispo Synesio, em seu *Discurso sobre a realeza*, dirigindo-se ao imperador do Oriente, dizia: «A guarda da patria e das leis pertence aos que teem interesse em defendel-as. São os cães de que fala Platão, predestinados á vigia do rebanho. Se o pastor mescla lobos a seus cães ainda que os tome em tenra edade e procure domestical-os, está perdido! Desde que os lobinhos conhecerem a fraqueza ou a cobardia dos cães, os estrangularão e com elles o pastor e o rebanho... Quando se imagina o que póde emprehender, em um momento de perigo, uma mocidade extrangeira, numerosa, formada por leis diversas das nossas, tendo outras idéas, outros costumes, é preciso ter perdido toda a previdencia para não tremer. A pedra de Sisypho está suspensa por um fio sobre nossas cabeças. Que a menor esperança de successo se lhes apresente, veremos que pensamentos alimentam em segredo os nossos actuaes defensores... Os barbaros são tudo, que os afastem de toda a parte! Que as magistraturas lhes sejam fechadas, e, sobretudo, a dignidade senatorial, esse cumulo de honrarias romanas... Oh! não ha uma só de nossas familias que não tenha um godo ao seu serviço! Em nossas cidades, são godos o pedreiro, o aguadeiro, o ganhão...»

Esse grito de patriota alarmado pelo que

via, e presentindo a desgraça prestes a cahir sobre a patria amada já não podia ser ouvido. Aterrados os romanos, fugiam das vizinhanças da Germania, deixando suas propriedades ao abandono, o trabalho paralysado, tudo deserto. A Hespanha, a Gallia, a Italia, todas as suas provincias occidentaes tinham o solo inculto por falta de braços; as cidades romanas desappareciam. Na bacia do Danubio imperavam os slavos e os germanos; os francos, na Belgica.

Durou seculos essa invasão de barbaros, que foram assentando arraiaes em differentes pontos, animados pela fraqueza dos antigos possuidores d'essas terras. Os wisigodos estabeleceram-se nas duas vertentes dos Pyreneus; os francos e os burgundos, na Gallia; os ostrogodos e, em seguida, os lombardos, na Italia; na Grã-Bretanha, os anglo-saxões; os vandalos, na Andaluzia e, mais tarde, na Africa, onde, depois do cerco de Hyppona (Bone), reedificaram Carthago.

Quando os barbaros penetraram no Imperio não afagavam planos preconcebidos de conquista. Elles apenas julgavam encontrar alli maior facilidade de vida do que na Germania. De resto, appareceram sempre em bandos pouco numerosos. Os wisigodos, quando transpuzeram o Danubio, eram cerca de duzentos mil; os burgundos, chegados á bacia do Rhodano, não passavam de oitenta mil, e os francos de Clo-

vis, uma legião de guerreiros. Muitos d'esses povos adoptaram sem maiores difficuldades os costumes, a lingua e a religião dos romanos.

Pouco tempo antes das invasões, o commercio para a Germania tomara uma certa actividade. As exportações para aquelle paiz consistiam em vinho, vestimentas, ornatos diversos e ferro, artigo este que Roma prohibia se vendesse aos barbaros e que elles recebiam por contrabando. As importações d'além Rheno que faziam os romanos para as suas provincias constavam de betarrabas, pennas de pato etc.... O escambo interior era alimentado por negocios sobre cavallos e escravos, e concentrava-se nos mercados que se realizavam durante as festas religiosas ou nas assembléas politicas e judiciarias das diversas raças e differentes tribus. A existencia d'essas feiras não parece que deva ser posta em duvida, — diz Huvelin — porque a justiça germanica, sendo toda popular, havia de reunir numerosa assistencia e dar, portanto, occasião aos mercantes para effectuarem suas trocas. Taes mercados e commercio estão, todavia, bem longe de poder competir em prosperidade com os do *orbis romanus* da mesma epocha e remontam apenas ao fim do seculo III [1].

---

[1] P. Huvelin — *Essai Historique sur le Droit des Marchés et des Foires.*

Durante esse periodo turbulento, o commercio poude manter-se, sobretudo nas regiões do sul. Em 533, alguns carthaginezes desembarcados em Cadix ou em Carthagena offerecem suas mercadorias a Theudis, rei dos wisigodos e informam-no de que Belisario conquistara Carthago. Astrologos africanos, segundo Sidonius Appolinarius, exerciam seus talentos em Bordeos. Na Septimania, gregos, judeus e syrios commerceiam, não só como mercadores ambulantes, mas ainda como chefes de entrepostos, commissarios expedidores etc.; outros arrendam a percepção de impostos sobre as exportações e importações de mercadorias [1].

Alguns historiadores, seguindo a opinião do abbade Dubos, não admittem a invasão e a conquista germanica, e affirmam que houve, primeiro infiltração e, depois, fusão, sem que os germanos fizessem sentir novas influencias. Para os escriptores d'essa eschola, a civilização ulterior não foi mais do que a transformação do mundo romano pelo christianismo. Montesquieu e os que adoptaram sua theoria puzeram ao contrario em relevo o facto da invasão e da conquista, advogando o principio de que a sociedade moderna não tem por causa apenas aquelles dois elementos e que é preciso aggre-

1 P. Huvelin — *Obra citada.*

gar-lhes um terceiro resultante da acção dos germanos.

Geffroy, que magistralmente estuda o assumpto, começa por dizer que se a theoria romanista do abbade Dubos fosse a real expressão da verdade, a *Germania* de Tacito teria de ser considerada como documentação de valor nullo, e que repugna crêr que espirito tão elevado prestasse attenção a uma barbaria sem regra e sem futuro e previsse com tanta anciedade que d'ahi surgiriam perigos para a estabilidade e grandeza da sua patria. Esse systema — accrescenta o illustre membro do Instituto — deve conter uma notavel parte de exactidão, mas aquelle que o tomar em todo o seu rigorismo arrisca-se a mutilar a historia das nossas origens, e se é permittido ao critico moderno pôr em duvida a invasão e a conquista germanicas, os contemporaneos d'ella admittiram-nas; portanto, não se póde negar que a nossa civilização accusa traços intimos e profundos, os quaes demonstram que, além do genio romano e do christianismo, o elemento germanico contribuiu para a sua formação [1].

Bella e grandiosa foi a tarefa que tocou ao christianismo na reconstituição da nova sociedade. A religião fundada pelo divino Nazareno,

---

[1] Geffroy — *Obra citada.*

fortificada pela abnegação, martyrio e exemplo das mais sãs virtudes, conquistara o mundo romano fazendo proselytos nos palacios e nas choupanas, nas cidades e nos campos. Papel providencial representaram os bispos durante a invasão, acalmando esses barbaros que, em sua passagem, iam devastando os monumentos que muitos seculos de civilização tinham amontoado, suavisando os costumes dos turbulentos guerreadores, chamando-os ao credo de um Deus de bondade, de justiça e de pureza. Assim, São Leão consegue que Attila poupe Troyes; São Remy, bispo de Reims, casando Clovis com uma princeza catholica, converte-o á nova doutrina, lança as bases da christianissima nação dos francos, e Carlos Magno, coroando-se em Roma em 800, restabelece o imperio do Occidente sob os auspicios da Egreja [1].

A Egreja obtem durante o periodo franco, muitas concessões de mercados e feiras. A principio, esses privilegios referem-se unicamente a direitos fiscaes e que comprehendem, com a licença para estabelecer um mercado, a auctorização para arrecadar em proveito proprio os *toneleus* a perceber no dito mercado

[1] A. Rambaud — *Histoire de la Civilisation Française.*

*

ou ainda a doação dos *tonleus* de um mercado já existente [1].

Era quasi geral o habito que tinham os barbaros, ao tomarem um paiz, de repartir as terras e os valores entre os vencedores e os vencidos, mas cada povo praticava de modo diverso tal divisão. Os wisigodos contentavam-se em tomar para si apenas dois terços dos bens alheios; os primeiros burgundos exigiam metade dos parques e jardins, dois terços das terras aradas, um terço dos escravos e deixavam as florestas para a communidade; outros burgundos que vieram depois, apoderaram-se da metade das terras sem os escravos; os anglo-saxões na Grã-Bretanha e os vandalos na Africa assenhoreavam-se de tudo; quanto aos francos parece que não dividiam as terras, bem que se apropriassem de muitas [2].

É facil, portanto, comprehender quanto soffreram o commercio e a industria durante a invasão, no meio de uma sociedade anarchizada, entre luctas civis e pilhagens. Além d'isso, os costumes simples das populações

---

[1] Huvelin — *Obra citada*.

[2] Cesar Cantu — *Obra citada*.

O fraccionamento do territorio, consequencia fatal da invasão, foi corrigido por uma communhão de instituições e crenças entre os reinos barbaros. A separação foi por conseguinte menos completa entre elles. (Henri Cons — *Histoire du Commerce*).

novas, que desconheciam o gosto do bem-estar e do conforto, e a miseria do elemento antigo exgottado pela rapina dos pretorianos, não eram fontes capazes de alimentar o trabalho industrial e os negocios como nos aureos tempos do Imperio.

O commercio, acompanhando a civilização nessa lucta contra a barbaria, voltou quasi aos processos primitivos. As mulheres, como as da Grecia heroica, teciam e confeccionavam as vestimentas, preparavam o calçado, os utensilios domesticos e muitas vezes mesmo cultivavam a terra; os homens viviam batalhando e saqueando, o que lhes permittia obter tudo quanto lhes podia dar algum goso. Ignoravam as noções do commercio exterior. A separação entre o Occidente e o imperio do Oriente faz-se então quasi por completo. Este, apezar de se ver continuamente ameaçado pelas hordas barbaras, consegue guardar sua independencia. Isolando-se da Europa, volta-se para o Egypto e Asia, que as invasões tinham poupado, e estabelece a sua corrente, drenando para Constantinopla as especiarias da India, os artigos de luxo, os estófos brilhantes, os aromas e as pedras preciosas, tudo quanto Roma outr'ora comprava para a decoração de seus palacios, para perfumar seus aposentos e para realçar a *toilette* de suas patricias. Nessa epocha de profundas trevas,

Constantinopla poude guardar, salvando da destruição, muitos dos thesouros que o genio grego e romano alli amontoara, e foram tão providencialmente poupados que novos jactos de luz se deviam reaccender ao influxo do christianismo para que a obra da civilização continuasse o seu caminho.

Entretanto, alguns d'esses barbaros do Occidente procuraram reagir contra o meio que os cercava, preservando da destruição muitos dos monumentos que os gregos ou os romanos tinham levantado, e buscaram desenvolver o commercio, rodeando-o de protecção e prerogativas. A Italia é um dos principaes pontos em que se tratou de resistir á avalanche da demolição. Theodorico tentou—sem conseguir infelizmente seus bons desejos—essa renascença. Roma e Ravenna mereceram-lhe especial cuidado. As obras primas da antiguidade despertaram-lhe tanto interesse que até nomeou funccionarios para as vigiar. A Symmacho, um romano de cujos talentos se aproveitava, escrevia esse rei ostrogodo: «Como não admirar essas bellas obras, pois que temos a boa fortuna de vel-as? Conservae-as, zelae-as incessantemente. A degradação d'essas maravilhas deve ser um motivo de lucto». Tomando a purpura, o costume romano, a clamyde, o calçado pintado, Theodorico — escreve Baudrillart — adopta tambem a politica dos imperadores a res-

peito do luxo publico, das distribuições ao povo e jogos de circo [1].

Em Ravenna, Pavia, Napoles e principalmente em Verona, que lhe servia de residencia em tempo de paz, aquelle rei ordenou a construcção de sumptuosos palacios, banhos publicos e templos; determinou que annualmente se fornecessem vinte e cinco mil telhas para serem empregadas na conservação dos porticos de Roma, e que os marmores que andavam esparsos por differentes logares se restituissem aos edificios onde primitivamente haviam estado [2]. As rendas das alfandegas de *Lucrin* são despendidas na reparação do theatro de Pompeu, do Forum de Trajano e das Thermas [3].

Este mesmo soberano tentou dividir a influencia e o poder entre os ostrogodos e os italianos habitantes da mesma região, reservando aos primeiros os serviços de policia e defeza do territorio, e encarregando os segundos da cultura das propriedades agricolas, dos trabalhos industriaes e operações mercantis. Cercou-se de conselheiros romanos, taes como Cassiodoro, Boecio e Symmacho, os quaes, com suas luzes, muito concorreram para lhe esclarecer o espirito. Theodorico interessou-se tanto pelo commercio, que melhorou os portos, cuidou da

---

1 Baudrillart — *Histoire du luxe privé et public.*
2 Cesar Cantu — *Obra citada.*
3 Baudrillart — *Obra citada.*

restauração das estradas romanas e providenciou para a segurança das caravanas durante a viagem; nomeou magistrados para decidir as questões suscitadas entre os nacionaes, equiparou as embarcações tanto para transporte das mercadorias como para segurança das costas, e esforçou-se por attrahir os negociantes, fazendo-lhes promessas e concedendo-lhes immunidades e privilegios, taes como o de serem julgados por juizes do seu paiz nos pleitos que, porventura, tivessem. Estando despovoados os campos, esse monarcha, para animar a agricultura, que é uma das bases da prosperidade economica de um paiz, tratou de fazer com que os romanos homiziados na Norica, se dedicassem á vida campestre, proporcionando-lhes facilidade nos meios de vida. Decio saneou as lagoas Pontinas, e Domicio dissecou as de Spoleto. A Italia produziu tal quantidade de cereaes, que os poude vender a baixo preço para consumo interno e exportação. Os seus vinhos eram de um sabor tão exquisito, que Cassiodoro os reputava superiores aos da Grecia. Nessa epocha sessenta moios de trigo custavam um soldo de ouro, e com essa mesma moeda pagavam-se trinta amphoras de vinho [1].

Durante trinta e tres annos, Theodorico

[1] Cesar Cantu — *Obra citada.*

manteve a Italia em paz; comtudo, após o reinado desse homem superior, a Peninsula devia cahir sob o jugo dos lombardos, povo muito inferior aos godos, mais feroz e indisciplinado. Entretanto, mesmo nessa occasião e apezar da decadencia que tal dominio trouxe a essa nação, os mercantes italianos iam levar seus artigos ás feiras de Paris.

Entre os francos, Dagoberto esforçara-se por proteger a industria e o commercio [1]. E' então que apparece esse eximio artista na arte da ourivesaria, Eloi, bispo de Noyon [2].

Dagoberto deu-lhe um dominio nas cercanias de Limoges, onde o prelado fundou um mosteiro, que se celebrizou; mas não foi só tal estabelecimento que lhe mereceu desvelos, e elle animou essa arte em outras localidades.

---

1 Todavia, é certo que não obstante a protecção que Dagoberto dispensou á industria esta desenvolvia-se pouco, e a prova é — diz Rambaud — o custo elevado dos artigos manufacturados comparado com o dos productos agricolas. Assim uma vacca custava um vintem de ouro, emquanto que uma couraça valia doze; um cavallo era mais barato do que seus freios. (A. Rambaud — *Obra citada*).

2 Diz a historia que esse admiravel cultor do bello deveu a protecção real, e, consequentemente, a fortuna, ao seguinte: Clotario, rei franco, extremamente cioso de deslumbrar os seus vassallos com o apparato de sua pessoa, ordenou que lhe fizessem um throno de ouro e pedrarias. Eloi foi designado para executar o trabalho e em vez de um throno apresentou dois ao soberano, tal a quantidade de ouro que lhe tinham dado, provando não só sua habilidade e engenho de artista na perfeita execução da obra, como a sua honradez de homem, aproveitando em duplicar a encommenda com o excesso do material que havia recebido.

Em Paris fez-se esculptura em ouro e prata; Metz cinzelou joias de finissimo lavor; Arras e Lyon especializaram-se entremeando seus estófos de seda com fio de ouro [1].

Em 629, Dagoberto, inicia em Paissel de S. Martin, na planicie de S. Diniz, uma feira annual que se abria em 9 de outubro e durava um mez. A essa feira, conhecida pelo nome de *Indict* ou *Lendit* affluiam mercadorias da Hespanha, da Provença, da Lombardia e da Grã-Bretanha; os vinhos e os azeites do Meio-dia e as pelles do Norte; emquanto ella funccionava era prohibido traficar nas cercanias de Paris, tendo o commerciante d'essas localidades a obrigação de ir a S. Diniz para effectuar negocios [2]. Os mercantes deviam pagar á abbadia de S. Diniz mais de quinze portagens, segundo concessão que lhe fizera o rei: direito de navegação, porto e desembarque, taxas de portagem, direito sobre os ani-

---

1 Baudrillart — *Obra citada.*

No anno 500, menos de um seculo após a grande invasão, Gondebaud, rei dos burgundos, tendo ouvido seus embaixadores falar nos «relogios a agua» de que se serviam os romanos, desejou muito possuir um. Em todo o seu reino, porém, não encontrou um artista capaz de executar tal trabalho e foi obrigado a dirigir-se a Theodorico para conseguir seu designio O soberano mandou-lhe dois d'esses relogios assim como operarios habeis para lhe fabricarem outros e instruir nessa arte os burgundos. (E. Levasseur — *Obra citada*).

2 O Noel — *Obra citada.*

Rambaud diz que faltam provas para assegurar que a feira do Indict (*indictum* ou proclamação) fosse iniciada por Dagoberto.

Landit, lendit, do latim *indictum*, com o artigo agglutinado.

maes de carga e os carros; direito de entrada na cidade e para reparação dos caminhos [1].

Os mosteiros eram centros de grande producção e faziam commercio dos artigos que sobravam do que se consumia em suas confrarias, mandando-os aos mercados, onde um seu proposto *(negociator ecclesiæ)* se encarregava de vendel-os.

Dagoberto, que com afinco buscou sempre embellezar as egrejas, a ponto de fazer da basilica de S. Diniz um prodigio de marmore, ouro e pedrarias, e de mostrar o seu amor pelo catholicismo, forçando judeus e francos a baptizarem-se,—não obteve as boas graças da Egreja, que o considerou como amontoador de thesouros em proveito proprio. Não foi mais feliz a sua obra de protecção á industria e ao commercio, porque a fraqueza de seus successores, os reis ociosos, não a poderam continuar no meio da indisciplina e das ultimas invasões

---

1 Perigot — *Histoire du Commerce de France.*

O acto da fundação da abbadia de S. Diniz insere: «que a gente do Norte e os mercantes de além-mar vindos a França, principalmente ao porto de Rouen e de *Wicus portus* (Etaples ou Quentovich) para comprar os productos do Meio-dia, mel, vinho, garança, seriam isentos de direitos durante tres annos, passados os quaes pagariam aos agentes da abbadia de S. Diniz dois vintens por carrada de mel ou garança que levassem; os mercantes de Rouen, de *Wicus portus*, os saxões, os flamengos, os hollandezes e os negociantes de outras provincias do reino de Dagoberto pagavam só doze dinheiros por carrada — *(Histoire de l'abbaye de St. Dénis).*

da barbaria assim como das luctas a que o feudalismo nascente os obrigava.

Em nome dos ultimos reis merovingios, os mordomos do palacio na Austrasia e, depois, na Neustria governam os francos, tratam de constranger os leudos á obediencia e formar um estado unico. Carlos Martel, para levar a cabo tal intento, associa-se ao papado e por suas victorias em Poitiers e na Provença contra os musulmanos, consegue-o, sendo acclamado salvador da Europa e do christianismo. Seu filho Pepino o Curto inaugura uma nova dynastia de reis francos da qual nasceu um vulto proeminente, que se chamou Carlos Magno e foi o insigne obreiro da regeneração nesse periodo que decorreu da barbaria ao feudalismo. «E o que faz precisamente a grandeza do seu genio —diz Rambaud—é que as grandes cousas que levou a termo as effectuou com meios que não differiam d'aquelles que os merovingios haviam utilizado. Como estes, não teve exercito permanente, nem thesouro e impostos publicos, nem hierarchia de funccionarios, nem vassallos no sentido proprio da palavra. Como elles, teve que contar com a insubordinação dos povos conquistados, com uma oligarchia avida, com os *Campos de maio*, com os privilegios dos bispos. Entretanto, pareceu realizar tão completamente a idéa que fazia de um imperador ou de um rei, que seu nome teve a mesma fortuna

do de Cesar; emquanto que *cesar* se tornou synonymo de imperador, o nome do grande Karl tem sido tomado na accepção de rei na Europa oriental (*korol* em lingua slava significa rei). E' d'elle que os imperadores da Allemanha e os da Austria, que Carlos V e mesmo Napoleão I se consideravam successores e herdeiros» [1].

Como conquistador, Carlos Magno proseguiu sempre um grande fim politico, que era acabar com esses reinos turbulentos e anarchicos e formar na Europa um imperio assaz forte para conter todas essas ambições perturbadoras da organização social. Suas expedições guerreiras foram em numero de cincoenta e quatro, e ellas concorreram para que firmasse sua auctoridade não só em França como, tambem, sobre a maioria dos povos occidentaes. Não era sem razão que Alcuino o celebrava como rei da Europa. O seu dominio estendia-se: ao norte, até o mar septentrional, o Oder e o Baltico; a leste, até ao Theiss, os montes da Bohemia, o Raab e o Adriatico; ao sul, até ao Ebro, o Mediterraneo e Napoles; ao oeste, até o Atlantico. Combatendo os sarracenos, que ameaçavam a França e a Italia, convertendo á fé de Jesus os saxões, e propagando ardente-

[1] A. Rambaud — *Obra citada.*

mente entre os barbaros a pura doutrina, Carlos Magno tornou-se o mais notavel auxiliar e defensor que teve a Egreja nessa epocha de novas sociedades em formação.

Quando o papa Leão III lhe mandou entregar as chaves do tumulo de S. Pedro e o estandarte da Egreja romana, o rei dos francos, já então patricio, delegou a Roma um embaixador encarregado de renovar o tratado que fizera com o summo pontifice Adriano, e de combinar o que parecesse conveniente para confirmar seu patriciado e tornal-o efficaz para proteger a Egreja. «A minha missão—accrescentava—é defender com o auxilio da misericordia divina, a santa Egreja do Christo: no exterior, pelas armas contra o ataque dos pagãos e todo damno da parte dos fieis; no interior, fortalecendo-a pela profissão da fé catholica. A vós cumpre levantar as mãos para Deus como Moysés e auxiliar com orações meu officio de guerreiro».

Tempos depois, sendo Leão III encerrado como prisioneiro em um convento de S. Silvestre, em consequencia de uma conspiração tramada contra elle, Carlos Magno liberta-o, restitue-lhe o throno pontifical, vae a Roma para conhecer as divergencias entre o papa e seus adversarios e convoca um concilio composto de seculares e bispos no qual as queixas são examinadas, e é reconhecida a innocencia do

papa. Durante sua estada em Roma e por occasião da festa do Natal, é que Leão — emquanto Carlos Magno orava deante do tumulo dos apostolos — simulando subita inspiração, lhe põe na cabeça um diadema de ouro, e o povo applaude o acto, consagrando a sua coroação como imperador romano [1]. Era tal a sua grandeza que o proprio Leão III não duvidou, logo após essa cerimonia, prostrar-se deante d'elle, chamando-o Augusto. Ninguem na edade média teve maior somma de poderes do que esse monarcha que procurou restaurar o imperio do Occidente, ao qual o mundo christão obedecia, e com quem os infieis tratavam como chefe dos crentes.

Se Carlos Magno foi notavel como guerreiro, não o foi menos como legislador e organizador na paz. A agricultura, a industria e o commercio mereceram-lhe especial attenção.

No seu reinado, as terras eram cultivadas o melhor possivel, e exigindo que o dizimo fosse pago á Egreja, tinha elle em mente interessal-a na producção do sólo. Na sua celebre Capitular de Willis, elle quer que as florestas sejam cuidadas com intelligencia, que não as desbravem inutilmente, e nellas se mantenham falcões e gaviões. Nos jardins havia uma

---

1 Cesar Cantu — *Obra citada.*

variedade enorme de arvores fructiferas e bellas flores. Certos funccionarios deviam mandar fructas á côrte. Preoccupando-se com a introducção no seu imperio da maior quantidade de plantas alimenticias, elle pensava proporcionar d'este modo aos seus subditos um maior bem-estar. Nessa epocha, os vinhos do Auvergne, de Nimes (mistura de vinho, mel e plantas aromaticas) e de Champagne gosavam de grande reputação.

Carlos Magno possuia varias casas de campo e em cada uma d'ellas mandou organizar estabelecimentos agricolas e industriaes onde trabalhavam em todos os misteres diversos operarios. E' elle quem confirmou os privilegios dos ourives leigos de Paris, reunidos em corporação. Bem que homem de gostos simples, o imperador do Occidente sabïa, entretanto, cercar de fausto a sua côrte; quando a occasião se lhe offerecia para realçar a magestade, apresentava-se com todo o explendor: a cabeça cingida com um diadema acceso em pedrarias, o peito constellado de ouro, o manto que lhe cobria os hombros, enriquecido de bordados.

Foi nesse costume que elle recebeu os emissarios de Harun-al-Raschid, os quaes, ao vel-o, exclamaram: «Até agora temos visto homens de ferro; hoje vemol-os de ouro».

Carlos Magno tinha diversos palacios, mas

a sua residencia predilecta era no de Aix-la-Chapelle. Elle e a sua côrte occupavam ahi os andares superiores, emquanto as galerias inferiores estavam sempre abertas aos pobres, aos soldados e aos viajantes que appareciam em grande numero para se abrigarem e aquecerem ao calor dos fogões constantemente accesos [1]. Era nesse palacio que se davam os pomposos festins reaes onde nada faltava: mesa farta, vinhos generosos, bellas damas luxuosamente vestidas, musicas e danças. A sumptuosidade do mobiliario—diz Baudrillart—testemunhava o gosto intellectual de Carlos Magno. Entre outras cousas havia duas mesas de prata massiça figurando o plano de Roma e o de Constantinopla. e uma terceira de ouro, cuja parte superior estava dividida em tres compartimentos circulares e symbolizava a imagem da terra, de accordo com os conhecimentos de então, o movimento dos astros e dos planetas [2].

Como dissemos em pagina anterior, o commercio durante os primeiros seculos de barbaria viu-se entorpecido pelas invasões d'esses povos irrequietos e indisciplinados. As estradas que os romanos tinham aberto, bellas e numerosas atravez da Europa, tornaram-se imprati-

---

[1] e [2] Baudrillart — *Obra citada.*

caveis. Os mercadores, faltos de segurança, não podiam mais, como outr'ora, viajar isoladamente. Eram obrigados a formar, como no Oriente, caravanas escoltadas por gente armada, o que elevava o preço da mercadoria pelos gastos que a expedição requeria e, portanto, augmentava as difficuldades da venda. O commercio maritimo tambem não escapava á paralysação; as costas da França, como as de Hespanha e Italia foram muitas vezes saqueadas pelos corsarios aos quaes obedeciam os jutas e os normandos.

Nas associações commerciaes da epocha, as regras a que obedeciam os negociantes, que iam de uma cidade a outra, reduziam-se ao compromisso de se defenderem mutuamente e ao de pôr em commum, não só os meios de transporte como o producto da venda de certos generos pertencentes á sociedade. Esses mercantes muitas vezes tornavam-se salteadores e inspiravam terror aos povos que visitavam [1].

Carlos Magno tendo extendido seu imperio, ordenou a reparação das estradas antigas e a abertura de outras. Agentes especiaes vigiavam

---

[1] Nos seculos VIII, IX e X, o officio das armas estava inteiramente ligado ao do commercio. Em 1074, o exercito do imperador Henrique IV compunha-se em grande parte de negociantes. Wisby, no tempo de Henrique II, tinha armado 1:200 mercantes e 6:000 carregadores. Os commerciantes tomavam o titulo de *mercatores* ou *negociatores imperatoris*. (Bruno, citado por Frignet).

e protegiam nas fronteiras o commercio. Os *missi dominici*, enviados imperiaes revestidos de um caracter inviolavel, percorriam quatro vezes por anno a sua legação *(missiotica)*, districto sujeito á sua jurisdicção. Esses funccionarios, em numero de dois para cada provincia, eram escolhidos entre os bispos, abbades, condes e duques, e deviam fiscalizar a administração publica, distribuir a justiça, convocar assembléas para promulgação das leis e regulamentos, e propôr reformas e melhoramentos no interesse da riqueza, progresso e desenvolvimento do povo.

Durante o periodo da edade média, em que o commercio passava por tantas vicissitudes, um novo elemento surgiu que tinha de exercer sobre elle grande influencia, não só nessa epocha como nos tempos subsequentes. A força utilitaria que tão a proposito entrava em acção era o judeu. Ao decahir do imperio romano, os filhos d'essa raça, incessantemente perseguidos, tinham-se estabelecido não só em ambas as margens do Rheno, como na Gallia e na Italia. Neste ultimo paiz, sobretudo na parte sul, entretinham intimas relações com seus correligionarios da Grecia, que se dedicavam á tinturaria, á cultura do verme da seda e á venda de differentes artigos de commercio [1].

[1] Th. Reinach — *Histoire des Juifs.*

*

Quando os barbaros invadiram a Gallia encontraram já os israelitas em todo o sul, na Aquitania, no Auvergne, em Orleans, em Paris e na propria Belgica, exercendo varias profissões e vivendo em boa harmonia com os gallo-romanos.

A paz, todavia, rompeu-se por occasião do dominio merovingio, que os perseguiu mais de uma vez, accusando-os de heresia. Na Hespanha, para onde parece terem ido logo depois da destruição de Jerusalem por Tito, foram, ora apreciados, ora opprimidos pelos wisigodos, e só começaram a respirar quando os musulmanos governaram o paiz.

Não sómente no mundo occidental como no oriental havia judeus, e essa raça infeliz procurava solidarizar-se atravez das distancias na mesma dôr pela patria esphacelada, na mesma esperança de dias melhores. Obrigados a renunciar ao commercio maritimo, empregaram-se em negociar objectos preciosos, no trafico de dinheiro, e tornaram-se intermediarios entre senhores e mercantes, facilitando os negocios. Ao terminar o periodo das invasões, os filhos de Israel representavam um poder notavel. Os principes, os soberanos e os estados recorriam a elles nos momentos de crise financeira, e ao alvorecer do septimo seculo partilhavam com os syrios—diz Depping—o commercio das mercadorias orientaes, que mo-

nopolizavam mesmo inteiramente pouco depois, no momento em que a conquista musulmana arrebatava ao imperio do Oriente, suas possessões do Egypto e da Asia Menor.

Desde que se iniciou o reinado dos Carlovingios, os judeus tornaram-se os intermediarios do escambo, ainda limitado entre o vasto imperio franco e as regiões orientaes. Carlos Magno, com o seu espirito sagaz, comprehendeu toda a vantagem que havia a tirar dos uteis conhecimentos e aptidões commerciaes d'esse povo, e posto que fosse ardente defensor da fé catholica, não o maltratou, antes o protegeu. Foi ao judeu Isaac a quem Carlos Magno encarregou de acompanhar — naturalmente como interprete — a embaixada que nomeou para conseguir de Harun-al-Raschid e dos emires africanos, que Marselha, Arles e Narbonna voltassem a ser os entrepostos das especiarias, dos aromas, das perolas, das pedras preciosas, dos crystaes, dos estófos de seda e de algodão, que os arabes traziam aos portos do Levante, procedentes da China, da India e da Persia. Em troca d'essas importações pedia que aquellas cidades podessem exportar para as terras musulmanas seus trigos, vinhos, azeites, metaes e pannos [1].

---

1 O. Noel — *Obra citada.*

Em Narbonna, com grande desprazer do papado, existia uma rica colonia de judeus, que possuiam terras, cultivavam a vinha e prosperavam no commercio, extremamente privilegiado por Carlos Magno [1]. Os syrios negociavam em Marselha, Bordeos e até em Paris [2].

Sob o grande imperador, a navegação fluvial toma certo desenvolvimento, visto ser a via de communicação mais commoda, mais segura e menos dispendiosa. A navegação era livre e protegida, no Elba, Weser, Rheno, Mosella e Escalda. As cidades multiplicaram-se na Allemanha e na Gallia, formando uma serie de centros mercantis, nos quaes o negociante achava apoio, protecção e correspondentes para poder desenvolver o circulo de suas operações. Metz, Treves, Strasburgo, Spiro, Mayença e Colonia sobre o Mosella e o Rheno; Ingolstadt, Augsburgo, Ratisbona, Passau, Linz, sobre o Danubio; Magdeburgo, Erfurt, Bardowick, Forchheim, Merseburgo, no Elba, foram emporios que mantinham uma certa actividade commercial nesses tempos, sobretudo em pelles e lãs. Para que Mayença gosasse de mais facilidade no escoamento de suas mercadorias, Car-

---

1 Um judeu, por occasião da tomada de Narbonna, salvou a vida a Carlos Magno e este, tornado imperador, não se olvidou de reconhecer o grande serviço que lhe havia feito um dos membros da colonia.

2 Risson e Th. Reinach — *Obras citadas.*

los Magno, projectou ligar o Rheno ao Danubio por meio de um canal, idéa que não realizou mas que, posteriormente, um outro rei, Luiz da Baviera, executou.

Quanto ao commercio maritimo, o grande monarcha carlovingio, não o descurou tambem, mantendo frotas de guerra para a policia dos mares, infestados de piratas que atacavam as naves mercantes no Mediterraneo e nas costas do Oceano.

Os portos do Atlantico, da Mancha e do mar do Norte, sobretudo Nantes e Boulogne, como os de Arles, Marselha e Narbonna poderam ter um certo movimento de prosperidade.

Em Boulogne foi reparada a *Torre da Ordem*, pharol que no reinado de Caligula os romanos tinham levantado á entrada do porto [1]. Em 796, Carlos Magno escrevia ao seu alliado Offa, rei dos anglo-saxões, para assegurar-lhe que daria todo o auxilio em França aos mercantes inglezes, e isso contribuiu para que se effectuasse um certo trafico entre o seu paiz e a Grã-Bretanha. Rouen e Quentovich eram o caminho que aquelles preferiam para fazer suas provi-

---

[1] Do reinado de Carlos Magno e de seus successores data a reorganização das marinhas locaes da Gallia, da Hespanha e da Italia do Norte, onde todo o vestigio da industria maritima desapparecera nos seculos VII e VIII. Os navios eram já melhor construidos e tripulados. (O. Noel — *Obra citada*).

sões. Neste ultimo porto o fisco obtinha extraordinario rendimento [1].

Em differentes logares do seu imperio, creou Carlos Magno diversas feiras; a mais notavel de todas foi, porém, a de Aix-la-Chapelle, ponto de reunião de mercantes que vinham de differentes partes, o que contribuiu poderosamente para que a França encetasse relações com muitos paizes do continente. As Dietas coincidiam com as feiras e concorriam para maior incremento do commercio pela affluencia de gente que a ellas acudia. Áquella levavam os saxões estanho e chumbo; os judeus, quinquilherias e vasos de preço; os slavos, metaes do Norte; os gaulezes, os productos de suas manufacturas; os negociantes das costas da Italia e da Provença, estófos e especiarias de Constantinopla e da Asia; os lombardos e os romanholos, pannos e lãs [2].

O trafico de escravos existia no tempo dos barbaros, mas os que d'elle se occupavam mais especialmente eram os venezianos, que vendiam aos sarracenos homens do Norte e eunuchos.

---

[1] A realeza carlovingia empenhou-se aliás em proteger o mercante extrangeiro, tomando sob o seu *mundium*, ora todos os mercantes de um paiz, ora um mercante ou uma communidade de mercantes. Os protegidos pagavam ao seu protector uma pequena contribuição, mediante a qual tinham o direito de se dirigir, em caso de necessidade, á justiça real. (Huvelin).

[2] Cesar Cantu — *Obra citada.*

Em Ravena houve dois magistrados que chegaram a vender viuvas e orphans. Carlos Magno acabou com essa infamia, prohibindo tal mercado, e ordenando que as suas provincias e o territorio pontificio fossem interdictos aos mercantes venezianos [1].

Carlos Magno pensou em decretar um systema uniforme de pesos e medidas no qual, por exemplo, a *libra* pezasse 409 grammas, o *muid* contivesse 52 litros, e a *milha* medisse 3 kilometros, mas não foi possivel pôr em pratica esse projecto. O seu imperio era por demais vasto e heterogeneo para que o systema fosse acceito em toda a parte [2].

Em suas *Capitulares*, o grande rei franco procurou sempre, por intermedio de regulamentos, instrucções e leis especiaes, organizar e bem administrar seu imperio, não só pelo lado politico, como tambem pelo economico, e, centralizando em suas mãos todas as forças nacionaes, pensava que d'este modo ellas seriam melhor empregadas em prol da civilização [3]. É no seu imperio que certas industrias

---

1 Cesar Cantu — *Obra citada.*

2 Risson — *Obra citada.*

3 As Capitulares e os diplomas de concessão ou confirmação de mercados e feiras são as fontes que nos habilitam — diz Huvelin — a apreciar a interferencia activa da Realeza e da Egreja no movimento commercial. E assim devia ter succedido no reinado do grande monarcha, porque ao seu espirito arguto logo se antolhou a vantagem de semelhante consorcio.

taes como a do ferro e a da fabricação do vidro prosperam, que as fabricas de tecidos fazem a sua apparição, dando actividade a Lyon, Arles e Tours [1].

Os reis carlovingios, sobretudo Carlos Magno, regulamentam o commercio [2]. Prohibem que os mercados estejam abertos de noite afim de tornar mais difficeis as fraudes e mais efficaz a vigilancia, sobretudo quanto ás mercadorias de maior preço, cujo exame é mais delicado [3]. Para que os artigos perdidos ou roubados se encontrassem mais facilmente deram ordem para que não se vendesse cousa alguma a extrangeiros, se estes não fossem conhecidos. Interdictava-se vender mercadorias futuras, isto é, as que estavam apenas em expectativa; taes como o trigo no trigal, o vinho

---

[1] O. Noel — *Obra citada.*

[2] O direito do commercio, tal como a Egreja o concebeu e o poder secular, sob sua influencia religiosa, não repousava sobre uma idéa de liberdade e sim sobre uma idéa de constrangimento e de fiscalização rigorosa. (Huvelin — *Obra citada*).

Diz este mesmo escriptor que a « influencia da Egreja apparece nas numerosas disposições legislativas que prescrevem os mercados e feiras nos domingos e dias de festa religiosa. Entretanto, o commercio entre a feira e a festa era tão essencial que todos os regulamentos não o conseguem destruir ».

[3] Para impedir a exportação de cavallos e armas assim como a venda de escravos aos avaros e dinamarquezes, que ameaçavam as fronteiras, as *Capitulares* carlovingias determinavam que o commercio se devia concentrar em um certo numero de praças stricta e limitadamente designadas, afim de que uma vigilancia das mais activas se exerça sobre o trafico. Os commerciantes não podiam negociar noutra parte. (Huvelin — *Obra citada*).

antes da vindima etc. No interesse economico vedam a exportação dos cereaes em annos estereis, ou fixam para esses productos um preço maximo, que os vendedores não devem ultrapassar senão sujeitando-se a penas graves, no caso de serem descobertos [1].

Nos ultimos tempos do periodo merovingio, o fisco cobrava uma serie de taxas: um imposto chamado *pulvericatus* para o levantamento do pó das estradas; outro, *rotaticus* ou *temonaticus*, taxando a roda de um carro ou a bolea; sobre os animaes de carga ou *saumaticus;* sobre a relva pisada ou *cespitaticus;* sobre a margem do rio costeada ou *ripaticus* [2]. Não era, como vemos, só a mercadoria transportada, que pagava, taxava-se tambem o proprio transporte. Nas referidas *Capitulares* pouco se encontra sobre o systema de impostos, então usado. Parece que a renda do Estado provinha sobretudo da percepção de multas, que eram assás elevadas, e dos arrendamentos dos dominios imperiaes. As diversas contribuições não eram directamente cobradas pelos agentes do rei. A sua percepção arrendava-se aos adjudicatarios, *telonarii.* Diz Fustel de Coulanges, que se ignora quem fazia taes adjudicações

---

1 Huvelin — *Obra citada.*
2 Fustel de Coulanges — *Instituitions politiques.*

e em que intervallos. De suas terras tirava o monarcha grande parte do que necessitava para occorrer ás despezas. Alguns direitos de portagem nos grandes caminhos e em certas pontes proporcionavam-lhe um supplemento de recursos [1]. A monarchia franca tinha conservado um imposto de outra especie, adoptado pelos romanos. Era o de *hospitalitas* ou direito de poisada ás pessoas reaes ou ao seu sequito.

Os barbaros empregavam a moeda como instrumento de troca. Assim os suevos e os primeiros reis wisigodos na Hespanha, os vandalos na Africa, os ostrogodos na Italia, os borgundos e os francos na Gallia cunharam moedas em nome do imperador do Oriente e conforme os typos que alli se usavam. Foi Theodoberto, rei da Austrasia, que, depois da sua victoria sobre os exercitos imperiaes, rompeu com a tradição, substituindo nas moedas o nome do imperador bysantino pelo seu. Em menos de cincoenta annos os outros reis imitaram-no, copiando, todavia, as peças imperiaes [2].

«O fabrico das moedas merovingias — diz A. de Barthelemy, — cujo systema a tal respeito é o mais satisfactorio, fazia-se assim:

---

1 Blanqui — *Obra citada.*
2 Lenormant — *Monnaies et Medailles.*

Quando havia um imposto a cobrar, o *creado do palacio* (principal official das finanças do fisco), acompanhado por um moedeiro, percorria os paizes tributados; elles percebiam em metal o valor pedido, depois, parando quando a collecta era assaz consideravel, o moedeiro convertia o metal em especies na localidade em que se achava, gravando sobre o cunho seu nome e o da cidade ou aldeia, logar da sua residencia provisoria. Não se deve esquecer, entretanto, que nas grandes cidades e nas de certa importancia existiam muito provavelmente moedeiros sedentarios que cunhavam ora para o rei ora para os particulares. Se acontecia, por exemplo, ter uma abbadia precisão de dinheiro, ella fornecia o metal ao moedeiro que inscrevia seu nome, assim como o do mosteiro com a palavra *Racio*. Nos logares, que formavam o dominio do rei, punham *Racio domini* ou *Racio fisci*».

«Para nós é evidente — continúa aquelle escriptor — que nenhum dignitario, nenhuma abbadia ou corporação gosava o direito de cunhar moeda na epocha merovingia; só ao rei pertencia esse privilegio. Nenhum texto o contradiz. Bastava o numero assaz multiplicado dos moedeiros para tornar impossivel toda especie de multiplicação. O exercicio da moedagem estava por tal modo espalhado, que não se podia dar a usurpação do proprio direito.

Os moedeiros eram officiaes publicos, pois que os seus nomes sobre as moedas as garantiam de modo seguro e habitual; fabricavam-nas para o rei, assim como os notarios redigiam actos em nome do soberano».

As moedas merovingias eram: o vintem de ouro *(solidus)*, inferior como peso aos *solidus* constantinianos, e dividido em metade *(samis)* e em terço *(triens)*; depois, seguia-se a *saiga* ou dinheiro de prata, quarenta das quaes valiam um *vintem*. Quanto ás moedas de cobre, suppõem-se que os barbaros não as fabricavam e se utilizavam de pequenos bronzes romanos existentes no imperio desde o reinado de Galliano e dos imperadores da Gallia [1].

Na dieta de Verneuil, em 775, Pepino ordenou que, com uma libra de prata, se cunhasse 22 soldos, um dos quaes era retido para as despezas. Cada soldo de prata devia pezar 279 grammas e $^{3}/_{11}$; cada dinheiro, 23 grammas e $^{3}/_{11}$. Carlos Magno deu á libra de ouro o peso de 408 grammas, mas o verdadeiro padrão monetario foi a libra de prata que elle reduziu a vinte soldos de doze dinheiros cada um, emquanto que, segundo a lei salica, o soldo se compunha de 40 dinheiros. Atten-

---

1 Lenormant — *Obra citada.*

dendo ao titulo, J. B. Say egualou a libra d'então a 72 francos da moeda actual. O preço dos diversos objectos foi fixado por differentes leis e pelo concilio de Francfort. Eis um d'esses documentos:

12 pães de uma libra	1	dinheiro
1 alqueire de trigo.	12	»
6 alqueires ou um boi, escudo ou lança.	2	soldos
30 » » cinco bois, ou um vestido simples	10	»
21 alqueires ou tres bois $1/2$, uma espada e um punhal	7	»
36 alqueires ou seis bois, ou uma couraça	12	»
18 » » tres bois, ou um capacete	6	» [1]

[1] Cesar Cantu, O. Noel — *Obras citadas*.

E a proposito, achamos digno de transcripção o que a respeito do salario dos homens livres — o qual parece ter sido sufficiente para sua manutenção — diz Levasseur: « Elle variou de 1 a 1 $1/2$ dinheiro para os simples operarios. A Capitular de Francfort (794), fixando em 1 dinheiro o preço de 12 pães pesando juntos 9 kilogrammas e $3/4$, bem que a taxa seja talvez um tanto inferior ao valor real, o operario podia comprar com o seu *dinheiro* uma quantidade de pão egual á que hoje lhe custaria 4 francos. Os productos industriaes parecem, em geral, ter tido preço mais elevado do que os agricolas, porque eram precisos 12 hectolitros $1/2$ de trigo (24 *modii* do preço de 6 dinheiros) ou mesmo 19 hectolitros e 8 (38 *modii* do preço de 4 dinheiros) para pagar uma couraça. Os officios ordinarios e faceis como o de padeiro eram pouco remunerados. A Capitular de 794 fixa egualmente em 4 dinheiros o preço de 96 libras de trigo e o de 96 libras de pão. O fabricante não tinha, pois, para pagar esse trabalho e a perda em materia prima, mais do que o ganhado pelo peso de agua que accrescentava. As artes delicadas e difficeis, ao contrario, eram melhor remuneradas: um armeiro, um habil ferreiro recebiam em troca de uma couraça, uma somma que actualmente equivaleria a 250 francos. (E. Levasseur — *Obra citada*).

Carlos Magno perseguiu com severidade os moedeiros falsos, prohibiu os monopolios e a sahida dos grãos em momento de escassez, sob pena de confisco. O grande imperador, bem que tivesse aprendido a escrever muito tarde, era instruidissimo; conhecia o latim e o grego, e interessou-se muito pelas lettras e artes. Auxiliado por Alcuino, concebeu um plano geral de instrucção publica [1].

Algumas egrejas são, durante o seu reinado, decoradas com pinturas de certo valor e os manuscriptos, maravilhozamente illuminados com finissimos desenhos e encadernados em placas de metaes preciosos ornadas de pedrarias. As famosas *Horas* d'esse grande rei, que a França possue em um dos seus museus, provam o brilhantismo artistico de taes trabalhos.

Carlos Magno, como Alexandre, abrindo a Asia á civilização grega e esforçando-se para a realização de uma alliança benefica do Oriente

---

[1] Para se fazer uma idéa exacta do alto interesse que a instrucção publica merecia a Carlos Magno, e simultaneamente, do valor intellectual de Alcuino — o illustre redactor do plano de educação a que nos referimos — basta recordar a celebre disposição de uma das Capitulares: «Todo pae deve mandar seu filho á eschola e ahi mantel-o até ficar bem instruido».

Quem havia de dizer que esta sabia disposição — a do ensino obrigatorio — seria tomada, tantos seculos depois, como idéa nova e... revolucionaria?!

e do Occidente; como Cesar, que, com suas legiões destemidas e quasi invenciveis, augmentou a grandeza de Roma, e cheio de poder e aureolado por assignaladas victorias, dictador e politico notavel, decretou a egualdade dos cidadãos, facto de real alcance para a reforma das instituições romanas; como Constantino, o paladino do christianismo e fundador da capital que devia recolher os thesoiros de um progresso, que se submergia no cataclysmo das invasões dos barbaros,—Carlos Magno encheu com o seu nome e a sua obra o seculo em que viveu e que d'elle tomou o appellido. O seu pensamento era nobre, o seu espirito, sagaz e esclarecido. «Elle foi—diz Rambaud—uma scentelha nas trevas da edade média. Do que fez, pouco ficou infelizmente, mas nem por isso a sua influencia deixou de contribuir para a reorganização de um mundo futuro. Por sua morte, o imperio carlovingio desmembrou-se, e o tratado de Verdun dividiu a nação entre seus filhos».

CAPITULO II

Os Byzantinos

Escorço geographico de Byzancio e fundação de Constantinopla — Governo de Constantino e descripção da nova cidade — Constituição social do imperio byzantino — O reinado de Justiniano: Belisario, Theodora, Triboniano — Mercados byzantinos, vias commerciaes terrestres e maritimas — Expansão economica: feiras, entrepostos; a via do Danubio — Povos que traficavam com Byzancio; Franquias; Artigos de commercio; Tarifas; Impostos.

Byzancio estava maravilhosamente situada para ser um importante centro commercial. Apoiada em um promontorio que as aguas do Bosphoro cortam, separando a Europa da Asia, banhada pelos mares Egeu, Ponto Euxino e a Propontida, em uma região de pampanos, olivaes e pradarias floridas, gosando um clima ameno, sob a cupula de um céo que o sol brandamente illumina, — a colonia que os gregos megarianos tinham estabelecido no antigo Lygos, logarejo thracio, e pouco depois se tornou republica independente, attrahira sempre os commerciantes que levavam aos seus merca-

*

dos, não só os productos septentrionaes do mar Negro como tambem os que procediam dos pontos mais distantes da Asia.

Até Septimo Severo, Byzancio pudera escapar ao dominio romano, mas nessa epocha, victimada por luctas civis e demasiado pequena para affrontar por longo tempo a força do povo-rei, succumbiu e, como toda a Grecia, foi incorporada ao grande imperio da antiguidade.

Quando a anarchia invadiu Roma e os pretorianos, a seu prazer, faziam e desfaziam imperadores; quando as provincias do Occidente começaram a despovoar-se, esmagadas pelos impostos e exploradas vilmente por funccionarios corruptos e insaciaveis, — foi para as possessões do Oriente que as vistas dos patriotas se voltaram na esperança de uma renascença. Diocleciano é o primeiro a abandonar Roma, transferindo a capital do seu imperio para Nicomedia, na Asia Menor. Annos depois, sobe ao throno dos Cesares um principe que faz do christianismo a base da sua politica. O Latium estava cheio de recordações polytheistas para que a nova crença se fortalecesse, as religiões confundiam-se e os ritos multiplicavam-se de modo extravagante para que a abstersão dos peccadores se pudesse effectuar. O absurdo era tal que se chegou a adorar na mesma capella as divindades pagãs e Jesus. O novo

Cesar, Constantino, resolve então fundar uma outra Roma, que fosse a capital do seu imperio e séde do christianismo: Byzancio teve a preferencia em virtude da sua esplendida situação topographica, que permittia a facilidade de communicações e a vigilancia sobre os barbaros do norte e os persas, — uns bastante ousados para amiudar suas correrias ás fronteiras, assaz poderosos os outros e sonhando conquistas, ambos, portanto, um perigo ameaçador para a integridade do territorio romano.

Imitando Romulo, que traçou com uma charrua o perimetro de Roma, Constantino empunha uma lança e com a ponta delineia no terreno de Byzancio o limite da nova cidade, que, em homenagem ao fundador, foi chamada Constantinopla. A sua área excedia a de Roma no tempo de Augusto; assentava em sete collinas como esta e dividia-se em outros tantos quarteirões. Sessenta mil libras empregaram-se na construcção das muralhas, das pontes e dos aqueductos. Abriram-se muitas ruas e uma grande avenida triumphal. Por toda a parte erguiam-se templos magestosos, soberbos palacios, thermas publicas, fontes monumentaes, magnificos parques. A Phrygia e o Proconeso forneciam esplendidos marmores para os edificios. A Grecia, a Asia, a Sicilia e a propria Roma foram

despojadas de suas estatuas, baixos relevos e obras de arte para adornar a nova cidade [1].

Constantino, ancioso por vêr surgir faustosa, tal qual a idealizara, a sua capital, sacrificou á pressa a solidez do que se ia construindo. «Communicai-me — dizia elle aos inspectores encarregados dos trabalhos publicos — não que tendes começado, mas que acabastes». « — Preciso de architectos — escrevia a Felix, prefeito da Africa — e não os encontro. Escolhei em vossa provincia mancebos de vinte a vinte e dois annos, que tenham noções de lettras liberaes. Dar-lhes-hemos ordenados honestos durante o tempo em que estudarem e os isentaremos, assim como a seus paes, de todos os encargos» [2].

---

[1] Cesar Cantu — *Obra citada.*

[2] Um historiador grego narra que, no momento em que se edificava Constantinopla, o seu fundador mandou como embaixadores á Persia doze patricios, que alli se demoraram dezeseis mezes no desempenho do seu mandato. Ao regressarem á nova cidade, o imperador offereceu-lhes uma festa e perguntou-lhes: « — Então, quando voltam a Roma? — Nós não estaremos lá antes de dois mezes, responderam os deputados. — Eu affirmo-vos, retorquiu o monarcha, que hoje mesmo lá chegareis. » Effectivamente, sahindo da meza, elles foram conduzidos, cada um separadamente, por um guarda imperial a uma casa, cujas portas, janellas, salas e moveis eram em tudo semelhantes aos que haviam deixado em Roma; e — para cumulo de surpreza! — depararam, ao entrar, com suas mulheres, filhos e escravos. O imperador mandara copiar exactamente as habitações d'aquelles funccionarios e fizera vir suas respectivas familias. Elles comprehenderam o que significava essa maravilha e observaram então que Roma d'ahi em diante devia estar em Byzancio. (De Broglie — *L'Eglise et l'Empire Romain, au quatrième siècle*. tom. II).

Outros principes, que vieram após este monarcha, continuaram aformoseando a brilhante cidade oriental, enchendo-a de primores, tornando-a um verdadeiro museu de luxo. O *Augusteon*, celebre durante toda a edade média, e o *Forum* constituiam as mais bellas praças de Constantinopla: a primeira tinha a fórma rectangular, estava cercada de porticos com columnas duplas e no centro via-se o milliario de oiro decorado de estatuas onde terminavam todas as estradas do imperio; a segunda era redonda e contornada de porticos com dois andares; no meio erguia-se uma esplendida fonte adornada de esculpturas, representando Daniel entre os leões, e junto a ella havia uma columna de porphyro bastante alta, supportando uma estatua antiga de Apollo transformado em Constantino.

Nas circumvizinhanças do Augusteon ficavam alguns dos mais importantes edificios da cidade entre os quaes os palacios do Senado e o do imperador, sendo este de uma sumptuosidade extraordinaria. O seu recinto, que continha cerca de 3:000 metros de circuito, encerrava muitos corpos de casas, taes como casernas para os guardas, capellas, pavilhões para os grandes dignitarios da coroa, galerias, bibliothecas, afóra os aposentos do soberano. O Bosphoro e o mar de Marmara banhavam as rampas dos jardins d'essa residencia que parecia

obra de fadas e genios encantados. Das janellas de salas pomposas, que adornavam a sua morada numa orgia de oiro e marmores, o imperador via entrar ou sahir do admiravel porto da *Cornucopia de oiro* suas frotas guerreiras, que conduziam para o Occidente e Oriente os exercitos imperiaes, assim como os navios mercantes, abarrotados de preciosas mercadorias, que faziam a riqueza de Byzancio, desenvolvendo o seu commercio com diversos paizes [1].

Ao palacio imperial ligava-se o Hippodromo construido sobre o modelo dos circos romanos, porém mais vasto e luxuoso do que o Coliseu. A columna de bronze formada por tres serpentes enlaçadas, erigida out'rora em Delphos para commemorar a derrota de Xerxes, e as estatuas de Castor e Pollux ornavam esse logar de prazer. Um pequeno riacho corria em torno da arena no leito de um fosso amplo, com o fim de proteger os espectadores contra os animaes ferozes que algumas vezes entravam no espectaculo, e, tambem, para impedir que os circumstantes invadissem a pista ao terminar uma corrida de carros. Era no Hippodromo que a vida byzantina se concentrava; alli discutia-se politica e religião, intrigava-se, faziam-se cons-

---

1 Bayet — *L'Art Byzantin.*

pirações para assaltar o poder constituido; nesse mesmo logar é que os *Azues* e os *Verdes*, os *Brancos* e os *Vermelhos* apaixonavam, com os seus triumphos ou suas derrotas, toda a população.

«Constantinopla — diz Henry Houssaye — alliava ao esplendor d'uma cidade nova as grandes recordações das antigas cidades. Os mosaicos, os esmaltes, os marfins, as placas de oiro, os porphyros, as gemmas e outras pedras preciosas, que formam a offuscante decoração dos monumentos byzantinos, ahi serviam de moldura ás mais bellas obras primas da arte grega. Outros contrastes feriam a vista, quando se desviava os olhos dos edificios e das estatuas para os dirigir sobre a multidão que enchia as ruas: senadores envoltos na toga antiga, duques dos confins militares vestindo a ampla chlamyde e a tunica de seda recamada de desenhos, cataphractarios totalmente cobertos de malhas de ferro, escolares da guarda coiraçados de oiro, clarissimos em lacernes de franjas e bordados de medalhões, e operarios usando ainda, como nos tempos das republicas de Athenas e de Roma, a tunica parda sem mangas. Tão povoada como fôra Roma, Constantinopla tinha, além da sua immensa população indigena, uma outra, fluctuante, consideravel. O mundo inteiro affluia a Byzancio. De todas as partes do Imperio,

da Europa, da Asia e da Africa acudiam os mercantes, os marinheiros, os mercenarios, os trabalhadores, os solicitadores, os pleiteadores, os curiosos, os mancebos á procura de engajamento militar. Divisava-se todos os costumes e todos os typos ethnicos: a longa caudys do partho, o casco de pelles de rato do herulo, o sagum riscado do godo, o bornuz de pello de camello do numida, a cabelleira fluctuante do sicambro, a barba encaracolada do persa, a face loira do cherusco, a mascara de bronze do mauritano» [1].

Ao fixarem-se no Oriente, os imperadores byzantinos adoptaram uma côrte onde o cerimonial se regulava com a maior severidade protocolar e pompa. Estabeleceu-se uma nova hierarchia, gosando de privilegios consideraveis. O imperador era o supremo chefe, dono de bens e vidas e tinha o tratamento de *magestade*. Tudo quanto se referia á sua pessoa considerava-se sagrado e denominava-se a *camara sagrada*, o *conselho de Estado sagrado*, o *thesoiro sagrado* [2]. Em torno d'elle escalava-se uma numerosa serie de funccionarios com uma luxuosa representação: os *nobilissimos* (membros da familia imperial), os

---

[1] Henry Houssaye — *Revue des Deux-Mondes*; fevereiro de 1885.
[2] Seignobos — *Obra citada*.

patricios, que formavam o conselho do principe, os *illustres*, os *consideraveis*, os *clarissimos*, os *perfeitissimos* etc. Esses titulos, a principio pessoaes, passaram depois a ser hereditarios.

Na administração das finanças do Estado havia centenares de empregados divididos em onze repartições que elaboravam e verificavam as contas sob a chefia de um funccionario que se chamava *conde das sagradas liberalidades*. Os differentes estabelecimentos de fazenda dependiam do thesoireiro, que se correspondia com os recebedores provinciaes, regulava o commercio exterior e dirigia as manufacturas de pannos de linho e lã para uso da côrte e do exercito [1].

Arcadio abriu o caminho, mais ainda do que Constantino e Theodosio, ao fausto da monarchia byzantina [2].

---

[1] Cesar Cantu — *Obra citada*.

[2] «Verdadeiro principe do Baixo-Imperio, só apparece em publico no meio de um cortejo de guardas revestidos de roupas magnificas, trazendo escudos e lanças doirados. O carro a que sobe, todo incrustado de placas de oiro e pedrarias, é tirado por uma parelha de mulas brancas. O autocrata traz ricos braceletes, pingentes de elevado preço, um diadema ornado com diamantes; gemmas cobrem o seu vestido e o proprio calçado possue singular magnificencia. As salas, as escadarias, os pateos do palacio estão polvilhados de oiro, e nelles a primeira coisa que attrahe são as duas companhias de guardas de pessoa, de infanteria ou de cavallaria, impondo pela estatura, revestidas de armaduras de oiro e prata, escol de uma guarda que se compõe de tres mil e quinhentos homens.» (Baudrillart — *Obra citada*).

Tendo herdado todos os vicios, todas as perfidias e todas as baixezas da Roma decadente, o imperio byzantino sempre tem sido considerado o reino da mais desbragada depravação, refinando todas as torpezas dos occidentaes, com a cobardia, a crueldade, a molleza e a luxuria dos filhos do Oriente. Entretanto, durante os muitos seculos de trevas em que se debateram as antigas provincias romanas e os povos septentrionaes do continente, «Byzancio só foi culta e brilhou bella e soberana em toda essa barbaria».

Se o poder do monarcha byzantino era absoluto, não estava o chefe do imperio menos sujeito ás surprezas dos descontentes, que, a miudo, forjavam revoluções e se apoderavam do throno, recorrendo á traição e ao assassinato [1].

Entre os imperadores que reinaram em Byzancio alguns illustraram o seu governo, entrando nesse numero, além do seu fundador, Justiniano, Heraclio, Basilio o Macedoneo,

---

[1] Dos 109 personagens que reinaram em Byzancio, do quinto ao decimo quinto seculo, 12 abdicaram, 12 morreram em um convento ou prisão, 3 pereceram de fome, 18 tiveram os olhos furados, o nariz e as mãos cortados ou soffreram a castração, 20 foram envenenados, estrangulados, asphyxiados, apunhalados ou precipitados de uma columna; num total de 1058 annos, houve 65 revoluções de palacio, de ruas, de circo ou de caserna, e 65 usurpações ou desthronamentos. (— Zeller — *Entretiens sur l'histoire du moyen âge*).

Constantino Porphyrogeneto, Manuel Comnene e Miguel Paleologo.

No tempo de Justiniano o imperio reveste-se de certa grandeza. Um general de genio, o famoso e leal Belisario, cuja figura cresce de sympathia quanto melhor a historia nol-a vae desvendando, reconquistara as antigas fronteiras, derrotando em homericas batalhas as hordas barbaras que dominavam na Italia e na Africa, expulsando para além do Danubio os bulgaros que se tinham aventurado em suas marchas destruidoras até Constantinopla, contendo e impondo-se pelo seu valor aos persas, vizinhos turbulentos e poderosos, cheios do desejo de alargar suas conquistas até ao Bosphoro.

Ao lado do autocrata apparece uma mulher, cujo nome tem atravessado os seculos como synonymo de prostituição, de cynismo, de ambição e perfidia. Procopio, um chronista da epocha, em sua *Historia Secreta*, traça-lhe a physionomia moral com as mais sombrias tintas. Mas que Theodora — era este o seu nome — fosse, como diz aquelle escriptor, uma debochada pantomineira, tendo perdido a conta dos amantes, e da qual, em sua mocidade e pobreza, a gente honrada se affastava, temendo manchar-se ao seu contacto, ou que, pelo contrario, seus principios fossem mais castos e virtuosos, o certo é que, subindo ao throno e

proclamada imperatriz, a sua acção foi muito util ao imperio, denotando uma energia, uma vontade e uma força capaz de realizar os mais ousados pensamentos. Collaboradora de Justiniano em todos os seus actos administractivos, Theodora governou tanto quanto o marido, e é ella quem o salva quando, na celebre revolução dos *Verdes* e *Azues*, as facções no Hippodromo já acclamavam Hypacio, depois de incendiarem alguns quarteirões da cidade [1].

E' sob a administração de Justiniano, que apparece esse notavel jurisconsulto Triboniano, a quem Zeller chama de «cabeça encyclopedica, coração austero, verdadeira bibliotheca viva de jurisprudencia antiga e moderna» E' esse homem eminente o encarregado de codificar o que a legislação romana deixara espa-

---

[1] O imperador aterrorizado preparava-se já para fugir, quando, na sala onde estavam reunidos os soberanos e os membros do governo, Theodora pronunciou estas palavras: «Ainda que não houvesse outro meio de salvação mais do que a fuga, eu não quizera fugir. Desde que nascemos não fomos nós todos votados á morte? Os que teem cingido a coroa não devem sobreviver á sua perda. Eu peço a Deus que não me vejam um só dia sem a purpura. Que a luz se extinga para mim, quando cessarem de me saudar com o nome de imperatriz! Para ti, autocrata, se queres fugir, tens thesoiros, o navio prompto e o mar livre; mas temo que o amor da vida te exponha a um exilio miseravel e a uma morte vergonhosa. A mim, agrada-me esta phrase antiga: a purpura é uma bella mortalha!» A estas phrases da imperatriz, a coragem inflamma de novo os conselheiros da coroa, a resistencia é organizada, e Belisario, mais uma vez, ganha um combate á frente de tres mil fieis herulos, esmagando os rebeldes no Hippodromo, onde estes festejavam já seu ficticio triumpho. (Henry Houssaye — *Obra citada*).

lhado em immensos trabalhos de jurisconsultos romanos e decretos imperiaes. Triboniano entrega-se a esse trabalho colossal e d'esse cahos de leis organiza os tres afamados livros, o *Codigo Justiniano*, as *Pandectas* ou *Digesto* e as *Institutas*, verdadeiros monumentos de sciencia juridica. Annos depois, nas *Novellas*, o imperador fez colleccionar todos os editos e rescriptos de seu reinado [1]. Apesar de todo esse apparato de legislação, os byzantinos não tiveram, comtudo, muito mais garantias do que antes. O proprio imperador era o primeiro a violar os seus codigos.

Justiniano foi um protector enthusiasmado de obras de architectura. Procopio escreveu um trabalho em que menciona as construcções ordenadas e executadas por ordem do imperador; elle mandou levantar fortificações na fronteira européa de Byzancio, do lado da Armenia e da Persia. Triplices muralhas, separadas por largos e profundos fossos, constituiam baluartes para a defeza do territorio. Não havia mesmo — diz Zeller, que se reporta ao panegy-

---

[1] As *Pandectas* são divididas em cincoenta livros e constam de extractos de trabalhos de mais de quinhentos jurisconsultos; o *Codigo Justiniano* é uma reunião de editos e escriptos dos imperadores, desde Constantino até então; as *Institutas* são um pequeno manual de direito para uso dos estudantes. A legislação de Justiniano exerceu indubitavelmente no mundo uma salutar influencia e foi a base de todo o direito civil das civilizações posteriores.

rista byzantino — passagem estreita ou desfiladeiro no interior do imperio, nos Balkans, nas Thermopylas, no Chersonezo da Thracia, no isthmo de Corintho, que não fosse provisto de um espesso muro. Por um excesso de precaução, fortalezas situadas mais áquem permittiam aos soldados refugiarem-se ahi.

Constantinopla, a Syria, o Egypto e a Numidia devem a essa epocha muitos dos seus estabelecimentos civis e religiosos. O edificio mais sumptuoso, porém, elevado por determinação de Justiniano, é a reconstrucção da egreja de Santa Sophia, no mesmo local da que Constantino mandara erguer em Byzancio e que, devorada uma primeira vez pelas chammas em 404 e reedificada por Theodosio, fôra de novo, annos depois, destruida por outro incendio. «Não existe, na historia da arte christã — escreve Bayet, — templo cuja importancia seja maior. *Nossa Senhora de Paris* tinha eguaes nas provincias vizinhas; *S. Pedro de Roma* é falta de originalidade e christã apenas pelo destino; *Santa Sophia*, ao contrario, tem a dupla vantagem de marcar o surgimento de um estylo novo e de attingir ao mesmo tempo proporções taes que nunca foram excedidas no Oriente. Raramente, a loucura da prodigalidade foi levada tão longe. Os mais ricos materiaes, o oiro, a prata, o marfim, as pedras preciosas empregaram-se com uma profusão incrivel e mesmo

offensiva ao gosto: parece que Justiniano apreciou mais o custo do que a belleza e pretendeu offuscar pela minuciosidade de um luxo feerico. Os antigos gregos serviam-se nas paredes do Propyleus ou do Pantheon de marmores perfeitissimos, porque lhes admiravam a pureza e o esplendor; Justiniano quer por toda a parte oiro e prata, porque elles são um signal de riqueza. Feitas, porém, estas reservas geraes, devemos reconhecer que, em detalhe, essas materias preciosas tinham pelo menos sido trabalhadas com muita arte» [1].

Para satisfazer a todas as suas phantasias e a todo esse fausto de palacios, egrejas, thermas e jardins paradisiacos, o autocrata augmenta os impostos, vende os cargos publicos, altera o titulo das moedas, apodera-se das pensões dos funccionarios civis e militares e multiplica os monopolios em beneficio do thesoiro publico.

«Só elle, — diz Zeller, — dispõe dos proveitos da legitima remuneração, da economia, da livre actividade dos seus vassallos, funccionarios, commerciantes, industriaes ou corpos municipaes, para os applicar, com maior ou menor felicidade, ás necessidades do Estado ou aos

---

[1] Bayet — *Obra citada.*

seus caprichos, desanimando assim todos os serviços e todos os trabalhos» [1].

Quando Roma deixou de ser o grande mercado de objectos de luxo que a India para lá exportava, Constantinopla recolheu essa herança e na nova capital, onde a magnificencia da habitação, do vestuario e da mesa constituia a regra commum, as mercadorias preciosas, vindas da terra dos brahmanes por intermedio de Alexandria, e as que procediam do proprio Egypto, da Persia e da Asia Menor eram rapidamente vendidas e sempre procuradas. Os gregos, completamente senhores da navegação, dominavam o antigo theatro do commercio europeu. As relações mercantis, todavia, não passavam além do mercado nacional, não só porque no Occidente a civilização estava destruida, mas tambem porque os

1 Zeller — *Obra citada.*

Justiniano estabeleceu direitos excessivos para as mercadorias importadas no Bosphoro ou no Hellesponto e para as que por ahi se exportassem, sem diminuir as taxas que os navios pagavam em Constantinopla, o que os obrigava a não poderem sahir do porto, senão depois que os delegados imperiaes o permittissem. Para augmentar seu erario, o referido imperador não trepidou em elevar o preço dos generos de primeira necessidade. Elle especulou sobre os trigos, empregando o seguinte processso : impediu a maior parte das cidades do seu imperio de se alimentarem com elles, e ordenou que os camponezes da Bythinia da Thracia e da Phrygia lhe entregassem todas as colheitas d'aquelle cereal, em virtude de sua disposição governativa que lhe facultava requerel-as em epochas de carestia; em seguida vendia ás mesmas cidades todo esse stock, auferindo na operação importantes lucros. (Pierre Grenier : *L'Empire Byzantin*).

byzantinos evitavam todo contacto com os barbaros, ainda mesmo que estes fossem capazes de fazer bons negocios, porquanto receiavam abrir o imperio á sua cobiça. O commercio nessa epocha limitava-se quasi todo á importação, tal como fôra outr'ora em Roma, e fazia-se directa ou indirectamente. As vias de que se serviam os mercantes para suas expedições não eram só as maritimas, utilizando os navios gregos; elles empregavam muitas vezes as caravanas, sobretudo nos seculos V e VI, porque então Constantinopla estava em communicação directa por terra com a India, pelo caminho de Samarkanda [1].

Os persas, estendendo suas conquistas, difficultavam por tal modo esse commercio, realizado sem intermediario por via terrestre com as regiões do Ganges e do Indo, que os byzantinos tinham que renunciar a elle ou servirem-se de seus poderosos vizinhos para manterem essas relações. A seda era um dos principaes artigos que o imperio do Oriente importava da India.

Para libertar o povo de adquirir por um preço mais elevado essa mercadoria — que os commerciantes encareciam ainda mais do que o costume, visto terem de pagar imposto de

---

1 Scherer — *Histoire du Commerce*, tomo I.

*

transito ao atravessarem a Persia em viagem para Byzancio — Justiniano creou na sua capital uma nova industria, a da cultura do bicho da seda e a da fabricação d'esse estofo. Para isso induziu dois monges — que tinham estado na Serica e alli observado os processos empregados na criação do verme e os meios de se utilizarem da materia que elle produzia — a regressarem áquelle paiz e de lá enviarem-lhe ovulos d'essa lagarta, o que os religiosos conseguiram, passando-os clandestinamente dentro de uma bengala de canna da India. Assim foi a seda introduzida na Grecia, creando-se numerosas fabricas d'esse precioso tecido em Constantinopla, Athenas e Corintho, d'onde se espalharam pela Italia, e, mais tarde, pelo resto do Occidente [1].

Referindo-se ao reinado de Justiniano, o economista Blanqui diz que «nessa epocha intermediaria entre a nova ordem de coisas emanada da invasão barbara e da civilização romana agonizante, o reinado d'aquelle imperador do Oriente é assaz memoravel; que não teve aurora nem terá crepusculo, verdadeira communicação lançada entre dois mundos; um que acaba e outro que começa. Parece, estudando-o, que o genio da civilização antiga qui-

---

[1] Gibbon — *Décadence et chute de l'empire Romain.*

zera fazer seu testamento e se envolvera, como a chrysallida, em um tumulo de oiro e de seda, antes de soffrer uma ultima transformação» [1].

No seculo VII, um outro imperador, Heraclio, filho do exarcha da Africa, cinge a coroa dos cesares byzantinos. Guerreiro enthusiasta e theologo apaixonado, esse principe procurou desembaraçar o imperio da sua critica situação, o qual era constantemente assolado do lado da Europa pelos avaros e os bulgaros, que transpunham os Balkans, passando o Danubio em desenfreadas correrias, emquanto os persas, fanatizados por um espirito religioso e conquistador, devastavam as provincias do lado da Asia, massacravam os seus habitantes e levavam sua ousadia até ao ponto de ir a Chrysopolis (Scutari), nas margens do Bosphoro, fazer reconhecimentos. As difficuldades que esse monarcha tinha a vencer para domar taes adversarios eram talvez maiores do que aquellas com que, no seculo precedente, Justiniano tivera de arcar para impôr-se aos mesmos barbaros [2].

---

1 Blanqui — *Obra citada.*

2 Heraclio é na realidade o primeiro cruzado quando, por conselho de Sergio, patriarcha de Constantinopla, parte em som de guerra contra os persas, que, conduzidos por Schaharbaz, tinham incendiado Jerusalem, degolado ou aprisionado os christãos que alli residiam, e tomado posse da lança com que haviam ferido Jesus, da esponja embebida em vinagre que os phariseus tinham applicado aos labios febris do nazareno, e da cruz em que o redemptor exhalara o ultimo suspiro.

Apesar da alliança que os persas tinham com os avaros para combater os byzantinos, Heraclio consegue vencer esses terriveis inimigos e derrubar do throno o impio e soberbo Khosroes. Mas depois d'essas façanhas, o soberano, a quem faltava firmeza de caracter, não teve os mesmos impetos para repellir os arabes. No seu governo, o imperio perde a Syria, o Egypto e a Palestina [1].

Com Basilio, o fundador de uma nova dynastia, um sangue rubro e sadio infiltra-se no debilitado imperio. A ordem, a moralidade e a economia são o lemma de sua administração. Este principe reorganizou o exercito e com elle defendeu seus dominios contra os sarracenos e restaurou a influencia byzantina no sul da Italia; occupou-se da justiça, ordenando que se reformasse a legislação, mas, como todos os seus antecessores, envolveu-se em discussões theologicas, e, sob o impulso de seus sentimentos mysticos, commetteu arbitrariedades e violencias, entre as quaes a do encarceramento de Leão, seu proprio filho, victima das intrigas do patriarcha Phocio.

---

[1] Uma certa intolerancia — escreve Zeller — tinha acompanhado o triumpho de Heraclio: em Jerusalem elle prohibia aos judeus approximar-se a mais de tres estadios das portas da cidade; em Tiberiade fez baptizar á força o mais rico judeu do logar, e entregar aos orthodoxos a egreja que os nestorianos occupavam antes da invasão persa. (Zeller — *Obra citada*).

Constantino Porphyrogeneto, — assim chamado porque nascera na sala de porphyro, — deu a Byzancio um certo brilho artistico e litterario: musico, pintor, joalheiro e escriptor, esse principe mandou preparar diversas compilações juridicas, agricolas, historicas e dedicou-se ao desenvolvimento da instrucção. Promulgou os *Basilicos*, codigo começado por Basilio e que substituiu o de Justiniano, e escreveu diversos livros, entre os quaes o *Tratado da Arte Militar*, a *Descripção das cerimonias da côrte*, a *Vida de Basilio*. Pouco governou, entregando esse mister, primeiro a Zoé, sua mãe, e, depois, a sua mulher Helena. Entretanto, no seu reinado, os generaes byzantinos deram ás armas imperiaes momentos de gloria, repellindo os sarracenos e os bulgaros do norte de suas fronteiras, e consolidando a preponderancia da monarchia na Armenia e no Caucaso.

Apesar de Byzancio viver constantemente entre revoluções de palacio, festas ou carnificinas de circo, estereis debates religiosos sobre o *monophysismo*, o *nestorianismo* e o *monotheismo*, e guerras com os vizinhos durante os reinados a que acabamos de nos referir, a sua situação topographica e o fausto da sua côrte apresentavam taes vantagens ao commercio, que este, não obstante todos os desregramentos administrativos dos autocratas, conseguiu prosperar.

Quando o imperio romano se desaggregou, coube a Panonia e a Dacia aos imperadores do Oriente, mas estes abandonaram-nas aos barbaros, por se julgarem impotentes para defendel-as contra elles, e pensaram que o Danubio, que separava o seu territorio d'essas provincias, seria uma barreira natural contra taes inimigos, os quaes nunca ousariam transpol-o, porque ignoravam a arte de construir pontes sobre os rios, nem se aventurariam a vir em numero, embarcados, atacar os fortes escalados na fronteira. Os acontecimentos, porém, mostraram-lhes, mais tarde, que taes obstaculos não eram insuperaveis, porque no VI seculo os avaros transpuzeram o Danubio, apoderaram-se da Servia e da Bosnia, e fundaram nas duas margens d'aquelle rio um possante imperio, que durou até o seculo X.

Nessa epocha, um outro povo da mesma origem que os avaros, audacioso, guerreiro e forte, os bulgaros, submette e conquista as terras e cidades occupadas por aquelles que se tinham enfraquecido ao trocarem a actividade e rudeza de sua vida primitiva por uma existencia cheia de commodidades e de habitos novos, o que lhes desenvolveu o gosto pela preguiça, luxo e devassidão. Esse novo imperio attinge o seculo XI, sendo então desmembrado e cabendo a maior parte aos hungaros. Foram estes tres povos que até o seculo XII tiveram

successivamente em suas mãos o commercio de Constantinopla com o noroeste da Europa. «Collocados — escreve Scherer — entre os gregos, cuja civilização tradicional não estava ainda destruida, e os povos germanicos, que se poliam sob a influencia do christianismo, elles deviam experimentar os salutares effeitos d'essa dupla vizinhança e entregar-se ao commercio pelas facilidades que lhes offerecia a grande via navegavel do Danubio». Por esse rio, os byzantinos entretinham relações mercantis com Lorch, cidade da Baixa-Austria, séde de um bispado, transferido posteriormente para Passau. Ahi se creara um entreposto do commercio greco-germanico para dirigir, com destino á Allemanha, Scandinavia e Paizes-Baixos, as mercadorias procedentes do Levante. Os avaros parece terem traficado pelas cidades das montanhas da Hungria, districto de Zips, Cracovia, Silesia e Polonia, com os paizes do Baltico onde havia populações slavas e venetas muito mais policiadas do que as allemães [1].

Os bulgaros continuaram essa corrente de negocios com as mesmas regiões do noroeste, quando se apoderaram do imperio dos avaros implantado nas margens danubianas. As moedas de oiro e prata allemães, arabes, byzanti-

---

[1] Scherer — *Obra citada.*

nas e do norte, achadas em Grahlow, perto de Sandelegg, provam essas relações [1].

No reinado do imperador byzantino Basilio II, é aos hungaros que toca recolher a herança d'esse commercio, iniciado pelos avaros e continuado pelos bulgaros, obtendo feitorias em Constantinopla, onde Estevam I, rei d'aquella nação, fez construir uma magnifica egreja. Semlim era a principal praça para as mercadorias em transito.

São os cruzados, porém, os que desenvolvem o commercio por intermedio do Danubio, abrindo-lhe uma epocha de prosperidade extraordinaria. Os povos semi-selvagens, que até então haviam sido os corretores para compra e venda das mercadorias, deixam de ser os intermediarios. Ratisbonna (Regensburg), cidade da Allemanha, é a primeira a traficar directamente pelo Danubio, fornecendo aos paladinos da cruz armas e viveres; os seus barcos percorriam essa arteria fluvial e os negocios foram de tão bons resultados que aquella cidade os augmentou. Em 1140, os allemães tinham uma colonia tão numerosa estabelecida em Constantinopla que obtiveram a concessão de uma egreja para si.

No seculo XIII, as cidades estabelecidas nas

---

[1] Hoffman, trad. de Duesberg—*Histoire du Commerce, de la Géographie et de la Navigation.*

margens do Danubio entraram em franca decadencia, visto os cruzados irem directamente á Syria e ao Egypto, e o commercio levantino se dirigir, em sua maioria, dos entrepostos da Italia, por terra, para as cidades da Suabia, e d'ahi, pelo Rheno, para os Paizes-Baixos, ou tambem por mar para este ultimo ponto [1].

Nesse seculo, os allemães — que viam os italianos alargarem suas emprezas mercantis com o Levante, buscando prover-se senão nas fontes ao menos o mais proximo d'ellas — já não limitam suas relações aos entrepostos de Byzancio, e imitam-nos, acercando-se tambem dos centros de producção. Breslau e Cracovia, entre outras cidades, enviaram agentes commerciaes á Bukharia, entreposto de artigos e especiarias do Oriente. Essas mercadorias, que as caravanas conduziam a Tana, não passavam por Constantinopla e eram enviadas em linha recta ás boccas do Dniester ou Danubio. Taes operações, entretanto, offereciam certas difficuldades e, por isso, não se puderam generalizar, o que permittiu á capital do imperio grego conservar a sua posição de principal entreposto do commercio oriental [2].

Duas tarifas conservadas em Stain (baixa-

---

[1] e [2] Scherer — *Obra citada.*

Austria) dizem quaes eram as mercadorias que Constantinopla enviava para a Allemanha. As alfandegas d'essa cidade faziam parte das repartições arrecadadoras de rendas nos reinados do duque Leopoldo e de seu filho Frederico (1177 a 1198). Nesses documentos encontram-se tarifados não só os productos naturaes como os manufacturados, oriundos uns do imperio grego, outros da India, taes como folhas de louro, açafrão, azeites, althea, avelãs, sedas cruas, *ras* de Chypre (estofo de seda), ornamentos sacerdotaes em seda e semi-seda, mantos de purpura, brocados de ouro, boldriés e cinturões guarnecidos de cobre vermelho ou amarello, pimenta, gengibre, cravo, noz moscada, canella, raizes de galanga, cominho etc. O açafrão pagava dous pfennigues (dinheiros) por libra, a pimenta, trinta por barril; o gengibre, sessenta, do mesmo modo que a galanga, o cravo e o cinnamomo. Os artigos que a Allemanha exportava para Constantinopla eram escravos procedentes da Bohemia ou da Moravia, armas, lãs, pannos, couros, madeiras em obra, objectos de prata e ouro e trabalhos de sirgueiro [1].

Algumas cidades da Allemanha e dos Paizes-Baixos tinham-se notabilizado como fabricantes

---

1 Hoffman, trad. de Duesberg — *Obra citada.*

de armas e de lãs. Magdeburg, Hagen, Liege exportavam muito o primeiro d'esses artigos; Quedlinburg, Salzwedel, Sthendal, o segundo. Passau e Ratisbonna tinham grande fama por suas manufacturas de pannos escarlates. A tecelagem do linho trabalhava-se a par dos tecidos lanigeros. A Hungria e a Bohemia possuiam muitas minas de oiro e prata, e este ultimo metal retirava-se das lavagens nas ribas do Rheno e Danubio [1].

A maior parte d'essas mercadorias attingia o seu destino por via fluvial. Ao *hansgraf* ou consul ambulante de Ratisbonna competia acompanhar as barcas e os mercantes á grande feira de Ems. Esse funccionario, em virtude das cartas patentes que lhe tinham concedido os duques da Austria e os reis da Hungria, punha termo aos conflictos entre os negociantes que a elle recorriam quando se julgavam lesados em seus direitos, distribuindo justiça a quem a merecesse [2].

Quebrantadas suas energias pela vida de prazeres que levavam em Byzancio, os gregos tinham perdido o amor pelas expedições longinquas. Para escudar-se contra as facções que ensanguentavam o palacio, os imperadores ti-

---

1 Hoffman, trad. de Duesberg — *Obra citada.*
2 Scherer — *Obra citada.*

veram muitas vezes de recorrer aos extrangeiros, que iam ao Bosphoro traficar, e fizeram-lhes concessões [1].

Se os arabes, conquistando o Egypto [2], retrahiram a acção commercial dos byzantinos, são, entretanto, os italianos os que mais rude golpe lhes dão, apoderando-se das vias maritimas e indo ás proprias aguas de Constantinopla disputar-lhes o trafico do interior do imperio [3].

Veneza no tempo de Theodorico começa a apparecer, encarregando-se do transito do commercio maritimo de Ravena com Constantinopla. No VI seculo, os venezianos prestam excellentes auxilios á expedição de Belisario contra a capital dos ostrogodos na Italia e começam a gosar de favor junto do autocrata byzantino.

---

1 Depping — *Histoire du Commerce entre le Levant et l'Europe.*

2 A invasão arabe arrebatou ao imperio byzantino o Egypto e a Syria, duas das mais ricas provincias, mas esse facto teve como resultado o desenvolvimento da agricultura e da industria no resto do imperio. (P. Grenier — *Obra citada*).

3 E, entretanto, a marinha de guerra — pelo menos — representou pór vezes papel assaz brilhante na historia byzantina, conseguindo retardar a consolidação dos barbaros nos paizes por estes conquistados. Leão I enviou de Constantinopla a Carthago (468) uma frota de 1113 navios, com mais de cem mil homens, entre soldados e marinheiros, com o fim de retomar a Africa aos vandalos. No reinado de Justiniano, quando da expedição commandada pelo celebre general Belisario, ao qual nos referimos, esse imperador poude reunir em Constantinopla 500 navios, tripulados por vinte mil marinheiros do Egypto, Sicilia e Jonia. As taxas que elle, posteriormente, impoz á navegação prejudicaram a marinha grega e prepararam-lhe a ruina.

Nas luctas que se travaram mais tarde entre o imperio do Oriente e os bulgaros, hungaros e arabes, as frotas da republica dos doges prestaram auxilio aos gregos, que recompensaram seus serviços, concedendo-lhes novas vantagens; as quaes entraram como factores poderosos de seu desenvolvimento naval e mercantil [1].

Amalfi, cuja acção é menos duradoira do que a das outras republicas italianas no commercio levantino, teve, entretanto, uma epocha brilhante nelle, sendo o entreposto das mercadorias que procediam da India, da Arabia, do Egypto e da Europa. Os amalfitanos possuiam feitorias em Palermo, em Syracusa e Messina e tinham em Constantinopla um quarteirão e uma egreja.

Os pisanos que, ao verem os amalfitanos e venezianos percorrer os mares, levando em suas esquadras mercantes enormes riquezas, tinham sentido sua ambição estimulada e avigorado o amor da independencia, entregaram-se com valentia ás mesmas emprezas. Aproveitando-se das dissidencias entre os venezianos e o imperador Aleixo Comnene, os

---

[1] Os imperadores Basilio e Constantino concederam em 991 por *cryso* — bulla — franquias commerciaes aos venezianos na capital byzantina, prohibindo-lhes, entretanto, apoderarem-se do commercio dos amalfitanos, judeus, lombardos e outros, que alli já negociavam nesse tempo. (H. Belin — *Histoire de la Latinité de Constantinople*).

pisanos trataram de conseguir para a colonia que tinham estabelecido em Constantinopla a mesma concessão que possuiam aquelles, e que consistia em uma *escala*, armazem especial ou mais barato para as suas mercadorias, logar de honra em Santa Sophia e tribuna reservada no hippodromo, nas cerimonias e festas publicas.

Fanucci narra do seguinte modo esse privilegio:

«Saranno dati alla Chiesa Pisana, nominata *Santa Maria,* ogni anno, 400 monete d'oro iperperi e due paramenti; al dilettissimo arcivescovo di Pisa, monete simile, 60 ogni anno, ed un paramento; a Lamberto giudice, a Carletto ed ad Antonio, 100 monete simili; e dopo la morte di loro si daranno alla chiesa suddetta... Vi sará assegnata *una scala* a cui debbano approdare le vostre navi e discaricarvisi; vi sara dato un luogo *addattato* e *conveniente* con abitazioni, acciochè possiate risporvi le vostre mercanzie ed abitarvi. Similmente, nella grande chiesa di Santa Sofia di CPli vi sará assegnato un posto onorifico e distinto, dal santissimo nostro patriarca. Nell'ippodromo, ossia circo de CPli, vi sará dato luogo distinto in cui dobbiate sedere, voi Pisani, nei giorni degli spectacoli. I croce signati che anderamno a Gerusalemne coi vostri uomini e coi vostri legni, per cagione di militare contro i pagani, non avranno, o in andare o in ritornare, impedimento nessuno...» [1]

---

[1] Fanucci — *Storia di tre celebri popoli del l'Italia: Veneziani, Genovesi e Pisani.*

Os pisanos domiciliados em Constantinopla não se dedicavam somente ao commercio, trabalhavam tambem nas fabricas de estófos de seda, que os italianos exploravam naquella cidade, desde o inicio do seculo XI.

Como os venezianos, amalfitanos e pisanos, os genovezes foram commerciar com o imperio byzantino, obtendo, não só na capital como em outros pontos, diversos privilegios. Em 1142, os genovezes, tornando-se uteis ao imperador João Comnene, conseguiram que as taxas arbitrarias impostas ás suas mercadorias fossem substituidas por imposto regular. Poucos annos depois, novas vantagens lhes são outorgadas por um tratado que lhes dava um subsidio annual durante quatorze annos, reducção na tarifa das alfandegas, permissão de viverem em *communidade* na capital, mercado, *escalas*, presentes annuaes para o arcebispo, os consules e a cathedral [1].

Quando os genovezes restabeleceram os imperadores gregos no throno de Constantinopla, do qual sessenta annos antes uma revolução os afastara, seu predominio no imperio foi incontestavel. Os quarteirões de Pera e Galata sobre o Bosphoro são-lhes cedidos. Elles fortificaram-nos, cercando-os de muralhas

---

[1] H. Belin — *Obra citada.*

e fossos; transformam-nos em sua feitoria principal para o commercio do mar Negro e do Occidente com Byzancio.

Ao serem iniciadas as expedições guerreiras á Palestina todos esses povos possuiam já em Constantinopla um quarteirão proprio, armazens, lojas e mesmo fabricas. Esta cidade foi desde então o grande emporio, em que o Oriente e o Occidente se encontravam para a troca de seus productos, chegados alli por differentes caminhos. Os genovezes levavam os peixes, as pelliças e os grãos das margens do mar Negro, [1] e os vinhos da Italia, que se vendiam em concorrencia com os da Romania, de Chypre e de Candia; áquelle mercado, a Asia Menor, Trebizonda e o Egypto enviavam as especiarias, os perfumes, as drogas, o algodão, o indigo e o assucar, mercadorias essas que, em grande parte, iam para a Allemanha pelo Danubio [2]. Por mar, os francos levavam

---

[1] Entre os trigos, que do Mar Negro eram levados a Constantinopla, Balducci Pegoloti cita: o de *Rodesto*, muito apreciado e procedente da Romania; o de *Caffa*, que era o melhor do Mar Negro; o de *Azilo*, que valia tanto quanto o precedente, mas que tinha melhor venda; o de *Moacastro*, pouco inferior ao de Azilo, os de *Varna*, *Zaorra*, *Vezina*, e *Sinope*.

A questão agricola preoccupou vivamente os byzantinos. Um contemporaneo do imperador Porphyrogeneto considerava a agricultura como uma das tres partes que comprehende a politica, sendo as outras a militar e a religião. O imperador Leão III organizou um codigo rural (P. Grenier — *Obra citada*).

[2] Scherer — *Obra citada*.

á capital do imperio os pannos de Chalons, Beauvais, Paris, São Diniz, Toulouse, Narbonna, Carcassona, Perpignan, Bruxellas, Malines e Florença, o escarlate de Genova, os estófos brancos de Narbonna, os cobertores de Provins e as *bancales* de Bagnoles[1]; a India, a Persia, a Mesopotamia e a Syria entretinham esse commercio em uma constante prosperidade.

Quando, porém, os principes da Egreja, no terceiro concilio de Latrão, intimaram os byzantinos assim como todos os christãos a que não vendessem aos musulmanos armas, ferro, madeira para construcções e tudo quanto pudesse servir para a guerra, as relações commerciaes com o imperio grego resentiram-se d'essa medida prohibitiva. Os venezianos procuraram illudir a determinação da Egreja, buscando caminho diverso d'aquelle que até então fôra seguido para negociarem com a India. Tana, na emboccadura do Tanais, sobre o mar de Azoff foi o ponto escolhido para entreposto d'esse commercio, e communicações se estabeleceram d'ahi com as antigas cidades de Bukhara, Samarkanda e Balk, que, como outr'ora, continuavam a ser o centro permanente de todas as expedições do Hindustão e da China pela Asia central e septentrional. As

[1] Depping — *Histoire du Commerce entre le Levant et l'Europe*, tomo I.

*

mercadorias seguiam o antigo caminho até o mar Caspio, mas nesse ponto, em vez de se dirigirem para oeste pelos rios do Caucaso, subiam, para noroeste, o Volga até Astrakan, atravessando depois por terra uma parte da Russia meridional até o Don, que desciam para attingir Tana [1].

Os genovezes, por sua vez, para fazerem o mesmo commercio, fundaram Caffa, na Criméa, á entrada do mar de Azof, que era uma situação muito mais favoravel do que a de Tana. Já anteriormente, esses rivaes dos venezianos tinham estabelecido feitorias nessa mesma região, em Soldaya, Cenabalo, Cerco etc. Caffa servia-lhes de entreposto não só para as mercadorias que procediam da India e da Persia, pelo mar Caspio e Astrakan, como para os productos das regiões do Norte e dos que os seus navios levavam da Europa com destino ás cidades do Oriente [2].

As mercadorias da India que atravessavam a Bukharia e a Armenia ficavam muito caras pelas difficuldades de transporte. Então, os mercantes procuraram contrabandear os productos europeus contra os das terras do Ganges e Indo nas cidades da costa meridional da

---

1 Scherer — *Obra citada.*
2 Depping — *Obra citada.*

Asia Menor. Com o Egypto, o contrabando fazia-se por Tunis e littoral de Barca, tendo para esse fim as republicas italianas equipado numerosas frotas [1].

O commercio de Constantinopla com o Ponto Euxino datava de longo tempo, porque, como atraz dissemos, desde a epocha da primitiva Byzancio, já as relações se tinham estabelecido. D'alli recebia pelles, escravos em grande quantidade e baratos, mel, peixe, cera e peixe salgado. Entretanto, se essa importação avultava no mercado byzantino, a exportação d'este para aquella região pouco valor representava. Quando o imperio arabe entrou em decadencia, Constantinopla apoderou-se do commercio do Norte e começou a negociar com os povos da Taurida, do Don e com os russos. Estes ultimos, desde o x seculo tinham na capital do imperio byzantino o quarteirão de S. Mamas para residencia, e nessa epocha eram alimentados pelo Estado, que lhes fornecia rações de pão, carne, peixe, vinho [2] e fructos.

As praças mais importantes do commercio interior da Russia denominavam-se então No-

---

[1] Scherer — *Obra citada.*

[2] Os vinhos introduzidos em Constantinopla eram os de *Creta, Tropea* e *Cotron* na Calabria, de *Palti* na Sicilia, da *Marca de Ancona* e da *Baixa Romania*. (Balducci Pegoloti: *Pratica de la Mercatura*).

vogorod, Tchernigof, Mielneza, na Volkynia, e principalmente Kief, no Dnieper. D'esta ultima cidade, dirigiam-se os russos a Constantinopla [1].

Kief era desde o seculo VI uma cidade populosa e importante sob o ponto de vista commercial. Ella realizava annualmente, oito feiras para a troca dos productos asiaticos nas quaes se davam entrevista muitos extrangeiros, senhores, burguezes, artistas e operarios tão avidos de prazeres e festas como de negocios e lucros. Essas mercadorias iam, ora para oeste pelas planicies da Ukrania e o Danubio, ora para o norte pelo Achse [2].

Quando os allemães e os italianos estabeleceram feitorias nessa praça e que os byzantinos viram que o seu papel de intermediarios nas relações com os russos estava ameaçado, prohibiram a estes ultimos passar o inverno na capital do imperio e impuzeram-lhes outras restricções para assegurarem a Constantinopla o monopolio do entreposto; o effeito d'essas disposições foi contradictorio porque os russos abandonaram esse mercado [3].

Não era só a Constantinopla que os extrangeiros affluiam; outros portos do imperio attra-

---

1 Hoffman, trad. de Duesberg — *Obra citada.*
2 Frignet — *Histoire de l'Association Commerciale.*
3 Hoffman, trad. de Duesberg — *Obra citada.*

hiam tambem os visitantes. A feira de S. Demetrio em Salonica constituia um ponto de reunião dos mercantes italianos, francezes, hespanhoes e dos arabes do Egypto e da Syria. Em Brussa, situada em uma ilha do estreito que separava a capital grega medieval da Asia, os genovezes não só compravam sedas, que eram producto local, como especiarias, que alli chegavam, via Damasco. Havia naquella cidade insular dois bazares; em um d'elles vendia-se algodão e sabão, que tinham muito consumo; no outro, os mercantes achavam ao seu dispor artigos finos; estófos de seda de variadas cores, algodão tecido, perolas e pedras preciosas [1].

Os genovezes tinham conseguido de Miguel Paleologo a exploração exclusiva das minas de aluminio existentes nas montanhas da antiga Phocea. Esse producto servia de lastro aos navios, mas de lastro com valor, porque seu escoamento era facil e proveitoso em qualquer porto onde aquelles chegassem [2].

Trebizonda, que na antiguidade conseguira ganhar uma certa importancia como republica independente, passara, com o correr dos annos e os vaivens da politica, a ser uma provincia do imperio grego. Por occasião, porém, da

---

[1] e [2] Depping — *Obra citada.*

revolução que collocou no throno de Constantinopla os latinos, dois principes da dynastia dos Comnenes ahi se refugiaram acompanhados por um grande numero de familias gregas e puderam fundar um novo imperio, que herdou todas as fraquezas e vicios de Byzancio, sendo a miudo atacado pelos turcos e mongoes. Entretanto, essa situação de luctas civis e invasões não prejudicou as relações mercantis que Trebizonda entretinha. Genovezes e venezianos alli estabeleceram feitorias e trataram de obter privilegios eguaes aos que lhes tinham sido concedidos em Constantinopla [1].

Depping extracta do manuscripto de Bessarion e do livro de Balducci Pegoloti as seguintes linhas que descrevem a Trebizonda d'então:

«Com seus edificios gregos, levantados em amphitheatro e munidos de terraços e jardins, com seus barrancos e levadas, suas cupulas e palacios, sua cidadella quasi inexpugnavel, edificada no planalto de um

---

[1] As mercadorias, que se levavam a Trebizonda e se vendiam em seu territorio aos naturaes do paiz pagavam ao imperador 3 %; mas se eram compradas por genovezes ou cidadãos de qualquer outra nação latina, tinham franquia. Se os artigos conduzidos por mar á dita cidade não se negociavam nella e só se despachavam para Tauris, o fisco imperial percebia vinte e oito *aspros* por carregamento e o consul nacional um. A's mercadorias entradas em Trebizonda, via Tauris, qualquer que fosse sua natureza, cobravam-se quinze *aspros* por carregamento, sendo quatorze para o fisco e um para o consul. (Capmany — *Memorias historicas sobre la Marina, Comercio y Artes de la antigua ciudad de Barcelona*, tom. III).

rochedo e servindo de residencia á familia imperial, apresentava um golpe de vista encantador. Junto do porto havia um bazar cujas lojas estavam ricamente providas de mercadorias da Asia e da Europa. Independentemente d'essas lojas, Veneza e Genova tinham cada uma, á beira-mar, um ponto fortificado que servia de deposito ás suas mercadorias. As galeras genovezas traziam de Constantinopla os pannos francezes, flamengos e italianos; as telas de Champagne, os alhos da Italia, a quincalheria allemã e os fructos seccos da Hespanha. Havia na cidade fabricas onde se trabalhava excellentemente na tecelagem dos estófos de algodão e seda. Os armazens de Trebizonda offereciam tecidos de oiro, vindos de Bagdad e do Cairo; perolas e pedras finas da India e da Persia; tecidos de seda e algodão, objectos manufacturados pelos indios e chinezes; pannos escarlates de Florença, canhamo e mel da Mingrelia. Como os habitantes do paiz tinham pouco gosto pela navegação, posto que seus navios frequentassem Constantinopla e Caffa, eram ainda genovezes que lhes forneciam os grãos da Taurida. Os francos importavam de Trebizonda, a seda, o kermes, importante para a tintura do escarlate, e o alumen, sobretudo o que se denominava *de rocha de columna*, e que passava no commercio por ser de primeira qualidade: a sua venda annual attingia a quatorze mil quintaes».

O citado escriptor conta ainda que, segundo um historiador arabe, os musulmanos do interior da Asia recebiam por Trebizonda não só os tecidos de linho e de algodão dos francos mas tambem os estófos fabricados pelos russos. Nas feiras que todos os annos se realizavam alli, compareciam mercantes de

diversos paizes e differentes religiões; viam-se nellas francos, musulmanos, gregos e armenios [1].

Cerasunto (Kerasune) era outra cidade do imperio fundado pelos Comnenes, a qual se levantava em amphitheatro no littoral do mar Negro e que estava em communicação com differentes pontos da Asia Menor com os quaes commerciava. Mais a oeste, na mesma costa, estava Sinope, com um esplendido porto, e que negociava em sedas ou pellos sedosos de Angora, que serviam aos povos do Occidente para fabricarem o *camelão*, um tecido lustroso, que foi muito usado durante a edade média. Os turcos conseguiram conquistar aos gregos esse porto, que se tornou um ninho de piratas, acarretando, por vezes, graves prejuizos aos mercantes que traficavam no mar Negro [2].

Tal como nos demais ramos da administração publica, o systema de impostos instituido pelos byzantinos soffreu diversas modificações com o decorrer dos annos e á medida que os acontecimentos as suggeriam. Os successores de Justiniano restabeleceram os direitos sobre as successões, tendo, todavia, Tiberio II supprimido os *epibolos*, e Irene reduzido os direi-

---

[1] e [2] Depping — *Obra citada.*

tos de commercio cobrados pelas alfandegas do Bosphoro e do Hellesponto. Nicephoro I, afim de occorrer ás despezas com as guerras contra Harun-al-Raschid, suspendeu os direitos alfandegarios percebidos em Abydos e estabeleceu dois impostos que foram impopulares: o *kapnikarion* [1] ou imposto de capitação, e o *allelengyon* [2] ou imposto de garantia mutua.

O commercio continuou a ser gravado de um ou outro modo, ora obecendo a fins economicos, ora a medidas politicas, nem sempre justas, portanto, contraproducentes.

No decimo seculo, os direitos aduaneiros de importação e exportação subsistem — diz P. Grenier. Do decimo primeiro seculo ao fim do imperio, declinando a agricultura e a industria, diminuindo o territorio do imperio, o commercio tornou-se quasi a unica materia tributaria; no decimo segundo, em Byzancio, as hospedarias, as lojas, as praças de mercado eram submettidas a taxas, assim como as mercadorias que chegavam á capital, por via terrestre e maritima. Do restabelecimento ao fim do imperio grego, o commercio extranho,

---

[1] Este imposto foi aliás abolido em 973 por Zimesces.

[2] O *allelengyon*, suspenso annos depois e restabelecido por Bazilio II, foi por fim abolido pelos successores d'este imperador.

então no poder dos genovezes, não sendo taxado, todo o peso dos impostos recahia sobre os negociantes byzantinos [1].

Se a corrupção social, abrangendo todos os ramos da actividade byzantina, entregou inteiramente a acção economica aos povos que surgiam em torno, enfraquecendo pouco a pouco as bases do imperio pela immiscuição na sua vida interna e preparando-lhe a queda, forçoso é confessar que a obra civilizadora de Byzancio, durante o longo espaço de quasi onze seculos, foi vastissima e de alcance perduravel. A disseminação do christianismo, a codificação de leis acarretando a remodelação da sociedade, a creação de uma arte e litteratura que tantas obras magistraes nos legaram e, por fim, a consciente e ciosa conservação das obras primas da civilização grega, ás quaes se deve a Renascença já depois do desapparecimento do imperio do Oriente, constituem os opulentos florões com que ella se apresenta na Historia, tornando-a immortal e como que ainda presente nas pugnas pacificas pelo Progresso e pelo Bem.

Pujante e temeroso erguia-se o mundo musulmano!

---

1 Pierre Grenier — *Obra citada.*

CAPITULO III

Os Arabes

I A Arabia, segundo Ptolomeu e os geographos arabes — Escorço historico d'este povo — Influencia religiosa e civil de Mahomet nos destinos da sua raça — Expansão musulmana para o Occidente — II Organização do imperio arabe: Bagdad — Khalifado de Harum-al-Raschid — Vias commerciaes terrestres e maritimas — Acção religiosa e civilizadora dos arabes no Oriente — III O dominio musulmano na Africa — O seu intercambio no Mediterraneo — Hespanha, Sicilia, Italia, Corsega etc. — IV Relações mercantis com o norte da Europa: vias fluviaes e maritimas — O commercio dos arabes no Oriente — Organização judiciaria — Sciencias, lettras e artes.

Emquanto as hordas barbaras se lançavam em torrente sobre o mundo romano e que a luz brilhante de toda uma civilização se apagava por alguns seculos no Occidente, um povo oriundo d'essa mesma Asia onde nações adeantadissimas assignalaram epochas de esplendor em todos os ramos dos conhecimentos, — o arabe — fortificado pela fé em uma nova religião, amante do fragor das batalhas, guiado por seus prophetas, alargou os horizontes pa-

trios, amontoando conquistas e fundando um imperio que abrangeu todo o Oriente e transbordou em uma parte da Europa [1].

Ptolomeu dividira o paiz dos arabes em tres regiões, denominando-as *Arabia Petrea*, *Arabia Deserta* e *Arabia Feliz*; os geographos arabes, porém, achando impropria essa classificação, adoptaram uma outra que a repartia nos seis territorios seguintes:

O *Hedjaz*, porção montanhosa e esteril, onde em terrenos arenosos se levantam as cidades sagradas de Mecca e Medina, e cujos caminhos só eram percorridos pelas caravanas dos peregrinos e mercantes que a esses se reuniam para irem negociar nas feiras abertas junto dos grandes sanctuarios nacionaes; o *Yemen*, prodigo de thesoiros, que margeia o golfo Arabico; o *Hadramaût*, que as aguas do Oceano Indico banham; o *Oman*, cujos valles ricos de seiva e oasis bellissimos enchem de encantos a paizagem; o Djebel-Akdar, que se extende do Oman á emboccadura do Euphra-

---

1 Segundo nos ensina a Biblia, os arabes provéem de dois troncos, sendo um d'elles formado por Iokatan, neto de Sem, cujos descendentes foram residir no Yemen, o outro por Ismael, o filho que o patriarcha Abrahão expulsara de sua casa junto com a escrava egypcia Agar e que, depois, na Arabia contrahira matrimonio com a filha do Medad dos Djormitas. São, portanto, de raça semita esses povos, bem que, com o correr dos tempos, se tenham accentuado grandes differenças entre o arabe e o hebreu.

tes, a que dá tanto renome a pesca das perolas; e o *Nedjed*, que forma o planalto central da Arabia, confinando em dois pontos com grandes desertos [1].

De todas essas regiões, a do Yemen foi aquella em que mais floresceram brilhantissimas cidades, taes como essa Mareb, a Sabá da Biblia, onde reinou uma soberana formosissima, mulher tão apaixonada e astuciosa que soube prender ao carro de seus triumphos amorosos o douto Salomão. Nessa cidade, conta Herodoto, havia já quatrocentos annos antes de Christo, soberbos palacios, onde se amontoavam fabulosas riquezas, e Strabão, baseando-se na narrativa de Artemidoro, confirma o que diz seu compatriota, precisando que os tectos das casas dos ricos eram adornados com oiro, prata, marfim e pedras preciosas, que reflectiam suas fulgurações em sumptuosos moveis e em jarros artisticamente cinzelados.

Ceres e Pomona tinham favorecido o Yemen com as suas mais opulentas graças: alli se viam saborosos fructos adereçando copadas arvores, que abriam suas folhas em variadas formas, proporcionando sombra e frescura aos que a ellas pediam abrigo quando o cansaço da viagem os rendia; alli se pavoneavam garbosos

---

[1] Essas classificações, como é facil verificar, não correspondem mais ás actuaes divisões politicas da Arabia.

os arbustos que distillavam o incenso e as gommas odoriferas que as voluptuosas orientaes queimavam em caçoilas de oiro nos seus luxuosos aposentos; alli, o tamareiro vergando ao peso de deliciosos cachos, e a esbelta palmeira, baloiçando o seu verdejante penacho aberto em leque ao brando sopro das brisas estivaes, alegravam a solidão; os campos, fertilizados pelos rios e canaes, entremeavam o glauco de sua vegetação com o doirado dos trigaes amadurecidos [1].

O Yemen foi a séde de um poderoso imperio, cujos reis governaram durante tres mil annos. A sua actividade commercial era extraordinaria, prova de que os arabes antes de Mahomet já fruiam uma adeantada civilização, porque estando em constante negocio com populações cultas, haviam forçosamente de

---

[1] Massudi, chronista arabe, referindo-se ao Mareb, que fazia parte do Yemen, exprime-se assim: «Os seus habitantes desfructavam todas as commodidades da vida, tendo em abundancia os meios de subsistencia assim como terra fertil, ar puro, céo sereno, numerosos mananciaes de agua, um dominio bem cimentado e um imperio prospero no mais alto ponto; e tudo isso contribuia para converter o seu paiz em uma residencia, cujas vantagens chegaram a ser proverbiaes. Distinguiam-se tambem pela nobreza de sua conducta e pelo agrado com que recebiam, cada um segundo suas posses, aos forasteiros que iam ao seu paiz e a todos os viajantes. Durou esse estado de prosperidade tanto quanto approuve a Deus; nenhum rei lhes resistiu sem ser derrotado, nenhum tyranno marchou contra elles sem ser desfeito; todas as regiões lhes estavam submettidas, todos os homens acatavam suas leis e elles eram como um diadema na fronte do universo».

polir-se. Durante a antiguidade classica elles foram corretores mercantis entre a Europa, a Asia e a Africa. A Roma e Alexandria, os arabes vendiam os artigos de luxo que iam buscar á India, taes como as pedras preciosas, as especiarias, os vasos murrhinos e as sedas provenientes da Serica, assim como o oiro, o marfim e os escravos, que traziam da Ethiopia e da Nubia, e os perfumes, producção do seu paiz. Os arabes, em virtude da semelhança que havia entre a sua lingua e a dos phenicios, serviam-se d'estes nos primeiros tempos como intermediarios do seu commercio, depositando em Tyro e nas feitorias que elles possuiam no golfo Persico as mercadorias destinadas ao Occidente. Apenas os babylonios eram rivaes dos arabes nas trocas com a terra dos brahmanes. Ambos levavam á Syria seus carregamentos, que alli tinham facil escoadouro entre as populações mediterraneas.

Bem que suas embarcações fossem assaz grosseiras, os arabes muito cedo aventuraram-se ao mar, percorrendo as ilhas do mar das Indias e talvez a Africa oriental. Essas temerarias expedições soffriam bastante pelos continuos perigos a que estavam sujeitas, em consequencia dos poucos rudimentos de nautica dos seus mareantes. Em Djeddah recebiam os arabes os productos da Abyssinia

e da Africa central, transportavam-nos atravez da peninsula, fazendo sómente uma parada em Mecca, antes de chegarem a Gerra, onde depositavam as perolas colhidas no golfo Arabico, e d'ahi partiam com suas mercadorias para a foz do Euphrates. No anno 195 da éra christã, tribus procedentes do Yemen apoderaram-se d'esse rio e fundaram nas suas margens, perto da Babylonia meridional, a cidade de Hira, capital de um novo reino arabe bastante forte e policiado, o qual durou, independente, cerca de quatrocentos annos. Em Hira, «os palacios estavam adornados de moveis preciosissimos, os jardins, recamados de exquisitas e perfumadas flores, e o Euphrates, que elegantes embarcações sulcavam, reflectia á noite as mil luzes de suas barcas, conduzindo ricos senhores e habeis musicos. Os arabes empregaram todos os recursos da sua imaginação para contarem as maravilhas d'esses palacios encantados, que eram então as mais formosas e hygienicas mansões de todo o Oriente».

Em Haurân, nos confins do deserto da Syria, umas tribus arabes, procedentes do sul da Arabia, tinham fundado o imperio de Ghassan, que existiu muitos seculos. As excavações feitas pelos archeologos modernos em sua capital, Bosra, puzeram a desco-

berto monumentos cujas inscripções testemunham o adeantado grau de civilização dos arabes ghassanidas [1].

Iatreb, (Medina) situada a pouca distancia de Mecca, foi tambem bastante commercial e rica, tendo os judeus nella assentado um dos muitos arraiaes que possuiam para o desenvolvimento de seus negocios e propaganda religiosa.

Amando as longas viagens atravez do deserto, que percorriam no dorso dos camellos para commerciar, e atrevidos organizadores de expedições guerreiras ou *raids* de banditismo a que a velocidade de seus maravilhosos cavallos dava ganho pelo imprevisto e impetuosidade do ataque — os arabes foram sempre mui ciosos de sua independencia, e o extrangeiro nunca poude assenhorear-se do seu paiz.

Ptolomeu, ao recolher uma parte da herança de Alexandre, conseguira que os nabatheus fizessem causa commum com elle contra Antigono, o que determinou este a enviar-lhes um de seus generaes, o qual conseguiu surprehender Petra (a moderna Uadi-Muça),

---

[1] Dizem as chronicas arabes que a emigração do Mareb para as terras em que se fundaram o reino de Hira e o imperio de Ghassan, foi devida á inundação que devastou o paiz, occasionada pela ruptura dos diques que fechavam o lago artificial onde tinham reunido, com o intuito de fecundar o solo, os rios e fontes que existiam nos arredores da cidade.

*

mas, em seguida, foi anniquilado com todo o exercito que commandava. Para reparar essa derrota e castigar os vencedores, Antigono encarregou seu filho Demetrio de executar tal incumbencia, que elle levou a cabo sem effusão de sangue [1].

Não obstante terem os romanos creado o mais vasto imperio da antiguidade, jámais puderam subjugar os arabes, a não ser algumas tribus residentes nos limites das terras cultivadas. Augusto intentou a conquista da Arabia, enviando uma expedição ao Yemen, a qual, aliás, foi mal succedida.

O arabe é supersticioso, sanguinario, mas ao mesmo tempo generoso e a sua hospitalidade é proverbial. Se, todavia, a sua gratidão é immensa, sua vindicta é despiedosa. Os be-

---

[1] Ao chegar esse chefe a Petra, os arabes disseram-lhe: «Porque nos fazes a guerra, a nós, que habitamos desertos onde nada ha necessario á vida commoda dos habitantes das cidades? Sabe que se buscámos abrigo no meio de uma região privada de todos os recursos é por estarmos resolvidos a fugir á escravidão. Consente, pois, em acceitar os presentes que te offerecemos para mandares retirar teu exercito e tem a certeza de que para o futuro, os nabatheus serão teus amigos fieis. Mas, se preferes continuar o sitio, dentro em pouco soffrerás todo o genero de privações, sem que de nenhum modo possas obrigar-nos a observar um genero de vida differente da que estamos acostumados a seguir desde a infancia, e ainda que chegasses a fazer entre nós alguns prisioneiros não acharias nelles senão escravos desanimados, incapazes de viver sob instituições differentes das nossas». Vendo Demetrio que tinha a felicidade de terminar em paz uma guerra que considerava cheia de difficuldades, acceitou os presentes e retirou-se. (G. Lebon — *La civilisation des Arabes*).

duinos, tribus nomadas e batalhadoras, muitissimas vezes entraram em lucta com os seus compatriotas, os arabes sedentarios que viviam nas cidades e se entregavam á agricultura, á industria e ao commercio. Era a guerra do pobre contra o rico, na qual o primeiro dava expansão aos sentimentos de banditismo que a aridez da vida no deserto despertava, procurando roubar o que a região em que habitava não podia produzir [1].

O traço mais saliente do caracter arabe, escreve Desvergers, é essa mescla intima de ardor pelo saqueio e hospitalidade; de espirito de rapina e de liberalidade; de crueza e de generosidade cavalheiresca, que põe alternativamente em relevo as qualidades as mais oppostas, attrahindo no decurso de uma narrativa a admiração e a censura sobre a mesma pessoa vinte vezes.

A religião impunha aos arabes lealdade nas convenções feitas na guerra e d'isso é um

---

[1] Os nomadas desprezaram sempre as conquistas da civilização, preferindo muito mais sua existencia do deserto. Elles repelliram continuamente os offerecimentos de terras que lhes fizeram para nellas se estabelecerem. Conta Diodoro da Sicilia, que, nos primeiros tempos da sua historia, aos nabatheus nomadas da Arabia Petrea era prohibido plantar trigo e arvores fructiferas, assim como construir casas, por se considerar que não era possivel guardar esses bens sem sacrificio da liberdade. Assim é que nunca puderam ser conquistados, e Herodoto observa que quando a Phenicia e a Palestina foram obrigadas a mandar pezados tributos ao rei da Persia, os arabes foram os unicos isentos d'elles. (G. Lebon — *Obra citada.*)

exemplo a *tregua de Deus*, que durava tres mezes durante os quaes se realizavam as peregrinações a Mecca, festa religiosa, commercial e poetica em que cessavam as hostilidades entre as tribus combatentes. Elles tinham em grande valor o culto da Poesia: a chamma sagrada illuminava suas mentes; a sua lingua, extremamente rica, prestava-se á musica do verso e ao jogo das rimas. Era nas feiras de Okad, nas terras de Mecca, que se realizavam celebres torneios floraes, em que os cantores, perante uma assistencia attenta, recitavam seus poemas, sendo as obras dos vencedores gravadas em lettras de oiro numa tela de linho, que era suspensa na Kaaba, templo sagrado [1]. Nesses certamens, o poeta que mais victorias ganhou foi Amru.

Não havia unidade religiosa entre os arabes: algumas tribus eram monotheistas, mas adoravam simultaneamente os astros; outras tinham idolatrias ainda mais grosseiras. Comtudo, entre elles, as doutrinas dos filhos de Israel e a de Christo conseguiram um bom numero de proselytos.

---

[1] A *kaaba* era o sanctuario, o pantheon em que estavam reunidos todos os deuses venerados pelos arabes, a qual era visitada por muitos peregrinos, annualmente. Ella fôra copiada, diz a tradição, de uma casa existente no Paraiso onde os paes do genero humano viram os anjos prostrar-se em adoração. O seu constructor chamava-se Abrahão. Nesse templo, Mahomet encontrou trezentos e sessenta deu-

No meio d'essa confusão de religiões surgiu um reformador, que, fazendo a unidade do culto no seu paiz, lhe trouxe tambem o germen do seu poder politico e de uma nova civilização, que havia de fazel-o brilhar no Oriente, em terras de Africa e nessa Hespanha que ainda conserva — e d'isso se orgulha — os esplendentes vestigios que lhe ficaram do dominio musulmano.

Esse reformador religioso e politico revolucionario, chamava-se Mahomet: era filho de Abd-Allah e membro da tribu dos koréischitas, que gozavam do privilegio de guardar a Kaaba. Orpham desde tenra edade, ficara aos cuidados de seu avô, que, ao morrer, deixando-o ainda muito joven, o recommendara a Abu-

---

ses, entre os quaes, segundo os chronistas arabes, se via tambem uma Virgem byzantina com o menino Jesus nos joelhos.

O senhor Sheffer, distincto orientalista, que traduziu a viagem que Nassir Khosru fez na Syria, Palestina e Arabia, nos annos de 1035 a 1042 da nossa era, encontrou alli a seguinte descripção da *Kaaba*: «As paredes d'esse templo estavam todas revestidas de marmores de differentes côres, e pelo lado do Occidente veem-se seis murahbs de prata cravados na parede, cada um dos quaes se acha á altura de um homem e está cheio de inscripções em oiro e prata, esmaltado de um tom negro bronzeado. As paredes desde o chão até á altura de quatro *arech* conservam-se em seu primitivo estado, mas d'essa altura ao tecto estão cobertas de marmore, ornamentadas de arabescos e de esculpturas, a maior parte dos quaes são doirados».

A *Kaaba* guardava a pedra negra — conta a lenda — nucleo primitivo da terra, outr'ora rubi flammejante, que, cahindo do céo, illuminara toda a Arabia com clarões de aurora e foi-se apagando e ennegrecendo á medida que se foram pervertendo os homens e só tornará a brilhar no dia de juizo. (Cesar Cantu — *Obra citada*).

Taleb, seu tio. Este destinou o sobrinho ao commercio e, em uma das suas viagens á Syria, levou-o em sua companhia. Alli travou o moço arabe conhecimento com um frade nestoriano chamado Bahira, do mosteiro de Bosra, que o iniciou na leitura do antigo testamento e lhe prophetizou um glorioso futuro. Ao completar vinte annos, Mahomet fez suas primeiras armas, combatendo com os koréischitas contra tribus que tinham violado o territorio sagrado de Mecca, e conta-se que nessa occasião se distinguiu bastante, mostrando notaveis aptidões na arte da guerra. Aos vinte e cinco annos casou-se Mahomet com a viuva Kadidjâh, cuja fortuna, junta ao dote que elle recebera de seu tio, o tornou um dos homens mais ricos d'aquella cidade.

A meditação era um dos seus prazeres favoritos. Excessivamente amante da justiça, o mancebo koréischita filiara-se á associação dos *fadhuls*, a qual jurava defender os opprimidos e castigar os culpados. Privando com os poetas e os homens mais esclarecidos, o seu espirito, tinha-se illustrado e a perfeição era um dos seus mais ardentes sonhos. Foi ao regressar de uma temporada do costumado retiro, passado em uma montanha das proximidades de Mecca, que Mahomet se sentiu tocado pela graça divina com a apparição de um archanjo, que lhe disse: «Em nome do Senhor, que creou

o homem e vem ensinar ao genero humano o que não sabe, Mahomet tu és o propheta de Deus e eu sou Gabriel». A' sua mulher Kadidjâh correu elle a contar o prodigio, e esta, por sua vez, o communicou a Varca, sacerdote versado nas Escripturas, que achou o facto verdadeiro e proclamou Mahomet propheta e legislador dos arabes. Em breve, quarenta e cinco de seus amigos convertem-se á nova religião, e seu primo Ali declara que deseja ser seu vizir, isto é, segundo.

Primeiramente, ridicularizado e depois hostilizado pelos koréischitas, guardiães da Kaaba, Mahomet e seus adeptos são ameaçados de morte. Durante dez annos, o propheta, desdenhando as perseguições, vai prégando os novos dogmas e angariando proselytos, sem outra arma mais do que a eloquencia da sua palavra e a convicção no seu destino.

Quando morreram Abu-Taleb, seu tio e protector, e sua mulher Kadidjâh, Mahomet, que já antes permittira o exodo de seus discipulos para a Abyssinia, afim de se porem a salvo de perseguições, vendo-se só e desprotegido, retirou-se para Taïf, onde não conseguiu ser ouvido, e depois foi a Iatreb, cujos habitantes, informados da moral simples e santa de sua doutrina, a acceitaram. Quando os koréischitas souberam que Mahomet obtivera esse triumpho, procuraram matal-o e, para o conseguir, cer-

caram-lhe a casa, mas o propheta escapou á conjuração, fugindo de Mecca, onde então estava, para Medina, sendo ahi recebido triumphalmente. Essa fuga marca a era musulmana ou hegira *(hidjret)* e occorreu no anno 622, depois de Christo.

E' em Medina que o propheta começa a organizar o culto que formara e a dar combate ás tribus vizinhas, sahindo vencedor de todas as expedições. A tomada de Mecca foi das mais importantes victorias para a sua influencia, porquanto lhe trouxe a submissão das populações proximas da cidade sagrada [1].

Ao chegar ao fausto do seu poder politico, que já tinha submettido á sua fé os arabes das fronteiras do Egypto e da Syria, enviou men-

---

[1] A originalidade particular de Mahomet, que pertenceu á tribu sacerdotal e dominante dos arabes — diz Zeller — é de ter encontrado a expressão mais completa e mais exacta do seu paiz e da sua raça; elle soube, para dominar esta, melhoral-a e reunil-a em uma nação, imperar em suas boas paixões com as quaes corrigiu e dirigiu as más, e fez por conseguinte de uma raça dispersa, indisciplinada, sem crenças, e onde o mal sobrepujava ainda o bem, uma só nação homogenea, em que o bem tomava o passo ao mal. O segredo do poder que elle exerceu sobre os contemporaneos e o da permanencia do seu dominio entre os arabes e sobre as outras nações que abraçaram seus dogmas e suas leis, é o de ter lançado os proprios ensinamentos religiosos e civis no cadinho de uma lingua nova para o arabe, que não era a prosa nem a poesia, mas uma especie de eloquencia cadenciada, com os attractivos de uma e a utilidade pratica da outra, e que associava de uma certa maneira, em uma mescla barbara algumas vezes mas poderosa, os recursos da razão, que ensina, aos da imaginação, que descreve. (Zeller — *Obra citada*).

sagens a differentes reis, entre os quaes o dos ghassanidas e o dos persas, convidando-os a converter-se á sua religião [1].

Dez annos depois da hegira, quando Mahomet regressou a Medina, após effectuar uma peregrinação a Mecca, em companhia de noventa mil devotos, adoeceu em casa de Zeïnab, uma de suas esposas. Vendo que o mal se aggravava, manifestou o desejo de ficar só com uma de suas mulheres, sendo esta designada pelas outras, e a escolha recahiu em Aïcha, filha de Abu-Bekr.

Antes de morrer reuniu os seus crentes para falar-lhes pela ultima vez, fazendo-se transportar para isso á praça publica. Nos braços de Aïcha repousou, ao exhalar seu ultimo suspiro, esse grande homem, que foi um apostolo e um guerreiro, um poeta e um legislador, e que, robusto na sua fé, tanta influencia exerceu sobre os povos irmãos.

---

1 Este ultimo, ao receber a carta do propheta, na occasião em que ia firmar um tratado de paz com os embaixadores de Heraclio, apenas a abriu e sem querer inteirar-se do conteudo, dilacerou-a, pisou-a aos pés, indignado com a ousadia d'esse homem que firmára o documento que lhe dirigia, o que, segundo os usos orientaes, indicava uma pretenção de superioridade, e ordenou ao governador do Yemen, que se apoderasse d'esse impostor do Hedjaz. Mahomet, ao saber da attitude de Khosroes — assim se chamava o monarcha persa, — exclamou : « Que Deus destrua seu reino como elle destruiu minha carta ! » Prophecia esta que seus successores realizaram mais tarde.

O *Koran* [1] é a biblia dos musulmanos, ponto de partida e base da sua civilização. Mahomet mandou escrever essa obra [2], segundo as necessidades do momento e as revelações do archanjo Gabriel, ao qual, em suas allucinações, o propheta via sempre [3].

Pela morte de Mahomet, os seus discipulos cuidaram em nomear-lhe successor. A eleição foi muito disputada, mas, devido á intervenção de Aïcha, a escolha recahiu em Abu-Bekr, considerado, todavia, não como um novo propheta, mas apenas vigario, que tinha por

---

[1] O Koran compõe-se de cento e quatorze capitulos de tamanho desegual, distinguindo-se uns dos outros, não por numero de ordem mas por titulos especiaes tirados, ora de alguns dos versiculos, ora da pessoa que fala, e, algumas vezes, caprichosamente. Esse livro não é apenas religioso, mas tambem um codigo civil e politico. Os arabes consideram-no como a obra mais notavel que se tem escripto, o que é uma opinião muito respeitavel, mas exaggerada. Zeller — o escriptor a que já nos temos reportado — diz que o seu defeito é ser um livro politico e religioso, o que offerece o duplo perigo de immobilizar simples costumes, dando-lhes o caracter sagrado de uma prescripção divina, e de comprometter o dogma, communicando aos ensinamentos de Deus a fraqueza e caducidade das obras humanas. (Zeller — *Obra citada*).

[2] Mahomet não sabia escrever ou, pelo menos, fazia acreditar nisso ; quando falava, dizia-se inspirado e suas palavras eram recolhidas e escriptas em pedras, folhas de palmeira, ossos de camello. Assim foi tomado o *Koran* (o livro), que só depois da morte do propheta foi redigido pelo seu secretario Zaid. (C. Seignobos — *Obra citada*).

[3] A religião fundada por Mahomet chama-se o *Islam*, que significa resignação á vontade de Deus, e os seus adeptos denominam-se *musulmanos*, os resignados. Seu culto é dos mais simples e limita-se a orações rezadas na mesquita nas horas annunciadas pelo *muezzin*, ás ablações antes de cada prece, a jejuns, á pratica da caridade e á peregrinação a Mecca. Sua moral é das mais severas.

dever sustentar a religião e a auctoridade politica, fazer a guerra e acceitar a paz. Assim foi iniciado o *Kalifado* do Oriente. Por essa occasião, o imperio byzantino dominava o sul da Europa, a Asia e a Africa, do Egypto ao Oceano Atlantico, e o persa estendia muito longe seus limites na Asia; no Occidente, os barbaros disputavam-se os restos do mundo romano.

O successor do propheta, tendo restabelecido a ordem entre os seus compatriotas, que novas seitas e schismas procuravam dividir, aproveitou-se da instabilidade dos imperadores gregos e dos Sassanidas para organizar a guerra santa preconizada por Mahomet nas seguintes phrases: «Combatei os incredulos até que toda a resistencia cesse e a religião de Deus seja a unica. A guerra contra os infieis é uma guerra santa. Deus está com os combatentes e os que caiem na batalha vão direitos ao Paraiso».

Começa então a epocha da maior expansão musulmana, iniciada pelo fundador do islamismo que havia dilatado as suas conquistas até os limites da Arabia.

A Syria é a primeira provincia atacada, e não obstante ser protegida por Heraclio, á frente de 60:000 soldados, os gregos passam pelo dissabor de vêr os arabes entrarem em Damasco e ahi firmar seu poder.

Pela morte de Abu-Bekr, Omar, elevado ao kalifado, continua a obra do seu antecessor. Com rara intrepidez, planta o estandarte do propheta em Jerusalem, que resiste desesperadamente, e apodera-se por completo da Syria. Dividindo em seguida o seu exercito em dois corpos, dá a um a missão de conquistar o Oriente, e a outro, o Occidente. Saad-ibn-Waqqâs, que commanda a primeira d'essas expedições, assenhorea-se da Persia, desthronando o ultimo dos Sassanidas, cumprindo-se assim a prophecia de Mahomet a Khosroes; Amru-ibn-el-Ass, famoso guerreiro, por sua vez, parte da Syria para o Nilo, á frente de um punhado de cavalleiros, penetra no Egypto e conquista-o inteiramente, fazendo capitular Alexandria, ultimo ponto de sua defeza, após quatorze mezes de cêrco [1]. Este general foi o fundador de Fostât (a tenda), que se tornou o velho Cairo (Al-Kahirah, a victoriosa) e fez abrir um canal, que pelo Nilo unia o mar Vermelho ao Mediterraneo [2].

---

1 Foi nesse assalto que se deu o incendio da famosa bibliotheca de Alexandria. Ignora-se se tão lamentavel accidente para as lettras e sciencias se deve a um desgraçado acaso ou fôra ordenado por Omar, que, ao ser interrogado por seu general, respondeu: «Se os livros da bibliotheca de Alexandria dizem o mesmo que o *Koran*, são inuteis; se dizem outra coisa, são prejudiciaes». Viardot crê que Amru não fez mais do que continuar a destruição d'essas obras iniciada pelos christãos, por odio ás lettras pagãs. (Viardot — *Histoire des Arabes et des Maures d'Espagne*).

2 Viardot — *Obra citada*. (Vide Volume I d'esta obra. Capitulo II).

E' no kalifado de Omar que, afim de tornar mais faceis as relações commerciaes entre a India e a Asia anterior, é fundada Bassorah nas margens do golfo Persico e feitos os primeiros ensaios de uma organização politica e administrativa no imperio. A Omar, morto apunhalado, succede Othman, que não obstante os seus oitenta annos de edade e as rebelliões que teve de suffocar, levou suas armas até á Armenia, explorou a India, conquistou Chypre, e, pela vez primeira, os navios arabes apparecem no Mediterraneo. Pela morte violenta de Othman, é nomeado vigario Ali, cujo governo foi curto, terminando com este a serie dos kalifas, companheiros do Propheta. E' então que começa a governar a familia dos Ommeiadas, inaugurada por Moaviyya, sendo transferida para Damasco a séde do kalifado, onde a simplicidade de costumes dos primeiros successores de Mahomet é substituida pela pompa dos soberanos orientaes, e á eleição para o vicariato succede a hereditariedade [1].

Moaviyya apodera-se das ilhas de Rhodes

---

[1] Moaviyya imita a etiqueta seguida nas côrtes extrangeiras. Constroe um palacio em Damasco e colloca na sala da audiencia um throno cuja porta é guardada por um *kádjib* ou camarista; quando vae á mesquita, assiste aos officios em uma *maqsurab*, especie de palco gradeado; quando sae, uma guarda o acompanha; creou uma chancellaria (*Diuan-al-akhtam*) que registrava todos os actos emanantes do poder central, afim de que uma vez expedidos não pudessem ser falsificados. (Stanislas Guyard — *La civilisation musulmane*).

e Creta e ataca Constantinopla por mar e terra, mas os seus defensores conseguem fazel-o recuar. Menos feliz é o imperio do Oriente na Africa, cuja parte septentrional cae nas mãos dos arabes, que alli organizam uma provincia com um governo distincto. Do lado da Asia, o Oxus é explorado e os exercitos chegam até Samarkanda.

Quando o Maghreb foi completamente conquistado e pacificado, o wali Muza escreveu ao kalifa Welid, que reinava então em Damasco, pedindo-lhe para juntar ao seu imperio a Andaluzia, região cheia de maravilhas, admiravel pelo clima, territorio, rios, chuvas, cidades e monumentos [1].

Realiza-se então a conquista da Hespanha e o temor do dominio musulmano invade o mundo christão [2].

---

[1] « E' — dizia Muza — a Syria, pela belleza do céo e da terra; o Egypto, por suas fructas; a China, por seus metaes preciosos ».

[2] O wali ordena, com a approvação do kalifa, a Thâryk-Aben-Zyad que, á frente dos arabes e dos berberes do Atlas, convertidos ao islamismo, se apodere da Hespanha. Ao desembarcar esse general em uma montanha que se chamou Djebel-al-Tarik (Gibraltar), em frente a Algeciras, mandou que se retirassem os navios que o tinham transportado, e, voltando-se para seus soldados, exclamou: « Em nome de Allah, avante! O inimigo acha-se em nossa frente e o mar na rectaguarda ». Nas margens do Guadalete, nas planicies de Xerez, os wisigodos são totalmente vencidos em uma batalha que durou tres dias. Malaga, Granada, Cordova, Toledo, Merida, Saragossa, Sevilha e a Lusitania caem successivamente no dominio arabe, cujo imperio vae do oceano Indico e do Hymalaia ao Atlantico e aos Pyreneus. Elles pretendem alargar ainda mais suas possessões e passam esta ultima

II

Organização do imperio e transferencia da capital para Bagdad — Instituição do Divan e hierarchia administrativa — O kalifado de Harun-al-Raschid. Descripção de Bagdad — Prosperidade politica e financeira — Commercio e Industria. Caravanas, Feitorias e Bazares — Agricultura — Caminhos do intercambio maritimo. Entrepostos — Acção dos arabes no Oriente.

Após o periodo de expansão territorial e politica que vimos de esboçar, vem o da organização do imperio.

Com a subida dos Abassidas ao vicariato, a capital do imperio é transferida de Damasco para Bagdad, cidade que Al-Mansor mandou edi-

---

cadeia de montanhas, penetrando nas Gallias pela Septimania. Abd-er-Rahman é o heroe d'essas jornadas e leva de vencida os christãos até o Loire, tomando Tolosa, saqueando Bordeos, indo até Tours, cuja basilica queria destruir como *templo de idolatria*. Surge então Carlos Martel que lhe impede a marcha, e de escaramuça em escaramuça e contramarchas, os dois exercitos encontram-se, finalmente, em Poitiers, onde, depois de uma batalha encarniçada que durou muitos dias, Abd-er-Rahman se viu obrigado a bater em retirada. «Essa victoria — escreve Viardot — salvou a França e talvez a christandade toda inteira. Se a bandeira do islamismo vencedor dos gregos e ameaçando Constantinopla, tivesse fluctuado nas torres de Paris; se a monarchia dos francos tivesse cahido como a dos godos, não sei que barreira assaz poderosa ficava na Europa para conter a dupla torrente, que subindo o Rheno e o Danubio, tivesse feito juncção no centro da Allemanha. Era então a religião de Mahomet que se tornava a religião catholica universal». Os musulmanos não conservam então em França, graças á intervenção do guerreiro franco, mais do que a parte mediterranea, d'onde Carlos Magno definitivamente os expulsou.

ficar na margem esquerda do Tigre [1]. O esplendido palacio de Kask-al-Khud e uma mesquita levantam-se no quarteirão de Karkh. Escolas, hospitaes, mercados, magnificas casas fazem-se com uma rapidez incrivel, e o commercio floresce. E' sob esta dynastia que terminam as conquistas e que os musulmanos começam a organizar o vastissimo imperio em que dominavam e a concentrar todos os seus esforços na obra da civilização.

E' instituido o divan *(al-diuân)* no governo, especie de conselho de Estado, cujos membros são escolhidos pelo kalifa e aos quaes este consulta sobre os negocios publicos [2]. Imitando os persas, criam-se em seguida os logares de vizires ou ministros. Com essa innovação, os serviços administrativos foram-se subdividindo em: *Diuân-al-kharâdy* ou ministro das finanças;

---

[1] A cidade construiu-se á imitação de um acampamento, em circulo perfeito ao redor do palacio do kalifa. Como se achava situada nas proximidades de Bassorah, Kufa, Mossul e outras cidades, assim como no caminho do commercio das Indias, cresceu rapidamente em população e prosperidade e adornou-se com os restos das cidades que tinham florescido nas suas immediações. Foi durante quinhentos annos a capital do imperio musulmano; depois cahiu successivamente em poder dos tartaros, mongoes e turcomanos, até que, afinal, veiu a ser capital do imperio persa restaurado. (C. Cantu — *Obra citada*).

[2] Bem que o *al-diuân* fosse consultado ordinariamente sobre os negocios publicos e encarregado de esclarecer o chefe do Estado a respeito dos diversos objectos da politica e da administração, elle não tinha outro direito senão o de consultar a auctoridade do raciocinio; outro emprego mais do que o de facilitar as ordens do kalifa. (Viardot — *Obra citada*).

Diuân-al-diyâ ou administração dos bens do Estado; *Diuân-az-zimâm*, repartição de registro ou tribunal de contas; *Diuân-al-djond*, ou ministerio da guerra; *Nazar-al-mazâlim*. ou côrte de cassação; *Diuân-al-mawâli whalghilmân* ou administração dos libertos e escravos do kalifa; *Diuân-al-barid* ou ministerio das postas; *Diuân-ar-rasâil* ou repartição da correspondencia, e, finalmente, *Diuân-at-tauqui* ou repartição do sello imperial e do registro dos documentos officiaes. Estabelecem-se ainda outras repartições para a expedição e recepção de papeis officiaes e para a inspecção de pezos e medidas [1]. O primeiro ministro tomava o nome de *hageib (khadjeb)*. A administração das provincias confiava-se aos *walis* ou governadores, de nomeação do kalifa ou do primeiro ministro, dos quaes só dependiam. Sob suas ordens estavam os wizires ou tenentes de districto, e os alcaydes *(alkayd)* ou commandantes de fortalezas.

O kalifado de Harum-al-Raschid é uma das epochas mais brilhantes do imperio [2].

---

[1] S. Guyard — *Obra citada.*

[2] « Nenhum principe musulmano — diz Baudrillart — levou mais alto o luxo monarchico do novo Oriente. Suas peregrinações ao tumulo do propheta são passeios esplendidos atravez do deserto e dos paizes conquistados. Por toda a parte elle multiplica os caravançarás, verdadeiros oasis de luxo e requinte sob os pés dos viajantes no Oriente, e prodigaliza larguezas que caiem como chuva de oiro sobre

*

O palacio dos kalifas em Bagdad rivalizava em maravilhas com os dos cesares byzantinos. Era uma mansão das *Mil e uma noites.* Esse palacio, que se chamava «o castello da eternidade», comprehendia as casernas para a guarda de pessoa, composta de soldados persas e francos, de casas para os funccionarios e de aposentos privados do chefe dos musulmanos. A parte habitada pelos kalifas «era uma serie de compartimentos circulares cobertos de cupulas, sendo as paredes revestidas de applicações de jaspe e alabastro, e de tapeçarias cujos motivos representavam caçadas, concertos e danças de *almês*; portas de marfim e ebano com placas de oiro e nacar davam alli accesso. Animaes phantasticos e plantas entrelaçadas decoravam os capiteis e bases das columnas. No inverno, o aloés de Mandal queimava-se em caçoilas; no estio as correntes de ar trazidas por tubos escondidos sob montões de flores espalhavam uma frescura embalsamada; o parque e os jardins estendiam-se até ao Tigre; um vasto tanque occupava o centro; as alamedas calçadas de

---

os povos offuscados e reconhecidos. Que delicias lhe faltam? As do corpo não lhe bastam. O espirito póde tambem gosar seus prazeres sem que lhe custe esforço algum penoso. Harum deixa-se encantar e embalar brandamente pelas rimas dos poetas e sentenças dos sabios. Elle experimenta voluptuosamente todas as curiosidades». (Baudrillart — *Obra citada*).

pedras multicores, que davam á vista a illusão de um tapete, margeadas de grandes vasos incrustados de pedras preciosas e cheios de flores, separavam os diversos massiços de arvores copadas onde erravam as gazellas e esvoaçavam os passaros raros; canaes circulares espalhados em andares deixavam cahir de um para o outro as toalhas de suas ondas; os leões tinham seus palacios, pateo quadrado calçado com marmore e fechado por muralhas muito altas contra as quaes se applicavam grandes gaiolas de ferro doirado. De tempos a tempos soltava-se no pateo o rei do deserto, ostentando os mais bellos d'entre esses animaes collares de esmeraldas. De cima de um terraço, o kalifa deleitava-se em vêl-os saltar e em ouvir seus rugidos» [1].

Sob os Abassidas, foram emprehendidos

[1] A. Marrast — *Bagdad sous les kalifes.*

A descripção do luxo, verdadeiramente asiatico, com que Harum-al-Raschid recebeu os embaixadores de Carlos Magno que lhe levavam differentes presentes, é assim feita pelo monge de S. Gall: «Soldados brilhantemente vestidos estão em grande numero nas proximidades do palacio; setecentos guardas occupam os aposentos que os embaixadores atravessam offuscados; sete mil eunuchos, dos quaes tres mil são negros, tratam do serviço interior. Os aposentos reaes adornavam-se com trinta e oito mil peças de tapeçaria, das quaes doze mil e quinhentas eram bordadas a oiro. Os hospedes francos puderam ver na sala da audiencia uma arvore de oiro massiço coberta de perolas, imitando fructas e repleta de passaros feitos de metaes valiosos. Essa arvore, ao baloiçar-se, deixava ouvir o gorgeio de todas essas aves. Era na mesma sala que os musulmanos se prostravam ante o kalifa, que podia distribuir em um só dia a seus cortezãos quatrocentos mil *dinars*». Diz o chronista que no ban-

diversos trabalhos de utilidade publica, taes como a construcção de estradas e de caravançarás por toda a parte. A agricultura e a industria desenvolveram-se. Os vinhos de Ispahan e Scherad tinham renome e eram solicitados pelos paizes mais remotos. As fabricas de tecidos finissimos de Mossul, Alep e Damasco começaram a exportar seus productos. As minas de chumbo, enxofre, ferro etc., entraram a ser methodicamente exploradas. As conquistas dos arabes concorreram extraordinariamente para que o commercio florescesse. Ao principio, os musulmanos tinham empregado a força para fazer triumphar sua religião, mas quando esta dominou em todo o seu imperio, elles tornaram-se tolerantes e generosos. Cincoenta annos depois de Mahomet, a historia não registra mais entre os arabes um só acto de perseguição religiosa. Nas terras da Asia, da Africa e da Hespanha, cada nação, cada tribu, cada familia poude guardar suas crenças e praticar livremente seu culto [1].

O imperio arabe era vastissimo, pois abran-

---

quete a que Harum presidiu nessa solemnidade, «as toalhas eram tecidas com fios de prata, os pratos em que serviam os deliciosos manjares, de oiro, e os vasos em que se bebia tinham sido trabalhados no mesmo metal e enriquecidos de pedrarias. As flores e os perfumes embalsamavam o ambiente. As dulcissimas melodias que os musicos executavam, concorriam para fascinar os convivas».

[1] A. Viardot — *Obra citada.*

gia além da Arabia, a Syria, a Palestina, a Persia, a Armenia, a Anatolia, a Babylonia, a Media e Assyria, o Khorassan, o Tabaristan, o Sedjistan, a Georgia, a Grã Bukharia até á China; na Africa, pertencia-lhe a Lybia, o Egypto, a Mauritania e outras regiões; no Occidente, a Hespanha e uma parte da Gallia não eram perolas menos fulgurantes do sceptro dos kalifas. Em todas essas provincias arabes vivia uma população de mais de cento e cincoenta milhões de habitantes. Comprehende-se facilmente que, dominando os arabes em tantos paizes, de climas tão diversos e, por conseguinte, tendo producções differentes cada um d'elles e numerosas populações ás quaes a civilização ia creando necessidades e habitos de requinte e luxo, — o commercio e a industria tomassem notavel incremento no imperio e se estendessem ao exterior como passamos a demonstrar nas linhas subsequentes [1].

---

[1] O luxo dos arabes não foi como entre os romanos, um commercio passivo nem um systema de exploração das provincias para alimentar o commercio improductivo de uma só cidade. Ao contrario; como a civilização arabe não se limitava ao recinto do palacio, nem ao horizonte estreito de uma classe, e estava convenientemente espalhada sobre as diversas nações e no imperio, todos tiveram naturalmente sua parte nos gosos que ella proporcionava. Se Bagdad era a mais esplendida das cidades, muitas outras não lhe ficavam atraz em magnificencia. Damasco, Ispahan, Bassorah, Kairuan, Fostât, Cordova etc., eram outros tantos astros brilhantes de luz propria e não como as cidades do imperio romano, simples satelites no systema da poderosa cidade das Sete Collinas. (Scherer — *Obra citada*, tomo I).

Na sua religião, os arabes encontravam incentivo para o commercio, porquanto o Koran diz que elle e á industria são coisas agradaveis a Deus, e que os fieis devem animal-os e protegel-os. Assim é que se viam as caravanas viajar sem obstaculos por entre os exercitos musulmanos, cujos soldados preservavam e soccorriam os mercantes e as mercadorias contra qualquer perigo, conscios de cumprirem um preceito religioso. Poços e cisternas se abriam nos desertos por conta do Estado, assim como hospedarias e marcos milliarios nas estradas mais concorridas. O governo mostrava ainda quanto lhe merecia o trafico, concedendo-lhe outras garantias. Funccionarios especiaes tinham a missão de vigiar os bazares, de verificar a qualidade das mercadorias, proceder em certos casos á regulamentação dos preços adventicios, de verificar a importancia e a somma das operações, terminar as differenças entre os negociantes, emfim, fazer tudo quanto exigiam o bem do commercio e o interesse geral.

O mercador acompanhava usualmente a mercadoria, mas a enormidade das distancias obrigava-o algumas vezes a recorrer aos intermediarios que se occupavam das importações e exportações. E' possivel mesmo que as grandes casas de Bagdad, Bassorah, Ormuz e Cairo tivessem feitorias nas regiões de além-mar, na

India, na China, na costa oriental da Africa e outros pontos.

Bagdad, porém, capital do imperio na Asia, sob os Abassidas, foi, do seculo oitavo ao decimo, o entreposto no Oriente. A sua população era calculada em um milhão de habitantes. Alli affluia o que havia de distincto nas lettras, nas artes, na industria e no commercio; alli foi o campo principal da civilização arabe. Os bazares da cidade, illuminados por cupulas por onde se coava o dia, constituiam o logar favorito dos passeantes [1].

Nesse labyrintho de ruas, que uma larga via atravessava, viam-se as lojas em que o Occidente e o Oriente haviam amontoado thesoiros: os brocados e as joias byzantinas, as porcelanas da China, os vidros de Balbeck, as ceramicas das Baleares, o balsamo e o incenso do Yemen, o aço e os chales de Kaschemyr, os manuscriptos em pelle de gazella e em papel de seda de Samarkanda. «Mulheres vestidas de setim floreado do Egypto, com os rins apertados por cintos rosados onde brilham os diamantes e as perolas, circulam, montadas em asnos brancos da Mesopotamia. Os eunuchos de sua guarda acompanham-nas no passeio e com ellas param nas joalherias onde o judeu,

---

[1] Scherer — *Obra citada.*

farejando bom negocio, é capaz de offerecer-lhes os crysolithos da Mauritania de que fala a lenda arabe. provenientes dos thesoiros perdidos por Alexandre, quando procurava nos desertos da Africa a fonte da vida. Acolá, um professor e um poeta discutem assumptos grammaticaes. Aqui, passam derviches, tendo nos bonnets a inscripção: «Não ha outro Deus mais que Deus»; soldados de Irâk, levando carcazes de coiro incrustados de agatha e cornalina, e arcos de palmeira; medicos a cavallo; kadis em toga negra e turbante da mesma côr; astrologos com vestimentas semeadas de estrellas. Em torno de um cantor arabe, que se faz acompanhar pela musica de um *minhar*, ha gente agglomerada. Um principe persa entra com grandes demonstrações de respeito em uma loja mantida por um dignitario do kalifa, e compra-lhe por cem *dinars* de oiro um pequenino tapete de estofo commum, marcado, porém, com o sello do Commendador dos Crentes,—que dizem ser por elle tecido, pois que o possuidor de tantos thesoiros é assignalado como vivendo de seu trabalho manual. Estes extrangeiros, com vestes de seda bordada a oiro, que trocam joias de Constantinopla contra aromatas da India, são os embaixadores de Basilio, que levam de par o commercio e a diplomacia. Eis aqui os enviados de Cabul e os do imperador do Thibet. E

os homens loiros e de olhos azues, calçados de sandalias e cuja curta tunica é coberta por um saiote de pelle de lontra, véem da côrte do imperador dos francos pedir protecção ao kalifa para os peregrinos christãos que se destinam a Jerusalem» [1].

Bagdad fizera prosperar largamente sua industria, salientando-se no fabrico de vasos de oiro e de prata, de ceramica, estófos de seda, bordados, bijuteria. As suas manufacturas de vidro preparavam-no esmaltado e, tambem, imitando perolas. A fabricação do papel, que tinham imitado dos chinezes, e a do assucar, dos persas, davam bons negocios a essa cidade. Mossul e Nezib salientavam-se pelas suas industrias de tecidos de linho, algodão e marroquim. No Euphrates e no Tigre navegavam constantemente barcos cheios de mercadorias. Pelos canaes que ligavam Mossul a Bagdad chegavam os productos de Constantinopla e do Egypto, que os portos da Syria recebiam. Bassorah, situada na emboccadura de dois rios sobre o golfo Persico, era importante centro commercial maritimo. Ahi desembarcavam os navios arabes, procedentes da India, carregamentos de perfumes, especia-

1 Marrast — *Obra citada.*

rias e marfim; ahi, os juncos chinezes trocavam a lacca e a seda por objectos de vidro, assucar, algodão e agua de rosas. Bagdad entretinha, pois, relações commerciaes com a Syria, a Armenia, Persia Turkestan, com as Indias e as ilhas da Sonda, que lhe vendiam perolas, madeiras preciosas e especiarias, e com a China, utilizando-se para isso não só do caminho terrestre como da via maritima.

Mecca, continuara a conservar suas feiras, que as peregrinações religiosas ao sanctuario contribuiam para manter prosperas; servia não só de entreposto aos productos da Arabia como ás trocas que se faziam com a Asia, a Africa, e a Europa. O Yemen, entrava tambem no movimento commercial, não só concorrendo com a sua producção agricola mas, tambem, com a pastoril e industrial. Possuia fabricas de pannos de lã e de seda, de coiros de carneiro e boi, e entregava-se á industria da seccagem de uvas, que se vendiam no mercado como sendo passas de Corintho.

A parte sudeste da Arabia tomou grande importancia commercial, quando o kalifado estabeleceu sua capital em Bagdad e fundou Bassorah, donde os mercantes partiam para a India, pela via do golfo Persico. Mascate era então visitada por todos os navios que faziam esse commercio. No interior da Arabia, as caravanas tinham mercados em certos pon-

tos, onde os negociantes se encontravam para combinarem operações mercantis [1].

A Syria, séde do kalifado dos Ommeiadas, foi a primeira provincia e continuou sendo a segunda do imperio. Os productos do seu solo eram muitos e variados. Os seus agricultores cultivavam com vantagem os differentes cereaes, o algodão, o arroz, as laranjas, os limões e as oliveiras; as montanhas do Libano forneciam esplendidas madeiras para construcção. Jerusalem, Sidon, Tyro e Damasco avantajavam-se não só no labor da terra como no fomento industrial. Damasco era reputada por seus pannos, conhecidos pelo nome da cidade productora *(damascos)*, por suas armas, cujo aço era finamente temperado. Com taes riquezas não é extranhavel que essas cidades da Syria fossem centros consideraveis de commercio, sobretudo Damasco, passagem obrigada das peregrinações a Mecca. Os antigos portos phenicios de Sidon (Saïda), Tyro (Sur) e Berytus (Beyruth) serviam de arsenaes aos musulmanos para organizarem suas expedições a Rhodes, Candia, Chypre e Constantinopla.

A Armenia era assaz fecunda em trigo,

---

[1] Scherer — *Obra citada*, tomo I.

vinhos, fructas, madeiras e metaes. A lã de seus rebanhos preparava-se em grande parte nas fabricas de Debil, capital da provincia, onde se teciam tapetes afamados por sua côr purpurina obtida com um verme, commum nas vizinhanças do monte Ararat. Trebisonda, constituia, sobre o mar Negro, o entreposto do seu commercio com os povos occidentaes [1]. A Georgia actual, antiga Ran, produzia abundantemente arroz e algodão, e dedicava-se á criação do verme da seda; na sua fronteira os arabes mantinham relações commerciaes com os slavos [2].

Nas provincias da antiga Media e Persia, Rü, situada no caminho real que levava ao interior da Asia, rica de plantações de canna de assucar, de olivaes e açafrão, teve uma epocha de brilhante expansão commercial, sendo muito concorrido o seu mercado, mas quando os kalifas fizeram de Ispahan a capital da Persia, esta sobrepujou aquella, attrahindo a corrente dos negocios, alimentando-os de sua industria de *schales* preciosos, pannos finissimos, mantas para cavallos, selins, essencias e elegantes vasos de argila [3].

Na antiga Khovaresm (Turcomania) existem hoje ruinas de cidades que tomaram parte no

---

1, 2 e 3 Scherer — *Obra citada*, tomo I.

movimento commercial que o imperio arabe entretinha com os povos do norte. Os mercantes d'essa região, dizem as chronicas musulmanas, eram os mais emprehendedores da Asia. Não temendo as fadigas das longas viagens, fundavam por toda a parte feitorias, salientando-se entre essas as de Khorassan, paiz que se estende da fronteira da Persia para leste até aos desfiladeiros do Belur e cadeia do Hymalaia, e cujos limites são, ao norte, o Amu-Daria e a Bukharia, ao sul, o deserto de Kerman e os montes dos Afghans, para o Indo. Esse territorio possuia muitas riquezas, sobretudo diversos metaes e pedras preciosas. As montanhas de Gaút e Kabul forneciam em grande quantidade gelo e neve para os banquetes dos nababos, que os pagavam carissimos por serem muitas as despezas que a sua conservação occasionava. Chamavam-se Nisehabur, Meru, Herat e Balkh as capitaes dos quatro governos em que se dividia a região. Herat servia de ponto de escala ás caravanas que viajavam entre a India e o Afghanistan. Ahi se encontravam na melhor harmonia commercial os representantes de tres religiões inimigas e no seu recinto levantavam-se uma egreja christã, uma mesquita e um templo consagrado ao deus de Zoroastro. Na antiga Bactriana (Balkh), perto dos desfiladeiros pelos quaes se ia ao Hindustão, estavam Kabul, cujo nome significa em idioma

persa *deposito de mercadorias*, e, mais para oeste, Gazna. Balkh, porém, que era a capital d'esse governo, sobrepujava todas as cidades provinciaes como centro commercial, scientifico e elegante [1].

Outra região conquistada pelos arabes, a Sogdiana, — que fazia parte do imperio persa e cujos limites os novos possuidores tinham alargado além do rio Sir-Daria ou Sihum — produzia trigo em abundancia, fructas e sal gemma, curtia coiros e preparava pellicas. As cidades bukharas offereciam ás caravanas que procediam da China e da alta Asia, um mercado dos mais importantes, onde os productos chinezes como o almiscar e o rhuibarbo, o borax e as turquezas do Tibet e da Mongolia foram pela primeira vez vendidos. Samarkanda tomou para o commercio com a China e a alta Asia, a mesma importancia que tinha Balkh para as relações com a India [2].

Nas provincias meridionaes que na Asia estavam sob o dominio do kalifado, ha a notar o Khusistan, muito industrial e, sobretudo, grande productor de assucar, artigo com que pagava uma parte dos impostos que d'elle recebiam os musulmanos; na parte oriental do golfo Persico estava o Farsistan, cuja capital,

---

1 e 2 Scherer — *Obra citada*.

Chiraz, fabricava agua de rosas, perfume muito requestado pelas damas orientaes d'então, o que dava logar a um commercio importantissimo, e notabilizava-se tambem pelos seus bordados de agulha, de uma delicadeza extraordinaria, e por bellissimos tecidos de lã. O porto de Siraf era um escoadoiro de mercadorias para a India. Ao sul do Farsistan florescia Kerman, rica de fertilissimos campos onde numerosos rebanhos forneciam materia prima ás manufacturas de tecidos de Bagdad e Ispahan. Os habitantes d'essa cidade entregavam-se tambem a outras industrias, taes como a do fabrico do azeite, do vinho e do assucar e á venda de fructas. Em frente a uma das planicies de Kerman estava Ormuz, ilha que servia de entreposto ao commercio maritimo dos arabes com a India [1].

Ainda que estes tivessem conquistado Kachemyr, o Pendjab, o reino de Lahore e o Ayanir, sua influencia politica na India foi muito menos importante do que a sua acção religiosa, civilizadora e commercial. Entre as cidades que mais prosperavam então alli sob o kalifado, citam-se Multan, Mansurah, Kultari, Al-Birren e Deïbul. Era de Multan que partiam as caravanas com destino a Kabul,

[1] Scherer — *Obra citada.*

sendo, portanto, o seu mercado muito concorrido. Tres caminhos principaes, um terrestre e os outros maritimos, punham os musulmanos em communicação com a India; o primeiro era percorrido por expedições de mercantes que traficavam com este paiz e Bagdad, Damasco, Samarkanda etc., atravessando a Persia e Kachemyr; quanto aos outros, o commercio fazia-se pelos portos do golfo Persico ou do mar Vermelho. Os artigos que se dirigiam a esse golfo eram enviados para Bagdad e d'ahi as caravanas os levavam ás cidades proximas; os que se destinavam, porém, a Aden, transportavam-se para Alexandria e portos syrios, onde os negociantes occidentaes iam compral-os [1].

Antes de Mahomet, os arabes, servindo-se dos indios como intermediarios, entretiveram relações commerciaes com a China, mas quando elles estenderam suas fronteiras ás margens do Amu-Daria e Shun, estreitaram as relações de amizade com a côrte de Pekin, as quaes muito aproveitaram ao commercio [2].

---

[1] G. Lebon — *Obra citada.*

[2] Varios escriptores arabes narram as viagens que estes fizeram ás terras dos filhos do Sol, sendo uma das mais antigas a que, em 850 depois de Christo, realizou o negociante Suleiman. Além d'isso, nos thesoiros particulares dos kalifas encontraram-se muitos objectos chinezes, provenientes em grande parte das embaixadas que á côrte de Pekin enviou a de Bagdad, o que prova a amizade que então havia entre os dois povos (G. Lebon — *Obra citada*).

Era de Akhsiketh (Taschkend) no Mavar-al-Nahr, submettido aos arabes, que partiam as caravanas destinadas a commerciar com o celeste imperio, tomando diversas estradas, numa das quaes, a mais meridional, estava Khotan, grande mercado de almiscar, procedente na sua maior parte do Thibet. Su-tcheú e Kan-tcheú, que já estavam comprehendidas nos limites do imperio, eram os dois principaes centros para o intercambio, o qual consistia na importação de pannos, tapetes, objectos de cobre, sal ammoniaco e cavallos da Persia, e na exportação de chá, seda, porcellanas finissimas, esculpturas etc. Os arabes puderam mesmo penetrar em pequenas turmas no interior d'esse paiz, fechado zelosamente ao extrangeiro. Mas não era só por via terrestre que os sectarios de Mahomet commerciavam com a China; estes serviam-se tambem da via maritima, fazendo partir para lá os seus navios abarrotados de mercadorias tomadas nas costas da Arabia ou nos portos do golfo Persico [1].

---

[1] Scherer — *Obra citada.*

*

III

Dominio arabe no Continente africano: Egypto e Maghreb — Exportação e Importação: relações commerciaes com os povos mediterraneos. Artigos de escambo. Vias commerciaes. — O dominio musulmano na Peninsula hispanica: Cordova, Toledo, Sevilha e Granada — Os arabes na Sicilia e na Italia.

Deixando a Asia, berço do imperio musulmano, passemos á Africa, região em que a influencia civilizadora dos arabes foi importantissima e reflectiu brilhantemente sobre o commercio e a industria de populações até então em completa barbaria, excepção feita do Egypto. Na Asia, os musulmanos tinham encontrado povos minados por discordias intestinas e quebrantados por costumes dissolutos, mas policiados e promptos a acceitar com facilidade o progresso, o que contribuiu para grangear-lhes a confiança, mesmo entre as tribus indisciplinadas como as da Mongolia, permittindo e facilitando a expansão das relações commerciaes por toda a parte. Na Africa a situação apresentava-se completamente differente. Outr'ora, houvera nessa parte do antigo continente nações independentes, colonias phenicias e gregas ou provincias romanas, prosperas commercialmente, mas cuja civilização, limitando-se apenas ao territorio em que ellas estavam circumscriptas, não pudera disseminar-se

no interior d'essas immensas terras. As hordas de vandalos que tinham feito erupção na Africa quando se deu o desmembramento do imperio romano, só deixaram atrás de si ruinas e barbaria. O Egypto entrou em verdadeira decadencia na occasião em que Constantinopla pretendeu impôr-lhe a religião christã, e que Theodosio mandou destruir monumentos e bibliothecas, anniquilando quasi tudo quanto a civilização fôra amontoando no reino dos pharaós durante cinco mil annos e que as discordias religiosas e as prepotencias dos governadores byzantinos lhe trouxeram a anarchia.

Quando Amru emprehendeu a conquista do Egypto, este facilmente o acolheu como um libertador, tal era o seu soffrimento sob o dominio dos imperadores gregos [1].

---

[1] O general arabe, ao implantar no paiz do Nilo o estandarte de Mahomet, assim o descrevia ao kalifa: «Oh! principe dos fieis! imagina um deserto arido e uma campina magnifica no meio de duas montanhas, das quaes uma tem a fórma de um monticulo de areia, e a outra, a do ventre de um cavallo magro ou, melhor, da espadua de um camello. Tal é o Egypto. Todas as suas producções e todas as suas riquezas provéem de um rio abençoado que corre magestosamente atravez d'elle, dando-se com toda a regularidade a cheia e a baixa-mar, como o curso do sol e da lua.

«Ha uma epocha fixa em que todos os mananciaes do Universo véem pagar a esse soberano dos rios, o tributo ao qual a Providencia do universo os submetteu em relação a elle; e então as aguas sobem, saiem do leito e regam a superficie do Egypto, depositando nella um

Ao estabelecerem-se no Egypto, os musulmanos procederam com a maior tolerancia e equidade em relação aos novos vassallos. As leis, os usos, costumes e crenças dos indigenas foram respeitados; novos impostos substituiram os que injustamente então existiam, e o terço do seu producto empregou-se na conservação dos canaes e diques; crearam-se tribunaes permanentes e côrtes de appelação; o christia-

---

limo precioso. Nessa occasião as communicações de povoado a povoado fazem-se apenas por meio de leves embarcações, tão numerosas como as folhas de palmeira.

«Logo que chega o momento em que as aguas não são mais necessarias para a fertilização do solo, aquelle rio volta suavemente aos limites que o destino lhe prescreveu, afim de que se possam recolher os thesoiros que deixou no seio da terra.

«Um povo protegido pelo céo e que semelhante ás abelhas parece sómente destinado a trabalhar para os outros sem tirar fructo algum de suas penas e trabalhos, abre levemente as entranhas da terra e deposita as sementes das quaes espera a prosperidade com o auxilio d'esse bemfeitor Ser supremo, que faz prosperar e amadurecer o semeado; o germen desenvolve-se, o talo levanta-se e a espiga fórma-se com o auxilio de um rocio benigno, que suppre a chuva e que conserva o succo alimenticio de que o solo se saturou.

«Depois da colheita mais abundante succede ás vezes uma esterilidade repentina, e assim é como, oh! principe dos fieis! o Egypto offerece a imagem de um deserto arido e arenoso, de uma planura liquida e argentina, de uma lagôa coberta de um limo negro e espesso, de uma pradaria verde e ondulante, de uma eira de flores variadissimas e de um vasto campo repleto de colheitas amarelladas. Bemdito seja para sempre o nome do Creador de tantas maravilhas!

«Tres coisas contribuirão essencialmente para a prosperidade do Egypto e felicidade de seus filhos. A primeira, não adoptar projecto algum que tenda a augmentar os impostos; a segunda, destinar a terça parte das contribuições ao augmento e conservação dos canaes, diques e pontes; e a terceira, a não cobrar o imposto senão com os productos que a terra dá. Saudações».

nismo foi benevolamente tratado, permittindo-se que se construissem muitas egrejas e um patriarcha as dirigisse; reataram-se as communicações do Nilo com o mar Vermelho, por intermedio do canal de Kolzum, que tinha oitenta milhas de extensão [1].

Não se limitaram os arabes a invadir apenas o Baixo-Egypto; levaram suas armas á Abyssinia e tambem á Nubia, a antiga Ethiopia dos romanos. Essas expedições foram, porém, só militares, e taes paizes, bem que tivessem soffrido, sobretudo o ultimo, a influencia musulmana, ficaram sempre independentes. Os nubianos taxavam até com direitos consideraveis as mercadorias dos arabes, principalmente na cidade de Bedjrasch, que servia de entreposto, situada ao pé da ultima cataracta, no ponto em que cessava a navegação. Nessa cidade como em Dongolah, que se achava acima das quedas d'agua, os sectarios de Mahomet tinham obtido importantes concessões para o seu commercio. Dongolah era um logar de reu-

---

[1] De todos os costumes egypcios, apenas os musulmanos prohibiam o que annualmente mandava deitar ao Nilo uma donzella viva, roubada a seus paes, com o fim de impetrar da divindade do rio uma elevação sufficiente de aguas na epocha das inundações. A donzella foi então substituida por uma figura de terra chamada a *noiva*, o que ainda actualmente se pratica no dia designado para a cerimonia. Este costume data talvez de mais de sessenta seculos (G. Lebon — *Obra citada*).

nião para as caravanas que se destinavam a Suakim, o mais proximo dos portos do mar Vermelho, em frente a Mecca. Parece mesmo que os arabes foram até Souba, nas vizinhanças da antiga cidade de Meroé e era um centro do commercio do Nilo e da India para a Arabia e Abyssinia. D'essa cidade partia uma estrada que ia ter directamente a outras que cobriam uma parte do littoral abyssinio até ao estreito de Bab-el-Mandeb. O mais seguro dos portos era Zeïlah, cuja situação dizem uns ter sido além do estreito, outros, no seio do golfo, perto das ilhas de Massuah e Dahlak. É positivo que por ahi se fazia o trafico com a Arabia e a India, que consistia em marfim, oiro, escravos, pelles de leopardo, ambar, escamas de tartaruga, mel, cera e outros productos do paiz, trocados por especiarias e artigos fabricados; alli tambem iam as caravanas levar carregamentos consideraveis de grãos e fructas. Suppõe-se que os soberbos cavallos abyssinios entravam em grande numero nesse commercio [1].

Quando o emirato do Egypto se desmembrou do kalifado do Oriente, diversas dynastias de kalifas o governaram, sendo uma das mais notaveis a dos Fatimitas, cujo imperio durou de 972 a 1171 e abrangia toda a Africa Septen-

[1] Scherer — *Obra citada*, tomo I.

trional, a Sardenha, a Sicilia, algumas outras ilhas do Mediterraneo e a Syria. O Cairo, a nova capital, levantou-se bella e deslumbrante, repleta de palacios encantados, de mesquitas sumptuosas e jardins paradisiacos. Makrizi conta que, nessa epocha, a industria chegara a um elevado grau de adeantamento, sobretudo a que se referia á arte da ornamentação, do mobiliario e dos tecidos. As paredes das casas estavam adornadas de azulejos esmaltados ou estuques pintados com côres vivas. O chão era de mosaico ou coberto com tapetes bordados; os moveis de madeira preciosa, finamente incrustados de marfim e nacar, e os que se destinavam ao descanço cobriam-se de capas cujos tecidos representavam animaes, sendo as almofadas guarnecidas com pannos de um vermelho purpureo [1].

---

[1] O mesmo escriptor arabe, para provar a opulencia do thesoiro dos Fatimitas, dá a nota dos objectos que o kalifa Mostanser mandou vender para acudir ás exigencias da guarda do seu palacio. Nesse curioso inventario detalhava-se uma porção de saccos de esmeraldas, de rubis, de perolas, de cornalinas e varias outras pedrarias; dezoito mil jarras de crystal de rocha, algumas das quaes valiam mil *dinars*, trinta e seis mil outros objectos do mesmo corpo; uma esteira de oiro; quatrocentas gaiolas grandes de oiro; vinte e duas mil joias de ambar; um turbante adereçado de pedrarias do valor de 130 mil *dinars* (cerca de dois milhões de francos); gallos, pavões e gazellas de tamanho natural, em oiro e incrustadas de perolas e rubis; mesas de sardonica, tão grandes que muitas pessoas podiam comer nellas ao mesmo tempo; uma palmeira de oiro plantada em uma caixa tambem

O Egypto foi o celleiro da Arabia e d'elle partiam grandes carregamentos para Mecca. Afim de tornar mais faceis os transportes, os musulmanos tinham mandado limpar o antigo canal dos Ptolomeus, entre Suez e o Nilo. Assuan era uma das cidades mais visitadas do imperio fatimita e centralizava todo o commercio interior da região do Nilo. Tennis (actual Tenneh), e Damietta notavam-se como cidades industriaes, fabricantes de finissimos tecidos de seda, de algodão e de linho, bordados para tapetes, tendas, mantas para cavallo, capas de pello de cabra, arreios e objectos de luxo.

Abordemos agora essa outra parte da Africa, que abrange a costa Mediterranea, que vae de Tripoli a Marrocos, á qual os christãos da edade média chamavam *Barbaria* e os musulmanos *Maghreb*. Na epocha em que os romanos dominavam o mundo, a Africa septentrional fôra

---

de oiro: flores e fructas de tamanho natural, feitas em perolas e rubis; um jardim, cujo chão era de prata doirada, a terra, ambar, as arvores, prata, os fructos, oiro e pedrarias; uma tenda de campanha de 425 pés de circumferencia e 90 metros de altura, toda de velludo e setim bordado a oiro e cujas cortinas constituiam carga para dez camellos; outra tenda, tecida com oiro puro, sustentada por seis columnas de prata massiça; cubas de prata de tres quintaes de peso; dois mil tapetes recamados de oiro, um dos quaes custara 22 mil *dinars*, e os de menos valor, mil d'estas moedas; cincoenta mil peças de damasco recamadas de oiro, duzentas mil peças de armaria e mais de cem mil outros artigos preciosos. (G. Lebon — *Obra citada*).

dividida em cinco provincias: a Africa propriamente dita, comprehendendo tres subdivisões — a Africa proconsular ou paiz de Carthago com a Byzacena, que encerrava toda a região dos *emporia* ou mercados de grãos, do golfo de Gabes ao de Hamamet e a Tripolitana; depois, a oeste, a Numidia, tendo Constantina como capital, e as tres Mauritaneas: a Sitifianna, a Cesareanna e a Tingitana [1]. Differentes povos tinham conquistado essas regiões e nellas se haviam sustentado mais ou menos algum tempo, sem que sua influencia pudesse ter alterado grandemente a massa das populações alli residentes, as quaes tinham, na maioria, conservado seu idioma, religião e costumes. Os musulmanos, ao invadirem a Africa septentrional, mostraram após a victoria o mesmo tino politico empregado em todas as anteriores conquistas, que julgavam poder tornar definitivas. Os christãos e os judeus conservavam, desde que

---

1 Ao emprehenderem suas conquistas, os arabes chamavam a Africa Septentrional e a Hespanha, de Maghreb ou Occidente; quando se estabeleceram em Kairuan e Tunis, adoptaram o antigo nome de Yfrikia para toda a região que mais tarde tinha de formar a regencia de Tunis e de Tripoli, reservando então a designação de Maghreb para as regiões occidentaes da Africa. Deram então o nome de Maghreb central ao territorio que comprehendia pouco mais ou menos a Argelia actual, e o de Maghreb extremo ao territorio de Marrocos. (G. Lebon — *Obra citada*).

se sujeitavam á capitação, suas leis, seus bens e sua religião [1].

Os musulmanos foram assim moralmente conquistando as tribus berberes que se deixaram facilmente seduzir por uma religião de praticas tão simples. Entretanto, houve rebeldes á fé nova, os quaes, acceitando mesmo o jugo do imposto, preferiram abandonar a região invadida e internarem-se nas montanhas ou ir mais longe abrigar sua independencia nas terras aridas que vizinham o Sahara [2].

Até Harum-al-Raschid, o Maghreb foi governado por emirs, nomeados pelos kalifas e que a estes obedeciam; nessa occasião, porém, a auctoridade do vicariato do Oriente tornou-se nominal e a Africa começa a ser administrada por principes verdadeiramente autonomos até que um soberano fatimita de origem berbere quebra definitivamente os laços debeis que a uniam ao kalifado, derrubando a dynastia arabe e fazendo o paiz completamente independente.

---

1 El-Tudjani, cheik arabe que em 1306 fez uma viagem no Maghreb, ao atravessar os campos do golfo de Gabes, da banda do lago de Tuzer e de Djerid ou paiz das tamaras, dizia: «A prova que essa região foi conquistada sem resistencia, resulta de que as egrejas, que os christãos alli tinham levantado, subsistem ainda em nossos dias, posto que em ruinas; não foram demolidas pelos conquistadores, que se contentaram em construir uma mesquita em frente de cada uma d'ellas».

2 Max-Latrie — *Relations et Commerce de l'Afrique Septentrionale avec les nations chrétiennes au moyen âge.*

A' proporção que as populações berberes se iam submettendo aos musulmanos, o commercio desenvolvia-se, e com elle a civilização. Os portos de Barka e de Mahun exportavam para o Egypto não só gado lanigero e bovino, como, tambem, uma variedade de trigo que se vendia por um preço excessivamente barato. Tripoli, Tunis e Alger eram territorios riquissimos em variadas plantações, sobretudo em algodão e canna de assucar, e em suas montanhas havia abundantes minas de prata, ferro e cobre. Kairuan era o centro do trafico para todos os productos que d'alli se extrahiam. Os mercantes effectuavam suas reuniões nessa esplendida capital, vindos de paizes distantes, certos de que na grande feira local venderiam vantajosamente suas mercadorias. Em consequencia d'essa prosperidade, outras cidades foram edificadas nas vizinhanças de Kairuan, principalmente no littoral, salientando-se entre ellas Suza e Mahadjiah [1].

A respeito da prosperidade d'essa parte do Maghreb, encontramos no livro de Max-Latrie, por nós já citado, um quadro extrahido da obra de Amari, historiador italiano, o qual demonstra perfeitamente o que ella era no seculo decimo: «Os trabalhos de Ibn-Haukal, de Ibn-

[1] Scherer — *Obra citada*, tomo I.

Adhari e Bekri — diz esse escriptor — mostram-nos a engenhosa distribuição das aguas em toda a Africa propriamente dita, a vasta irrigação dos campos, a cultura geral das oliveiras e de muitas outras arvores fructiferas; a canna de assucar cultivada em Kairuan, o algodão em Msilah, o indigo em Sebah, as amoras e os vermes de seda em Gabés; depois, as manufacturas de pannos finos e de lã em Suza; a arte de lustrar os pannos, segundo o uso de Alexandria, em Sfax; estófos de algodão fabricados no Sudão; ceramicas leves em Tunis; lãs e pannos negros e azul ferrete em Tripoli; pannos em Agdabia; pesca do coral em Tenés, Ceuta e Mersa-Kharés. Elles falam-nos da opulencia dos mercantes de Kairuan, a qual permittia que esses negociantes pagassem em 976 ao governo zirida um subsidio de quatrocentos mil *dinars*, e um d'elles foi taxado em dez mil *dinars*, isto é, em cento e trinta mil francos. Vê-se ahi a importação constante das madeiras preciosas da India, do ebano e do oiro bruto do Sudão; os mercantes hespanhoes estabelecidos em Bona; a Africa propria commerciando habitualmente com o Oriente para onde mandava sobretudo escravos mulatos, escravos negros, escravos (prisioneiros) latinos, gregos e slavos. No que diz respeito ao commercio italiano, é certo que se vendiam na Africa os pannos de Napoles, mais finos que todos os do

Oriente e do Occidente; os navios venezianos traziam utensilios de madeira a El-Mehedia e a Tripoli; essas embarcações trocavam mercadorias diversas por azeite de Tripoli e compravam muitas vezes á vista oleo de Sfax.

O que os chronistas dizem da riqueza e do fausto da côrte dos Fatimitas do Egypto e dos Ziridas, ao começo, prefeitos, depois usurpadores da Africa, pareceria uma phantasia oriental — se todos esses testemunhos provenientes de fontes diversas não concordassem nesse ponto; se os monumentos do Cairo, comparaveis aos nossos mais bellos palacios e ás nossas mais bellas egrejas medievaes, não estivessem ainda lá para certificar o esplendor e a civilização d'esses tempos, e se não fosse possivel, emfim, mostrar a causa de todas essas riquezas. Tendo Bagdad decahido rapidamente no seculo decimo, o commercio das Indias e da China, que ella attrahira no golfo Persico, voltou para o mar Vermelho, Cairo e Alexandria, onde os Fatimitas se esforçaram para retel-o. O Maghreb aproveitou-se de sua posição intermediaria, e seus portos tornaram-se as escalas da navegação entre o Egypto e a Hespanha. O commercio com a Italia e o Sudão foi ainda uma causa de grandes riquezas para o Maghreb» [1].

[1] Max-Latrie — *Obra citada.*

Apesar das hostilidades que a miudo se davam entre os maghrebianos e os povos latinos das costas fronteiras ao seu paiz, o commercio maritimo fazia-se entre uns e outros portos com uma certa animação. Os marinheiros da Sicilia, de Amalfi, Napoles e Salerno, que traficavam com o Oriente, diversas vezes trocaram mercadorias com os musulmanos de Africa. Marselha, Pisa e Veneza mandaram tambem ás mesmas plagas suas frotas mercantes. Tunis, Bona, Bugia e Alger foram importantissimos entrepostos na costa oriental do Maghreb, sédes de um movimento activo de importação e exportação. Essas praças recebiam os productos africanos assim como as mercadorias que procediam da Asia e se destinavam á Europa occidental. Os navios da Syria e do Egypto aportavam ahi para trocar seus carregamentos com os dos barcos da Hespanha e da Sicilia. Todo esse commercio aproveitava-se habilmente das treguas estipuladas entre os belligerantes para, com uma segurança reciproca para os mercantes, vender suas mercadorias, ás quaes, em geral, não faltavam compradores [1].

---

[1] Quando os concilios prohibiram a venda de armas, madeiras de construcção e artigos de guerra aos sarracenos orientaes e algumas vezes aos do Maghreb, o Senado veneziano, sanccionando em 971 as decisões apostolicas, determinou que os navios de sua nação não le-

No Maghreb occidental, comprehendendo a antiga Mauritania Tingitana e o actual imperio de Marrocos, havia costas ferteis e riquissimos valles. Ceuta, Tanger e Oran eram não só portos de guerra como, tambem, commerciaes. Fez, a capital edificada pelos Edrizidas, tornou-se um foco brilhante de civilização rival de Kairuan. Os emigrados politicos espalhavam ahi, não só conhecimentos scientificos e litterarios, como introduziam differentes industrias sevilhanas e cordovezas, taes como a do marroquim. Ella tornou-se notavel na fabricação de bonnets—que ainda hoje conservam o nome de *fez*—sabões, essencias e metaes trabalhados. Uma estrada perfeitamente cuidada, partia de Sus, extremidade da Mauritania no Oceano Atlantico, chegava até ao Nilo e punha não só em communicação as cidades do interior umas com as outras, mas tambem, por meio de caminhos bifurcados, com os portos maritimos vizinhos [1].

---

vassem contrabando de guerra ás regiões musulmanas, mas auctorizou aos que fossem a El-Mehedia e Tripoli, poderem tomar para esses portos todos os outros carregamentos de objectos de madeira; taes como, vasos, utensilios, escadas, bastões e paus para tecelões, o que indica a carestia da madeira, e uma fabricação de estófos assaz activa no Maghreb oriental. Dandolo refere que o doge Orseolo II, eleito em 991 e morto em 1009, chegou a estabelecer relações amistosas e benevolentes com todos os principes sarracenos do seu tempo. (Max-Latrie — *Obra citada*).

[1] Scherer — *Obra citada*, tomo I.

Avidamente curiosos de conhecer o que havia além das montanhas do Atlas e deserto do Sahara, cujas riquezas a antiguidade contestava, os missionarios arabes penetraram nessas regiões, prégando sua religião e preparando o terreno para as caravanas, que iam, em seguida, commerciar com as tribus negras mais civilizadas das margens do Niger, que o islamismo ia convertendo; as mesquitas levantavam-se nas residencias d'essas populações, e, em torno dos templos, os bazares abriam-se repletos de varios artigos, entre os quaes sobresahiam os estófos e os tapetes. Takhrur e Sila eram as principaes cidades da Mekzara, nome dado pelos arabes ao extremo sudoeste da porção do Continente africano, nas margens do Niger [1].

Limitando com Mekzara, estava o reino de Gana, côrte faustosissima e centro importante do commercio da Nigricia e magnifico escoadoiro para as industrias musulmanas; o paiz era opulento em minas de oiro e em pó do mesmo metal, obtido pelas lavagens das terras de alluvião que as caravanas sabiam ir buscar para fazer bellos negocios. O commercio do Sudão com a Barka e o Egypto fazia-se com mais facilidade do que para outros pontos da

[1] Scherer — *Obra citada*, tomo I.

costa africana, porque as estradas para alli eram frequentadas desde os tempos antigos. Pelo territorio de Fezzan com o oasis de Zuïlah, os mercantes penetravam no deserto, tomando o caminho de leste. Na estrada de Tripoli e de Barka estavam varias cidades que os arabes tinham fundado, as quaes entretinham relações de negocios entre si. Do norte de Zuïlah partiam diversas vias para os portos do Mediterraneo. A que levava ao Egypto, a mais seguida, servia de ponto de passagem para o commercio com a Asia e para as peregrinações que se dirigiam a Mecca. Em diversos oasis extremamente ferteis e habitados por populações summamente industriaes, entre os quaes o de Audjila, afamado por suas tamaras, o de Santaria, antigo Ammom, e o de Assuan, havia importantes mercados. Esses oasis fabricavam tapetes de coiro e escudos feitos de pelle de antilopes, e eram entrepostos dos productos mais lucrativos do deserto, taes como sal, gommas, tamaras, alumen, ebano, pennas de avestruz, aloes, oiro em pó, marfim, fulvos para as jaulas etc. [1].

Vejamos agora qual foi a influencia que os arabes exerceram na sua grande provincia do Occidente, a luminosa e cavalheiresca Hespanha, e quaes os beneficios que a industria e o

---

[1] Scherer — *Obra citada*, tomo I.

commercio fruiram com essa invasão e dominio. Depois de ter sido governada por emires que obedeciam ao kalifado do Oriente, a Hespanha torna-se em 756 completamente independente d'este, graças á audacia e ambição de Abd-el-Rhaman, membro da familia dos ommeiadas, que, escapando ao massacre ordenado pelos abassidas nas pessoas pertencentes á sua dynastia, vivia exilado entre os zenetas, e soubera, por meio de emissarios, fazer-se acceitar dos musulmanos da Andaluzia, cançados das discordias em que os emires envolviam o paiz. Esse principe estabeleceu o kalifado de Cordova, cuja capital foi a cidade do mesmo nome onde reinou toda uma serie de soberanos consanguineos.

O imperio que os arabes fundavam assim em Hespanha, compunha-se de cerca de quatrocentas cidades, das quaes oitenta dispunham de uma grande área [1].

---

[1] Affirmam os geographos arabes que Cordova possuia duzentas mil casas, seiscentas mesquitas, cincoenta hospitaes, oitocentas escholas publicas e novecentos banhos. A campanha era tão povoada como as cidades. (Viardot — *Obra citada*).

A Hespanha possuia então, além de Cordova, mais seis cidades de primeira ordem, em que residiam walis. Toledo, Merida Saragoça, Valencia, Murcia e Granada; oitenta de segunda ordem; trezentas grandes villas e doze mil aldeias, que demoravam sobre as margens do Guadalquivir: estes algarismos ainda que pareçam exaggerados, denotam uma grande população. Dizem os chronistas que Toledo tinha duzentos mil habitantes, Sevilha, trezentos mil, e a diocese de Salamanca, vinte e cinco cidades e aldeias (C. Cantu — *Obra citada*).

Com seu intelligente espirito de tolerancia, os musulmanos permittiram que os christãos tivessem em Hespanha diversas egrejas, taes como as de Toledo e Sevilha, que os reis catholicos alli encontraram. Os judeus, que no Oriente, depois do vicariato de Omar, tinham começado a gosar da protecção dos kalifas, ao irem para as terras do Guadalquivir, continuaram a ter a mesma liberdade e contribuiram poderosamente para o desenvolvimento scientifico, litterario, commercial e industrial do rico imperio arabe do Occidente [1].

Os arabes transportaram á Hespanha seus habilissimos processos industriaes, fomentando desde logo um notavel progresso [2]. As fabricas

[1] Durante o tempo de socego, que ahi lhes deixou o dominio dos arabes, escreve Bédarride, os judeus dedicaram-se com um ardor notavel ao estudo das sciencias: a medicina, a astronomia, a philosophia tiveram nelles zelosos sectarios e emquanto os christãos apenas conheciam as riquezas litterarias dos bellos seculos da Grecia, os judeus de Hespanha commentavam Hypocrates e Platão (Bédarride — *Histoire des Juifs*).

[2] Os principes musulmanos tinham a seguinte maxima: «Um dos primeiros deveres do governo é abrir canaes para a cultura do solo». Elles applicaram á Hespanha e de modo brilhante tal maxima. Construiram os *silos*, subterraneos ou celleiros; as *acequias* ou canaes artificiaes para irrigação, e os *norias* ou poços com rodas para tirar, juntar e espalhar a agua. A *huerta*, a planicie cultivada como um jardim, ainda hoje é, em Valencia, um vestigio da epocha dos arabes, e a «côrte das aguas», tribunal que regula os assumptos de irrigação, tambem é devido a elles. Na bibliotheca do Escurial existe um tratado sobre agricultura composto por Abu-Zakariah-al-Arram, de Sevilha, o qual prova a que grande altura, attingira tal sciencia na Hespanha musulmana. Essa obra dividida em 34 capitulos trata do conhecimento

de sedas de Valencia e Granada rivalizavam com as de Bagdad; os pannos de Murcia gosavam de fama assim como os coiros de Cordova. Elles teciam metaes preciosos, o oiro e a prata, entremeando seus fios com a lã e a seda. O principe reinante tinha o direito particular de fazer gravar seu nome em fio de metal no tecido das vestimentas.

A arte de trabalhar os metaes não tinha segredo para os musulmanos, e os jarros que manufacturavam cobriam-se, como suas armas, de incrustações e pedras preciosas. Muito antes de Milão celebrizar-se com o cinzelamento de escudos e coiraças já os arabes da Syria e da Hespanha eram eximios no fabrico de

---

das terras, dos adubos, das irrigações, do cultivo, das colheitas, do gado, dos jardins, das arvores, do enxerto, das doenças das plantas e seus remedios. Os arabes introduziram na Hespanha diversas plantações, sobresahindo entre ellas, pela riqueza de seus productos, a canna de assucar, o algodão, a amoreira, o açafrão, o pistacheiro, a bananeira, a tamareira, a myrrha e o arroz. Alli floresciam tambem a oliveira, a laranjeira e a vinha que era tolerada, porquanto os musulmanos acharam para o vinho um meio de transigir com o *Koran* sob pretexto de que o succo da uva era necessario para fortalecer physicamente os fieis, a quem o clima da Europa debilitava. A industria pastoril acompanhava a agricultura em seu desenvolvimento. Foram os musulmanos que introduziram a *mesta*, isto é, o costume que tinham os pastores de fazerem passear os rebanhos do norte ao sul e de leste a oeste, afim de procurarem, segundo a estação, o frio ou o calor. Os cavallos andaluzes e os carneiros da Serra Morena gosam ainda hoje de reputação. Como no tempo dos phenicios e carthaginezes, a exploração das minas de prata e de mercurio entrou em grande actividade. Malaga e Beja forneciam rubis, nas costas da Andaluzia pescava-se o coral, e nas de Tarragona, perolas (Seignobos, Viardot, Cantu, Scherer — *Obras citadas*).

cotas de malha, assaz leves, mas cujo aço não podia ser penetrado pelo ferro das lanças e das espadas. As laminas de Toledo e de Cordova tinham a mesma reputação das feitas em Damasco [1].

Os arabes esculpiam tambem o marfim e a madeira, e manufacturavam esplendidas mayolicas e azulejos [2]. Em Malaga e Valencia existiam os mais importantes centros de fabricação de ceramica. O viajante Ibn-Batutah dizia que nesta ultima cidade se fabricavam bellissimos vasos de porcelana doirada, os quaes se exportavam para as regiões mais longinquas [3].

E' fora de duvida que aos chinezes se deve a invenção do papel, que elles fabricavam com seda. Os arabes, apoderando-se de Samarkanda, encontraram ahi uma fabrica de papel e nella aprenderam essa industria, que levaram para Mecca e, mais tarde, para Xativa, modificando o processo, usando o linho e o algodão. Valencia e Catalunha produziam tambem excellente papel.

Com tantas e tão variadas riquezas, o com-

---

1 O escriptor Mohammed-al-Hérawy, escreveu um livro intitulado *Esma-al-Saïf* (*Nomes da espada*).

2 A jarra de Alhambra, que tem um metro e trinta e cinco centimetros de altura, é uma das mais ricas amostras da ceramica musulmana. Este objecto de arte está revestido de desenhos azues e doirados sobre um fundo de brancura aloirada, com arabescos, inscripções e animaes phantasticos.

3 Viardot — *Obra citada.*

mercio da Hespanha tinha forçosamente de florescer, entretendo relações com differentes paizes em que os arabes dominavam, e tambem com Constantinopla. Almeria, Malaga e Cadix eram os principaes portos maritimos para as importações e exportações. O trafico interno tinha menor desenvolvimento do que o externo, em consequencia das luctas com os christãos das Asturias, que iam incessantemente ganhando terreno na Iberia. Entretanto, no mais acceso das guerras, as expedições mercantis logravam passar a Castella e Aragão, onde os christãos não podiam deixar de fornecer-se dos productos agricolas e industriaes dos arabes. Cordova, Sevilha e Granada constituiam os mercados principaes do interior [1].

A Cordova, um esplendente centro de civilização, iam os eruditos e os homens de sciencia, os artistas, os industriaes e os mercantes. Abd-el-Rhaman, afim de que os musulmanos se acostumassem a considerar a Hespanha como sua propria patria, distrahindo-os de Mecca, mandou edificar na capital do seu imperio uma *aljama* ou mesquita. Esse templo era uma das maravilhas não só de Cordova como do mundo, pois excedia em grandeza e magnificencia todos os templos do Oriente. O mesmo

1 Scherer — *Obra citada*, tomo I.

soberano levantou um monumento ainda mais grandioso do que a mesquita de Cordova, e foi esse o Médynat-al-Zohrah, cidade de Zorah ou da Flor, nome da favorita do kalifa. Essa maravilha, que tinha todos os esplendores dos palacios das margens do Bosphoro, sonho de poeta que mais tarde Luiz XIV tambem realizou, e um outro monarcha do mesmo nome, Luiz da Baviera, quiz imitar em seus phantasticos castellos da Allemanha, não existe mais, tendo sido destruida pelas guerras civis e invasões extrangeiras.

O erario dos kalifas tinha duas fontes principaes de renda: o producto das minas em que a Hespanha era opulenta, e o dos impostos. Quanto a estes, uns pagavam-se em dinheiro, outros em artigos provenientes da industria agricola ou pastoril. O *al-zakât* era a mais importante contribuição percebida em natureza; consistia no pagamento do dizimo dos fructos da terra e aproveitava só aos musulmanos, cujas terras eram chamadas terras *dizimaes*, emquanto que as occupadas pelos não musulmanos denominavam-se *tributarias* e aos seus proprietarios cobrava-se um direito fixo em prata, exigivel, quer fosse ou não abundante a colheita. A juntar a esses impostos sobre a propriedade territorial, havia ainda outras duas taxas: o *al-scharadj* ou direitos de importação e exportação percebidos nas

alfandegas sobre as mercadorias, na razão de doze por cento, e sobre os generos alimenticios á entrada das cidades. Um outro imposto, o *ta'dyl* ou capitação era cobrado dos christãos e judeus. Além d'essas rendas normaes, o Estado contava com outras ainda, taes como o dizimo dos pobres, uma quinta parte nos despojos de guerra, os espolios sem herdeiros e os presentes offerecidos aos kalifas pelos seus vassallos individualmente ou collectivamente, em nome de uma provincia, cidade ou tribu, que tivesse recebido do soberano um favor e quizesse mostrar-se agradecida, prestando-lhe tão util homenagem.

Quando governava Al-Hakem II, na epocha portanto em que o kalifado de Cordova estava no auge de sua prosperidade, os rendimentos, do thesoiro, sem contar o *azaque*, foram avaliados em doze milhões de *mitskâls*, mais ou menos trezentos milhões de francos. Nas repartições em que os collectores imperiaes recolhiam as contribuições recebidas nas cidades e na campanha, reservava-se uma boa parte d'ellas para as despezas pessoaes do kalifa, e o resto destinava-se a diversos melhoramentos e serviços publicos, taes como manutenção de hospitaes, creação de escholas, conservação de bibliothecas e hospedarias *(menzâls)*, abertas nas principaes estradas gratuitamente aos viajantes. D'alli sahia tambem o que se gastava com

a força armada, terrestre ou naval, com o resgate dos captivos e soccorros aos pobres [1].

Bem que mais ephemero, o dominio dos Arabes na Sicilia, não foi por isso menos civilizador e benefico a esse paiz, que estava então em franca decadencia. Nas suas primeiras excursões á ilha, os musulmanos, achando-se em inferioridade numerica para luctar com os byzantinos, que eram, na occasião, senhores da Sicilia, procederam como piratas, saqueando, roubando e destruindo; mais tarde, porém, sentindo-se fortes e vendo que a conquista valia bem a pena de ser conservada, mudam de tactica, buscam captar as boas graças dos habitantes, tal como tinham feito no Egypto, e empregam o seu systema de tolerancia, logo após a tomada de Palermo [2]. Senhores da ilha, os arabes apoderam-se de varios pontos do sul da Italia, da Corsega, Candia e Malta, isto é, dominam

---

[1] Viardot — *Obra citada.*

[2] Tal era a liberdade religiosa concedida pelos musulmanos aos sicilianos, que o chronista Coradino, prior de Santa Catharina de Palermo, diz que os sacerdotes podiam, revestidos de seus ornamentos sacerdotaes, levar o viatico aos enfermos. O presbytero Mamocoli conta que em Messina, nas cerimonias publicas, figuravam dois estandartes pertencentes, um aos musulmanos, representando uma torre negra em campo verde, e o outro aos christãos, ostentando uma cruz doirada em campo vermelho. Conservaram-se todas as egrejas existentes no momento da conquista, mas os conquistadores não permittiram que se construissem outras novas, licença essa que fôra concedida em Hespanha. (G. Lebon — *Obra citada*).

o Mediterraneo, que suas frotas percorriam soberanamente. No seu ardor de conquista, os sectarios de Mahomet foram até ás proximidades de Roma, d'onde só se retiraram quando o papa João VIII lhes prometteu pagar um tributo.

Quando não houve mais inimigo a combater, contestando-lhes a posse da ilha, os musulmanos preoccuparam-se em dar-lhe uma administração. Dividiram-na em tres walis ou provincias para cada uma das quaes nomearam um governador. Os walis foram subdivididos em districtos sob a jurisdicção de *caïdes* que obedeciam ao governador respectivo. Um *divan* servia de tribunal de contas, fiscalizando as receitas e as despezas da possessão; um *mufti*, juiz supremo, estava installado em Palermo para decidir em ultima instancia as questões, emquanto que da justiça estava encarregado um *kady*, acolytado por um scriba, em cada uma das localidades.

A agricultura, em que os arabes eram eximios, prosperou na Sicilia, á qual elles applicaram varias obras de canalização e introduziram diversas plantas que se acclimataram soberbamente, taes como a canna de assucar, o algodão, o maná e a oliveira. A industria tomou tambem um certo incremento e algumas minas foram exploradas, dando abundantes producções de prata, ferro, cobre e enxofre. As pedreiras de marmore e de granito propor-

cionavam magnificos blocos para a architectura e esculptura. Syracusa e Marsala formaram dois importantissimos centros commerciaes que entretinham relações seguidas com a Italia e os paizes asiaticos, africanos e ibericos submettidos aos arabes. A tecelagem da seda foi aperfeiçoadissima na ilha e constituia um dos bons artigos de negocio [1].

Uma tarifa aduaneira, encontrada pelos normandos na Sicilia, dá uma numerosa lista dos artigos em que essa ilha traficava sob o dominio arabe. Aquelles, apoderando-se da Sicilia, puzeram termo a esse dominio.

IV

O commercio arabe na Europa — As vias commerciaes, fluviaes e maritimas — Entrepostos asiaticos — Artigos de commercio — Trafico entre o mar Vermelho e a China — Portos de escala — Organização judiciaria — Hierarchia administrativa — Systema monetario — O progresso scientifico e litterario dos arabes.

Os musulmanos, se não fizeram conquistas em outros paizes europeus, tiveram, entretanto, com alguns d'elles relações seguidas de commercio. De Damasco, Bagdad, Samarkanda,

---

[1] Em Nüremberg conserva-se ainda um manto de seda que pertenceu aos soberanos da Sicilia, coberto de uma inscripção em caracteres cuficos, datada do anno de 520 da Hegira (1133 depois de J. C.) o qual faz crer que foi a Sicilia quem desenvolveu na Europa a arte de tingir os pannos (G. Lebon — *Obra citada*).

Teheran e Tifflis, os mercantes seguiam por terra as margens do mar Caspio e do mar Negro até ás regiões que formam actualmente a parte sul do imperio russo, onde habitavam então as tribus slavas dos khazares e dos bulgaros, populações relativamente civilizadas, cuidadosas da agricultura e com extraordinarias aptidões para a vida commercial. Em Itil [1], capital dos khazares, situada na extremidade norte do mar Caspio, possuidora de um porto ao mesmo tempo fluvial e maritimo, fazia-se a troca dos productos do sul pelos do norte [2]. Os arabes não se contentaram só com effectuar transacções no mercado intermediario de Itil, quizeram ir mais adeante, e, partindo d'alli, subiram o Volga e foram negociar em Bulgar [3], a capital dos antigos bulgaros da Russia, cidade hoje desapparecida, onde se punham directamente em relações com os russos, aos quaes compravam pelles de arminho, zibellina, rapoza negra e castor, escravos e ambar amarello, e vendiam artigos do Oriente. Nesse emporio, commerciantes extrangeiros

[1] Itil achava-se mais ou menos no local da actual Astrakan.

[2] Entre os principaes artigos que affluiam ao mercado de Itil, mencionam-se os fructos, vinhos, especiarias, tecidos, perfumarias e objectos de luxo, que eram trocados por pelles, mel, cera, sebo, canhamo, cordas e madeiras de construcção.

[3] Bulgar servia de entreposto commercial para a Asia e o norte da Europa.

recebiam as mercadorias trazidas pelos arabes e dirigiam-se então para o Baltico e golfo de Filandia. Os principaes entrepostos do norte da Europa eram Novogorod, Schleswig e as ilhas do Baltico, Gothland, Oland etc. Do golfo da Filandia, os mercantes dirigiam-se ás costas da Suecia, da Dinamarca e da Prussia e, subindo os rios, penetravam no interior dos paizes que os margeavam e ahi faziam os seus negocios. Em todo esse trajecto foram encontradas numerosas moedas, o que levou alguns historiadores a formular a hypothese de que os musulmanos tivessem frequentado essas paragens. Entretanto, não existe nas antigas chronicas coisa alguma que venha confirmar esse modo de vêr. O que taes moedas demonstram claramente é que seus possuidores tiveram relações com o imperio arabe, e tudo leva a crêr que fossem os russos, em cujo paiz os musulmanos tinham colonias, os que para alli as transportaram [1].

---

[1] Uma critica conscienciosa, diz Scherer, deverá não só recusar-se a adoptar, mas a contradizer positivamente a hypothese demasiado ousada de expedições commerciaes dos arabes ao Baltico. As moedas ahi encontradas em grande quantidade não fornecem prova solida para tal conclusão. O ambar amarello, sendo mencionado entre os artigos do mercado de Bulgar, não póde haver duvida sobre a existencia das relações com o Norte, mas eram os russos que as entretinham e que offereciam esse artigo em troca dos productos do sul ou contra dinheiro. Elles deviam assim naturalmente adquirir moedas arabes, *dinars* e *dîrhams*, que circulavam abundantemente, e trazel-as

Os arabes entretiveram algumas relações commerciaes com o imperio grego do Oriente, mas de pouca importancia. A differença de cultos entre esses dois povos, a politica intolerante dos byzantinos, o ardor de conquista dos fieis de Mecca produziram guerras continuas entre elles, as quaes contribuiram em muito para paralysar a corrente de negocios que os sectarios de Mahomet para alli quizeram dirigir.

Se os musulmanos não puderam em mais de uma tentativa tomar Constantinopla, em compensação arrebataram aos imperadores gregos a Syria, O Egypto, a Africa byzantina e a Cilicia na Asia-Menor. A tomada do paiz do Nilo teve uma grande repercussão sobre o commercio grego, suspendendo mesmo por algum tempo o movimento para esse lado; quando,

---

ao seu paiz. Uma outra objecção contra essa theoria é que até ao seculo decimo não se encontra na Russia o menor vestigio do islamismo. Se reflectirmos que o arabe levava o *Koran* a toda a parte onde penetrava, que em todos os logares e na propria China exercia o seu culto e propagava a sua fé, não se contestará o valor d'esse argumento. Pode-se ainda suppôr que o ambar vinha a Bulgar pela mesma via do que para Constantinopla, isto é por Kief. Na emboccadura do Dniepper, as caravanas separavam-se; uma seguia por terra até Constantinopla, a outra dirigia-se para o Chersoneso Taurico e o mar de Azof, attingia o Volga, transpondo o Don, e d'ahi tomava o rumo do sul, com destino a Itil, ou do norte, em direcção a Bulgar. Essa hypothese muda o aspecto da questão; por ella tudo se torna mais possivel e se refere ao que se sabe do movimento commercial, que parece desde a antiguidade ter havido entre o Baltico e o mar Negro.

todavia, o periodo das grandes luctas cessou e que o gosto do luxo se desenvolveu, o negocio continuou a florescer entre Byzancio e o Egypto, e isso apesar dos arabes frequentemente guerrearem aquelle imperio. O mesmo succedeu na Syria.

Quando os arabes possuiam só a Arabia não tinham marinha e no começo de suas conquistas utilizaram-se sempre da via terrestre [1]; mais tarde, entretanto, crearam uma verdadeira frota, que soube enfrentar com a dos byzantinos, e durante tres seculos dominaram o Mediterraneo.

Entregando-se ao commercio maritimo, os arabes não se limitaram ás vias habituaes do Hindustão; foram á peninsula Oriental e chegaram á China. Elles deram vida á navegação para a India pelo golfo Persico, que ha muito estava abandonada, visto os que mercadejavam com aquella região, preferirem então o caminho pelo golfo Arabico. O Euphrates e o Tigre voltaram a ser continuamente percorridos pelas embarcações mercantes. Além de Bassorah, situada na confluencia d'esses dois rios e da

---

[1] A construcção naval arabe no seculo VII parece ter sido a mesma que sete seculos antes d'essa era. O convez era largo e direito, as tabuas unidas á quilha por meio de cordas feitas de fibras de palmeira, e as velas eram de folhas da mesma arvore (Scherer — *Obra citada*, tomo I).

qual já nos occupamos em pagina anterior, mostrando seu grande valor commercial, outros portos existiam no golfo, taes como Siraf e Ormuz na margem oriental, El-Katif e Mascate, na occidental. Mascate era a unica cidade que traficava directamente com as praças do Egypto e Mecca e servia de entreposto ás mercadorias indias e chinezas, destinadas ao occidente e embarcadas em Calicut e Cambaya, sendo, tambem, o primeiro porto de escala para os mercantes procedentes d'ahi. A ilha de Ormuz, posto que apenas produzisse sal, conseguira levantar em seu pequeno territorio uma bella cidade, muito frequentada pelos mercantes arabes, persas e armenios. D'ahi fazia-se grande exportação de cavallos arabes e persas para a India; os primeiros, mais cotados, vendiam-se a quinhentos e a mil ducados. Os navios que transportavam esses corseis levavam tambem sal, enxofre, tamaras, uvas seccas etc. Os armazens de Ormuz regorgitavam de especiarias, estófos, algodão, assucar, pedras finas e porcelanas vindas de Cambaya, Dabul, Chaul e Bengala; armas, sedarias, tapeçarias, alumen de rocha e turquezas da Persia; brocados, mercurio, sedas, cinabre, essencia de rosas e incenso do Egypto e da Arabia [1]. A

[1] Depping — *Obra citada*, tomo I.

pesca de perolas nas ilhas de Bahreïn e Kharedsch, constituia um dos elementos de vida commercial para essas ilhas.

Os arabes visitaram o littoral sul da India, antes mesmo de terem subjugado temporariamente o interior d'esse paiz. Conseguiram fazer amizade com Balhara, rei indio que governava um territorio correspondente á actual Bombaim, cuja capital era Nahrwalla (Puttan-Sonnaut) e em cujo paiz os mercantes arabes gosavam de favores não só para suas exportações como para as importações. Devido a isso, as feitorias musulmanas multiplicaram-se rapidamente nas costas de Malabar, e as cidades de Sendabur, Mangalora, Fandarina, Calicut, Caucamali etc., eram quasi arabes pela influencia que estes exerciam alli [1]. O commercio com o exterior tinha grande importancia em todas ellas, que mantinham relações de negocio com a Arabia, a Persia, o Egypto e a costa oriental da Africa até Madagascar, onde os musulmanos encontravam compatriotas desejosos de realizar transacções. Calicut, o mercado principal, estava repleto de armazens, entrepostos e casas de ricos negociantes. Alli se commerciava em pedrarias, perolas, especiarias, perfumes, sedarias, porcelanas, paus para tinturaria etc. O

---

[1] Scherer — *Obra citada*, tomo I.

*

porto de Calicut não sendo dos melhores, dava entretanto abrigo aos pequenos navios arabes, que nelle se reuniam ás centenas.

Dabul, no reino de Dekhan, era uma das principaes escalas da costa do Malabar e na sua bahia aportavam os navios procedentes da Arabia, trazendo os bellos cavallos do Yemen, que se trocavam por productos da região, entre os quaes sobresahiam os pannos de algodão pintados e telas finissimas, destacando-se entre ellas os *schales* [1]. Chaul, outro porto de Dekhan, tinha um commercio tambem activo bem que menos importante do que o de Dabul. As embarcações sahiam d'alli com carregamentos de arroz, algodão, assucar, drogas, nozes de côco e areque, cera etc., que as caravanas traziam do interior da peninsula [2].

Do Dekhan até ao norte de Gudjerate, os portos e as escalas distavam pouco uns dos outros e em todos se encontravam mercantes arabes, que punham a India em relação com a Asia occidental. Diu era um dos seus mais notaveis entrepostos d'esse lado e muito frequentado pelos mercantes que vinham de Malacca, da China e de toda a costa de Malabar trazer mercadorias para serem vendidas na Arabia e na Persia, emquanto que os musul-

---

1 e 2 Depping — *Obra citada*, tomo I.

manos alli tambem depositavam cobre, coral, vermelhão, essencia de rosas, oiro e prata em barra ou amoedados [1].

Fazendo o trafico entre o mar Vermelho e a China, os navios arabes tocavam nas Maldivas e Ceylão; as primeiras d'essas ilhas forneciam-lhes corda de fibra de palmeira para uso de suas embarcações, ambar, peixe e mel; a segunda, pedras preciosas, perolas, canella e noz moscada. Os extrangeiros tinham ahi o monopolio do vinho [2].

A situação de Ceylão era muito propicia ao commercio entre leste e oeste do mar das Indias, e por isso os navios a miudo sulcavam essas aguas. O soberano da ilha, quando se suscitavam duvidas mercantes ou nauticas, permittia que os litigantes fossem julgados por um tribunal especial composto de *mollahs* mercantes e marinheiros. Elles tinham, além d'isso, um codigo maritimo pelo qual se regiam [3].

Os arabes visitavam tambem a costa de Coromandel afamada por suas musselinas, a camphora e o unicorne; entre outros artigos encontravam-se tambem nesse mercado escravos. O oiro e as pelliças, que figuravam na exportação dos referidos portos, parece não

---

[1] Depping — *Obra citada*, tomo I.
[2] Scherer — *Obra citada*, tomo I.
[3] Depping — *Obra citada*, tomo I.

serem do paiz e sua presença explica-se pelo commercio que de Multan, na India septentrional, por via terrestre ou pela do Ganges, se prolongava até á extremidade do sul da Peninsula [1].

Na India, além do Ganges, os arabes conheceram Malacca, praça importantissima e primeiro centro de commercio do lado do Oriente para os productos e industrias das mais ricas regiões da Asia. Era d'esse entreposto, que, de praça em praça e de porto em porto, todas as mercadorias se remettiam para o Occidente; alli iam negociantes de varias nações comprar, entre outras coisas, o estanho, o almiscar, o rhuibarbo, as porcellanas, as sedas, sobretudo as de ramagens, as perolas etc., que os juncos chinezes descarregavam nos seus armazens [2].

Os arabes não entretiveram relações commerciaes com a China por via terrestre. As suas frageis embarcações aventuraram-se ao trafico maritimo com Kan-Fu o actual Cantão, onde uma colonia musulmana se estabelecera, colhendo beneficios da alliança que a dynastia dos Tang effectuara com os abbassidas, apesar dos fortes direitos sobre os artigos importados, — 30 %, —, da intervenção da auctoridade chineza, regulando os preços das mercadorias, e

---

1 Scherer — *Obra citada*, tomo I.
2 Depping — *Obra citada*, tomo I.

da clausula d'essas serem vendidas ao mesmo tempo, depois de estarem seis mezes no entreposto, sequestradas até á chegada do ultimo navio á estação. A importação arabe em Cantão consistia nos productos do seu solo e de sua industria e de artigos indianos comprados em caminho para esse porto.

Em Cantão terminavam as estradas do interior da China, e os arabes, gosando do privilegio de se internarem no paiz para venderem as mercadorias que não lograssem achar comprador na praça maritima, punham-se em condições de adquirir, nos proprios centros de producção, as sedas, nankins, porcelanas, obras de esculptura em marfim: finalmente, tudo quanto constituia sua exportação [1].

O que ia da India para o mar Vermelho ficava em consignação na ilha de Socotora umas vezes, e outras era enviado directamente para Aden, cidade bella, grande e fortificada, na costa meridional da Arabia e ponto de encontro dos mercantes orientaes e occidentaes. Em Aden, o mercado transbordava de productos indianos e chinezes; alli, os armazens enchiam-se de sedarias, armas, aromas, aloés, ebano, opio, arroz, assucar, pannos de algodão, benjoim, especiarias, diversas drogas,

---

[1] Scherer — *Obra citada*, tomo I.

rhuibarbo, almiscar, pedras preciosas, perolas, estanho e chumbo. A Europa tambem lhe mandava differentes artigos, mas os arabes ignoravam os seus fabricantes, porquanto, antes d'aquelles chegarem ás suas mãos, já tinham passado pelas de outros povos [1].

Antes, porém, de Aden ser um porto florescente para o commercio do mar Vermelho, este fazia-se em grande parte pelo porto de Aïdab, na costa da Nubia, onde os navios da India e da Arabia aportavam com seus carregamentos de aromas, viveres e especiarias. D'esse porto, as mercadorias eram transportadas no dorso dos camellos até Kus, no Egypto [2].

Tendo synthetizado a historia do movimento de expansão do imperio arabe e de suas relações por via terrestre e maritima na Africa, Europa e Asia, resta-nos dizer ainda alguma coisa sobre a organização judiciaria, as leis e a influencia civilizadora d'esse povo.

O *Koran* foi um codigo de leis musulmanas prescrevendo dentro do culto os direitos e os deveres da sociedade e de seus membros; depois dos dois primeiros seculos da hegira, tres outros livros canonicos foram adoptados taes como o *Hadîth* ou *Sunna* leis propheticas

---

1 e 2 Depping *Obra citada*, tomo I.

ou decisões oraes do Propheta, o *Idjma-al-Ummeth*, leis apostolicas ou glosas feitas pelos quatro primeiros kalifas, e o *Kuyaz* ou *Makoul*, determinações canonicas dos primeiros *imâns*, e formaram-se no Islam quatro ritos diversos. Mas tanto esses livros canonicos como os cultos egualmente orthodoxos, não foram mais do que interpretações de dogmas ou fórmas do culto, emanadas todos do *Koran* [1].

Nas successões, era o kalifa o herdeiro legal de todos os seus subditos, no vicariato de Cordova. Abd-el-Rhaman II acabou com essa prerogativa e permittiu que os filhos herdassem dos paes e que estes dispuzessem livremente de sua terça. O kalifa reclamava então só os bens dos que falleciam sem herdeiros. Nunca houve entre os arabes como entre os romanos e byzantinos um *digesto*. Deus falara pela bocca de Mahomet. E o *Koran*, que encerrava as palavras divinas, não podia ser alterado em suas leis por nenhum kalifa.

O *Koran* não se estende muito sobre leis commerciaes. Entretanto, lê-se nelle que a boa fé deve presidir ás convenções, que todos os contractos se farão, sendo possivel, deante de testemunhas e que sua execução ha de ser fiel.

---

[1] Viardot — *Obra citada*.

Mahomet recommenda que as dividas sejam pagas na data do seu vencimento, ordena que quando se meça, se encha a medida e se empregue para a pesagem uma balança bem precisa. Refere-se tambem á usura, que energicamente condemna: «Oh fieis! Não vos entregueis á usura, levando-a ao dobro e sempre ao dobro». «Deus exterminará a usura e fará germinar a esmola».

A justiça estava a cargo de funccionarios, que se chamavam *kadys* (juizes). Para occupar esse cargo requeriam-se as seguintes qualidades: — primeira, ser do sexo masculino e ter uma edade respeitavel; segunda, plena possessão de suas qualidades physicas e intellectuaes; terceira, ser homem livre; quarta, ter verdadeira fé; quinta, possuir moralidade; sexta, ter conhecimento dos principios da lei e sua applicação. As audiencias eram publicas. O *kady* estudava as questões levadas a seu julgamento e providenciava para que as sentenças tivessem curso; nomeava conselhos judiciarios para administrar os bens dos menores, dos loucos, de mão morta, das mesquitas e das escholas, e velava para que as clausulas testamentarias fossem cumpridas. Exerciam empregos junto ao *kady*, os *shohoud* (notarios), os *omaná* (secretarios) e os *nâyibîn* ou substitutos, que tinham por missão figurar como testemunhas nos actos publicos, redigir as actas,

registar as decisões do juiz e representar o *kady* em sua ausencia. Para assegurar o funccionamento regular e perpetuo da lei, uma ficção juridica prorogava os poderes do juiz em caso de morte do soberano [1]. As partes tinham recurso dos juizes para o kalifa a cuja apreciação eram submettidas as causas civis mais importantes e criminaes. Existia um tribunal superior e soberano composto do *kady* dos *kadys* e de quatro assessores, o qual tinha a funcção especial de julgar os juizes [1]. Ao seu cargo judiciario, o *kady* juntava o de *edil* e no exercicio d'este cargo inspeccionava os edificios publicos, as estradas e ruas. Finalmente, quando em uma localidade não havia *imân*, era ainda o *kady* quem dirigia na mesquita as cerimonias religiosas [2].

Além dos juizes, os arabes tinham uma outra especie de funccionarios, os *mohtasibs* ou inspectores encarregados da policia dos mercados e da dos costumes. Os *mohtasibs*, que se occupavam do primeiro d'esses serviços e ao qual incidentemente já nos referimos em pagina anterior, velavam em que os pesos e medidas não fossem alterados e em que o comprador não fosse enganado sobre a qualidade das mercadorias. O delinquente, apanhado em

---

[1] e [2] S. Guyard — *Obra citada.*

flagrante delicto, podia ser immediatamente castigado; havendo apenas denuncia da fraude, o accusado era preso e levado ao *kady*, que se pronunciava sobre o caso depois do inquerito. Quanto ao *mohtasib* que fazia a policia de costumes, seu mister era impedir que as viuvas e divorciadas se casassem antes do termo designado pela lei, que os escravos e animaes fossem maltratados por seus donos, que se vendessem bebidas prohibidas, que os christãos e judeus construissem casas mais altas do que as dos musulmanos, que as duas primeiras categorias d'esses habitantes de uma cidade ou aldeia que não professavam o islamismo usassem um cinto com a inscripção «*ghiyâr*»; emfim prevenia ou mandava cessar todo e qualquer escandalo [1].

Os arabes, parece, só cunharam moeda, quando se tornaram conquistadores e submetteram ao seu dominio povos que já possuiam systema monetario. Ignora-se, entretanto, qual foi a epocha em que fundiram a primeira moeda. Abd-el-Rhaman, quando separou o kalifado de Hespanha do Oriente, creou uma moeda na qual havia esta inscripção. «Não ha Deus mais do que Deus, unico e sem egual», e no reverso est'outra, «Deus é um, Deus é eter-

---

1 S. Guyard — *Obra citada.*

no ». Nas leis mahometanas, fala-se em multas que devem ser pagas em metallico, em *dirhams* e *dinars*, mas o valor exacto d'essas moedas ainda está por fixar. O *mitzakel* e a *dobla* eram bem moedas arabes, que tiveram curso nos Estados christãos da Hespanha, sendo que a primeira tinha um valor proprio e determinado.

Segundo um regulamento do kalifa Omar, o *mitzakel* tinha vinte *karats* e cada *karat* pesava cinco grãos de cevada [1].

A acção civilizadora dos arabes foi das mais notaveis e o mundo é-lhes crédor de um grande numero de conhecimentos scientificos, sobretudo na medicina, geographia, astronomia e mathematicas. Se elles não deixaram esculpturas admiraveis de fórma e palpitantes de vida como os gregos, se a pintura não lhes mereceu profundo culto em que a natureza e os individuos apanhados em flagrante verdade na pureza de linhas e no esplendor do colorido fossem perpetuados em telas illuminadas, é porque a religião lhes prohibia a representação das figuras humanas. Apenas podiam desenhar nas paredes dos seus monumentos e com vivas côres, maximas do *Koran*, grinaldas de folhagens e figuras geometricas entrelaçadas, o que

---

[1] Letourneau — *L'évolution du Commerce dans les diverses races humaines.*

constituia uma ornamentação especial a qual teve o nome de *arabescos.* Em compensação, na architectura o genio arabe creou verdadeiras maravilhas, disseminadas pela Syria, Persia, India, Egypto, Mesopotamia, Sicilia e sobretudo pela Hespanha, onde essa arte attingiu a maior perfeição, como testemunham a mesquita de Cordova, a Giralda e o Alcazar de Sevilha, e a Alhambra de Granada.

Quando os arabes se estabeleceram na Syria e na Persia, ahi encontraram um repertorio de conhecimentos greco-latinos diffundidos pelos nestorianos exilados do imperio do Oriente, que tinham fundado uma eschola na Mesopotamia, e tambem pelos philosophos de Athenas e do Egypto, emigrados na Asia em consequencia das perseguições de Justiniano. Foi, pois, em contacto com esses sabios e lettrados que os musulmanos se iniciaram no estudo e se instruiram, preparando-se para mais tarde descobrir e propagar um serie luminosa de conhecimentos uteis á humanidade.

Ao fundarem uma cidade, os arabes tratavam immediatamente de edificar uma mesquita e uma eschola — *madrézahs* — na qual os discipulos tinham casa, comida e instrucção. D'ahi, a Europa tirou o modelo de seus collegios. No Cairo, havia um, estabelecido por Saladino, o qual tinha tal vastidão que, segundo Leão o Africano, serviu de fortaleza a um exercito de

rebeldes. Além das escholas dedicadas simplesmente ao ensino, havia em Damasco, Bagdad, Cairo, Toledo, Cordova, em todos os grandes centros, universidades munidas de laboratorios, observatorios, ricas bibliothecas, tudo emfim, quanto era necessario para investigações scientificas. Só a Hespanha tinha 70 bibliothecas publicas, sendo que a de Cordova possuia 600 mil volumes, dos quaes 44 constituiam o catalogo dos restantes.

Na eschola de Bagdad liam-se e commentavam-se os livros de Aristoteles e Hypocrates, Galeno, Euripides, Archimedes e Ptolomeu. «O que caracteriza a eschola de Bagdad — escreve Sedillot — é o espirito verdadeiramente scientifico que preside a seus trabalhos: caminhar do conhecido ao desconhecido, dar conta exacta dos phenomenos para ir dos effeitos ás causas, não acceitar mais do que o demonstrado pela experiencia, taes são os principios ensinados pelos mestres. Os arabes, no seculo nono, estavam de posse d'esse methodo fecundo, que devia ser muito tempo depois, nas mãos dos modernos, o instrumento de suas mais bellas descobertas. Elles tinham egualmente levado muito longe o espirito de invenção: a justeza da fabricação de instrumentos em 995, a obliquidade da elliptica foi observada com um quarto de circulo de vinte e um pés e meio de raio; em 992 serviram-se

de um sextante de quarenta covados de raio, dividido em segundos» [1]. Bagdad e Damasco tiveram observatorios notaveis. O astronomo Al-Batany reconheceu pela observação dos equinoxios que o anno de 365 dias era muito curto, descobriu o movimento do apogeu do sol e calculou com a maxima exactidão a extensão do anno. Mas não foi só nessas cidades que a sciencia astronomica teve cultores; havia tambem adeptos em Samarkanda, no Egypto, na Hespanha, em Ceuta, Tanger, Fez e Marrocos. As mathematicas acompanharam o desenvolvimento da astronomia. Os arabes crearam a arithmetica e a algebra modernas, a geometria era-lhes familiar, e a trigonometria recebeu d'elles uma fórma nova. Na arithmetica, se elles não inventaram os algarismos que têm o seu nome e que o Occidente adoptou, não se lhes póde negar o merito de reduzir a um typo commodo e de execução rapida os algarismos romanos abreviados.

Foram os arabes os primeiros a comprehender a necessidade do methodo experimental e a applical-o. «Habitando uma immensa região — diz o mesmo Sedillot — em que o reino vegetal fornece abundantemente aromas, succos balsamicos e substancias uteis ou prejudi-

1 Sedillot — *Histoire des Arabes.*

ciaes ao homem, elles trataram de distinguir suas propriedades e utilizal-as para a industria, a medicina e o luxo» [1]. A medicina foi um dos ramos scientificos em que os musulmanos se salientaram, tendo encontrado nos auctores gregos dados preciosos para estudos que tanto fizeram progredir. Entre os seus mais notaveis medicos citam-se: Razy (Mohammed-abu-Bekr-ibn-Zacariah-al-Razy), auctor dos *Dez livros de Al-Mansor*, os quaes comprehendiam a doutrina medica dos arabes d'essa epocha; Ali-Abbas, que viveu no seculo x e escreveu um livro, o *Maleki*, no qual expoz a theoria e a pratica da medicina; Ibn-Sinâ ou Avicennes, o mais celebre de todos, auctor dos Canons *(Kanoum-fil thebb)*, regras e leis sobre physiologia, hygiene, pathologia, therapeutica e materia medica, obra esta traduzida primeiramente em latim, depois em varias linguas e que, durante muito tempo, serviu de codigo universal de medicina; *Abu-al-Kâsem-Khalaf-ben-Abâs* ou Albucassis, cirurgião, que inventou muitos instrumentos para a sua arte, e Ibn-Rochd

[1] Sedillot — *Obra citada.*

Os naturalistas arabes dedicaram-se ao estudo da botanica, particularmente em suas applicações á medicina, e tinham jardins nos quaes cultivavam certas plantas raras e curiosas. No seculo x, Granada possuia um que era magnifico, e Abd-al-Rhaman não só teve outro, perto de Cordova, como enviou á Syria e a outras regiões asiaticas, naturalistas com o fim de lhe trazerem plantas raras. (G. Lebon — *Obra citada*).

ou Averrohes, que deixou um tratado sobre os venenos.

A chimica dos arabes esteve sempre mais ou menos ligada á alchimia, e Geber foi o mais conhecido dos seus chimicos. Em suas obras mencionam-se a preparação do acido nitrico, do sal ammoniaco, da potassa, do nitrato de prata, do sublimado corrosivo e tambem as operações da crystallização, da sublimação e da distillação. Quanto á physica não se lhes conhece outros trabalhos, á excepção dos referentes á optica.

Os arabes foram intrepidos viajantes e fizeram differentes explorações geographicas, que se, muitas vezes, foram parcas em precisão, em outras tiveram seu valor e sempre deixaram indicações para estudos ulteriores.

A mais antiga narrativa de viagem dos musulmanos é a de que fez á China no seculo IX, o mercante Suleiman — ao qual já nos referimos — que partiu de Siraf, no golfo Persico, atravessou o mar das Indias e chegou ás costas do Celeste Imperio. Masudi, outro viajante e mais sagaz observador do que o precedente, percorreu o immenso territorio que obedecia aos kalifas, as regiões adjacentes, a India, o mar do Sul e as costas orientaes da Africa, e publicou trabalhos importantes, descrevendo o estado dos povos e dos paizes do Oriente e do Occidente no anno 931 depois de Christo.

Ibn-Haukal, nascido, como Masudi, em Bagdad, como este intelligente e illustrado, e que viajou durante trinta annos por todos os dominios musulmanos, disse em seu livro: «Descrevi a terra, longitude e latitude e fiz conhecer as regiões arabes; cada região particular contém um mappa, que representa sua situação; indico os limites de cada terra, as cidades e as provincias que possue, os rios que a banham, os depositos de agua que lhe modificam a superficie, os recursos de que dispõe, os impostos de differente natureza que paga, os caminhos que a atravessam, as distancias que a separam dos paizes vizinhos, o genero de commercio que mais resultados produz; em uma palavra, reuni todos os dados que elevaram a geographia a uma sciencia que interessa aos principes e a toda a classe de pessoas».

Albiruni, que publicou observações sobre o norte da India, e Abul-Hassan, que explorou toda a costa norte da Africa, de Marrocos ao Egypto, e levantou a planta de 44 pontos importantes d'ella, formam com o berbere Ibn-Batutah, natural de Tanger, a pleiade dos mais notaveis viajantes musulmanos. Este ultimo, que começou suas viagens pela peregrinação a Mecca, visitou em seguida Constantinopla, e, indo á India passando pela Bukaria, o Khorassan e Kandahar, chegou até Pekin, d'onde regressou ao Occidente. Mais tarde emprehen-

deu uma nova jornada que o levou até Tombuctu [1].

Não é pois de extranhar que — entregando-se a essas digressões pelo mundo afóra, — os arabes, que tinham aprendido suas primeiras noções geographicas nos livros, tivessem em estima essa sciencia e a fizessem progredir. No seculo IX, Yakuby compoz o seu livro sobre as regiões, no qual descreveu as cidades principaes do imperio musulmano; tempos depois, Ibn-Khordàdbeh deu á luz a sua obra referente ás estradas e provincias, indicando os itinerarios e fazendo conhecer o producto dos impostos de cada provincia; Kodiana, contemporaneo do precedente, redigiu um tratado do empregado de chancellaria, onde, depois de uma noticia sobre as repartições administrativas, dá uma descripção das provincias, indicando as distancias e productos de cada paiz. Istakhri elaborou um tratado geographico, enumerando os rios, as cidades, as montanhas etc., de differentes logares; El-Edrisi, nascido na Hespanha, e que por muito tempo residiu na Sicilia, escreveu um livro reputado sobre geographia, acompanhado de numerosos mappas.

---

[1] A par d'esses exploradores voluntarios, houve desde o começo do poder musulmano, uma fonte de informações officiaes e secretas fornecidas pelos agentes dos kalifas nos paizes extrangeiros (Sedillot — *Obra citada*).

Quanto aos conhecimentos industriaes dos arabes, já em paginas anteriores mencionámos a sua habilidade em temperar o aço, em fabricar papeis, em trabalhar o coiro, em tecer a seda e a lã, em tingir os estófos e em explorar as minas. Entre suas invenções, citaremos a applicação da bussola á navegação, a da polvora e armas de fogo.

Foi no seculo XIII que o uso da bussola foi conhecido na Europa. Entretanto, ha muito que os arabes a applicavam em suas viagens á India. Demais, na epocha, tendo os arabes constantes communicações com a China, e sendo os unicos a penetrar nesse paiz, tudo leva a crêr que, antes de qualquer outro povo, alli conheceram essa invenção e a transmittiram á Europa. Viardot diz que Edrisi menciona a bussola como uma coisa corrente entre seus compatriotas e que, escrevendo o mesmo no seculo XII e vivendo na Sicilia, é bem possivel que tivesse dado as primeiras noções sobre esse instrumento aos pilotos napolitanos. Quanto á polvora, a sua descoberta foi attribuida a Rogerio Bacon, o qual, como Alberto o Grande, não fez mais do que reproduzir antigas receitas, muitas das quaes ensinam a preparar uma composição semelhante á d'aquella, e não se usava mais do que foguetes incendiarios. Schwartz, um monge allemão que residia, dizem, em Friburg, em

Breigœn, na metade do seculo XIV passa tambem por ser auctor d'essa invenção. Entretanto, sobre elle e sua descoberta nada se sabe. Viardot acredita que se alguma coisa creou esse monge não foi seguramente a polvora e sim talvez os grandes canhões, os canhões de cobre, a verdadeira artilheria, o que parece justificar a citação de um manuscripto de Du-Ruy, feita por Lacabune, e na qual se diz que Carlos V, sabendo que um senhor Schwartz fabricava artilheria na Allemanha, ordenara que se inquirisse sobre a quantidade de cobre existente em França não só para se fabricar canhões, como para impedir a venda do metal ao extrangeiro e transporte para fóra do reino. Reinuad, Favé, Casiri e o já mencionado Viardot provaram que não resta a menor duvida de que foram os arabes que inventaram a polvora como substancia explosivel, destinada a arrojar projecteis. A principio, esses dois primeiros investigadores suppuzeram que aos chinezes se deviam os primeiros conhecimentos dos compostos fulminantes, e que os arabes os tinham apenas aperfeiçoado, assim como os primeiros instrumentos de artilheria; mais tarde, porém, á vista de novos estudos feitos, publicaram um supplemento ao seu livro, affirmando que a descoberta da polvora pertence aos arabes, e que os chinezes só conheciam o salitre e seu emprego nos fogos de

artificio, e que, finalmente, aquelles souberam produzir e utilizar a força projectiva que resulta da inflammação da polvora; emfim, que inventaram as armas de fogo [1].

---

1 O historiador Elmacin (Al-Makyn) refere que Hadjy Agé queimou uma parte do templo de Mecca, com uma especie de bomba, quando no anno 690 cercou essa cidade (*manganis et mortariis ope naphthœ et ignis in Cabam jactis illius tecta diruit et in cinerem redegit*). Todavia, a palavra *naphthœ*, empregada nessa citação, podia applicar-se a um fogo gregez. Al-Amré (ou Al-Amreo), secretario do emir do Egypto Malek-al-Sahely, em uma obra escripta nos meados do seculo XIII, descreveu assim um instrumento de guerra: «Scorpiões, (machinas para projecteis) ligados em volta e accesos com *pó de nitro* serpenteiam e sibilam, e depois explodem, arrebentam e queimam. Era preciso ver o objecto lançado pelo mandrão estender-se no ar como uma nuvem, produzir um ruido medonho, semelhante ao trovão, e, vomitando fogo, quebrar tudo, incendiar e reduzir a cinzas». Não é possivel, pois, o equivoco, porque, para exprimir o que Casiri chama *nitratus pulvis*, o auctor original serve-se da palavra *malk-abbarud*, que significa salitre e que é ainda hoje o nome da polvora entre os arabes e nos povos cujos idiomas são derivados do seu. O emir almohade Muhamad-Abu-Iakub, sitiando um chefe rebelde na cidade de Al-Mahedia, na Africa, — escreve J. Conde: «Combatió sus muros con diferentes maquinas, ingenios y trueños. . . ingenios nunca vistos. . . que lanzaban cada uno cien enormes tiros y cayan grandes piedras en medio de la poblacion, y tiros de globos de hierro». Em 1248, quando S. Fernando cercava Sevilha, «los cercados se defendian con tiros y maquinas estrañas y los dardos que arrojaban de ciertas maquinas salian con tal fuerza y pasaban de um lado al otro los caballos». No cerco de Niebla por Affonso X, em 1357, os sitiados «lanzaban piedras y dardos con maquinas y tiros de trueños con fuego». A chronica de Affonso VI escripta por Pedro, bispo de Leão, referindo-se a um combate naval entre o emir de Sevilha e o de Tunis, no seculo XI, diz: «Los navios del rey de Tunis traian ciertos tiros de hierro con que tiraban muchos trueños de fuego». Ferreras, que conta minuciosamente todos os detalhes do cerco de Aljeciras, refere que as balas de ferro explodiam com grande ruido. «Y esta es la primera vez que se halla en la historia el uso de la polvora porque con ella se arrojaban las balas» (Documentos citados por Viardot para provar a invenção da polvora e das armas de fogo pelos arabes).

A par do desenvolvimento dado ás sciencias, elles cultivaram tambem com brilhantismo as lettras. A grammatica, a exegese verbal mereceu-lhes especial cuidado. Khalil, contemporaneo de Harum-al-Raschid, foi o auctor do primeiro diccionario conhecido; Zamakhsharî, compoz um diccionario de metaphoras, e Thoalibi no X seculo organizou uma obra sobre synonymos. Os musulmanos contaram, finalmente, philosophos notaveis, historiadores eminentes e poetas dotados de uma imaginação ardente, traduzindo em versos sublimes a sua emotividade perante a Belleza.

Grande foi o poder do imperio arabe, e durante alguns seculos o commercio do Oriente esteve quasi todo em suas mãos, havendo regiões mesmo em que só elles eram os unicos intermediarios. Apparecendo opportunamente, no momento em que o mundo romano desapparecia sob a avalanche dos barbaros, amparados por uma religião que estreitamente os unia, os arabes, depois de terem dilatado seus limites, misturam-se com os povos conquistados, e elles que, antes d'isso, no ardor da guerra, commetteram depradações, entregam-se ao estudo, consultam e commentam os livros gregos, aperfeiçoam as noções bebidas nelles, alargam os horizontes scientificos e transmittem ao Occidente os beneficios de uma civilização nova, sahida das cinzas da antiga.

CAPITULO IV

A Gallia Feudal e as Cruzadas

I Situação politica da Gallia — O Ducado de França — O Feudalismo e sua distincção — Leis, usos e costumes — Commercio terrestre, fluvial e maritimo — Artigos de pérmuta — Impostos e franquias — As abbadias, suas prerogativas e rendas — Contractos — Corpos de Officios. Gildes e Hansas. — II Causas efficientes das Cruzadas — Papel da Egreja — Concilio de Clermont — Creação do reino de Jerusalem — Consequencias politicas, economicas e sociaes das Cruzadas — Commercio e navegação — Instituições maritimas, etc.

Com a morte de Carlos Magno, desapparecera, retalhado, esse grande imperio que elle tão sabiamente creara e fizera prosperar. Em vez d'um Estado forte e unido, a França feudal divide-se em um enxame de Estados, uns maiores, outros menores, minusculos até alguns, dos quaes são possuidores duques e bispos, condes e abbades, viscondes e barões. Aquelle que não tem muitas leguas de terra contenta-se com algumas aldeias, com um valle, e ahi levanta castello, arregimenta guerreiros, impõe leis e cunha moeda. O rei não é, nesses tempos, mais do que um symbolo que a Egreja acceita como tradição de uma dignidade existente desde a epocha biblica e cujos

direitos de soberania elle exerce por delegação no começo e, depois, usurpa. A aristocracia feudal tolera-o, mas, para tirar-lhe a força, torna a realeza um cargo electivo e constitue-se como o unico elemento dominante.

O *ducado de França*, que tem Paris como cidade principal, não é maior nem mais poderoso do que muitos outros estados, e nelle ha senhorios quasi independentes. O rei é o soberano de todos os grandes feudos que, por sua vez, dominam em varias baronias. Surge assim uma nova sociedade, cuja organização e costumes enchem por alguns seculos grande parte da historia da civilização nos tempos medievos. Este regimen, creado sob o ponto de vista militar para o pagamento aos guerreiros, complica-se mais tarde, e dominios feudaes são concedidos tambem com outros fins. Os bens allodiaes diminuem e acabam por extinguir-se, porque seus possuidores, que não podem mais defendel-os contra a oppressão dos vizinhos, vão de *motu-proprio* enfeudal-os a um senhor capaz de protegel-os e ao qual prestam homenagem. A sociedade feudal compunha-se, na classe elevada, do rei, dos suseranos, vassallos e vassallos de vassallos; na classe inferior, de homens livres, antigos donos de herdades que cultivavam terras de um senhor, mas que não estavam sujeitos a nenhum pacto humilhante, e aos quaes seguiam, em hierarchia,

os villões francos, descendentes dos colonos da epocha romana, ou de libertos, e os servos da gleba que trabalhavam por conta de seus patrões e podiam ser vendidos conjunctamente com as terras que aravam. As relações entre os nobres tinham por base um contracto, que impunha deveres aos senhores e vassallos, e terminava quando uma das partes faltava ao estipulado. O suserano era o protector do seu tributario, não só nas guerras como nas questões a que tivesse de responder no tribunal do feudo. Aquelle obrigava-se a continuar a protecção á viuva e aos filhos d'este. O vassallo, depois de feita a menagem ao suserano, tinha de prestar-lhe serviço militar, tomar parte nos conselhos nacionaes a convite d'elle, e, juntamente com outros vassallos, assento na côrte de justiça do senhor, submetter-se ao seu julgamento e dar-lhe um auxilio pecuniario, quando elle armava seu filho cavalleiro, casava uma filha ou pretendia resgatar-se, se cahia prisioneiro.

O feudalismo leigo distingue-se do feudalismo religioso em que no primeiro os senhorios são hereditarios, e no segundo, electivos, formando associações obedientes a um chefe, que exerce plena soberania sem que os restantes associados a tenham individualmente. Emquanto os senhores leigos fundam seu poder territorial na herança dos beneficios e na pro-

tecção das terras allodiaes, a Egreja cimenta-o nas doações e na obrigação do *dizimo*.

No seculo XI, os agrupamentos sociaes dividiam-se em casas, aldeias, castellos fortes e cidades fortificadas. A aldeia era a morada principal do camponez, e seu territorio occupava sempre o districto de uma propriedade senhorial e a ella ficava sujeita. Em quasi todas havia uma porção de terra *(manse)* para habitação do senhor ou do seu intendente. Os villões libertos ou os servos cultivavam as outras *manses*. A's rendas que o senhor feudal tirava do solo, explorando-o por conta propria, juntava as que lhe vinham das concessões feitas aos villões plebeus e eram pagas em natureza, em dinheiro ou mesmo em trabalho. Quando uma herdade mudava de proprietario, o suserano, como dono legal da terra, cobrava um direito de mutação, que se chamava *lods* (approvação), se era o filho de um liberto que succedia a seu pae, ou *venda*, se a transferencia se fazia por doação ou troca a preço convencionado. Mas quando os casos acima referidos se davam com *servos*, tal direito tinha o nome *de mão morta* e correspondia a um resgate. A esses direitos prendiam-se outros, taes como o de casamento effectuado por toda pessoa de condição servil fóra dos limites da senhoria, e que, privando-a de um trabalhador, requeria que fosse indemnizada; o de herdar o feudo pelo

abandono do concessionario ou pela falta de cumprimento por parte d'este no pagamento do censo. Além d'isso, o grande proprietario reservava para si a faculdade exclusiva da caça em suas terras, e permittia-se atravessar com seus trens venatorios as searas dos plebeus e ter o monopolio dos pombaes e coelheiras, de cujos habitantes o lavrador soffria as devastadoras visitas. Comprehende-se que, com semelhante organização, a agricultura não podia desenvolver-se. As terras sendo na maioria enfeudadas, ao agricultor faltava a liberdade precisa para aperfeiçoar ou introduzir uma innovação na cultura. Sem o beneplacito do senhor nada se fazia, e elle impunha em certas regiões uma unica plantação. O estado servil de grande numero de camponezes não os incitava a amarem o solo e a trabalharem com esperança d'um melhor futuro. As guerras, que, por qualquer pretexto, se moviam os barões feudaes, eram poderoso factor de perturbação agricola.

A França [1], sobretudo ao norte, cobria-se

[1] Dado o caracter de particularismo do nosso trabalho, calcamos sobre a França o escorço historico d'oste systema de instituição que regeu uma parte da Europa, desde o decimo seculo até ao fim da edade média. Essa organização politica e social começou a decahir, graças aos progressos da realeza, apoiada no renascimento do direito romano e favorecida pelo engenho dos jesuitas. Filippe o Bello, restringindo os direitos fiscaes aos senhores, Carlos setimo, prohibindo-lhes organizar forças armadas, deram fundos golpes no feudalismo; depois, Luiz XI e Richelieu, e, por ultimo, a Revolução acabaram com esse regimen.

ainda nessa occasião de espessas florestas onde — além de suas madeiras de construcção e para queima, do mel e da cera, que os enxames de abelhas forneciam — abundava a caça, e constituiam elementos apreciaveis, sob o ponto de vista economico. Os campos de pastoreo mais importantes encontravam-se ao noroeste. A criação de ovelhas, que davam a lã ás industrias flamengas, o leite e o queijo para os usos domesticos, era activamente fomentada [1].

A carne de carneiro era muito apreciada, mas, para o açougue, a do porco tinha a preferencia dos que podiam gastar. Essa industria pastoril merecia cuidados especiaes e dava boa renda; do mesmo modo a cavallar, que servia não só para a guerra como para viagens e passeios. O possuidor das terras de cultura media-as e limitava-as por meio de pedras, e isso para impedir a destruição que o gado alli podia occasionar. A habitação do agricultor, geralmente de madeira, erguia-se a par de suas construcções agricolas. O boi servia para o labor diario, mas em Mâcon, utilizava-se tambem o cavallo; em algumas regiões, porém, o camponez não desbravava a terra senão com o

[1] O gado pastava mediante um pequeno fôro nos prados, marinhas e mattas cortadas que formavam por assim dizer a propriedade commum do feudo. O senhor mantinha ahi grandes rebanhos de carneiros, cuja lã fiada pelas mulheres servia para tecer as vestimentas. (Pigeonneau — *Histoire du commerce en France*).

alvião e a enxada. As explorações possuiam, em geral, fraca extensão; o rebanho de carneiros fornecia o estrume. Semeava-se durante dois annos seguidos, e no terceiro deixava-se descançar a terra. Assim, as culturas moviam-se sempre em um *turnus* regular: terra de poisío, cereal de inverno, cereal de estio. Os tres sulcos da charrua usados nos tempos carlovingios conservavam-se ainda em moda no seculo XI. O cultivo das hortas e pomares tinha maior desenvolvimento economico e nelle se empregavam todas as classes. O plantio da vinha era bastante proveitoso e a elle se consagravam muitos pontos do paiz. As vindimas realizavam-se nas regiões do sul em agosto, e em setembro nas do norte. O preparo do vinho fazia-se então de modo bastante defeituoso. A relação da vindima variava entre um minimum e seu valor quintuplo, mas o aperto d'aquella prejudicava muitas vezes a qualidade do liquido [1]. A pesca entrava como elemento basico na economia nacional e estava regulamentada tanto a que tinha logar nos rios como na zona maritima. Nem todos se podiam entregar a esse exercicio e havia varios direitos a satisfazer para tal, como o de circular na ribeira, o de passar de uma margem a outra e o de estabe-

[1] Ch. Lamprecth — *Études sur l'état économique de la France dans la première partie du moyen âge.*

lecer uma casa para o pescador. Os peixes apanhavam-se em viveiros, principalmente nas proximidades dos moinhos. Conheciam-se os systemas de pescar com luz e com a rede de arrastar. A profissão era rendosa, mas só a classe plebéa a praticava. Os nobres preferiam a caça [1].

O seculo X foi uma epocha de miserias e terrores; a sua historia é toda de oppressão, roubos, assassinatos, epidemias e fomes. A humanidade julgava ter chegado o seu fim. Annunciava-se o Apocalypse e todos viviam, esperando a cada momento que as trombetas de Jerichó chamassem os mortaes á prestação de contas. Os normandos arrasavam o norte, e os sarracenos, o sul. No seculo seguinte, manifesta-se uma especie de renascença, o começo de melhoramentos na economia nacional. E' uma aurora que se levanta promettedora de dias luminosos. Mas quanto caminho ainda havia a percorrer para que as fontes de pro-

---

1 Escreve Lamprecht que «no dominio da agua como da floresta, o principio da propriedade livre e commum, como a mantém o homem povo, está em conflicto por toda a parte com o da propriedade privada e estreita que o senhor faz prevalecer. Do lado da propriedade ha poder e maior renda, do lado da communidade, fraqueza e falta de intelligencia. Não ha duvida sobre quem será victorioso. Menos rigorosa e ja mais cedente surge a differença entre o pascigo e a campina. Ahi não havia opposição entre o interesse commum a todos os possuidores do sólo, e se a campina sobrepujou o pascigo foi sem choque, e pouco a pouco deu-se essa victoria pacifica e quasi unicamente como resultado da elevação da renda».

ducção dessem todos os seus thesoiros e para que as relações de um povo com outros trouxessem ao intercambio commercial todo o seu valor?!

A sociedade feudal era ao mesmo tempo productora e consumidora do que colhia em suas terras. Com o receio das carestias, que tão amiudadamente assolavam o paiz, e dos assaltos a que estava exposto o seu solar, o castellão medieval abarrotava os celleiros de tudo quanto lhe produziam as explorações agricolas, e impedia que os trabalhadores do feudo exportassem os generos de primeira necessidade que excedessem ao que se pudesse consumir em uma colheita. As industrias agricolas, taes como a padaria e a moagem, offereciam um campo favoravel aos interesses das senhorias. Em cada localidade havia um ou mais fornos banaes, e seu proprietario não tolerava nenhum outro na vizinhança. Ninguem podia cozinhar pão em outra parte. Tal uso dava logar á percepção de uma renda, que se chamava *fornagium*. O dono do feudo provia o padeiro arrendatario do forno dos utensilios e combustivel necessarios para essa industria. Não moía trigo quem queria. Os moinhos tinham como proprietarios os senhores, a quem pertencia a agua, os quaes os sublocavam a um moleiro para que este os fizesse trabalhar em beneficio dos habitantes

da baronia, mediante o pagamento de uma renda. Outras industrias, taes como a de carpintaria, alvenaria, olaria, armaria, ferraria, tecelagem e alfaiataria eram exercidas por operarios occupados em servir o dono da senhoria.

A vida nos castellos não tem luxo até ás cruzadas. O mobiliario, dos mais primitivos, consta de leitos acanhados, cheios de palha, cofres de madeira ou vime para guardar as roupas e objectos preciosos, bancos de pau para assentos e mezas da mesma materia para as refeições. Não havia estufas. Um fogão redondo, cujo tubo atravessava o tecto, aquecia a sala, enchendo-a de fumaça. Para evitar a humidade da terra, atirava-se feno ao chão de todos os compartimentos; eram estes os tapetes então em moda. A illuminação dos diversos aposentos fazia-se por meio de candeias, quando se não serviam de paus seccos, que queimavam para obter luz. As unicas coisas preciosas que os castellões possuiam e lhes vinham de fóra, não passavam de alguns vasos de prata e oiro, reliquias de antepassados, pelliças procedentes dos paizes do norte, passaros, cavallos de raça e armas de forte tempera. «Uma boa espada — escreve Pigeonneau — tem sua genealogia e historia; ella vale o seu peso em prata, e o preço de um escudo representa o salario de

duzentos e quarenta dias de um segador». As despezas de manutenção eram pouco elevadas. Um individuo abastado não gastava em alimentos mais de 6 a 12 dinheiros por dia. O pão, a carne e o vinho constituiam os comestiveis principaes; em seguida vinham os queijos, ovos, legumes e peixes. Nos dias de festim, os pratos apresentados não excediam muito esse ordinario [1].

O senhorio consumindo, quasi tudo que produzia, em artigos de primeira necessidade; os objectos de luxo procurados reduzindo-se a muito pouco; as difficuldades de communicações, o perigo das viagens, as multiplas taxas que se pagavam por atravessar este ou aquelle feudo, passar um rio, conseguir um salvo-conducto e muitas outras causas difficultavam o movimento de mercadorias. A conservação dos caminhos, das pontes, das balsas, o policiamento das estradas e o regulamento da exportação estavam a cargo dos senhorios. Para attender a taes serviços, os donos dos feudos cobravam diversas taxas e portagens nas re-

---

[1] Lamprecht cita um *menu* organizado no claustro de S. Vannes, na diocese de Verdun, no seculo XI, no qual se lê: *a*) mistura de ovos e enguias (*fricassée* de enguias); *b*) uma especie de pastel de carne, chamado tambem *tortella*, com pimenta; *c*) peixe; *d*) pedaços de carne bem preparada; *e*) tripas com pimenta; *f*) carne batida; *g*) porco gordo; *h*) vinho tinto em taças, ou vinho caro em taças vermelhas, offerecido duas vezes.

partições aduaneiras que a realeza creara e de que elles se tinham apoderado desde o tempo em que as terras pertenciam aos que mais pilhavam, e durante o qual se desorganizara a administração que o genio de Carlos Magno soubera pôr em jogo com tanto criterio politico quanta previsão para assegurar a prosperidade da Gallia franca. Os senhores cobravam directamente esses direitos ou arrendavam-nos com os seguintes nomes: *pontenage* — portagem sobre as estradas — que tomava o nome de *rouage*, rodagem, quando se transitava de carro, e de *pulverage*, se eram tropas de animaes as que atravessavam o caminho; *cryage* ou *portage* — direito de entrada ou sahida nas portas da cidade; *conduit* — transito [1], e *guiage*, imposto pago ao senhor para que este désse uma escolta ao viajante, afim de garantil-o contra provaveis assaltos durante o itinerario. Esta ultima contribuição, mesmo quando desnecessaria, era quasi sempre imposta aos que

---

[1] Nos suburbios de Paris, o imposto de transito não excedia a quatro vintens por um carro, outros tantos por uma carreta, e um por carga de cavallo, constando de pannos, pellaria, mercearia e de artigos vendidos a peso; de quatro vintens por tonel para vinho. Pigeonneau, de quem extrahimos estas informações, diz que o vintem tornez de S. Luiz representava o valor intrinseco de pouco mais de um franco; o vintem *parisis* valia 1 franco, 26649. Tanto este como os outros impostos que citamos, variavam segundo as localidades, mas geralmente eram moderados.

solicitavam atravessar uma senhoria [1]. No seculo XI, bandos de aventureiros infestavam a miudo as estradas, os quaes offereciam seus serviços militares aos castellões, e se não eram aproveitados entretinham-se em saqueiar, incendiar e matar. Foi nos ultimos annos d'esse seculo, que, por iniciativa de um carpinteiro, se fundou em Puy a confraria dos *Encapuzados* (assim chamada porque seus membros usavam um capuz); d'aquella diocese propagou-se a outras e teve por missão dar caça incessante a taes aventureiros. Essa aggremiação foi, tempos depois, esmagada pela nobreza e pela egreja feudal, receiosas de que, crescendo em força, se tornasse tambem um perigo para ellas [2].

Os mercados estabeleciam-se, a maior parte das vezes, em um castello ou em uma cidade fortificada. O proprietario da senhoria mantinha alli uma policia especial, não só para proteger os que negociavam e fornecer-lhes boa moeda, como, tambem, para cobrança das diversas taxas que os mercantes tinham de satisfazer afim de poderem mostrar e vender seus artigos, as quaes tinham o nome de taxas de *toloneum*, de exposição, medição e pesagem. Nem todas as mercadorias estavam sujeitas ao

---

1 Pigeonneau — *Obra citada*, tomo I.

2 E. Levasseur — *Histoire des Classes Ouvrières et de l'Industrie en France, avant 1789* vol. I.

imposto e gravadas pela alfandega. O senhor fixava o numero e determinava o valor a partir do qual ellas tinham de pagar, e, no seu proprio interesse, organizava uma tarifa exaggeradissima. Mas, pagando mesmo direitos altos, a creação d'estes mercados prestava notavel serviço ao reduzido commercio da epocha, porque constituiam asylos seguros aos objectos de escambo postos em circulação. Para facilidade dos negociantes e das transacções, havia fóra dos mercados bancos e barracas destinados á troca de moedas e para alojamentos [1]. As fraudes puniam-se com elevadas multas, mas que variavam segundo os casos e em cujo numero se contavam mesmo os delictos d'essa natureza involuntariamente commettidos. Nem todos os mercados eram, porém, obra dos donos de feudos. Algumas d'essas feiras effectuavam-se por occasião de festas religiosas, e a sua duração variava muito, podendo extender-se de um dia a uma semana, com excepção do domingo. As maiores tinham data fixa; realizavam-se sempre depois das colheitas. Nesse tempo, a região em que se assentava o arraial possuia abundantes meios de permuta. Os artigos que se vendiam constavam — segundo a occasião em que se abria o mercado — de vi-

1 Ch. Lamprecht — *Obra citada.*

nho, trigo e gado, de instrumentos de trabalho e estófos para vestimentas. A par dos productos do solo ou da industria de primeira necessidade, vendiam-se tambem objectos de luxo [1]. Se um mercante queria estabelecer loja em sua propria casa, devia pagar para isso fortes direitos, proporcionaes á somma dos negocios effectuados, os quaes recahiam algumas vezes sobre o comprador e vendedor [2].

Tanto nos mercados como nas suas proprias casas, o commerciante era obrigado a servir-se dos pesos e medidas do senhor, que, muitas vezes, os arrendava a segundos, os quaes se encarregavam de administrar as rendas [3]. Realizar uma compra, constituia sempre motivo para serias reflexões e accarretava longos e difficeis debates. O artigo sobre o qual o comprador lançava suas vistas com o desejo de possuil-o, não passava das mãos do vendedor para as d'aquelle, sem que o seu valor fosse discutido minuciosamente. O habito de regatear, como vemos, data de muitos seculos. Uma especie de duello astucioso se estabelecia entre

---

1 Ch. Lamprecht — *Obra citada.*

2 Em Châtillon (ducado de Borgonha) -- diz Pigeonneau — o direito de venda era de quatro dinheiros por libra ou de um sexagesimo da venda, pagaveis pelo comprador e vendedor. Os clerigos e os nobres estavam isentos d'essa taxa. O direito de venda existia tambem no ducado de Aquitania, no seculo XI.

3 As medidas eram tão defeituosas, que cada um, para ter certeza no seu negocio, empregava as suas.

o commerciante e o freguez. Para alcançar o resultado ambicionado, este chegava a dar pequeninos presentes ao vendedor, na esperança de assim o tornar mais conciliante, supplicava, comprava a parte de um todo, e insistia por tal modo para conseguir um abatimento na outra, que, finalmente, o possuidor cedia, quando o preço se tornava quasi razoavel. Para complicar mais a situação do commercio, aos impostos que atraz ennumeramos e aos perigos a que se expunham os mercantes, indo de um feudo a outro, d'uma a outra cidade, ha que juntar diversos outros usos que formavam jurisprudencia, taes como o direito de *represalias* de que tanto se abusou na edade media, e para o coarctar foram assignados convenios impedindo então que os justos pagassem pelos peccadores; o direito *aubaine* (successão) pelo qual o senhor herdava os bens do extrangeiro morto em seu dominio territorial, e os direitos de *bris d'épaves* (destroços) que permittiam ao dono do feudo ou a seus foreiros a propriedade dos navios dados á costa e tudo quanto o mar arrojava á praia. Esta ultima prerogativa deu mesmo logar a praticas criminosas para que os castellões entrassem no goso d'ella [1].

---

[1] Os navegantes normandos e os da Aquitania contavam com terror que no littoral da Bretanha, por mais de uma vez, tinham naufragado navios, porque, enganados pelas luzes postas entre os abrolhos, alli tinham ido bater e despedaçar-se. (Pigeonneau — *Obra citada*).

Nos tempos em que o feudalismo predominava completamente e já mesmo naquelle em que a realeza começava a ter força, as communicações entre as differentes provincias da França, e sobretudo com o extrangeiro, não se faziam a miudo. Havia, entretanto, um certo movimento de população, que emigrava de um ponto a outro: peregrinos que se dirigiam aos sanctuarios em moda, de S. Thiago de Compostella e Roma; mendigos e trovadores, que passeavam de castello em castello, cantando seus poemas e lendas heroicas; servos, que abandonavam o paiz natal para escapar á oppressão de um senhor e iam offerecer seus serviços a uma senhoria, que suppunham lhes fosse mais suave no tratamento; monges, que mudavam de convento; bispos que visitavam suas dioceses ou se dirigiam á Santa Sé; vassallos que seus deveres chamavam ao solar dos suseranos, e mercantes que expunham artigos de commercio, de mercado em mercado, de feira em feira. Por terra, viajava-se em caravana e lentamente, e os negociantes — escreve Pigeonneau — deixavam uma boa parte de suas mercadorias nas mãos dos portageiros, mas se ella chegava ao termo da expedição os lucros eram grandes. Por mar e devido aos perigos a que se expunham por causa dos piratas, os navios mercantes navegavam de conserva, faziam a cabotagem como nos tempos

antigos, e só se aventuravam ao alto mar na boa estação. O horizonte para os navegantes d'essa epocha não avançava muito, porque os normandos apenas frequentavam os portos de Flandres e de Inglaterra; os bretões, os da Irlanda; os bordelezes e os das ilhas de Ré e de Oleron, as costas da Bretanha e da Normandia, e ahi descarregavam os vinhos da Aquitania e os saes do Aunis e do baixo Poitou. No Mediterraneo, Narbonna e Marselha, grandes cidades maritimas e quasi independentes, não mandavam seus navios além de Barcelona, Piza e Amalfi, aonde iam permutar lãs e *pastel* (uma planta empregada para tingir em azul e negro e muito cultivada na Provença e Languedoc) contra mercadorias levantinas que o sul da França já apreciava muito [1].

Os judeus serviam de intermediarios aos artigos de luxo que se vendiam em toda a Gallia feudal, e então, como hoje, sabiam tornar rendosas as suas transacções. Elles abarcavam o mais que podiam e para isso espalhavam-se em todas as cidades importantes e tinham representantes em todos os burgos. Para os senhores feudaes um judeu era uma preciosidade; todos possuiam o seu. Manti-

---

[1] Pigeonneau — *Obra citada*, tomo I.

nham-nos em suas terras e permittiam-lhes que se ausentassem e viajassem no interesse do seu negocio; que dessem livre curso á sua industria commercial, comtanto que repartissem, já se vê, o lucro com elles. O judeu, chegou a ser objecto de commercio, que se vendia ou trocava e que até os castellões roubavam uns aos outros, prohibindo áquelles que se encontravam em seus feudos regressar aos de seus senhores [1]. Taes vexames não os cançavam, e até se resignavam a elles se d'isso advinha beneficio a seu commercio. Assim monopolizavam tudo o que dava lucro: eram banqueiros, prestamistas sobre penhores, arrendatarios de portagens e commissarios de mercadorias. Negociavam em dinheiro em barra e amoedado, e traficavam em especiarias do Oriente, em perfumes, sedas, tapetes, tecidos de algodão, pedras preciosas e objectos de joalheria.

O commercio de dinheiro estava nas mãos dos filhos de Israel. A Egreja, prohibindo aos catholicos, na edade média, as operações financeiras e os emprestimos sobre penhores e a

---

1 Bedarride — *Obra citada.*

O direito commum não se applicava aos judeus; elles eram considerados um pouco menos que homens. Nas tarifas das portagens feudaes classificavam-nos entre as mercadorias. Ao lado «do cavallo» que paga 8 vintens, do «milheiro de arenques», que é taxado a 10 dinheiros, toma logar o judeu, tarifado em 30 dinheiros ao passar a fronteira. (Avenel — *La fortune publique et privée pendant sept siècles*).

prazo, deixara completamente aberto aos judeus esse campo de actividade. A taxa do juro variava entre 25 % e 80 %, — uma enormidade, mas que tem sua explicação nos riscos que corriam os capitaes nas mãos do devedor, e pouco movimento do numerario que, manhosamente, os banqueiros guardavam [1]. Os emprestimos sobre penhores estavam em grande voga e faziam-se não só sobre objectos como, tambem, sobre os direitos de uso. Um credor podia hypothecar a um terceiro o penhor que lhe fôra dado por uma quantia emprestada. Se a renda da *cautela* — empregando o termo moderno — era incerta, convencionava-se um juro em dinheiro e em natureza. Sete mil e oitocentos vintens e trezentos e oitenta marcos de prata representavam as maiores quantias solicitadas pelos prestamistas; as communs não excediam a cem vintens [2].

Os transportes por agua constituiam, no apogeu do feudalismo, um monopolio da Egreja. Desde os tempos merovingios, já um mosteiro, o de S. Mesmin, fundado nas proximidades de Orleans, tinha o direito de possuir trez embarcações, isentas de todos os direitos sobre o Loire, o Cher, o Vienne, o Sarthe, o Mayenne, o Sena e o Marne. Durante o regimen feudal,

---

1 Pigeonneau — *Obra citada.*
2 Ch. Lamprecht — *Obra citada.*

o primeiro senhor que permittiu a passagem, sem pagar imposto deante de sua fortaleza, das balsas do convento de S. Wandrille, foi Hugo I, conde de Meulan, desde 977 a 1015 [1]. S.-Germain-des-Prés e S.-Diniz gosavam de uma franquia absoluta em todo o reino dos francos; outras abbadias, como a de Cormery, perto de Tours, a de Fleury ou S.-Benoît-sur-Loire e a de S.-Agnan de Orleans podiam fazer circular no Loire e seus affluentes de duas a seis barcas sem pagar portagens. S. Germain-l'Auxerrois tinha a isenção para quatro navios sobre o Sena; a egreja de Vienne, para cinco canoas sobre o Rhodano, e a abbadia de Tournus, para todas as embarcações que lhe pertenciam, sobre o Rhodano, Saone e Doubs [2].

Uma carta de 1006, outorgada por Gautier II, conde de Amiens, Pontoise, Mantes e Chaumont, franqueou á abbadia de Jumièges — fundada por Guilherme-Longue-Epée — fazer suas barcas *toneleu* em seus dominios [3]. Ao descer o Sena, abaixo de Mantes, encontrava-se no seculo XI o castello de Roche-Guyon, cujo senhor, antes de conceder franquia ás barcas pertencentes aos mosteiros de S. Wandrille e de Jumièges, cobrava nessa portagem taxas

1 Ernest Freville — *Histoire du commerce de Rouen.*
2 Pigeonneau — *Obra citada.*
3 Ernest Freville — *Obra citada.*

arbitrarias, porquanto essas confrarias enviavam aos seus prioratos da Ile-de-France, vinhos de Gasconha e Pontoise, e em tal quantidade que mostrava claramente que ellas commerciavam com esse artigo.

Entre Rouen e Paris havia as seguintes portagens: Andely, anterior a 1055, Vernon, a 1060, Roche-Guyon, a 1080, Mantes, a 1006, Meulan, a 1015, Poissy, a 1094, Conflans-Sainte-Honorine, existente em 1039, Maisons, anterior a 1090. Abaixo de Rouen, a navegação fazia-se livremente por assim o haverem determinado os duques de Normandia. As abbadias tinham alli franquia para suas provisões, navegando no Sena ou abordando os portos do dominio d'aquelles soberanos. Ao alvorecer do feudalismo, as cidades principaes ou as que estavam sob a protecção de algum mosteiro poderoso tornaram-se centros importantes de commercio [1]. Já então havia um grande luxo nas corporações religiosas. No fim do seculo XI, a abbadia de S. Riquier — informa Baudrillart — era uma

---

[1] Tal era a importancia que a Egreja ligava aos mercados, que ameaçava com seus raios os que pretendiam usurpar-lhe os privilegios commerciaes. Conta-se que no seculo X havia em Mornant, perto de Lyon, um mercado importante que o senhor do logar, «para salvar sua alma e a de seus parentes» doou á abbadia de Savigny. E como vizinhos menos poderosos tivessem perturbado esse goso, os monges, para salvaguardar seus direitos, lançaram a excommunhão contra os que pretendiam apoderar-se d'aquelle mercado. (E. Levasseur, tomo I.)

verdadeira cidade onde se contavam mil e quinhentas *manses* (rendas abbaciaes) de seculares, pagando cada uma doze dinheiros e tres sextarios de frumento, aveia e favas. Todas as percepções teem o mesmo caracter de utilidade material e derivam de trabalhos fecundos, a proposito animados. Assim, quatro moinhos deviam seiscentos almudes de grãos misturados, oito porcos e doze vaccas; o mercado fornecia semanalmente quarenta vintens de oiro, e a portagem, vinte do mesmo metal; treze fornos produziam cada um por anno dez vintens, trezentos pães e trinta bolos no tempo das litanias. A rua dos mercantes pagava á abbadia, annualmente, uma peça de tapeçaria do valor de cem vintens de oiro, e a rua dos ferreiros, toda a ferramenta de que necessitava o mosteiro; a rua dos fabricantes de escudos estava encarregada de fornecer as capas dos livros, de cosel-os e encadernal-os, o que se calculava em trinta vintens de oiro; a rua dos selleiros proporcionava sellas ao abbade e confrades; a dos sapateiros, calçado aos criados e cozinheiros da abbadia; a dos carniceiros era taxada por anno em quinze sextarios de gordura; a dos *bolons* fabricava os colchões para os monges, e a dos pelleiros, as pelles, entre as quaes havia muitas de grande sumptuosidade; a dos vinhateiros dava semanalmente dezeseis sextarios de vinho, e a rua dos taverneiros trinta,

de cerveja, diariamente; a dos cavalleiros devia offerecer a cada um d'elles um cavallo, um escudo, uma lança e varias outras armas. A capella dos nobres dava cada anno doze libras de incenso e perfumes, e as quatro capellas de *populi vulgaris*, cem libras de cera e tres de incenso. As offertas em prata ao sepulchro de S. Riquier subiam annualmente a quinze mil e seiscentas libras de peso, avaliadas em perto de dois milhões de francos actuaes [1].

Como dissemos, cada senhor feudal tinha servos operarios que executavam tudo quanto precisava e lhe era necessario. Mas dava-se, ás vezes, o caso de mandar fazer um trabalho por uma outra pessoa, e então concedia-se a esta o officio como uma especie de feudo vitalicio ou mesmo hereditario [2].

---

1 Baudrillart — *Obra citada.*

2 Na erudita compilação de documentos sobre o commercio e a industria franceza na edade média, organizada por Fagniez, encontra-se o seguinte exemplo de contracto entre o senhor e o operario, lavrado no fim do seculo XI: «Um pintor chamado Falcon vae ao mosteiro de S. Aubin (Angers) e compromette-se com o abbade e os monges a fazer os vitraes e todas as pinturas que lhe ordenem no referido mosteiro, mediante a condição de ser tratado como um irmão e considerado um dos homens livres da abbadia; receberá um feudo, uma geira de vinho e uma casa que gosará vitaliciamente e que, depois da sua morte, reverterá ao mosteiro, a menos que não deixe um filho capaz de continuar o mesmo serviço». (Fagniez — *Documents sur l'histoire du commerce et de l'industrie en France*).

Levasseur, na sua obra, *l'Histoire des Classes Ouvrières*, á qual já nos temos reportado, cita est'outro contracto bastante curioso e que tem por titulo: «Isto é o feudo de Leobin, carpinteiro». Não é

Como actualmente se formam syndicatos para a defeza do operariado, camaras commerciaes e associações industriaes para proteger o commercio e a industria, no decorrer do seculo XI, com o mesmo intuito, organizaram-se os trabalhadores em corpos de officios, e os mercantes em *gildes* e *hansas*, e são esses agrupamentos os precursores do movimento e da implantação das communas. E' na primeira metade do referido seculo que apparecem a *Hansa de Rouen*, a *Mercancia da agua* ou *Hansa parisiense*, as companhias dos mercantes frequentando a ribeira do Loire, e a associação privilegiada dos negociantes em vinhos de Bordeos. Nellas entravam não só os grandes commerciantes

---

no campo, mas em uma cidade que residem as partes contractantes, que são Leobin e o bispo de Chartres. Toda vez que havia obra a fazer, aquelle devia abandonar sua loja e ir, pessoalmente, trabalhar na casa do bispo ou em seu logar: era ahi alimentado, e, cada tarde, emquanto durava o trabalho e mesmo nos dias festivos de guarda, recebia dois pães brancos e um meio sextario de vinho. Tinha um quarto para arrumar seus utensilios, que eram conservados á custa do bispado. As aparas pertenciam-lhe. Nas vindimas recebia meia mina de uvas e um sextario de vinho doce; na Assumpção, em todos os Santos, no Natal, na Paschoa, nas Ladainhas e na Pentecostes, quatro pães brancos, e um sextario de vinho; no dia de entrudo, quatro pães brancos, um sextario de vinho, uma gallinha e um pedaço de carne salgada. Quando o bispo estava em Chartres, Leobin tinha o direito, mesmo não trabalhando, de jantar na mesa dos criados. E' verdade, que, durante todo o tempo das vindimas, era obrigado, mediante uma ligeira retribuição, a fazer guarda noite e dia ao celleiro do seu senhor, mas tal serviço recebia larga compensação com os cincoenta vintens de censo annual que se lhe concediam, e com a jurisdicção da baixa justiça que exercia sobre as pessoas do seu officio. (E. Levasseur — *Obra citada*, vol. I).

como os proprietarios de navios e barcos das mais importantes praças de commercio [1].

Os cursos d'agua eram as principaes vias commerciaes, não só sob o ponto de vista de maior economia, porque em um barco podia-se carregar os volumes que em estrada terrestre requeriam o dorso de muitos animaes, como tambem pelo menor risco que esse genero de conducção offerecia ás mercadorias. Para reparar a incuria dos proprietarios feudaes, que pouco se importavam em melhorar as communicações, as *hansas* trataram de dragar constantemente os rios para que a navegação fosse praticavel, de resgatar ou arrendar as portagens e de construir, á margem das cidades de commercio, caes de embarque e desembarque, e armazens para deposito dos differentes artigos que traziam ou levavam as embarcações que alli aportavam, serviços gratis aos membros da associação, mas cobrados aos que o não eram [2].

E' no seculo XI que o movimento de peregrinação á Italia e ao Oriente se vae accen-

---

[1] Pigeonneau — *Obra citada.*

[2] Raul Glaber, contemporaneo, conta que Guilherme Longue-Epée, Ricardo I e Ricardo II facilitavam as peregrinações de seus subditos e enviavam presentes consideraveis a todas as egrejas, principalmente á do Santo Sepulchro. O terceiro d'esses principes era tão conhecido na Syria que os monges do Monte Sinai iam todos os annos a Rouen arrecadar as esmolas que este nunca lhes negava. Para a Italia, porém, é que os peregrinos mais frequentemente se dirigiam. (E. Freville — *Obra citada*).

tuando cada vez mais. Os normandos são os primeiros a fazerem essas expedições religiosas e, tambem, commerciaes. Foi, todavia, no reinado de Guilherme o Conquistador, que Rouen começou a ter mais desenvolvimento commercial. Este soberano, que contava na linha materna um avô industrial herdara — por atavismo certamente — o amor do lucro, e isso contribuiu para que a Normandia se tornasse em um emporio de riquezas habilmente postas em circulação. A conquista da Inglaterra, para cuja execução mandou construir uma numerosa frota composta de mil e quatrocentos navios, beneficiou a industria naval e abriu aos negociantes d'aquella cidade os mercados insulares. E quando, de regresso á Normandia, convocou pela primeira vez em Lillebonne, a titulo de soberano absoluto, os estados das provincias, afim de que expuzessem suas queixas e necessidades. Essa assembléa foi o primeiro passo dado em favor da liberdade das communas normandas e da segurança do commercio. O referido principe fez saber então que não consentiria que se molestassem os mercantes em seu trafico, e as estradas tornaram-se tão seguras que não havia perigo algum em viajar na Normandia, embora os viajores levassem os bolsos recheiados de oiro. Para seriedade das transacções, determinou egualmente o soberano que os plebeus pagassem, sob a designação de *fouage* (fogal), aos

duques uma especie de renda, mediante a qual elles se compromettiam a não alterar o titulo da moeda [1]. A exemplo de Guilherme o Conquistador, os condes de Champagne, os de Toulouse e varios outros senhores feudaes esforçaram-se para garantir os commerciantes, antes que o poder real o fizesse. As querellas entre feudatarios, uma melhor distribuição de justiça, a *Tregoa de Deus* imposta pela Egreja, o incentivo consentido pelos senhores, as corporações de officios e as *gildes* que se regulamentavam e preparavam para ter voto no organismo social que se transformava e aspirava maior dignidade individual e liberdade — foram os elementos que mais concorreram para que as mercadorias entrassem folgadamente no intercambio. Nos mercados vendiam-se vinhos, sal, peixes fumados e salgados, cereaes, forragens, madeiras, lãs, linho, canhamo, materias tinctoriaes, e outros productos do paiz.

Mas como as relações se tinham estendido tambem ao interior, graças ás peregrinações no Levante e Italia, ás conquistas dos normandos na Inglaterra e nas duas Sicilias, ás expedições guerreiras contra os mouros de Hespanha e á fundação do reino de Portugal por Henrique de Borgonha, nos referidos mercados

1 E. Freville — *Obra citada.*

entraram tambem productos de origem extrangeira, taes como as sedas d'Almeria e Carthagena, os cavallos arabes e andaluzes, as laranjas e os vinhos do sul da Italia, os tapetes e os tecidos orientaes etc. O sul e o norte da França e esta com o extrangeiro amiudaram suas relações cada vez mais. Era para o Oriente que, acompanhando os peregrinos, affluiam mais os mercantes. O caminho do Danubio, já aberto ao commercio, facilitava as viagens a Constantinopla e á Syria, entrepostos de riquezas proprias para alimentar o luxo das sociedades occidentaes, cuja civilização crescente exigia novas necessidades. E são essas expedições religiosas — as dos cruzados — que representam na edade média um grande factor economico na historia commercial dos diversos povos, preponderante na França e Republicas italianas.

II

As Cruzadas e suas causas efficientes — O Papa Urbano II e o Concilio de Clermont — Privilegios concedidos aos romeiros — Godofredo de Bouillon. Creação do reino de Jerusalem — As outras expedições religiosas — Consequencias politicas, economicas e sociaes das Cruzadas — Agricultura e Industria. Commercio e navegação — Legislação maritima — Considerações finaes.

Se é verdade que o exercito de Carlos Martel, derrotando em Poitiers as phalanges conquistadoras de Abd-el-Rhaman, deteve o isla-

mismo em sua marcha victoriosa para o Occidente prestando ao christianismo o mais assignalado serviço, não é menos certo que este julgou, desde então, o perigo de novas invasões para sempre conjurado. Os guerreiros francos, impellindo para além dos Pyreneos os sectarios de Mahomet não impediram que o estandarte do Propheta continuasse plantado em terras da Hespanha, onde o kalifado de Cordoba e, mais tarde, o reino de Granada brilharam ao calor de uma civilização requintada e poderosa, e que, nas aguas esmeraldinas do Mediterraneo, as frotas musulmanas cruzassem soberbas, fazendo d'esse mar um lago seu, no qual, se tinham perdido a Provença, conservavam a Sicilia e outras ilhas.

Assim, na propria Europa, a religião do doce rabbino de Nazareth e a do ardente illuminado de Mecca, achavam-se frente a frente. Todavia, entrando em um periodo de organização, os senhores do imperio arabe haviam mostrado um superior espirito de tolerancia e para elles os limites do mundo que professava a sua fé, estavam confinados nos do seu imperio por terem renunciado a conquistas no Oriente. A egreja, porém, receiando constantemente ataques infundados, insufflava todas as violencias contra essa raça. Pelayo e seus companheiros, em som de guerra contra os sarracenos que dominavam a peninsula iberica, são

os primeiros cruzados no Occidente, e Heraclio, emprehendendo a conquista das santas reliquias, que os persas profanavam em Jerusalem, é o primeiro expedicionario christão no Oriente.

Desde o seculo IV, os christãos costumavam ir em peregrinação á Palestina. Quando Harun-al-Raschid imperava em Bagdad, as relações amistosas que este principe illustre mantinha com Carlos Magno contribuiram para que se concedessem todas as facilidades aos romeiros que se dirigiam ao imperio arabe, e os outros kalifas, successores do grande ommeiada e dotados da mesma tolerancia, continuaram a permittir que essas expedições religiosas fossem incessantemente augmentando. A egreja do Santo Sepulchro pudera ser restaurada, graças aos trabalhos mandados executar por uma piedosa princeza byzantina, e a Jerusalem chegavam os forasteiros penitentes, sahidos de differentes pontos da Europa, em cumprimento de promessas ou expiação de suas culpas. Os concilios, para favorecerem essas expedições religiosas isentavam de portagem os peregrinos assim como suas bagagens, se não eram muito numerosas; até ao fim do seculo X, elles iam só por mar para a Terra Santa, e tal viagem era bastante longa e cheia de perigos. As communicações faziam-se irregularmente e o medo dos piratas que infestavam o

Mediterraneo determinara que se preparassem verdadeiros comboios maritimos para semelhante empreza, os quaes eram protegidos por navios de guerra.

De Barcelona, Narbonna, Marselha e dos portos italianos partiam os expedicionarios, sob a direcção de um chefe commum e de um consul do mar para resolver as questões que se pudessem suscitar entre os viajantes. Ao chegar ao Oriente, os forasteiros hospedavam-se nas feitorias que os italianos possuiam na Syria e d'ahi se dirigiam aos santos logares [1]. Ao alvorecer porém, do seculo XI, a via maritima deixou de ser tão concorrida. A conversão dos hungaros reabrira o caminho do Danubio e era por elle que, então, os peregrinos das regiões do norte da França, da Inglaterra e da Allemanha enveredavam para o Oriente por ser essa via mais curta e segura. Ao principio partiam isoladamente, mas depois grupavam-se, formando bandos numerosos, verdadeiros exercitos de fanaticos, mal organizados e contra os excessos dos quaes as povoações que elles atravessavam tinham de se precaver. Mui-

---

1 A mais antiga d'essas colonias era dos amalfitanos, que datava do VI seculo. O primeiro hospital havido em Jerusalem para receber os occidentaes vindos da Terra Santa, na qualidade de romeiros ou mercantes, deve-se a elles. Antes das Cruzadas já os amalfitanos possuiam um quarteirão em Antiochia. (Rey — *Les colonies franques en Syrie au* XII *et* XIII *siècle*).

tos d'esses romeiros não chegavam ao termo da jornada e morriam em caminho, outros fixavam-se em paizes longinquos ou voltavam, contando maravilhas do Levante, que designavam como o *vestibulo do Paraizo* [1].

O kalifado de Bagdad estando no seculo XI em franca decadencia, os turcos seldjucidas, depois de aterrorizarem a Asia com as façanhas de Toghrul-Beg, Alp-Arslan e Melik-Schah, fundaram um vasto imperio que ia do Indo ao Mediterraneo, e do Djihun, lago de Aral e mar Caspio ao mar de Oman e golfo Arabico. A Syria pertencia, uma parte, aos seldjucidas, e outra, aos fatimitas do Egypto. Não eram, pois, os arabes tolerantes que possuiam os santos logares mas, sim, populações mais intransigentes, que procuravam por todos os meios entravar o direito de que se arrogavam os christãos de irem ao centro do islamismo praticar, sem auctorização dos musulmanos, os ritos de uma religião que lhes era adversa. Vexames de toda a sorte foram impostos aos romeiros em Jerusalem e isso repercutiu dolorosamente no Occidente [2].

---

[1] Os grandes peccadores recebiam do confessor ou do bispo ordem para ir humildemente em peregrinação a S. Jacques de Galliza, a Jerusalem e, muitas vezes, a Roma; assim os romeiros eram chamados geralmente *Romei*. Algumas vezes mesmo, os principes, perdoando aos seus inimigos, impunham-lhes o dever de uma longa peregrinação. (Cibrario — *Histoire de l'Economie politique au moyen âge*).

[2] Crozals — *Histoire moderne*.

Em todas as epochas em que se formaram caravanas religiosas, as dos mercantes acompanharam-nas, estabelecendo feiras nos pontos de destino durante o tempo da peregrinação e nas quaes faziam bons negocios.

Apesar da differença de crenças, os italianos havia muito que entretinham relações commerciaes com os musulmanos de Hespanha, Africa do Norte e Syria. As cidades da Provença [1], do Languedoc [2] e da Catalunha não se descuidavam de negociar com elles tambem, e Constantinopla permittira aos infieis que construissem em 1049, dentro da cidade, uma mesquita. O advento dos seldjucidas não ameaçava só a Egreja christã. O intercambio que

---

1 Carlos Magno fizera tratados com os kalifas de Bagdad e de Cordoba, que davam aos marselhezes isenção de direitos e diversos privilegios. Aproveitando-se d'essas relações, estes mandaram vir d'esses paizes habeis operarios, que fundaram em Marselha manufacturas de armas, officinas de ourivesaria, fabricas de coiros e telas de algodão. (*Statistiques des Bouches du Rhône*, tomo IV).

No começo do seculo IX — diz Poulin de Lumina, historiador de Lyon — os habitantes d'essa cidade, unidos aos marselhezes, costumavam ir duas vezes por anno a Alexandria, d'onde traziam as especiarias da India e os perfumes da Arabia. Uma parte das mercadorias era depositada em Marselha, para ser vendida em França ou Hespanha; outra, mais consideravel, subia o Rhodano e o Saone; embarcavam-na depois no Mosella, que a distribuia pelo Rheno, o Meno e o Necker até ás extremidades da Allemanha. (Poulin de Lumina, citado por J. Julliany, no livro *Essaie sur le commerce de Marseille*).

2 Segundo Germain, as relações commerciaes de Montpellier com o Oriente eram muito anteriores ás Cruzadas. (Germain — *Histoire du Commerce de Montpellier*, tomo I).

se fazia entre a Europa e o Levante temia que esses despoticos substitutos dos arabes viessem a ficar intrataveis e fechassem aos mercantes os portos da Syria, do Egypto e mesmo se apoderassem do de Constantinopla, o que pelo lado politico seria um grande desastre.

Pedro o Eremita, um dos peregrinos que nessa epocha fôra á Palestina, indignado com os maus tratamentos recebidos dos turcomanos e exaltado por seu fanatismo, teve allucinações em que Deus — julgava elle — lhe delegava a missão de promover a redempção da Terra Santa, e, regressando á Europa, começou a prégar a cruzada contra os infieis. A' sua voz, as populações dos paizes que percorria, profundamente impresssionadas, enthusiasmavam-se pela guerra santa. Alguma coisa de divino — dizia Guibert de Nogent — emanava de seus menores movimentos, de todas as suas palavras, e a tal ponto subia o enthusiasmo, que o povo arrancava, como se fossem reliquias, os pellos da mula que montava. Tal facto mostra o effeito que o religioso produzia sobre a multidão, que ama sempre a novidade [1].

A occasião era algures propicia a esse movimento; apparentemente parecia que só a

---

[1] Guibert de Nogent — *Histoire des Croizades.*

religião o promovia, mas, concorrendo com essa causa, outras havia de ordem social, economica e politica sem as quaes elle não se realizaria. O papado, tendo fortalecido a unidade catholica feudal, promulgou a *Tregua de Deus* [1] afim de impôr a paz aos turbulentos senhores feudatarios. A nobreza, acostumada á vida aventureira, aborrecia-se extraordinariamente nos castellos, obrigada como estava a respeitar a lei, e contribuiu poderosamente para as cruzadas; os monges, sonhando alcançar com essas expedições magnificos bispados e rendosas vigairarias, prestaram-lhe seu apoio; finalmente, a pobreza, — a quem a fome e a peste perseguia cruelmente nesses ultimos tenebrosos seculos da edade média — os pequenos vassallos e os servos manifestavam vontade de partir, pensando encontrar no Oriente um melhor futuro. Urbano II, aproveitando todas essas forças e desejoso de estabelecer a supremacia do papado, chamando a si as populações gregas, quer do Imperio byzantino quer das possessões

---

1 A *Tregua de Deus* começava na quarta-feira ao pôr do sol e durava até ao amanhecer da semana seguinte. Ella foi ordenada em 1034, por Hugo, bispo de Lausanne, de accordo com outros prelados. (Cibrario — *Obra citada*).

Durante essa tregua, ninguem devia ter a ousadia de se apoderar por violencia de qualquer coisa, satisfazer vingança particular ou mesmo exigir caução; o que violasse esse decreto publico pagava o attentado com a vida ou era banido do paiz e da sociedade dos christãos. (Raoul Glaber, livro V, *Collection Guizot*).

musulmanas, convocou um concilio preliminar em Placencia, que preparou o de Clermont, ao qual assistiu Pedro o Eremita, cujas orações inflammadas produziam delirio na multidão que, aos gritos de «*Deus o quer*» jurava ir á Terra Santa tomar aos infieis o tumulo de Christo. Julgando-se que a expedição não podia realizar-se immediatamente, pois que era necessario reunir um forte exercito, foi marcado o dia da Assumpção do anno seguinte para a partida. Houve, porém, impacientes que não quizeram esperar. Se a piedade alimentava muitos d'esses enthusiasmos, outros, como dissemos, eram impellidos pela perspectiva de ganho nessas remotas e deslumbrantes paragens [1].

Favores especiaes foram outorgados aos

---

[1] Havia nessa epocha uma grande penuria; a gente rica mesmo sentia falta de generos alimenticios e, entre ella, algumas pessoas, posto que tivessem necessidade de comprar muita coisa, nada possuiam ou quasi nada para provêr a essas acquisições. Uma parte da pobreza nutria-se de hervas selvagens e procurava por toda a parte os alimentos que pudessem substituir os grãos de que estavam privados. Os poderosos viam-se tambem ameaçados de miseria geral e cada um, testemunha do quanto soffria o baixo povo pelo excesso de penuria, impunha-se cuidadosamente uma extrema parcimonia. (Guibert de Nogent — *Obra citada*).

Urbano II. em Clermont, exclamara: «A terra que habitaes, essa terra fechada por montanhas e mares tem apertada vossa numerosa população; ella é pobre de riquezas e apenas alimenta aos que a cultivam. E' por isso que vos dilaceraes e devoraes, que vos combateis, que vos massacraes uns aos outros. Applacae, pois, vossos odios e tomae o caminho do Santo Sepulchro. Se triumphardes, as bençans do céo e os reinos da Asia serão vosso apanagio».

primeiros cruzados [1]. A Egreja protegia-lhes os dominios, e por um acto inteiramente contrario ao regimen, os feudos puderam ser empenhados ou vendidos sem auctorização dos suseranos. Houve uma verdadeira febre de liquidação de propriedades. Os castellos e as terras eram cedidos por vil preço assim como o que produzia cultura e o pastoreo dos campos. Operarios e mercantes, agricultores e donos de baronias abandonavam á porfia seus empregos, profissões e dominios. Todos procuravam conseguir dinheiro para a viagem; desfaziam-se por qualquer preço de tudo quanto possuiam e compravam caro todos os objectos de que necessitavam. E isso determinou que espiritos mais reflectidos, que não se deixaram arrastar pela corrente, fizessem bons negocios, adquirindo terras e toda a especie de objectos e

[1] Os cruzados gosavam dos seguintes privilegios: «Os guerreiros que tomarem a cruz terão para pagar suas dividas, tanto os judeus como os christãos, o espaço de dois annos, a contar da primeira festa de todos os santos. O juro não correrá a contar do dia da tomada da cruz. Se algum guerreiro ou clerigo empenha por um numero de annos determinado sua terra ou suas rendas a algum burguez cruzado ou clerigo ou guerreiro não cruzado, o devedor perceberá nesse anno o fructo da terra ou das rendas, e o credor, no termo dos annos durante os quaes devia ter o penhor, tomará um anno a mais afim de indemnizar-se do anno que perdeu. Nenhum cruzado poderá ser citado para execução de suas promessas desde o dia de sua partida até o da volta, a menos que a instancia não tenha tido logar antes que elle tomasse a cruz». (*Blanqui — Obra citada*).

vendendo armas e cavallos, cuja procura era extraordinaria [1].

Esses primeiros bandos puzeram-se em marcha, sem esperar a concentração de um exercito regular; procediam de pontos differentes, grupavam-se em torno de Pedro o Eremita e Gauthier Sem-Haver, e tomavam por guia os mais estupidos animaes, um pato ou uma cabra. Ao principio, essa gente, que seguia a estrada do Danubio, foi bem acolhida pelos povos com os quaes se ia pondo em contacto; ao chegar, porém, á Bulgaria, os filhos d'este paiz recusaram dar-lhe abrigo gratuitamente, o que irritou os cruzados, determinando-os a todas as violencias e saqueios contra os habitantes d'essas regiões. Batalhas renhidas se travaram, o que muito dizimou os expedicionarios. Ao chegarem a Constantinopla, Aleixo Comnene,

---

1 Blanqui — *Obra citada.*

«A maior parte dos que não tinham feito ainda nenhum projecto de partida escarneciam um dia e riam ás gargalhadas dos que vendiam tudo por baixo preço, e affirmavam que elles fariam a viagem miseravelmente e regressariam mais miseraveis ainda; mas, no dia seguinte, esses mesmos, movidos repentinamente por egual desejo, abandonavam por alguns escudos tudo quanto lhes pertencia e partiam com os que ainda na vespera ridicularizavam. Vós terieis visto nessa occasião coisas verdadeiramente admiraveis e dignas de riso: pobres, ferrando seus bois como se fossem cavallos, atrelando-os a carros de duas rodas sobre os quaes carregavam suas parcas provisões e seus filhos, que arrastavam assim após si; e essas creanças logo que viam um castello ou uma cidade, perguntavam com açodamento se era alli a Jerusalem para onde se encaminhavam». «A tristeza — dizia Foulques de Chartres — era para os que ficavam; para os que partiam só havia alegria».

que pedira ao papa o auxilio das legiões da cruz para repellir os seldjucidas que pretendiam invadir o imperio byzantino, tratou de fornecer a seus perigosos alliados navios para os transportar quanto antes á Asia, tal o receio que lhe inspirava a sua permanencia na capital. Os combates que tiveram de sustentar contra os turcos, os ardores de um clima a que não estavam habituados, as privações de toda a especie que soffriam e as discordias intestinas, concorreram para o insuccesso d'essa expedição preparatoria.

A esta cruzada irregular, seguiu-se uma outra de cavalleiros, a cuja frente estavam Godofredo de Bouillon, duque da Baixa Lorena, Balduino de Bourg, Hugo de Vermandois, Bohemond, principe de Tarento, Tancredo, Raymundo de Tolosa e varios outros nobres barões. O exercito, dividido em tres corpos, não obedecia a um só capitão; cada paiz tinha seus chefes, sua bandeira e disciplina. Milhares de vidas se sacrificaram na campanha, cujo resultado foi a creação do reino de Jerusalem e de varios principados francos na Syria [1]. O proce-

[1] Na primeira cruzada nada se dispoz sobre o modo de prover de dinheiros e alimentos peregrinos e guerreiros. Os judeus venderam ou hypothecaram suas terras, saquearam judeus e gregos e muitos morreram de fome. Para as expedições que se seguiram creou-se o *Dizimo Saladino*, dispondo-se que o clero e os leigos, militares ou

dimento d'esses paladinos pode-se equiparar ao dos barbaros, a cuja ferocidade nada resistia. Na cidade santa elles mostraram-se de uma crueldade refinada, que contrastava com a tolerancia de que Omar dera provas ao apoderar-se da mesma Jerusalem [1].

Outras cruzadas se organizaram para defender as possessões que os christãos mantinham no Oriente ou para retomal-as aos infieis, que d'ellas novamente se tinham assenhoreado. Nessas novas expedições tomaram parte alguns reis, taes como Ricardo Coração de Leão, Frederico Barba-Roxa, Felippe Augusto e Luiz IX. A quarta d'essas cruzadas conseguiu a fundação de um reino latino em Constantinopla, o qual durou sessenta annos. No XIII

---

não, pagassem a decima parte de suas rendas e de sua propriedade mobiliaria. O clero prorompeu em amargas lamentações contra este tributo e não deixou de attribuir as desventuras que sobrevieram á violação das immunidades da Egreja. (Boccardo — *Obra citada*).

[1] «Quando os nossos — escreve Raymundo d'Agiles, canonista de Puy — ficaram senhores das muralhas e torres viram-se então coisas maravilhosas (!) entre os sarracenos: uns tinham as cabeças cortadas e comtudo eram estes os felizes (!); outros atravessados de frechas eram obrigados a precipitarem-se do alto das muralhas; e, finalmente, outros, depois de soffrerem por muito tempo, eram arremessados a umas fogueiras. Nas ruas e praças de Jerusalem só se divisavam cabeças, pés e mãos; por qualquer parte que se fosse não se dava um passo sem ser sobre massas de cadaveres. Mas tudo isso era pouca coisa; é preciso dizer o que aconteceu no templo de Salomão, onde os sarracenos estavam habituados a celebrar as solemnidades de seu culto; bem que referindo a verdade haverá difficuldade em acreditar-nos: No templo e no portico, caminhava-se, a cavallo, em sangue até os joelhos do cavalleiro e até á brida do corsel».

seculo, o enthusiasmo pela guerra santa diminue e acaba por cessar completamente. «O desinteresse torna-se cada dia mais meritorio, porque as ligações terrestres, é preciso dizer, são cada vez mais fortes. O tedio já não existe no castello, desde que suas torres elegantes deixam penetrar a luz e o bem-estar em salas ricamente adornadas, e que o trovador vem muitas vezes e varia sempre suas narrativas. Nas cidades a gente approxima-se; á ciosa desconfiança dos seculos precedentes succede uma harmonia quasi geral. Por toda a parte, o rigor altivo da edade média suavisa-se. Joinville, que acaba de tomar o bordão em uma abbadia da vizinhança, evita olhar para a sua morada com medo de «que o coração se lhe enterneça, recordando-se do bello castello, que deixa, e de seus filhos». Um homem de Artois suspirava por sua cidade de Arras, a mais bella das cidades, e um outro chorava pela França, «a doce França, a flor das terras» [1].

---

[1] Sayous — *La France de Saint Louis d'après la poésie nationale.*

Os reis, á medida que as monarchias augmentavam, que os interesses politicos eram mais serios, que a tarefa de defender suas fronteiras contra as monarchias rivaes e de impôr sua auctoridade a uma nobreza indisciplinada se tornou mais pesada, desinteressaram-se das expedições longinquas. Luiz VII não foi á Cruzada senão contrariado e forçado; Filippe Augusto apressou-se em voltar da Palestina; os barões, menos numerosos que outr'ora, estavam bastante occupados em se defender contra as invasões do poder real e temiam facilital-as, ausentando-se de França; para as classes militares em guerra, as

As cruzadas produziram effeitos de ordem politica, economica e social; indirectamente, ellas contribuiram para a emancipação das classes ruraes e libertação das communas. O feudalismo soffreu o ricochete d'essas campanhas do Oriente: perdeu a sua força, esphacelou-se pouco a pouco ao ver-se livre de uma parte d'essa nobreza turbulenta e despotica, que era um dos seus elementos principaes. Muitos dos castellões que tinham vendido seus haveres para irem á guerra santa, lá morreram ou estabeleceram-se na Palestina. Os reis puderam assim ir centralizando seu dominio pela reducção de feudos, que incorporavam á corôa.

A universalidade foi o caracter d'essas expedições contra os sarracenos. «Não foram obra de um só povo e de um unico paiz — escreve Crozals; — se na verdade tiveram seu ideal em dois francezes, Godofredo de Bouillon e S. Luiz, e se a França parece então, mais do

---

luctas nacionaes, que começavam entre a França e a Inglaterra, offereceram um derivativo ao seu ardor; a classe dos negociantes já enriquecida pelo commercio, começava a comprehender que o estado de paz com os paizes musulmanos era então d'ahi para o deante mais favoravel ao trafico do que o estado de guerra; as populações ruraes, quando a servidão começou a suavizar-se, que as dissenções privadas se tornaram menos frequentes, que a ordem e segurança principiaram a renascer em França, foram menos promptas em emigrar; a propria Egreja ameaçada por novas heresias, não tinha necessidade de buscar inimigo ao longe. Assim, os motivos que produziram as cruzadas, tendo cessado de agir, estas acabaram desde logo. (Rambaud — *Obra citada*, tomo I).

que qualquer outra nação, o soldado de Deus, todos os povos da Europa e todos os principes nellas tomaram parte [1]».

Politicamente, as nações que mais soldados deram á causa de Deus, foram as que maiores fructos colheram nesses combates aos musulmanos. A França, particularmente, ahi alcançou o prestigio moral, que, em nome do christianismo, ainda hoje exerce nessas regiões, onde é a protectora da Egreja.

Socialmente, as Cruzadas prepararam a fusão das classes. O villão e o nobre, compartilhando os mesmos perigos, soffrendo as mesmas privações, estabeleceram entre si uma especie de fraternidade, em que o primeiro sahiu mais dignificado, mais senhor do seu valor, e em que o segundo perdeu muito de sua arrogancia, ganhando em humanidade [2].

---

[1] Crozals — *Obra citada.*

Guizot, referindo-se a esse movimento, diz: « Antes das cruzadas não se tinha visto a Europa commover-se com um mesmo sentimento, actuar em uma mesma causa. Não havia Europa. As cruzadas revelaram a Europa christã. Os francezes faziam o nucleo ao primeiro exercito de cruzados, mas havia tambem allemães, italianos, hespanhoes, inglezes. Vêde a segunda, a terceira cruzada, todos os povos nellas estão engajados. Nada de egual se notara até esse momento. E não é tudo: do mesmo modo que as cruzadas são um acontecimento europeu, egualmente, em cada paiz, constituem um movimento nacional ». (Guizot - *Histoire de la civilisation en Europe*).

[2] O feudalismo transportado á Palestina modificou-se e foi mais razoavel do que o feudalismo em França. Ao costume succedeu a lei escripta. As *Assises* de Jerusalem foi o primeiro monumento escripto do direito feudal francez. (Rambaud — *Obra citada*).

Ainda uma outra consequencia que não se previra, resultou d'essas expedições ao Levante. «Christãos e musulmanos, entrando em contacto, conheceram-se melhor e entre muitos d'elles nos dois campos houve sincera admiração por seus heroes respectivos. Maleck-Adhel e Saladino foram melhor apreciados nos seus sentimentos de honestidade, delicadeza e generosidade. Desde a terceira cruzada ha menos ferocidade e antipathias. Cavalleiros da cruz banqueteavam-se com Saladino, e emirs com Ricardo Coração de Leão. No Acre, os mercantes das duas raças combinam negocios e concorrem ás mesmas festas. O principe dos infieis e os chefes occidentaes presentéam-se e chegam a propôr-se allianças de familia, como fez o paladino da Inglaterra, offerecendo sua irmã em casamento a Maleck-Adhel, e Saladino quiz que lhe mostrassem os estatutos da Cavallaria. As bellas moedas, os esplendidos estófos da Asia reconciliam os cruzados com o mundo mahometano. Os mercantes do Languedoc trazendo a cruz na espadua, visitam os mercados do Oriente; os bispos de Maguelona e de Montpellier fazem cunhar moedas sarracenas e ganham sobre as especies [1]».

---

[1] Muitos dos christãos que tinham ido ás cruzadas convieram que a differença de religiões não suppõe necessariamente uma differença de moralidade. Exaggerando essas conclusões, os *decruzados* censuravam a religião christã por ter desencadeado o fanatismo.

A agricultura deve ás cruzadas alguns progressos não só com a introducção de plantas novas na Europa, como nos processos de cultura. Os peregrinos, que regressavam do Oriente, traziam sementes de plantas desconhecidas, que dentro de pouco viccejavam em todos os jardins e pomares das differentes regiões occidentaes. Uma enorme variedade de fructas e legumes preciosos, hoje communs, vieram enriquecer os cardapios dos nossos maiores, habituados até aquella epocha a um regimen menos variado nesse sentido. Os vinhos de Chypre, Gaza, Ascalon, as uvas seccas da Grecia e Palestina começaram desde essa epocha a ter renome nos mercados europeus [1].

Tanto quanto a agricultura, a industria européa lucrou com as Cruzadas. Com o exercito conquistador, marcharam para a Palestina operarios que tinham alguma educação meca-

---

Esses scepticos ou desenganados duvidaram mesmo da virtude do christianismo, do seu valor intrinseco. O numero dos *decruzados* augmentou extraordinariamente. Assim, a Egreja que os Papas tinham querido fortificar perdeu terreno, e é fazendo allusão a esse facto que espirituosamente se tem podido dizer, que o *effeito das cruzadas fora precisamente destruir-lhe as causas.* Se a fé soffreu um tanto com a reconciliação entre a Europa e a Asia, os interesses materiaes e mesmo moraes das duas regiões com isso muito ganharam. (Risson — *Obra citada*).

[1] Blanqui affirma que o milho chamado mais tarde trigo da Turquia foi introduzido no Occidente pelos cruzados. Rambaud, porém, nega que esse cereal seja de origem asiatica, sem, entretanto, dizer no que se baseia para invalidar a affirmativa do notavel economista, seu compatriota.

nica, os quaes, desejosos de aprender, trataram de estudar os aperfeiçoamentos que os arabes e gregos haviam introduzido nas artes manuaes, e quando regressavam ao seu paiz, empenhavam-se em praticar e divulgar os preciosos conhecimentos adquiridos [1]. Antiochia, Tripoli, S. João de Acre e Jaffa possuiam muitas fabricas de assucar. Os primeiros operarios nesse ramo industrial, que trabalharam no Occidente foram os que o imperador Frederico II estabeleceu na Sicilia em 1239 [2]. Em Damasco, os expedicionarios aprenderam a temperar os metaes e a tecer differentes pannos ricos. Em Antiochia, Beyrouth, Emeso, Acre e Alepo conhecia-se o algodão, e em Antiochia, Tyro, Tortosa e Tiberiade cultivava-se o verme da seda. Só em Tripoli havia 4:000 machinas de tecer [3]. Os *camelots* d'essa cidade puzeram-se em moda [4]. Rogerio II, rei da Sicilia, trasladou do Levante a Palermo alguns teares de seda, na metade do seculo XII; do *camiss* persa imitou-se o uso e o nome da camisa de tela [5]. Fabricava-se no Oriente o velludo, o setim, o damasco, o crepe e as musselinas; tingiam-se os estófos com o vermelhão de Damasco,

---

[1] Blanqui — *Obra citada.*
[2] e [3] Rambaud — *Obra citada*, tomo I.
[4] e [5] Boccardo — *Obra citada.*

o indigo do Jordão, o açafrão, o sandalo etc.; para tornar as côres mais fixas, os orientaes empregavam o alumen nas tinturas [1]. O fabrico do vidro nas costas da Syria concorreu para o aperfeiçoamento dos espelhos de Veneza, hoje tão celebrados [2].

Com as cruzadas, o intercambio entrou em uma epocha de prosperidade crescente. O Mediterraneo, que, durante o imperio romano, fora a séde de um activo trafico maritimo, tinha visto as galeras mercantes rarearem, temerosas dos corsarios, que, ousados e rapaces, sulcavam suas aguas. As expedições á Terra Santa trouxeram continua animação a esse mar. Ao fixarem sua residencia no Oriente, os occidentaes, acostumados aos productos da mãe-patria, não podiam privar-se d'elles e os que regressavam d'alli aos seus paizes de origem na Europa, tendo-se habituado ás especialidades alimentares e de luxo da Asia, tão pouco a ellas renunciavam e isso concorreu para um notavel commercio entre as escalas do Levante e os portos europeus. As cidades maritimas italianas, Marselha, Narbonna, Montpellier todo o baixo Languedoc e, provavelmente, toda a França e Barcelona entraram nesse

1 Rambaud — *Obra citada*, tomo I.

2 Boccardo — *Obra citada*.

movimento [1]. Os mares do Oriente são o ponto de encontro dos navegantes de toda a parte. Bremen e Lubeck travam conhecimento com Genova e Pisa, o mar Baltico é explorado e as cidades hanseaticas desenvolvem-se. Usos maritimos são codificados e promulgados como leis, proprias a dar mais segurança aos viajantes e ás mercadorias [2]. A industria de transportes toma extraordinario desenvolvimento; a emigração constante de peregrinos e mercantes que se dirigiam á Palestina, concorrera para a formação de emprezas de navegação encarregadas de preparar essas viagens [3].

Os peregrinos e os mercantes juntavam-se, formando bandos numerosos, tendo cada um d'elles um chefe, regulamentos e uma bolsa commum. Ao chegar ao porto de embarque, o expedicionario director da caravana, procurava

---

1 Rambaud — *Obra citada*, tomo I.

2 Blanqui — *Obra citada.*

As idéas de sociabilidade commercial suavisam os rigores da guerra e acham aliás um pensamento admiravel nessa declaração que «mesmo quando se está em guerra com uma cidade ou Estado é preciso respeitar as propriedades particulares d'essa cidade e d'esse Estado». (Baudrillart — *Obra citada*, Rufi — *Histoire de Marseille*).

3 Pigeonneau, referindo-se a tal facto, diz que «essas emprezas tinham sua analogia com as *agencias de emigração*, que actualmente traficam nos grandes portos de Hamburgo, Anvers e Havre sobre o transporte dos desgraçados, que o desejo de uma condição melhor impelle ao Novo Mundo. E que, assim, atravez dos tempos e com as modificações que os costumes novos trazem, se encontram semelhantes a si mesmos os grandes factos economicos». (Pigeonneau — *Obra citada*).

o *cargatou*, emprezario que explorava o transporte e com elle tratava tudo quanto era necessario para a alimentação dos peregrinos durante a travessia. Em Marselha, um dos portos mais frequentados por esses emigrantes, o *cargatou* não podia firmar o contracto, emquanto este não fosse acceito pelo *Tribunal dos Mares*, que o obrigava a acompanhar os peregrinos ou a fazer-se representar por um delegado responsavel. A communa nomeava tres inspectores que visitavam os navios, examinavam a quantidade e a qualidade dos viveres fornecidos pelo emprezario, faziam a chamada dos passageiros e viam se estes podiam occupar a bordo o espaço regulamentar, isto é, sete palmos (cerca de dois metros de extensão) sobre metro e meio de largura. Além d'essas formalidades, os *Estatutos de Marselha*, em um dos seus artigos, prescreviam aos proprietarios e mestres de navios as regras que deviam observar em relação aos peregrinos. Ao commissario de bordo, aos mestres e aos marinheiros prohibia-se cobrar dinheiro pelas escripturas para designação de logares, e quando um passageiro morria em viagem, os marinheiros não podiam reclamar o calçado ou a roupa d'elle [1].

A exportação para o Oriente consistia em

---

[1] Pigeonneau — *Obra citada*, tomo I.

armas, vestimentas, cereaes etc.; de lá importava-se vinhos, assucares, algodão, seda, pannos, tapetes, ceramica, crystaes, especiarias, perfumes e tinturas. A propria Egreja — diz Rambaud — não podia mais dispensar o commercio com o Levante musulmano; precisava o incenso dos infieis; para ornar os relicarios e vasos sagrados necessitava de perolas e pedrarias que mandava vir da India [1].

Os armadores enriqueceram; os italianos, sobretudo, tomaram logar proeminente no commercio maritimo e no apparelhamento das frotas guerreiras. Desde as primeiras cruzadas, fizeram-se de vela para a Syria, conduzindo paladinos, viveres e armas. Boccardo diz que não houve uma só empreza ou uma só victoria dos cruzados para a qual os marinheiros italianos não tivessem contribuido, e que, na verdade, é licito affirmar que essas expedições ao Levante, mais do que uma gloria cavalheiresca de principes, constituem um triumpho do espirito commercial das cidades maritimas

---

[1] Rambaud — *Obra citada*, tomo I.

Com as Cruzadas a arte naval aperfeiçoou-se; foi no Oriente que os francezes aprenderam a construcção dos portos e o modo de protegel-os por meio de molhes, diques e quebra-mares, na extremidade dos quaes havia torres ligadas por cadeias e fazendo as vezes de pharoes. E' nessa occasião que tambem se precisam as differenças entre os navios mercantes e os de guerra; estes ultimos são armados com espigões.

da Italia: Amalfi, Pisa, Veneza e, sobretudo Genova [1].

Os expedicionarios á Terra Santa foram agentes inconscientes do progresso; a Europa imitou do Oriente modas, usos, armas, e a influencia arabe manifestou-se em todas as minuciosidades da vida privada. Com egual rapidez á dos arabes, na sua expansão territorial, os monges haviam formado, á semelhança d'aquelles, um grande imperio, e apesar da morte da Gengis-Khan, seu heroe nacional, pensavam dilatar ainda mais os seus dominios, tomando-os ao proprio Occidente, e, de facto, suas hostes chegaram até ás planicies da Hungria. Os christãos que as temiam, procuraram a sua alliança, e — refere Crozals — a communhão de odios dos seldjucidas e dos principes musulmanos da Asia Menor, reuniu Innocencio IV, S. Luiz e os tartaros. E isso foi o ponto de partida de negociações e embaixadas, que indirectamente concorreram para abrir á Europa os extremos do mundo asiatico [2]. Relações se-

[1] Boccardo — *Obra citada.*

O veneziano Marin Sanuto, em seu *Livro dos Segredos dos Cruzados* publicado em 1320, diz: que segundo elle, para Veneza, a Cruzada é antes de tudo um bom negocio, não só politico como fôra a quarta cruzada, mas commercial. Elle dá a lista das especiarias preciosas de que a Palestina é o entreposto; a conquista da pimenta e do gengibre parece-lhe tão util para a Europa, como a libertação do Santo Sepulchro.

[2] Crozals — *Obra citada.*

guidas se estabeleceram entre esses povos de raça amarella e os paizes europeus. Mongoes de distincção foram a Roma, Barcelona, Lyon, Paris, Londres, Northampton, e um monge napolitano foi arcebispo em Pekin. Mas não eram só pessoas altamente collocadas que d'um e d'outro lado entravam nesse movimento; os humildes, levados pela curiosidade ou pela ambição, tomaram egualmente parte nelle [1].

As viagens amiudaram-se e entre os viajantes dignos de menção, no seculo seguinte, figuram João de Mandevillle, medico inglez, Odenio de Friul, Pegolotti, Guilherme de Bouldeulle, e assim — escreve Remusat — foram lançados na Allemanha, na Italia, em França, nos mosteiros, entre os senhores e nas ultimas camadas da sociedade, sementes preciosas, destinadas a germinar um pouco mais tarde.

Todos esses viajantes, levando as artes do seu paiz a regiões longinquas, d'ahi traziam outros conhecimentos não menos preciosos e faziam, sem dar por isso, trocas mais vantajosas do que todas as do commercio. Por isso

---

[1] Um sapateiro flamengo encontrou no fundo da Tartaria uma mulher de Metz, chamada Paquette, que fôra levada da Hungria; um ourives parisiense, cujo irmão tinha um negocio em Paris, no Grand-Pont, e um mancebo de Rouen, João de Plancarpin, encontraram perto de Gayuk um gentil-homem russo que exercia a profissão de interprete; muitos negociantes de Breslau, Bolonha e Austria acompanharam aquelle em sua viagem á Tartaria; outros voltaram em sua companhia pela Russia: eram genovezes, pisanos e venezianos.

não só o trafico das sedas, das porcelanas, dos artigos de alimentação do Hindustão se estendia e tornava mais praticavel, e novos caminhos se abriam á industria e á actividade commercial; mas — o que valia mais — costumes exoticos, noções desconhecidas, producções extraordinarias vinham offerecer-se em grande copia ao espirito dos europeus, confinado desde a queda do imperio romano em um circulo muito estreito. Começou-se então a contar como alguma coisa, a mais bella, a mais povoada e a mais remotamente civilizada das quatro partes do mundo. Este pareceu abrir-se para o lado do Oriente; a geographia deu um immenso passo, e o ardor pelas descobertas tomou a forma nova que revestiu o espirito aventureiro dos europeus. A idéa de um outro hemispherio foi abandonada quando o nosso, melhor conhecido, deixou de se apresentar ao espirito como um paradoxo desprovido de toda a verosimilhança, e indo á procura do Lipangui de Marco Polo, é que Christovão Colombo descobriu o Novo Mundo [1].

[1] Remusat, citado por Guizot na sua *Histoire de la Civilisation en Europe.*

CAPITULO V

Principados francos no Levante — Instituição dos Consulados

I Os Estados christãos na Palestina — Relações commerciaes entre christãos e musulmanos: «Fondachi» — Entrepostos commerciaes. Artigos de commercio — Estabelecimentos bancarios — O reino de Chypre e a conquista de Constantinopla — Impostos alfandegarios — Navegação — Marinha dos principados francos — Moedas, etc. — II Instituição dos Consulados — Os antigos consules — Funccionarios consulares italianos, marselhezes e hespanhoes — O «Consulado do Mar» — Attribuições, regalias e proventos dos Consules — Considerações finaes.

Os christãos instituiram differentes estados na Syria, applicando-lhes o systema feudal, não com o rigor europeu, mas temperado e respeitador dos laços municipaes, que ahi imperavam desde o tempo dos byzantinos e dominio arabe.

Por occasião da primeira cruzada, quatro Estados se fundaram na Palestina: o reino de Jerusalem, o principado de Antiochia e os condados de Edessa e de Tripoli. As novas con-

quistas, ao serem divididas em feudos, cobriram-se rapidamente de castellos, egrejas e mosteiros. A quarta expedição religiosa determinou a queda da dynastia grega de Constantinopla, substituida por um reino, cuja coroa foi cingida por Balduino [1]. Na Syria, os indigenas e os occidentaes confraternizaram. Nas cidades, os colonos latinos, quer pertencessem á nobreza, quer á burguezia, haviam adoptado para suas residencias os mesmos planos e disposições dos orientaes, que as architectavam d'accordo com o clima. As ruas, por esse mesmo motivo, eram estreitas, e as casas, compactas. Numerosas portas separavam os quarteirões ou *vici* [2]. Segundo Herman Corner, as praças tinham pequena área, não obstante serem muito enfeitadas, e havia o costume de extender atravez das ruas de Acre e Tyro toldos que preservavam os transeuntes dos ardores solares. Na maior parte das cidades, cada corporação occupava uma rua a que dava o seu nome. O *suk* ou mercado de Jerusalem, devido aos francos, consistia em tres grandes galerias abobadadas em ogiva, com-

---

[1] Quando os principados da Syria declinavam, o reino franco de Chypre começou a prosperar; Conrado de Monferrat, um piemontez, faz-se acclamar rei da Macedonia; Ville-Hardouin, faz-se coroar principe de Morea, e Otho de La Roche, duque de Athenas.

[2] Rey — *Obra citada.*

municando entre si por passagens lateraes correspondentes ás tres ruas, chamadas, no seculo XII, *Mercado das hervas*, rua *Coberta* e rua *Malcuisinat*. As lojas parecem ter sido identicas ás que se veem nos bazares e ruas orientaes modernas [1].

Os musulmanos e christãos, entrando em relações, crearam uma corrente de negocios que preparou e manteve incessantemente um escoadoiro aos productos das colonias latinas e deu ao commercio levantino um brilho extraordinario. Os francezes, flamengos, genovezes, pisanos, amalfitanos, venezianos etc., tinham colonizado a Syria, mas o elemento franco dominava.

1 As casas dos ricos tinham interiormente bellissimas ornamentações e tudo quanto era preciso ao conforto dos habitantes. Nas suas cozinhas preparavam-se as carnes frescas de boi e carneiro, as carnes salgadas, a caça e varias especies de aves domesticas. Os vinhos de Laodicéa, Nephrin, Bostrom, Gibelet, Casal Imbert, Santa Cruz de Jerusalem, Bethlem, Engaddi, Gaza, Saphran e Sagetta regavam os banquetes. A par d'esses vinhos, tomavam os francos *cervejas* condimentadas com cravo, nardo e noz moscada. Jacques de Vitry informa que a neve do Libano trazida e conservada com grande precaução servia durante o calor para refrescar as bebidas e fazer *sorvetes*. O costume de servir *especiarias* no fim de cada refeição, fizera com que os francos da Palestina adoptassem o *drageoir*, vaso com varios compartimentos, e guarnecido de colheres para tomar doces seccos ou liquidos, gragea ou pastilhas de myrobalano, galanga, gengibre etc. Para illuminarem seus aposentos serviam-se os latinos de velas de cera, muitas das quaes, perfumadas. Quanto á vestimenta, tanto civil como militar, os novos possuidores da Syria tinham adoptado o modelo da dos filhos do paiz (Rey — *Obra citada*).

Essas differentes nações organizaram *fondachi* [1], isto é entrepostos ou mercados no quarteirão franco, que lhes fora doado nas cidades syrias, quarteirão cercado por uma muralha e onde se levantavam as casas particulares dos europeus, os armazens e as *chancellarias*, residencias faustuosas dos differentes consules. Segundo Heyd, os *fondachi* eram grandes construcções quadradas, de muitos andares, parecendo fortalezas, com um pateo interior destinado a facilitar as operações de encaixotamento e desencaixotamento. O rez do chão compunha-se de armazens abobadados. Nos diversos andares havia numerosos alojamentos para uso dos mercantes. Cada *fondaco* possuia, ao redor, jardins [2]. Conforme um convenio feito por occasião da primeira cruzada, as Republicas italianas e a cidade de Marselha tinham direito a essas concessões nas praças conquistadas. Logo que Acre cahiu em poder dos paladinos da cruz, marselhezes e genovezes, pisanos e mais expedicionarios venezianos, tomaram alli um terreno: houve então rua dos *provençaes*, dos *inglezes* etc., as ordens dos Templarios e do Hospital; os proprios negociantes de

---

1 *Fondachi* deriva-se da palavra arabe *fonduk*.

2 Heyd — *Histoire du Commerce du Levant au moyen âge*, trad. Furcy Raynaud.

Ancona possuiram egualmente um quarteirão [1]. Essa concessão de quarteirões nas cidades e de terreno nas campanhas, e a sua colonização por italianos e marselhezes eram garantias exigidas pelos auxilios que as suas frotas haviam prestado ás expedições guerreiras e continuavam dispensando ás communicações com o Occidente e para a defeza dos principados [2]. Os mercantes estabelecidos ahi entraram rapidamente no movimento commercial que então ia da Syria aos pontos mais extremos do Oriente. O algodão, que se cultivava em grande escala nos principados francos e na pequena Armenia, constituia com as lãs, um dos artigos que mais se exportavam do littoral syrio para a Europa. A essa exportação ha a juntar a do linho e da seda, — enviados, assim como o algodão, ora em bruto ora já trabalhado, em fórma de fio ou de tecidos, — o assucar, o indigo, o açafrão, a garança, as especiarias, as drogas e as mer-

---

[1] Além dos quarteirões habitados pelos europeus, havia os dos armenios, dos tartaros e dos judeus. Contava-se, por assim dizer, tantas cidades quantos habitantes de diversas nações, e até dezenove auctoridades extrangeiras. A desordem reinava nessa cidade, onde não havia alguem assás forte para dominar toda a população. (Depping — *Obra citada*).

[2] Os quarteirões occupados pelos latinos na Syria eram verdadeiras cidades com egrejas, entrepostos, moinhos, fornos, matadoiros e banhos. As casas ou armazens vendiam-se ou alugavam-se, seja a colonos que deviam hospedar em suas moradas os compatriotas que traziam os comboios de navios mercantes, seja a syrios ou judeus. (Cons — *Obra citada*).

*

cadorias preciosas, provenientes da Arabia, da Persia e da Asia Central [1]. Para obterem os productos d'esta ultima região, os negociantes europeus iam aos mercados de Damasco [2], Alepo, Homs e até ao de Rakka, onde taes artigos affluiam. Entretanto, isso não impedia que os habitantes d'essas cidades commerciassem directamente ou por intermedio de commissarios com os principados francos. Diversas feiras realizavam-se annualmente, sendo as mais importantes, a que tinha logar na planicie de Medan — por occasião dos arabes acamparem em torno do lago Phiala — e a que funccionava cerca de Ibelen [3].

Jaffa (antiga Joppé), era um dos portos que frequentemente servia de desembarque aos peregrinos que se dirigiam a Jerusalem, e do qual partiam navios carregados de algodão, grãos, legumes, noz de galha, coloquintidas e azeite [4]. Mas não foi esse o principal porto commercial dos christãos na Palestina.

---

[1] Rey — *Obra citada.*

Os occidentaes tinham nas cidades syrias um ponto chamado *fonda*, especie de bolsa, onde os mercantes se reuniam para tratar de assumptos commerciaes. Um outro logar em que tambem se faziam transacções eram os armazens da alfandega (Rey — *Obra citada*).

[2] Imad-ad-din, principe de Damasco, permittia aos francos não só commerciarem na cidade como comprarem ahi armas.

[3] Rey — *Obra citada.*

[4] Depping — *Obra citada.*

A primazia coube a S. João de Acre [1]. Seguiam-se-lhe em importancia no littoral syrio e na pequena Armenia, os de Tyro, Barut, Tripoli e Aïas. O trafico maritimo prosperava em grande escala nessas cidades. As tarifas da importação em Acre, chegadas até nós, testemunham que os productos de todas as regiões do Oriente ahi entravam em grande abundancia [2]. Os syrios, os judeus e os musulmanos, que commerciavam em Acre, pagavam pesados impostos de consumo. Os francos taxavam tudo quanto aquelles compravam: o calçado, o queijo fabricado pelos camponios, o vinho de pasto, o trigo e as aves vendidas nos mercados [3].

---

[1] S. João de Acre não era só porto commercial, mas tambem militar.

[2] Rey — *Obra citada.*

Pelas *Assises de Jerusalem* todos os generos importados pagavam direitos alfandegarios. Vê-se, por esse Codigo, quão numerosas eram as mercadorias que o porto do Acre attrahia; entravam ahi todas as qualidades de especiarias, aromatas e drogas, assucar, algodão, linho, cera, marfim, madeiras de construcção, tecidos da India, vinho e fructos. O Egypto enviava peixe salgado e linho, de que uma grande parte se expedia no dorso de camellos para Damasco. Antiochia, Nazareth e Sophiria mandavam vinho; os mercantes do Acre vendiam telas de algodão, *guimples*, *mesares* e outros tecidos de seda e em fio (Depping — *Obra citada*).

[3] Depping — *Obra citada.*

A seguinte passagem, extrahida da narrativa de viagem de Ibn-Djobaïr, mostra quão importante era no seculo XII o intercambio commercial entre Acre e Damasco; «Havia em Damasco, entre os principaes habitantes da cidade dois mercadores extremamente ricos:

Alepo, situada a vinte leguas do Euphrates e distando mais ou menos outras tantas do Mediterraneo, era um grande centro mercantil para o norte da Syria; nessa cidade cruzavam-se todas as caravanas que de Mossul, Baalis e Rakka iam para Antiochia ou para a pequena Armenia. Morano, consul veneziano, dizia que durante um anno chegavam áquella cidade quinze mil caravanas, conduzindo milhares de mercadorias. D'alli é que os artigos procedentes do extremo Oriente, destinados á Europa, se dirigiam ás cidades maritimas de Laodicea, Sudin ou Aïas [1]. Os venezianos enchiam os entrepostos de Alepo de crystalleria, pannos finos, velludo, galões de ouro e prata, cera trabalhada, perolas falsas, aço e ferro em obras etc., e seus navios voltavam para o Occidente carregados de indigo, algodão e dos ricos productos da Persia, da India e da Asia, aos quaes esse

---

um chamava-se Nasr-ibn-Hassun, outro Abu-Dar-Yakut. Todo o seu commercio se fazia no littoral franco onde tinham os seus empregados e não se conhecia mais do que o seu nome. As caravanas encarregadas do transporte de suas mercadorias iam e vinham constantemente, e elles fizeram uma fortuna colossal e gosavam d'uma grande influencia junto dos chefes musulmanos e francos. . . (*Historia dos Arabes e dos Cruzados*).

[1] Liche e Sudin eram, com Aïas, os portos de Alepo e de Antiochia. O commercio das cidades francas da Syria, era alimentado pelos grandes centros musulmanos de Alepo, Homs e Damasco, ligados entre si pelo caminho de caravana que de Rakka ia encontrar no valle de Oronte a segunda d'essas cidades (Rey — *Obra citada*).

porto servia de transito. O mercado de Alepo tinha tal importancia, que os negociantes venezianos, apezar dos fortes direitos de importação e exportação que lhes exigia o sudão, não renunciavam a ir alli e conseguiram até fazer com este um tratado pelo qual se lhes concedia uma feitoria e a residencia de um consul [1].

Sur, (a antiga Tyro), Saïde (Sidon), Byblos, considerada como a mais antiga cidade da Phenicia, e varias outras cidades a que o mais commerciante dos povos da antiguidade dera grande explendor, não deixaram de ser visitadas a miudo pelos povos francos com fins commerciaes.

Barut (Berythe) era de algum modo o porto de Damasco, do qual distava dois dias de viagem. Seu territorio coubera, por occasião da conquista de Jerusalem, a Bailleul de Chartres que primitivamente tivera o castello de Iblin ou Ibelin. A grandeza commercial de Barut gosava de tão grande fama que todos os estados importantes do Mediterraneo tinham ahi feitorias e a sua alfandega representava a fonte mais importante de renda para os senhores de Ibelin [2]. A mesma cidade servia de entreposto ás mercadorias que Damasco trocava com a

---

1 e 2 Depping — *Obra citada.*

Europa [1]. Ao norte, estava Tripoli, de cujo porto sahiam os navios para o Occidente, levando seda branca, oleo para as fabricas de sabão, cera, coloquintidas, esponjas e cinzas de soda que os venezianos carregavam em grande quantidade para a sua fabrica de crystaes de Murano. No porto de Tripoli havia muitas ilhas [2]. Em Edessa, o commercio parece ter sido quasi monopolizado pelos syrios yacobitas e nestorianos e pelos armenios, porquanto eram elles os principaes intermediarios das transacções que os mercantes de Antiochia e de Aïas faziam com Mossul, Rakka e Bagdad, onde possuiam muitissimas relações [3]. Era do grande entreposto de Aïas que as colonias latinas da Palestina recebiam as pelliças, então, como hoje, muito em moda [4]. A industria dos principados francos da Syria alcançou grande aperfeiçoamento, e foi um dos maiores elementos do seu commercio. A ceramica teve nelles notavel progresso. João de Ibelin, senhor de Barut em 1223, concluiu um tratado com os genovezes e nelle se encontram mencionadas, entre os artigos isentos de direitos de sahida, as ceramicas de toda a especie. Os productos das fabricas de Tyro, Jaffa e Barut eram, como os de Damasco — notabilissima neste artigo —

[1] e [2] Depping — *Obra citada.*
[3] e [4] Rey — *Obra citada.*

jarras, lampadas, pratos, chicaras, garrafas etc. Todos esses objectos se faziam com uma pasta de argila siliciosa revestida de esmalte. A importação permanente de porcelanas da China, as quaes Ibn-Khordadbeh informa existir desde o seculo X e que na epocha do dominio franco estavam muito espalhadas na Syria, contribuiu certamente para o progresso dos ceramistas syrios [1].

Tripoli, Tyro, Antiochia e Tarso gosavam de fama pelos pannos de seda, que ahi se fabricavam [2].

Além d'esses tecidos, trabalhava-se muito na Syria com o algodão, sobresahindo no numero d'esses estófos os *bouquerans*. Quando a peça d'esta fazenda não tinha a extensão e a largura exigida regeitava-se, sendo cortada em

[1] Rey — *Obra citada.*

[2] Edrisi conta que as rendas de Tyro eram de qualidade superior e passavam pelas mais bellas da Syria, constituindo um dos ramos importantes do commercio local. Esse artigo, que então se fabricava egualmente em Tripoli parece ter sido uma especie de *tafetá* semelhante ao *samis*, outro estofo de seda da mesma natureza, tecido com seis fios e que lembra um setim sem brilho. Ainda nessa mesma cidade se manufacturavam tambem *moires*, e Burchardt de Mont-Sion, que a visitou em 1283, diz que eram pelo menos quatro mil o numero dos officiaes de tecelões de seda e de *camelão* que alli trabalhavam.

Parece ter havido — diz Rey — quatro especies de *camelão*: a primeira, em pello de camello, a segunda, em pello de cabra, a terceira, em lã de carneiro da Armenia, e a quarta em pello de seda. Segundo as *Assises*, as peças de *camelão* deviam medir dezesete braças de comprido e uma braça menos dois dedos de largo. Esses estófos eram apreciadissimos na Europa, onde a sua importação era consideravel.

pedaços; no caso contrario, estampilhava-se immediatamente. O fabricante pagava um direito de sello, equivalente a meio dinheiro por peça de *bouqueran* [1].

A Syria dedicou-se tambem á industria dos tapetes que ainda hoje floresce nas cercanias de Tortosa e Safita. A Galliléa produzia esteiras, preparadas em Tabaria e conhecidas no Oriente pelo nome de *samanié* [2]. Tortosa, Antiochia, Acre etc. possuiam varias fabricas de sabão, cujo uso se tornou geral nos principados francos e nas regiões que os limitavam. Essa industria como as de tinturaria e cortume eram monopolios concedidos, em sua maioria, aos judeus [3]. Nas montanhas do Libano havia riquissimas jazidas de ferro, que foram exploradas no seculo XII e que faziam parte das exportações de Barut [4]. A industria da crystalleria estava muito em voga na edade media, e a sua fabricação desenvolveu-se extraordinariamente nas cidades syrias. E' d'essas officinas que sahiram as bellissimas taças, lampadas e garrafas de vidro doirado e esmaltado, que decoram muitos museus da Europa. E' fóra de duvida que as

1 e 2 Rey — *Obra citada.*

3 Em pagina anterior, ao referirmo-nos aos usos e costumes da burguezia latina na Syria, citamos o assucar, a cerveja, o vinho e as velas de cera como producto da industria existente nos principados francos.

4 Rey — *Obra citada.*

manufacturas venezianas de Murano e Rialto, que então mandavam buscar vidros brutos da Syria para os refundir e trabalhar de novo, recorreram aos bons officios dos operarios syrios para aperfeiçoar e dar incremento em Veneza aos processos usados no Oriente [1]. A ourivesaria parece ter sido prospera nas colonias latinas. Alguns inventarios, taes como o do thesoiro da cathedral de Antiochia e alguns objectos da epocha, que ainda se conservam, testemunham a existencia d'essa arte. Em Jerusalem havia uma rua occupada exclusivamente pelos ourives, e o monarcha regulamentava o titulo do oiro e da prata [2].

As operações bancarias foram largamente praticadas nos principados francos, sobretudo pelos judeus e italianos. Os lombardos, genovezes e pisanos adeantaram aos cruzados avultadissimas sommas de dinheiro. Piton diz que essas quantias, pagas em especies, eram trazidas — para a moeda de prata especialmente — em navios, que deviam forçosamente realizar serviços regulares em determinada estação [3]. Os templarios entraram tambem no movimento financeiro da Syria com os paizes europeus e muito concorreram para a prosperidade do commercio maritimo, que se effectuava entre o

---

1 e 2 Rey — *Obra citada.*
3 Piton — *Les Lombards à Paris.*

Occidente e o Oriente. Delisle escreve que não ha exaggero em affirmar que o thesoiro do templo foi durante o seculo XIII a caixa em que se centralizavam e administravam os recursos financeiros destinados ás Cruzadas e diversas necessidades da Terra Santa [1]. Os italianos tinham montado grandes casas bancarias em Acre, Cesaréa e Tripoli [2].

No seculo XII, os venezianos puzeram em uso as lettras de cambio nas cidades maritimas da Syria.

As rendas das colonias latinas do Oriente provinham de diversos direitos, capitações e portagens. As mercadorias soffriam taxas á entrada e sahida das cidades [3].

---

[1] Delisle — *Mémoires sur les opérations financières des Templiers.*

As ordens dos Templarios e do Hospital de S. João de Jerusalem tiveram, além de conventos e hospitaes no Oriente, fortalezas, terras, armazens commerciaes e uma marinha poderosa. Os grandes senhores latinos da Syria tinham-lhes doado uma parte das rendas aduaneiras e concedido facilidades de importação e exportação para os artigos que necessitavam seus conventos. (Depping — *Obra citada*).

[2] Em Acre, os banqueiros eram os Lascari de Genova; em Cesaréa, quem fazia esse negocio era a casa de João e Gaspar Cocerel, e em Jaffa, a de Berton Rescoro. (Rey — *Obra citada*).

[3] A seguinte passagem de Ibn-Djobaïr descreve a alfandega de Acre em 1184: «Chegando a Acre conduziram-nos ao *deouan* (aduana, alfandega), que é um caravançará destinado a receber as caravanas. Em frente á porta ha bancos atapetados, onde estão os escribas da alfandega, que são christãos; elles teem tinteiros de ebano, doirados e bem adornados; fazem a escripturação em arabe, lingua que egualmente fallam. O que os dirige e que é ao mesmo tempo o arrendatario da alfandega chama-se simplesmente chefe, titulo devido á importancia do seu cargo. Tudo quanto é cobrado por elles pertence

Os direitos de importação para os artigos vindos por mar denominavam-se *cadea*, e — diz Rey — a julgar pelas numerosas rendas que se buscavam nelles e despezas que se lhes imputavam, deviam ser muito consideraveis nas cidades maritimas de primeira ordem. As caravanas pagavam direitos de transito ao atravessarem os principados, e egualmente taxas de portagem ao passarem em importantes baronias. Os navios que iam aos portos syrios estavam sujeitos aos direitos de ancoragem [1].

O governo augmentava ainda os seus recursos com o arrendamento de certas industrias, com as capitações impostas aos indigenas, as exigidas aos musulmanos e judeus, e taxas extraordinarias todas as vezes que era necessario armar navios, construir muralhas, torres ou outra qualquer coisa julgada de utilidade. Em 1182, quando se tratou de preparar a defeza de Jerusalem, foi cobrada aos habitantes do reino uma taxa de 2 % sobre suas rendas,

---

ao arrendatario das alfandegas, que paga uma grande quantia ao governo. Foi a esse logar que os mercantes da nossa companhia transportaram suas mercadorias, e installaram-se no pavimento superior do edificio. Quanto ás pessoas que não tinham mercadorias, examinavam-se suas bagagens para ver se ellas não continham alguma coisa sujeita a direitos e, depois, mandavam-se retirar. Procede-se a essas operações com delicadeza e doçura, sem nenhuma violencia etc.» (*Historia dos Arabes e dos Cruzados*).

[1] Rey — *Obra citada*.

valor dos moveis e artigos de commercio armazenados [1].

Antes de chegar ás costas da Syria, os navios que as demandavam tinham por costume fazer escala em Chypre, que por sua variada e rica producção estava naturalmente indicada para centro de um prospero commercio. Os cruzados cobiçaram essa perola vizinha da Asia e d'ella se apoderaram, fundando um reino latino. Dividindo-se o novo reino em feudos, bem depressa os indigenas cahiram sob o seu jugo. Entretanto, quando as contigencias da guerra o exigiam, o rei libertava grande numero d'elles, que então tomavam o nome de *francomatos*. Albanezes mercenarios alli tinham fixado residencia e obtido feudos militares, sob a condição de proteger a ilha contra os piratas [2].

Um dos primeiros cuidados de Guy de Lusignan e de seu irmão Amaury, ao inaugurarem o seu reinado em Chypre, foi o de manter as melhores relações com seus vizinhos. A' ilha acudiram individuos de nações e credos diversos, e a habil e tolerante politica dos Lusignan, recebendo no reino essa gente, favoreceu o commercio local, com tanto mais razão quanto

1 Rey — *Obra citada.*
2 Depping — *Obra citada.*

os negociantes representavam grande maioria entre os colonos.

A conquista de Constantinopla contribuiu para que os chypriotas activassem suas relações mercantís com a Asia Menor, onde outr'ora tinham florescido — como se viu no primeiro volume d'esta obra — muitos centros commerciaes, cuja fertilidade era ainda sufficiente para produzir um renascimento. E tanto assim o comprehenderam os occidentaes, que d'ella fizeram um dos seus mais brilhantes mercados. Nas cidades vendiam-se as sedas, as lãs e o canhamo de Bythinea, da Meonia, da Lycaonia e do Ponto; os algodões que produziam a Bythinea, a Caria, a Lycia, a Lycaonia e a Cilicia; a garança, o kermes, a noz de galha e outras materias tinturiaes, o laudano, a cera, as fructas e as uvas seccas, a gomma adragante — de que a Satalia era um dos principaes mercados —, os coiros e os marroquins de Konieh, de Kaisarieh ou Cesarea, da Capadocia e de Kastamuni, as pelliças e as pelles de cabra de Angora (na Galatia); os alumens das montanhas vizinhas de Trebizonda, do Alto Logo (na Lydia), de Cottai ou Kutayeh (o antigo Cottyœum) e de Foki ou Fogia (antiga Phocea) perto de Smyrna, alumens procurados para tingir pannos pelos fabricantes europeus, que não tinham ainda os de Italia e cuja exploração foi dada aos genovezes; os sabões de

Brussa e Satalia; os estófos de seda, as telas de algodão e tapetes de côres vivas, que se fabricavam na edade média, como actualmente em Konieh, Brussa, Kara-Hissar, Pergamo e Sebasto; as especiarias, os estófos, as pedras preciosas e outras producções, que as caravanas traziam, primeiro a Bagdad e a Tauris, e, em seguida, as espalhavam no littoral frequentado pelos navios latinos [1].

Não obstante terem, por vezes, os chypriotas derimido questões politicas com o sultão que governava o imperio do Iconium, as quaes degeneraram em lucta, as relações commerciaes proseguiam, entretanto, nos intervallos de paz entre os contendores. Os navios dos provençaes [2] obtiveram o privilegio do transporte das mercadorias, que se permutavam entre os dois povos. O commercio de importação da Turquia e das regiões de áquem-mar, a cargo d'aquelles, era assimillado ao que procedia da Europa sob o pavilhão francez e pagava 1 $^0/_0$ nos portos de Chypre em vez de 4 $^0/_0$, taxa que cobravam as alfandegas insulares aos artigos das nações desfavorecidas. Se os generos procedentes da Turquia não encontravam,

---

1 Max-Latrie — *L'ile de Chypre, sa situation présente et ses souvenirs du moyen-âge.*

2 Chamavam-se *provençaes*, os mercantes de Marselha, Montpellier, e de toda a parte sul da França, estendida então dos Alpes ao Garonna e aos Pyrenneus.

porém, collocação nos mercados, os armadores podiam reembarca-los, sob condição de satisfazer no momento do reembarque os seguintes direitos: cada quintal de lã, dois *bezantes*; cada cento de pelles de cabra, um *bezante*; cada *rotl* [1] de seda, meio *bezante*, e sobre os pannos de seda e mais artigos não especificados na tarifa, 1 % do seu valor [2]. Com a pequena Armenia (antiga Cilicia), os chypriotas procuraram trocar seus productos. Apezar de insalubre, a Cilicia era o centro de um activo commercio de exportação para todas as mercadorias da Asia Menor e da Alta Asia, e os seus habitantes muito industriosos.

Os armenios possuiam importantes casas commerciaes nas praças da India, Persia, Syria e em varias cidades asiaticas. A fabricação do *camelão* na Armenia attingia tal superioridade, que os venezianos propozeram aos industriaes d'esse paiz crear ahi manufacturas do referido artigo, associando-se a elles [3]. As cidades arme-

---

[1] O *rotl* ou *rote* de Chipre era um peso, que corresponderia, segundo Max-Latrie, a dois kilogrammas e meio ou cinco libras antigas de França. Esse peso é ainda hoje usado nas Duas Sicilias, na Dalmacia, na Turquia e em Chypre, mas o *rotl* ou *rotoli* tem variado depois da edade média em todos esses paizes (Max-Latrie — *Obra citada*).

[2] Max-Latrie — *Obra citada*.

[3] Depping — *Obra citada*.

No seculo XIV, Sanuto propunha fazer passar pela Armenia o caminho commercial da India.

nias mais vizitadas pelos mercantes extrangeiros eram Lajazzo, em cujo porto os navios de commercio se viam em grande numero; Sis, muito rica e populosa, hoje em ruinas; Adana, que, segundo Edrisi, possuia uma industria florescente no tempo d'este geographo, mas que no seculo XIII. decahiu, ferida de morte em sua prosperidade pela vizinha Tarso; Malmistra (antiga Mopsueste) e Curco ou Gorhigos, pouco distantes da emboccadura do Salef. Todas essas cidades possuiam numerosos armazens, onde se encontrava toda a producção da Asia Central, e nelles iam surtir-se os negociantes da Italia, da Provença, de Aragão, e de Chypre [1]. Lajazzo (actual Aïas) situada no golfo de Alexandreta, era o porto mais importante d'essa região. Marco Polo, referindo-se a elle, diz que mercantes de todas as nações affluiam alli e que essa cidade constituia uma especie de porto dos paizes orientaes. Diversas estradas punham-na em communicação com Sebasto, Diarbekir, Erzerum, Tauris, Bagdad, entreposto de productos do extremo Oriente, com Trebizonda, Sansum e Sinope, onde aportavam os homens de negocios que procediam da Crimea, da Gazaria, da Bulgaria e da Russia; finalmente, com Alepo e Damasco, onde chegavam

[1] Max-Latrie — *Obra citada.*

as caravanas da Arabia e do Egypto [1]. Nesse mercado encontravam-se todos os artigos do Oriente, primando entre estes as perfumarias. Os europeus mantinham alli tambem um entreposto para as mercadorias que se destinavam a Tauris, residencia faustuosa onde se erguiam soberbos palacios de marmore e a gente rica se vestia luxuosamente.

Quando os arabes retomaram S. João d'Acre, os mercantes occidentaes não tinham as facilidades de outr'ora para se abastecerem dos productos levantinos. Os Lusignan souberam aproveitar-se do momento para attrahir ao seu reino uma parte dos negocios commerciaes de Jerusalem [2]. A proximidade em que Chypre se encontrava da Syria e do Egypto só podia trazer-lhe grandes vantagens, e a ilha entrou em um periodo de prosperidade. Esses tempos aureos continuaram mesmo, quando os italianos, provençaes e hespanhoes conseguiram que o sultão do Cairo lhes renovasse os privilegios nas suas antigas possessões. Venezianos, genovezes, marselhezes e catalães frequentaram assiduamente Chypre, ahi adquiriram proprie-

[1] Max-Latrie — *Obra citada.*

[2] O rei de Chypre, quando o sudão do Egypto se apoderou novamente da Syria, offereceu immediatamente ás ordens cavalheirescas do *Hospital* e do *Templo*, terrenos para fundarem estabelecimentos e concedeu diversas immunidades aos mercantes extrangeiros. (Depping — *Obra citada*).

*

dades, crearam succursaes de seus *fondachi* no Egypto e Turquia, para depositos de mercadorias, que assim ficavam ao abrigo dos piratas, e nomearam consules para zelar os interesses de seus compatriotas. Os armadores das cidades mediterraneas de segunda ordem, não se animando a ir commerciar directamente com o Egypto, receiosos dos musulmanos, dirigiam-se a Chypre, onde estavam certos de encontrarem o que desejavam.

Tal era o explendor de Fumagusta nessa epocha, que o primeiro logar entre as praças commerciantes no Mediterraneo lhe estava assegurado. Tyro, Satalia, Lajazzo, Smyrna, Claretza — escreve Max-Latrie — não lhe podiam ser comparadas. Ella partilhava com Constantinopla e Alexandria a supremacia incontestada do commercio levantino. Veneza e Genova não podiam gabar-se de ter mercantes mais ricos, bazares melhor sortidos, *stocks* mais consideraveis em productos de todos os paizes, hospedarias mais numerosas, nem uma população fluctuante mais densa e mais variada, oriunda de todos os paizes [1].

---

[1] Max-Latrie — *Obra citada.*

Os navios europeus iam comprar a Chypre vinhos deliciosos, bellos fructos, assucar em pó, indigo, que era mais barato do que o de Bagdad, sabão, storaque, algodões brutos em fio e seda. Fumagusta era egualmente um entreposto de mercadorias, provenientes do

Apesar da prohibição imposta pelos papas aos christãos de commerciarem com os infieis, aquelles faziam caso omisso de semelhante ordem. Os seus navios, abarrotados de mercadorias procuravam os portos de Chypre, vizinhos da Syria e do Egypto, para onde, por contrabando, eram enviados os artigos de negocio, e isso explica todo o explendor do reino dos Lusignan a que atraz nos referimos.

Egypto e da Syria. No seculo XIV, a Europa enviava a Chypre pannos de Bruxellas, Malines, Louvain, Bruges, Gand, Toulouse. Narbonna, Carcassona, Perpignan, Amiens, Lombardia e Veneza; estófos brancos de Valença e Florença, cobertores de Provins. (Depping — *Obra citada*).

Um sacerdote allemão, que no seculo XIV visitou Chypre, dirigiu ao bispo de Padeborn uma missiva em que descrevia assim as suas impressões: «Nesse reino vivem os mais generosos e os mais ricos senhores da christandade. Uma fortuna de tres mil florins annuaes é ahi menos considerada do que uma renda de tres marcos entre nós. Mas os chypriotas dissipam todos os seus bens nas caças, torneios e prazeres. O conde de Jaffa, que conheci, sustenta mais de quinhentos cães para a caça... Os mercantes de Chypre teem adquirido tambem immensas riquezas. Isso não é para admirar, porquanto sua ilha é a ultima terra dos christãos no Oriente, de modo que todos os navios e todas as mercadorias, quaesquer que sejam os portos d'onde tenham partido, são obrigados a parar em Chypre. Demais, os peregrinos que querem ir além-mar, devem desembarcar primeiro nessa ilha. E assim, pode-se ahi saber, a todos os instantes do dia, desde o nascer até ao pôr do sol, por meio de cartas ou pelos extrangeiros que chegam incessantemente, noticias e boatos das mais distantes regiões. E por tal motivo, os chypriotas teem escholas particulares para aprender todos os idiomas conhecidos. Quanto a Fumagusta é uma das mais ricas cidades existentes. Seus habitantes vivem na opulencia; um d'elles, ao casar uma filha, deu-lhe, só para adornar seu penteado, joias que valem mais do que todos os enfeites que possue a rainha de França, segundo affirmam cavalheiros que vieram comnosco a Chypre. Um mercante de Fumagusta vendeu um dia ao sultão do

A malfadada expedição a Alexandria, promovida pelo rei chypriota Pedro, irritou por tal modo o sudão do Egypto que este vingou-se, perseguindo todos os francos estabelecidos em seus estados ou que a elles iam commerciar. As cidades maritimas, que muito soffreram com essa descabida cruzada solicitaram do papa que moderasse o ardor de Pedro Lusignan, e Urbano x determinou que este firmasse a paz com o Egypto, em seu nome, no do soberano pontifice e no das communas italianas. Feita a paz e tendo o papado consentido o trafico com a Syria, a Asia Menor e o Egypto — com exclusão apenas da venda de madeiras para construcção e ferro para armas — a estrella de Chypre começa a empallidecer. «Entretanto, durante meio seculo ainda,

---

Egypto, para o sceptro real, uma maça de oiro enriquecida de quatro pedras preciosas: um escarbunculo, uma esmeralda, uma saphyra e uma perola. Essa joia custou sessenta mil florins; algum tempo após a venda, o mercante quiz resgatal-a e offereceu cem mil florins, mas o sultão recusou. O condestavel de Jerusalem tinha quatro perolas com as quaes sua mulher mandou fazer um alfinete; qualquer d'ellas poder-se-hia empenhar onde se quizesse, que dava tres mil florins. Em qualquer loja de Fumagusta encontra-se madeira de aloes para encher mais de cinco carros. Nada direi quanto ás especiarias por serem tão communs nesta cidade, que se vendem como se foram pão. Para as pedras preciosas, os pannos doirados e outros objectos de luxo, não sei o que vos deva referir, porquanto não me acreditariam em nosso Saxe. Ha tambem aqui uma infinidade de cortezãs; ellas adquirem fortunas consideraveis e muitas possuem para cima de cem mil florins; eu não ouso, porém, dar-vos mais detalhes das riquezas d'essas infelizes». (Max- Latrie — *Histoire de Chypre*).

— affirma Max-Latrie — a ilha manteve-se num estado de prosperidade, desconhecido no Occidente: na Catalunha, com o porto e marinha de Barcelona; no Languedoc, com as cidades de Montpellier, Beaucaire e Narbonna; na mesma Provença, com o porto de Marselha. Os navios europeus affluiam constantemente aos seus portos, emquanto que por sua vez ella enviava tambem, pela sua marinha mercante, productos á Italia, França, Hespanha, Morea, Constantinopla, Smyrna, Alexandria, Beyruth, Damasco, Lajazzo, Satalia, Larendah e Iconium» [1].

A marinha dos principados francos tomou notavel desenvolvimento. As florestas do littoral syrio e a pequena Armenia forneciam magnificas madeiras, que os colonos latinos empregavam para suas construcções navaes. Entretanto, elles não desdenhavam servir-se do mesmo material de importação europea, d'onde tambem recebiam operarios versados nessa arte para trabalharem nos seus estaleiros do Levante. Cada principado parece ter possuido marinha propria. As frotas dos Templarios, dos Cavalleiros do Hospital e do reino de Chypre eram assás numerosas e fortes.

Acre, Tyro, Sagetta, Laodicea, S. Simeão no

---

[1] Max-Latrie — *Obra citada.*

littoral syrio; Ghorigos e Aïas, na Pequena Armenia, á entrada do golfo de Alexandreta, eram as unicas cidades das colonias francas que possuiam vastos portos artificiaes; nos das duas primeiras d'essas cidades havia arsenaes com docas interiores para invernada dos navios desarmados [1]. Tortosa e Tripoli tinham portos naturaes situados em bahias abrigadas; Zibel, Giblet, Barut, Cesarea e Arsur, possuiam-nos fechados e pequenos. Pulzon, Beona, Valencia, Boutron, Cayphas, Chateau Pelerin, Merle e Ascalon serviam de escalas, mas apenas aos navios que faziam a cabotagem [2].

Os pharoes, que desde os tempos antigos, estavam em uso para designar os cabos e os portos aos navegantes, disseminavam-se em grande numero pelo littoral da Syria, e pareciam-se com os que existiam nas cidades maritimas da Italia e da França naquella epocha [3].

No tempo das Cruzadas, os navios de guerra eram de dimensões restrictas, marcha veloz, e

---

1 Max-Latrie — *Obra citada.*

2 Rey — *Obra citada.*

3 Esses pharoes eram alimentados por substancias resinosas que se queimavam dentro de torres gradeadas.

A torre de Aigues Mortes é um dos modelos mais conservados que restam dos pharoes medievaes. Max-Latrie, em sua *Histoire de Chypre,* diz ter encontrado um documento em que se conta ter existido no seculo XV em Chypre o cargo de *governador da luz,* o que parece indicar que este funccionario estava encarregado de velar pela illuminação de certos pontos da costa d'esse reino.

rapidos em suas evoluções. Os mais considerados entre elles tinham o nome de *galeras;* os *saities* (barcas) e os *colombeis* empregavam-se como avisos e não podiam affastar-se muito da costa. Em compensação, os navios mercantes tinham grande tonelagem para accomodarem os peregrinos e as mercadorias. Segundo o modo como armavam, tinham os nomes de *naves*, *buze-naves* e *salandras*. Os primeiros possuiam geralmente trinta metros de comprimento sobre oito de largura, dois mastros, um gurupés e seis grandes velas [1]. Os navegantes medievos serviam-se tambem, para o transporte de cavallos, de uma embarcação chamada *huissier*, com 125 remos. No convez, levava, cada um d'estes barcos, paus, toneis, taboas e cordas para o desembarque d'aquelles animaes nas costas [2]. A *tarida*, (do arabe *taridah*), outra especie de transporte, estava egualmente em uso. Quasi todas essas embarcações navegavam a remos e só se utilizavam das velas para navegar com «vento em popa».

Os navios, que de Marselha demandavam a Syria, raramente encetavam viagem directa. Habitualmente, ao deixarem aquelle porto, faziam a primeira escala em Messina, a segunda, em Creta, a terceira, em Chypre, e, depois,

---

1 e 2 Rey — *Obra citada.*

finalmente, em Acre. A viagem durava dezoito dias. Era essa tambem a rota seguida pelas naves italianas. Em epocha posterior, os provençaes e catalães, quando encontravam vento favoravel, tratavam de diminuir o tempo do trajecto, tomando um caminho mais directo. Deixando ao norte a Sardenha, a Sicilia, Candia e Chypre, ancoravam na Palestina, quinze dias depois da sahida do porto a que pertenciam. As viagens realizavam-se em epochas fixas, sendo a primeira na Paschoa e a segunda em S. João. Então, verdadeiras flotilhas deixavam Marselha, Genova, Pisa, Amalfi e Veneza. Durante o tempo em que esses navios estacionavam nos portos levantinos havia nelles uma especie de feira [1].

Nas *Assises de Jerusalem* [2], na parte referente aos burguezes, foram codificadas algumas disposições concernentes á navegação e aos casos em que os usos francezes, gregos ou latinos não faziam lei. Entre essas disposições são dignas de menção as que regulavam o tracto do pa-

1 Rey — *Obra citada.*

2 As *Assises de Jerusalem* eram um codigo de leis estabelecidas pelos cruzados no Oriente. Dividiam-se em duas partes, as *assises* dos barões, e as dos burguezes. Esse codigo perdeu-se duas vezes e outras tantas foi refeito; a primeira por Amaury de Lusignan, e a segunda por João de Ibelin. Suppõe-se que nas novas edições, se tenha modificado alguma coisa o texto primitivo. As *assises* eram respeitadas em Chypre, mesmo quando os venezianos dominavam na ilha.

trão do navio com o carregador, proprietario da mercadoria. O frete começa a ser tratado de modo diverso do seguido até ahi: o mercante vae deshabituando-se de acompanhar a sua mercadoria, e esse facto, dando maior expansão ao commercio, havia de modificar as relações entre o carregador e o capitão. Noutro capitulo das *Assises* prohibe-se o negocio de armas com os infieis, sendo castigado com penas rigorosas o que tal fizesse. Amaury, introduziu-lhe uma clausula, que obrigava a restituir ao proprietario os objectos salvos do naufragio. Os assumptos commerciaes e maritimos, ainda segundo as *Assises*, dependiam de uma jurisdicção especial, não podendo, entretanto, em nenhum caso permittir o combate judiciario [1].

Por occasião das primeiras cruzadas, as especies monetarias com que se faziam as transacções eram as moedas dos paizes que nellas tinham tomado parte, avultando, porém, as francezas, por ser o elemento franco o que em maior numero havia entrado nas expedições. Durante muito tempo foi esse dinheiro o que mais corria no Levante. As moedas de Mans, do Poitou, Chartres, Dol, Bearn, Provença, Flandres, Lucca etc., que actualmente se

---

[1] Hantefeuille — *Histoire des origines, des progrès et des variations du Droit maritime et international.*

descobrem nas excavações feitas na Syria, attestam de modo cabal esse facto.

«O dinheiro do Occidente — escreve Schlumberger — não ia ao Oriente apenas nos cofres e nas bolsas dos cavalleiros ou outros peregrinos; os reis, os principes, os grandes barões mandavam buscar dinheiro amoedado para a Terra Santa, não só para satisfazer suas necessidades pessoaes como para o pagamento das tropas que os acompanhavam. Não obstante, o meio seguido para isso não lhes era muito agradavel, em virtude dos grandes perigos, que a travessia offerecia e das muitas probabilidades de perda a que portanto se expunham. Por necessidade recorria-se a elle bastantes vezes, como demonstram documentos contemporaneos. Entre outros, existe nos archivos um que enumera longamente as sommas de oiro e prata amoedadas ou não remettidas para a Palestina pelo conde Affonso de Poitiers, irmão de Luiz IX «no anno 1250 do Senhor, por occasião da passagem de maio», por seu encarregado de negocios, Guilherme de Montléart. Essa remessa consideravel elevava-se á quantia de 17:909 libras, 5 *soles* e 5 dinheiros; uma parte, em peças de oiro extrangeiras ou barras de prata, mas havia 6:000 em moeda miuda nacional, em dinheiros tornezes destinados ao soldo diario dos simples soldados, combatendo sob o pavilhão do conde; as moedas de oiro extrangeiras

e as barras serviam para as grandes transacções e relações entre os chefes»[1].

As pessoas afortunadas tinham por costume tomar lettras cambiaes em um banco com succursaes nos paizes d'além-mar. A maioria, porém, dos peregrinos e mercantes recorria ás lettras de credito, concedidas pelas mesmas casas bancarias, contra garantias. Além do dinheiro do Occidente, corriam tambem na Palestina as moedas de oiro byzantinas chamadas *hyperpyron* e *bezantes*, *dinars* de oiro, e *dirrhems* de prata musulmanos[2] e os *folles*, peças byzantinas de cobre.

Ao fundarem os principados francos, os grandes barões trataram de pôr em pratica os direitos que nesses tempos se outorgavam todos os reis e principes feudatarios, fazendo cunhar moeda, segundo os titulos que lhes apraziam. O primeiro que usou d'esse privilegio foi Balduino, conde de Edessa, servindo-se de peças byzantinas de cobre, nas quaes mandou gravar sua effigie sobre os typos primitivos.

Quando regente de Antiochia, Tancredo ordenou a preparação de moedas em que sua imagem é representada, tendo na cabeça um turbante e em cima d'este uma cruz, e nos

---

[1] Schlumberger — *Les Principautés Franques du Levant.*

[2] Os *dinars* de oiro e os *dirrhems* de prata arabes eram chamados pelos latinos da Syria, *bezantes* sarracenos.

hombros um amplo manto adornado de pedrarias. Referindo-se a esse facto, Schlumberger suppõe e com visos de verdade — attendendo ao espirito pratico que demonstraram muitos dos principes francos — que Tancredo, retratando-se com o costume classico dos sarracenos, queria, por essa concessão apparente, fazer appello aos seus novos subditos indigenas, e que a politica christã do Levante sabia muito bem poupar o inimigo musulmano e — o que é mais — estabelecer com elle um *modus vivendi* mais pratico [1]. Até ha bem poucos annos, acreditou-se que os principes latinos tinham cunhado quasi só peças de cobre ou de mau *billon*, porque as de prata, hoje conservadas, eram raras, sendo as de oiro completamente desconhecidas. «Entretanto, affirma o mesmo Schlumberger — de cuja excellente obra extractamos estas informações sobre a numismatica dos principados francos, — parecia impossivel que suas officinas não tivessem cunhado peças de oiro indispensaveis a um movimento commercial de certa importancia, mas como taes peças não tinham ainda sido encontradas, estava-se reduzido a julgar que todas essas transacções se effectuavam por meio de oiro byzantino ou sarraceno. Comtudo, não se

[1] Schlumberger — *Obra citada.*

podia explicar como, ao lado das palavras *bezantes sarracenos*, figura constantemente, nos documentos da epocha, esta outra expressão, *bezantes sarrecenados*, que se poderia traduzir por *bezantes imitados* dos *bezantes sarracenos*. Encontram-se egualmente em cada pagina estas outras locuções: *bezantes ao peso de Acre*, *bezantes ao peso de Tripoli*, *bezantes ao peso de Tyro*... Hoje, porém, está averiguado que os cruzados mandaram cunhar enorme quantidade de *bezantes* de oiro e que são esses *bezantes* que se designavam pelas expressões *bezantes ao peso de Acre*, *de Tripoli e de Tyro*, segundo a cidade em que se cunhavam, em uma ou outra das tres referidas cidades; mas, cousa notavel, descobriu-se que, afim de dar maior facilidade ás transacções com os arabes, esses *bezantes* christãos cunhados no Oriente foram servís imitações das peças de oiro sarracenas. São as mesmas lendas, celebrando Allah e Mahomet e indicando o nome dos kalifas com a data da hegira. D'ahi essa expressão mysteriosa de *bezantes sarracenados* ou *bezantes* cunhados á imitação das peças sarracenas. Eis a razão porque não se havia achado ainda essa moeda de oiro dos principes cruzados; eis porque não se teria mesmo jámais podido distinguil-a da moeda de oiro arabe, se a inhabilidade dos operarios latinos não tivesse produzido imitações demasiado grosseiras. Entretanto mesmo, com esse signal

diagnostico será sempre difficil affirmar que tal *bezante*, trazendo o nome de um kalifa foi cunhado no Cairo ou em Bagdad, e não em Tyro ou em Ptolemaïs, nas officinas dos principes cruzados»[1]. Em Acre, Tyro, Tripoli e Antiochia estavam situadas as quatro grandes casas de moeda dos principados francos da Syria. Os *bezantes* sarracenados de Acre representavam um valor intrinseco de 8 francos e 50 a 8 francos e 80; os de Tripoli, chamados *tripolaz*, eram de um titulo inferior e não valiam mais do que 7 francos, o mesmo valor tinham os de Antiochia[2]. Os venezianos, que tanto proveito commercial souberam tirar do Oriente, tiveram o privilegio de dirigir as officinas monetarias da Syria. Elles pagavam ao reino de Jerusalem, por esse motivo, um imposto de 15 %, sobre as sommas postas em circulação. Foram esses ousados mercantes e perseguidores de uma das mais habeis politicas, sob o ponto de vista economico, que atiraram ao mercado as impias moedas de imitação arabe. Um documento contemporaneo dá perfeita indicação da casa em que funccionava a *Zecca* de S. João de Acre, isto é, a officina em que os venezianos cunhavam taes peças.

Os Lusignan fizeram cunhar moedas e,

1 Schlumberger — *Obra citada.*
2 Rey — *Obra citada.*

em quasi todas, mandaram gravar suas effigies. Só elles se arrogavam o direito de cunhagem e regulavam o curso das peças. Nenhum vassallo podia pretender egual faculdade. As moedas de oiro chypriotas dos primeiros soberanos da ilha, denominadas *bizanti bianchi*, eram de um titulo muito baixo e continham mais prata que oiro. A par d'esses *bezantes* havia outras moedas, chamadas *dinheiros*, *sixains*, *karats* e *caroubles* [1].

II

A instituição consular nos povos antigos — Veneza, Barcelona e Marselha — Jurisdicção commercial e maritima — O «Consulado do Mar» — Viscondes, ballios, podestás, etc. — A quem competia a nomeação dos consules — Hierarchia consular; suas attribuições, regalias e proventos — Papel dos consules na Edade Média.

Em virtude das relações commerciaes entre as nações do Occidente e as do Oriente, e do estabelecimento de colonias europeas em paizes musulmanos, nasceu a instituição dos consulados d'além-mar. Na antiguidade, as ques-

---

[1] Schlumberger — *Obra citada.*

tões que os mercantes suscitavam entre si ou com os operarios tinham um foro especial. As corporações de artes e officios e os negociantes extrangeiros e nacionaes, eram julgados em Roma por magistrados investidos unicamente d'essa funcção. Seneca escreve que o *prætor peregrinus* [1] julgava os processos dos mercantes com uma extrema celeridade. Na Grecia, os conflictos maritimos estavam a cargo de um arbitro especialmente nomeado para esse fim. Os athenienses mantiveram no Egypto e em outras regiões, os *proxenas*, funccionarios que tinham uma certa analogia com os consules actuaes, não só pela protecção que deviam prestar aos commerciantes de sua patria como por um certo caracter internacional de que esse cargo se revestia.

Na occasião em que se deu a queda do imperio romano e que os barbaros se estabeleceram nas cidades latinas, os wisigodos introduziram no seu codigo uma disposição importante entre outras, quanto aos mercantes. Boucher, interpretando essa lei, diz que no texto se lia o seguinte: «Quando os negocian-

[1] O *prætor peregrinus* era um juiz adjuncto ao pretor encarregado em Roma de distribuir justiça aos mercantes. Em todos os pontos do imperio em que havia corporações de mercantes existia provavelmente um juiz ou um tribunal para julgar as differenças entre os membros das referidas corporações.

tes d'além-mar teem contestações entre si, nenhum dos nossos officiaes deve permittir-se tomar conhecimento d'ellas, salvo no caso em que *esses negociantes sejam ouvidos para ser julgados, segundo suas leis*, perante os agentes commerciaes de sua nação ou os de outros paizes». «Essa lei — continúa ainda o mesmo escriptor — parece ter sido feita, primeiro, em relação aos hespanhoes e aos habitantes da Septimania, que eram um conjuncto de romanos, godos, salianos etc., e, depois, para os extrangeiros, gregos, syrios e egypcios, que iam a essa provincia. O commercio tendo usos particulares, cada nação devia ser julgada conforme suas leis, e ter tribunaes proprios áquelle [1]. Os wisigodos mantiveram fóra do seu paiz magistrados para dar protecção aos mercantes que viajavam.

Nos tempos dos primeiros monarchas francos, os prefeitos do palacio distribuiam a justiça aos *mercantes* e eram *recebedores geraes das*

---

[1] Boucher — *Consulat de la mer.*

A communa genoveza era uma sociedade de commercio maritimo, cujos negocios se preparavam e decidiam na praça publica; formavam-se companhias dirigidas por consules e visando uma unica coisa, o corso e o trafico maritimo, cujos proveitos se distribuiam por essas sociedades que se dissolviam após cada campanha. Nas chronicas genovezas lê-se que, por occasião de uma expedição á Syria, se fez uma *companhia por tres annos*; deram-lhe *seis consules que todos foram tambem os consules das communas.*

alfandegas do reino. Quando as communas italianas se libertaram e entraram na via de organização, viu-se os mercantes gozarem alli de uma jurisdicção especial, representada por juizes eleitos por elles. Os estatutos da cidade de Pisa, dos quaes uma parte foi redigida em 1161, tratam das audiencias que os consules dos mercantes tinham o costume de dar junto á egreja de S. Miguel. Esses estatutos em artigos que lhes foram addicionados no fim do seculo XII, attribuem formalmente aos consules do mar [1] o conhecimento de todos os negocios litigiosos referentes á navegação, aos fretes, ás avarias e perdas maritimas [2]. Segundo Capmany, funccionava em Valencia, no anno de 1283, um tribunal consular que decidia as questões de accordo com os costumes navaes correntes em Barcelona. Bem que se supponha que Genova tivesse mui anteriormente a 1206,

---

[1] *Consules marinariorum et mercatorium.*

[2] O primeiro documento pisano, em que ha referencia aos *consules do mar*, é uma carta do governo de Tunis, datada de 1201 e na qual o pachá d'esse reino promette proteger os pisanos estabelecidos em seus dominios, carta dirigida ao arcebispo de Pisa, aos consules *móres* ou consules da terra e aos *consules do mar*. Estes ultimos não eram propriamente funccionarios do Estado e sim representantes de uma corporação poderosa, que se occupava dos interesses maritimos, a *Ordo maris*. Entretanto a auctoridade d'esses magistrados era tal que em um armisticio concluido em 1212, entre Genova e Pisa, elles o firmaram como substitutos dos consules da communa. (Lucien de Valroger — *Étude sur l'Institution des consuls de la mer au moyen âge*).

consules mercantes, sabe-se que no referido anno essa cidade creou os cargos de consules de mar e nomeou quatro cidadãos para exercel-os, attribuindo-lhes o direito de julgar as causas relativas aos negocios maritimos [1]. Villari affirma, baseando-se no livro de Paganini, que os florentinos não enviaram consules ao extrangeiro senão em 1421, anno em que a Senhoria acreditou uma embaixada junto ao imperador de Constantinopla e ao Sudão do Egypto, afim de obter para seus subditos um tratamento analogo ao que gosavam os venezianos. Depping [2], por sua vez firmando-se na *Storia fiorentina* de Ammurato, diz que o consulado do commercio foi instituido em Florença no mesmo anno, e que esse tribunal se compunha de seis membros eleitos de dois em dois annos, sendo quatro d'elles tirados da corporação dos grandes officios, e dois da dos pequenos. Essas duas magistraturas tinham obrigações diversas, e Yver precisa-as em sua obra. Os consules de 1421 teem por missão defender, tanto no interior como no exterior, os interesses commerciaes e industriaes da Republica. Em Florença vigiam para que os regulamentos concernentes aos officios, sejam strictamente cumpridos; inflingem penas pecu-

---

1 e 2 Depping — *Obra citada.*

niarias aos infractores; concedem ou recusam «*o bollo*» que garante a boa qualidade das mercadorias fabricadas. No exterior delegam seus poderes a outros funccionarios egualmente chamados consules — *consoli di mare* — que vão residir nas praças commerciaes do Mediterraneo e do Oriente [1]. Veneza, ao formar sua administração, instituiu differentes juizes aos quaes estavam affectos os negocios referentes ao trafico, á navegação, aos officios etc. Desde 1195 havia na Republica a divisão dos *visdomini* da alfandega tambem intitulados *officiaes á meza do mar*, os quaes cobravam os direitos das mercadorias importadas por via maritima; uma outra repartição chamada das *tres mezas* percebia os impostos do que chegava por terra, e dividia-se em tres secções, occupando-se a primeira dos pannos, a segunda de qualquer outra especie de mercadoria, e a terceira, especialmente dos ferros [2].

Havia na organização administrativa de Veneza funccionarios, que tinham a designação de consules dos mercantes e faziam a policia do commercio, providenciavam para que as embarcações, no Adige e Pó, não levassem

---

1 G. Yver — *Le commerce et les marchands dans l'Italie Meridionale au XIII*e *et au XIV*e *siécle.*

2 Depping — *Obra citada.*

carregamento maior do que o regulamentar; julgavam as causas criminaes de roubos praticados nos navios mercantes, e as causas civis referentes a fallencias; ordenavam a prisão dos devedores, a pedido dos credores; e sentenciavam ainda sobre outros assumptos que interessavam o commercio, a industria e os bancos. Esses funccionarios tinham substitutos — *sotto consoli* — com faculdades mais limitadas, e suas decisões não tinham força de lei, senão quando o *Conselho dos Quarenta* as approvava. Os emprestimos sobre penhores, a vigilancia sobre os bancos do Ghetto e a concessão de passaportes a fallidos não fraudulentos, estava na alçada d'esses magistrados. Havia ainda uma outra categoria de funccionarios que se occupavam em impedir os contrabandos e tomavam conta dos depositos das mercadorias do Levante etc. [1].

Barcelona possuia tambem consules municipaes, e em 1279 uma corporação d'essas concedia audiencia ás pessoas em litigio sobre questões de navegação mercante. Pedro IV determinou que os barcelonezes elegessem consules do mar cada dois annos, como faziam os habitantes de Mayorca. Existem decretos reaes que regulamentam esses cargos. Era costume

---

[1] Depping — *Obra citada.*

a Bolsa tomar conhecimento dos naufragios, nomear curadores aos bens dados á costa, resolver as dissenções entre os patrões e os trabalhadores do porto e do estaleiro, julgar as dividas fraudulentas e cauções commerciaes, mas tudo isto competia ao consul cuja magistratura exercia naquella instituição. A Bolsa, bastante rica, pagava aos empregados, emprestava dinheiro ao rei e saldava as despezas feitas com as festas e grandes cerimonias realizadas pela cidade [1].

A França, como dissemos atraz, tinha já, no tempo de sua primeira monarchia, uma jurisdicção para os mercantes. A republica de Marselha era regida por um *podestá*, auxiliado por um *vicarino* e tres consules ou syndicos, os quaes não podiam ser escolhidos entre os doutores em direito. Além d'esses consules, havia muitos outros com diversas attribuições, taes como os encarregados da alfandega, das differentes corporações de artes e officios etc. Montpellier tinha-os egualmente e cita-se entre outros o dos negociantes de escovas e o dos alfaiates. Os seus consules do mar estavam sob a jurisdicção dos consules mercantes, que administravam o porto de Lattes e firmavam tratados com as cidades da França, da Italia e

1 Capmany — *Obra citada.*

d'além-mar [1]. Nas feiras que se realizavam na Champagne, em Lyon e em Brie havia um *conservador*, nomeado pelo rei, que zelava os privilegios concedidos pelo monarcha aos mercantes. O que distinguia esses magistrados dos consulados do commercio era — diz Depping — que elles dependiam da corôa e não da escolha dos mercantes; a um commissario regio cabia sentenciar nos litigios commerciaes. A razão d'esse procedimento, consistia em que os mercantes frequentadores das feiras — entre os quaes havia muitos extrangeiros — ahi se reuniam accidentalmente, e portanto, não podiam nomear um conservador.

Na Syria, os francos estabeleceram uma jurisdicção commercial e maritima, comprehendendo as côrtes da *Fonda* e da *Cadeia*. O primeiro d'estes tribunaes compunha-se de seis jurados, quatro dos quaes eram syrios e dois francos, sob a presidencia de um bailio. Esse tribunal, essencialmente mercantil, era commum aos francos e aos indigenas. Havia jurisdicção especial para os syrios, quando estes se apresentavam em numero bastante para formar uma communidade e possuir um *räs* [2].

A côrte da *Cadeia* funccionava só nas cida-

---

[1] Juliany, Depping — *Obras citadas.*
[2] Rey — *Obra citada.*

des que possuiam portos, por serem as questões referentes á navegação as unicas sob sua alçada.

Desde que os marinheiros, affastando-se das costas, deram impulso á navegação e, com esta, nasceu o trafico maritimo, os mercantes estabeleceram diversos usos que, regulamentados, se transmittiram de geração em geração, melhorados incessantemente pelos conhecimentos que iam adquirindo. Ao principio, esses usos não formavam uma razão escripta; era a tradição que os conservava. Naturalmente, foi na India, que se formou essa especie de legislação maritima primittiva. Manu, em seu codigo, consagra algumas disposições relativas á navegação. Os arabes, que foram na antiguidade os grandes intermediarios commerciaes dos indios, devem tel-as communicado aos phenicios, e estes, por sua vez, inaugurado no Mediterraneo. Infelizmente, todas essas leis indias, arabes e phenicias desappareceram, assim como o direito naval de Rhodes, cuja marinha foi das mais florescentes. Um fragmento apenas existe na legislação romana, mas que — diz Pardessus — é bom pôr de quarentena, pela possibilidade de ter sido completamente anniquilado senão desnaturado pelos jurisconsultos romanos. De Athenas, chegaram até nós algumas de suas leis sobre a navegação commercial, e Roma proveu em sua legislação

a maior parte das questões que podiam originar as expedições mercantis [1].

Justiniano mandou inserir em seus codigos, algumas leis referentes á navegação e ao commercio. Se os bens salvos dos naufragios fossem objecto de pilhagem, os seus auctores seriam severamente castigados. Os *Basilicos*, aos quaes nos referimos no 2.° capitulo d'este volume, regulamentavam, segundo as leis de Rhodes e Roma, as transacções commerciaes entre seus subditos. Os barbaros coisa alguma innovaram sobre o trafico maritimo, e suas leis são as romanas, com uma ou outra modificação.

Muitos seculos depois da invasão, apparecem codigos maritimos mais completos. Citam-se o de *Trani*, publicado em 1063, sob o nome de *Ordo et consuetudo maris*, e a *Tavole*

---

[1] Apesar de que nos tempos antigos, o direito maritimo internacional não constituia um ramo scientifico, todos os documentos d'aquellas epochas, bem que pouco numerosos, chegaram até nós e são sufficientes para provar que os povos da antiguidade conheciam a lei primitiva internacional e executaram suas prescripções até o momento em que a conquista romana fez de todas as nações uma só. Então o direito internacional era inutil, porque no Mediterraneo e nos mares adjacentes, todas as cidades sendo romanas, seus habitantes obedeciam ao mesmo soberano, e os navegantes tinham o mesmo pavilhão e estavam sob a acção das leis de Roma. A legislação primitiva, no que se referia á parte internacional cahiu em esquecimento pela negligencia de suas prescripções. Essa mesma causa concorreu para que não podesse surgir o direito secundario, porque não podia haver tratado internacional em um mundo possuido por uma só nação. (Hautefeuille — *Obra citada*).

amalfitane, celebrada pelos italianos como a mais sabia de todas as legislações commerciaes. Em Amalfi havia um tribunal, uma côrte do almirantado, cuja auctoridade todas as nações da Peninsula voluntariamente reconheciam. Essas leis perderam-se, infelizmente. Veneza parece ter-se contentado com o direito romano até 1255, epocha em que surgiu o *Capitulare nauticum*, a lei maritima mais completa existente na epocha e que continha 126 artigos [1].

O *Consulado do mar*, repositorio de usos maritimos que todos os povos do Mediterraneo applicaram em suas relações na edade média, parece ter sido redigido no meiado do seculo XIII. A Italia, Hespanha e França reclamam a sua paternidade. Boucher—que diz ter compulsado muitissimos documentos para saber qual a origem d'esse repositorio—affirma que, do resultado de suas pesquizas, lhe ficou está convicção: «1.º—que os usos commerciaes e maritimos da edade média não são mais do que antigos usos modificados pelos costumes, circumstancias e localidades; 2.º—que o *Consulado* não é um conjuncto de leis e, sim, uma collecção de decisões arbitrarias, cuja essencia apparece em 700, o começo, em 1200, e

---

[1] Hautefeuille—*Obra citada.*

as explicações, em 1300; 3.º — que essa compilação nas tres epochas indicadas se deve aos barcelonezes e é escripta em lingua catalã e não em limusina, como pretendem alguns; 4.º — que os *Julgamentos* ou *Rôles de Oleron* são um amontoado de sentenças ou decisões, e não leis emanadas de auctoridade soberana; 5.º — que essa compilação não é obra de inglezes, mas de francezes aquitanios e fundada nas determinações do *Consulado*, cujas bases pertencem aos catalães francezes, e os commentarios, aos catalães hespanhoes, e que ella appareceu no seculo XIII; 6.º — que as ordenações de Wisby não foram redigidas por nenhum soberano do norte, mas por particulares d'essa parte do mundo e não passam de modificações dos julgamentos de Oleron, apparecidos no seculo XV» [1]. Para Hautefeuille, o *Consulado do mar* é «obra de muitos homens, profundamente instruidos e experimentados em tudo o que diz respeito ao commercio maritimo, os quaes escreveram successivamente nesse livro o resultado de observações e estudos feitos em diversas epochas e logares. O *Consulado* principiou por ser muito menos completo; aperfeiçoou-se e completou-se, e só então, os povos

[1] Boucher — *Obra citada.*

navegantes, admirados da sabedoria de suas disposições, o adoptaram. Sua data — e tambem seus auctores — não é unica; um seculo talvez foi empregado em redigil-o. Quanto á sua patria, julgo que apenas Marselha ou Barcelona pódem-lhe disputar a honra de ter-lhe dado o berço» [1]. Os quarenta primeiros artigos do *Consulado* dizem respeito ao cargo, funcções consulares e jurisprudencia do tribunal, e tudo faz crer que foram compostos no reinado de Jayme, rei de Aragão; os trinta e sete ultimos artigos, chamados *Capitulos de Barcelona* — porque se referem ao commercio local — são mais modernos. O resto do livro, que contem os usos nauticos antigos, é forçosamente muito remoto. E' essa mesma parte — diz Depping — que se suppõe ter sido adoptada pelos venezianos em Constantinopla em 1255, tal qual fizeram em suas possessões na Grecia, acceitando as *Assises de Jerusalem* para o direito civil e feudal [2].

O *Consulado do mar*, considerado como codigo commercial maritimo, apezar da falta de methodo em sua coordenação, é notavel pela sabedoria de suas disposições, e, hoje, muitos de seus artigos servem ainda de base

---

1 Hautefeuille — *Obra citada.*
2 Depping — *Obra citada.*

á moderna legislação. Tomado como fonte de direito internacional faltam, comtudo, a essas leis os caracteres particulares e essenciaes dos actos solemnes e podem levar, portanto, isentas d'essa auctoridade, a commetter erros graves [1].

Como acabamos de expôr, desde a civilização grega — parece mesmo que desde os egypcios — houve consules municipaes que se occupavam do tracto entre os mercantes, residindo em suas cidades, e que extenderam mesmo as suas funções ao exterior, protegendo durante as viagens seus compatriotas. Diversos paizes tinham *consules no mar*, *consules do mar* e *consules dos portos*. Alguns d'esses funccionarios não representavam o Estado, eram simples delegados das corporações de officios. Os verdadeiros consules d'além mar foram creados no principio do seculo XII. Os orientaes tiveram — segundo Depping — consules de mercantes extrangeiros, muito antes dos europeus. Elle conta, baseando-se nas informações de Klaproth sobre os portos de *Gampou* e *Zaïthoum*, que no anno 720 da nossa era, havia um almirantado no primeiro desses portos, onde os navios arabes iam amiude e que desde o tempo dos Yuans ou Mongoes do Celeste Imperio existia alli «um tribunal de

[1] Hautefeuille — *Obra citada.*

commercio encarregado de julgar as differenças que se podiam levantar entre os negociantes chegados por mar para vender seus carregamentos». No nono seculo, o imperador chinez permittia que um magistrado mahometano vendesse no citado porto e julgasse, d'accordo com as leis musulmanas, os negociantes arabes frequentadores d'aquellas paragens [1]. Os consules occidentaes d'além mar foram uma resultante das Cruzadas. Os expedicionarios burguezes, que na Syria estabeleceram residencia, conseguiram desde sua chegada manter uma certa independencia e constituiram, com o tempo, uma força com a qual era preciso contar. Elles obtiveram terras, quarteirões, não só nas cidades do littoral como nas do interior, e diversos outros privilegios lhes foram concedidos. Formaram communas, que se entregavam ao commercio e á industria; viviam á maneira do seu paiz, alheios aos usos e costumes das populações vizinhas; recebiam em suas concessões os mercantes seus compatriotas, e quando se suscitavam questões entre elles ou entre os colonos e os indigenas, tinham um foro especial e eram julgados conforme as leis do Occidente.

---

1 Depping — *Obra citada.*

Assim organizadas as colonias, era indubitavel que deviam ter um chefe pertencente a sua nacionalidade. Ao principio, este denominava-se *visconde*. Em 1104, os genovezes tiveram em Acre um funccionario com aquella designação; taes individuos faziam o papel de consules e suas attribuições identicas ás d'estes. Mais tarde, os proprios genovezes e outros povos só empregaram esse titulo para nomear semelhante especie de magistrados. A respeito da synonymia entre os dois termos, d'este modo se exprime George Salles: «A equivalencia não é duvidosa. Certos factos excepcionaes poderiam, é verdade, suppôr o contrario. Assim, os habitantes de Marselha, Montpellier, Barcelona e Saint-Gilles, tiveram desde 1187, em Tyro, um consul por colonia; mas como todas essas cidades, eram alliadas, entraram em accordo para nomear um *visconde*, que presidia o corpo consular d'essas diversas nações, do mesmo modo que houve em França *um capitão* á frente dos consules. Esse facto não prova que o termo *visconde* se applicasse ordinariamente, mesmo naquelle anno, a um personagem mais considerado do que um consul. Effectivamente, na mesma epocha, Pisa tinha em Acre dois *consules geraes* de Syria, emquanto que simples colonias pisanas de Antiochia e Tripoli, menos importantes, não possuiam mais do que *viscondes*. Esses dois exemplos contrarios pro-

vam que não houve predominio de um d'esses titulos sobre o outro. O emprego alternado ou simultaneo dos dois, a proposito dos mesmos personagens — muitas vezes quando elles mesmos se designavam — mostra, ao contrario, sua perfeita equivalencia. Não ha a tal respeito differença alguma a fazer entre as demais nacionalidades. Todas deram o titulo de consul a chefes de colonias importantes, aos quaes, até então, o de *visconde* era reservado, e as attribuições dos consules foram exactamente eguaes ás que tinham pertencido aos *viscondes*. Se houvesse alguma differença a assignalar, seria antes a partir de 1187 ou pelo menos de 1234, a favor do termo consul, pois que elle precedia por toda a parte, desde essa data, o de *visconde*, quando ambos eram empregados simultaneamente. Em 1187, Pisa obteve o direito de ter em Acre *consulatum et vice-consulatum*. Em 1190, Amalfi foi auctorizada a ter em Acre um consul ou um *visconde*» [1].

Os venezianos e os genovezes davam tambem aos funccionarios consulares o nome de *bailios* e *podestás*, sendo que o primeiro d'esses termos era mais empregado por aquelles, emquanto estes preferiam o segundo. Ainda du-

---

[1] George Salles — *L'institution des Consulats, son origine, son développement au moyen-âge chez les differents peuples.*

rante a edade média, outras designações foram empregadas em referencia a esses mesmos magistrados. Assim, os genovezes em Chypre e os venezianos na Thessalia, chamavam *rectores* aos chefes das colonias que possuiam no seculo XIV naquellas regiões; os aragonezes intitulavam *alcaldes* os consules que mandavam a Tlemcem e a Tunis nessa mesma epocha; *governadores de mercantes* era o nome porque eram conhecidos em Flandres os individuos a quem os inglezes alli delegavam os poderes de proteger os compatriotas e seu commercio. No seculo XIII, os allemães e os hespanhoes mantinham procuradores nessas regiões com identicos encargos. No seculo immediato o duque de Lorena e Brabante concedia aos mercantes allemães o privilegio de eleger um *capitão* ou *consul* [1].

A's mais altas auctoridades da metropole incumbia a nomeação dos consules; ás vezes, entretanto, faziam-se excepções, permittindo que os embaixadores extraordinarios, os conselhos municipaes e até uma associação financeira como o *Banco S. Jorge* tivessem esse direito. Em 1268, o rei de Aragão concedia-o a dois burguezes de Montpellier, os quaes, enviados em missão diplomatica a Alexandria, podiam

[1] G. Salles — *Obra citada.*

*

crear no Egypto os consulados que julgassem necessarios aos interesses aragonezes nesse paiz [1]. O Conselho Municipal de Barcelona gosou de prerogativas mais extensas, porquanto não só designava os consules que deviam servir no Egypto e na Syria, como tambem os que iam exercer egual cargo em todas as Escalas do Levante, na Italia, no sul da França e na propria Bruges [2]. Barcelona era ciosa d'esse direito, que reclamava, se por acaso o rei se esquecia de tal formalidade, e nunca o soberano deixou de approvar a escolha do funccionario indicado pelos conselheiros municipaes e de immediatamente dar-lhes posse das regalias do seu titulo [3]. Em certas colonias,

---

1 Esses embaixadores do rei de Aragão receberam, segundo Capmany, cinco mil vintens para gastos de sua missão.

2 G. Salles — *Obra citada.*

Só na Sicilia, Barcelona instituira tres consulados, cujas sédes eram Palermo, Messina e Trapani e varios vice-consulados em outros pontos d'essa ilha. No tempo do seu explendor, a emprehendedora e mercantil cidade condal chegou a ter cincoenta e cinco consulados no Oriente e no Occidente. (Depping — *Obra citada*).

3 G. Salles — *Obra citada.*

Tendo-se commettido alguns abusos nos consulados do Levante, Barcelona tratou de impôr uma outra regulamentação á chancellaria que tinha em Alexandria. Desde então o consul era nomeado por tres annos; se elle era homem honesto e contava com a sympathia dos mercantes, podia ser reeleito. Ao consul era prohibido ter uma taverna, vender vinho, alugar aos extrangeiros lojas no *fondaco,* que devia reservar absolutamente para os catalães, e permittir que a elle fossem judeus ou mulheres de má vida. Alem d'isso era obrigado a estar na alfandega todo o dia para assistir á verificação das mercadorias (Capmany — *Obra citada*).

os mercantes que nellas se fixavam elegiam os consules. Os Estatutos de Marselha, por exemplo, consignavam que, havendo marselhezes estabelecidos em um paiz, podiam escolher entre elles um consul, se tal funccionario alli não existisse, sendo porém necessario haver pelo menos dez marselhezes nessa localidade. O funccionario assim eleito tinha o mesmo poder que os consules nomeados pelo governo de Marselha e não podia recusar esse cargo, sob pena de uma multa de dez mil libras reaes coroadas, salvo se os seus concidadãos julgassem a sua recusa acceitavel [1].

Os genovezes tinham em Soldaïa um consul designado pela metropole, mas se este fallecia, os conselheiros addidos á chancellaria e á communa mercante tinham a faculdade de eleger um consul provisorio até que Genova mandasse outro [2]. A colonia que os venezianos fundaram em Tana escolheu tambem um consul para cuidar dos seus interesses. Essa nomeação foi provisoria, porquanto, dois annos depois, a Republica das lagunas para alli enviava um funccionario d'essa categoria [3]. Os consules geraes podiam nomear tambem titulares aos consulados e vice-consu-

---

1 A. Fabre — *Histoire de Marseille.*
2 Depping — *Obra citada.*
3 G. Salles — *Obra citada.*

lados de seus districtos. Alguns consules foram nomeados pelos soberanos, junto aos quaes estavam acreditados. Conta-se que em 1251, Fernando, rei de Castella, concedeu aos genovezes o privilegio de lhe apresentarem dois de seus compatriotas de comprovada honradez, afim de que elle lhes desse jurisdicção consular em seu reino [1]. Em Napoles a escolha dos chefes das colonias extrangeiras era officiosamente levada ao conhecimento do soberano para que este a approvasse. Esse facto explicava-se pelo interesse que tinham os que nellas residiam, de que seus negocios fossem patrocinados por pessoas gratas á corôa. As honrarias, gratificações e missões de que os reis anjuvenses encarregavam os consules provam a sympathia que lhes dispensava a côrte. Tanto proveito tiravam seus compatriotas d'essa amizade por seus consules, que estes, ao contrario do que se passava no Oriente, guardavam seu logar no reino por muito mais tempo. Georgio de Giovanni Marino foi consul de Veneza em Napoles, durante sete annos, Marino Ziorgi, mais de oito, e Rinaldo de Domibus, alli representou os catalães desde 1307 a 1328 [2].

Para exercer a magistratura consular o funccionario não era obrigado a pertencer ao

---

[1] G. Salles — *Obra citada.*
[2] G. Yver — *Obra citada.*

paiz que ia representar. A's vezes, havia serias difficuldades em nomear para essas funcções um individuo da metropole. Então, como actualmente, para logares de somenos importancia, confiava-se a protecção dos mercantes, da gente do mar que frequentava os portos extrangeiros, e dos nacionaes habitando alli, a um personagem influente da localidade. O Estatuto de Gaeta prohibia, comtudo, que os extrangeiros fossem consules em sua cidade, cargos que reservavam para os filhos d'essa communa [1]. O mais geral era, porém, que os agentes consulares fossem cidadãos dos paizes, cujos interesses tinham de salvaguardar no exterior. Não havia classe social que não podesse aspirar ao consulado. Entretanto, este quasi sempre se concedia aos mercantes mais altamente situados ou aos nobres [2].

Logo que um consul era escolhido, muniam-no de cartas de *provisão*, afim de poder exercer seu mandato, e quando partia da me-

---

1 G. Yver — *Obra citada.*

2 Florença designou para esse posto, entre outros, aos Bardi, aos Peruzzi, aos Acciajuoli; Veneza, aos Grioni, aos Giorgi, aos Quirini, aos Loredano; Genova aos Doria; Marselha aos Montelieu e Vivand, personagens que pertenciam ao que de mais illustre havia em sua patria.

George Salles — ao qual tantas vezes nos temos reportado — diz que já naquella epocha o empenho, as calorosas recommendações eram uteis, senão indispensaveis para obter uma collocação, e que na edade média os aspirantes a consules, tanto como hoje, precisavam do apoio dos individuos influentes.

tropole recebia instrucções sobre a conducta a seguir e tambem carta de recommendação ou de credito para o Estado, em que ia habitar, ou para os seus futuros subordinados. Ignora-se se era preciso *exequatur* para que o consul podesse entrar em funcções ao chegar á sede do seu consulado, mas presume-se que isso não lhe era permittido, sem, ao menos, o consentimento tacito das auctoridades locaes. Ao empossar-se do cargo, esse funccionario reunia habitualmente os compatriotas e depois de ler sua carta-patente, jurava sobre os Evangelhos dispensar-lhes, a suas pessoas e bens, toda a protecção, e dar-lhes hospedagem. A essa formalidade juntava-se uma outra algumas vezes, e era o juramento prestado aos principes ou chefes das cidades, onde tinha jurisdicção [1]. O consul era obrigado muitissimas vezes, a proteger individuos extrangeiros residentes nas colonias que estavam sob sua alçada, os quaes, não tendo quem lhes defen-

---

[1] G. Salles—*Obra citada.*

O bailio de Tyro, ao entrar em funcções prestava juramento sob a seguinte formula: «Juro sobre os Santos Evangelhos que farei justiça a todos os que estão debaixo da jurisdicção veneziana na cidade de Tyro, e a todos os que comparecerem perante mim, segundo os usos e costumes da cidade, e se elles não tiverem d'isso conhecimento, eu me regularei sobre o que me parecer justo e me for apresentado e allegado pelas partes». Alli, o bailio não julgava de accordo com a lei veneziana, porque Tyro sendo um paiz conquistado, aquelle magistrado era o juiz de todos os burguezes do quarteirão e não apenas consul dos mercantes venezianos. (Depping—*Obra citada*).

desse os interesses, reclamavam sua intervenção. Aos peregrinos que frequentavam as Escalas do Levante, era, no seculo XIV, o consul de França quem os protegia no Egypto [1].

Quando tratamos dos principados francos da Syria, nos referimos aos *fondachi*, estabelecimentos que no Oriente hospedavam os mercantes que alli aportavam. No Occidente, sobretudo na Italia, esses mesmos edificios chamavam-se *loggias*. Elles eram residencia do consul e pessoal do consulado, e serviam tambem, como dissemos, de hospedaria, tribunal aos mercantes, e entreposto aos artigos de commercio; constavam de muitas lojas, casas de banho, forno, e tinham em annexo uma egreja com um cemiterio. A architectura variava segundo as regiões. Em certos logares como em Negroponto e em Thessalonica, o *fondaco* compunha-se de varios corpos, morando em um d'elles o consul, em outro, os conselheiros consulares, e nos restantes, os membros da colonia [2].

Os consules tinham geralmente um certo numero de auxiliares para o bom andamento

---

[1] G. Salles — *Obra citada.*

[2] Em Alexandria, os catalães possuiam um vasto *fondaco;* os venezianos, dois, de menores dimensões; o dos genovezes era muito grande e estava repleto de mercadorias preciosas; os mercantes de Ancona, Napoles, Marselha e Constantinopla tinham identicos estabelecimentos, mas de tamanho menor. No seculo XV, Breydenbach, no

dos serviços de chancellaria e tribunal — *curia consulis*. Geralmente, o seu substituto era o vice-consul ou *vigario*.

Além dos assessores ou conselheiros do consulado, havia tambem um chanceller — *notarius* — que recebia ordenado. Este acompanhava o consul no exercicio dos differentes actos, tinha sob sua guarda o sello da colonia, occupava-se com o registo dos documentos, o livro da matricula de seus patricios, e o das entradas de navios; emprehendia viagens no districto consular para munir-se das provas necessarias á avaliação das perdas e damnos reclamados por seus compatriotas; assistia ás vendas effectuadas por seu chefe e cobrava os direitos que este fixava [1]. Um sargento — *ser-*

---

decurso de uma viagem que fez ao Egypto, conta ter visto nesse paiz *fondachi* turcos, mouros, ethiopes e tartaros. Independente das mercadorias, vendia-se nelles escravos dos dois sexos; aquellas, principalmente as especiarias, transportavam-se no dorso de camellos, dos *fondachi* ao porto. Prepostos turcos ahi esvaziavam todos os saccos para se certificarem que, com as especiarias, não iam estófos preciosos. Ao anoitecer, os sarracenos fechavam todos os *fondachi* e os christãos ficavam alli prisioneiros até o dia seguinte. (Depping — *Obra citada*).

[1] G. Yver — *Obra citada*.

O chanceller florentino em Constantinopla redigia o processo das eleições, das audiencias, das sessões do Conselho e fazia a' escripturação da receita e despeza. Os genovezes e venezianos em suas colonias importantes não delegavam a fiscalização das finanças aos chancelleres. Nomeavam para isso dois agentes especiaes para cada consulado; os de Veneza chamavam-se *camareiros*, e os de Genova *maceiros* ou *bolsistas*.

viens ad maczam — servia de ordenança ao consul, quando este sahia; officiaes ás ordens d'este funccionario procuravam os delinquentes submettidos á sua jurisdicção e encarceravam-nos em uma prisão especial [1].

Os consules de maior importancia, como por exemplo o que Veneza nomeava para Tana, tinham no decimo quarto seculo um capellão, quatro criados, quatro cavallos, um *drogman*, e dois trombeteiros. Davam-lhe para gastos de representação cento e cincoenta sequins mensaes, quantia proveniente do aluguel de casas, de multas, ou, na falta de taes rendas, paga pelo thesoiro da nação. Os consules d'essa categoria eram mais do que simples agentes commerciaes, pois tinham attribuições de governadores das colonias que possuia seu paiz no extrangeiro [2]. Em certas cidades havia addidos aos consulados, pezadores juramentados — *ponderatores* — incumbidos pelo consul de irem nos dias de mercado e, particularmente, na

---

[1] G. Yver — *Obra citada.*

[2] Depping — *Obra citada.*

Os consules genovezes em Trebizonda e nas colonias do Ponto tinham um *drogman* que devia residir no Cairo, afim de prestar auxilio aos peregrinos que alli aportavam. Os consules eram obrigados a ter um trem de casa consideravel, de accordo com sua importancia : geralmente dois ou tres criados, dos quaes um sabia escrever ; ás vezes cinco ou oito famulos, mais um cozinheiro e dois palafreneiros. Isto succedia em Tunis, Alexandria, Chypre, Constantinopla e na Syria. (G. Salles — *Obra citada*).

epocha das grandes feiras, medir e pezar as mercadorias compradas ou vendidas pelos extrangeiros. Os documentos venezianos mencionam este facto: «cum Venetorum consules qui preteritis temporibus tam in civitate Trani quam in Regno Siciliæ existiterunt, consueverunt ponderatores statuere...» [1]. Os genovezes nas suas colonias do Ponto Euxino davam ao consul o direito de nomear nas cidades menos importantes funccionarios da classe dos syndicos encarregados de assignalar áquelle as irregularidades commettidas pelos *ministros*, uma outra ordem de empregados consulares [2]. Em Alexandria, os consules tinham sob sua direcção o *fundicarius*, uma especie de intendente encarregado da administração material do *fondaco;* elles mantinham tambem nas alfandegas um official cujo mister era defender os interesses de seus patricios contra as exigencias d'aquellas [3]. Os catalães conservavam em Tunis um official da alfandega que os representavam nessa repartição [4]. Os conselheiros que serviam nos consulados tinham em muitos lugares, além do caracter consultivo o de ponderadores do poder do consul, que nada podia decidir sem que o seu voto formasse maioria com o d'aquelles. Ainda assim, ao con-

---

[1] G. Yver — *Obra citada.*
[2, 3 e 4] G. Salles — *Obra citada.*

selheiro dissidente era facultado appellar — salvo nos processos criminaes em que a decisão da maioria era irrevogavel — para uma assembléa de doze pessoas distinctas da colonia [1].

As attribuições dos consules eram de duas especies. Elles representavam para seus compatriotas um administrador, um protector e um juiz, ao qual deviam acatar como o representante da mais alta auctoridade da metropole e sua jurisdicção estendia-se não só ao *fondaco*, mas a toda a região que lhe estava submettida. O Estatuto de Gaëta consigna que o consul deve prestar todo o auxilio a seus concidadãos, afim de protegel-os contra as injustiças e os abusos de qualquer especie, esforçando-se para que seus contractos commerciaes sejam revestidos de todas as garantias. Se algum dos seus compatriotas fosse chamado ao tribunal, o consul tinha por obrigação reclamar a causa para ser julgada por elle. Os officiaes estavam intimados a prestar-lhe todo o auxilio e protecção requeridos. Os que tinham de ser julgados deviam pagar-lhe o que se estabelecera em cada paiz ou consulado para assumptos d'essa natureza. A's partes estava reservado o direito de reclamar um arbitro, que podia ser um mercante ou homem do mar, se se tratava de um negocio

[1] G. Salles — *Obra citada.*

maritimo. Esses arbitros actuavam de accordo com o que o consul designava e tomavam conhecimento da questão, segundo um relatorio oral ou escripto, á vista do qual decidiam. Passando ao julgamento, a sentença era proferida submettendo-se o juiz á maioria. Se se tratava de uma consulta juridica, o consul devia deferir o pedido dos interessados e remetter os autos ao estudo de um jurisconsulto insuspeito, e conformar-se com a opinião por este emittida. A sentença era então executoria e sem appello. Applicava-se a assumptos de identica natureza os mesmos tramites que para o regulamento dos processos commerciaes. Evitava-se assim despezas e demoras que forçosamente se dariam, se se praticasse o andamento commum. Os consules procediam rapidamente, sem apparelho juridico e commercialmente—*mercantiliter* [1]. Nos consulados genovezes, quando a metropole não dava instrucções especiaes, seguia-se habitualmente as leis romanas. Em Caffa, por exemplo, se o consul, por suas muitas occupações, não podia julgar as causas civis, havia a praxe seguinte: as partes elegiam dois ou quatro arbitros, que por aquelle eram intimados a acceitar essa commissão. Esses arbitros não podiam ser parentes de um dos interessados

[1] *Estatuto de Gaëta*, citado por G. Yver.

até o 3.º grau canonico inclusive, a menos que as partes nisso concordassem. O julgamento fazia-se por maioria. A sentença era definitiva, e ainda mesmo quando, não tendo podido formar maioria, o consul e os seus conselheiros nomeavam um arbitro supplementar para a conseguir [1].

Além da plena jurisdicção em causas civis, os consules tinham tambem o privilegio de julgar no crime. Mas ahi as auctoridades do paiz em que residiam, impunham-lhes mais ou menos restricções. Em casos de injuria, rixa e actos que não tivessem como consequencia derramamento de sangue, ao consul cabia pronunciar-se sobre o castigo a dar ao delinquente. Quando, porém, o delicto era de maior gravidade, quando se tratava de verdadeiros crimes, geralmente os juizes locaes avocavam o direito de punir. Nas causas de traição, os consules tiveram quasi sempre qualidade para julgar. Chypre, Tunis, Tyro, a Hungria, a Polonia, a Bulgaria e a Servia outorgaram continuamente esse privilegio aos consules genovezes, venezianos e catalães [2]. Para conciliar os interesses do poder local com as garantias aos extrangeiros, constituia-se em alguns pontos tribunaes mixtos formados pelos consules e os juizes do dis-

[1] e [2] G. Salles — *Obra citada.*

tricto. Os quatro procuradores que a Hespanha e a Allemanha mantinham em Flandres para proteger os mercantes, seus compatriotas, formavam com quatro membros da edilidade, um tribunal mixto que julgava tanto no civil como no criminal, não só as questões entre hespanhoes e allemães como entre estes e os habitantes do paiz [1]. Bem que em muitos logares se reconhecesse ao consul competencia para decidir os conflictos entre os seus patricios e os extrangeiros, parece, todavia que, na maior parte, ella apenas se restringia aos processos em que litigavam só seus nacionaes. A's attribuições de juiz, os consules juntavam as de notario publico. Na sua chancellaria redigiam-se testamentos, contractos de sociedade, procurações, protestos de avarias, actos de compra e venda, emprestimos, nomeações de peritos, tutores, curadores etc. O consul tinha tambem o direito de recolher a herança de seus compatriotas, mortos *ab-intestato*, de proceder ao inventario, de liquidar a herança e entregal-a aos herdeiros.

O consul não era só o guarda zeloso dos tratados commerciaes concedidos á sua patria; devia esforçar-se tambem para que novas franquias lhe fossem dadas. Os consules da França, em todos os casos que diziam respeito ao commercio em geral, convocavam uma assembléa

1 G. Salles — *Obra citada.*

composta de mercantes, capitães e mestres de navios de sua nacionalidade, obrigados a tomarem parte nella, sob pena de multa, e elaboravam um relatorio que remettiam ao tenente do Almirantado e á Camara de commercio de Marselha, narrando o que se havia passado nas reuniões. Além d'esses relatorios, os consules preparavam outros, informando ao seu governo quaes os pontos fóra do seu districto, onde seria util estabelecer novas colonias susceptiveis de prosperar commercialmente. Aos mesmos magistrados, incumbia notificar as leis de sua patria em assumptos de commercio, e todas as alterações que nellas se fossem dando. Quando os negociantes tinham conhecimento d'essa legislação, impunham-lhes, penas e multas, se faltavam a qualquer de seus artigos. O consul representava algumas vezes o papel de agente financeiro, sendo-lhe permittido contrahir emprestimos em beneficio da colonia com os extrangeiros ou os seus patricios. Quem respondia por essas dividas era sempre a metropole [1]. O consul vigiava tambem para que os direitos aduaneiros e mais taxas fiscaes fossem pagos, e infligia multas aos commerciantes reincidentes [2]. Em certos paizes elle tinha exquisitas

---

1 G. Salles — *Obra citada.*
2 G. Yver — *Obra citada.*

obrigações. Assim, todo o consul residente no Egypto era forçado a comprar ao soldão uma grande quantidade de pimenta por um preço muito acima do valor real. Ao vender essa mercadoria, é claro que seu comprador perdia sempre [1]. Ao consul estava tambem reservado um poder disciplinar a bordo dos navios. Se durante a viagem ou no porto se davam rixas entre marinheiros, elle, ao saber do que se havia passado, ordenava a prisão do delinquente até que este fosse julgado, segundo a lei da sua nação. Junto ás auctoridades a que estavam acreditados, os consules serviam de intermediarios aos compatriotas para apresentar suas reclamações e defender-lhes os interesses. Era a esses funccionarios que os soberanos notificavam as ordenanças, os editos e todas as medidas legislativas que interessavam o commercio e os mercantes [2]. A elles tambem competia assistir ao registo por acto notarial dos privilegios outorgados a seus nacionaes, e ao pagamento das indemnisações a que estes tinham direito quando soffriam qualquer damno.

O consul gosava de diversas regalias e honras: permittia-se-lhe, assim como ás pessoas de sua comitiva, usar armas; um protocollo re-

---

[1] G. Yver — *Obra citada.*
[2] G. Salles — *Obra citada.*

gulava o logar a que tinha direito durante as cerimonias, e em certos paizes gozava de franquia para determinados artigos de seu uso. Ao tomar conta do seu posto fazia uma vizita ao soberano ou á auctoridade suprema da cidade, se o consulado não funccionava na capital. Independente d'isso, podia solicitar uma audiencia todas as vezes que tinha uma questão com o governo local. Entretanto, o numero d'essas audiencias era algumas vezes limitado. Assim, o soldão do Cairo recebia os consules venezianos apenas dez vezes annualmente. Uma das prerogativas que mais ciosamente reivindicaram os consules foi a da irresponsabilidade nos delictos praticados por seus compatriotas. Em muitas occasiões, porém, esse privilegio, que o direito consagrara, foi desconhecido no Egypto e nas possessões em que os soldãos dominavam. Estes principes aprisionaram consules, responsabilizando-os pelas dividas e actos dos seus nacionaes, mesmo quando eram corsarios os que praticavam os abusos e os crimes [1].

[1] Em 1302, um comboio de escravos, que se destinava a Alexandria, tendo sido capturado em Creta, o emir egypcio encarcerou o consul veneziano naquella cidade. Veneza recorreu então a um extranho proceder: o de nomear outro consul para substituir o que estava impedido de exercer suas funcções. O emir recusou o novo funccionario, e o debate só se resolveu passados dois annos. Casos identicos se repetiram alli com consules de outras nações. (Heyd — *Obra citada*).

*

Em certas residencias, elle era quasi um verdadeiro embaixador, e procurava desfazer as intrigas dos seus collegas de outros paizes, que se esforçavam em obter vantagens para sua patria. Veneza salientou-se por seus consules-diplomatas. No seculo XIII, essa republica manteve em Negroponto uma serie de bailios que foram considerados como verdadeiros estadistas e que conseguiram a supremacia politica do seu paiz na ilha [1]. Para as despezas da chancellaria, subsistencia e representação, os consules percebiam emolumentos, que variavam segundo os paizes e os consulados. Geralmente, sobre as mercadorias importadas ou exportadas para a sua patria, elles só cobravam os direitos, que lhes deviam fornecer a renda necessaria. Outras vezes, porém, essas duas especies de commercio eram gravadas e os emolumentos, determinados por uma tarifa desegual para cada uma d'ellas. Na legislação

---

1 G. Salles — *Obra citada.*

Em Napoles, taes funccionarios chegavam a quebrar as relações com o soberano, quando suas reclamações não eram attendidas. Conta-se que um consul veneziano naquelle reino, tendo sido roubado pelos provençaes, não conseguira que sua queixa fosse ouvida pelo soberano e desesperado por esse pouco caso, ordenara, sob sua propria auctoridade, a todos os seus compatriotas que abandonassem immediatamente Napoles, e ameaçara áquelle principe de fazer recommendação egual aos que habitavam as outras provincias da Italia meridional. Foi preciso que João XXII, então o suzerano do reino, escrevesse ao doge promettendo dar satisfações para que essa medida fosse revogada. (G. Yver — *Obra citada*).

catalã as mercadorias trocavam-se *ad valorem*, bastando para tal a simples declaração do capitão ou mercante, feita sob juramento, á chegada ou partida do navio, indicando-lhes o valor [1]. Em algumas localidades a alfandega encarregava-se d'esse serviço. Assim, em Constantinopla, ella cobrava 2 % sobre as mercadorias dos aragonezes e dava a metade ao consul. Em Alexandria, o funccionario recebia apenas quatro dinheiros por libra, sendo dois sobre os artigos importados e dois sobre os exportados [2].

Algumas vezes a tarifa dos emolumentos consulares foi deixada ao arbitrio dos consules, mas usualmente regulamentava-se na metropole ou cobrava-se d'accordo com os mercantes [3]. Estipulava-se direitos quasi sempre em $^{2}/_{3}$ %. Era essa a somma arbitrada aos consules de Barcelona; mais tarde, porém, esta cidade reduziu essa taxa em mais de uma occasião, acabando por conceder ao consul

---

[1] G. Salles — *Obra citada.*

[2] Depping — *Obra citada.*

O rei de Aragão queixou-se ao de Tunis que desde 1307 a 1314 não recebia a metade dos direitos pagos á alfandega pelos catalães, a qual lhe tinha sido cedida por este, e que a seus consules em Tunis e Bugia não permittiam retirar da mencionada repartição a pensão mensal que lhes fôra estipulada em tratados, no valor de cincoenta *bezantes* para o primeiro e vinte e cinco para o segundo. (Max Latrie — *Obra citada*).

[3] G. Salles — *Obra citada.*

$^1/_2$ $^0/_0$. No seculo XV, entretanto, Barcelona determinou que o consul catalão percebesse sobre o valor das mercadorias pertencentes aos aragonezes 1 $^0/_0$, com excepção do oiro e da prata que estavam tarifados em $^1/_2$ $^0/_0$ [1].

Em portos pouco frequentados, augmentavam-se os direitos sobre as mercadorias entradas ou sahidas, afim de que a renda chegasse para os gastos de chancellaria e subsistencia do consul. Mas não eram só as mercadorias que pagavam direitos; os navios tambem estavam sujeitos a essa disposição até quando faziam uma curta escala no porto; a taxa incidia sobre a tonelagem. O consul narbonnez em Pisa cobrava por um navio trinta vintens, vinte por uma *taride*, e dez, por uma barca. O consul catalão em Alexandria fazia pagar uma libra e doze *quirates* por um navio de duzentas ou trezentas toneladas, uma libra por embarcação de cem toneladas, e doze *quirates* sómente por barcos de tonelagem inferior [2].

Bem que o costume fosse pagar os consules com os emolumentos dos consulados, nações houve outr'ora, que deram ordenados fixos a esses funccionarios, como Genova e Veneza. O bailio veneziano residente em Constantinopla ganhava 2:025 ducados da epocha e o seu

1 Depping — *Obra citada.*
2 G. Salles — *Obra citada.*

collega em Chypre, 4:000 [1]. Pelos Estatutos de Marselha parece que o consul d'essa communa só tinha direito a exigir taxa consular sobre as sommas em litigio perante o seu tribunal, e, as multas que impunha aos que perdiam a questão [2]. O consul florentino em Veneza tinha 4 $^0/_0$ sobre os contractos e vendas, e 4 $^0/_0$ sobre os cambios [3]. Além d'esses direitos, os funccionarios consulares cobravam os de sello para os actos passados em sua repartição e recebiam em nome da colonia a renda do aluguel das lojas, casas e terrenos, as entradas nos *fondachi*, os lucros da gestão do forno e varios outros emolumentos, taes como a parte que tocava á communidade colonial nas heranças de seus membros, mortos *ab-intestato* [4]. A commissão dos consules limitava-se quasi sempre a um certo periodo; alguns d'elles eram mandados por seus respectivos paizes exercerem o emprego durante um anno, outros, durante dois, tres ou quatro. Em condições especiaes, essa missão prolongava-se mais.

Os consules podiam ser demittidos, mas poucas vezes a metropole usava d'essa medida. Ella só a applicava, quando faltas graves se tinham dado. Em 1459, um gerente do consu-

---

1 e 2 G. Salles — *Obra citada.*
3 Depping — *Obra citada.*
4 G. Salles — *Obra citada.*

lado que Barcelona mantinha em Alexandria, foi exonerado pelo rei de Aragão, por ter extorquido a seus compatriotas direitos indebitos e ter commettido varias injustiças contra elles [1].

Da rapida exposição que fizemos do que era a instituição consular na edade média, resalta a importancia do papel que os consules representaram nessa epocha no Oriente, na Africa e nas cidades mediterraneas, esforçando-se pelo desenvolvimento das colonias que os seus compatriotas tinham fundado em differentes pontos, conseguindo tratados favorecedores da navegação e do commercio, procurando franquias e privilegios para os seus mercantes e influencia politica e economica para o seu paiz.

Elles não foram, pois, simples agentes commerciaes: as suas funcções tiveram mais largueza na maioria dos casos. E consules houve, sobretudo venezianos, genovezes e florentinos, que foram verdadeiros embaixadores, habeis diplomatas e notaveis estadistas.

Nos tempos modernos, a instituição consular perdeu quasi todas as antigas prerogativas e seu papel passou a ser de ordem secundaria. Os interesses dos soberanos e favoritos determinaram a creação de faustosas missões, que

---

1 G. Salles — *Obra citada.*

iam ás côrtes extrangeiras fazer e desfazer intrigas para preparar aventuras politicas ou consolidar dynastias, que raras vezes correspondiam á conveniencia do povo. Como na antiga Roma, a aristocracia despresava a carreira commercial, que achava aviltante. A grandeza das republicas italianas firmada por mercadores não era uma lição. Obedecendo a esse sentir, o consul foi considerado um funccionario de pequeno valor. Seu cargo, que o obrigava a cuidar de coisas mercantis, a tratar com os humildes, a viver tão terra a terra, não lhe devia dar direito a pretender regalias nem a ter aspirações. O titulo de consul começou a ser barateado. Os differentes paizes deram-no a funccionarios enviados para unicamente exercer esse officio e a individuos commerciantes ou banqueiros enriquecidos, quasi sempre extrangeiros á nacionalidade que representavam, ignorando muitissimo do que a ella se referia e ciosos d'essa dignidade, apenas para envergar um vistoso uniforme, ter escudo e bandeira á porta da sua habitação, assistir a recepções officiaes e eximir-se de certos tributos na cidade, em que residiam. Assim a confusão mais se estabeleceu entre os que pertenciam á verdadeira magistratura consular e os que eram meramente adventicios a esta. A reacção, porém, começa felizmente a fazer-se. As ideias hodiernas não podem coexistir com formulas

obsoletas. O futuro da diplomacia pertence aos consules. Resta aos governos escolher e preparar o pessoal, que deve ingressar na carreira para tornal-a apta ao cumprimento dos brilhantes serviços, que é chamada a prestar. O espirito esclarecido do grande Talleyrand já consagrava esses principios quando dizia: «as attribuições do consul são tão variadas e differem tanto das dos outros funccionarios, que por si só exigem uma porção de conhecimentos praticos e uma educação *esmerada* e *especial.* Os consules são os unicos que podem dar aos seus governos as informações mais precisas e concretas sobre as decisões que devem tomar tanto em politica como em commercio, isto é, como *agentes diplomaticos* e como *agentes commerciaes.*»

CAPITULO VI

Amalfi — Pisa

I Fundação e situação de Amalfi; importancia commercial d'essa communa; suas feitorias na Syria, Egypto, Chypre e Constantinopla; os amalfitanos na Sicilia, em Napoles e na Apulia e os negocios a que se dedicavam; moedas. — II Pisa na antiguidade. Sua prosperidade mercantil na edade media — Os pisanos nas Cruzadas — As colonias que estabeleceram no Oriente — Suas relações com os principes africanos — Taxas aduaneiras que os pisanos pagavam na Africa — Artigos de importação e exportação — Os pisanos no reino anjuense — Decadencia politica e commercial da communa pisana.

Amalfi (primitivamente chamada *Malphia* e depois *Amalphis*), cidade maritima, que teve sua epocha de celebridade, está situada na costa occidental do golfo de Salerno. Diversas lendas nascidas no espirito poetico e ardente imaginação d'esses italianos do sul — historiam sua origem. Investigadores, porém, dotados de caracter mais scientifico, affirmam que a fundação da patria de Flavio Gioja se deve a uma colonia de emigrantes romanos, que em

viagem para Bysancio, recentemente fundada por Constantino, haviam naufragado naquellas paragens e decidido alli fixarem residencia, seduzidos pelo encanto do logar e pela liberdade que gosavam, longe da perseguição dos barbaros que então devastavam Roma.

A posição de Amalfi era maravilhosa, o ar purissimo e embalsamado pela fragancia das flores que adereçavam seus valles e bosques, a temperatura doce e o clima amenissimo. Nas encostas das montanhas que formavam o fundo da paisagem, as aldeias espalhavam-se alegres e operosas. Na parte plana, onde habitava toda uma população de marujos e de mercantes, a cidade fortificara-se contra as invasões, munindo-se de torres, de portas e de muralhas. Na força de suas armas escudava sua defesa; no desenvolvimento do seu commercio baseava sua prosperidade [1]. Muratori assegura que nos ultimos tempos dos romanos, um grande numero de mercadorias, provenientes das Indias Orientaes, passando pelo mar Vermelho ou pela Persia, chegavam ao

---

[1] Roma engrandeceu-se com as armas e o trafico deu a Amalfi os meios para se manter independente e rica; emquanto uma parte dos seus concidadãos defendia a nação com as armas, a outra encontrava no commercio o caminho para o engrandecimento do paiz. Por isso tornou-se rica e poderosa no mar, o que a levou a longinquas e ignotas regiões. (Matteo Camera — *Storia della Cittá e costiera di Amalfi*).

Egypto, onde os amalfitanos auferiam bellos lucros nas exportações para o Mediterraneo. Amalfi fizera parte do exarchado de Ravenna; alliada a Napoles e Gaeta derrotara em 847, perto de Ostia, os sarracenos que ameaçavam Roma e em 876 e 890 alcançara novas victorias. Napoles e Gaeta, tendo cahido em poder dos normandos, Amalfi poude evitar essa sorte e recobrar uma certa independencia, ainda que reconhecesse a suzerania dos imperadores gregos. Constituiu-se em republica. A suprema auctoridade estava nas mãos de um magistrado eleito annualmente pelo voto popular. Esse chefe de governo teve varios titulos: prefeito, conde, duque [1].

A primitiva população amalfitana dedicava-se á pesca. O mar que banhava o seu paiz seduzira-a para maiores aventuras e levara-a a emprehender diversas expedições maritimas, que se tornaram tambem emprezas commerciaes. O seu poder naval foi assim crescendo. A administração da communa creou uma Côrte do Supremo Almirantado, incumbida de mandar construir as naves, de concertar as que necessitavam de reparos e de preparal-as para a defesa do Estado, assim como para o transporte das mercadorias. Sob o dominio

[1] Lanzani — *Storia dei Comuni Italiani.*

anjuense, os Almirantes decahiram um tanto de sua primeira dignidade. Nessa epocha tinham o nome de *Protontini*, em vez de Almirantes [1].

Foram os amalfitanos, entre os povos da Italia, os que primeiro traficaram com o Egypto e a Syria. Entretanto, os documentos que poderiam illustrar a historia de Amalfi e por consequencia dar elementos para melhor se conhecer os principios do commercio entre a Peninsula e o Oriente perderam-se em sua maioria. Os seculos X e XI foram os de maior florescencia para Amalfi, que fazia um extenso trafico e visitava varios portos do Mediterraneo, da Africa e da Asia. Referindo-se a essa expansão, Matteo Camera, o historiador de Amalfi, diz que era mistér serem os filhos d'essa terra, justos, moderados e de costumes simples para terem podido exercer em tantas e tão differentes nações, um trafico continuo, seguro e tranquillo [2].

---

1 Matteo Camera — *Obra citada.*

2 A epocha florescente do commercio de Amalfi coincide com os primeiros tempos da edade media. Logo que em Salerno, a sciencia arabe se poz em contacto com a occidental e christã, Amalfi foi o centro para o mercado dos artigos do Oriente e do Occidente. Os arabes ahi traziam os productos industriaes levantinos e recebiam em troca os dos occidentaes para os levar a seu paiz; d'esse ponto os amalfitanos transportavam os generos europeus ás cidades maritimas da Africa Septentrional e da Syria. (Heyd — *Le Colonie Commerciali degli Italiani in Oriente nel Medio Evo*).

O commercio contribuiu para que os amalfitanos e os musulmanos tivessem boas relações de amizade. Em 871, elles frequentavam a côrte do principe africano Mohammed-ibn-Ahmed. Sabe-se tambem que possuiram uma colonia em El-Mehdia, o porto de Kairwan. A convivencia com essas populações mahometanas preparou necessariamente o favoravel acolhimento que os filhos de Amalfi tiveram em seguida no Egypto e na Syria. No seculo x encontram-se nas bahias de Alexandria e de Beiruth navios amalfitanos que não só se occupavam do transporte dos peregrinos como da importação e da exportação das mercadorias.

Guilherme de Tyro, o chronista das cruzadas, informa que os amalfitanos foram os primeiros que introduziram na Syria mercadorias extrangeiras, que o Oriente desconhecia. E já antes d'elle, Guilherme Apuli descrevia assim Amalfi, em versos enthusiastas:

Questa cittá di popoli e ricchezza
Abbonda; e sfolgoreggia in vesti, argenti
Ed oro, quanta mai altra qualunque
Cittá formosa. In numero ha nocchieri
Bramosi di sfidar venti e procelle;
E in Alessandria vanno, e cento lidi
Remoti; a che d'Africa son contï.
«Agl' Indi, ai Sicli, agli or Arabi mari
«Recan dovizia; e fanno in cambio acquisto
«Di paesane merci. In ogni terra
«Questa cittá di maraviglia é nome».

Muito antes das Cruzadas, os amalfitanos possuiam nas cidades maritimas da Syria estabelecimentos, onde se hospedavam, quando iam a esses portos. Do kalifa do Egypto com quem mantinham relações de amizade, conseguiram que um logar lhes fosse destinado em Jerusalem para o mesmo fim. Nos terrenos, que lhes doaram no quarteirão dos christãos, construiram o convento de *Santa Maria della Latina* que servia ao culto religioso e era tambem hospedaria para os mercantes e viajantes amalfitanos. Alli edificaram um convento de monjas para as mulheres, que iam em peregrinação á Palestina, e uma casa para recolher todos os peregrinos doentes ou sem recursos pecuniarios, qualquer que fosse sua nacionalidade. Essas instituições, parece, terem sido a origem da famosa ordem dos Hospitalarios que, militar e politicamente, se distinguiu na edade média, defendendo os interesses christãos, com heroicidade e convicção, durante uma certa phase de sua existencia. Todos esses estabelecimentos eram sustentados por offerendas que os cidadãos de Amalfi enviavam a Jerusalem, ou por dadivas que faziam pessoalmente durante o tempo em que residiam nos Santos Logares.

Heyd, baseando-se nas informações de um chronista normando, que lhe merece toda a fé — o monge Amati — diz que essas pias insti-

tuições devem sua origem e existencia menos á communhão amalfitana do que á piedade de um rico patricio de Amalfi. Essa noticia, ainda segundo o erudito escriptor allemão, a que nos referimos, serve para marcar com segurança a epocha da fundação da colonia amalfitana na Terra Santa. Dito acontecimento occorreu — affirma elle — antes de 1071, porque nessa epocha, Mauro, o philanthropo acima citado, velho e cançado da vida, retirou-se ao convento do Monte Cassino para terminar alli seus dias. A data, porém, não é anterior a 1068, pois que em tal anno foi designado um quarteirão aos christãos de Jerusalem, em cujo numero se encontravam os amalfitanos [1].

Em Joppé, em Caffa, em Tripoli e em Antiochia, os mercantes fundaram colonias e montaram estabelecimentos industriaes. Em 1163, Bohemundo, principe de Antiochia permittiu que os amalfitanos que traficavam em Laodicea pagassem a metade dos direitos de importação e exportação. Além d'isso concedeu-lhes tres logares para que edificassem, negociassem e trabalhassem á vontade [2]. Nesse principado, o opulento patricio Mauro doara

[1] Foi durante as Cruzadas que o commercio amalfitano tomou na Syria seu maior desenvolvimento.

[2] Matteo Camera — *Obra citada.*

tambem a seus compatriotas um hospital para o mesmo fim dos que tinham na Palestina. Em 1168, Amaury, rei de Jerusalem, outorgou e confirmou aos amalfitanos a posse da egreja de Santo André, casas e as immunidades de serviços e direitos, que o conde Raymundo de Tripoli lhes havia outr'ora facultado [1].

A suzerania que Amalfi reconhecera prestar ao imperio bysantino favoreceu a entrada dos seus navios e mercadores nos portos gregos. Por Durazzo negociava com Constantinopla e entre os productos que importava dos Estados do Baixo Imperio figuravam os estófos de purpura, não obstante os severos decretos que então prohibiam sua sahida. Os amalfitanos trouxeram tambem para a mãe-patria muitas obras artisticas do Levante. Um poderoso capitalista, residente em Constantinopla, filho de Amalfi, e proximo parente do generoso Mauro, de cujas dadivas nos temos já occupado, presenteou o *Duomo* de sua terra com duas portas de bronze de elevado merecimento artistico e de trabalho bysantino. Eguaes offertas fez á egreja de S. Paulo, extra muros de Roma, e a que se elevava no monte Santo Angelo [2]. Em pagina anterior já mencionamos, que na

---

[1] Matteo Camera — *Obra citada.*
[2] Heyd — *Obra citada.*

segunda metade do seculo XI, os amalfitanos tinham uma numerosa colonia em Constantinopla e ahi possuiam uma egreja. Bem que nenhum documento indique qual o genero de vida a que se dedicavam esses colonos, é de presumir que, sendo elles de uma raça de commerciantes, se empregassem em negociar. Aleixo Comnene, que não tinha sympathias pelos amalfitanos, visto terem feito amizade com os normandos, declaradamente seus inimigos, decretou que as lojas que aquelles tinham em Constantinopla, pagariam uma contribuição á egreja de S. Marcos de Veneza, o que era collocal-os sob a dependencia da rainha do Adriatico, sua concorrente no campo dos negocios. Apezar d'isso a colonia amalfitana da capital bysantina alli se conservou mesmo depois que Amalfi cahiu debaixo do jugo de Pisa [1].

Os cidadãos de Amalfi não se limitaram em ir á Africa e Asia, a Chypre e Constantinopla traficar e fundar colonias. Elles irradiaram tambem em torno de sua patria e fixaram-se

[1] A sua existencia em Constantinopla, nessa epocha, está plenamente provada pela informação encontrada em um documento, no qual é dada a lista das possessões pisanas em 1192 na dita cidade e nella figura o quarteirão amalfitano, situado acima do pisano e a Escala maritima amalfitana contigua á pisana. O advento do imperio latino não os afastou da margem do Bosphoro, mas o seu poder commercial era apenas uma sombra do que havia sido. (Heyd — *Obra citada*).

*

nas cidades mais importantes da Italia meridional e da Sicilia.

Segundo Falcando, os amalfitanos residentes em Palermo possuiam uma praça, onde vendiam as mercadorias que importavam: *Amalphitanorum vicum perigrinarum mercium locupletem*. D'isso mesmo dá fé Blondo, quando escreve: *Amalphitanos quondam magnos fuisse negociatores, testantur multa Siciliæ loca, in quibus suas habuerunt aedes proprias et mercium promptuaria* [1]. Em Messina havia um quarteirão e uma «rua dos amalfitanos» *(vicus amalphitanorum)*, onde diversas lojas vendiam estófos de seda, e outras serviam de entrepostos para a conservação dos grãos. Messina, porto de escala dos navios que do Mediterraneo navegavam para o Levante estava, pois, maravilhosamente situada para servir de emporio commercial. Foi conhecendo essa importancia que a gente de Amalfi, Ravello e Scala alli tinham fundado feitorias, assim como em Benevento [2]. Falcone Beneventano conta que o papa Calixto III, ao entrar em agosto de 1120 naquella cidade, teve uma magnifica recepção por parte da população, entre a qual figuravam os negociantes amalfitanos, que enfeitaram o caminho com peças de seda, pallios e

---

[1] Matteo Camera — *Obra citada.*
[2] Ch. Yver — *Obra citada.*

outros preciosos ornatos [1]. Em Cosenza, elles occupavam uma «*contrada*» ou quarteirão particular, que tomou o nome «*degli Amalfitani*» [2]. Em 1244, via-se em Capua uma grande praça, nas proximidades do mosteiro de S. Lorenzo, que era conhecida pela «*Plathea Amalfitana*». Sessenta annos mais tarde o logotheto e protonotario Bartholomeu de Capua tirava ainda grandes rendas das lojas que possuia nessa praça e que alugava aos mercantes de Amalfi [3]. Em Napoles era de sua propriedade um porto, designado pelo dos Amalfitanos e Sorrentinos e uma rua, a dos *Amalfitanorum*, onde os negociantes e os cambistas d'essa communa gosavam de certos privilegios [4]. Em S. Germano, a praça em que todos os sabbados funccionava uma feira, chamava-se «*mercado Amalfitanorum*» [5]. Trani, Bari, Barletta, Molfetta, Giovinazzo e Conversano foram pontos em que floresceram colonias amalfitanas. Documentos datados de Carlos I e Carlos II de Anjou attestam que ellas tinham sido fundadas havia muito tempo. Os amalfitanos, habitantes d'essas cidades commerciavam com o Oriente, dedicavam-se a operações de cambio, fabrica-

---

[1] Matteo Camera — *Obra citada.*

[2] e [3] Ch. Yver — *Obra citada.*

[4] Matteo Camera — *Obra citada.*

[5] Ch. Yver — *Obra citada.*

vam tecidos de lã e seda e possuiam estaleiros, onde construiam não só embarcações destinadas á pesca, mas, egualmente navios para expedições mais arrojadas e que serviam para o transporte de mercadorias. Os amalfitanos que em Trani trabalhavam nos tecidos de panno, formavam uma rica e poderosa corporação [1]. Em Napoles, os amalfitanos tinham constituido uma importante colonia cujos membros gosavam entre outros privilegios o de commerciar com a maxima liberdade. Após tres dias de permanencia, concediam-lhes direito de cidade e isenção de todas as gabellas [2]. Uma auctorisação do rei Tancredo permittia aos cambistas e mais negociantes que residiam no ducado a se agruparem e procederem a escolha de magistrados consulares e juizes entre os seus compatriotas e aos quaes era dada a missão de julgar e fazer effectivas as sentenças pronunciadas nas causas civis. A dynastia de Anjou ao enthronizar-se na Italia meridional não revogou esses privilegios [3]. Não era só a gente de Amalfi, mas tambem a de toda a *costiera*

---

1 Ch. Yver — *Obra citada.*

2 Assevera Matteo Camera que os amalfitanos commerciavam livremente, pagando, entretanto ao soberano o imposto de *sulmaggeo* (*jus raficæ major*), isto é, 27 grãos sobre cada volume de mercadorias, que se transportava do mar á terra ou vice-versa. (Matteo Camera — *Obra citada*).

3 Ch. Yver — *Obra citada.*

amalfitana, que tinha em Napoles: quarteirão nas proximidades da Alfandega, praça para as suas reuniões e ruas. Além da «*ruga Amalfitana*», a que acima nos referimos, havia as «*rugas Scalensium*, *Rovellensium*, *Scalaria*, *dei Picalotti*» cheias de lojas, onde numerosa clientela comprava pannos, telas de linho fabricadas nas cercanias de Cava e Salerno e tambem finissimos estófos de procedencia extrangeira [1]. As feitorias que os amalfitanos tinham estabelecido nas cidades da Puglia entraram rapidamente em um periodo de prosperidade. Ellas monopolisavam os bons negocios com a Syria, a Asia Menor, Constantinopla e a Barbaria. No fim do reinado do anjuense Roberto, os negociantes de fazendas e os cambistas de Ravello, Scala e Amalfi, residentes em Barletta, Bari, Trani e Brindisi são ainda numerosos, ricos e bastante considerados [2]. Suppõe-se que os amalfitanos frequentavam as feiras de Champagne e Nimes, e que eram elles e não os burguezes de Roma os encarregados de mandar ou transportar para essa cidade os productos do Oriente [3].

Neste trabalho, já tivemos occasião de nos referirmos ás leis maritimas de Amalfi, conhe-

---

1 Ch. Yver — *Obra citada.*
2 Ch. Yver, Heyd — *Obras citadas.*
3 Piton — *Obra citada.*

cidas pelo nome de *Tavole Amalfitane*, codigo que representa o resultado da experiencia d'esses navegadores e activos negociantes e serviu de commentario ao direito das gentes e de base á jurisprudencia commercial e maritima. Matteo Camera diz, que o original d'essas leis navaes conservou-se durante algum tempo em poder da familia Donnorso de Amalfi, onde não se permittia aos cidadãos extrahirem muitas copias, mas que sob o governo de Ladisláo Wencesláo Sanseverino, duque de Amalfi, não se encontrou esse manuscripto [1]. Além d'esse citado codigo havia ainda uma outra collecção de leis que eram proprias e particulares aos amalfitanos: — as *Consuetudini*.

Amalfi foi a patria de Flavio Gioja, que tornou conhecida no Occidente a bussola, essa maravilhosa invenção, que, com a polvora, a imprensa, o vapor e a electricidade tão largas fronteiras deviam marcar entre o mundo d'então e o moderno.

A republica amalfitana mandou cunhar moedas, os *tari* de ouro e prata e os *soldi* de ouro, que tinham curso em toda a Italia e mesmo no Levante, O *tari* de prata correspondia a 12 $^1/_2$ grammas, variando algumas vezes

---

1 Matteo Camera — *Obra citada*.

até 13 grammas e quatro *cavalli* da moeda italiana corrente. Nos contractos, o *tari* era assim enunciado: *Tareni boni de Amalfie, diricti e pesanti, de uncia quinque de auro et quinque de argento, ana tari quator per solidum.* O soldo de ouro valia em Napoles e mais cidades do reino, quatro *tari* amalfitanos [1].

A pequena, mas brilhante republica de Amalfi não poude desenvolver-se, sendo subjugada por competidores mais poderosos. Os normandos assaltaram-na no reinado de Rogerio II, rei da Sicilia, e devastaram a cidade. Seis annos mais tarde, em 1137, uma frota pisana, ás ordens do imperador Lothario, saqueou-a de novo, apossando-se d'ella. Em vão os amalfitanos procuram reagir, mas com a independencia perdem para sempre todo o seu valor como nação tendo voto na politica peninsular, e como povo commercial. Os amalfitanos abandonam então sua patria, emigram. A cidade e o porto perdem a importancia e são uma sombra do passado. Um amontoado de ruinas recorda que uma população de pescadores alli crescera, se fortificara e, pouco a pouco, a fama de sua energia fôra-se espalhando pelo mundo, acompanhada da gloria de ter dado á sua patria mais de dois seculos de prosperidade e riqueza.

---

[1] Matteo Camera — *Obra citada.*

II

Provas da importancia maritima e mercantil de Pisa durante o Imperio romano — Situação brilhante da Communa pisana como centro de negocios na Italia — Os pisanos na Palestina — Privilegios que obtem dos Cruzados — Prosperidade de suas colonias do Oriente — Suas relações com a Africa e os direitos aduaneiros que ahi pagavam — Tratados commerciaes com os principes berberes — Mercadorias que importavam e exportavam — Sua installação no reino anjuense — Luctas com Carlos I e Roberto I de Anjou — Guerra com Genova pela posse da Sardenha e da Corsega — Compra do porto de Livorno pelos Genovezes aos Florentinos — Desapparecimento de Pisa do mundo politico e commercial no seculo XV.

Pisa occupa um logar assignalado entre as republicas italianas que floresceram nos tempos medievos e contribuiram por uma habil politica commercial, á que o Occidente e o Levante estreitassem relações e assim creassem para a civilisação dias de esplendor. Não foram só productos agricolas ou industriaes que se trocaram, foram tambem ideias que se crystalisaram e se transformaram em beneficios para a humanidade.

Na remota antiguidade, já os thirrenos, antepassados dos pisanos, cruzavam o Mediterraneo a par dos phenicios e dos carthaginezes, fazendo o trafico maritimo por conta de outras nações. Durante o dominio romano, Pisa notabilisara-se como commerciante. Uma inscripção

da epocha, publicada por Gori, menciona que nesta cidade havia um arsenal e uma escola de operarios navaes. O referido facto é testemunhado por uma outra inscripção citada pelo cardeal Norris. Isto parece indicar que os romanos pouco dados á navegação e desprezando o commercio como indigno de gente superior, recorriam aos pisanos amiudadas vezes para o transporte dos artigos que importavam.

Sob o dominio dos carlovingios, Pisa foi incorporada ao marquezado de Toscana. Gregorio Magno, referindo-se a ella, escrevia: «*grande e terribile sui mari*». Os navios pisanos prestaram notaveis serviços a Othon II, quando este preparou sua expedição á Grande Grecia. Muito cedo, Pisa conseguiu sua autonomia. As franquias e liberdades que lhe concederam os marquezes de Toscana e os imperadores allemães prepararam-na para isso [1].

Alliando-se a Genova, Pisa por varias vezes combateu os sarracenos e emprehendeu conquistas por conta propria, taes como as da Corsega e das Baleares [2]. Esses feitos são origem da sua prosperidade commercial. A

---

[1] Diz Lanzani que a dignidade e os estatutos municipaes pisanos são um seculo mais antigos do que o regimen communal na Lombardia, e que ao começar o seculo XI, a communa pisana apparece já florescente. (Lanzani — *Storia dei comuni italiani*).

[2] Genovezes e pisanos — que, como alliados, tinham combatido os emires africanos, que a miude faziam correrias na Sardenha —,

communa pisana foi do X ao XII seculo, o centro mais importante de negocios na Italia. A sua situação contribuia para esse movimento mercantil. O Arno facilitava-lhe as communicações com o interior do paiz. Nas aguas d'esse rio navegavam embarcações carregadas de artigos destinados ás feiras de Pisa, para consumo nos diversos mercados italianos. O porto era franco a todos os povos. Christãos, judeus, ou musulmanos eram alli bem acolhidos. Os negociantes pisanos fundaram colonias na Sicilia, Constantinopla, Africa Septentrional e na Syria, onde obtiveram differentes privilegios. Por occasião das Cruzadas, Pisa offereceu suas frotas para o transporte dos paladinos á capital do imperio bysantino, ás costas da Asia Menor e da Syria. Dagoberto, arcebispo de Pisa, armou cento e vinte navios, que sob seu commando partiram de Livorno para esse ultimo ponto, conduzindo um numeroso e bem armado exercito [1]. O acaso, porém, não per-

---

guerrearam-se entre si para, por sua vez, se apoderarem da ilha, após repellirem os invasores sarracenos, ficando os ultimos vencedores. Desde então os mercantes pisanos estabeleceram feitorias na Sardenha e conseguiram privilegios commerciaes dos regulos insulares que necessitavam do dinheiro e das forças navaes dos seus protectores. (Belgrano — *Storia delle colonie*).

[1] Os pisanos, já muitos annos antes das Cruzadas iam ao Egypto e á Palestina. Elles eram frequentadores assiduos da feira de Jerusalem, onde trocavam os productos occidentaes pelos orientaes. (Belgrano — *Obra citada*).

mittiu que essa esquadra chegasse á Palestina a tempo de tomar parte no assalto e conquista de Jerusalem. Entretanto, os pisanos que queriam cooperar na empreza de qualquer modo, offereceram-se aos cruzados para reedificarem e restaurarem a cidade santa e Jaffa. Dagoberto conseguiu ser nomeado patriarcha de Jerusalem, o que determinou muitos dos seus compatriotas a se fixarem na Syria, certos de que a protecção d'esse prelado lhes seria valiosa nessa região, cujo importante futuro commercial previam [1]. Tendo tomado parte nos cercos de S. João de Acre e Tyro, os pisanos alcançaram novas vantagens, em pagamento d'esses serviços. Como os filhos das outras republicas italianas, que concorreram para o exito das expedições dos cavalleiros da cruz, elles installaram-se em todos os portos, cuja situação predestinava a um prospero movimento mercantil. Diz Scherer que os italianos, os monopolisadores das mercadorias levantinas, por mais encarniçados que fossem em se combaterem e prejudicarem, estavam sempre d'accordo em um ponto: o do preço pelo qual vendiam seus artigos e que talvez em nenhuma outra epocha, o com-

---

[1] Heyd — *Le colonie commerciali degli italiani in Oriente nel Medio Evo.*

mercio offerecesse tão grandes lucros [1]. Joppé, Acre, Tripoli, Laodicea e Tyro possuiram florescentes colonias pisanas. Os principes francos permittiram que elles ahi tivessem um *fondaco*, armazens, uma egreja, um forno, isenção de impostos e o direito de se regerem, segundo as leis do seu paiz. Extremamente emprehendedores, os pisanos tinham em suas mãos um bom numero de negocios e Tyro foi um dos seus principaes entrepostos [2]. Nella fundaram os pisanos a *Societas humiliorum*, associação ao mesmo tempo religiosa, commercial e industrial, que lhes proporcionava magnificas operações mercantis [3].

Em Joppé, o conde Amaury de Ascalão favorecera os pisanos com um logar franco para o estabelecimento de um mercado, uma egreja e casas para habitação, e isentara-os dos impostos que até então tinham pago, quando entravam ou sahiam da cidade, quando compravam ou vendiam mercadorias. Em 1182 conseguiram em Ancona logar para edificar

---

1 Scherer — *Obra citada.*

2 Balduino II concedera-lhes alli apenas a propriedade de cinco casas e isenção de impostos, mas depois, elles conseguiram rapidamente augmentar suas possessões nessa colonia.

3 Em 1118 havia na colonia pisana de Tyro, a Companhia dos Vermelhos (*Societas Vermiliorum*), a Companhia do *balsamo vermiglio*, a Companhia da *rosa vermiglia*, a Companhia *del vermiglio.* (Piton — *Les Lombards à Paris*).

Em Florença, os pisanos tinham incorporado uma sociedade analoga, que trabalhava exclusivamente na tecelagem da lã.

fabricas [1]. Em Tripoli os negociantes pisanos residiam em grande numero. Ahi o conde Raymundo III dera-lhes liberdade commercial e isenção de impostos. O bispo de Tripoli, porém, que percebia um terço do que esses colonos pagavam, não levava a bem semelhante disposição. Depois da morte de Raymundo, elle simulou ignorar tal privilegio e apressou-se em cobrar taxas. Os pisanos não se conformaram com esse procedimento, e vendo que não tinham apoio no successor d'aquelle conde, que se puzera ao lado do bispo e ameaçava cassar-lhes todas as franquias commerciaes que usufruiam, rebellaram-se contra Tripoli. Em represalia, o novo conde sequestrou aos amotinados todas as possessões que lhes tinham sido outorgadas no condado. Isto deu lugar a uma lucta e a paz só se fez entre os contendores pagando os pisanos ao principe franco uma indemnisação pecuniaria, entregando este áquelles os bens confiscados [2]. Em Antiochia [3] recebe-

---

[1] Heyd — *Obra citada.*

[2] Heyd — *Obra citada.*

[3] Em Antiochia os pisanos possuiam um tribunal com um *vicecomes*, que tinha o direito de tratar todas as causas suscitadas entre os seus nacionaes. Ignora-se a organisação d'essa colonia e sua extensão, mas sabe-se que os pisanos eram alli numerosos. Primeiramente estes commerciantes pagavam impostos; em 1216, porém, obtiveram isenção de direitos para as mercadorias, e, de impostos para os bens de raiz, excepção feita do porto de S. Simeão, onde pagavam metade, o que diminuiu a concessão, porque esse porto foi o unico que não cahiu no poder dos sarracenos. (Heyd — *Obra citada*).

ram os pisanos um quarteirão ao redor da egreja de S. Salvador; em Laodicea as galerias da estrada que do mar ia até ás portas da cidade, e uma egreja. Essas concessões que datavam de Tancredo foram ampliadas mais tarde pelo principe Renaud, que lhes deu novas propriedades territoriaes no porto, onde construiram differentes edificios para manufacturas.

Se a Syria foi um dos pontos em que Pisa mostrou a sua extraordinaria actividade, abrindo centros de commercio e drenando para os mercados do Occidente os rendosos productos levantinos, se nas emprezas que ahi manteve fez fructificar seus capitaes, não foi todavia esse o unico campo em que seus mercantes prosperaram.

Os pisanos frequentaram a Africa, onde commerciavam vantajosamente. Em Tunis eram cordealmente recebidos pelos principes da dynastia dos Beni-Khoraçan. Nessa cidade tinham elles um quarteirão independente com muitas casas e terrenos murados, e entregavam-se á importação e exportação de varios generos. Da consideração que gozavam os pisanos alli, dão fé os seguintes extractos de uma carta que em 1157, o emir Abd-Allah enviou ao arcebispo de Pisa, que então governava a Republica, lembrando-lhe as principaes bases de uma convenção concluida verbalmente com o embaixador pisano:

«Em nome de Deus clemente e misericordioso!

«Nós vos offerecemos nossas mais distinctas e affectuosas saudações. Nós honramos vossa nação, da qual diariamente cousas lisongeiras nos dizem, em consequencia dos laços de amizade e benevolencia, que ha muito existem entre nossos paizes e permittiram fraternaes relações entre os dois povos. Nós recebemos as graciosas cartas que enviastes pelo illustre scheik, o reïs Abu-Temim-Meimum, filho de Guilherme, vosso embaixador, homem de grande prudencia e habilidade, etc. Nós louvamos vosso acerto, enviando-nos tal homem, que se occupou com intelligencia e dedicação infatigavel do que continha vossa carta e de tudo quanto diz respeito á honra e ao interesse de vossa Communa.

«Como é signal de amizade instruir os amigos do estado dos seus negocios, nós vos fazemos saber, a vós, que sois os que mais amamos no mundo christão, que Deus nos libertou e o nosso Estado da invasão dos Almohadas. Nós repellimos seus exercitos e matamos muitos dos nossos inimigos.

«Vós nos fallaes de uma galera, vinda de Alexandria para Tunis, á qual deramos bom acolhimento, apezar d'ella ter causado mal aos pisanos. Eis a verdade sobre esse incidente: Nós tinhamos enviado uma galera de corso ao mar, quando o máo tempo a impelliu á Alexandria. Ella ahi foi bem recebida e bem tratada. Nós não podiamos responder com ingratidão a esse gentil procedimento. Assim, uma galera egypcia, havendo pouco tempo depois chegado a Tunis foi por nós bem acolhida e em nosso porto tomou viveres, vendeu uma parte dos seus prisioneiros e levou a outra, ao partir. Nós ignoravamos que essa galera tivesse capturado pisanos. Se d'isso estivessemos informados, resgatariamos immediatamente com o nosso proprio dinheiro os prisioneiros, afim de entregal-os aos vossos

honrados scheiks em testemunho da nossa amizade. Entretanto, remediamos para o futuro semelhantes inconvenientes e tornamos impossivel igual cousa a todos os que se occupam na venda dos captivos em nosso paiz.

«Quanto a esse direito que é o costume aqui de retirar (dos grãos), cinco punhados por sacco, será diminuido. Ordenamos que se deverão contentar de então para deante em tomar apenas quatro punhados no alto do sacco.

«Além d'isso, concedemos a respeito das mercadorias que vossos mercantes estavam prohibidos de vender em nosso paiz,—e sobre as quaes, apezar de tal, se cobrava como sobre os artigos vendidos, um por dez,—que nenhum direito fosse exigido e que ellas poderão ser reexportadas livremente. Sobre o alumen que os pisanos importarem nenhuma taxa será cobrada. Determinamos que todas as vossas mercadorias, seus correctores, familias, empregados ou criados que morem dentro das muralhas de Tunis e das do quarteirão sejam tratados com estima e attento affecto. Isso asseguramos ao scheik Abu-Temim e assim se fará.

«Ordenamos tambem que todo o prisioneiro ou escravo pisano encontrado em nossas terras seja libertado ou resgatado em meu nome e enviado livre á Pisa. Vosso enviado nos prometteu a reciprocidade.

«Nós temos assim affastado todos os motivos de questão entre nós. Nós temos determinado todas essas cousas com vosso honrado representante, o illustre scheik, o reïs Abu-Temim, por um acto firme e irrevogavel, que sinceramente e em boa forma ratificamos. Nós confiamos ao mesmo Enviado a carta que dirigimos a Vossa Senhoria, cuja gloria Deus augmente! com a resposta verbal ás vossas perguntas, que sua eloquencia exporá, quando elle a tornar a ver.

Nós terminamos, enviando as nossas mais cordeaes saudações á vós, aos grandes e aos pequenos, aos nobres e ao povo.

«Deus é nossa esperança e nosso melhor protector» [1].

Dois annos depois de realisado esse tratado deu-se uma revolução politica na Tunisia. A dynastia dos Beni-Khoraçam foi deposta pelo conquistador Abd-el-Mumen, que poz termo ao poder d'aquella em Tunis e em todos os pequenos dominios que seus principes possuiam no littoral da Africa septentrional. O referido guerreiro fundou sobre os destroços d'esses governos um reino que ía do Oceano Atlantico ao deserto cirinaico e instituiu a dynastia dos Almohadas.

A amizade dispensada pelos Beni-Khoraçam aos pisanos e as franquias de que estes gosavam no imperio almoravide contribuiram necessariamente para um arrefecimento de relações de Pisa com os Almohadas. Por occasião de um combate naval entre genovezes e pisanos,

---

[1] Max Latrie — *Relations et commerce de l'Afrique septentrionale ou Magreb avec les Nations chrethiennes au moyen âge.*

Antes do seculo XII, os documentos não mencionam que os italianos tivessem tomado parte preponderante no commercio, que a Africa septentrional mantinha com as nações ultramarinas. Nessa epocha, quando se fallava de mercantes occidentaes, que visitavam as cidades commerciaes e maritimas situadas mais para o Occidente como Bone, Alger e Oran, referia-se sempre a hespanhoes. (Heyd — *Obra citada*).

*

travado na foz do Rhodano, uma galera pisana acossada pela tempestade deu á costa de Djoidjelli, onde uma parte da guarnição foi massacrada e a outra transportada para Bugia e ahi retida prisioneira. Afim de obter a repatriação d'essa galera e da sua tripulação ainda com vida, o governo de Pisa acreditou junto a Abu-Yacub-Yussuf, filho do fundador da dynastia almohada, o consul Cocco Griffi, a quem ao mesmo tempo incumbiu de negociar com o principe africano um tratado de paz e commercio. Essa missão que se effectuou em 1166 foi bem acolhida por Yacub, que não só restituiu a galera e os prisioneiros como permittiu aos pisanos que entrassem de novo no goso das franquias e possessões, que tinham tido outr'ora na Africa e concedeu-lhes o direito de estabelecer um *fondaco* em Zuila, o grande quarteirão de El-Mehdia, onde habitavam os mercantes europeus. Entretanto, apezar das boas disposições manifestadas pelo soberano, os pisanos continuaram no seu reinado a soffrer vexames de quando em quando da parte das auctoridades almohadas e isso concorria para paralysar as relações commerciaes entre Pisa e as cidades africanas [1].

Havendo fallecido Yacub-Yassuf, os pisanos

---

[1] Max Latrie — *Obra citada.*

esforçaram-se em melhorar a situação e com esse proposito conseguiram firmar, em 1186, um tratado de amizade e commercio com Almansor, o novo sultão. As clausulas d'esse documento foram declaradas validas para todos os Estados da Republica pisana, que se estendiam de Civitá Vecchia ao cabo Corvo, perto de Spezia e comprehendiam as ilhas da Sardenha, Corsega, Elba, Capraia, Monte-Christo, Giglio e Gorgona.

Por essa convenção:

1.° os pisanos obrigaram-se a punir todo o subdito da Republica que tivesse praticado acto de pirataria contra os subditos do emir com as mesmas penas que protegiam seus proprios concidadãos contra os piratas; 2.° eram instituidas medidas assegurando a liberdade das pessoas, bens e transacções dos pisanos nos Estados almohadas, com a unica obrigação do pagamento de 10 % sobre as mercadorias vendidas aos arabes; 3.° a venda de objectos e navios entre christãos estava isenta de contribuição. Era de uso aos navios que commerciavam com a Africa poderem abordar todas as cidades do littoral africano onde houvesse alfandegas. Mas como as prevenções que os Almohadas tinham contra os pisanos, antigos amigos das dynastias decahidas subsistiam, apezar dos protestos da mais franca cordealidade, Almansor, no tratado de que acima fallamos, estipulou que os filhos de Pisa só commerciariam em seus Estados com as cinco cidades seguintes: Ceuta, Oran, Bugia, Tunis e Almeria, estando os quatro primeiros portos indistinctamente abertos ás suas importações e exportações, e o ultimo apenas para concertar e refrescar os navios. Em nenhum outro ponto deviam abordar

senão momentaneamente, em caso de tempestade, e então era-lhes vedado comprar ou vender o que quer que fosse e mesmo fallar de qualquer negocio a gente do paiz, sob pena de confiscação ou morte [1].

Em 1230, os pisanos conseguem do rei de Tunis um novo tratado.

As estipulações foram as seguintes: 1.º os mercantes pisanos gosarão de segurança e protecção em toda a Africa e em outras terras do dominio do rei, durante trinta annos; 2.º é-lhes facultada a posse do *fondaco*. egreja, cemiterio e banho em toda a cidade sujeita ao rei; 3.º pagarão 10 % sobre as mercadorias, e 5 % sobre o oiro e a prata; 4.º em caso de naufragio deverão obter auxilio e protecção para a entrega das pessoas e bagagens sem mais despeza que a do transporte; 5.º poderão abastecer-se de viveres, comprar e vender mercadorias, pagando as taxas communs; o mesmo privilegio é concedido aos extrangeiros que com elles estiverem; 6.º nenhum impedimento será posto á partida dos mercantes que quizerem ir embora; 7.º não é prohibido aos pisanos venderem fóra das alfandegas; 8.º seu *fondaco* será separado do dos genovezes por uma muralha, de modo que não haja communicação entre as duas nações; 9.º os pisanos querendo vender navios não pagarão direitos, contanto que não os vendam a inimigos do rei; 10.º depois de pagos os direitos, os pisanos poderão levar as mercadorias e vendel-as em um logar qualquer do reino; 11.º se o rei quizer para o seu transporte um dos navios pisanos pagará o terço do navio e essa somma será consignada entre as mãos do consul

[1] Max Latrie — *Obra citada.*

da nação; 12.º se qualquer pisano quizer ceder a um indigena seus direitos sobre as propriedades depositadas na alfandega, poderá fazel-o conforme a avaliação que se proceder nas ditas propriedades; 13.º o consul dos pisanos poderá ver o rei uma vez por mez, em qualquer logar que se ache, e ver egualmente todos os que governem qualquer terra em nome do soberano; 14.º se um pisano fizer corso em detrimento dos subditos do rei, o consul deverá punil-o e confiscar-lhe todos os bens; 15.º nenhum pisano poderá comprar objectos roubados aos sarracenos e reciprocamente; 16.º o consul dos pisanos intervirá sómente nos debates entre seus concidadãos; 17.º não é prohibido aos pisanos comprar em qualquer logar, mesmo aos genovezes e serão protegidos, segundo o bom costume praticado entre os christãos d'esse paiz [1].

O tratado que trinta e cinco annos mais tarde os pisanos firmaram com o rei de Tunis, pouco differe do precedente, mas o que elles concluiram com esse mesmo soberano em 1398, contém clausulas que não são mencionadas nas outras convenções.

Assim, depois de ter estipulado a segurança do commercio dos pisanos nos Estados do rei de Tunis; o direito de ter *fondaco,* onde ninguem se poderá estabelecer sem a sua auctorisação; a faculdade de nomear um ou mais consules com jurisdicção particular e

[1] Pactum inter Pisanos et regem africanum Sarracenorum, transcripto por Marin em sua *Storia del Commercio,* e citado por Depping.

conseguido fixar em 10 % o valor do imposto sobre as mercadorias, que forem importadas e exportadas pelos pisanos e em 20 % o que estes deverão pagar pelo oiro, a prata, as pelliças, as pedras preciosas e a joalharia,—o tratado diz que todas as compras se farão por intermedio dos drogmans que terão cinco *millarés* de oiro por cento de *besantes*, a titulo de direito de corretagem; que a alfandega será obrigada a recolher todos os fundos devidos aos pisanos pelos mercantes nacionaes; que os pisanos terão o direito de comprar grãos, farinha e outros viveres para o abastecimento de seus navios de commercio e que no caso em que um pisano ousasse attentar contra alguem nos portos de Tunis, os consules seriam punidos [1].

Depping, commentando a ultima clausula d'esse tratado acha que o drogman encarregado de traduzil-a devia ter errado, e que a responsabilidade alli attribuida aos consules é puramente moral, pois seria uma iniquidade punil-os pelos delictos alheios. Na realidade, assim comprehendida a responsabilidade dos agentes consulares nos paizes musulmanos fere todas as noções que temos do direito e da justiça. Mas naquellas epochas em que o direito das gentes estava em sua aurora, e a justiça muitas vezes dependia das sympa-

[1] *Pactum inter Muley-Bufferium, regem Tunet, et commune pisanum etc.*, no tomo I de Lünig, *Codex Italiæ diplomat*, citado por Depping.

thias ou antipathias do soberano, os consules viram-se sem garantias em diversas occasiões. Os soldãos do Egypto, quando lhes aprazia, encarceravam consules acreditados junto a elles, fazendo-os responsaveis pelas dividas e crimes de seus nacionaes, como vimos no capitulo consagrado a esse assumpto. Portanto, não é de extranhar que o rei de Tunis pretendesse firmar doutrina analoga. O que ha de censuravel é que a outra parte contractante tivesse admittido tal cousa.

Os pisanos tiveram *fondachi* em quasi todas as cidades importantes da Africa septentrional. Havia colonias de mercantes de sua nacionalidade em Tunis [1], El-Mehdia, Tripoli, Bona,

---

[1] Os pisanos gosaram sob todas as dynastias que reinaram em Tunis differentes favores. Os Almohadas, apezar de terem contra elles certas apprehensões não deixaram de fazer tratados com Pisa, como já vimos. Os navios d'essa nação iam e vinham livremente de Tunis, e alli commerciavam, permutando varias mercadorias por coiros, pelles, lãs e trigo. No reinado de El-Nacer, porém, uma imprudencia de marujos pisanos perturbou durante algum tempo as boas relações, que existiam até então. Em 1200, duas naves pisanas, d'essas que os arabes chamavam *mosattah*, e duas galeras d'aquella mesma nacionalidade, achavam-se no porto de Tunis, não longe de tres embarcações musulmanas, promptas a partir. De repente, os pisanos assaltaram esses navios, maltrataram e feriram as equipagens, ultrajaram as mulheres e apresaram as embarcações. Apezar de todas as ameaças, os pisanos fizeram-se de vela, abandonando apenas de suas presas dois navios vazios e retendo o terceiro com o carregamento que continha. O governo almohada protestou contra esse acto de pirataria. Temendo represalias, a maior parte dos mercantes pisanos abandonou Tunis. Seus bens foram sequestrados na alfandega, mas não lhes tocaram. E os compatriotas que não tinham

Bugia, Tlemcem, Ceuta, Oran, Sabes, Sfax e Salé.

Nas Baleares, os pisanos faziam grande commercio sendo muito favorecidos pelos prin-

---

retirado d'aquella cidade, continuaram a ser bem tratados pelas auctoridades. Antes mesmo que a questão fosse resolvida, muitos dos mercantes, dos drogmans, dos empregados da Alfandega escreveram aos pisanos que conheciam, aconselhando-os a que voltassem, pois nada tinham a temer, e que encontrariam suas mercadorias taes quaes as tinham deixado. Muitas d'essas cartas teem sido conservadas e por curiosidade transcrevemos entre outras as seguintes: «Othman, drogman, escreve a Pace, filho de Corso: Aborrece-me que não voltes a regular por ti mesmo teus negocios. O sultão está muito penalisado com o que se passou. Se tens intenção de regressar, não hesites; encontrarás por toda a parte excellente acolhimento e tambem os que comtigo vierem. As mercadorias estão por bom preço e poderás comprar tudo o que quizeres. Se Siguiero, Forestano e Cristiano pensam na viagem, que venham e serão bem recebidos». Um mercante ao mesmo Pace: «Tu partiste na occasião em que esses desgraçados incidentes se deram pela vontade irresistivel de Deus, deixando aqui todas as tuas mercadorias, contas e dividas. Eu tinha vendido aos da *Térida* (provavelmente o navio em que Pace deixou Tunis), a Greco e a Hildebrando mil e trinta e uma pelles, á razão de dezeseis *dinars* o cento, por intermedio de Abd-Allak-ez-Zekhat. Greco era caução de Ibn-Kausun, e partindo nada me pagou. Dirte-hei, meu caro amigo, que eu tinha creditos sobre os que aqui trouxeram o aço, em contrabando, sendo um de setenta e tres *dinars* contra Sabi. Com essa mesma somma, que é propriedade minha, comprei cobre em leilão, mas quando quiz saldar minhas contas na alfandega, depois da partida de Sabi, disseram-me que elle não tinha divida commigo. Ora esta resulta de um acto notariado e me são bem devidos setenta *dinars* por Sabi e seus associados, que trouxeram o aço. Eu peço-te conseguires que me paguem e dizeres quaes são os que vivem e os que morreram. Eu devo o cobre a Sabi, mas este me devia antes setenta e tres *dinars* e fica meu devedor por sete. Se morreu, poderia ter-te encarregado de regular por elle essa divida. Todas as mercadorias que vos pertencem foram sequestradas. O sultão prohibiu tocar-lhes até vossa volta». (Max Latrie — *Obra citada*).

cipes da dynastia Ibn-Ghania. Essa mesma liberdade lhes foi concedida nessas ilhas, quando os almohadas alli dominaram. Em Mayorca, os pisanos negociavam em muitas cousas, sendo-lhes permittido até vender armas e alugar navios [1].

Os christãos que iam ao Maghreb commerciar, pagavam ao fisco real direitos sobre as mercadorias vendidas nos portos africanos e sobre as d'ahi exportadas. As alfandegas musulmanas, tendo em toda a parte quasi que a mesma organisação encarregavam-se da percepção das taxas. As tarifas não eram, entretanto, as mesmas para todas as nações. Os tratados e até as convenções oraes, quando os textos não eram bem explicitos, suppriam os casos que não tinham sido previstos. Os cidadãos da Republica de Pisa pagavam sobre o que importavam no Maghreb nos annos de 1157, 1181, 1186, 1234, 1264 e 1358 a taxa de 10 °/₀. Em 1421, essa taxa foi-lhes augmentada para $10\,^1/_2$ °/₀ [2]. Eram cobrados tambem direitos sobre as mercadorias enviadas para fóra do reino.

No Maghreb central, pelo menos, a taxa era de 5 °/₀ sobre as exportações que excedessem a quota das importações de cada mercante. Referindo-se a essa disposição Pegolotti diz: «Chi

---

1 e 2 Max Latrie — *Obra citada.*

non trae tanto quanto ha messo, non paga nulla; ma chi trae e non ha messo, paga mezzo diritto». Max-Latrie, commentando essas informações do celebre mercante e viajante italiano, affirma — e assim parece ser — que ellas significam que todo negociante tinha o direito de exportar em franquia uma quantidade de mercadorias egual em valor ao das mercadorias importadas por elle na Tunisia, e que o excesso ou a totalidade de exportação de um mercante que nada tivesse importado pagava meio direito, isto é 5 % [1].

Nos tratados firmados entre o governo de Pisa e os sultãos maghrebianos foram incluidas clausulas, determinando as condições em que estes ou seus prepostos compravam os artigos trazidos pelos mercantes pisanos. O tratado de 1358 mencionava que se um mercante da referida communa vinha a Marrocos, trazendo uma mercadoria qualquer que desejava mostrar ao sultão, ficava isento provisoriamente de vistoria; se o objecto agradava ao soberano, entrava livre de direitos. Em caso contrario, taes direitos eram cobrados como de ordinario. O praso em que a mercadoria ficava em palacio para o sultão resolver sobre sua acquisição era de dez dias, findos os quaes era ella devolvida ou consi-

---

1 Max-Latrie — *Obra citada.*

derada como comprada pelo thesoiro real [1]. Nos casos de grandes fornecimentos, taes como o de pannos ou de objectos que eram vendidos na propria alfandega, sem que o monarcha os visse, mas que elle desejava adquirir, o negocio era considerado irrevogavel desde que o preposto do principe o fechasse na presença de testemunhas ou dos inspectores. Só podia ser annulado se se provasse que havia dolo na mercadoria entregue. Para cobrar o valor dos artigos vendidos, o negociante não tinha mais do que mostrar a conta de venda, escripta na presença das testemunhas e immediatamente recebia da alfandega a somma devida [2]. As regras acima foram tambem consignadas em convenções concluidas com outros povos christãos.

As mercadorias davam entrada nos *fondachi*, onde ficavam depositadas. Os armazens aduaneiros estavam tambem habilitados a recebel-as e muitas vezes grande parte de artigos ahi ficavam, porquanto era permittido que as operações de compra e venda se fizessem indifferentemente nos *fondachi* ou nas alfandegas. A maior parte das transacções combinadas com os indigenas realisavam-se nestas repartições, sendo a formula mais commum para a

---

1 e 2 Max-Latrie — *Obra citada.*

venda o *encan* ou *halka*, palavra que os christãos pronunciavam *calega*. A administração punha interpretes ao dispôr dos mercantes, encarregados de facilitar as transacções commerciaes entre os extrangeiros, os nacionaes e os agentes do soberano a quem cabia vender os productos do dominio. A alfandega responsabilisava-se pelo pagamento das mercadorias vendidas por seus agentes. Scribas especiaes a cada nação, verdadeiros guarda-livros, inscreviam a conta das operações effectuadas por todo negociante, e as sommas devidas ao thesoiro publico pelas importações e exportações [1].

Era de lei que todas as nações pagassem direitos aduaneiros sobre todas as mercadorias importadas, como atraz dissemos. Houve, porém, tolerancia em certos casos, isentando de taxas as mercadorias não vendidas, sendo-lhes concedida a franquia de reexportação. Mais tarde essa faculdade foi incluida nos pactos commerciaes effectuados com diversas nações. Em seus differentes tratados com os soberanos maghrebianos, os pisanos obtiveram privilegios d'essa natureza. O commercio, além d'esses direitos, chamados *principaes*, pagava tambem taxas *addicionaes*. Estas não eram fixas, mas em beneficio dos interpretes pela

[1] Max Latrie — *Obra citada*.

pesagem das mercadorias, direito de ancoradoiro e mais serviços accessorios [1].

Como já dissemos, os pisanos commerciavam com o Egypto muito antes das Cruzadas. Além dos artigos asiaticos que vinham á antiga terra dos Pharaós, este paiz tinha producção propria que concorria para tornar o seu mercado centro de magnificas operações, razão pela qual os negociantes latinos sempre se sentiram attrahidos para elle. As Cruzadas jámais enfraqueceram o commercio que o Occidente mantinha alli; o proprio material de guerra que os papas prohibiram fosse introduzido nas regiões do Nilo, nunca deixou de ser vendido aos egypcios, porquanto os italianos não tinham escrupulo em contrabandeal-o. Os pisanos levavam ao Egypto o ferro e varios outros metaes, madeiras de construcção, armas, etc. O soldão permittia-lhes que fossem ao Cairo e Alexandria, e d'alli á Barbaria; concedeu-lhes o direito de possuir *fondachi* nas duas cidades egypcias acima mencionadas. Diversas embaixadas pisanas foram enviadas aos soldãos. No reinado de Saladino, Pisa acreditou junto a esse soberano o embaixador Aldaprandus (Hildebrando), cuja missão consistiu em obter favores commerciaes para os seus concidadãos. O referido diplomata

---

[1] Max Latrie — *Obra citada.*

viu coroados seus esforços, porquanto Saladino renovou os privilegios que os pisanos gosavam no Egypto, antes da lucta que sustentaram contra este, e concedeu-lhes outras vantagens mais. Pelo tratado então assignado, os pisanos continuavam a possuir um *fondaco* em Alexandria, uma casa de banho e uma egreja na qual podiam exercer livremente seu culto; usavam os seus pezos nas operações de compra e venda; os direitos sobre o ferro, a madeira e o pez eram diminuidos; o oiro e a prata entravam sem peias de especie alguma, e só no momento em que os mercantes pisanos se retirassem para sua patria, effectuados todos os seus negocios, deviam pagar direitos sobre as moedas que levassem comsigo. Além d'essas franquias, Saladino tomou medidas para que cessasse o abuso alfandegario de cobrar aos pisanos direitos maiores do que os consignados no tratado, o constrangimento de vender suas mercadorias contra a vontade ou por preços inferiores aos correntes e ordenou que a partida d'esses mercantes não fosse impedida, se elles desejassem sahir [1].

Apezar dos venezianos lhes fazerem grande concorrencia no Egypto, os pisanos conseguiram em 1207, por intermedio do embai-

1 Heyd — *Obra citada.*

xador Marsueco dei Teperti, que Almalick Abadil firmasse um novo tratado com elles, renovando-lhes os privilegios anteriores. Em 1215, uma nova embaixada pisana, enviada ao mesmo soldão, obtem para os seus compatriotas a liberdade de locomoção e commercio, a promessa que em caso de naufragio, seus bens serão respeitados; assegura-lhes a posse do seu *fondaco* e da sua egreja, a qual deveria servir ao mesmo tempo de cemiterio; consegue que suas mercadorias paguem 16 %, com excepção do oiro e prata, cujos direitos serão de 10 %; que os viveres e vinhos introduzidos para consumo proprio tenham franquia; que se lhes permitta conservar um scriba na alfandega e dois sacerdotes na egreja, aos quaes é concedida isenção de impostos; finalmente, auctorização a qualquer pisano reconhecido como tal a recorrer ao logar-tenente de Alexandria ou ao proprio soldão, se qualquer empregado egypcio faltar á fé do pacto aceito [1].

Desde que os Lusignan se estabeleceram em Chypre, os pisanos fizeram transacções com essa ilha e nella tiveram sempre privilegios. O *fondaco* que possuiam em Fumagusta era magnifico, e os seus consules podiam julgar seus compatriotas, se o crime praticado não era classificado entre os delictos capitaes [2].

---

[1] e [2] Heyd — *Obra citada.*

Por occasião da cruzada á Palestina, os pisanos tiveram de castigar as guarnições gregas de S. Maura e Cephalonia, as quaes se tinham mostrado hostis aos expedicionarios. Esse facto contribuiu para que as relações entre Pisa e Constantinopla não fossem cordeaes. Ellas aggravaram-se mesmo mais tarde, em 1103, quando a frota pisana saqueou as ilhas Jonias. Tendo os pisanos, posteriormente, auxiliado Aleixo Comnene contra Bohemundo, principe de Antiochia, o imperador byzantino concedeu-lhes vantagens commerciaes. Um diploma d'esse monarcha, datado de 1112, assegurava-lhes liberdade para realizarem seus negocios, dispunha que as mercadorias que elles introduzissem no imperio e ahi fossem vendidas, pagassem — como imposto de commercio — 4 % do seu valor; quando, porém, commerciassem com productos gregos pagariam o mesmo que os subditos byzantinos; permittia-lhes que tivessem uma *Escala* e um quarteirão em Constantinopla, o direito de ahi viverem, segundo suas proprias leis e ter magistrados nacionaes; exporem suas mercadorias e vendel-as e possuirem logar especial em Santa Sophia e no hypodromo. Além d'isso, para mostrar sua benevolencia para com Pisa, o imperador compromettia-se a mandar presentes de oiro e vestimentas á Egreja e ao arcebispo da Republica. Os venezianos viram

com maus olhos esses favores concedidos aos pisanos nos Estados byzantinos e isso occasionou luctas e intrigas entre essas nações rivaes. Quando Manuel Comnene subiu ao throno e que Pisa lhe enviou embaixadores para a renovação e ampliação do tratado que tinham com o imperio, aquelle principe exigiu como condição principal para a assignatura do pacto, que a Republica jurasse não auxiliar Frederico da Suabia contra Byzancio. Tendo os pisanos recusado annuir a essa clausula, o imperador baniu-os do quarteirão que possuiam na cidade e deu-lhes em Galata um logar menos propicio para o commercio. Entretanto, em 1172, o consul Alberto Bolso, o jurisconsulto Buezundo e Marco Conti conseguiram que Manuel reintegrasse os pisanos em seus antigos direitos e lhes permittisse voltarem a occupar em Constantinopla seu antigo quarteirão e melhora de suas *Escalas* [1].

Durante o governo de Isaac Angelo, Pisa conseguiu novas vantagens em Constantinopla, taes como outros terrenos á beira-mar para atracação dos navios, morada de seus concidadãos e deposito de mercadorias; foi-lhes concedido o privilegio de pagarem 4 %, não só sobre os artigos que importavam como

[1] Heyd — *Obra citada.*

*

sobre os que compravam e vendiam dentro da cidade [1].

Veneza, que concorrera poderosamente para a fundação do imperio latino do Oriente, manteve a supremacia nos Estados gregos e sobre suas rivaes, Genova e Pisa. Esta ultima republica, reconciliada com os venezianos e benevolamente acolhida pelos principes latinos a quem promettera cumprir o que sempre tinha feito aos imperadores gregos, conseguiu algumas vantagens o que não impediu a decadencia da sua prosperidade mercantil. Veneza monopolisava então quasi todo o commercio levantino. O restabelecimento do imperio grego não trouxe maior fortuna aos pisanos, porquanto Genova e a Communa dos Doges tiveram nessa epocha os primeiros logares no intercambio europeu-oriental.

Os pisanos visitaram os portos francezes do Mediterraneo. Benjamim de Tudella diz que Montpellier devia sua prosperidade aos mercantes de Genova e Pisa, os quaes frequentavam as feiras de S. Gilles e de Frejus. Os pisanos iam a Arles pelo Rhodano, a Narbonna pelo Aude e communicavam com Montpellier pelo porto de Lattes [2].

Na Sicilia e Napoles, os pisanos tinham um

---

1 Heyd — *Obra citada.*
2 Piton — » »

porto particular — o «*Porto dos Pisanos*», privilegio que se suppõe muito antigo e lhes foi confirmado pelo imperador Henrique VI. Os portos da Sicilia serviam de escala ás suas frotas sahidas do «*Porto Pisano*» para as costas da Syria, do Archipelago e da Barbaria. Peruzzi deixou consignadas essas escalas em um manuscripto. Os navios que se dirigiam para Alexandria, ao Archipelago e á Romania tocavam em Gaeta, em Napoles e Salerno; o mesmo acontecia aos que se faziam de vela para a Sicilia ou para a Africa Septentrional. Em todas essas praças havia colonias pisanas administradas por consules e possuindo esplendidas lojas e um rico commercio [1].

Quando Carlos de Anjou implantou seu dominio na Italia Meridional, os pisanos que alli habitavam não eram *personas gratas* áquelle principe. Partidaria da casa de Suabia, extremamente dedicada aos Gibelinos, Pisa fôra um perenne foco de opposição á dynastia extrangeira. Tal procedimento tinha por causa razões economicas. Nas vizinhanças d'aquella Republica, uma outra communa se engrandecera e aspirava supplantal-a como potencia commercial. Essa communa, Florença, era guelfa e sustentava os anjuenses. Por isso — diz Yver — oppôr-se a Carlos de Anjou e a seus successo-

---

1 Yver — *Obra citada.*

res, difficultar seus projectos e perturbar sua politica era tambem retardar para os pisanos, o triumpho de seus adversarios e defender a sua supremacia commercial ameaçada.

Apezar do papado se ter interessado perante Carlos de Anjou, lembrando os excellentes serviços prestados pelos pisanos ao Christianismo por occasião das Cruzadas, elles foram expulsos de Napoles, visto o monarcha não poder supportar conspiradores em seu reino. Cinco annos duraram as hostilidades entre Pisa e Carlos I, isto é, de 1267 a 1272. Neste ultimo anno foi assignado entre os belligerantes uma convenção determinando uma tregua de dez annos. Por este pacto, os mercantes pisanos davam a Carlos I, a titulo de indemnisação pelas perdas causadas por seus corsarios, duas mil onças de oiro e compromettiam-se a eleger magistrados favoraveis aos guelfos; por seu lado o principe confirmava-lhes o privilegio de terem em Napoles uma loja e de escolherem seus consules [1].

A boa harmonia que se restabelecera entre a Republica Pisana e a dynastia anjuense, quebra-se quando sóbe ao throno o rei Roberto. Estando os gibelinos senhores do governo em Pisa, os corsarios pertencentes a esse partido politico commettem toda a sorte de tropelias

---

1 C. Yver — *Obra citada.*

nas aguas anjuenses, tomam carregamentos, prendem e maltratam os mercantes. Taes actos de barbaria só terminaram mediante a energica intervenção de Roberto, que exige a punição dos culpados, a liberdade dos prisioneiros e medidas protectoras aos navegantes. Novamente as hostilidades se rompem entre os Estados anjuenses e a Republica, quando Henrique VII fez de Pisa seu quartel general e mais uma vez se firmaram tratados entre os contendores, pondo em vigor os tratados antigos. Comprehende-se bem que essa instabilidade de relações tinha como corollario o affrouxamento dos negocios, porquanto os mercantes viam por esse motivo seus bens confiscados e sua liberdade cerceada. Yver, porém, assegura que apezar d'essas attribulações, alguns commerciantes, filiados talvez á minoria guelfa, conseguiram fazer fortuna em Napoles e ter uma situação consideravel. A familia Barba gozou durante tres gerações dos favores dos soberanos e conseguiu que suas mercadorias entrassem francas no Reino [1].

Pisa, populosa, forte e rica durante seculos, mandou suas naves sulcarem garbosas os mares, levando a fama do seu nome á Africa, á Asia, ás cidades occidentaes do Mediterraneo e

---

[1] C. Yver — *Obra citada.*

além. Seus commerciantes visitaram todos os grandes e pequenos mercados. Seu papel foi saliente nessa epocha brilhante da edade média, em que as nações se formavam, em que os espiritos irrequietos e aventurosos iam preparando o terreno ás almas de *elite* para o fundamento das sociedades futuras, para a liberdade e a dignificação do homem, para a prosperidade e bem-estar dos posteros. Cumprido o seu destino, Pisa teve de retirar-se do scenario politico e commercial e ceder o logar a outro povo mais forte. A posse da Corsega e da Sardenha foi o ponto de partida de sua decadencia. Na memoravel batalha de Meloria, Genova conseguiu derrotar a frota pisana e destruir o porto d'essa Republica. Em 1421, os genovezes compram Livorno aos florentinos por mil florins. Se esse acto favoreceu muito Florença, póde-se dizer que para Pisa não foi o golpe de graça. Havia muito tempo já que a importancia d'essa Republica declinara e que irremediavelmente tinha perdido seu esplendor commercial.

CAPITULO VII

Genova

I Posição geographica de Genova; sua notoriedade commercial no tempo dos romanos e dos barbaros — Guerras dos genovezes contra os musulmanos da Sardenha, da Hespanha e da Africa septentrional; seu papel nas Cruzadas e suas feitorias na Syria — Como se administrava a Communa de Genova — Os genovezes em Constantinopla e os tratados negociados com diversos imperadores bysantinos — A colonia genoveza de Caffa e o *Officium Gazariæ;* productos que se exportavam da Criméa — Os genovezes na Asia Menor, na Bulgaria e no Egypto e suas transacções mercantis nesses paizes. — II Os genovezes no Maghreb e os pactos ahi firmados; suas relações com Chypre, Chio, Rhodes, Catalunha e Provença — Os estabelecimentos dos genovezes no sul da Italia — Suas luctas com Veneza — O Banco de S. Jorge.

Situada á margem de um explendido golfo, Genova estendia sua casaria pelas faldas e encostas das montanhas em uma paizagem sobria e soberba. Não podendo dedicar-se com proveito á agricultura, pela natureza accidentada do solo e sendo as aguas do porto pouco ricas em peixe, os genovezes buscaram na vida aventurosa do navegante elementos de força e de prosperidade. O mar foi a estrada

que os enriqueceu. As expedições navaes fizeram d'elles um povo de negociantes. Era proverbial a phrase: *Genuensis, ergo mercator.* Os ligurios, desde epochas remotas tinham relações de amizade e commerciavam com os carthaginezes. A historia falla pela primeira vez em Genova ao tratar das guerras punicas. Magon, general cathaginez, assaltou-a, saqueou-a e deixou-a em ruinas. Roma que então dominava toda a Liguria, ordenou que reedificassem a cidade e o Senado nomeou um pretor para executar essa missão [1]. No tempo dos imperadores, os genovezes começavam já a entregar-se com ardor á navegação e ao commercio. Elles visitavam não só Roma como toda a Italia, vendendo solidas madeiras para construcção e artigos sahidos de suas excellentes fabricas de tecidos [2]. Strabão, referindo-se a Genova, chamava-a mercado de toda a Liguria.

Quando a turba barbara se lançou sobre o imperio romano, os genovezes soffreram o dominio de Theodorico. Mas este principe, que teve veleidades de economista não lhes tolheu a expansão commercial. Os chronistas citam um rescripto de Cassiodoro dirigido aos judeus domiciliados em Genova, outorgando-lhes diversos privilegios. Os francos tambem a inva-

---

[1] E. Vincens — *Histoire de la Republique de Gênes.*

[2] Francesco Mercante — *Sguardo historico al Commercio.*

diram, após os godos, ao levarem suas hostes destruidoras por toda a Liguria. Ella devia ter nessa epocha uma certa importancia, porquanto aquelles barbaros se gabavam de ter saqueado e queimado duas das mais florescentes cidades do mundo: Genova e Pavia [1]. Sob Carlos Magno, cuja habilidade e genio politico conseguira fundar o imperio do Occidente, Genova resurge e as suas frotas livres dos piratas que o grande imperador soubera affastar do Mediterraneo, vão commerciar com a Sardenha, a Corsega, Barcelona e Marselha. Os musulmanos da Africa septentrional e os que se tinham apoderado da Sicilia fizeram por differentes vezes assaltos a Genova e em 934 a devastam completamente. Apesar d'esse desastre, esta consegue levantar-se e sessenta annos mais tarde sua marinha é já bastante notavel. A vizinha Pisa, sendo como ella victima dos ataques continuos dos musulmanos, as duas republicas combinam alliar-se para repellir o inimigo commum e no começo do seculo X conseguem expulsal-o da Sardenha. Em 1088 as forças unidas das duas potencias projectam e realizam uma expedição contra Tunis, onde reinava o principe Temim da dynastia dos Ziridas.

As cidades de El-Mehdia e Zuila são ataca-

---

[1] E. Vincens — *Obra citada.*

das por genovezes e pisanos, que só retiram depois de obterem do soberano africano grandes sommas em dinheiro, a liberdade dos compatriotas presos nos carceres de El-Mehdia e varias concessões, referentes á isenção dos vexames a que outr'ora estavam sujeitos nesse reino [1]. Em 1136, a frota genoveza assalta tambem com exito a cidade de Bugia. Essas tres expedições representam a vindicta dos italianos contra as invasões e saqueios dos musulmanos em terras de Italia. As guerras que os genovezes moveram aos sarracenos na Sardenha, nas Baleares, na Hespanha e na Africa septentrional foram o preludio e corollario das Cruzadas. Ellas proporcionaram — diz Heyd — beneficios para todos os povos de origem latina, mas para as cidades maritimas que as emprehenderam trouxeram um inesperado augmento de força e um grande desenvolvimento ao seu commercio [2]. Os genovezes frequentavam os portos da Syria anteriormente aos paladinos da cruz ahi desembarcarem em som de guerra.

Ingulpho, secretario de Guilherme o Con-

---

1 As duas cidades de El-Mehdia e Zuila distavam tão pouco uma da outra que os historiadores muitas vezes empregam a denominação de El-Mehdia para designar ambas. Zuila era uma especie de suburbio, assaz consideravel que servia de avançada fortificada para proteger a capital, e de importante centro commercial (Heyd — *Le Colonie Commerciali degli Italiani in Oriente nel Medio Evo*).

2 Heyd — *Obra citada.*

quistador, conta que tendo ido á Palestina, trinta e cinco annos antes das cruzadas, regressou á Europa em um navio mercante, pertencente a uma frota genoveza que encontrara em Joppé.

Os armadores de Genova exploravam o transporte dos peregrinos que iam á Jerusalem, sobretudo na epocha das festas da Paschoa, onde estes affluiam em grande numero e davam a Judéa o aspecto de uma feira christã. Os mahometanos não se oppunham á entrada dos fieis na cidade, mas cobravam-lhes nessa occasião uma taxa fixa de portagem, consistindo em uma moeda de ouro por cabeça. Dos peregrinos, que visitavam os Santos Logares, alguns ficaram residindo na Syria, formaram colonias e estabeleceram a primeira corrente de negocios com o Occidente. Quando no outomno, as frotas apparelhavam, dispondo-se a regressar aos seus portos de origem, o mercado tinha grande movimento pela troca dos productos europeus pelos asiaticos [1].

Com as cruzadas, o commercio dos genovezes desenvolve-se e adquire extraordinario brilho. Estes transportavam armas, munições e viveres á Judéa, acompanhavam o movimento dos exercitos christãos e punham-se em rela-

---

1 Emille Vincens — *Obra citada.*

ções com elles em todos os pontos da costa em que seus navios podiam ancorar. Sendo grande a penuria de provisões entre os soldados de Christo, é facil suppor a alegria com que eram recebidos esses marinheiros mercantes, portadores de generos europeus aos quaes estavam habituados.

Emille Vincens, referindo-se ao papel dos genovezes nessas circumstancias, assim se exprime: «O ardor do ganho mais do que o zelo animava esse commercio e habilmente os referidos fornecedores d'elle tiravam um largo proveito. Basta reflectir na falta de todas as cousas a que os cruzados muitas vezes se viram reduzidos, ao seu immenso numero, á leviandade e descuidada imprevidencia d'esses cavalleiros alliada a uma extrema avidez de gozos. Os recursos que levavam em breve se consumiam. Então saqueavam e destruiam para ter com que satisfazer as necessidades e a phantasia, e todos os thesoiros tomados por elles cahiam nas mãos dos mercantes, sobretudo nas dos genovezes. Taes riquezas eram immediatamente postas em segurança a bordo dos navios e os armadores não tardavam em conduzil-as á sua patria. Assim, nada deixavam perder do que tinham obtido e iam adquirindo sempre, emquanto que os principes e os cavalleiros nunca trouxeram nada para a Europa. Por isso a miude estes tristemente faziam

notar que partindo da patria ricos senhores tornavam a passar o mar e os Alpes como pobres peregrinos reduzidos a esmolar» [1].

Os genovezes auxiliaram os principes francos a apoderarem-se de Antiochia, de Laodicea, Assur, Cesaréa e Jerusalem [2]. No assalto a esta ultima cidade, elles eram commandados por Guilherme Embriaco, consul de sua frota, que se encarregou dos engenhos de ataque, taes como as celebres machinas que arremessavam contra a cidade pedras de um peso enorme e as grandes torres movediças, cuja ponte se abaixava sobre a muralha e permittia aos assaltantes penetrarem na praça inimiga. Como recompensa d'esse auxilio, os genovezes obtiveram dos cruzados terrenos para estabelecerem suas feitorias e privilegios commerciaes. Elles tiveram colonias em Jerusalem, nas escalas de Acre e de Jaffa, em Assur *(Arzuffum, Arzuf)*, Ascalão e Cesaréa, que se governavam segundo as leis do seu paiz sob a chefia de um consul. Usavam alli de seus pesos e medidas

---

[1] E. Vincens — *Obra citada.*

[2] Quando os genovezes entraram em Cesaréa, depois do assalto, o saque foi tão grande que cada soldado recebeu 48 vintens de prata e 2 libras de pimenta. Entre as preciosidades roubadas, a mais famosa foi o *Calice sagrado*, ainda hoje existente na cathedral de Genova e que por muito tempo se julgou que fosse formado de uma esmeralda de grande tamanho e depois se verificou ser de vidro. (Boccardo — *Historia del Commercio, de la Industria y de la Economia Politica*).

quando faziam negocio entre si ou com os outros habitantes; sahindo, porém, do recinto que lhes pertencia, eram então obrigados a pagar direitos e a utilisarem os pesos de que se servia o soberano, ao comprarem qualquer mercadoria.

Em Antiochia, além de terem rua e armazem, jurisdicção e franquia commercial nas diversas cidades do principado, foi-lhes dado o terço das rendas de Laodicea. A esses favores, juntaram pouco depois outros. Em Tripoli pertencia-lhes egualmente um terço da cidade e o que essa rendia, era destinado á egreja de S. Lourenço de Genova; tiveram tambem uma terça parte dos impostos cobrados nos portos de Acre e de Tyro. Acre fizera-se uma cidade tão importante, após a sua incorporação ao dominio latino na Palestina que — diz Heyd — para se formar uma idéa da extensão de suas relações commerciaes basta mencionar que no fim do seculo XIII os negociantes do Acre visitaram as feiras de Champagne e que o monopolio do alumen na parte turca da Asia menor estava na metade do mesmo seculo nas mãos de um genovez e de um veneziano, seu associado, residentes na referida cidade.

As luctas entre *guelfos* e *gibelinos*, que tanto mal causaram ás communas italianas, produziram tambem nas colonias que essas mantinham na Syria, as mesmas rivalidades. A posse da

egreja de S. Saba em Acre foi o motivo de uma guerra entre genovezes e venezianos, que terminou pelo anniquilamento das colonias dos primeiros naquella região.

Filipe de Montfort tendo concedido aos genovezes um logar e franquias em Tyro, esta cidade tornou-se então o ponto principal do commercio de ditos mercadores na Syria, depois da perda das suas feitorias do Acre. O diploma d'aquelle principe restituia-lhes não só as suas antigas possessões e rendas em Tyro como outorgava-lhes outras novas nas vizinhanças das primeiras; permittia-lhes que creassem quatro Bancos para os cambios; isentava-os de impostos de entrada na cidade e aos objectos de seu uso. As mercadorias, porém, pagavam uma pequena taxa de meio *carouble* por um *byzantino* [1], tanto ao serem importadas como exportadas; o seu tribunal consular podia pronunciar sentenças capitaes contra os genovezes, mas a execução era direito do soberano [2]. As continuas luctas entre genovezes, pisanos e venezianos, habitando e commerciando na Syria, motivadas pela inveja e rivalidades mercantís, acabaram por enfraquecer o poder latino na Palestina e dar ganho de causa aos musulmanos que o combatiam.

---

1 Cada *byzantino* tinha doze *caroubles*.

2 Heyd — *Obra citada*.

Emquanto os genovezes iam no Oriente formando colonias e conseguindo enriquecer por intermedio de suas relações e dos bons negocios que estas lhes proporcionavam, — a mãe-patria conservava ainda a sua organização primitiva. A *Communa de Genova* era uma associação de commercio maritimo. Os cidadãos grupavam-se em sociedades chamadas *compagnas*, governadas por consules, sob a tutela dos bispos. Ellas tornaram-se tão preponderantes que os senhores feudaes das duas margens deixaram seus castellos e lhes foram prestar juramento, se inscreverem como cidadãos e habitarem sua circumscripção. Com as cruzadas, porém, os assumptos publicos complicaram-se. Houve necessidade de alargar a extensão territorial da communa. Um paiz que tinha estabelecimentos tão florescentes na Asia, que alli possuia, de parceria com principes, cidades e portos tão prosperos e immensos thesoiros, não devia permanecer nos estreitos limites em que se encerrava no Occidente. «Havendo dinheiro, que se comprasse o que estivesse para vender, e quanto ao resto que não respondesse a essas condições, se tomasse pela força» — eis o lemma adoptado. O consulado tornou-se independente das associações que preparavam as expedições ao Levante. Os consules passaram a ser eleitos, primeiro por quatro annos, depois por dois e, finalmente,

por um. A diminuição do prazo em que esses funccionarios exerciam a suprema magistratura, tinha uma razão democratica, a de salvaguardar os cidadãos dos abusos do poder.

Ao instituir-se pela primeira vez tal restricção é que a communa organiza uma chancellaria e nomeia archivistas e notarios. Ao tomarem conta do seu posto municipal, os consules juravam deixal-o ao cabo de um anno, contado dia por dia. Era-lhes prohibido fazer ou armar qualquer expedição sem que o *povo*, a assembléa dos cidadãos nisso consentisse; o mesmo estava estipulado quanto ao augmento de impostos; deviam impedir a importação de mercadorias extrangeiras que viessem concorrer com as do paiz, exceptuando as madeiras de construcção e as munições navaes, finalmente fazer tudo quanto fosse util ao *bispado* e *communa* de Genova. Tempo depois, os genovezes crearam os *consules* dos *plaids*, encarregados da distribuição da justiça e que por causa d'essas attribuições especiaes se distinguiam dos *consules da communa;* havia um para cada uma das *companhias*, entre as quaes os cidadãos estavam repartidos e organizados por quarteirões [1].

Genova, proseguindo em seu plano de au-

---

[1] E. Vincens — *Obra citada.*

*

gmento territorial, conseguiu dominar e incorporar a Republica ás communas vizinhas e extender seus limites do Magre ao Var. Na sua politica interna, os genovezes tiveram uma vida agitadissima, consequencia das paixões partidarias. Os seus administradores, na edade média, chamaram-se *consules*, primeiro, depois, *podestás*, mais tarde *capitães do povo*, em seguida *abati*, especie de tribunos, e, finalmente, *doges* perpetuos, começando a serie: Simão Boccanegra.

A simplicidade democratica do governo de Genova foi-se modificando á proporção que esta se enriquecia. Stella, historiador dos ultimos annos do seculo XIV, assim se exprime a tal respeito: «Nos tempos antigos não se distinguia o povo da nobreza. Uma só designação confundia todos os cidadãos. Mas com o tempo, os descendentes das familias que tinham exercido a magistratura se intitularam nobres».

Emquanto os genovezes iam lançando as bases do seu poder commercial na Syria, não deixavam tambem de extender suas vistas á Constantinopla, que por sua privilegiada posição era um explendido centro mercantil. O primeiro contacto que tiveram com o imperio byzantino não foi de natureza amiga e succedeu por occasião das Cruzadas, quando Aleixo Comnene temendo que elles tomassem parte na expedição que Bohemundo de Antiochia

preparava contra seus dominios, enviou uma esquadra para combater a genoveza. Esta não entrou no ataque realizado pelo principe franco, mas, por diversas vezes intentou devastar as ilhas e as costas do imperio grego. Heyd diz que esses repetidos assaltos dos genovezes ás regiões byzantinas tinham uma outra razão mais poderosa do que o odio que, como cruzados, nutriam contra Aleixo. E era ella o monopolio commercial que esse imperador concedera aos venezianos.

Durante o reinado de Manoel Comnene conseguem os genovezes alguns favores no imperio [1]. Em 1155, esse soberano propoz-lhes um tratado pelo qual poderiam estabelecer na capital uma colonia commercial em terreno para esse fim doado; gozariam em todo o imperio as mesmas vantagens que ahi fruiam aos pisanos; e os direitos que pagavam pelas mercadorias seriam reduzidos de 10 % a 4 %. Genova tendo acreditado embaixadores junto ao imperador para tratarem de tal assumpto, as negociações terminaram favoravelmente.

Na historia não ha documento algum que mencione qual a data em que os genovezes to-

---

1 Manoel Comnene, tendo em mente realisar um dos seus mais gratos sonhos politicos, acreditou que sua benevolencia para com as duas republicas que buscavam vantagens mercantís em seu Imperio crearia nellas sympathias por sua causa.

maram realmente conta do quarteirão promettido. Sabe-se, entretanto, que em 1162, já alli estavam em grande numero, porque nessa epocha repelliram o assalto que os pisanos deram ao seu *fondaco* de Constantinopla. Em 1170, o embaixador genovez, Amico de Murta firmou com Manuel Comnene um outro tratado, que cedia a seus compatriotas um novo quarteirão para commercio, *Escala* e egreja, em logar apropriado e liberdade para negociar em todo o imperio, excepto na Russia e na Matracha [1]. Quanto aos direitos sobre as mercadorias, continuavam a ser de 4 °/₀ em Constantinopla, mas nos outros pontos da Romania, os genovezes pagariam o mesmo que os mercantes latinos [2]. Eustacio diz que em 1180, epocha do fallecimento do imperador Manuel, havia mais de sessenta mil latinos habitando Constantinopla.

No reinado de Isaac Angelo conseguem os genovezes uma nova *Escala*, junto do convento de Panteleemone e diversos edificios, mas ape-

---

[1] A Russia a que se refere o tratado de 1170, entre o imperador Manuel e os genovezes estava situada no desemboccar do Don, no mar de Azof. Matracha, a Tamatracha de Constantino Porphyrogeneto, a Matrega dos viajantes e cartographos do Occidente na edade média, estava na peninsula de Taman, e segundo Edrisi, era uma cidade mui populosa e commercial, frequentada por mercadores de paizes longinquos (Heyd — *Obra citada*).

[2] Heyd — *Obra citada*.

zar de seus esforços não obtiveram a reducção da taxa de 4 % a 2 % [1], que pagavam.

Por occasião da conquista de Constantinopla, estabelecimento do imperio latino no Oriente, os genovezes viram-se alli supplantados por seus rivaes, os venezianos, que tendo auxiliado os principes francos nessa empreza, receberam d'elles taes favores commerciaes que todos os negocios acabaram por concentrarem-se em suas mãos. As luctas entre as duas grandes republicas italianas que queriam ter a primazia no Levante, na Africa e no Mediterraneo, tornam-se mais encarniçadas. Genova procurava por todos os meios obstar que Veneza monopolisasse o commercio do reino latino e mandava constantemente os piratas percorrerem o mar Egeu e o Adriatico para difficultarem o trafico maritimo que a rival fazia com as suas colonias. De vez em quando havia treguas entre os belligerantes, mas ao menor pretexto rompiam-se. Os genovezes só eram tratados favoravelmente na parte da Grecia em que a influencia veneziana não se fazia sentir. Assim no ducado de Athenas, elles obteem do principe alli reinante, segurança de pessoas e bens, liberdade commercial, isenção de taxas, quarteirão em Athenas e Thebas, casas de communi-

---

1 Heyd — *Obra citada.*

dade e consules. A isenção de direitos tinha, porém, uma excepção referente aos estófos de seda, que fabricavam ou mandavam fabricar dentro do ducado. Pagavam então por isso o mesmo que os outros em egual caso. A tecelagem de seda era uma industria muito florescente em Thebas e na Beocia [1].

Bem se comprehende que os genovezes não perdoassem aos venezianos o mal que estes causavam ao commercio levantino e se esforçassem por collocar no throno de Justiniano e dos Comnenes, a dynastia grega deposta e refugiada em Nicea. Para esse fim, enviam uma embaixada a Miguel Paleologo, pretendente ao sceptro byzantino, o qual lhes promette, se assumisse o poder, a liberdade de transito e de commercio em todos os seus Estados, como se estes fossem possessões da Republica. A conspiração preparou o momento de agir e uma esquadra genoveza sob o commando de Martim Boccanegra apparelhou e seguiu em auxilio das forças de Miguel, que se tinham dirigido á Constantinopla. A habilidade e astucia de um dos tenentes do pretendente fizeram cahir em suas mãos mais depressa do que suppunham a capital byzantina, e esta conquista põe termo a existencia do imperio latino.

---

1 Heyd — *Obra citada.*

Alguns historiadores negam que os genovezes tivessem chegado a tempo de tomar parte na tomada de Constantinopla. Niceforo Gregoras, chronista grego é um dos que mais categoricamente sustenta essa opinião. Heyd diz que a frota genoveza sahiu da metropole no dia 25 de Julho, data em que Constantinopla abriu suas portas aos gregos, e que, portanto, os genovezes não podiam estar alli nessa occasião, mas que sendo esse facto alheio á sua vontade e devido a precipitação dos acontecimentos, Miguel Paleologo cumpriu a promessa que lhes fizera.

No tratado assignado por este e os embaixadores genovezes foi estabelecido: 1.º — o imperador daria sua amizade á Republica e seria inimigo dos venezianos; 2.º — os cidadãos de Genova commerciariam livremente em todo o imperio, sempre isentos de imposto; 3.º — a referida communa teria *fondaco*, palacio, egreja, banho, forno, casas, lojas e jurisdicção consular, não só em Constantinopla como em Salonica, Cassandra, Smyrna [1], Adramyttium, nas

---

[1] Segundo Heyd, Smyrna, que no tratado entre Genova e Miguel, é citada como uma cidade commercial, dotada de um bom porto, não deve ter estado em poder dos genovezes mais de trinta annos, porquanto a invasão turca na parte meridional da margem occidental da Asia menor, cerca do anno 1300, obrigou-os a renunciar a essa posição.

ilhas de Samos, Lesbos, Chio e com o *favor de Deus*, nas de Negroponto e Candia; 4.º — todas as outras nações deviam estar sujeitas ás tarifas alfandegarias e a todos os costumes do fisco imperial; 5.º — se o soberano precisasse de armar uma frota, os genovezes poriam á sua disposição cincoenta navios, mediante uma taxa fixa; 6.º — seria permittido aos mercantes genovezes exportar livremente do imperio toda a especie de mercadorias, excepto o oiro e a prata quando não amoedados; 7.º — poderiam entrar no imperio com frotas e armas; 8.º — o imperador restabelecia o compromisso de seus antecessores de pagar annualmente a Genova quinhentas peças de oiro e dois tapetes de brocado de oiro, e ao arcebispo cincoenta peças de oiro e um tapete; 9.º — os genovezes, por seu turno, concediam a franquia de seus portos aos mercadores e outros vassalos do imperio grego, o qual promettiam defender contra seus inimigos; 10.º — a Republica obrigava-se a não fazer paz com Veneza sem o consentimento do imperador [1].

Ao emprehender derrocar o imperio latino do Oriente, Genova praticava um acto de inconcebivel temeridade, porque podia acar-

[1] Depping — *Obra citada*.

retar-lhe, se succumbisse na empresa, o anniquilamento do seu commercio na Grecia. O Occidente inteiro lhe exprobaria essa façanha, e o papa não lhe regatearia sua colera. Mas Genova achou que a sua preponderancia commercial e a humilhação que ia inflingir a seus rivaes, os venezianos, valiam bem uma excommunhão e alegremente, não trepidou em arrosta-la.

Quando os genovezes receberam o palacio publico, que os venezianos tinham em Constantinopla, demoliram-no ao som de musicas e acclamações de triumpho e as pedras principaes do edificio foram enviadas á metropole para alli servirem de tropheus. Assim vingavam as affrontas que d'elles tinham soffrido na Syria.

Por occasião de ser ratificado o tratado a que anteriormente nos referimos, Genova declara serem potencias amigas: os reis de França, Castella, Aragão, Inglaterra, os principes, os barões christãos e as ordens religiosas da Terra Santa, os reis de Chypre e da Armenia; mas além d'isso elles annunciam suas allianças com os soldãos dos turcos, do Egypto, de Damasco e de Alepo e com o rei de Tana, soberano de Palus Alcotidas. Vê-se que a favor de seus estabelecimentos nas cidades christãs da costa syria, Genova não negligenciara o commercio dos mahometanos, pouco se impor-

tando com a formal defeza do papado a tal respeito [1].

Após sua entrada na capital byzantina, os genovezes fizeram de Pera [2] o entreposto do seu commercio com a Asia e a Taurida. Tendo um importante ponto de apoio nas ilhas e nas differentes regiões das provincias do antigo imperio grego onde suas colonias dominavam, elles aproveitaram-se d'essas escalas para tirarem vantagem. Os genovezes monopolisaram o commercio dos artigos alimenticios em Constantinopla. Eram elles que lhe forneciam o trigo e o peixe. Os gregos dependiam tanto d'esses negociantes que, quando por questões com o imperador, os genovezes fechavam seus mercados declarava-se immediatamente uma crise de alimentos e todos receiavam que seu prolongamento motivasse fome e revoltas.

O commercio entre o Ponto Euxino e a capital e mais tarde entre aquelle mar e a Europa inteira passava todo pelas mãos dos

---

1 E. Vincens — *Obra citada.*

2 Na segunda metade da edade média não se fazia de Pera e Galata duas regiões distinctas. O quarteirão dos francos superiormente collocado e que agora se chama *Pera*, não era habitado; o suburbio que do alto descia á Cornucopia de Oiro era denominado pelos byzantinos como ainda hoje: Galata, emquanto os latinos de preferencia designavam com o nome de Pera para a parte de Constantinopla situada além da Cornucopia de Oiro. Assim os auctores empregam a designação indistincta dos dois nomes para indicar a mesma região. (Heyd — *Obra citada*).

genovezes. A suas instancias Paleologo dera-lhes a entrada livre no mar Negro, onde exceptuando os pisanos, a nenhuma outra nação era permittido navegar. Elles construiram as *taridas*, navios baixos e longos, que podiam sulcar aquellas aguas na estação invernosa. Esse facto causou a maior admiração aos byzantinos que costumavam suspender sua navegação nessa epocha, por serem demasiado timidos para afrontarem o perigo que ella então offerecia. Caffa foi a mais importante colonia fundada por Genova no Ponto Euxino. Diz Heyd, que antes dos genovezes alli abordarem, não era provavel que Caffa tivesse sido uma cidade importante, porquanto Edrisi que conhecia bem o littoral meridional da Criméa e cita uma porção de logares d'essa região, não se refere áquella. Os genovezes estabeleceram-se em Caffa, não porque ella fosse então um centro commercial, mas porque esperavam transformal-a em um grande emporio. O seu porto era bellissimo, espaçoso e offerecia excellente ancoradoiro, estando ahi os navios protegidos contra os ventos do norte, que tão perigosos eram em certas occasiões [1].

Os genovezes trataram de dar a Caffa um bom regimen interno. Concederam-lhe uma

[1] Heyd — *Obra citada.*

administração livre e regular, composta de consules, de dois Conselhos, um maior, outro menor, de um Parlamento, de funccionarios, *massarii* ou *provisori*, que registravam as rendas da cidade e geriam as finanças da colonia, de *maestrali*, que estabeleciam o preço dos comestiveis, de capitães de burgos e que todos estavam sob a vigilancia do *Officium Gazariæ*, composto de oito cidadãos, escolhidos entre trinta e dois e que tomavam assento em Genova no palacio que mais tarde foi a *Casa de S. Jorge*. Todas as colonias genovezas do mar Negro modelavam-se pela de Caffa. A *Gazaria* organizou um codigo que podia servir de ensino a uma administração colonial. Quando esta Repartição teve, sob sua fiscalisação, todas as colonias, passou a denominar-se *Uffizio degli atti prudenti di provisione della Romania*. Para a percepção dos impostos que ellas deviam pagar á Genova, esta mandava sempre emissarios especiaes. Galeras e exercitos eram tambem para alli destacados no intuito de defendel-as e quando os recursos financeiros da metropole não permittiam taes auxilios, o governo encarregava a Casa de S. Jorge de fazer as suas vezes [1].

---

[1] Os genovezes fizeram estatutos sobre a navegação do mar Negro. Determinaram a fórma, o tamanho, o equipamento dos navios grandes e dos pequenos. Cada mercante devia estar munido de armas para elle e para um servidor. As galeras que iam á Tana tinham um

Ainda a respeito da fundação de Caffa é interessante o que escreveu o annalista Nicephoro Gregoras e que transcrevemos por ser um quadro verdadeiro das formulas usadas pelos italianos em suas conquistas commerciaes:

«Os latinos, mas sobretudo os genovezes, sendo dados ao commercio e á navegação, dos quaes tiram principalmente sua subsistencia, a primeira instrucção que recebem de sua Republica é: — que por toda a parte em que encontrarem um porto commodo bem defendido dos ventos e proprio ao trafico, procurem primeiro contrahir amizade com os naturaes do paiz, façam com elles alliança e tornem-nos favoraveis a seus designios; não julguem poder commerciar com segurança sem essas precauções; quando descobrirem um ponto semelhante apressem-se em entrar em negociações; concordem nos direitos a pagar; offereçam um mercado livre a quem quizer comprar; os pactos firmados e o logar concedido, construam alojamentos, armazens, lojas, tudo quanto fôr preciso para collocar suas mercadorias em segurança. — Foi assim que ha poucos annos

---

capitão commum, navegavam em conserva e eram obrigadas a fazer escala em Caffa e ahi parar pelo menos um dia. Para garantir a observancia dessas prescripções, os patrões das galeras antes de partir de Genova deixavam uma caução de mil libras. (Cibrario — *Economie politique du moyen âge*).

elles fundaram Caffa, depois de terem obtido licença do principe dos Scythas, mas a feitoria não foi primeiro como é hoje, vasta e cercada de grandes muralhas. Os genovezes contentaram-se com um pouco de terreno fechado por uma pequena trincheira e sem nenhuma protecção de muros. Depois, sem licença e pouco a pouco, transportaram pedras por mar e por terra; estenderam-se em cumprimento e largura; deram maior altura ás suas casas, usurparam furtivamente mais terreno do que o concedido. Não contentes com isso, sob o pretexto de affluencia de mercadorias, recuaram para mais longe os fossos e lançaram taes fundamentos que indicavam bem outras vistas. Assim, gradativamente, fortificaram tão bem sua cidade, que n'ella estavam em segurança e ao abrigo dos ataques. Então, ficando mais ousados, trataram os Scythas com menos reserva, ou antes, com essa altivez, que lhes é naturalmente propria».

A maior parte dos habitantes de Caffa pertencia a nacionalidade genoveza, mas ahi tambem se estabeleceram russos, gregos e armenios. Ibn Batuta encontrou nessa cidade um *kady* e uma mesquita, o que indica egualmente a existencia de uma communidade musulmana. Como os christãos eram em maior numero, os papas quizeram formar n'essa colonia commercial um centro de catholicismo. João XXII, em

1317, ou em 1318, determinou que Caffa fosse a séde de um bispado, cuja diocese assaz vasta ia de Beroe, na Bulgaria, até Sarai no Volga, e do mar Negro ao paiz dos Rutenios [1]. Schiltberger diz que na epocha de sua prosperidade, Caffa contava, comprehendendo os suburbios, vinte e uma mil casas, e tinha uma população quasi duas vezes maior do que Constantinopla. Os tartaros habitavam os arredores da cidade e a parte interior da região. Em um valle situado a poucas horas de Caffa, estava a residencia dos emires dos tartaros, que administravam a Criméa tartara como tenentes do khan de Chipciach [2]. A cidade chamava-se *Solgat*, e os genovezes, que ahi mantinham um consul nomeado pelo de Caffa, a consideravam de grande importancia para sua colonia. O commercio entre as duas cidades era notavel. Assim quando a *Gazzaria* ordenou em março de 1316, que nenhum genovez levasse mercadorias á *Solgat* e d'ahi só trouxesse a quantidade de generos que se podesse comprar e conduzir dentro de oito dias (sendo prohibida uma mais longa permanencia) e isso no intento de concentrar todo o commercio em Caffa, essa determinação teve de ser modificada por ser molesta aos mercantes, que frequentavam aquella região. Dita Re-

1 e 2 Heyd — *Obra citada.*

partição colonial então apenas prescreveu que nenhum commerciante genovez devia residir na mencionada cidade nem ter armazenado em Solgat as mercadorias lá compradas, porquanto ambas essas cousas eram prejudiciaes a Caffa. Os genovezes surtiam *Solgat* de viveres, especialmente de vinhos e fructas e d'ella traziam pelles, pelliças, sedas e drogas [1].

Desde tempos remotos passava uma estrada pela cidade da Criméa, que ia ao mar e por onde transitavam rumo do sul os productos do norte e, em direcção opposta, os do meio dia á região septentrional. As pelliças, muito apreciadas, pelos opulentos senhores italianos e pelas damas patricias, tanto quanto pelos orientaes, salientavam-se entre os artigos tartaros mais procurados pelos commerciantes. Essas mercadorias eram embarcadas nos portos da Criméa e destinavam-se á Constantinopla, á Asia menor, aos paizes occidentaes, á Syria, ao Egypto e á Persia. Os genovezes enviavam tambem ao Caucaso o sal dos lagos salgados da Criméa, á Constantinopla, os trigos, o peixe, como dissemos anteriormente, e madeiras de construcção; para a Syria, o Egypto e ás costas da Barbaria, exportavam tambem esta materia prima [2]. Além d'estes

[1 e 2] Heyd — *Obra citada.*

artigos de negocio que vimos de mencionar, mercadejavam com os seus productos industriaes, taes como os *camelots* e não se descuidando de procurar relações em paizes longinquos conseguiam nestes abrir mercados. A grande feira de Sultanieh na Persia era frequentada pelos negociantes de Caffa, os quaes mantinham tambem armazens em Chypre e no Egypto [1]. Um dos commercios a que os genovezes da Taurida se dedicavam foi assaz vergonhoso: queremos referir-nos ao trafico dos escravos. Elles vendiam ás nações barbaras e principalmente ao Egypto, não só adultos como creanças de ambos os sexos que roubavam ou compravam no Caucaso. Os agentes do soldão do paiz do Nilo vinham adquirir em Caffa *peças humanas* que revendiam no Cairo a cento e dez, cento e vinte, cento e trinta e cento e quarenta *sequini*, conforme a procedencia. Calculava-se em 1420, que por esse processo se importavam annualmente no Egypto cerca de dois mil homens [2].

[1] Heyd — *Obra citada.*

Marco Polo encontrou genovezes navegando no mar Caspio. Elles levavam até Tauris em suas caravanas, os productos que tiravam de Caffa e Galata para os trocar pelos dos asiaticos, que subiam o Euphrates e atravessavam o deserto. Succedia, porém, em certas occasiões, que os mercantes genovezes em vez de confiar a outros suas mercadorias, aventuravam-se nas regiões situadas ao meio-dia e ao oriente da Persia. (Boccardo — *Obra citada*).

[2] Heyd — *Obra citada.*

Os genovezes fizeram diversos tratados com os tartaros do Ponto Euxino. Em 1380, o consul genovez em Caffa e Elias Bey, enviado do kan dos tartaros, negociaram uma convenção na qual promettiam amizade e fidelidade reciproca, liberdade e segurança para os mercantes de uma e outra nação e justiça nos paizes das partes contractantes. O khan reservava-se o direito de ter um residente em Caffa para tributar certas mercadorias, que eram provavelmente as que vinham da Taurida ou as que á ella se destinavam [1]. Em 1383 um outro tratado garantia protecção e justiça aos vassallos do khan, que fossem ás regiões occupadas pelos genovezes, e concedia o direito de ter um funccionario aduaneiro encarregado de cobrar, segundo os antigos usos, as taxas alfandegarias. Os tartaros, pelo seu lado, reconheciam como pertencendo aos genovezes dezoito aldeias, dependentes de *Solgat* (Solcat). Os colonos poderiam ir e vir nas terras dos tartaros. Os escravos que fugissem de *Solgat* á Caffa ou vice-versa seriam entregues [2].

Quatro annos mais tarde, os embaixadores genovezes fizeram confirmar por Morath-Bey, filho de Orkhan, o que Genova e este chefe tinham estipulado relativamente ao commercio

1 e 2 Depping — *Obra citada.*

entre os musulmanos e os genovezes de Pera [1]. Ainda em 1387, os mesmos embaixadores firmaram um novo tratado com os representantes do khan-tartaro Toctamisch. Por esse pacto as duas partes renunciam a todas as reclamações por perdas soffridas durante as querellas, exceptuando as que se referissem aos escravos de um e outro sexo, e as mercadorias que se podessem encontrar na parte adversa. O khan promettia tambem fazer cunhar em *Solgat* e em outros pontos do seu dominio moedas de boa lei [2].

Pelos portos da Criméa, os genovezes enviavam ao norte, os productos da região meridional e commerciavam com a Russia. Muitas vezes esses mercantes foram encontrados nas feiras de Kiew.

No littoral do mar Negro, levantava-se tambem Trebizonda, importantissima cidade commercial, capital de uma provincia byzantina e que fôra mesmo, durante algum tempo, séde de um pequeno imperio grego, ao qual já nos referimos em capitulo anterior.

Por esse motivo apenas falaremos de Tre-

---

1 Depping — *Obra citada.*

Pelo tratado de 1383, entre Genova e os tartaros da Criméa, os portos abertos áquella nessa região, eram os de Solgat, Cembalo, Balaclane, Chereo e Tana, e ficavam sob a jurisdicção do consul de Caffa. (Hoffman — *Obra citada*).

2 Depping — » »

bizonda como logar em que os genovezes possuiram uma florescente colonia. Era alli que se trocavam os productos gregos pelos asiaticos e que se fazia o entreposto das mercadorias septentrionaes vindas directamente da costa da Criméa. Pachimere assevera que os genovezes se tinham estabelecido em Trebizonda desde tempos remotos. O historiador allemão Heyd, cujo espirito critico, summamente investigador é dotado do maior criterio, diz que a existencia d'essa colonia data de antes da metade do seculo XIII [1]. Os genovezes possuiam em Trebizonda, perto do mar, um castello. O povo d'essa cidade, que odiava e invejava a prosperidade commercial dos mercantes de Genova e de Veneza, residentes em seu territorio, revoltou-se em 1343 contra elles e trucidou um bom numero. Esse facto determinou entre os genovezes e os de Trebizonda uma lucta que só terminou em 1349, obtendo os primeiros as suas antigas vantagens, que conservaram até á queda do imperio. O reino de Trebizonda, além do alumen, offerecia ao commercio: preciosissimos estófos de seda, de linho, de lã e seda, vinhos, cera e mel. No seu porto, entravam da vizinha Persia artigos riquissimos para serem exportados. Os commer-

1 Heyd — *Obra citada.*

ciantes italianos iam pessoalmente á capital de Tauris e a Soltanieh, attrahidos pelos ricos bazares da primeira d'aquellas cidades, e pelas famosas feiras da segunda [1]. A distancia entre Tauris e Trebizonda era de treze dias para um negociante viajando *isoladamente* e a cavallo, e de trinta a trinta e dois para uma caravana. Os gastos para esse transporte eram grandes pela necessidade que havia de proteger com uma escolta os carregamentos de certa importancia.

Por esse motivo, a mercadoria encarecia, mas os productos que a Persia continha eram tão valiosos, que os negociantes supportavam gostosamente despezas e fadigas. Entre esses artigos ha que registar as perolas do golfo Persico, os rubis e os lapis-lazuli do Badakchar, as turquezas do Nichapur, as excellentes sedas das margens meridionaes do Caspio, os estófos de seda, os tapetes, os brocados de oiro manufacturados pelos persas com arte e maestria e muitas outras coisas dignas de serem apreciadas pelos consumidores. Os productos procedentes da India e da China eram desembarcados no golfo Persico e levados para o interior do paiz. Por via terrestre tambem chegavam esses mesmos artigos á Persia. Consideravel

[1] Heyd — *Obra citada.*

foi, por conseguinte, todo o commercio que alli se fazia. Heyd affirma que em 1325 havia nesse paiz uma communidade de mercantes de Genova. Tal existencia é certificada pelo *Officium Gazariæ*, o qual, nesse anno, dá ordens referentes á dita colonia, determinando que nella se estabeleça um consulado com jurisdicção em toda a Persia, um *officium mercanciæ* e um conselho composto de vinte e quatro membros [1].

Na Asia menor tiveram os genovezes uma colonia em *Amisus* (hodierna Sansum), cidade muito frequentada pelos mercantes, que vinham do Egypto e da Syria e que em seu porto se embarcavam para Caffa, que estava situada em frente. Heyd — de quem tiramos estas informações — refere que *Amisus* se compunha de duas cidades muito proximas e ambas circundadas por uma forte muralha. Uma era habitada pelos turcos, a outra, um oasis christão no meio de um paiz turco [2]. Sinope foi outro ponto em que os genovezes fundaram colonia, mas o commercio que ahi se fazia era muitas vezes interrompido, porque os domina-

---

[1] Heyd — *Obra citada.*

Anderson assegura que as moedas genovezas circulavam em Calicut, na costa de Malabar; e por uma carta escripta em 1326 pelo missionario André de Perugia, mencionada no tomo v dos annaes de Wadding, sabe-se que os negociantes de Genova iam até ao porto de Zaiithoun na China. (Boccardo — *Obra citada*).

[2] Heyd — *Obra citada.*

dores indigenas dedicavam-se á pirataria e causavam mais prejuizo aos italianos do que lucros. De maior importancia deve ter sido Amasrah (a antiga *Amastris)*, que se suppõe ter servido ao commercio de transito entre Constantinopla e Trebizonda.

A Armenia, assignalando-se na edade média, como sendo de valor para as relações commerciaes dos povos do occidente com a Asia não podia deixar de ser visitada pelos genovezes. O caminho de Tauris e de Erzerum termina no porto de Aïas ou Lajazzo. Marco Polo chamava essa cidade a porta dos paizes orientaes. Ella era o entreposto das riquissimas mercadorias levantinas, sobretudo dos perfumes, e o escoadoiro de productos europeus destinados á Tauris, que além d'essa via só os podia receber pela Syria ou por Trebizonda. Da Armenia iam para alli muitos dos carregamentos expedidos pela colonia de Caffa e provavelmente pela de Galata em Constantinopla [1]. Em 1201, os genovezes conseguem dos principes armenios os primeiros favores. Leão II concede-lhes um terreno para edificarem uma egreja, um quarteirão com armazens, e consules em Sis (antiga *Flaviopolis*), Mopsuesto e Tarso.

---

[1] Depping — *Obra citada.*

Por um outro pacto concluido em 1215, Genova obteve que seus compatriotas fossem julgados por patricios residentes no reino. Como os armenios cobrassem grandes direitos ao commercio de transito, a Republica enviou em 1288 o almirante Zaccaria á negociar sua reducção. Leão III acedendo aos pedidos d'esse embaixador, determinou que em todas as cidades do seu reino, os direitos aduaneiros e de transito cobrados aos genovezes fossem os mesmos de Aïas; e para as coisas que se vendessem no mercado por intermedio de um corrector ou em casa, que não se percebessem impostos por corretagem, do mesmo modo que para o azeite e o vinho em tonel ou em cantaro; identica clausula á anterior se applicaria aos escravos comprados no reino, sob a condição, porém, que se esses fossem christãos não poderiam ser vendidos aos musulmanos. O trigo e a cevada importados não pagariam direitos de corretagem; o imposto de ancoradouro seria supprimido; o ferro pagaria 1 %. Ficavam estabelecidas para os artigos em transito as seguintes taxas: vinte e cinco *derams* pela seda carregada em um camello, idem por carga de indigo e drogas, exceptuando a pimenta, o gengibre e o pau brazil que estavam tarifados a vinte, a par dos pannos procedentes de França e das telas de linho, o algodão, o assucar, o mercurio, o coral, o estanho e

o cobre, pagavam quinze *derams*, e o sabão, apenas, dez [1].

Os genovezes commerciavam com a Bulgaria, já antes de 1316. Este facto está documentado por uma ordem do *Officium Gazariæ* d'essa epocha, prohibindo os cidadãos de Genova de penetrarem em territorio bulgaro sob qualquer pretexto ou de para lá enviarem mercadorias. Essa determinação foi motivada por umas violencias praticadas contra os genovezes pelo rei Stanislau. Parece que mais tarde, porém, as relações se reataram, porquanto o consul Giovanni de Mezano e os embaixadores Gentile de Grimaldi e Giovanni del Bosco, em nome de Genova e os representantes do principe bulgaro Juanchus assignaram no palacio do podestá genovez em Pera no anno de 1387, um minucioso tratado. Nesse documento é estipulado que o principe concederá em seus Estados, tanto em terra como no mar, protecção, segurança e justiça aos genovezes; lhes dará um terreno para edificarem um *fondaco* e uma egreja; reconhecerá um consul que terá toda a plenitude para bem exercer suas funcções; em caso de guerra entre as duas potencias, um praso será concedido aos genovezes residentes na Bulgaria para sahirem com suas mercadorias; os genovezes poderão exportar

---

1 Depping — *Obra citada*.

d'esse paiz toda a especie de artigos e productos, exceptuando os viveres em tempo de fome; os referidos cidadãos não pagarão pelo transporte atravez do principado mais do que 2 %, dos quaes metade será percebida á entrada e a outra metade á sahida; o oiro, a prata, as perolas, as joias e os navios serão isentos de impostos. Aquella das duas partes que faltar ás estipulações do tratado pagará á outra uma somma de cem mil *perperis*. As propriedades servirão de garantia reciproca [1].

Se os genovezes foram durante um largo periodo, os monopolisadores das mercadorias asiaticas que se destinavam á Europa pela via do golfo Persico e das que seguindo ao longo do curso do Euphrates e do Tigre iam aos portos do mar Negro, elles não negligenciaram tambem a cidade de Alexandria, onde pelo caminho do mar Vermelho e do Egypto chegavam mercadorias d'aquellas mesmas procedencias.

Documentos existentes nos archivos de Genova, attestam que durante os annos de 1155 e 1164 se redigiram mais de sessenta e seis contractos de associações de genovezes feitos na intenção de commerciarem em Alexandria. Quando o Egypto esteve no poder de Saladino sabe-se por uma chronica inserta no livro

---

1 Depping — *Obra citada.*

do historiador Caffaro, que Genova em 1177 acreditara junto áquelle soldão o embaixador Rossi di Volta, o qual conseguiu que o soberano firmasse um tratado com elle. Heyd informa que o irmão de Saladino se valeu do genovez Ruggeronus para trocar alumen egypcio por artigos italianos. Benjamin de Tudela, que visitou o Egypto nos primeiros tempos do governo de Saladino, enumerando os povos que então commerciavam com Alexandria, sobretudo para comprarem as drogas da India, menciona os genovezes entre os italianos que alli tinham *fondaco*. E' no fim do seculo XIII, porém, que as relações entre Genova e o Egypto se tornam mais importantes [1]. Em 1290, as duas potencias assignam um tratado de amizade e commercio, o qual visa terminar os actos de pirataria praticados por seus nacionaes. Eis as clausulas d'esse documento:

1.ª a pessoa e os bens dos genovezes serão respeitados nos Estados do Soldão; 2.ª os mercantes de Genova terão por toda a parte liberdade de locomoção; 3.ª os genovezes estarão sob a jurisdicção do consul do seu paiz residente em Alexandria; 4.ª se um sarraceno ou um christão extrangeiro tiver uma questão com um genovez será o consul d'esta nação quem decidirá; mas se um genovez apresentar uma reclamação contra um sarraceno, o conflicto será levado perante o emir da

1 Heyd — *Obra citada.*

alfandega; 5.ª o genovez que quizer se subtrahir á acção do seu consul, será preso pelo emir e entregue a esse magistrado que procederá como de direito; 6.ª todos os genovezes pagarão pela entrada das mercadorias seis *bezantes* e dezeseis *millarais* por cem *bezantes*, segundo o costume, e pela prata e oiro amoedados pagarão quatro *bezantes* e doze *millarais* por cento; 7.ª os genovezes ficarão isentos de direitos especiaes sobre as pelliças, taes como os arminhos, lontras, etc., e do mesmo privilegio gosarão as pedras preciosas; 8.ª os referidos mercantes terão na alfandega um escripturario, o qual poderá responder pelas dividas que aquelles tiverem, se pretenderem retirar antes de saldar as suas contas, e nesse caso não se poderá impedir a partida dos negociantes ou dos navios; 9.ª quando o escripturario não quizer ser fiador, o mercante será retido até que satisfaça as reclamações; 10.ª nenhum genovez responderá pelos delictos commettidos por qualquer dos seus compatriotas, quer em terra, quer no mar, a menos que não se tenha constituido como garantia; 11.ª no caso em que qualquer acto de banditismo seja praticado por genovezes, contra subditos do soldão, a communa de Genova será avisada por carta; 12.ª todo o negocio concluido por genovezes em presença de testemunhas ou do *drogman* será reputado valido; 13.ª as mercadorias importadas em Alexandria serão pesadas na balança commum e pagarão nas alfandegas doze *bezantes* por cento, mas só quando forem vendidas; 14.ª os *camelots*, estófos de seda, pannos de lã de todas as côres, as telas de Reims, o oiro em fio e a madeira serão taxados a 10 %; 15.ª as mercadorias vendidas em leilão deverão ser inscriptas na alfandega pelo preço de venda, sem nenhum addicional e é sobre o que exceder d'esse preço que será satisfeito o direito aduaneiro, após o pagamento recebido; 16.ª as mercadorias que os genovezes quizerem

reexportar sem vender, não estarão sujeitas a imposto; 17.ª o oiro e a prata vendidos pelos genovezes aos sarracenos serão pagos immediatamente e sem credito; 18.ª no caso de uma venda feita deante de testemunhas e do inspector da alfandega, este servirá de garantia para o pagamento, mas se a venda se fizer sem testemunhas e for negada, então a questão será levada ao julgamento do *kady*; 19.ª no caso em que um genovez, credor de um sarraceno e devendo direitos de alfandega, quizesse partir, esta tinha que se dirigir ao devedor do genovez para cobrar os direitos atrazados; 20.ª os viveres para o *fondaco* serão livres de taxas; 21.ª os genovezes terão bons armazens com um ou mais guardas; poderão carregar ou descarregar seus navios por meio de suas proprias barcas; 22.ª não se poderá reter o navio genovez, que entrar no porto, só para refrescar; 23.ª após a ruptura de relações de amizade, os homens e os navios serão respeitados; 24.ª os genovezes terão uma egreja em Alexandria; 25.ª não serão obrigados a comprar mercadorias da alfandega e do arsenal, e pelo que venderem, á primeira d'essas repartições receberão o pagamento em oiro; 26.ª poderão livremente fazer descontos e ter um *cerraf* ou banqueiro em Alexandria; 27.ª se comprarem mercadorias sobre as quaes os direitos tiverem sido satisfeitos e se as tornarem a vender não serão obrigados a satisfazer novos direitos; 28.ª no caso de fallecer um genovez *ab-intestato*, os bens do defunto serão depositados nas mãos do seu consul ou, na falta d'este nas de um dos seus compatriotas; 29.ª por sua vez, os genovezes respeitarão e protegerão os bens e pessoas dos sarracenos em seus Estados e os deixarão livremente ir, voltar e traficar alli [1].

---

[1] Depping — *Obra citada.*

Apesar da prohibição dos papas, relativamente ao commercio que os christãos faziam com o Egypto, esse trafico não cessou. As mercadorias eram levadas ás terras do soldão, clandestinamente, partindo de certas ilhas do Archipelago. Foi para impedir tal commercio, que no seculo XIV a auctoridade pontificia determinou que para capitães dos navios fiscaes d'esse contrabando, não se nomeasse cidadãos genovezes, venezianos ou pisanos, porquanto um filho d'estas republicas, apprehenderia os artigos dos extrangeiros, mas deixaria passar os dos seus compatriotas. Não foram só os mercantes das cidades maritimas italianas, mas os seus proprios governos que se rebellaram contra as decisões papaes e se inseriram em seus Estatutos os decretos referentes a semelhante prohibição foi contra vontade [1].

Bem que o Egypto exportasse para a Europa muitos e preciosissimos productos nacionaes e de fóra, faltavam-lhe, comtudo, bastantes coisas, que pedia ao Occidente. Havia uns quantos artigos de que tinha grande necessidade: as madeiras para construcção e combustivel, os metaes, desde o oiro até ao chumbo. Genova estabelecera um serviço maritimo entre o seu porto e o Levante. Os navios partiam

---

[1] Heyd — *Obra citada.*

d'alli annualmente, a 15 de julho, levando uma grande quantidade de dinheiro. Esvasiavam-se geralmente então as caixas dos Bancos particulares ou publicos, e de tal modo que os capitaes escasseavam em Genova nessa epocha. Os carregamentos compunham-se de azeite, sabão, fructas, fornecidas pelo reino de Napoles, pela Provença e o Languedoc; açafrão, coraes, mercurio das minas de Istria, vinhos procedentes de Creta, da Calabria, da Apulia, de Ancona e da baixa Romania; pannos fabricados em Chalons, Tournay, Beauvais, Paris, Toulouse, Narbonna, Carcassona, Beziers, Bruxellas, Malines, Bruges, Gand, Anvers, Perpignan, Milão, Como e Florença; cobertores de Provis, tapetes de Bagnoles, telas brancas de Narbonna e aluminio, cujo monopolio pertencia a Genova antes de passar aos venezianos. Em troca, o frete de volta comprehendia grande quantidade de especiarias, aromas e drogas que vinham principalmente pelo porto de Alexandria, alvês fino, gengibre, oito especies de assucar[1] e cera[2]. Nos

[1] Antes da descoberta da America, o assucar era pouco conhecido na Europa. Só os pharmaceuticos o vendiam. Balducci distingue os assucares em pó de Chypre, Alexandria, de Babylonia, isto é do Cairo e do Iran, da Syria, de Malaga e de Mayorca, dos assucares que denomina *Babylonio, Caffetino, Mueeclara, Muschiato* e *Damasquino*. E não se esqueceu de mencionar o assucar rosado, violeta e o assucar candi. (Noel — *Obra citada*).

[2] Jurien de la Gravière — *Marine des Romains et des Ptolémes.*

portos syrios, os genovezes trocavam, contra os productos da India, os azeites de Sevilha, Mayorca e Tunis, o mel de Candia, de Coron, de Marrocos, de Narbonna, da Catalunha, os sabões de suas proprias manufacturas de Tripoli, de Pisa e Gaeta, as nozes da Apulia, da Provença e da Marca de Ancona, o aço, o chumbo, o ferro, o estanho, o cobre, o mercurio, o coral, as amendoas, as castanhas, os pannos finos ou grosseiros, os velludos, os setins, os tecidos de algodão e lã e outros estófos fabricados por seus operarios; as mercadorias da Lombardia que não iam á Veneza e consistiam em pannos de qualidade média, em fustões, em ferro trabalhado, em aço, em cotas de malha de que Milão era entreposto [1]. Para a navegação do Levante, os genovezes empregavam navios de grandes dimensões. Cita-se como exemplo o *tres pontes*, que carregado de especiarias, musselinas, estófos de seda, pedras preciosas etc., representando um valor total de 1.500:000 ducados, ao fazer em 1379, sua viagem de regresso do Oriente, viu-se perseguido pelos venezianos e teve immenso trabalho para se livrar das garras dos seus rivaes.

1 Jurieu de la Gravière — *Obra citada.*

II

Os genovezes no Maghreb; tratados que negociaram com Abd-el-Mumem e Abu-Abd-Allah-el-Mostancer. — Luctas entre Genova e Pisa pela posse da Sardenha. — Commercio dos genovezes com as ilhas de Chypre, Chio e Rhodes; curiosa administração colonial estabelecida na penultima d'essas ilhas. — Transacções mercantis de Genova com diversos povos do norte, do centro e do sul da Europa. — Os genovezes no reino anjuense; suas feitorias de Napoles, Palermo e Messina. — Guerras entre Genova e Veneza pela hegemonia commercial. — Enfraquecimento da primeira d'essas Republicas. — O Banco de S. Jorge, suas operações e pessoal administrativo.

As frotas mercantes de Genova, desde os primeiros tempos da Republica trataram de frequentar os portos da Africa septentrional e fazer commercio com os povos de Maghreb. Nem sempre as relações entre os genovezes e emires foram pacificas. Diversas expedições guerreiras perturbaram mais d'uma vez a corrente de negocios com os berberes, accumulando odios e despertando vinganças. O poder naval da Republica era tão respeitado já no começo do seculo XII, que as cidades maritimas da Provença procuraram se alliar a ella, em virtude do intercambio com a Barbaria. Fazendo amizade com essas communas e tomando-as sob a sua protecção para tal fim, Genova obtem que o emir Abd-el-Mumem lhes conceda privilegios, exigindo-lhes em troca o respeito pelas pessoas e bens dos seus vassallos, e

tambem que se alguma vez enviassem corsarios contra os sarracenos, obrigassem por juramento os seus armadores a não assaltar os marroquinos.

Em 1160 ou 1161, o consul Ottobone negoceia um pacto com o sultão Abd-el-Mumem, o qual assegura aos genovezes e aos protegidos da Republica liberdade pessoal e commercial em terras e mares almohados; tarificação de 8 % para os direitos percebidos sobre as mercadorias importados pelos genovezes no Maghreb, excepção feita para o Porto de Bugia, onde a taxa se elevava a 10 %. Tal augmento era motivado pelo facto de que a quarta parte d'esse direito devia ser entregue a Genova, clausula esta que se suppõe ter sido estabelecida em convenções anteriores [1].

Em Genova formavam-se diariamente sociedades commerciaes legalisadas por meio de contractos assignados perante notarios. Era commum, nessas associações, um dos membros entrar com os dois terços do capital e o outro com o restante e o seu trabalho, sendo os lucros divididos em partes eguaes. Algumas vezes concedia-se ao associado que emprehendia a viagem, auctorisação de traficar onde lhe conviesse; em outras, porém, prohibiam-lhe certas

1 Max Latrie — *Relations et Commerce de l'Afrique Septentrionale ou Maghreb avec les Nations Chrétiennes au moyen âge.*

paragens consideradas perigosas, ou indicavam-lhe o paiz onde devia levar suas mercadorias. Não era raro que, em logar de se formar uma sociedade, se emprestasse dinheiro ao capitão mercante, sob condição de que, ao regressar o navio, aquelle pagasse ao prestamista, um mez após o desembarque, um juro de 10 % [1].

Muitas d'essas associações se organisaram para commerciar na costa de Africa. Ora, o navio percorria todo o littoral da Barbaria, fazendo em certas viagens escala na Sicilia, tocando na volta em Sevilha e Provença; ora a operação limitava-se na ida e no regresso ao seguinte itinerario: Tripoli, Tunis, Ceuta e Salé. Os metaes, sobretudo, o cobre entravam em grande parte nos carregamentos [2]. Os mestres dos navios, que faziam esse trafico, recebiam dinheiro do concomitante e sob a responsabilidade d'este, serviam-se d'elle, contentando-se em tomar sobre o capital e os lucros auferidos uma pequena remuneração por seus trabalhos e fadigas.

Um dos tratados de paz e commercio mais importantes que os genovezes fizeram com os principes maghrebianos foi incontestavelmente o que firmaram com Abu-Abd-Allah-el-Mostancer, rei de Tunis, Bugia e Tripoli. Esse pacto

[1] Cibrario — *Obra citada.*
[2] Max-Latrie — *Obra citada.*

mantinha os accordos precedentes, quanto á jurisdicção consular, á propriedade dos *fondachi* e das egrejas e repressão da pirataria. Os genovezes obrigavam-se a commerciar no Maghreb nos portos onde já tinham feitorias e havia repartições aduaneiras; não deviam abordar em outros logares da costa, senão em caso de tempestade ou quando fossem compellidos por outra qualquer causa de força maior; se os almohadas enviassem navios para dar caça á um corsario genovez, a Republica compromettia-se por seu turno a armar alguma galera e a tomar parte na expedição; se o rei tivesse necessidade de frota para o transporte dos productos dos seus dominios, dos impostos pagos em generos ou por qualquer outro motivo, o terço das embarcações genovezas estacionadas nos portos do reino, poderia ser requisitado e empregado para dito serviço, sob a condição de que o soberano pagaria aos patrões um preço equitativo pelos arrendamentos; se por essa occasião um armador christão soffresse um prejuizo devia ser admittido á defender seus direitos perante o rei. A tarifa para os metaes continuaria a ser de 5 %, e a das outras mercadorias, de 10 %. As vendas feitas ao rei e á Casa da moeda estavam isentas de impostos. Se em Genova se declarasse uma crise de alimentação, o rei auctorizaria a partida, dos seus Estados, com destino á Repu-

blica, de cinco navios livres de direitos. Tal concessão estava, porém, subordinada aos preços dos grãos no Maghreb e só tinha execução se esses não fossem muito elevados [1].

Outro tratado, mais ou menos no mesmo sentido do precedente, foi assignado em Tunis, em 1274, entre os representantes de Genova e o Sultão. Todos esses tratados, quando postos em pratica, apesar da boa fé com que, talvez fossem negociados e ractificados, encontravam a miude difficuldades e causavam attritos, sobretudo na applicação das tarifas.

Como vimos, Genova e Pisa tinham-se alliado mais de uma vez para bater os musulmanos, e as duas republicas haviam mesmo convencionado que não se hostilizariam no mar, em seu territorio e em suas colonias, excepto nas pretensões de predominio na Sardenha. E assim, por algum tempo, genovezes e pisanos viveram em harmonia. Quando, porém, os interesses augmentaram, a avidez do lucro se desenvolveu e a ambição de monopolizar os negocios se tornou motivo de inveja para os concorrentes, as duas nações amigas recorreram ás armas mais de uma vez para assegurar seu predominio. Naquella ilha, Genova conseguiu soprepujar completamente a

---

1 Max-Latrie — *Obra citada.*

sua rival e fazer prosperar as colonias commerciaes que alli fundara, contrahindo alliança com os sardos, cujos chefes se collocaram sob a protecção da poderosa Republica. No Oriente tambem, os genovezes só resolveram abandonar a lucta contra os pisanos, quando os viram completamente abatidos.

Em Chypre, os mercantes genovezes obteem em 1218, que a rainha regente lhes franqueie toda a ilha e lhes conceda quarteirões e *fondachi* em Fumagusta e em Limisso, e permitta que tenham consules. Henrique I, logo que chegou á maioridade, augmentou esses favores, doando-lhes um terreno em *Paphos* (Bafo) para armazens, e estendeu os privilegios de que elles gosavam a seus estados de Syria. Em 1383, Jacques de Lusignan cede-lhes o inteiro dominio de Fumagusta [1].

Chio, notavel pela riqueza do seu solo, afamada por seus vinhos, suas fructas, seus oleos, seus marmores e suas sedas, e, além d'isso, importante escala do Levante, não podia deixar de excitar a cobiça dos genovezes.

De facto, elles a conquistaram, adeantando-se aos venezianos que egualmente a desejavam. De posse da ilha, Genova cedeu-a em arrendamento á *Compagna* que armara a frota para

[1] Francesco Mercante — *Obra citada.*

a referida empreza. Resava o acto d'essa transmissão que se no fim de vinte e nove annos a mencionada associação não fosse indemnisada dos gastos que esse commettimento occasionara, Chio passaria a lhe pertencer, para sempre, caso a Republica não preferisse resgatal-a. A sua organização administrativa era das mais curiosas e formada pelos membros da *maona*. O supremo magistrado escolhia-se entre os nomes de uma lista quadrupla, que essa corporação apresentava ao governo da Republica. Um conselho de notaveis assistia ao *podestá*, que podia cunhar moeda com licença de Genova. Os cidadãos de Chio egualavam-se aos genovezes.

Ao terminar o prazo de arrendamento, a *maona* não havia embolsado as sommas dispendidas. Então as diversas familias que se tinham estabelecido em Chio e adquirido perpetuamente as rendas publicas, constituiram uma só familia, tomando o nome de *Giustiniani*,—que era o da principal—e ficou dona e soberana da ilha, repartindo entre si as diversas funcções publicas. Os Giustiniani dividiram o seu dominio em treze governos que se occupavam da administração da justiça e da percepção das rendas. Elegeram um governador geral cujo mandato durava tres annos e era assistido por um conselho de quarenta notaveis. Dos cento e vinte mil escudos de oiro

que rendia Chio, se retirava uma parte para pagar os tributos ao imperio grego e aos turcos, e o resto se dividia entre cento e vinte familias Giustiniani, segundo o numero de acções que cada uma possuia. O mesmo processo estava em uso para o preenchimento dos cargos publicos. A familia que tinha a propriedade de uma só acção reinava durante quinze dias, e assim proporcionalmente [1].

Em Rhodes, os genovezes conseguiram que os Cavalleiros de S. João, em pagamento do auxilio que lhes tinham prestado para a conquista da ilha, permittissem que nella estabelecessem feitorias, providas de sortidos armazens, e lhes reconhecessem um consul encarregado de proteger e distribuir justiça aos mercantes da sua nação. Buscando sempre novos campos á actividade mercantil, os genovezes entraram em accordo com os principes moiros da Hespanha, para que os portos de suas possessões lhes fossem abertos. Em 1147, Abu-Abd-Allah-Mohammed, rei de Valença, concedeu-lhes em sua capital e em Denia franquia de impostos e *fondachi*. Nessa convenção, estipulara-se que os genovezes residentes em Almeria e Tortosa não hostilizariam os vassallos do citado soberano, o que prova que

1 Wiszniewski — *Histoire de la Banque de Saint George.*

os cidadãos de Genova tinham, havia muito, estabelecimentos commerciaes ao longo da costa oriental e meredional da Hespanha. Com o sultão de Granada elles entretiveram amistosas relações, o que lhes favoreceu o commercio de exportação dos valiosos productos do solo de Andalusia [1].

Se as expedições mercantis ao Levante e aos Estados berberes traziam grandes proventos á Genova, os mercados que ella manteve nas cidades christãs do Mediterraneo contribuiram tambem para sua riqueza. Em 1127, os condes de Barcelona permittiram que os genovezes navegassem e traficassem livremente na costa da Catalunha.

Quando Mayorca passou á coroa de Aragão, os soberanos d'esse reino lhes concederam uma parte dos territorios da mencionada ilha onde fundaram um estabelecimento que veio a ser uma estação importante para o seu commercio occidental. Do rei de Castella, obtiveram o privilegio de possuirem em Sevilha uma loja, armazens, uma egreja e jurisdicção consular [2]. Nem sempre as relações que Genova teve com a Catalunha foram amistosas. No seculo XIV, a marinha catalã desenvolvera-se de tal modo que os genovezes encontravam navios d'essa

---

1 e 2 Depping — *Obra citada.*

nação em todos os mares, e isso irritava-os, porquanto viam nelles concorrentes ás suas operações commerciaes.

Documentos existentes nos archivos da Catalunha e de Genova relatam luctas travadas entre as duas marinhas. Em 1332, uma esquadra genoveza incendiou nas proximidades de Mayorca muitos navios catalães, e perto da Corsega trucidou a equipagem de uma galera alli aprisionada. Isso motivou represalias dos compatriotas dos assaltados e novas atrocidades dos genovezes contra os de Catalunha, cujas frotas assaltaram nas costas da Asia e do Egypto, e destruiram. Como estes, muitos outros combates se repetiram entre ambos [1].

Os condes da Provença, que a Republica tinha protegido contra os musulmanos, lhes franquearam todos os portos ao oeste do Rhodano.

Grande foi a influencia dos genovezes em França, sobretudo depois que o papado se mudara para Avignon. Elles fizeram tratados com as communas de Marselha, Arles e Toulon, no intuito de augmentar suas relações commerciaes. O *pacto* de Arles assegurava liberdade e salvaguarda para as pessoas e bens dos contractantes; previa os casos de naufragio; dava

1 Depping — *Obra citada.*

auctorisação aos arlesianos para que tivessem um consul em Genova, afim de resolver as questões civis; concedia aos mercantes da communa provençal franquia de direitos aduaneiros para os productos do solo, que exportassem para Genova, desde que não fossem para ahi em transito; os arlesianos podiam tirar da Republica liguria, madeiras para construir casas e aduelas para toneis, mas sob condição de não as venderem a outros. Eralhes prohibida a exportação dos figos, trigos e certos artigos de procedencia extrangeira [1].

Em 1121, Guilherme v de Montpellier doava á communa de Genova uma casa situada na cidade d'aquelle nome e em 1132, os genovezes estabeleciam em Narbonna um entreposto. As feiras de Champagne e de Brie recebiam frequentes visitas dos referidos negociantes. Elles concorreram para o desenvolvimento da fabricação do panno em França, principalmente nas cidades do Languedoc, em Narbonna, em Carcassona, em Perpignam e em Tolosa. Manufacturavam, sobretudo nesse ultimo logar, pannos de muitas e vivas cores, conforme o gosto oriental.

Os genovezes desde longa data negociavam com a Inglaterra, aproveitando-se das vias

---

[1] E. Vincens — *Obra citada.*

francezas para o transito das suas mercadorias. As lãs inglezas entravam em Bordeaux, vindas por mar, subiam em seguida o Garona, ganhavam Montpellier e iam finalmente á Aigues Mortes onde eram expedidas para a Italia. Mais tarde, quando os navios genovezes transpuzeram o estreito de Gibraltar era pelo Oceano que elles faziam esse commercio. Numa epocha de crise alimentar Eduardo II rei dos inglezes trata com genovezes a introducção de trigo em seu reino. Um navio d'essa nação carregado de fermento, azeite, mel e varias outras provisões tendo sido aprisionado em Calais, aquelle monarcha ordena que o ponham em liberdade. No seculo XIV, os Doria, os Spinola, os Fieschi e varios outros mercantes de Genova frequentavam não só a Inglaterra como as provincias francezas, em que esta dominava. As sedas eram uma das principaes importações, que alli negociavam. Os inglezes a miude recorriam á bolsa dos capitalistas de Genova para conseguirem emprestimos. Os genovezes forneciam lettras de cambio sobre Roma para saldar as contas annuaes dos bispos de Inglaterra. Mas nem sempre seu commercio pode fazer-se livremente no reino. Os nacionaes tinham-lhes inveja e por isso prohibiam-lhes, que traficassem os productos do paiz nas nações visinhas. Uma lei não lhes permittia carregar seus navios senão com a condição de desembarcar as mer-

cadorias em Calais ou de ir além das columnas de Hercules [1].

Era tambem pela França que elles commerciavam com os Paizes Baixos. Os artigos que traziam do Oriente seguiam as vias do Rhodano, do Saona e do Douar ao Mosella e ao Rheno; esses caminhos foram abandonados quando se estabeleceu a communicação directa por mar entre os Paizes Baixos e a Italia [2]. Os genovezes tinham-se estabelecido em Bruges e constituiam uma colonia assáz regular. Em 1468, por occasião do casamento de Carlos o Temerario, 106 d'esses mercantes formavam no cortejo, uniformemente vestidos de velludo violeta e tendo em suas vestes as insignias de S. Jorge. Elles para lá enviavam entre outros artigos, gengibre, flores de laranjas, assucar candi, arroz, fructas seccas, enxofre, cinaibro e papel para escrever [3]. Entre as cidades da Alta Allemanha que os mercantes genovezes frequentavam cita-se Ulm, Nuremberg, Bâle e Strasbourg, onde apezar da concorrencia que nessa zona lhes movia Veneza, conseguiam alli introduzir e exportar mercadorias, trocando artigos levantinos e conduzindo para o interior pannos, telas de linho e fustões. No fim do seculo

---

[1] E. Vincens — *Obra citada.*
[2] Scherer — *Histoire du Commerce.*
[3] E. Vincens — *Obra citada.*

XIII, os mencionados negociantes eram tambem muito bem acolhidos em Lisboa [1].

Genova, nas proprias terras da Italia, entreteve um commercio assaz importante. Desde o seculo XII, o povo de Lucca concedera-lhes vastos armazens em Montone para deposito de sal, lã e varias outras mercadorias. Pelo Mediterraneo, navegavam á Civita-Vechia, Gaeta e Napoles; pelo Adriatico á Manfredonia e Ancona, traficavam com Veneza, bem que esta lhes gravasse os artigos com grandes impostos. Por via de Alessandria, Tortona e Asti faziam o commercio de transito com o Piomonte e a Saboia, a Lombardia e o Monferrato [2].

Frederico II promettera aos genovezes e a todos os habitantes da Riviera, desde o Porto Venere a Monaco, grandes privilegios; consentiria que importassem e exportassem mercadorias em todo o reino, sem pagar impostos, e commerciassem livremente; fa-

1 Scherer.

2 F. Mercante — *Obra citada.*

Genova surtia a Lombardia de um certo numero de productos trazidos por seus navios. Parece mesmo que esses artigos davam logar a especulações na Bolsa de Genova, fazendo a alta e a baixa. Como os preços das especiarias variavam segundo a quantidade das entradas, os especuladores concluiam seus negocios, compromettendo-se a pagar em um termo affastado, e a preços mais elevados as especiarias, taes como a canella, a pimenta, etc., que compravam ao curso do dia. O papa Alexandre III, respondendo a uma consulta do arcebispo de Genova, não approva esse genero de commercio, mas tambem não o condemna. (Depping — *Obra citada*).

cultar-lhes-hia o direito de comprarem grãos em qualquer tempo, comtanto que as remessas fossem destinadas á Genova, e, reconhecer-lhes-hia um consul [1]. Os mercantes da Republica tinham um entreposto em Napoles, em um terreno perto da porta de Noricino. Em Palermo e em Messina, por um tratado que tinham assignado em 1157 com Guilherme I, o Normando pagavam apenas uma taxa de 3 % sobre a venda das mercadorias provenientes de Alexandria e dos portos da Syria [2]. Os privilegios a que acima nos referimos, promettidos por Frederico aos genovezes na Italia meridional, não foram sanccionados por este soberano que se resentira da attitude que Genova assumira contra elle, quando pretendeu ser imperador da Italia. E mais tarde mesmo, na occasião em que os genovezes se alliaram ao Papa para fazer-lhe opposição, declarou-os decahidos de todos os antigos favores. Mas essa severidade, diz Yver, foi mais apparente do que real, e parece não ter causado grande prejuizo ás relações commerciaes, porquanto aquelle principe recommenda a seus officiaes que fechem os olhos á residencia dos negociantes no reino sob a condição de que elles não intriguem [3].

[1] Ch. Yver — *Obra citada.*
[2] F. Mercante — *Obra citada.*
[3] Ch. Yver — *Obra citada.*

Pela morte de Frederico, porém, o papado, que tinha uma certa predilecção pelos genovezes, renova as franquias que estes gosavam na Sicilia. Manfredo, filho do referido soberano, que dominava em Napoles, vendo que era de boa politica desviar as sympathias de Genova pelo papa, mostra-se conciliador á Republica e negoceia com esta em 1257 e 1259, tratados, que dão aos mercantes genovezes maiores vantagens do que as concedidas precedentemente, sendo uma das mais importantes, a isenção dos direitos novos, estabelecidos por Frederico ás mercadorias importadas; terrenos para edificação de *loggias* em Gaeta, Napoles, Tarento, Bari e Trani; extensão da jurisdicção consular ás causas criminaes, exceptuando as que tivessem por consequencia a pena capital, em cujo caso actuariam os tribunaes reaes. Um novo tratado, feito em 1261, permittia, além do estipulado nos precedentes accordos, que, se morresse um genovez, o seu espolio fosse entregue aos consules de sua nação, e consignava que o rei não poderia modificar desfavoravelmente os impostos que cobrava dos vassallos da Republica [1].

Quando Carlos de Anjou recebeu de Urbano IV a corôa de Napoles, a situação dos

---

1 Ch. Yver — *Obra citada.*

genovezes no reino conserva-se por algum tempo sem alteração, bem que os partidarios dos gibelinos fossem mal vistos pelo soberano. Mais tarde, o principe anjuense firmou o seu poder, e faltando a todas as promessas, começou a dominar quasi toda a Italia; os favores concedidos aos genovezes foram por um tratado considerados caducos, se elles se mostrassem adversos ao rei da Sicilia e ao papa. Por diversas vezes, desintelligencias surgem entre Carlos I e os cidadãos de Genova, mercadejando no reino. Em 1274, muitos d'esses são presos e a Curia confisca e sequestra os estófos da Lombardia, os pannos de Narbonna, a pimenta, o gengibre e as especiarias que enchem os seus armazens. A essa provocação e vexames, os genovezes respondem armando corsarios, que interceptam as communicações entre o Sul e o Norte, e fazem um mal terrivel ao commercio anjuense. Carlos acceitando o desafio levanta contra Genova todas as cidades em que dominava, menos Piacenza, que resistiu ás suas ordens. Os Fieschi revolucionam uma parte da *Riviera* oriental, Menton, Roquebrune, Vintimiglia; os marquezados de Caretto e de Ceva entregam-se ao seneschal de Provença. Inimigos fazem frente por toda a parte a Republica que se defende com pertinacia e ardor. Uma diplomacia mais avisada, porém, consegue terminar essas luctas e reatar

as boas relações entre os genovezes e o reino de Napoles.

Durante as Vesperas Sicilianas, Genova põe á disposição do rei uma frota armada por seus banqueiros. Muitos genovezes fixam-se então na Italia meridional ou entram ao serviço da monarchia anjuense. Os chefes das familias guelfas mais influentes, os Doria, os Fieschi, os Grimaldi governam em Genova, emquanto seus parentes são favoravelmente recebidos na corte napolitana [1]. Sob Carlos II, as intrigas dos gibelinos concorrem de novo para tornar criticas as relações entre esse rei e os cidadãos que pertenciam a tal partido. A guerra declara-se e mantem-se até que uns e outros comprehendendo melhor seus interesses, negoceiam a paz. Pelo tratado de 1301 o principe anjuense abre todos os portos da Italia meridional aos genovezes, permitte-lhes circular livremente no reino, comprar trigos e viveres, e determina que os referidos generos não sejam taxados arbitrariamente ao serem exportados. Como compensação a esses favores, Carlos II exige que Genova recuse auxilio ao rei de Trinacria e reprima os corsarios do Mediterraneo, os quaes apresavam e saqueavam os navios. Finalmente, em 1308, Filippe, principe de Ta-

[1] Ch. Yver — *Obra citada.*

rento e o padre Ricardo Lecomte, de Salerno, conseguem consolidar definitivamente a amizade entre a monarchia anjuense e a Republica. Quando governava Roberto em Napoles, o serviço de transporte de soldados, viveres, cereaes e sal era feito por navios genovezes; industriaes d'essa nação fabricavam as armas que as manufacturas napolitanas não podiam produzir em quantidade sufficiente, seus mercantes rivalizavam com os florentinos alli domiciliados e com elles competiam no trafico de grãos, e nas operações bancarias, negocios, que uns e outros pretendiam monopolizar. Na côrte e na administração do reino muitos empregos eram exercidos por filhos de Genova. Essa boa harmonia, essa conciliação de interesses e essa politica menos estulta tornou-se fonte de beneficios para o commercio das duas potencias italianas [1]. Do decimo terceiro seculo ao decimo quinto, o commercio praticado pela Republica foi dos mais brilhantes.

A exposição que acabamos de fazer das viagens dos genovezes aos paizes que lhes eram mercados preciosos, dos seus meios de negociar, do modo como regiam seus estabelecimentos coloniaes, a enumeração dos tratados assignados com os differentes povos, dos quaes

---

1 Ch. Yver — *Obra citada.*

obtinham franquias e privilegios, mostram o caracter ousado do genovez, a sua actividade prodigiosa e a sua intelligencia. Ao contrario do romano da antiguidade que desprezava o commercio, o filho de Genova se honrava com o titulo de mercante. O plebeu, o rico burguez e o illustre patricio tinham o mesmo amor e consideração pelos negocios e pela navegação mercantil. As frotas abarrotadas de thesoiros da Syria, do Egypto, de Constantinopla, do Maghreb, da Hespanha, das Baleares, da Provença, do Languedoc e da Italia enriqueciam Genova [1].

[1] Petrarcha, o mavioso poeta, em carta a um dos seus amigos assim descreve a opulenta cidade maritima: «Vem contemplar essa Genova que dizes não conhecer; verás no flanco de uma collina pedregosa essa cidade soberba, altiva de seu povo e de suas muralhas. Seu aspecto faz reconhecel-a como dona dos mares. Vem admirar a actividade da população, a magestade de seu sitio, de seus edificios e sobretudo essa frota ameaçadora, temida de todos e terrivel ás praias inimigas; esse molhe, barreira do mar, esse porto cavado com despezas inestimaveis e incomparaveis trabalhos que as dissenções sempre renascentes não interromperam. Entretanto o que eu digo, é pouco para essa bella costa que se prolonga á direita e á esquerda da cidade e esses montes elevados, banhados pelas vagas que os cingem. Se estudares o genio, os costumes, o regimen d'esses homens, julgarás ver essas virtudes que outr'ora uma longa constancia, um grande exercicio fizeram surgir em Roma. Sae commigo da cidade e durante um dia inteiro não penses em desviar ou repoisar teus olhos. Terás de contemplar coisas que a penna mais habil não poderia descrever: valles risonhos, frescos regatos que os humedecem, collinas, cuja propria aspereza é pittoresca e que a cultura revestiu de uma admiravel fertilidade. Castellos imponentes no meio das montanhas, palacios de marmore, resplandecentes de oiro, eis o que tu verás, qualquer que seja o lado para onde lances a vista e te surprehenderás

Nas suas ambições commerciaes, nos seus anhelos de preponderancia, os genovezes tiveram dois rivaes poderosos: os pisanos e os venezianos. Aos primeiros, elles conseguem, na memoravel batalha de Meloria, affastar completamente do seu caminho; aos segundos, podem arredar por algum tempo de uma das vias mais cobiçadas pelos navegantes mercadores, — a do mar Negro, a cujas cidades maritimas chegavam as preciosidades da India e da Persia; mas o competidor era tenaz, astuto, ousado e forte, e durante mais de um seculo, a Republica do Adriatico e a dos Boccanegra, Grimaldi e Doria, com pequenos interregnos e alternativas de derrotas e victorias, batem-se pelo monopolio do commercio. Resumindo: quatro grandes guerras compendiam as phases mais ardentes d'essa lucta. Na primeira (1257-1271), os genovezes derrocam o principado latino, amigo e protector de Veneza e res-

---

que em cidade tam soberba haja em sua campanha tanto esplendor e tantas delicias».

Emile Vincens, referindo-se a todo esse fausto diz: «que a primeira virtude do genovez foi sempre a economia. Tanta opulencia permittia o fausto aos primeiros personagens do Estado, sua politica assim o exigia. Elle era brilhante nas occasiões solemnes, mas a vida commum baseava-se uma poupança que ia até á parcimonia. Edificaram-se palacios para servirem de fortalezas; nos dias de festa a gente cobria-se de perolas raras e diamantes, que cuidosamente tornados a collocar nos cofres eram artigos de commercio adquiridos por especulação como emprego de capital ou incorporados aos *fidei-commis* perpetuos das familias» (Emilio Vincens — *Obra citada*).

tauram no antigo imperio bysantino a dynastia dos Paleologos, que lhes dão a chave do Ponto Euxino e privilegio nas provincias e ilhas gregas. Na segunda (1291-1299), os venezianos, aguilhoados pelas causas que os punham em inferioridade, combatem para rehaver o perdido; na terceira (1350-1354) é a conquista commercial de Alexandria a determinante; finalmente a quarta, que teve por origem a pretensão á ilha de Tenedo (1378-1381) trouxe catastrophe terrivel para Genova, a derrota do seu poder naval e o enfraquecimento dos dois contendores.

Durante esses periodos de luctas, os genovezes abrigavam suas mercadorias sob um pavilhão neutro. Mas se ainda hoje em que o adeantado da civilisação impõe um certo respeito ao que se convencionou, o direito das gentes é muitas vezes violado, que garantias offereceria este então, quando a força era por assim dizer a unica lei que imperava?! Muitas e muitas vezes essa salvaguarda falhou. A *chronica* consigna diversas prezas feitas pelos venezianos a bordo de navios catalães, conduzindo generos, pertencentes aos mercadores genovezes. O celebre almirante Zeno apoderou-se em 1380, perto de Modon, numa galera d'aquella nacionalidade, de vinte e oito fardos de panno de Florença, quarenta e oito de tela de Reims, quatro barris de açafrão, que os

seus possuidores avaliavam em vinte mil ducados de Veneza; em um outro navio catalão destinado tambem á Grecia, os venezianos apresaram vinte e cinco fardos de pannos de Florença, setenta saccos de pannos de Champagne, cinabrio, cera, etc., valendo tudo quarenta e quatro mil ducados.

A vocação do genovez para o commercio era tão pronunciada que os menores, muitas vezes, se emancipavam para se dedicarem áquella carreira. Grande numero de mulheres empregavam seu dote na compra de mercadorias que enviavam aos mercados estrangeiros, conscias das vantagens pecuniarias que essas operações lhes deviam proporcionar. Para o desenvolvimento de sua marinha, Genova instituiu uma especie de *acto de navegação*. No mar Negro, os venezianos eram obrigados a fazer escala e a desembarcar seus carregamentos em Caffa; os florentinos só podiam exportar ou importar mercadorias no porto pisano, servindo-se dos navios genovezes; a importação de sal nas embarcações extrangeiras estava absolutamente prohibida. Em tudo que diz respeito á politica commercial, escreve A. Wiszniewski, os genovezes nos seculos XII e XIII estavam mais adeantados do que os venezianos, e nesse campo elles eram sabios e previdentes. Outro tanto não succedia com sua vida interna, onde só se vê uma triste mescla de partidos,

de odios, de Guelphos e Gibelinos, de Fregosi e Adorni, de nobres e plebeus, de novos e antigos, que continuamente dilaceravam a Republica, ao mesmo tempo que a enfraqueciam no exterior.

Uma das instituições mais importantes de Genova foi a creação do Banco de S. Jorge, que tantos e assignalados serviços prestou á metropole e a suas colonias. A origem d'esse estabelecimento foi o emprestimo que Genova tomou na primeira metade do seculo XII, quando essa Republica emprehendeu a conquista de Tortosa e Almeria. Desde essa epocha (1148), o Estado contrahia emprestimos internos ao juro de 7 e mesmo 10 $^0/_0$, dando como garantia a gabella do vinho, dos grãos e do transito de Pavia, cuja administração cedia aos proprios credores [1]. Esse contracto chamava-se *Compere.* O Banco de S. Jorge formara-se com a amalgama e fusão das gabellas e rendas do

[1] Os prestamistas tinham-se constituido em sociedade. O capital fôra dividido em um certo numero de partes eguaes chamadas *luoghi.* Os que possuiam taes quinhões denominaram-se *luogatori.* Os quinhões eram verdadeiras acções nominativas, transmissiveis por via de cessão e das quaes cada um podia ter um certo numero. Reunidas sob o nome de seus proprietarios, essas acções formavam uma columna, tendo uma conta especial. As rendas do imposto (*proventi*) dividiam-se annualmente entre os accionistas, que, tambem annualmente, escolhiam alguns d'elles para, com o titulo de *consules,* administrarem os negocios da sociedade. (Frignet — *Histoire de l'Association Commerciale*).

Estado, que serviam para pagar os juros e amortizar todas as dividas da Republica e não mediante um capital collocado nas mãos do governo e não realisavel [1].

Desde os primeiros tempos aquella instituição mereceu a confiança e o favor do publico, que nella depositava seus capitaes, certo de que assim não corriam risco algum. Quando Genova, exgotada pelas guerras, viu seus recursos financeiros empobrecidos, foi a esse estabelecimento de credito que recorreu, cedendo-lhe a posse de suas colonias. O Banco de S. Jorge chegou a ser soberano, uma especie de *Estado no Estado*, obedecendo ás suas leis e com attribuições para nomear funccionarios, armar frotas e assalariar soldados.

O governo, diz Wiszniewski, tinha a direcção das guerras e a defeza da patria, mas era o *Banco de S. Jorge* que reparava as consequencias de uma ambição ou de um zelo imprudente, sempre perigoso em politica; tratava do progresso, da industria e do commercio, que em um terreno rochoso, na orla montanhosa

---

1 Adam Wiszniewski — *Obra citada.*

A administração destinada á collecta dos impostos delegados aos prestamistas chamaram-se *comperi de S. Paulo, da guerra dos venezianos, de Chypre, de S. Jorge*, etc. Ellas formaram instituições distinctas, que só deviam acabar com o reembolso do emprestimo. Essas diversas *comperi* se fundiram em uma só, a mais poderosa e a melhor administrada: *O Banco de S. Jorge.* (Frignet — *Obra citada*).

de um territorio maritimo, devia necessariamente ser a força productiva, melhor desenvolvida e a melhor fonte do patrimonio nacional.

Assim, o *Banco de S. Jorge* protegia muito a Republica por meio de seus bancos de deposito, pela construcção do porto franco e do armazem naval, pela Casa das moedas, por sua organisação alfandegaria que visava auxiliar a industria e o commercio nacionaes, por suas subvenções para os armamentos de mar e terra que a defendiam e lhe davam a independencia; emfim, tomando conta de suas conquistas e colonias, quando Genova já não as podia sustentar, a referida instituição as salvou e as restituiu nos momentos propicios concedendo-lhes uma subvenção de £ 75:000 por anno para assegurar sua posse tão indispensavel á grandeza do Estado e á prosperidade do commercio genovez.

O Banco de S. Jorge praticou todas as operações financeiras que, seculos mais tarde, as nações adeantadas deviam imitar.

Elle *organizou e fundiu* as dividas publicas por um systema tão engenhoso que concorreu para a boa economia do paiz e proporcionou meios de amortizal-as; seguindo o exemplo de Veneza, poz em circulação seus bilhetes bancarios, que eram preferidos á moeda genoveza pelos commerciantes em seus negocios; teve uma carteira de depositos para o dinheiro

dos particulares e abria-lhes credito até á somma das quantias depositadas, permittindo tambem que esse podesse ser cedido pelos devedores aos seus credores e que os pagamentos se effectuassem por um simples trespasse nos registos do Banco; pela fusão das gabellas em uma só *compere* de *S. Jorge* e ao juro fixo, primeiro de 7 %, e, mais tarde, variando, segundo as suas rendas, e pela instituição do *Monte de Santa Maria* estabeleceu o principio da *conversão das rendas*. A theoria da *divida fluctuante* apparece nos seus *paghe*, em suas apolices, que não eram pagaveis senão no fim de quatro annos e que o commercio descontava, e, finalmente tambem a da *consolidação das rendas*, na concepção do *Monte de Conservação* [1].

O cambio das moedas foi um dos ramos do commercio bancario que a casa de *S. Jorge* egualmente praticou em grande escala e que só deixou de fazer cedendo-o aos particulares, quando uma maior uniformidade de moeda e o declinio do commercio italiano pela descoberta da America e do novo caminho para as Indias lhe diminuiu os beneficios. *Sacristie* chamava-se o local em que se guardava o dinheiro e o

---

1 Adam Wiszniewshi — *Obra citada.*

Banco de S. Jorge possuia tres: primeiro, a *sacristia vecchia*, no qual se depositavam os escudos de oiro e de prata, por especies; segundo, a *sacristia nuova*, destinada a receber como oiro, prata ou reaes, todas as peças que ahi se punham por conta dos particulares; terceiro, a *sacristia*, onde ficava o dinheiro dos particulares, que o depositavam em moeda corrente ao cambio do dia e que era restituido do mesmo modo [1].

A administração d'esse Banco compunha-se: 1) do *Consiglio grande di S. Giorgio*, assembleia em que tomavam parte 480 accionistas como representantes de todos os demais, e resolviam os negocios a cargo d'essa instituição bancaria: 2) dos *Protectores*, cujo numero era de oito e que gosavam de uma grande autoridade; 3) do *Presidente*, *priore*, que guardava o sello, vigiava a caixa, assignava as ordens de pagamento, e cujas funcções eram sempre exercidas pelo mais velho dos *protectores*; 4) da *Repartição precedente (Uffizio precedente)*, composta de oito membros e que se occupava dos assumptos do anno anterior não resolvidos pelos *protectores*; 5) do *Magistrado do sal*; 6) dos *Procuradores*, conselho fiscal composto de oito membros e

[1] Adam Wiszniewski — *Obra citada.*

que verificava toda a escripturação; 7) da *Repartição de 1444*, que contava tambem com oito funccionarios para dar solução aos negocios e processos antigos não terminados, receber as contas antigas, alugar as propriedades da associação e as lojas do mercado de Chiappa; 8) dos *Syndicos*, em numero de quatro, que examinavam os actos dos diversos magistrados do credito de *S. Jorge;* 9) do *Revisor*, magistrado dependente e auxiliar dos *protectores;* 10) dos *Consules de Caleghe*, em numero de quatro, que se encarregavam do contencioso, especialmente do arranjamento dos processos e differenças entre os accionistas *participi* e os compradores das gabellas, e assistiam aos leilões *(caleghi)* [1].

Se o commercio maritimo teve para o genovez o maior dos seus cuidados, isso não quer dizer que elle negligenciasse a industria manufactureira, porquanto fundara fabricas de fiação de algodão, de oiro, prata, tecidos de lã, de marroquim etc. Suas officinas trabalharam os algodões de Chypre, de Alexandria e Malta e as lãs da Catalunha, da Barbaria, da Provença e das Baleares.

Genova mereceu do Papado muito mais

---

1 Adam Wiszniewshi — *Obra citada.*

sympathia do que Veneza, que com elle discutia muitas vezes. Por isso os pontifices faziam tudo quanto podiam em favor do desenvolvimento commercial da primeira d'essas Republicas em terras de além-mar. Um certo numero de bullas promulgadas na epocha em que os genovezes tanto se distinguiram no intercambio com o Levante provam esse facto. O arcebispo de Genova estava investido da qualidade de representante perpetuo da Santa Sé nos paizes ultramarinos.

A tomada de Constantinopla por Mahomet II em 1453, abala fortemente o poder de Genova e inicia sua decadencia. A situação dos genovezes em Galata torna-se das mais precarias. Apesar das concessões que o sultão offereceu aos cidadãos da Republica, elles são continuamente maltratados pelos turcos. Esta impossibilitada de mobilizar suas frotas e fazer as demonstrações navaes de outr'ora, não protesta. As colonias do mar Negro, que, em vista da sua fraqueza, Genova cedera ao Banco de S. José, defendem-se durante annos dos ataques dos mamelukos; mas todos esses esforços quebram-se ante os recursos do inimigo. Cae primeiro Amastris, depois, Trebizonda, e, finalmente, a mais importante de suas possessões, Caffa, onde os mercantes genovezes, para escaparem a escravidão, pagam fortes resgates aos conquistadores d'esse maravilhoso entreposto.

E o Ponto Euxino fecha-se assim ao commercio dos italianos.

As descobertas maritimas dos portuguezes e dos hespanhoes abrindo outros caminhos ao intercambio e, com elles, trazendo outros concorrentes ambiciosos e activos, fizeram desapparecer de todo a força politica e commercial de Genova, nas luctas economicas da nova epocha que se inaugurava. No movimento civilisador do mundo, os genovezes entraram com um quinhão dos mais apreciaveis. Elles souberam cavar portos poderosos, construir aqueductos, levantar as *portulani*, as primeiras cartas cosmographicas e geographicas conhecidas na Europa, fabricar engenhosas machinas de guerra, montar numerosas fabricas na mãe patria e nos territorios que administravam; edificar sumptuosos palacios e bellissimas egrejas e usar em profusão de todos os requintes do luxo e de todas as maravilhas da Arte. Os marinheiros genovezes eram dos mais habeis. A França e a Inglaterra muitas vezes recorreram á sua pericia e mandaram construir navios nos estaleiros da prospera e forte Republica liguria. O corso era uma das occupações favoritas dos capitães das frotas de Genova. Esta, segundo a circumstancia, sustentava-o ou não. Innegavel, porém, é que seu commercio muito deve aos Marebot, Lescari e Zaccaria.

Finalmente, é Genova que dá ao mundo Christovam Colombo, o arrojado navegante, descobridor da rica e magestosa America. Na idade moderna o brilho de Genova apaga-se, para nos tempos contemporaneos reacender-se com novas fulgurações monopolisando o commercio da Italia unida.

CAPITULO VIII

Veneza

I Estabelecimento de emigrantes de Aquiléa, Padua e Concordia em varias ilhas do golfo de Veneza. — Simplicidade de costumes d'esses colonos e trabalhos a que se dedicavam. — Tendencias dos primeiros venezianos a centralisar seu governo. — Instituição da magistratura dos doges. — Artigos com que os venezianos começaram a commerciar. — Conquista da Istria e da Dalmacia. — A industria do sal. — Origem das relações dos venezianos com os byzantinos e sua importancia mercantil no imperio grego. — Luctas dos venezianos com o imperador Manoel Comnene. — Tratados commerciaes de Veneza com Aleixo, João, Manoel Comnene e Isac Angelo. — II Auxilio prestado por Veneza aos principes francos para a fundação do reino latino do Oriente e vantagens que lhe proporcionou essa campanha. — Difficuldades politicas e commerciaes suscitadas aos venezianos por Miguel Paleologo. — Embaixadas mandadas por Veneza a Constantinopla por occasião da conquista turca. — As diversas feitorias venezianas nos principados francos do Levante. — Relações de commercio com Alepo e Armenia; colonias de Veneza no Mar Negro. — Trafico com o Egypto e a Barbaria. — III A marinha veneziana. — Legislação commercial. — Artigos de importação e exportação. — Os diversos povos que tinham *fondachi* em Veneza. — Os mercantes da Republica do Adriatico no reino anjuense. — Brilhantismo e grandeza de Veneza do seculo XIV ao XV. — As industrias que mais floresceram entre os venezianos. — Corporações de officios. — Associações commerciaes.

O viajante — que percorra hoje as lagunas de Veneza, em cujas aguas dormentes se reflectem silenciosos e melancholicos os bellos pa-

lacios de marmore que beiram os canaes e visite as poeticas e encantadoras ilhas, onde as abobadas néo-byzantinas, as elegantes flechas e os longos campanarios brilham á luz dourada e doce do sol do Adriatico—deve ter a visão do que foi outr'ora essa Communa maravilhosa. Por onde quer que seus olhos pousem, elle encontrará, na calma do presente, vestigios das ruidosas magnificencias do passado. O mosaico, a muralha, o portico, a columna, a estatua, as télas ardentes de colorido e de vida intensa testemunham a força e a intelligencia de um povo, que necessariamente teve bastante liberdade para assimilar e desenvolver por entre esplendores toda uma civilisação. A architectura, o buril e o pincel comprazeram-se em amontoar prodigios resultantes do engrandecimento dos venezianos, firmado no trabalho e na tenacidade de aspiração a um sublime ideal a conquistar. A sua prosperidade, os venezianos a obtiveram do labutar quotidiano da gente que se apinhava nas praças e ruas para receber e dar curso ás riquezas que as frotas de além-mar vinham incessantemente despejar nos seus caes; dos operarios e marinheiros que povoavam seus estaleiros e arsenal, na faina de bater cavilhames e armar galeras que iam fundar feitorias no Levante e trocar productos no Occidente; dos logistas que abarrotavam de especiarias, aromas e varias outras preciosida-

des seus armazens; dos industriaes que teciam as sedas vistosas e farfalhantes, preparavam o vidro, poliam os espelhos, torturavam os metaes e espumavam as rendas.

Desde os mais remotos tempos, os venetos (*Veneti-primi)* se tinham estabelecido em um territorio á margem do Adriatico, entre os Alpes Julianos e o Pó. Quando os romanos dominavam, — essa região formava uma provincia do norte da Italia. A origem dos seus habitantes é controversa. Dizem uns serem elles descendentes dos Gaulezes, outros que eram Sarmatas, Scythas ou Paphlagonios. O certo é que nessa parte do continente italiano, que mais tarde formou os Estados venezianos de terra firme, floresceram na antiguidade, cidades populosas, industriaes, commerciantes e já inclinadas á navegação, taes como Adria, Aquiléa, Verona, Padua e Concordia. [1] Nessa epocha algumas ilhas, das que se espalhavam no estuario de Veneza, cobertas de vinhas, eram habitadas e conhecidas dos *Veneti-primi*, que com ellas estavam em relações. As esquadras romanas estacionavam nas aguas do Grado, que servia de porto á Aquiléa; em

[1] Strabão elogia as manufacturas de Padua que forneciam a Roma uma grande quantidade de pannos e estófos; Aquiléa tinha uma Casa de Moeda e fazia um commercio consideravel com a Pannonia, e pretende-se que as mercadorias que expedia vinham ao Ponto Euxino, via do Danubio; Concordia assignalava-se por uma importante fabrica de armas.

Malamocco, Albiola e Fossa Claodia lançavam ferro os navios que vinham trocar productos com os paduanos.

Quando os barbaros começaram a invadir a Italia, os Venetos abandonaram o continente para refugiarem-se nas ilhas, não só nas que eram pequeninos fócos maritimos e commerciaes como tambem nas que estavam desertas e pouco susceptiveis de cultura. Para esses diversos logares transportavam elles seus haveres e familia; mas, dominados pela saudade das aprasiveis e ferteis paragens que tinham deixado, era commum regressarem aos antigos lares, logo que d'alli as hordas barbaras se retiravam, para ver se alguma cousa ainda se podia salvar da devastação e assim melhorarem sua existencia. Aquiléa, Padua e Concordia tendo sido saqueadas por Attila, muitos dos seus habitantes emigraram definitivamente para as ilhas. Os da primeira d'essas cidades, com o seu patriarcha á frente, mudaram-se para o Grado; os da segunda assentaram seus arraiaes principaes em Malamocco; os da terceira em Cáprula, onde, segundo a chronica de Altino, além da fundação das colonias agricolas e das occupações habituaes da pesca e da caça, os novos residentes insulares salientaram-se desde então pela sua habilidade em regular o curso das aguas dos canaes e das represas. Outros emigrantes sahidos ainda dos

citados pontos espalharam-se por Heracléa, que se assignalou como berço dos primeiros doges, por Tordello, por *Jesolo* ou *Equilio*, Amoriano, Metamauco, Rivoalto e outras ilhas menos importantes.

Logo que todas essas colonias de emigrados se tornaram mais populosas trataram de eleger um magistrado para administral-as e distribuir justiça. Esses funccionarios, que se chamavam tribunos, eram eleitos annualmente e deviam prestar contas do seu cargo á assembléa geral da colonia, a qual competia resolver em ultima instancia os assumptos que interessavam a communidade [1].

Os primeiros venezianos tinham habitos de vida simplissimos e verdadeiramente patriarchaes. A egualdade era uma lei geral. As habitações não se distinguiam umas das outras e todos se alimentavam frugalmente usando em suas refeições de iguarias identicas. A pesca era uma das suas principaes occupações e o

---

1 Dandolo e outros chronistas referem que desde o anno 401 a população tendo augmentado muito nas pequenas ilhas do Rialto, a cidade de Padua mandara tres consules a governal-as; mas nem a chronica de Aitino nem o diacono João mencionam o envio de semelhantes magistrados. Molmenti commentando esses dizeres, acredita que a referida tradição, baseada em um manuscripto dos archivos de Padua, não é talvez de todo falsa, e originou-se principalmente nas rivalidades posteriores das communas. O que não padece duvida é que o municipio de Padua tinha desde os tempos mais remotos em Malamocco, em Chioggia e Albiola um ou varios tribunos maritimos, que formaram o nucleo da primeira magistratura das ilhas.

commercio do sal o melhor dos seus beneficios. Na porção do solo de Veneza que se prestava a alguma agricultura, os seus fundadores cultivavam leguminosas que iam vender aos mercados da costa vizinha. Diz o historiador francez Daru que os venezianos refugiados nas suas ilhas ignoravam as revoluções da Italia e deveram a independencia então, á sua pobreza, ao seu obscurantismo e sobretudo ao braço de mar que os separava do continente. Quando os Godos, esses Barbaros um tanto civilisados, apoderaram-se da Peninsula italiana, os venezianos foram encarregados do transporte de viveres de Istria á Ravenna, cidade que Cassiodoro pretendeu fazer um entreposto commercial, mas que não correspondeu ás intenções do ministro de Theodorico. Desde essa epocha, os filhos de Veneza começaram a estender sua navegação por todo o Adriatico e mesmo sahiram de suas aguas para visitar o littoral do imperio grego. Ainda não havia cem annos que Attila obrigára os *Veneti-primi* a occupar as ilhas da laguna e já Veneza se impunha por seu commercio, sua industria e bons costumes aos povos que lhe ficavam proximos [1].

[1] Na seguinte carta do notavel homem de Estado do mais organisador dos reis Godos encontra-se uma palpitante descripção da Veneza do seculo VI:

Cassiodoro, senador e prefeito do pretorio aos tribunos.

«Na precedente carta de Jussion resolvemos, por ter sido a colheita de vinhos e de azeite abundante na Istria, que esta região

A' proporção que Veneza se desenvolvia, os differentes grupos de emigrados, que nella habitavam reconheceram que deviam diminuir o numero de chefes e dar força ao seu governo centralisando mais a administração. Bem que haja falta de documentos sobre a organisação

enviasse uma parte para Ravenna. Vós que tendes um grande numero de navios nessas paragens empregai o vosso zelo em transportar rapidamente o que aquelle paiz póde fornecer. Esse trajecto vos deve ser facil pelo habito que tendes das viagens de longo curso. O mar é vossa Patria e os seus perigos vos são familiares. Quando os ventos não vos permittem de affastar-vos, as vossas barcas desafiam as tempestades bordejando pela costa ou percorrendo a foz dos rios. Se o vento falta-lhes, os marinheiros descendo a terra puxam-as. Dir-se-ia, ao vêl-as de longe, que deslisam em campinas. Eu fui testemunha e comprazo-me em recordar aqui quanto o aspecto de vossas habitações me deu na vista. A admiravel Veneza, outr'ora cheia de uma illustre nobreza, tem por limites ao sul o Pó e Ravenna e para o levante goza do clima ioneo. O mar no fluxo e no refluxo cobre e descobre alternativamente uma parte da praia e mostra de uma vez á outra, uma terra contigua e ilhas cortadas por canaes. Como os passaros aquaticos, espalhastes vossas casas sobre a superficie do mar. Vós unistes as terras esparsas, opposestes diques ao furor das ondas. A pesca basta á alimentação de todos os vossos habitantes e essa alimentação é a mesma para todos. Entre vós a igualdade existe não só para o pobre como para o rico; as habitações são semelhantes entre si e ninguem inveja os penates alheios. Esse modo de ser evita o vicio da inveja ao qual o mundo está exposto. Vossas salinas representam campos; são a fonte de vossas riquezas e asseguram vossa subsistencia. Ahi vê-se em lugar da fouce ou da charrua rolar cylindros que vos fazem adquirir toda a qualidade de fructos nascidos expontaneamente. Ninguem póde passar sem sal, mas póde passar sem ouro. Sêde pois, diligentes em reparar vossos navios, que atareis ás muralhas de vossas moradas como alhures, os animaes são amarrados; tende-os promptos para ir buscar os azeites e os vinhos na Italia, logo que Laurentius d'isso vos avisar. Quanto ás despezas necessarias, que nada vos demore, afim de estardes em condição de aproveitar-vos de um vento favoravel.» Molmenti — *La vie privée a Venize.* Octave Noel — *Histoire du Commerce du Monde.* P. Daru — *Histoire de la Republique de Venize.*

politica primeira d'esse Estado nascente, sabe-se, entretanto, que os tribunos se uniram formando a *Consociazione*, germen da famosa *Comune Venetiarum*. Nada mais natural então que os magistrados chamados tribunos móres que regenteavam as ilhas principaes tivessem sob sua dependencia os tribunos menores, chefes das menos importantes. Ignora-se, comtudo, se da assembléa geral faziam parte uns e outros d'esses governantes ou se nella só podiam tomar assento os tribunos móres *(majores)*. Desde que os habitantes das lagunas deixaram de estar debaixo da tutella de Padua e constituiram uma nação, houve duas Venetias: a do continente e a maritima. Esta ultima que dominava a embocadura dos rios fez valer sua independencia para reclamar a navegação exclusiva em suas aguas e conseguir assim desviar para si o commercio que Padua e Aquiléa entretinham com certa prosperidade. As lagunas do Grado estavam tão bem situadas para o trafico, que necessariamente este havia de se aproveitar de tão prodigioso elemento para fazel-as a séde de um brilhante movimento mercantil. Eram uma porta para todos os paizes transalpinos ultramarinos, confinavam com a Italia, a Germania e as terras Danubianas. Rios e canaes navegaveis ligavam-as á maior parte d'essas regiões. A Lombardia, o Piemonte, a Toscana, os dominios Pontificios e Napoles communi-

cavam com ellas por essas vias. Os portos do Grado, Concordia, Heracléa, Caorlo, Malamocco e Rialto tornaram-se entrepostos de tudo quanto descia pelos rios para entrar no Adriatico. A esse beneficio os Venetas maritimos juntavam o transporte dos artigos que a Venetia de terra firme tirava de além-mar [1].

Os Lombardos e os Francos tratavam os venezianos com assaz benevolencia tendo reconhecido que esse povo não premeditava ataques a seus visinhos e só se preoccupava de abastecel-os de tudo quanto necessitavam limitando ao commercio a sua ambição.

Por isso outorgaram-lhe isenções e immunidades e permittiram que os mercantes d'essa nação tivessem a margem dos rios que frequentavam *fondachi*, armazens e casas para venderem suas mercadorias. Em lugares hoje desertos, taes como *Oriago*, *Mestre*, *Compalto*, *Musestre*, *Porto Buffoledo*, *Porto Gruario*, etc., houve nessa epocha portos e ricos mercados onde os povos do continente afluiam para comprar sal, grãos ultramarinos e muitissimos outros generos e artigos [2].

Proseguindo na sua idéa de cada vez mais centralizar o seu governo, os venezianos em

---

1 Daru — *Obra citada.* Molmenti — *Obra citada.*

2 Filiasi - *Ricerche Storiche — Critiche sull'oportunitá della Laguna Veneta pel commercio, sull'arte e sulla marina.*

697 reuniram em Heracléa uma assembléa composta de nobres, clero, burguezes e povo e resolveram eleger um magistrado que com o titulo de doge devia ser o chefe unico da communa. Veneza receiosa dos ostrogodos, que dominavam o continente proximo, procurara politicamente ficar ligada ao imperio byzantino o que lhe trazia tambem interesses commerciaes. Tendo havido ensejos para seus navios frequentarem os portos levantinos, os seus mercantes aproveitaram a opportunidade para alli conseguir relações e obter vantagens que foram o nucleo das suas rendosas operações de futuro em tão ricas regiões. Quando Belisario e Narses fizeram a campanha de Italia, Veneza, posto que não tomasse parte nella, auxiliou os generaes gregos transportando á Ravenna em seus navios os soldados do soberano. O Estado, que nascera nas lagunas, nominalmente prestava vassalagem aos imperadores do Oriente, mas de facto conservava uma certa independencia.

A instituição do dogado mostra que o povo affirmava sua soberania nesse acto e que desejava ser contado como poder politico. Diz Molmenti que se a eleição do doge era uma necessidade foi tambem uma prova de sentido pratico e de verdadeiro patriotismo. E' difficil que semelhantes revoluções se realisem sem violentos sobresaltos, porque os povos não se

despojam voluntariamente de seus principaes direitos para entregal-os a um unico cidadão. A seguinte passagem do chronista veneziano André Dandolo indica quaes eram as prerogativas ducaes no momento da creação dessa magistratura: «decretou-se unanimemente que o duque governaria só; que teria o poder de convocar a assembléa geral nos negocios importantes, de nomear os tribunos e de constituir juizes para pronunciarem-se nos assumptos privados, tanto entre os leigos como entre o clero, excepto nos negocios puramente espirituaes. Era para o doge que se appellava quando alguem se julgava lesado; era por sua ordem. que as assembléas ecclesiasticas tinham lugar. A eleição dos prelados fazia-se pelo concurso do clero e do povo, mas aquelles recebiam a investidura do duque e só eram enthronisados por sua ordem».

Diz Daru referindo-se a esse trecho, que alli não se fala no direito de fazer a paz e a guerra, mas, que os exemplos abundam provando que os doges tinham essa attribuição.

Paolo Luca Anafeste foi o primeiro doge de Veneza e o seu governo encheu de beneficios o seu paiz. Elle conciliou as facções que neste se guerreavam e disputavam a preponderancia; construiu arsenaes para preparo dos navios que deviam perseguir os piratas e negociou tratados com os Lombardos, actos que

deram á sua Patria a posse da costa, que se estende entre o grande e o pequeno Piave e os privilegios commerciaes, que ella gozava na Lombardia e aos quaes anteriormente nos referimos. Quando Carlos Magno atravessou os Alpes fazendo baquear o reino dos Lombardos na Italia, Veneza, sempre clarividente em politica, esforçou-se por conciliar as boas graças do grande imperador offerecendo-lhe as suas frotas e todo o auxilio que precisou no cerco de Pavia. O principe franco correspondeu a esses bons serviços reconhecendo formalmente a independencia dos venezianos, que por sua vez foi tambem confirmada pelo autocrata grego Nicephoro. Veneza ficou então sendo uma especie de limite entre os dois imperios, o do Oriente e o do Occidente, entre a Lombardia encorporada á monarchia dos Francos e a Dalmacia que dependia de Byzancio [1]. Por occasião da conquista do reino lombardo, Carlos Magno assistiu com sua côrte a uma feira que tinha lugar em Pavia. Affirmam diversos chronistas que o sequito do principe, que como se sabe era amante da pompa, ficou maravilhado com a quantidade e a riqueza das mercadorias e raridades orientaes que os venezianos alli exhibiam á venda. Purpuras, tapetes recamados de oiro, linhos preciosos, plumas

1 Scherer — *Histoire du Commerce*.

de pavões e avestruzes, custosos e variados estófos, marfim, ebano, perolas, gemmas e mais thesoiros levantinos offuscavam a vista dos visitantes, tentavam-lhes o gosto e esvasiam-lhes a bolsa [1].

A situação excepcional de Veneza para o commercio collocava todas as populações do continente sob sua dependencia. Ella soube habilmente explorar essa circumstancia para obter dos Duques, Condes e Bispos respectivos toda uma serie de vantagens taes como isenção de gabellas para a venda de certas mercadorias, o direito de cobrar as taxas, os impostos e portagens d'aquelles logares, que tomavam em arrendamento e a faculdade de nomear funccionarios especiaes para regularisarem a fazenda e os negocios tanto dos proprios doges como de toda a nação [2].

No rapido governo de Pedro Badovaro, este firma com Rodolpho, rei de Italia, um tratado que tem a data de 939 e pelo qual este soberano concede aos venezianos a livre entrada nos rios de seus Estados, mediante um direito e compromette-se a não permittir que passem em suas terras tropas que intentem hostilisar a Republica [3].

---

1 e 2 Filiasi — *Obra citada.*
3 Daru — *Obra citada.*

Com Petrus Orseolo II, os venezianos inauguraram as suas acquisições territoriaes. Esse doge unia as qualidades de guerreiro ás de um estadista. O commercio, que elle considerava a maior fonte de prosperidade para seu paiz, mereceu-lhe grandes cuidados. A todos os Estados da Italia, Orseolo enviou emissarios, que firmaram tratados em que os navios e as mercadorias venezianas eram favorecidos; comprou pequenos portos no Livenza, no Piave e no Silo; arrendou alfandegas pertencentes a alguns principes; obteve no Imperio do Oriente franquias para os subditos da republica e adquiriu por meio de presentes e de uma embaixada as boas graças dos sudãos do Egypto e da Syria, tanto nos portos como no interior das terras[1]. Vimos desde que Veneza angariára concessões do patriarcha de Aquiléa, o commercio interno do Adriatico desenvolver-se e ganhar riqueza á proporção que os lombardos e francos davam-lhe privilegios. Os venezianos percorriam em suas barcas abarrotadas de mercadorias os rios da Lombardia e do Friuli; iam a Dalmacia buscar lenha, vinhos, azeites, canhamo, linho, grãos e animaes; e da costa septentrional traziam chumbo, mercurio e varios outros metaes, madeiras de construcção,

---

1 Daru — *Obra citada.*

lãs, pannos, telas, cordas, pelliças, fructas seccas e mesmo escravos e eunuchos [1].

Em todas as regiões em que havia salinas, os referidos mercantes d'ellas se apoderavam assim como monopolisavam o commercio do peixe. E contra todos esses productos espalhavam por toda a parte os artigos do Oriente. Ora taes negocios motivavam lucros, mas para que esses se tornassem mais abundantes era preciso que a navegação mercante se fizesse com toda a liberdade. E essa tolhiam-a os piratas de Narenta perseguindo os venezianos em suas emprezas commerciaes, fazendo correrias contra os Istrianos, Liburnianos e Dalmacios, povos que estavam estabelecidos ao longo do Adriatico. «Havia salteadores a reprimir, fracos a soccorrer, era por conseguinte—escreve Daru—uma occasião para subjugar a todos ao mesmo tempo. Veneza preparava-se para essa campanha cujos habitantes tanto em Parenzo como em Pola, Pirano, Isola, Rovigno e Humago com seus bispos á frente solicitavam o protectorado da Republica. Em Zara, na Croacia, em Belgrado, Trau, Arbo, Cherso, e em varias outras cidades e ilhas do mesmo littoral, o doge teve identico acolhimento, excepção feita de Curzola e Lesina, praças fortes dos Narentinos.

[1] Daru — *Obra citada.*

O primeiro d'esses reductos foi immediatamente tomado, o segundo situado em uma posição difficilmente accessivel e assaz fortificada custou a vida a numerosas victimas entre assaltantes e defensores, mas a victoria final coube ao estandarte de S. Marcos.

A posse d'esses dois pontos entregara o golfo de Narenta á discreção dos venezianos que desembarcaram forças e levaram tudo a ferro e fogo, submettendo completamente os piratas. Essas bellas conquistas abriram um caminho para o Danubio e os ferteis valles que este banha; communicações terrestres se estabeleceram das margens do Adriatico ás do Ponto Euxino e ao coração da Russia. Para administrar as provincias recentemente adquiridas, o doge nomeou funccionarios tirados das familias mais consideradas de Veneza e que se chamaram podestás. Orseolo aproveitava-se de todas as occasiões em que era possivel prestar um serviço ao commercio de Veneza para fazel-o. Assim, quando baptisou um filho de que foi padrinho Othon III, elle conseguio d'esse principe, que os venezianos gozassem de isenção de direitos aduaneiros em todo o imperio do Occidente e de tres portos proximos as lagunas e que se suppõem terem sido Treviso, Campalto e S. Miguel del Quarto, visinho das ruinas do Altino e atravessado pela antiga via romana *Claudia-Augusta* que estabelecia a com-

municação entre a Italia e a Germania [1]. O bispo de Ceneda concedeu aos venezianos o porto de Settimo em Livenza e o de Villono no Lameno.

Nos tempos d'esse doge, os haveres do Estado provinham dos productos de alguns censos, dos direitos aduaneiros, dos impostos sobre o sal, das multas judiciarias e das taxas sobre as fortunas particulares, que eram fixadas no decimo da renda declarada pelos contribuintes sob a fé do juramento. A Istria e a Dalmacia nas mãos dos venezianos eram thezoiros a explorar; de um lado, elles tinham as montanhas da primeira, cobertas de soberbas florestas, dando excellentes madeiras para construcção de suas frotas; de outro, a segunda servindo-lhes de celleiro, produzindo por sua cultura cereaes, vinhos, azeite, fructas de meza e magnificos animaes para o córte e para a agricultura. Além d'isso as duas provincias proporcionavam-lhes marinheiros e consumidores para as mercadorias, que elles vinham vender a essas populações. As salinas constituiram desde os primeiros dias de Veneza uma das suas primeiras fontes de renda e já vimos como Cassiodoro exaltava esse dom com que a Natureza presenteara os habitantes das lagunas. O sal representou portanto na historia commercial dos

[1] Daru — *Obra citada.*

*

venezianos um importante papel. A posição topographica do seu paiz permittia, que elles vendessem o sal proprio ou o extrangeiro muito mais barato do que qualquer outro povo e ainda ganhassem. Como dominavam a embocadura de todos os rios que desaguam no Adriatico, os venezianos impediam que os outros Estados que gozavam da navegação d'esses rios e seus affluentes recebessem outro sal que não fosse o que estava armazenado em seus depositos. As chronicas referem o caso de quarenta mil cavallos, que vinham da Hungria, da Croacia e da parte oriental da Allemanha buscar sal na Istria [1]. As salinas de Chioggia sendo insufficientes para o grande commercio que faziam com esse genero, os venezianos compraram o producto annual das salinas da Servia e de Comacchio. E receiosos de que algum poderoso visinho cobiçasse a prosperidade crescente d'essa provincia, elles gravaram com um forte direito a exportação de sal por terra para que a via maritima fosse a preferida. Os

[1] Em Veneza formaram-se muitas associações chamadas dos *Salinari* que se occupavam de ir vender fóra das ilhas o sal das lagunas ou o extrangeiro. Cada companhia tinha assignalado um lugar a abastecer e não podia ir a outro. Existem documentos, que recordam as companhias dos *Salinari* no seculo XIV, que em suas barcas forneciam *Pavia*, *Novara*, *Vercelli*, *Tortona*, *Alessandria*, *Valenza*, *Vigevano*, *Casale*, *Domodossola* e o *Lago Maggiore*. Elles vendiam o sal a um preço tão baixo, que os Genovezes não podiam competir. Os *Salinari* que iam a *Milano*, *Como*, *Bergamo*, *Lodi*, *Cremona*, *Crema* e *Brescia* formaram uma outra companhia (Filiasi).

seus navios iam tambem ao Mar Negro e á Barbaria buscar sal.

Nas chronicas do monge de S. Gall encontram-se os primeiros vestigios do commercio dos venezianos no Oriente. Alli é contado que emquanto Carlos Magno permanecia na Italia uma parte dos que o rodeavam ostentavam vestes differentes das do imperador, compradas aos venezianos que as tinham trazido d'aquellas regiões. Entretanto até o seculo x, esse commercio estava sujeito alli á má vontade dos imperadores, cuja politica commercial era das mais estreitas. Todos os navios, que partiam dos portos gregos eram rigorosamente visitados e cada carregamento pagava um direito forte, mais de 70 soldos. Quando reinavam Basilio II e Constantino VIII, o commercio dos venezianos com o imperio foi mais favorecido. O Doge que era o grande Orseolo II e cujas altas qualidades de estadista fizemos notar, conseguiu que o imposto sobre cada carregamento fosse de 2 soldos á chegada e de 15 á sahida. E para que não houvesse abusos por parte dos subalternos, os navios eram visitados por um official superior. Esses privilegios estendiam-se não só ás frotas mercantes, que iam aos portos de Constantinopla como ás que tocavam no do Epiro, Thracia, Macedonea, Asia anterior, Chypre, Candia, Rhodes, etc. Apezar de datarem de muito antes

dos Comnenes as relações dos venezianos com Byzancio e haverem alguns d'estes se estabelecido na capital do imperio [1], é certo que elles ahi só existiram como communidade quando em 1081, Aleixo lhes doou um terreno para que podessem construir casas de habitação, escala para descarregar suas mercadorias e armazens para depositaI-as, expol-as ou vendel-as. O *fondaco* dos venezianos levantava-se em um dos melhores quarteirões de Constantinopla; na frente havia um ancoradoiro largo, profundo e seguro, onde as embarcações tranquillamente podiam lançar ferro e fazer suas operações de carga e descarga; dentro estavam os mais frequentados mercados da cidade [2]. Todas essas vantagens representavam a gratidão de Aleixo para com Veneza. Esta com habilidade extrema serviu-se da situação creada ao imperador pelas ousadias dos Normandos, para um duplo fim commercial: obter franquias no imperio grego e salvaguardar a Dalmacia que estando proxima de Durazzo podia bem

1 E' no reinado do imperador Justiniano, que Veneza e Byzancio começaram a entreter relações. Entretanto o historiador allemão Scherer refere que um auctor grego assegura que os venezianos possuiam desde tempos immemoriaes estabelecimentos em Constantinopla e na Rumelia e que ahi tinham adquirido grandes riquezas. Commentando essa informação Scherer diz: esses estabelecimentos não podiam ter outro fim, essas riquezas não podiam ter sido adquiridas por um outro meio que não fosse o commercio.

2 Heyd — *Le Colonie Commercial degli Italiani in Oriente nel Medio Evo.*

sublevar-se contra seu dominio apoiada pelo rei Roberto Guiscard, se este lograsse apoderar-se d'essa cidade byzantina. Por isso o doge em pessoa veio á frente de suas frotas combater o chefe normando, que bloqueava Durazzo e conseguiu vencel-o uma primeira vez.

Em outras campanhas que succederam a esta, a sorte das armas nem sempre pendeu victoriosa do lado de Veneza. Apezar d'isso a Republica conseguio seu objectivo. Aleixo reconhecido aos seus esforços concedeu-lhe os favores acima citados e mais a suzerania da Dalmacia, facto este pelo qual junto a elle se empenhára o papa Gregorio VII e que o imperio já no seu declinio acceitou por não estar em condições de fazer valer seus direitos sobre esse territorio [1]. Bem que os venezianos residentes nessa epocha no imperio byzantino fossem mais numerosos do que os das outras cidades italianas, elles não viam entretanto com bons olhos a visinhança de taes competidores e desde então rivalidades surgiram entre esses mercantes, os pisanos e genovezes. Em 1100, uma frota veneziana

[1] No diploma que Aleixo concede aos venezianos, elle dá presentes e honras ao Doge, á Igreja e ao Patriarcha de Veneza. Ao primeiro d'esses dignatarios confere o titulo de *Protosebastos* e ao segundo de *Ipertimo*. Aos Amalfitanos residentes em seu reino ordena que paguem um tributo á igreja de S. Marcos em Veneza e permitte que os mercantes venezianos comprem e vendam em seu imperio, sem pagar imposto de porto ou de commercio ou qualquer outra contribuição a nenhum empregado publico.

achava-se pacificamente ancorada em Rhodes, quando uma outra pisana que por ahi passava atacou-a, mas foi vencida. Os venezianos para libertar os prisioneiros pisanos feitos nessa occasião intimaram que estes se compromettessem a nunca mais virem commerciar na Romania. «O pacto de amizade com o imperio grego, escreve Scherer, foi o fundamento da grandeza de Veneza e os seus primeiros governantes deram uma prova de grande sagacidade tendo sabido em começos humildes e incertos achar o bom caminho e continuando por estes, com paciencia e constancia até o fim». Os venezianos residentes em Constantinopla e mais cidades gregas impavam de arrogancia, certos como estavam da sua superioridade sobre os byzantinos, cuja actividade e caracter os prazeres tinham enervado e abastardado. O historiador Cinnamo assignala a insolencia com que elles tratavam não só o baixo povo grego, mas tambem as pessoas altamente collocadas e portadoras de esplendidos e sonoros titulos. Esse procedimento foi causa que o imperador João, successor de Aleixo, excitado pelos genovezes e pisanos recusasse renovar os privilegios, que seu pai outorgára aos venezianos, que para esse fim lhe mandaram uma embaixada quando elle ascendera ao throno. A Republica para vingar-se d'essa affrontosa recusa, envia suas frotas de guerra bloquear Corfú, saquear Rho-

des, occupar Chio e devastar varias ilhas do Adriatico, o que ellas executam sem que João Comnene, demasiado debil podesse evitar taes actos de guerra. Para que cessassem essas hostilidades, o imperador secretamente mandou dizer ao doge que receberia com prazer uma embaixada para negociar a paz. E esta se fez conseguindo os venezianos a promessa de serem reintegrados nos privilegios que gozavam no tempo de Aleixo. Assim novamente, elles continuaram no imperio byzantino o lucrativo commercio, que ha tres annos ahi tinham sido obrigados a abandonar. Em 1143, Manoel I, ao succeder a seu pai João Comnene, encontra o imperio na mesma situação difficil em que este se achava no reinado de Aleixo, relativamente aos Normandos, que dominavam a Sicilia. Rogerio, chefe d'esse povo tinha-se apoderado de Corfú, saqueado a Grecia, passado os Dardanellos e ameaçava incendiar Constantinopla. Manoel solicitou o soccorro de Veneza, promettendo-lhe em troca favores commerciaes. Até então os antigos tratados não permittiam que os venezianos frequentassem o porto de Megalopolis e fossem isentos de imposto em Chypre e Candia. Ora se essas restricções fossem abolidas, concorreriam para que os venezianos ao regressarem do Levante podessem juntar aos seus carregamentos os vinhos de Chypre e de Creta. Este motivo determinou que o doge aco-

lhesse bem o pedido de Manoel, tanto mais quanto sua Patria tinha resentimentos contra Rogerio, que se apoderára de mercadorias no valor de 40:000 talentos de prata pertencentes a seus compatriotas [1]. A guerra contra o rei da Sicilia foi pois resolvida e a frota da Republica expulsou de Corfú os invasores sicilianos. Referindo-se a essa campanha, o historiador Nicetas conta as discordias, que durante ella se deram entre os alliados e que eram o resultado do odio que os venezianos ainda guardavam pelas hostilidades soffridas no reinado de João e pelo desprezo que sempre tiveram pelos gregos. Durante o cerco de Corfú, uns e outros, por mais de uma vez, foram ás mãos e quando os venezianos voltaram para seus navios, atacaram a frota imperial e queimaram uma grande parte de suas unidades. Diz ainda o mesmo chronista que a soldadesca quiz accrescentar o insulto a essas violencias e para tal enfeitou com moveis e tapetes preciosos o navio veneziano almirante e ahi coroou em grande pompa um Ethiope para escarnecer do imperador, que era muito negro [2]. Manoel supportou pacientemente a affronta, mas com a idéa de vingar-se na primeira opportunidade. Logo que lhe foi possivel começou a

---

1 Heyd — *Obra citada.*
2 Daru — *Obra citada.*

tratar os venezianos com o maior rigor. Estes tinham sido sempre considerados como extrangeiros, ainda mesmo os que habitavam Constantinopla ha muito tempo. O imperador obrigou-os a jurarem por toda a vida obediencia e fidelidade aos gregos como se fossem seus vassallos. Desejoso de dominar na Italia, Manoel busca enfraquecer a Sicilia e a Veneza, excitando uma contra outra. Primeiro dirige-se ao rei dos Sicilianos e lhe promette fazel-o seu genro, se elle declarasse guerra aos venezianos. Repellido d'esse lado, envia uma embaixada á Republica propondo-lhe uma alliança contra o rei. Veneza tambem recusa, porque tendo obtido por intermedio do doge Morosini, favores commerciaes na Sicilia, não lhe convinha compromettter essa situação vantajosa. O doge receioso, que o imperador exasperado pela sua negativa perseguisse os mercantes venezianos ordenou que todos os navios que estivessem nos portos gregos e todos os subditos residentes no imperio abandonassem immediatamente suas estações e pontos de residencia. Esse exodo de navios e commerciantes serviu de pretexto para que Manoel Comnene enviasse uma frota a Dalmacia, que se apoderou de Splato, Trau, Ragusa e Corcyro. Porém, apezar d'esse acto de hostilidade, o imperador mandou dizer á Republica, que isso não devia ser tomado como uma declaração de guerra e fôra

motivado apenas pela retirada dos venezianos do seu paiz, facto ao qual não era indifferente, mas que se elles voltassem, estava prompto a entregar as praças occupadas e a reparar todos os damnos.

«Essas explicações — escreve Daru — não justificavam seguramente a usurpação de quatro praças, a mão armada. Estava na dignidade da Republica exigir antes de tudo essa restituição do que acceitar uma explendida satisfação; mas a prohibição dos mares da Grecia a todos os navios venezianos, o abandono das feitorias, a interrupção total do commercio com o imperio tinham estancado a fonte dos lucros aos quaes os negociantes estavam acostumados. O espirito do trafico não está sempre de accordo com os verdadeiros interesses da dignidade do Estado; o commercio murmurava contra as medidas rigorosas que o tinham paralysado. Essa grita determinou uma resolução que lhe foi bem funesta e mais ainda á Republica. As ordens que motivaram as queixas foram revogadas, os commerciantes e os navios ricamente carregados partiram para todos os pontos do imperio grego. Manoel esperava sua preza. Logo que os venezianos chegaram foram aprisionados e seus bens confiscados». Os carceres não foram bastantes para conter os prisioneiros e os mosteiros recolheram alguns. Só em Constantinopla o numero delles ascendeu a dez mil.

Em todo o imperio no mesmo dia se praticaram as mesmas violencias. Uma parte pequena porém dos venezianos conseguiu fugir para Almiro, no golfo de Volo. «Demasiado tarde — diz Heyd — os venezianos tinham aprendido a conhecer de que modo Manoel ao valor militar, que o distinguia e recordava até certo ponto os antigos imperadores romanos, unia a perfidia e a astucia, que nos degenerados byzantinos suppria a falta de coragem».

Grande foi o furor de Veneza ao saber d'esses attentados. Para vingal-os, ella constituiu segundo uns em quatro mezes, segundo outros em menos tempo: cem galeras e vinte naves de transporte para provisões e machinas de guerra e em Setembro apparelhou essa frota, que navegando ao longo da costa e das ilhas gregas devastou-as. Essa expedição, entretanto, nada fez de decisivo em consequencia de uma peste que se desenvolveu no exercito veneziano que occupara Chio e ahi invernara. Os venezianos á vista do fracasso d'essa sua expedição procuraram attingir Manoel de todos os modos, induzindo os Servios a declararem-lhe guerra, unindo em 1174 sua frota á de Frederico Barba Roxa para assaltarem por mar a cidade de Ancona, em quanto o arcebispo de Moguncia a sitiava por terra e finalmente renovando em 1175 a alliança com os Normandos da Italia Meridional e concluindo

com Guilherme II, rei da Sicilia um tratado de paz e commercio. Esses factos determinaram Manoel a reconciliar-se com os venezianos reintegrando-os em seus direitos politicos antigos e restituindo-lhes os bens confiscados. Estes cidadãos, porém, preferiram que em vez de lhes entregar o que outr'ora possuiam, o imperador lhes désse uma certa quantia em ouro, pagavel por prestações. No reinado de Isaac Angelo os venezianos obteem tres diplomas. Nos dois primeiros são confirmados os privilegios que gosavam no tempo de Aleixo, de João e Manoel Comnene, e no terceiro lhes é concedido illimitada liberdade commercial, isenção de imposto e reintegração nos antigos quarteirões perdidos em 1171. Nesse mesmo documento estipulava-se uma alliança offensiva e defensiva entre Veneza e Byzancio [1]. Em 1189, ao serem ratificados os tratados anteriores, Veneza consegue de Isaac por meio dos embaixadores que lhe enviara, esta clausula addicional: cessão das escalas e *fondachi* dos Francezes e Allemães que eram apenas de simples mercantes d'essas nacionalidades e não de communidades e rendiam annualmente doze libras de *iperperi* e isso independente da doação dos quarteirões, que outr'ora possuiam na capital grega. Esses pactos permittiram que os

[1] Heyd — *Obra citada.*

venezianos se estabelecessem em Constantinopla e alli fruissem maior tranquillidade [1].

Sob Aleixo uma embaixada em nome do doge foi solicitar d'esse soberano o renovamento dos privilegios outorgados por seus antecessores e o pagamento da somma da indemnisação devida. Depois de varias negociações, os embaixadores Pietro Michiel e Ottaviano Quirino assignaram em 1199 um tratado pelo qual os venezianos podiam commerciar nas ilhas, nas costas e no interior do imperio com productos d'ahi oriundos e com mercadorias importadas, sem pagar imposto de commercio, de transito e de portos, isenções que se estendiam a todas as pessoas que comprassem ou vendessem aos venezianos. Estes por seu lado compromettiam-se como tinham feito sob Isaac Angelo a auxiliar o imperio byzantino, no caso que fosse atacado por algum inimigo e a sustentar com seu apoio o imperador e seus herdeiros [2]. Comtudo a assignatura d'esse tratado não impediu que antes mesmo de decorridos tres annos os venezianos se juntassem a Balduino de Flandres para desthronar Aleixo e fundar o imperio latino do Oriente.

---

[1] e [2] Heyd — *Obra citada.*

II

Auxilio prestado por Veneza á fundação do imperio latino do Oriente; organisação das colonias gregas.—Relações de Veneza com a dynastia dos Paleologos.—Tratados por ella firmados com o imperador Miguel e com o sultão Mahomet II.—Feitorias dos Venezianos nos principados francos do Levante e vantagens ahi adquiridas; suas operações mercantes com Alepo e o reino da Armenia.—O importante estabelecimento veneziano de Tana.—Veneza no Egypto e na Barbaria e os diversos pactos negociados com os sultãos d'essas regiões.—Vantagens commerciaes alli obtidas.

Como premio pela parte que os venezianos tomaram nessa cruzada, os principes francos de accordo com o tratado concederam-lhes em Constantinopla o quarteirão inteiro de Pera [1] e muitas cidades e ilhas, que pertenciam aos gregos: Lazi no fundo do Ponto Euxino, na costa da Asia Menor; Nicopolis na bahia de Propontida; ao norte Heraclea, Ægos-Potamos e Rodosto; na costa Meridional, Nicodemia; Gallipoli na extremidade do estreito de Hellosponto; Adrianopolis, actual Andrinople; duas praças na ilha de Eubéa, Oréos e Caristos; muitos portos em torno do Peloponeso, a saber: Egina, no golpho

---

1 Os venezianos em Constantinopla eram donos do arsenal, tinham um castello na cidade e pelo menos cinco igrejas; S. Acendino, S. Marcos de Embolo, S. Pantocratore, o convento de Pantepoptes e S. Maria. (Heyd).

de Salonica, Megalopolis na Laconia, Colona e Methona na extremidade da Messenia e Patra, hoje Patrasso, no estreito que separa o golpho de Corintho do mar Ioneo, emfim todas as ilhas d'esse mar desde Zante a Corfú, e Dirrachium na costa da Dalmacia. A essas possessões ha ainda a ajuntar muitas ilhas do Archipelago entre as quaes a de Candia, que Veneza comprara ao marquez de Montferrat por dez mil marcos de prata [1]. Junto ao imperador do Oriente, os venezianos collocaram um Podestá e um Patriarcha. O poder, as honras e as prerogativas a que tinha direito o primeiro d'esses enviados eram tão extraordinarios, que igualavam quasi as do chefe do imperio. Facil é comprehender como aquelle soube aproveitar-se da sua posição para favorecer o commercio do seu paiz. Exceptuando Andrinople, todas as possessões cabidas aos venezianos eram maritimas e constituiam uma cadeia de estações militares e commerciaes das mais importantes. Impossivel seria conservar todas essas conquistas, visto o pouco exercito de terra de que dispunha Veneza, se esta não tivesse adoptado um systema colonial correspondente á sua situação dando-as em feudo, não só aos principes gregos, cuja amizade conservara, assim como a muitos

---

1 Daru — *Obra citada.*

de seus compatriotas [1]. Candia tocou a uma colonia de nobres e populares tirados dos seis quarteirões de Veneza; os primeiros como cavalleiros, os segundos como infantes ali se estabeleceram. A ilha foi dividida em tres partes, uma da Republica, outra da Igreja e Mosteiros e a terceira da colonia, a qual foi repartida entre 132 cavalleiros e 405 sargentos. Os primeiros tiveram terrenos de maiores extensões e os outros de menores. Em caso de guerra, os primeiros d'esses colonos eram obrigados a fornecer um cavalleiro com lança e dois escudeiros a cavallo, os segundos dez soldados de infanteria. No Peloponeso as terras foram divididas em 101 feudos entre os velhos e os novos colonos [2]. A todas as colonias foi dada uma organisação modelada pela metropole e numerosas esquadras as protegiam contra os ataques dos rivaes dos venezianos. Uma das clausulas do pacto fundamental entre Veneza e os principes latinos fôra por aquella introduzida com o fim de collocar os genovezes e pisanos em posição inferior no novo reino.

---

[1] Marco Dandolo e Jacques Viaro obtiveram Gallipoli que elevaram a ducado; as ilhas de Naxos, Paros, Melos e Horinéa formaram um principado no qual a familia de Marcos Sanudo se conservou perto de quatrocentos annos. Marin Dandolo estabeleceu-se em Andras; Pedro Justiniani e Domenico Michieli na ilha de Ceos; Raban Cornaro nas costas do Negroponto e Philocolo Navigier tomou o titulo de grão duque de Lemnos. (Daru).

[2] Filiasi — *Obra citada.*

Che niun uomo appartenente a popolo che fosse in guerra con Venezia potesse entrare nel regno ed ivi dimorare. Esse artigo impedia que genovezes e pisanos podessem guerrear a Veneza. Um acto de hostilidade qualquer contra esta faria perigar as colonias commerciaes que aquelles mantinham na Grecia[1]. Esse periodo aureo de preponderancia completa dos venezianos no imperio byzantino durou mais de meio seculo. A queda do reino latino e a subida de Miguel Paleologo ao throno dos cesares foi o inicio da decadencia do poder commercial de Veneza em Constantinopla e mais cidades dependentes do imperador. Ao traçarmos a historia economica dos genovezes, já tivemos occasião de referir as intrigas e esforços por estes empregados para affastar os venezianos do imperio. Entretanto, Paleologo para a politica que pretendia seguir procurou em 1265, apoiar-se nos venezianos afim de ter em cheque os seus alliados. Jacopo Dandolo e Jacopo Morosini foram enviados a Constantinopla pelo doge Raniero Zeno, a quem o imperador fizera presentir sobre os seus desejos.

N'essa occasião celebraram as duas partes contratantes uma convenção, cujas principaes clausulas eram as seguintes: 1.ª os venezianos teriam em Constantinopla e em Salonica um

---

1 Heyd — *Obra citada.*

*

terreno com vinte e cinco casas e uma ou duas igrejas para o Bayle ou consul e para os mercantes; 2.ª uma tregua de cinco annos era pactuada, durante a qual os dois Estados abster-se-iam de hostilidades um contra outro, nem as permittiriam da parte de qualquer dos seus respectivos inimigos; 3.ª o imperador não molestaria os territorios de Coron e Modon (Moréa), as ilhas de Candia, de Negroponto e do Archipelago, tributarias da republica de Veneza; 4.ª os venezianos por sua vez não incommodariam os genovezes em seu quarteirão de Constantinopla e em geral em todo o imperio; 5.ª se houvesse uma offensa e prejuizo commettido da parte de um dos dois povos sobre o *fondaco* do outro, o imperador obrigaria o partido agressor a reparal-a; 6.ª os venezianos poderiam entrar e andar livremente no imperio, por mar e por terra, com suas mercadorias e bagagens, comprar e vender sem serem submettidos a nenhum imposto; 7.ª se as mercadorias que importassem não fossem de Veneza e sim extrangeiras deveriam declarar; 8.ª em caso de morte de um veneziano, o espolio seria entregue ao respectivo consul; 9.ª as pessoas e os bens dos naufragos teriam soccorro e protecção; 10.ª os venezianos poderiam comprar e exportar do imperio grãos, em quanto as cem medidas valessem cincoenta hyperperis, mas se o valor fosse maior, essa exportação não seria permittida sem licença; 11.ª

se um grego fosse offendido por um veneziano, a questão seria submettida ao Bayle e se o culpado tivesse fugido, seus bens seriam tomados não só no territorio de Veneza como nos de suas possessões; 12.ª se um veneziano assassinasse um grego ou veneziano, as auctoridades imperiaes, julgariam o réo; mas se o assassinato fosse commettido fóra de Constantinopla, o delinquente seria sentenciado pelo Bayle ou rector instituido pela Republica; 13.ª se os corsarios venezianos praticassem defraudações em terras do imperio, o Bayle levantaria um inquerito e faria restituir os objectos roubados, a menos que os corsarios não viessem das ilhas não submettidas á Republica; 13.ª os mercantes gregos, que fossem a Veneza para o commercio poderiam alli vender suas mercadorias sem obstaculos pagando os direitos da tarifa [1]. Apezar d'esse tratado as relações entre Miguel Paleologo e Veneza conservaram certa hostilidade. Muitas de suas estipulações não foram respeitadas. E' assim que o imperador faz reconquistar diversas ilhas do Archipelago, feudos venezianos, nos quaes promettera não tocar. Devido a isso os Sanudos perderam Sifanto, Sicino, Policandro e Nio; os Ghisi Amorgo: Sciro, Sciato e Chelidromi; os Quirini: Stam-

---

[1] Depping — *Histoire du commerce du Levante au moyen âge.*

palia; os Foscoli: Namfio; os Barozzi: Santorino; Zea e Serifo voltaram por breve tempo ao poder dos byzantinos e Lemnos para sempre [1]. Todas essas perdas diminuiam as rendas da Republica, porque no seu orçamento taes possessões contribuiam com apreciaveis quantias e igualmente concorriam para que a sua influencia no Archipelago muito soffresse. Ajuntando a essas causas as continuas correrias dos piratas, comprehende-se, facilmente, quão compromettida estava a situação do commercio veneziano. A liga que pretendeu fazer a Republica com Carlos de Anjou, por duas vezes, para o restabelecimento do imperio latino do Oriente e que traria para Veneza a recuperação da bella posição de outr'ora, fracassou devido á intervenção da Curia Romana, adquirida a Miguel Paleologo, pela promessa da união das duas Igrejas primeiro e depois pela revolução conhecida por *Vespro Siciliano*. Apezar d'esse estado continuo de animosidade, os venezianos renovaram por mais de uma vez seus tratados com os imperadores gregos. Em 1277, Miguel Paleologo, bem que determinasse que os lugares necessarios para estabelecimentos commerciaes mantidos pelos venezianos fossem tomados em arrendamento, fez

---

1 Heyd — *Obra citada.*

excepção para os de Constantinopla e Thessalonica e consentiu que ditos mercantes pódessem conduzir grãos livremente do mar Negro para o territorio grego, o que as convenções anteriores prohibiam[1]. Em 1285 os venezianos conseguiram que Andronico II confirmasse o ultimo tratado, que elles tinham feito com Miguel e que devia durar dez annos; mas, em 1291 e 1292, o novo imperador tomando o partido de Genova, contra a Republica das lagunas occasionou a ruptura entre essa e o imperio. A mediação de Matteo Visconti, senhor de Milão permittiu a paz entre as duas republicas italianas em guerra, o que facilitou novamente aos venezianos poderem se impor a Andronico e d'elle obter em 1302 um tratado que foi ractificado em 1303 e pelo qual elles reconquistaram Zea, Serifo, Santorino e Amorgo, mas perderam o direito de vender sal e mastique no reino. A influencia dos venezianos d'ahi em deante foi cada vez mais se enfraquecendo no imperio byzantino.

Em 1362, a Republica desistiu do direito de possuir em Constantinopla qualquer especie de propriedade, taes como casas, jardins, campos; de ter franquias de impostos para suas mercadorias e isenção da taxa sobre os vinhos vendidos

---

1 Heyd — *Obra citada.*

a retalho, o que fizera multiplicar as tavernas venezianas na referida capital. O imperador reduziu, depois, a quinze o numero de semelhantes estabelecimentos dando privilegio para os vinhos em toneis e para a importação de grãos. Os venezianos consentiram nessas restricções, fazendo reserva, porém, de suas antigas immunidades para o futuro [1].

Quando os turcos começaram as suas conquistas no imperio byzantino, os italianos não resentiram grandes fluctuações no seu commercio, visto como os dois centros de suas operações: Constantinopla e Thessalonica estavam livres d'esses invasores; mas quando a capital grega cahiu em 1433 em poder do sultão Mahomet II, os venezianos e os genovezes comprehenderam o perigo que ameaçava o seu já periclitante commercio com o imperio. Bartholomeu Marcello é designado por Veneza para ir como embaixador entender-se com Mahomet e conseguir d'elle algumas vantagens capazes de salvar a feitoria de Constantinopla. Um anno duraram as negociações, sendo em 1454 assignado o seguinte tratado entre o emissario de Veneza e o sultão: 1.ª as duas partes contratantes compromettiam-se a não causar prejuizo uma a outra; 2.ª os venezianos pode-

1 Depping — *Obra citada.*

riam entrar, circular e commerciar livremente em todo o imperio; 3.ª os navios d'essa nação seriam recebidos em todos os portos; 4.ª o duque de Naxos, em qualidade de vassallo da Senhoria ficaria comprehendido nesse pacto e não pagaria tributos ao sultão; 5.ª em razão dos estabelecimentos possuidos pela Senhoria na extensão do imperio, principalmente em Scutari e em diversas praças da Albania, ella contribuiria annualmente com um foro de duzentos e trinta e seis ducados; 6.ª todo o escravo veneziano seria entregue sem difficuldade a menos que não se fizesse musulmano, em cujo caso pagar-se-ia á Senhoria uma indemnisação de mil *aspres;* 7.ª o commercio veneziano seria sujeito a um direito de dois por cento sobre o valor de todas as mercadorias compradas ou vendidas; mas as não vendidas estariam isentas d'esse direito; 8.ª todos os navios venezianos que passassem no estreito seriam obrigados a tocar no porto de Constantinopla, tanto na ida como na volta e poderiam ahi abastecer-se de tudo quanto lhes fosse necessario, e partir livremente; 9.ª todas as roupas ou mercadorias vindas do mar Negro pertencentes a individuos de uma nação christã poderiam ser exportadas sem impedimento ou vendidas, pagando nesse caso o direito de dois por cento sobre o seu valor; 10.ª os habitantes de Pera, que na occasião do tratado fossem deve-

dores dos venezianos, seriam (excepto os genovèzes), obrigados a pagar essas dividas, mas d'ellas deduzir-se-ia o que podesse tocar aos venezianos nas contribuições levantadas pelo Grão-Senhor; 11.ª o patriarcha de Constantinopla conservaria todas as rendas de que gosava no territorio possuido pelos venezianos no tempo em que o imperio da Romania existia; 12.ª os subditos turcos negociando em terras da Republica ficariam sujeitos aos direitos pagos pelos venezianos no imperio do sultão; 13.ª se navios de uma das duas potencias contratantes se refugiassem nos portos ou sob as fortalezas de qualquer d'elles, ahi encontrariam asylo e protecção; 14.ª os dois Estados entregar-se-iam mutuamente todos os desertores e o que se salvasse dos naufragios; 15.ª as propriedades de todos os subditos venezianos que morressem *ab-intestato* ou sem herdeiros no territorio do imperio seriam guardadas para serem entregues a quem de direito e depositadas entre as mãos do ministro de Veneza ou de um veneziano; 16.ª a Republica não daria soccorro de especie alguma aos inimigos do Grão-Senhor, quer em homens, quer em dinheiro, quer em viveres, nem este aos inimigos da Republica; 17.ª Veneza não receberia em suas cidades ou castellos da Romania ou da Albania inimigo algum ou subdito rebelde do Grão-Senhor, nem poderia mesmo conceder-

lhe passagem; se ella faltasse a essa clausula, o sultão estaria no direito de agir contra suas cidades e castellos assim que d'isso tivesse noticia e as medidas que julgasse a proposito tomar não seriam consideradas como uma violação da paz; 18.ª a Senhoria poderia como entendesse enviar a Constantinopla um Bayle com o seu sequito acostumado, o qual exerceria a auctoridade civil sobre os venezianos de qualquer condição e lhes administraria a justiça. O Grão-Senhor obrigava-se a conceder-lhe protecção e dar-lhe assistencia, quando o requeresse; 19.ª os venezianos seriam indemnisados de todos os prejuizos soffridos por parte dos subditos do sultão, antes da tomada de Constantinopla, quer em suas pessoas, quer em suas propriedades, justificando os motivos e reciprocamente; 20.ª finalmente os venezianos poderiam introduzir e fazer circular no imperio toda a especie de prata, amoedada ou não, sem pagar nenhum direito, sob condição, porém, de mandarem verificar as especies na Casa de Moeda [1].

A paz tendo se restabelecido entre os turcos e a Republica, as relações commerciaes com Constantinopla novamente encetaram-se. Ricos venezianos vieram residir alli e conseguiram

[1] Daru — *Obra citada.*

mesmo nessa capital monopolisar o alumen, os sabões, o cobre e arrendar as moedas. Mas já não tinham a mesma importancia de outr'ora. O sultão não os considerava e os obrigava como os gregos a munirem-se de *karatisch* [1]. Em 1478, os venezianos que desde o tempo de Miguel Paleologo tinham sido prohibidos de ir ao Ponto Euxino, que estava aberto só aos genovezes, compraram por um tributo annual de dez mil ducados a faculdade de navegarem nesse mar. Em 1484, os venezianos delegam uma embaixada a Constantinopla para conseguirem no imperio turco a livre exportação para os cereaes, concessão que elles já tinham obtido de Bajazet para determinado ponto, mediante um tributo de quinhentos ducados [2]. Mas os turcos ficando cada vez mais insolentes e emprehendedores, a guerra outra vez rompeu entre elles e Veneza. O accesso ao mar Negro foi-lhe interdicto como antes da ultima convenção e muitas praças da Moréa tomadas por esses terriveis inimigos. No reinado de Solimão, a Republica trata com esse sultão o favor de passar pelo Ponto Euxino. Mas a grande via commercial do interior da Asia, que vindo áquelle mar animava não só o commercio de Byzancio como o das ilhas do Archipelago ia

[1] e [2] Depping — *Obra citada.*

sendo abandonada e portanto pouco os seus mercantes podiam utilisar-se d'ella. O commercio preferia então um outro caminho, o da Syria e do Egypto, que os venezianos quizeram egualmente aproveitar. Contam os chronistas que já no seculo VIII os habitantes das lagunas iam aos portos da Syria, do Egypto e da Africa trocar, comprar e vender e faziam em grande escala o commercio dos escravos que eram levados aos mercados da Barbaria e da Hespanha, onde os musulmanos ficavam com essa mercadoria. Esse trafico immoral foi mais de uma vez condemnado pelo governo da Republica. Os Doges e a Dietą Geral do povo promulgaram severas leis para extirpar esses costumes. Em 800, Orso Partecipazzio e o imperador prohibiram vender escravos aos pagãos; em 944, Pietro Orseolo e a Dieta novamente determinaram a cessação d'esse negocio. Apezar de todos esses decretos os traficantes nunca deixaram de illudir a lei e continuaram a exercer esse commercio [1].

Por occasião do movimento iniciado pelos Cruzados para redimir o Santo Sepulchro, os venezianos foram os ultimos a se enthusiasmar por essa expedição. O historiador francez Daru referindo o estado da alma dos venezianos

---

[1] Filiasi — *Obra citada.*

nesse momento diz: «que dois interesses oppostos os dominavam: se por um lado deviam desejar a expulsão dos sarracenos e habilitar-se para serem admittidos na partilha das conquistas, por outro, as vantagens que os venezianos tinham gozado até então no Levante, cessavam de ser privilegios desde que outras nações européas alli formavam estabelecimentos». Tratando do papel historico economico das Cruzadas, do estabelecimento dos principados francos da Syria e das condições em que se desenvolveram as colonias commerciaes dos amalfitanos, pisanos e genovezes na Palestina, já tivemos ensejo de incidentemente falarmos do modo pelo qual os venezianos concorriam para o florescimento do notavel trafico mercantil d'essa parte do Levante. Foi em 1098, que a primeira frota armada por Veneza partiu para a Palestina com intento de tomar parte na expedição que os barões e senhores feudaes alli tentavam. Commandava esses navios, o proprio filho do doge Vital Michieli e em um d'elles se tinha embarcado Henrique Contarini, bispo de Castello. Essa campanha foi apenas um acto de pirataria contra Smyrna, por quanto a presença dos venezianos no porto de Jaffa, por occasião do cerco d'essa cidade por Godofredo, é contestada por muitos historiadores. Em uma segunda expedição, elles cooperaram para sitiar Ascalão e Caïpha e em uma terceira, a de S.

João de Acre, Sidon e Beryto. Nessa occasião Balduino querendo recompensar esses serviços deu-lhes um quarteirão em Acre, permissão para commerciarem em todo o reino de Jerusalém e diversas franquias, entre as quaes as de usarem os pesos e medidas proprias, direito de soberania do doge sobre a sua colonia e a posse de uma igreja. Sob o Reinado de Balduino II e a pedido d'este, os venezianos vieram soccorrer os christãos do Oriente, que os infieis ameaçavam. O rei promettia-lhes em troca d'esse auxilio novas vantagens commerciaes. O papa Calixto III empenhava-se junto a todos os principes, que reconheciam a religião de que era chefe a entrarem nessa campanha. O doge Dominico Michieli ouvindo essas supplicas e o interesse para a expansão da Republica, que havia se entrasse nessa Cruzada, lançou a seus compatriotas uma enthusiastica proclamação, em que lhes dizia: «Pensae nesses Romanos, dos quaes vos gabaes de terdes como antepassados: não foi na inercia e nos prazeres que adquiriram o imperio do Universo; foi pela guerra, pelas fadigas, pelos duros trabalhos, que elles augmentaram suas forças e tornaram-se os senhores do mundo; é destruindo os infieis que podemos conseguir estender no Oriente a gloria e o poder do nome veneziano....». Os venezianos responderam a esse appello com o mais vivo enthusiasmo e uma

frota de cerca de duzentos navios, rapidamente preparada, apparelhou para Jaffa, onde encontrando os Sarracenos combateu-os e venceu-os completamente. Nessa occasião, os Cruzados resolveram a conquista de Tyro, mas antes de partir para essa expedição, os Venezianos assignaram com os representantes de Balduino, o patriarcha Varmande e o condestavel Guilherme de Buris, assistidos de outros grandes signatarios do reino, o seguinte tratado: além do quarteirão que os venezianos em Acre já possuiam ser-lhes-ia concedido em plena propriedade e em todas as cidades do reino, uma rua inteira, com um banho, um fôrno, um mercado e uma igreja; as mercadorias que transportassem na Asia seriam isentas de todos os direitos; os subditos da republica nenhum imposto pagariam; em seu dominio só reconheceriam a jurisdicção de seus magistrados, mesmo quando tivessem que pleitear como defensores contra a demanda de um subdito do rei; só quando um veneziano querellasse um subdito do rei seria obrigado a ir á presença do juiz real; se se tomasse as cidades do Tyro e Ascalão, a terceira parte d'essas cidades e do seu territorio tornar-se-ia propriedade da Republica; finalmente, esta forneceria para a guarda da praça de Tyro, o terço da guarnição julgada necessaria e o rei pagar-lhe-ia por tal um subsidio de trezen-

tos besantes, oiro [1]. Depois de concluido este tratado tirou-se á sorte, qual das duas cidades devia ser a primeira atacada, e Tyro foi a designada. Apoz mais de um mez de sitio, esta capitulou.

Balduino libertado de sua prisão confirmou o pacto, que em seu nome, seus representantes tinham assignado com os venezianos. Entretanto, segundo os documentos compulsados pelo historiador allemão Guilherme Heyd, houve um augmento e uma omissão relativamente ao estipulado na convenção primordial. O augmento foi que o numero de soldados que deviam ser armados para a defeza de Tyro, corresponderia as rendas que os venezianos tirassem de sua posição nessa cidade; a omissão referia-se a clausula que determinava que não fosse augmentado aos extrangeiros que negociassem com os venezianos no reino de Jerusalém o imposto do commercio [2]. As propriedades que estes colonos possuiam em Tyro comprehendiam campos, hortas, vinhedos, plantações de assucar, de oliveiras e de figos e casas dos cultivadores. Parece que os venezianos empregavam nessas culturas camponezes syrios e não seus compatriotas. Poucos documentos ha para apreciar qual a situação

---

1 Daru.

2 Heyd — *Obra citada.*

na Syria d'esses camponezes relativamente a seus patrões. Quanto aos estabelecimentos venezianos, o costume era dar-lhes dois terços ou tres quartos dos productos agricolas, ficando o outro terço ou quarto, para a colonia. Além d'isso, eram obrigados em tres dias festivos do anno a presentear o Bayle com uma gallinha, dez ovos e meia forma de queijo por geira de terra [1]. As discordias que se davam entre os christãos, que dominavam a Palestina, tinham contribuido á que Saladino, sultão do Egypto, conseguisse entrar nos portos de Acre e de Jerusalém. Uma nova cruzada tendo sido pregada na Europa para libertar a Syria, os venezianos tomaram parte nella. Quando S. João de Acre capitulou, elles foram reintegrados ahi no seu antigo quarteirão, que datava do seu primeiro tratado com os principes latinos. As lutas dos partidos Gibelinos e Guelfos na Italia, transportandose para a Syria, os venezianos viram-se a ellas arrastados. Acre e Tyro muito soffreram de todas essas rivalidades e do desejo de predominancia das cidades maritimas italianas, umas sobre as outras. A propriedade de uma egreja em Acre serviu de pretexto para uma longa guerra entre Genova e Veneza, facto que já referimos no capitulo

---

1 Heyd — *Obra citada.*

anterior. As colonias latinas da Palestina com todos esses successos foram perdendo o prestigio e a força, o que proporcionou aos musulmanos outra occasião para se apoderarem dos portos syrios, onde devastaram os estabelecimentos que aquellas tinham abandonado. Entretanto, o commercio italiano não desappareceu para sempre da Syria. Os venezianos frequentaram tambem a parte norte d'essa região. Em Tripoli, a sua colonia parece ter sido de pouca importancia, mas não assim no principado de Antiochia que marcava o limite septentrional dos Estados fundados pelos latinos. Todas as mercadorias que vinham de Alepo ao Mediterraneo passavam pela cidade d'aquelle nome ou por Laodicea e portanto concebe-se facilmente que haviam de florescer taes centros de negocios. Antiochia era muito industrial; ella produzia magnificos tecidos de seda e de brocado de oiro, variados objectos de vidro, etc. Assim não só os artigos que vinham em transito como os productos naturaes do seu solo e os de sua industria alimentavam o commercio alli. Os venezianos possuiam uma feitoria, que comprehendia uma *loggia*, casas e jardim. Os principes asseguravam-lhes liberdade de pessoas e de bens no principado e se comprometiam em caso de guerra entre elles e a Republica, a não usar de represalias contra os mercantes d'esse Estado. Quanto as taxas, os venezianos

*

não eram favorecidos. Até 1153 pagavam cinco byzantinos por cento pelos tecidos de seda e de lã e sete pelas outras mercadorias. Em 1154, elles obtiveram que os direitos para os primeiros d'aquelles artigos fossem reduzidos a quatro por cento e para os outros a cinco. Em 1167, ditas taxas foram ainda minoradas. Os commerciantes venezianos ao sahirem das portas da capital pagavam por cavallo carregado de mercadorias, ao principio um byzantino e oito dinheiros e mais tarde um byzantino; por um camello dois e meio e depois um byzantino [1]. Quando os sultãos de Alepo se tornaram senhores do principado de Antiochia, os venezianos immediatamente buscaram a amizade d'elles para fazerem renovar os privilegios que gozavam ahi e mesmo para obterem novas concessões. Para esse fim diversas embaixadas foram mandadas pela Republica, não só ao soberano de Alepo como ao Senhor de Sehjum [2]. Em um primeiro tratado negociado com aquelle em 1207-1208, os venezianos conseguem garan-

[1] Heyd — *Obra citada.*

[2] Sehjum era um dos castellos fortes situados nas montanhas da Syria septentrional, a um dia de distancia de Laodicea para Oriente, no interior do paiz. Os mercantes que de Laodicea se dirigiam á Alepo deviam passar pelo territorio d'essa Senhoria. A pedido do embaixador Tomaso Foscarini, o Senhor de Sehjum diminuiu em favor dos venezianos o direito que cobrava sobre a pimenta e o algodão e prometteu segurança para as pessoas e os bens d'esses mercantes em seus dominios (Heyd).

tias para suas pessoas e bens em todo o territorio sujeito ao principe; determinação das taxas que pagarão pelas perolas, pedras preciosas, prata, algodão e varias outras mercadorias; liberdade de passagem pela montanha *Ceffam;* concessão de um estabelecimento commercial, de um banho e de uma egreja na propria Alepo. Em 1225 e 1229, novas embaixadas foram acreditadas junto ao sultão e outros *pactos* são assignados, nos quaes mais precisamente se consignam estipulações relativas a Alepo, onde chegavam as mercadorias do interior e do oeste da Asia. sobretudo as da India que ahi vinham pelo golfo Persico ou via Bagdad e Seleucia, por meio de caravanas. O historiador veneziano Marini transcreve por inteiro o ultimo d'esses tratados, cujas principaes clausulas são as seguintes: 1.ª os mercantes venezianos teem o direito de comprar e vender qualquer mercadoria nos Estados do Sultão; 2.ª todos os generos e artigos comprados e vendidos, excepto o algodão, pagarão seis por cento do seu valor; 3.ª os pannos importados pelos venezianos estarão sujeitos ao direito de quatro por cento, além da gratificação de um *carlin* aos guardas do armazem e da remuneração de quatro *carlins* por pesagem; 4.ª será descontado um dinheiro sobre as compras de pimenta, por carga em camello ou em asno; 5.ª por carga de algodão nesses mesmos

animaes, a taxa será de quatro dinheiros; 6.ª é concedido a Veneza um *fondaco*, um tribunal e um *bayle* em Alepo; 7.ª na segunda feira de cada semana, o emir deverá dar audiencia aos venezianos que tiverem questões com os indigenas; 8.ª o *bayle* só poderá se pronunciar em casos de contestação, rixa ou homicidio, entre os seus compatriotas; 9.ª se os venezianos commetterem actos de pirateria ou banditismo, os mercantes d'essa nação nada soffrerão [1]. Uma terceira embaixada enviada em 1254 a Almalich Alnassir, ultimo soberano de Alepo, pertencente a familia de Saladino, trouxe apenas duas cartas do principe, em que este faz promessas de amizade e de protecção, o que prova que o commercio dos venezianos com aquelle paiz não se interrompera [2]. Com o emir de Jaffa, a Republica negociou uma convenção que permittia aos venezianos commerciarem livremente no porto de Joppé e dava um lugar de desembarque aos peregrinos que vinham por piedade á Palestina. Essas romarias proporcionaram grandes lucros á marinha de Veneza e a alfandega musulmana, que nisso se conformava ao uso estabelecido pelos christãos [3]. Com os turcos seldjucidas, que

1 Depping — *Obra citada*, tomo II.
2 Heyd — *Obra citada*.
3 Depping — *Obra citada*, tomo II.

dominavam no Iconium, (actual Konieh), os venezianos fizeram em 1229 um tratado para confirmar anteriores convenções, que lhes reconheciam o direito de traficar na Turcomania. Esse *pacto* que foi negociado por Tiepolo, podestá veneziano em Constantinopla, dava aos cidadãos da Republica a liberdade de commerciar nos Estados do sultão mediante um imposto de 10 % sobre as mercadorias. D'esse imposto estavam isentos as pennas, as perolas finas, o oiro bruto e o trabalhado; em caso de naufragio, os dois povos se comprometiam a prestar auxilio e protecção reciproca; se os venezianos fossem atacados por inimigos em territorio sujeito ao soberano seriam soccorridos pelos subditos d'este; se houvesse questões entre venezianos e mercantes de outros povos latinos, taes como os pisanos, etc., ellas seriam julgadas pelos mais probos d'entre os venezianos, exceptos os casos de ferimentos, de assassinatos, e, em geral, os actos criminosos, cujo conhecimento competia ao sultão. Os venezianos por sua vez empenhavam-se em usar de reciprocidade em seus Estados com os subditos do Iconium [1].

A Armenia, cuja magnifica posição no extremo da Europa e da Asia a tornava

[1] Depping—*Obra citada*, tomo II.

extremamente favoravel ao commercio, não podia deixar de receber a visita dos cidadãos de Veneza. Muitos d'estes residiram alli exercendo differentes artes e officios, entre os quaes o de tecelões de *camelots*, producção da qual uma parte devia ficar no paiz e a outra era permittido exportar. Esse tecido fabricava-se com o pello das cabras da Paphaglonia, da Ancira e da Angora [1]. Para favorecer o seu commercio nesse paiz, Veneza

[1] A natureza fadára a Armenia a ser um paiz de transito commercial. O caminho terrestre da Syria e da Arabia ao Iconium e d'ahi á Constantinopla a atravessa em toda sua extensão. As mercadorias introduzidas por essa via vinham de Alepo ou de Antiochia pela passagem de Beilan á Alexandreta. Essas mercadorias dirigiam-se á alfandega principal da Armenia, a poucas horas de distancia de Alexandreta para o norte, visinha de Portella (em idioma armenio *Tur'n*, que quer dizer porta). Era este um ponto em que a estrada apertada entre a montanha e o golfo passava por uma antiga porta de marmore. De Portella, a via levava pelo territorio armenio á Mamistra, antiga Mopsuesto, hoje Missis e a Adana no Seihan. Depois atravessava o Tauro pela passagem de Gülech Boghaz, que marcava tambem o confim armenio. Em quanto essa estrada percorria a Armenia de sudeste a noroeste, uma outra não menos importante dirigindo-se do norte ao sul partindo de Tauris na Persia e tocando em Erzerum, Arzengan e Sivas, atravessava o Tauro e chegava ao mar, junto a Lajazzo, o famoso porto da Armenia menor. Outros caminhos partiam do curso medio do Euphrates e seguiam por Marasce. A essas estradas principaes juntavam-se outras menores que mantinham a communicação com as regiões internas da Asia Menor. Por todas essas estradas grandes quantidades de mercadorias chegavam a Armenia para trocar a via terrestre pela maritima nos seguintes portos: Lajazzo, ao desaguar do Gihan, Tarso, pouco distante da embocadura do Tarso-Ciai (Cidno), finalmente Corico (Coricus, Gorighos Curco), menos conhecido, mas assaz importante porque servia especialmente para o commercio entre a Asia Menor e Chypre (Heyd).

fez varios tratados com os principes armenios. Assim em 1201, Jacopo Badoer, em nome do doge Enrico Dandolo, firma com o rei Leão o primeiro *pacto*, que permitte aos venezianos terem em Mamistra, um quarteirão, um *fondaco*, uma egreja e uma casa communal. E' igualmente concedido a estes o direito de exercerem livremente sua profissão no reino e de transportarem suas mercadorias ás terras occupadas pelos sarracenos ou pelos christãos com os quaes a Armenia estiver em paz. Quanto ao imposto de commercio, só o pagariam os venezianos que tivessem residencia estavel na Syria, ao entrarem no reino por Portella; aos outros cobrar-se-ia, se importassem oiro e prata e cunhassem moeda, sendo a taxa a mesma que pagavam em Acre. Havendo discordia entre dois venezianos, seria uma pessoa de respeitabilidade d'essa colonia a encarregada de julgar, mas se a disputa fosse entre um veneziano e um armenio, e houvesse homicidio, a justiça local incumbiria sentenciar. Em 1245, um novo tratado é negociado entre a Republica, o rei Haython I e a rainha Isabel, em que são renovadas as clausulas anteriores e acceito o principio que um *bayle* veneziano seja acreditado no reino. Em 1271, um outro diploma é concedido aos mercantes da Republica pelo rei Leon III e estendidas a Lajazzo (Aïas) as franquias, que

já gozavam em Mamistra. Em 1321, os venezianos obtiveram do rei Leon V mais concessões, taes como a faculdade de fazer o vinho e de o vender a retalho, por medidas reaes, sem pagar por isso um *tacolino* por semana nem um *dirrken* pela compra ou venda em grosso, nem dois *dirrkens* pela expedição dos vinhos para fóra da cidade. Ficavam tambem livres de direitos todos os carregamentos entrados ou sahidos da cidade de Tarso e os navios que entravam e sahiam d'esse porto. Permittiam-lhes tambem que quando os seus navios viessem á Lajazzo, não fossem obrigados a descarregar alli suas mercadorias, por quanto a bahia de Yalon lhes era mais conveniente para aquella operação, exceptuando a prata que tinha sempre de ser desembarcada naquelle porto. Podiam comprar coiros, lãs, *camelots* e leval-os para fóra do reino como lhes era facultado para as outras mercadorias. A taxa devida por fardo medido foi supprimida e dado aos mencionados mercantes o privilegio de surtirem-se de trigo, sal e outros generos nos armazens reaes [1]. Entretanto esse tratado nem sempre fazia lei. Os venezianos queixaram-se ao doge de que os delictos commettidos pelos armenios contra suas pessoas e

---

[1] Depping; Marini; Heyd — *Obras citadas.*

bens ficavam impunes, que os devedores não pagavam a seus credores, cidadãos da Republica, que o pezo da prata fôra alterado, que os patrões dos navios eram constantemente molestados, que se elevava o imposto sobre as mercadorias, que os seus compatriotas, fabricantes de *camelots* estavam sobrecarregados de contribuições e que o *bayle* se achava impedido de exercer suas funcções, porque o rei armenio não respeitava sua jurisdicção. Para remediar esse estado de cousas, Veneza enviou como embaixador á Armenia, Jacopo Trevisani, o qual obteve em 1333, que Leon v firmasse com elle um novo *pacto* validando as concessões antigas e ampliando-as. Entre as clausulas novas contava-se: 1.ª a faculdade de poder vender livremente oiro e prata em todo o reino, sob condição de que o individuo que trouxesse prata cederia a metade á Casa da Moeda nacional, visto o rei necessitar d'esse metal para satisfazer o tributo que lhe impunham os sarracenos; 2.ª o direito de comprar as mercadorias a credito e de pagar á vista, apenas o estipulado no privilegio; 3.ª franquia para a passagem nos rios e isenção de todos os encargos que gravavam a compra das pelliças, dos coiros, da seda em Sis e mais cidades do reino, conforme tambem o privilegio; 4.ª permissão de vender suas mercadorias em todo o reino e de leval-as, sem obstaculos, á Tauris e a Syria, comtanto

que existisse a paz entre o rei e os musulmanos [1]. Esse foi o ultimo tratado que Veneza negociou com a Armenia, porque esta poucos annos depois passou a ser uma provincia pertencente ao Egypto.

No mar Negro, os venezianos fundaram varias feitorias, que brilhantemente prosperaram. Na embocadura do Don, sobre o mar de Azof, estava situada a importante praça de Tana, onde os antigos gregos trocavam vinhos, tecidos e vestimentas por pelliças, escravos e viveres dos Sarmatas. A existencia de uma colonia veneziana alli, parece datar de 1332, anno em que a Republica acreditou Andrea Zeno como seu embaixador, junto a Usbech, Khan de Chipciach, afim de lhe manifestar o empenho que tinham os venezianos em obterem em Tana um lugar para edificarem casas, abrirem armazens commerciaes e fixarem sua residencia. Um *pacto* foi então assignado entre Usbech e o representante do doge. Nesse documento, o principe compromettia-se a ceder aos venezianos um terreno em Tana para moradas e estaleiros e ampliava essa concessão a outras cidades, desde que elles pagassem tres por cento sobre o valor de suas mercadorias. As pedras finas, as perolas, o oiro e a prata eram francos de impostos. As mercado-

---

1 Depping; Marini; Heyd.

rias seriam pesadas na alfandega, na presença de um empregado d'essa repartição e de um representante do consul, e as que se não vendessem podiam ser reexportadas, sem novos gastos. Quanto ao direito de ancoragem vigoraria o que se costumava cobrar. Se houvesse disputas entre venezianos e indigenas, o consul de Veneza e o lugar tenente tartaro deveriam entender-se para o julgamento [1]. Tana recebia productos da Persia e da India, por intermedio da cidade de Astrakan. Uma estrada de caravanas ia d'esse ponto ao longo da margem do Caspio, e tomava a direcção nordeste pelos territorios dos rios Gihon, Oxus e Ili, isto é, pela Covaresmia, o Turkestan e a Dsungaria, na China atravessando as cidades de Urghenge, Oltrar e Almaligh. Pegolotti descreve minuciosamente essa estrada e certifica que em seu tempo (1330 a 1340), os commerciantes italianos a frequentavam. A's mercadorias que vinham á Tana, juntavam-se as pelliças dos paizes septentrionaes, os peixes do mar Caspio e do rio Don, que tinham bom mercado em Constantinopla, os escravos de origem tartara e russa [2]. Tendo tido os venezianos e os genovezes estabelecidos em Tana, seria rixa com os tartaros, estes saquearam

---

1 Depping; Heyd — *Obras citadas.*
2 Heyd.

os *fondachi* dos italianos e expulsaram ditos mercantes da cidade. Em 1347, a Republica fez a paz com Gianibeg, filho de Usbech e renovou o tratado anterior introduzindo-lhe algumas pequenas modificações. Assim foi convencionado que o imposto sobre as mercadorias seria de cinco por cento sobre seu valor, que os coiros pagariam cincoenta *aspres* por cento (grande direito) e quarenta *aspres* (pequeno direito), mas que para os peixes e os carros, a tarifa continuava a ser a do uso. Finalmente se determinava que os venezianos continuariam, como antes, a ter um quarteirão separado do dos genovezes. Os venezianos poderam outra vez recomeçar seu commercio com Tana e as primeiras galeras que ahi aportaram depois d'isso, eram commandadas por Marco Morosini. A Criméa fôra tambem um dos lugares visitados pelos mercantes da grande Republica de S. Marcos. No seculo XIII tinham já uma colonia prospera em Soldaja [1]. Em 1356, o emir tartaro

[1] Quando os venezianos tiveram difficuldades de relações, em 1340, com os habitantes de Tana, elles acolheram com favor uma offerta feita ao Senado por Toloctomur, emir de Solgat, na Criméa, relativa a cidade de Vosporo (Bosporo, hoje Chercce), seu porto e um districto a ella pertencente para ser um emporio do commercio veneziano, mediante o pagamento de tres por cento do valor das mercadorias ao representante do emir ou do Khan. Vosporo sendo rica e populosa, os venezianos ahi se estabeleceram por algum tempo commerciando com Tana. (Heyd).

da Criméa e Andrea Venier, embaixador de Veneza, negociaram um diploma que abria aos commerciantes venezianos o porto de Provanto ou Provato chamado tambem *Cidade Nova* para ponto de ancoradoiro. Segundo esse documento, as mercadorias levadas d'esse porto á Solgat pagariam tres por cento do seu valor, se ahi fossem vendidas, mas não o sendo ficariam isentas de taxa; os venezianos que tivessem hospedarias estariam livres de imposto; em caso de disputas, o juiz tartaro pronunciaria a sentença, se o accusado fosse tartaro, mas se este fosse veneziano seria o consul d'essa nação quem o julgaria; os navios ao partirem seriam visitados conjunctamente por um empregado do emir e um outro do consul afim de verificarem, se a bordo havia algum escravo fugitivo. Um diploma posterior de Cutlug-Timur, senhor de Solgat confirmou os antigos privilegios referentes a direitos, mas além de Provanto permittiu tambem que os venezianos podessem tocar e ter emporios em Caliera (Callitra, Calita, Callistra) e Soldadia [1]. Em Trebizonda [2], os

---

[1] Heyd.

[2] Quando os gregos proclamaram em Nicéa o imperador Theodoro Lascaris, os venezianos apezar de terem contribuido á fundação do imperio latino do Oriente, tiveram a habilidade de conseguir que esse debil principe lhes permitisse por meio de um tratado que alli viessem livremente por mar e por terra commerciar; que impor-

venezianos tinham igualmente um commercio activo. Suppõe-se que a sua colonia se estabelecera alli antes de 1306. Depping cita um primeiro tratado feito em 1303 [1] mencionado no livro do historiador Marini, o que mostra que nessa epocha é que os mercantes da Republica procuram desenvolver suas relações com esse imperio. Por dito documento, Veneza terá uma escala em Trebizonda; nessa cidade como em todas as outras, nos castellos e territorios sujeitos ao imperador, os venezianos serão bem acolhidos, protegidos e poderão commerciar livremente, pagando o imposto de praxe, o qual não excederá a vinte *aspres* (moeda do paiz), por carregamento de mercadorias; todos os generos importados e vendidos a outros que não sejam venezianos e submettidos a direitos pagarão tres por cento, além de um e meio pela pesagem, e o mesmo terão que satisfazer os compradores; se as mercadorias não forem susceptiveis de ser pesadas,. os vendedores apenas

---

tassem e exportassem em franquia qualquer especie de mercadoria; que em caso de naufragio os objectos salvos nas costas da Anatolia fossem restituidos ás familias dos naufragos ou a seus compatriotas; e que na falta de parentes e amigos ficassem depositados com as auctoridades locaes. Lascaris não poderia cunhar a moeda de que os venezianos usavam na Romelia nem estes a que usava Lascaris. (Depping).

[1] Heyd acredita que o primeiro tratado negociado entre Trebizonda e Veneza data de 1306.

pagarão tres por cento. Se compradores e vendedores forem venezianos e se as mercadorias tiverem necessidade de ser pezadas, uns e outros pagarão um e meio por cento; emfim, se as mercadorias não forem sujeitas a ser pezadas e que vendedores e compradores forem venezianos nada terão á pagar. Serão francas as mercadorias não desencaixotadas e não vendidas. O oiro, a prata, as perolas, os cintos e outras cousas semelhantes poderão ser introduzidos e vendidos no imperio ou d'ahi ser extrahidos sem pagar mais direitos que os vinte *aspres* acima designados por carregamento. Os mercantes que vierem por terra pagarão doze *aspres* por carregamento e um por cento sobre tudo o que venderem. Se um veneziano comprar de outro veneziano estófos de oiro ou seda ou outros artigos d'essa especie pagará um por cento. Todos os extrangeiros, que vierem em companhia dos venezianos serão considerados como compatriotas d'estes mas pagarão o direito que os extrangeiros costumam pagar; o excedente d'esse direito será depositado na Caixa do vestiario imperial e não será applicado a outro uso, a menos que os venezianos com isso concordem. A estes será concedido um terreno para construirem uma egreja, cujo culto estará a cargo de padres ou monges, a vontade, uma loja e casas. Os mencionados cidadãos designa-

rão um d'entre os mercantes do seu paiz para *bayle*, o qual terá em sua casa nobres e creados como o *bayle* da Rumelia e gozará da mesma auctoridade d'esse. Os venezianos deverão ter suas balanças e pesos particulares [1]. Em 1319, 1364, 1367 e 1391 (ou 1392), outros chrysobolos ou diplomas, são concedidos aos venezianos alterando ou renovando as estipulações. No chrysobolo de 1364 é convencionado que para as mercadorias que os venezianos exportarem por via maritima o direito será de vinte *aspres* por carregamento e para as que forem importadas por terra, de doze, além de um por cento sobre a venda. Em relação a todas as operações commerciaes, feitas pelos venezianos entre si, o vendedor e o comprador pagarão dous e meio por cento; o oiro, a prata e as pedras preciosas não pagarão impostos. Para as conchas da India empregadas no Oriente como moeda, a taxa será de dois e meio por cento [2]. Essa tarifa foi modificada no decorrer d'esse mesmo seculo. Assim todos os carregamentos vindos por mar e não vendidos a pezo ou ao contado serão taxados em um *aspre* e um quarto em vez de dois e meio; as compras feitas por venezianos ao contado serão gravadas de um direito de tres

---

1 Depping.
2 Depping — *Obra citada*, tomo II.

quartos por cento pagavel pelo vendedor, e se o vendedor e o comprador forem venezianos, a taxa será de dois e meio por cento em vez de cinco. O fardo não desatado ou não vendido e destinado ao exterior será livre de imposto. O veneziano que comprar velludos e outros estófos da mesma qualidade, a retalho, pagará um meio *aspre* por cento em vez de um. O extrangeiro vindo em companhia dos venezianos pagará imposto, não como estes, mas como extrangeiro. Se este defraudar o fisco, o *bayle* deverá fazel-o pagar essa defraudação [1]. Annualmente partiam em tempo determinado de Veneza para Trebizonda seis ou oito galeras, cada uma das quaes, segundo o calculo de Marini, podia trazer a seu bordo um carregamento de cem mil *zecchini*. Ao porto de Trebizonda chegavam da visinha Persia riquissimos productos que eram levados para Europa. A corrente de negocios, pois, entre essa cidade do Ponto e as do Occidente foi até ao dominio turco, assaz importante. Com a Bulgaria, os venezianos entretiveram relações de commercio e o rei bulgaro Alexandre concedeu-lhes na metade do seculo XIV, differentes privilegios. Varna foi a primeira cidade bulgara em que os mercantes de Veneza tive-

1 Depping — *Obra citada*, tomo II.

*

ram colonia [1]. Como já dissemos, os venezianos desde os primeiros tempos do seu desenvolvimento commercial frequentavam o Egypto, que além de seus productos proprios era tambem entreposto dos que vinham do interior da Asia. Foi no governo de Justiniano Participatio, que Bon de Malamocco e Rustico de Torcello trouxeram de Alexandria os ossos de S. Marcos que se tornou o padroeiro da Republica e que aquelles dois venezianos julgavam ser profanados pelos sarracenos, que arrancaram os marmores e demoliram a igreja em que o Apostolo estava inhumado. Apezar de estar nessa epoca, prohibido pelo doge, commerciar com o Egypto, os negociantes em pouca conta tinham tal ordem. A Egreja e o imperador de Byzancio eram os inspiradores d'essa prohibição, receiosos que entre os artigos innocentes trocados fossem tambem introduzidas armas e madeiras de construcção, o que dava elementos aos musulmanos para os combater. As Cruzadas, em que o Christianismo e o Islamismo se degladiaram com tanto ardor, não tiveram força para obstar o commercio com o paiz dos Mamelucos. E' no seculo XIII, que os venezianos conseguem dos principes egypcios maiores

[1] Heyd.

privilegios. Ao formar-se a quarta cruzada, em que Veneza devia tomar uma parte tão activa, Almalich Aladil enviou á Republica uma embaixada pedindo ao doge que empregasse toda sua influencia, para dissuadir os expedicionarios de atacarem seus dominios no Egypto e na Syria, promettendo-lhe em troca favores commerciaes. E isso contribuiu para que Enrico Dandolo dirigisse os legionarios á Constantinopla. Em recompensa d'esse acto os venezianos obtiveram um segundo *fondaco* em Alexandria e a abolição de differentes obstaculos postos alli ao commercio, entre os quaes o que impedia a importação de vinhos. Em 1238, 1244, 1254 e 1302, diversos sultãos concederam a Veneza vantagens no seu reino. As principaes clausulas d'esses diplomas eram as seguintes: 1.ª segurança pessoal para os mercantes venezianos, para seus haveres e seus navios durante a sua permanencia no Egypto; 2.ª abolição do costume de retirar o quarto sobre as mercadorias hypothecadas aos venezianos e faculdade d'estes recorrerem ao Juiz local, em caso de duvida; 3.ª permissão ao comprador de deixar as mercadorias depositadas na alfandega e de retiral-as para vendel-as na cidade; 4.ª nenhum veneziano poderá ser detido ou soffrer pelo mal que um corsario tenha feito a um sarraceno; 5.ª o consul receberá os espolios de seus compatriotas para

entregal-os a quem de direito; 6.ª quando um veneziano tiver uma questão com um christão, o consul será o arbitro, mas se a querella fôr com um musulmano será o tribunal local, que se pronunciará; 7.ª os venezianos terão dois *fondachi*, os quaes deverão ser mantidos em bom estado pela alfandega, a expensas do governo egypcio; possuirão uma egreja dedicada a S. Miguel e um banho; 8.ª poderão cozinhar o pão em forno de sua propriedade e terão o direito de introduzir, sem pagamento de direito, vinho e queijo para seu uso; 9.ª os dois *fondachi* de Veneza estarão sob a guarda de dois inspectores *(Fundicarius)*; 10.ª se um veneziano fôr maltratado poderá reclamar ao sultão; 11.ª os navios, que não venderem seus carregamentos poderão ir aonde lhes approuver; 12.ª os venezianos poderão ter na Alfandega de Alexandria um escriba, que declarará as mercadorias da propriedade de seus compatriotas e as guardará; 13.ª os empregados aduaneiros, depois de satisfeitos os direitos, não poderão retardar a partida dos navios sob o pretexto de pesquizas a fazerem; 14.ª as pedras preciosas, as pelliças de luxo, o oiro e a prata pagarão imposto menor do que as outras mercadorias; 15.ª nenhuma violencia se exercerá sobre um veneziano prompto á jurar como testemunha em uma questão; 16.ª os consules terão o direito de fazer

entrar annualmente no paiz, mercadorias pelo valor de mil *besantes* ou de exportar sem pagar, artigos importando na mesma somma [1]. Assim contrariando a vontade da Igreja, os venezianos não trepidaram em ir commerciar com os musulmanos do Egypto e mesmo em estabelecer convenções com elles como as que acima citamos. Nos tempos em que o papado se mostrava mais exigente, elles recorriam á astucia. Sanuto conta que esses mercantes ao regressarem do Egypto, portadores de generos do Levante, iam primeiro á qualquer ilha do Mediterraneo e d'alli voltavam á sua patria como se o referido ponto tivesse sido o fim de sua viagem. D'esse modo davam á *consciencia a maior elasticidade* na obediencia aos dispositivos dos concilios religiosos. Quando os papas se preoccuparam de reconquistar a Palestina, novas e mais severas ordens foram expedidas aos christãos prohibindo todo e qualquer contacto mercantil com o Egypto. O papa Benedicto dirigira ao doge uma monitoria tendendo a fazer executar pelos venezianos a bulla que determinava que não se exportasse á Alexandria e mais portos dos dominios do sultão, cavallos, armas, ferro, madeiras de construcção, viveres, nem d'alli se importasse mercadoria alguma. A's

---

[1] Depping; Heyd; Marini — *Obras citadas.*

penas mais rigorosas ficavam sujeitos os que infringissem esses mandados da Santa Sé. A excommungação só lhes poderia ser relevada em artigo de morte por uma ordem especial da séde apostolica e pagando uma somma equivalente aos carregamentos que tivessem transportado do Egypto ou de lá recebido por intermedio de outrem. Perderiam honras e direitos civis para toda a vida, o que acarretava por consequencia a incapacidade para occupar cargos publicos, levantar actos legaes, testar e herdar. Todos os domingos esses réos de lesa-religião deviam ser proclamados excommungados e inimigos da fé catholica [1]. Essas medidas, que Clemente V tornou mais draconianas ainda eram ardentemente recommendadas por homens que como Raimundo Lullo, Marino Sanuto [2], o Grão Mestre dos Templarios e o rei

[1] Depping; Heyd; Marini — *Obras citadas.*

[2] O veneziano Marino Sanuto comprehendendo que o grande poder dos sudãos do Egypto era o factor principal dos insucessos dos christãos na Palestina e notando que essa força tinha um elemento poderoso no commercio, que aquelle paiz entretinha com a India, procurou os meios de diminuil-a interrompendo-lhe esse trafico. Cinco vezes foi ao Oriente, pediu informações geographicas aos Arabes, que eram ainda nessa epocha os depositarios dos thesoiros da sciencia e publicou um livro intitulado: *Liber secretorum fidelium crucis*, que dirigiu aos papas e aos principes christãos. O livro não produziu o effeito que elle esperava, mas divulgou noções preciosas. Sanuto o illustrara com cartas geographicas e um planispherio. Essas cartas foram provavelmente copiadas das dos Arabes e o planispherio do que Ebn-Aloardi traçara em Alepo em 1232. Pelo que diz respeito á Arabia e a Africa, a primeira d'essas duas regiões é ahi figurada exa-

de Chypre conheciam perfeitamente o Oriente. Navios foram armados para fazerem cruzeiros no Mediterraneo, afim de se apoderarem dos escravos christãos, que clandestinamente iam para o Egypto. Heyd commentando esses differentes actos escreve: «Se o Egypto não tivesse livre o commercio com o Mediterraneo, aos sultãos faltariam em seguida homens aptos á guerra, porque elles completavam seus exercitos com gente vinda d'além mar; faltariam tambem o ferro e a madeira para a construcção de machinas bellicas para os navios de guerra que deviam servir á navegação interna; aos seus subditos viriam em menor quantidade os diversos artigos necessarios á vida diaria e não teriam sahida as mercadorias que os egypcios trabalhavam para trocarem com a India». «Se a exportação pelo Mediterraneo estivesse impedida, muitos productos do Egypto e as mercadorias indianas que passavam em transito por esse paiz não se venderiam e portanto não soffreriam só os negociantes, mas o operario e o agricultor egypcio. As mercadorias entradas e sahidas tinham dado ao sultão tantas rendas provenientes dos direitos, que, segundo

---

ctamente; a segunda tem a forma de um triangulo cercado pelo mar de todos os lados e por conseguinte o auctor faz communicar o mar Vermelho com o Atlantico. Essas indicações contribuiram muito depois ás descobertas dos portuguezes. Nessas cartas as costas do Mediterraneo são marcadas com muito cuidado. (Cibrario).

o que se calculava, uma quarta ou uma terceira parte do valor das mercadorias era arrecadada em seu thesoiro. Tudo isso faltava desde o momento em que o commercio fosse realmente impedido [1]».

Os transgressores das disposições da Santa Sé, ao approximar-se a hora da morte, receiosos do inferno com que lhes acenava o clero interessado e para obterem a absolvição legavam suas propriedades á Egreja. D'ahi conflictos continuados entre os herdeiros d'esses negociantes, pouco dispostos á cumprirem nesse sentido as ultimas vontades dos seus parentes e a Camara Apostolica que pretendia recolher essas heranças, ameaçando com as iras celestes, os que punham obstaculos a taes preceitos. O commercio veneziano, justamente alarmado com essas exigencias, consultou os doutores em theologia do seu paiz. Estes opinaram que se era crime fornecer armas e viveres aos sarracenos, não se podia entretanto impedir os christãos de manterem com aquelles relações commerciaes. Logo os commerciantes de Veneza nada tendo feito que fosse illicito, trocando productos com o Egypto, estavam isentos de penitencias. Essa decisão, especiosa e sybilina, não agradou á Curia,

---

[1] Heyd.

que a taxou de heretica e citou diante do seu tribunal as familias venezianas, que pretendiam se furtar ás determinações testadas por seus proximos. Para chegarem a um accordo, Veneza e Roma entabolam durante annos negociações até á subida de Benedicto XII, á cathedra de S. Pedro. Este, mais conciliador, ou antes mais pratico,—visto a impossibilidade em que estava por um lado a Egreja de cortar completamente as infracções dos seus editos e por outro os bons desejos que tinha de melhorar seus cofres—, annullou os testamentos dos mercantes do Egypto e permittiu o commercio com esse paiz, desde que os interessados solicitassem a licença da Santa Sé que *benevolamente* a dava mediante uma certa quantia destinada ao Thesoiro da Curia [1].

Em 1344, Veneza negoceia com o Egypto um novo tratado, no qual o sultão Ismail, que então alli reinava diz em uma carta preliminar que os negociantes venezianos serão bem acolhidos em seu reino. As clausulas que foram estabelecidas em dito documento são as seguintes: 1.ª os venezianos terão, como outr'ora, dois *fondachi*, uma egreja e um banho em Alexandria; 2.ª no caso que seja preciso um outro *fondaco* com poço e forno, ser-lhe-has

1 Depping.

este concedido; 3.ª preparar-se-lhes-hão varios armazens na alfandega para depositarem suas mercadorias, cuja custodia estará a cargo de guardas de sua confiança; 4.ª os cidadãos da Republica ficarão isentos de impostos pessoaes e seus haveres serão consignados a seus legitimos proprietarios e respectivamente a seus herdeiros em casos de morte ou de naufragio; 5.ª o consul de Veneza gozará de todos os privilegios e franquias de que gozavam seus antecessores, menos do de pronunciar sentença em crimes capitaes, direito que se reservava para o sultão; 6.ª quando um veneziano tiver que se queixar de uma illegalidade, o lugar tenente de Alexandria deve dar ao accusador ou ao consul, se este tratar da questão, um homem para acompanhal-o com segurança á presença do sultão ou para levar as cartas á Côrte; 7.ª serão determinados os salarios que devem perceber os barqueiros, os homens do ganho, os drogmans e os empregados aduaneiros, cujos pedidos de soldadas de serviços eram sempre exagerados; 8.ª medidas serão tomadas para que nas compras e vendas, os negociantes não sejam enganados; 9.ª será permittido, como nos documentos passados, que os venezianos tenham na Alfandega um escriba de sua nação para zelar os interesses de seus compatriotas; 10.ª ficará estabelecido um direito geral de dez por cento para as mercadorias importadas

e exportadas, excepção do oiro, da prata, das perolas, das pedras preciosas, das pelliças e dos vasos para beber [1], que pagarão dois por cento. Logo que este tratado teve a assignatura das partes contratantes, o commercio entre o Egypto e Veneza novamente se desenvolveu, concluindo os dois paizes outros *pactos* em 1355 e 1361, em que as estipulações são quasi as mesmas do que fôra negociado em 1344. Depois d'isso outros obstaculos vieram por algum tempo interromper tão fructuosas correntes mercantis. Urbano V e Pedro I, rei de Chypre, pretendendo emprehender uma cruzada contra os sarracenos, trataram de interessar na sua empreza as nações christãs e especialmente Genova e Veneza, cujas poderosas frotas lhes seriam de precioso auxilio. Essas duas cidades maritimas recusaram a principio tomar parte nessa expedição e se por fim accederam, graças á eloquencia dos que junto a ellas se encarregaram d'essa embaixada, foi na ignorancia de que o assalto principal seria contra Alexandria. Esta cidade foi em 10 de Outubro de 1365 conquistada por essa colligação de christãos, mas a sua posse não poude ser mantida. Facil é de suppor quanto essa audaciosa tentativa dos povos occidentaes irritou o sultão,

[1] Heyd.

que para se vingar aprisionou todos os mercantes extrangeiros residentes no Egypto e na Syria. O commercio tornou-se impossivel entre a Europa e o Levante. Com essa situação as cidades maritimas e commerciantes muito soffriam. Veneza, uma das primeiras, retirou-se da alliança pactuada com o rei de Chypre e enviou embaixadas ao sultão pedindo-lhe esquecesse o que se passára e permitisse que seus mercantes negociassem com o Egypto. O principe apressou-se a conceder que os navios venezianos viessem á Alexandria, mas recusou-se a entregar os prisioneiros e a fazer uma paz propriamente dita, sem antes ter resolvido sua pendencia com o rei de Chypre, o que só se deu em 1370, graças as instancias de Genova e de Veneza [1]. O commercio italiano com o paiz das pyramides entrou outra vez a florescer, sobretudo nas cidades maritimas. Alexandria foi o principal mercado para os occidentaes que vinham ao Egypto [2], mas Damieta

[1] Heyd.

[2] Alexandria era o principal entreposto do commercio dos occidentaes com o Egypto. A cidade estava entretanto muito longe de ter o esplendor dos tempos passados, devido a incuria dos musulmanos. Nos seus arredores não havia agricultura; as aguas eram más e as casas antigas cahiam em ruinas. Alexandria assentava em quadrilatero; quatro portas designadas pelo nome de sua orientação fechavam-na. Uma rua comprida que era a principal da cidade corria de leste a oeste. A porta norte abria-se em direcção ao porto; junto della estava o quarteirão mais populoso e commercial; era ahi que

e *Burlos (Barallos, Broillus, Brulium)* não deixavam de ter tambem sua importancia commercial. No porto de Damieta ancoravam muitos navios mercantes que vinham de Veneza, da Apulia, da Armenia, da Antiochia, da Grecia e de Chypre e de outros paizes embarcar os productos da India, que alli chegavam em transito para a Europa [1]. Fusa ou Fuah, que era um tanto industrial, servia de entreposto aos commerciantes que iam á capital. Um canal navegavel quasi todo o anno, graças a trabalhos de dragagem, dava curso aos transportes de mercadorias e punha aquella cidade em communicação com Alexandria e o Cairo [2].

Quando Veneza percebeu que o avançar dos Turcos sobre as antigas possessões gregas era um golpe de morte para o seu commercio no imperio byzantino, o Egypto mais do que nunca lhe pareceu o salvador de suas relações economicas no Levante. Os sultãos egypcios então negociavam por conta propria em certas

---

os christãos tinham suas lojas ou *fondachi* e que estava a alfandega do sultão. Havia duplo porto, um chamado *Marsa el Borgi* ou o porto da Torre, porque era dominado por uma rocha onde estava uma torre de observatorio, e servia de estação aos navios dos occidentaes; o outro conhecido por *Marsa-essil-Sela*, porto da Cadeia, onde ancoravam os navios vindos da Barbaria. A existencia d'esses portos separados parece ter obedecido a um motivo financeiro, visto os musulmanos pagarem a metade dos direitos que pagavam os christãos (Depping).

[1] Heyd.

[2] Depping.

especiarias, especulando e monopolisando, de modo que, por exemplo, a tonelada de pimenta, que antes custava oitenta *dinars* em Alexandria e cincoenta no Cairo, se vendia nos armazens do sultão a cento e vinte e cento e trinta *dinars;* o algodão soffria o mesmo enorme augmento no preço. Isso sendo contrario aos interesses de Veneza, esta enviou ao Egypto uma embaixada para conseguir uma diminuição no valor da pimenta. O embaixador foi bem acolhido e ao regressar trouxe ao doge muitos presentes que lhe enviava o principe e uma carta cheia de promessas de amizade, sem comtudo acceder ao fim principal da negociação. Apezar d'esse insucesso o commercio veneziano para esse lado teve ainda por alguns annos um certo brilho.

Chypre fôra desde o governo do doge Pedro Orseolo II designada pelos imperadores byzantinos como uma estação para os navios de Veneza, que durante sua derrota para o Levante, ahi relaxavam para fazer carregamentos e negociar o que traziam. E por isso, naturalmente, alguns venezianos se estabeleceram no paiz para melhor aproveitarem-se d'essa corrente de negocios. Ao cahir em poder dos sarracenos os principados que os latinos tinham fundado na Syria, os commerciantes europeus recorreram a Chypre para continuar os negocios que o Occidente e o

Oriente mantinham, e para que esses resultassem vantajosos se esforçaram para que os principes da casa de Lusignan renovassem os privilegios que outr'ora aquelles possuiam na ilha. Em 1300, os venezianos obteem do rei Amaury a concessão de um quarteirão com uma egreja, *fondaco* e casas para seus representantes officiaes e mercantes, não só em Nicosia como em Lamisso e Famagusta. Quanto aos impostos, tantos os de entrada como os de sahida, foram igualados aos da nação mais favorecida, e, como essa era Genova, que nada pagava, dito privilegio era o de completa franquia. Por um tratado realisado em 1328, os venezianos conseguiram poder fundar uma nova colonia na ilha, em Baffo. Pouco depois de ascender ao throno de Chypre, Pedro I, Veneza lhe enviou uma embaixada para pedirlhe novas vantagens para seus compatriotas. Foi então estipulado que as relações entre os venezianos e o bailio real em Chypre se regulassem de modo que os primeiros tivessem uma grande independencia nos assumptos criminaes e o segundo um processo mais expeditivo, quando se tratasse de estabelecer a nacionalidade e dar permissão aos navios venezianos. Veneza, por seu lado, promettia recommendar ao seu *bayle*, de escrupulosamente averiguar a nacionalidade dos individuos que pretendessem passar por vene-

zianos e de applicar fortes penalidades aos capitães mercantes que recolhessem a seu bordo, vassallos do rei de Chypre ou escravos que quizessem seguir viagem sem licença. A Republica ordenava tambem a seus compatriotas que só fizessem na alfandega declaração das mercadorias que lhes pertencessem, porque dando como suas as de outros extrangeiros, cujas nações não gozavam de favores da tarifa, defraudavam o thesoiro real. Quanto ao pedido de reciprocidade de isenção de direitos em Veneza aos chypriotas, feito pelo rei, a Republica não poude deferir, porquanto seria abrir precedente a outros povos, que lá iam [1]. Apezar dos venezianos terem guardado a neutralidade por occasião dos genovezes se apoderarem de Famagusta, estes os consideravam sempre como sympathicos e mesmo favorecedores dissimulados dos chypriotas. Esta desconfiança tendo occasionado por parte dos genovezes violencias contra os venezianos, concorreu para que as duas Republicas, que assumptos na Rumelia já traziam em desavença, se declarassem guerra, alliando-se o doge com Pedro II, rei de Chypre e o duque de Milão e compromettendo-se com o primeiro d'esses principes a reconquistar-lhe Famagusta.

---

1 Max-Latrie — *Histoire de Chypre.*

Mas quando a paz se fez entre aquellas cidades maritimas italianas por intervenção do conde Amadeu de Saboia, Veneza achou que era de boa politica abandonar seu alliado da vespera e faltou ás suas promessas reconhecendo os genovezes como senhores de Famagusta, sob a condição de que seus compatriotas podessem ahi residir e commerciar sem pagarem mais impostos do que os mercantes de Genova, o que lhe foi concedido [1]. E assim o commercio veneziano poude novamente florescer nessa parte da ilha, mas não em todo Chypre, porque o enorme tributo que o rei era obrigado a pagar a Genova, fazia com que carregasse de direitos os negociantes extrangeiros que vinham ás cidades, onde ainda dominava. E mais tarde, — quando Chypre passou a ser uma tutellada de Veneza, pelo casamento do seu soberano com a filha de um rico patricio veneziano, e mesmo sua propriedade, quando aquella o arrebatou á fraca rainha viuva, — a Republica já não tirava d'elle todo o interesse financeiro de outr'ora e se o conservou até que os turcos o conquistassem foi pela utilidade que lhe trazia á sua politica no Levante.

As costas da Barbaria tinham sido tambem muito frequentadas pelos venezianos, que con-

---

1 Max-Latrie — *Obra citada.*

cluiram diversos tratados commerciaes com os emires e sultãos d'essas regiões. Max-Latrie cita como o mais antigo d'esses *pactos*, o que foi convencionado em 1231, mas não cita as suas clausulas, e Depping menciona, como o primeiro de que se tem memoria, o de 1251, concluido com o emir Boabdil, e cujos artigos dizem o seguinte: 1.º não é permittido entrar nos *fondachi* dos venezianos sem licença d'estes; 2.º o doge de Veneza mandará á esses *fondachi* consules para administral-os e distribuir justiça a seus compatriotas; 3.º a alfandega arabe deverá ter um escriba christão para guardar e registrar o que pertencer á sua nação; 4.º os venezianos terão um banho e um fôrno de sua propriedade; 5.º não pagarão taxa alguma á côrte e a alfandega, pelo oiro e pela prata que venderem em moeda; 6.º a mesma franquia lhes será concedida pelas perolas, pedras preciosas e outras joias que venderem ao sultão; 7.º no tempo de escassez bem provada entre os venezianos, elles poderão surtir-se de cereaes no reino, emquanto aquella durar, comtanto que o frumento e outros cereaes não attinjam ao preço de tres *besantes* e meio por *miud* de Tunis, porque nesse caso a exportação ficará suspensa e prohibida; 8.º quando essa exportação fôr permittida, estará isenta de taxas; 9.º o chumbo comprado pelos venezianos não pa-

gará gabella e poderá ser adquirido livremente em todo o reino [1]. Em 1271, Veneza faz com o principe de Tunis um outro *pacto* em que ha referencias aos tratados anteriores e são outorgadas as seguintes concessões: 1.ª as mercadorias pertencentes aos venezianos serão taxadas em dez por cento, quando importadas, excepção feita do oiro e da prata levados á Casa da Moeda do paiz, e as pedras preciosas vendidas ao rei; 2.ª nenhum veneziano será constrangido a vender ou a fazer compras nem responsavel pela fraude commettida por outrem, se não fôr seu fiador; 3.ª os mercantes que venderem fóra da alfandega ou no mercado ou por intermedio de corretores, deverão cobrar o importe no espaço de quinze dias; 3.ª os patrões de um navio poderão empenhar para o pagamento do imposto do frete o equivalente em mercadorias e não mais; 4.ª as mercadorias a que se refere a clausula precedente serão isentas de *dizimo* ou taxa e a mesma franquia haverá para a venda de um navio, comtanto que não seja vendido á um inimigo do rei; 5.ª nenhum impedimento será feito á partida dos navios; 6.ª se um corsario causar damno aos sarracenos ou a um christão em paz com o rei, o governo veneziano será

---

1 Marini: *Storia civile e commerciale dei Veneziani*; Depping— *Obra citada.*

obrigado a proceder contra aquelle e a indemnisar os que tiverem soffrido prejuizos; 7.ª na descarga das mercadorias os venezianos serão auxiliados pelos barqueiros do paiz, de accordo com o costume; 8.ª em qualquer lugar de jurisdicção tunisiana em que chegar o mercante veneziano, se exhibir documentos comprobatorios de ter pago o *dizimo* estará isento de toda a contribuição; 9.ª se se descobrir alguma nova mina de chumbo, os venezianos terão a liberdade de compral-a; 10.ª o doge promette proteger os sarracenos que vierem á Veneza e os tratar no mesmo pé de igualdade dos subditos das nações amigas [1].

Em 1305, Veneza consegue um tratado em que ha clausulas, que não se registram nos precedentes documentos d'essa natureza e que são da maior importancia. Assim, o consul de Veneza poderá julgar não só as questões entre os seus compatriotas, mas tambem as que se suscitarem entre esses e os indigenas ou individuos de qualquer outra nacionalidade. Se o consul recusar pronunciar-se, a alfandega então resolverá. Os venezianos não pagarão mais impostos sobre todas as mercadorias, do que o de dez por cento, ficando, por conseguinte, abolidas as taxas addicionaes, que era costume cobrar relativamente ás medidas de

---

1 Marini; Depping — *Obras citadas.*

azeite, aos saccos de linho, aos artigos não declarados e ao chumbo. Os negocios civis da alfandega deverão terminar-se no praso de oito dias. Todas as vezes que á uma nação christã fôr permittido entrar no *Goulet* com suas proprias barcas, a mesma licença será concedida aos venezianos [1]. Em 1317 e 1320, os *pactos* entre Veneza e Tunis são renovados, tendo o ultimo d'elles estas alterações referentes ao commercio de caravanas que os venezianos exerciam na Africa: 1.ª o rei promette indagar dos roubos que porventura soffrerem os mercantes d'essa nação, que fizerem expedições por terra; 2.ª ser-lhes-ha permittido fazer apascentar suas tropas de animaes durante tres dias, sem retribuição; 3.ª os venezianos poderão parar onde quizerem; 4.ª nenhum correio dos venezianos será detido, nem na ida nem na volta; 5.ª todo o musulmano deverá prestar auxilio ao consul de Veneza, aos filhos d'essa nação e ás caravanas, quando estes o requeiram; 6.ª em caso de contenda entre um veneziano e outro qualquer franco, os indigenas não terão a faculdade de se intrometterem, deixando isso ao cuidado de um veneziano [2]. Tripoli foi, tanto quanto Tunis, visitado pelos mercantes occidentaes, entre os quaes se conta-

---

[1] Marini; Depping — *Obras citadas*.
[2] Depping — *Obra citada*, tomo II.

vam os de Veneza. Em 1356, Bernabó Grisaldo, embaixador da Republica e o principe, que governava aquelle Estado Barbaresco, concluiram um *pacto* em que os dois povos contratantes se declaram alliados, promettem proteger a liberdade individual e a commercial, soccorrer os naufragos e garantir os salvados. O consul de Veneza, residente no *fondaco* que seus concidadãos possuiam em Tripoli, tinha o direito de nomear vice-consules em toda a extensão da Senhoria, que, além de Tripoli, comprehendia as cidades de Gabés e Sfax, as ilhas de Gerba e Kerkeni, isto é, a Tripolitana e a pequena Syrta. Os negociantes venezianos pagariam na alfandega dez por cento sobre o valor de toda a especie de mercadoria, excepção feita dos páos redondos, das armas e das lanças que estavam taxadas em 25 por cento [1]. Além d'isso cada navio carregado de pranchas de madeira obrigava-se a dar tres d'estas ao soberano, mas se o carregamento fosse de páos redondos, o devido seria só de vinte e cinco peças. Para as embarcações que trouxessem mais de quarenta toneladas de ferro a imposição seria de quatorze varas d'este metal. Se o mercante depo-

---

[1] Os barbaros instituindo o direito de dez por cento para a madeira em bruto e o de vinte e cinco para a trabalhada, obedeciam a um principio protector da industria do paiz. Em compensação, o vinho era muito gravado para que os musulmanos não se dedicassem a tomar essa bebida, que o alkorão prohibia.

sitasse os ferros nos armazens, na intenção de vendel-os mais tarde, o comprador teria que pagar tres *besantes* por quintal. Os patrões dos navios venezianos, posto que sujeitos aos direitos de ancoradoiro e manobra não veriam mais, lhes retirarem a chegada o leme e as velas, uso que acarretava sempre difficuldades á partida. O cambio do doblão de oiro de Veneza fixou-se em seis *besantes* arabes, o *besante* valendo dez *miliaresi* de oiro. A tarifa dos direitos de exportação era pouco elevada e detalhada. O sal, a lã, os couros, os azeites, algumas especiarias vindas do Egypto, as tamaras, os tapetes e alguns estófos constituiam o conjuncto das compras dos venezianos. O commercio do sal, proveniente dos lagos dos principados, constituiu uma das principaes clausulas do tratado. Regulou-se que o *meio almudou* ou *cafiz* arabe deveria contar um numero determinado de medidas de Veneza, iguaes a medida marcada e enviada pela Republica. Estipulou-se a retribuição devida aos arabes das salinas occupados em carregar o sal, aos camelarios que o transportavam á beira mar, aos descarregadores e bateleiros que o traziam ao navio. O salario era modico: um pouco de dinheiro, um certo numero de saccos de biscoitos, uma certa porção de queijo e mais para cada cem *cafiz* de sal extrahido da salina, um barril de vinho que os arabes ven-

diam aos taverneiros christãos, que eram os unicos que podiam livremente commerciar e usar do vinho. Os metaes preciosos entravam em franquia e os venezianos podiam, satisfazendo taxas pouco consideraveis, mandar cunhar em Tripoli, *besantes* arabes com o oiro que conduziam comsigo. Transportando suas mercadorias de um ponto á outro dos Estados de Tripoli, os venezianos pagariam apenas a metade dos direitos da tarifa. Permittia-se tambem que o veneziano importasse vinho para seu consumo, sem pagar nada [1]. Em 1392 e em 1438, novos tratados foram ainda negociados renovando as convenções estipuladas nos anteriores, sendo no ultimo d'elles elevados os direitos de importação a dez e meio por cento.

III

A marinha veneziana. — Legislação maritima e commercial. — Artigos de importação e de exportação. — Os diversos povos que tinham *fondach* em Veneza. — Curiosos processos mercantis dos venezianos. — O trafico da Republica do Adriatico no reino anjuense. — Brilhantismo e grandeza de Veneza do seculo XIV ao seculo XV. — As industrias que mais floresceram entre os venezianos. — Corporações de officios. — Associações commerciaes.

A marinha veneziana foi a mais notavel da idade media. No seculo VII, dizem os chronis-

---

[1] Max Latrie; Marini; Depping.

tas da antiga Veneza, que já esta possuia um arsenal, estaleiros e constructores de navios que trabalhavam nas officinas do Grado, Crapula, Torcello, Malamocco e Rialto. Em 837, o doge Tradonico mandou construir dois navios muito grandes e como não se tinha visto até então. Os gregos forneceram-lhe o modelo d'essas embarcações. Em 935, quando os venezianos foram combater os narentinos, mandaram construir trinta e tres navios d'aquella especie. E' talvez nessa fórma de architetura naval que elles se basearam para a feitura dos *dromoni*, que tanto usaram nos periodos brilhantes do seu poder maritimo. Esses navios tinham 175 pés de extensão [1] e duas grandes velas, a mezena e a papafigos. Eram armados com certas machinas imitando as que outr'ora usavam os romanos e que do alto faziam cahir traves ferradas tão impetuosamente, que em poucos golpes afundavam os navios em que tocavam. Eram essas as embarcações que os venezianos empregavam para o transporte de viajantes e para o commercio com os paizes do norte da Europa, porque estavam em condição de levar grande numero de mercadorias e de defenderem-se contra qualquer aggressão. Os navios destinados á

---

1 O pé veneto em relação ao pé francez está na proporção de 1450 a 1440.

guerra e a dar caça aos corsarios, eram umas galeras leves *(sottili)*, bastante velozes, tendo 135 pés de comprimento e apparelhadas com tres velas: a mezena, a estay e a artemão. Entre as duas especies de embarcações, que acabamos de citar, havia uma intermediaria que navegava com quatro velas e que servia para o trafico da Rumelia, do Mar Negro e da Syria [1]. No seculo XIV os venezianos inventaram os *cocchi*, navios de maior capacidade que os *dromoni*, aptos a receber avolumados carregamentos, equipados com 1:000 homens, ás vezes, mais commummente com 700 ou 800 e podendo resistir com vantagens aos ataques das galeras e mesmo tomar a offensiva. Entretanto, este modelo de navios foi abandonado, naturalmente por causa da difficuldade de dirigil-os e as galeras obtiveram todo o favor [2].

---

[1] Filiasi.

[2] Os venezianos, além das grandes e das ligeiras galeras, dos *dromoni* e dos *cocchis*, empregados na navegação do mar, construiram os *Buzi* e os *Navi Buzi*, as *Taredi*, as *Navi quadri* e as *Navi latini*. Estas ultimas levavam com ellas duas chalupas, uma gondola de 24 pés e uma outra embarcação de 30 pés. (Filiasi)

Contam alguns chronistas que o maior navio veneziano foi construido em 1348, pela familia Liliado, no novo arsenal. Entretanto, como vimos, Veneza desde muito antes construia navios e galeras de grandes dimensões. Escreve Molmenti, que o *Liber Plegiorum* de 1225 e 1228, refere que a quantidade de madeira necessaria para construir uma galera custava 170 libras e a de um *asiro* (outro genero de navio) 337, um par de mastros, da extensão de 9 pés, 5 libras. Avaliava-se uma barca em 18 libras, uma galera em 650 e um galeão em 700.

O numero das equipagens variou, segundo as epochas. Sanuto diz que no seculo XIV, as galeras *(sottili)* levavam 180 homens e o doge Tommaso Mocenigo, que as grandes galeras não tinham 300 e as medias destinadas ao Levante 200 e até 100 remos. Os soldados que faziam parte da guarnição das galeras, iam armados com sabres, longas lanças e compridos dardos com pontas ferradas. Ditas embarcações eram providas de um esporão e forradas de ferro e não podiam seguir viagem sem levarem uma determinada quantidade de armas. A lei obrigava tambem a terem a bordo duas bombas para o caso em que a agua viesse a faltar, e dois homens para manejal-as, dois timbaleiros, dois trombones e um tambor para a musica marcial, dois mergulhadores, dois calafates, um cozinheiro e dois escrivães. O estado maior compunha-se de um commandante, de oito pilotos e de um chefe de alabardeiros e de remadores; corporações de ferreiros, de armeiros e de outros artifices vinham tambem fazer parte do pessoal embarcadiço. Os marinheiros deviam possuir um elmo para usarem sobre uma casqueta de ferro, um escudo, uma

---

Quando Veneza se encarregou de transportar á Palestina, as tropas de Luiz IX, 15 navios bastaram para tomar a bordo quatro mil cavallos e dez mil homens. O maior d'esses navios tinha cento e oito pés de extensão e uma equipagem de cento e dez marinheiros. (Depping).

curta cota de malha, uma espada, tres lanças e uma faca de combate. Todo o marinheiro, cujo salario fosse superior a trinta liras, o regulamento dispunha que tivesse uma couraça de ferro, uma alabarda e uma lança ferradas [1]. A disciplina era das mais rigorosas. Os estaleiros mereciam todos os cuidados do governo e a construcção das galeras estando sujeita a determinados modelos, que as faziam servir não só para o commercio como para a guerra, explicam a facilidade com que Veneza reformava suas esquadras. Quando as galeras estavam promptas, o Estado as armava, as guarnecia com soldados e marinheiros, as abastecia de viveres e as punha em leilão, cedendo-as ao melhor offertante, contanto que esse fosse cidadão de Veneza. O adjudicatario fazia o carregamento com as mercadorias que mais convenientes lhe pareciam e passava então os navios a um outro pelo preço que convencionavam ou elle mesmo levava-os aos mares do Levante ou aos portos do norte da Europa, seguindo sempre o itinerario antecipadamente organisado e jurando ser fiel e agir em todas as circumstancias pela *honra da Communa e de S. Marcos* [2].

---

[1] Filiasi.

[2] O commandante estava prohibido de commerciar em seu proprio nome, mas podia carregar por sua conta em qualquer outra embarcação.

A lei não permittia a uma esquadra de fazer escalas nos portos designados ás outras. Ao passarem nas ilhas, nos fortes e nas praias sujeitas aos venezianos deviam tomar a correspondencia official dos respectivos governos e a dos particulares e leval-as aos lugares aonde iam e á Veneza. A lei determinava que os navios particulares estavam prohibidos de dirigirem-se aos portos em que tocavam as galeras do Estado e se alli eram apanhados os tratavam como inimigos, sendo seus carregamentos considerados boa preza [1]. As nomeações dos commandantes dos navios eram approvadas pelo Grande Conselho ou pelos *Pregadi*, perante os quaes aquelles promettiam tornar a trazer as referidas embarcações ao Arsenal e em bom estado [2]. A Nação cobrava-lhes, nessa occasião, um pequeno imposto sobre o assucar, as sedas e os pannos embarcados [3]. Os regulamentos prescreviam que os commandantes deviam ficar a bordo de sua galera, a partir do dia em que começavam a carregar, para vigiar as mercadorias, inscrevel-as á entrada e á sahida e cuidar dos interesses da Communa.

---

[1] Filiasi.

[2] Molmenti.

[3] Filiasi. O Estado não cobrava gabellas ou taxas para as mercadorias do Levante importadas pelas galeras armadas, ao passo que as introduzidas em galeras não armadas, isto é, por navios particulares, pagavam tres por cento do seu valor (Depping).

Elles eram livres de organisar a equipagem a sua vontade, comtanto que ficassem como fiadores da probidade e idoneidade do piloto, dos marinheiros e dos bateleiros que engajavam [1]. Os marinheiros das galeras mercantes gozavam de muitos privilegios, entre os quaes estava o de levarem comsigo uma certa quantidade de mercadoria, isenta de imposto. Os que embarcavam em navios particulares tinham tambem favores, mas em menor escala. Uma outra regalia de grande importancia, para uns e outros, era que seus salarios não podiam ser sequestrados por dividas á fazenda nacional ou a particulares [2]. Os armadores obrigavam-se a não confiar nem vender os seus navios senão aos venezianos, a dar conta das vendas e a exigir, por termo passado perante o notario, o juramento de fazer cumprir as leis navaes da Republica aos compradores dos navios vendidos fóra de Veneza. Os commandantes das galeras não se demoravam nos portos mais do que o tempo necessario para as operações de carga e descarga [3]. Como o commercio e a marinha eram as fontes da grandeza de Veneza, a lei mandava que em todo o navio a partir embar-

---

[1] Molmenti.

[2] Filiasi.

[3] Molmenti. O commandante não podia desembarcar durante a viagem e os patrões dos navios só desciam a terra cada um por seu turno. (Depping).

cassem dois jovens de vinte annos para aprenderem e tomarem gosto por aquellas carreiras. Para servir a todo esse grande trafico commercial, Veneza dispunha de um magnifico arsenal, onde trabalhavam 16:000 operarios, de 3:300 navios, em actividade, tripulados por 36:000 marinheiros e soldados. Diz o historiador allemão Scherer, que no computo d'esses navios, tres quartos pelo menos não arqueavam mais de 10 a 160 toneladas e que nesse numero entravam as barcas dos pescadores. As viagens fóra do mar Adriatico eram feitas em *conserva* e raramente isoladas. A Republica annualmente preparava diversas esquadras para as expedições commerciaes, que deviam se realisar por intermedio de companhias, que compravam ao governo o privilegio do monopolio dos mercados extrangeiros naquelle anno [1].

---

[1] Pegolotti, que escrevia no seculo XIV, diz que tres frotas partiam em epochas determinadas do anno, a saber: a de Tana, no mar Negro, a da Syria e a de Flandres. Uzzano, cuja *Pratica della Mercatura* é de um seculo posterior, affirma que eram cinco as expedições mercantes annuaes e que zarpavam em epochas differentes. A que ia á Syria e a Catalunha, sahia de 15 a 20 de Janeiro; a que se destinava á Flandres apparelhava de 8 a 25 de Abril; as galeras para Rumelia e Trebizonda, de 8 a 20 de Julho; as de Bairout, em Syria, de 8 a 25 de Agosto e as de Alexandria, de 8 a 25 de Setembro. Assim, diz o investigador francez Depping, segundo o que se passava no tempo de Uzzano, as expedições á Syria eram em numero de duas: uma em inverno e outra em verão e, talvez, por caminhos differentes. Marini encontrou nos archivos de Veneza, docu-

Apezar das galeras servirem para a guerra e para o commercio, as numerosas luctas que Veneza tinha constantemente que sustentar para adquirir a hegemonia mercantil no Levante e no Mediterraneo, determinaram que pouco a pouco se formassem duas frotas distinctas sendo alguns navios de combate distribuidos entre as colonias mais importantes e assim podiam d'esses pontos estrategicos acudir mais promptamente aos lugares ameaçados. A esquadra do Adriatico era commandada por um

---

mentos que provam que no seculo XIV sahiam sete comboios de navios mercantes e de galeras armadas; um d'esses comboios composto de oito a dez galeras dirigia-se á Tana no mar de Azof, um segundo visitava Trebizonda, os outros tomavam o caminho de Chypre, da Armenia, da Islanda e faziam a cabotagem nas costas da França, da Hespanha e de Portugal, visitavam o Egypto e os Reinos Barbarescos. Conforme o estado das cousas, esses comboios armavam-se mais ou menos; em caso de perigo retardavam a partida ou se reuniam em numero de dois ou muitos. Em tempo de guerra, uma frota inteira escoltava-os. O allemão Breydembach, que em 1483, fez uma peregrinação á Palestina e regressou pelo Egypto, embarcando em Alexandria em um navio da esquadra veneziana que alli estava, diz que esta se compunha de quatro galeras bem armadas e carregadas de mercadorias preciosas e que marchava á unir-se a da Syria, que constava tambem de quatro galeras e a da Africa que tinha o mesmo numero de galeras, igualmente carregadas. O viajante narra uma festa que deram no mar, ao som de musicas, os commandantes dos tres comboios, unidos aos dez patrões das galeras e aos funccionarios nobres que ahi estavam embarcados. O comboio que ia ao Egypto e a Barbaria constava de tres a sete galeras. Emquanto umas entravam no porto de Alexandria, outras iam ás costas barbarescas, faziam suas vendas e compras e transportavam seus carregamentos á Alexandria, voltavam em seguida á Barbaria com carregamentos egypcios, depois vinham ainda ao Egypto, onde tomavam emfim especiarias e outros artigos orientaes para os mercados do Occidente. (Depping).

almirante que se chamava *Capitão do Golfo.* O oiro, a prata e os objectos de luxo não podiam ser expedidos das Lagunas senão em navios de guerra; quando rompiam as hostilidades entre Veneza e outra nação ou se davam ataques imprevistos no mar, mercantes e mercadorias passavam para as galeras do Estado. Os carregamentos de azeite, de panno, de velludo, de pelleterias, de chumbo, de mercurio, de cobre, de cinabrium, de fructas e de outros objectos que os navios venezianos levavam ao Egypto, representavam o valor de muitos milhares de ducados, sem contar o dos diversos generos que os marinheiros traziam de contrabando. Logo que chegava o comboio ao Egypto, (o que tambem acontecia em todos os portos em que ancoravam os navios), a auctoridade do commandante cessava para entrar em funcções a do consul. Este designava quatro mercantes, aos quaes a Alfandega de Alexandria juntava um do paiz para regular o preço das especiarias. As mercadorias importadas do Levante, que se destinassem aos Estados venezianos ou ao extrangeiro, tinham primeiro que ir á alfandega de Veneza, onde pagavam as taxas marcadas pela lei. A mesma cousa estava determinada para os artigos europeus destinados ao Oriente, que só da Republica podiam ser expedidos. Veneza tudo chamava á si para maior regularidade dos seus

*

monopolios [1]. A sua acção exercia-se imperiosa sobre as cidades submettidas á sua influencia dominadora. Assim, Bergamo, Brescia e Cremona estavam prohibidas de receber generos alimenticios, lãs, algodões e diversas outras mercadorias, se Veneza não fosse a intermediaria. A vontade e a acção individual não se podiam mover no que respeita as operações commerciaes e aos trabalhos industriaes, senão sujeitando-se ás determinações do Estado, que asphyxiava em um circulo de ferro de decretos, a livre concorrencia. Entretanto, esse systema economico, que é a negação do que hoje as nações adeantadas buscam applicar, fez a fortuna e a grandeza de Veneza. E' que essa Republica teve a felicidade de ver seus destinos regidos por homens que praticando a politica economica, em vez da economia politica, sabiam, com extrema agudeza de vistas, adaptar as medidas promissoras de beneficios, que as necessidades do momento reclamavam. Se o commercio maritimo dos venezianos era impor-

[1] O governo fixava a quantidade de mercadorias, o numero de homens que cada expedição devia conter e mesmo o genero de commercio á explorar. As galeras dos comboios de Flandres, por exemplo, tinham que ser equipadas por duzentos homens livres, dos quaes cento e oitenta remadores e doze archeiros. O carregamento não devia exceder a duzentas e oitenta mil libras, das quaes 120 pelo menos deviam existir em mercadorias de peso miudo, taes como drogas, aromas, especiarias e obras finas. As equipagens tinham que ser completas para as galeras pôrem-se a caminho. (Depping).

tantissimo, o fluvial não deixava tambem de ser uma fonte de immensos beneficios. Para monopolisar o Pó, Veneza organisou uma esquadrilha de navios ligeiros, commandada por um capitão, que estava incumbido de não deixar passar pelo rio uma barca sem ser primeiro visitada. Duas outras esquadrilhas navegavam no mar costeando, uma ao longo da Istria e da Dalmacia e a outra ao longo de Napoles e da Romagna, para fechar todo o commercio. Essas frotas estavam independentes da das grandes galeras, commandadas pelo *Capitão do Golfo*, que davam caça aos corsarios. Para impedir que os italianos recebessem mercadorias, sem licença dos venezianos, vigias foram postos nas boccas de todos os rios, que desaguavam no golfo. Uma lei de 1261, ordenava que o porto de Magnavacca, em frente a Comacchio, fosse guardado por uma *marciliana* e por uma *gondola* com oito homens armados. Essas gondolas eram, por sua capacidade e fórma, bem distinctas das actuaes. Outras embarcações armadas guardavam os portos de *Volana* e de *Goro*. D'ahi ao mar, o porto de *Umago*, na Istria, era vigiado por uma *marciliana* e o de Pirano por uma *marciliana* e uma *gondola*. Assim eram tambem guardadas as aberturas do Primariolo, Sdoba, Rialto di Grado, Lisonzo e S. Vito no Carso e no Friuli. Escreve Filiasi, que italianos e ultramarinos

eram aprisionados como os hollandezes e inglezes tinham encadeado os asiaticos, mas que os venezianos, com tal politica e finura conduziam a cousa, que chegavam a fazer crêr aos extrangeiros que era em seu interesse a oppressão que soffriam [1].

Os barões feudaes, quer fossem francos, lombardos ou teutões, tinham o commercio como cousa desprezivel. Assim pensando, nada faziam que o podesse animar; hoje abriam uma estrada, amanhã fechavam-a. Os mercantes estavam á mercê de todas as arbitrariedades. Quando viajavam, tinham que se acompanhar

1 Filiasi.

A imposição de fortes direitos sobre os navios e as mercadorias que navegavam no Adriatico, ao norte do cabo de Ravena de um lado e do golfo de Fiume do outro, foi um acto de prepotencia dos venezianos, aos quaes só a demasiada confiança nas armas da Republica para proteger a expansão monopolisadora que davam ao seu commercio, determinou que elles se assenhoreassem de um mar, cujas margens todas não lhes pertenciam. A força consagrou esse direito. Commentando esse facto, o historiador Vittorio Sici, citado por Daru, faz as seguintes reflexões que não deixam de ser razoaveis: «E' preciso notar que se os venezianos não guardassem o golfo, elle seria logo infestado de piratas. Quem poderia se encarregar d'essa guarda? Acaso o governo de Napoles, confiado a vice-reis temporarios e ambiciosos? O governo pontifical, cujas riquezas eram sempre presas de uma familia avida? A Austria, que só possuia um porto no fundo d'esse mar? Que outra republica teria conseguido que os turcos alli não mandassem navios armados? Sem duvida é um mal, que todos os ribeirinhos do Adriatico não gozem de um direito igual, sem duvida é duro para elles pagar um tributo ao governo veneziano; mas se lhe tirassem esse privilegio, immediatamente viriam os piratas e apoz elles as frotas turcas. Logo todas as costas seriam ameaçadas e esse mar cessaria de ser socegado, de ser navegavel»

com numerosa escolta e viajar em caravanas para repellirem os assaltos dos bandidos. Com o fim de obterem a benevolencia dos feudatarios, que arbitrariamente taxavam as mercadorias, lhes levavam presentes e tambem aos vassallos, que procediam como os amos. Para divertir toda essa gente, os negociantes traziam comsigo charlatães, bailarinos, musicos, bufões e animaes. Viajar naquella epocha pela Europa, ainda que as distancias á percorrer fossem curtas, era sempre um problema importante e acarretava grandes despezas. Essas difficuldades, entretanto, jamais detiveram os venezianos, que transpunham os Alpes para venderem do outro lado os productos de sua industria e raridades orientaes. Mais tarde, porém, os venezianos deixaram de fazer elles mesmos esse commercio por via terrestre. Negociaram e concluiram varios tratados com Padua, Treviso, Verona e outras cidades, em que se compromettiam a exigir pequenos direitos sobre as drogas, que os italianos [1], dalmatas e germanos viessem comprar nas Lagunas [2].

---

[1] Incrivel era a quantidade de mercadorias communs, que os venezianos espalhavam por toda a Italia, taes como avellãs, figos, queijos, amendoas, traves de pinheiro, borax, carvalho, etc. (Filiasi).

[2] No seculo VIII, referem as chronicas, já numerosos extrangeiros vinham negociar em Veneza. Conta-se que no inverno de 866 estando geladas as Lagunas, os mercantes que primeiro andavam em barcas passaram a servirem-se de carros e cavallos.

Essas vindas de commerciantes extrangeiros á Veneza, tornaram-se mais correntes e mesmo incessantes, quando Alexandria, devido a decadencia dos principados francos da Syria, passou a ser o grande mercado dos productos levantinos. As cidades allemãs acharam que havia maior facilidade em se abastecerem pelo Adriatico. Seus mercantes ahi vinham buscar canella, cravo, pimenta, noz moscada, cubebas, gengibre, cassa, galanga, enxofre, incenso, mirrha, storax, alumen, borax, camphora, cardamomo, assucar, cera, dentes de elephantes, metaes, bronze em obra, peixe salgado, marmores, velludos, tapetes, tafetás, seda crúa, pannos dourados, pannos simples, sedas tintas, lãs tintas, fructas seccas, tamaras, vinho, perfumes, perolas, páo brazil [1]. O commercio que os allemães, os hungaros e os bohemios faziam em Veneza, estava rigorosamente regulamentado. Elles deviam vir á capital da Republica surtirem-se das mercadorias, que necessi-

---

Além dos tratados feitos primitivamente com Padua, Treviso, Verona, Bolonha e Ancona, Veneza assignou-os em 1269 com Ravenna; em 1321 com Bolonha; em 1337 com Ancona; em 1381 com o rei da Hungria; em 1399 com Guilherme da Austria para deixar passar sua mulher e 12 navios; em 1457 com o rei da Hungria, para madeiras; em 1478 com Frederico para grãos vindos da Apulia; em 1481 com Beatriz, rainha da Hungria para joias; em 1482 e 1502, com o rei da Hungria para grãos e em 1505 com o papa Julio II para grãos.

[1] Morosini dizia que o páo brazil servia para a tinturaria e que esse nome era corrente entre os italianos, muito antes da descoberta do Brazil.

tavam. Era prohibido aos venezianos venderem-lhes mercadorias fóra das lagunas. Os mercantes allemães soffriam alli as maiores imposições. Todas as mercadorias, que trouxessem, e nessas iam incluidas o oiro e a prata, não podiam ser offerecidas a nenhum extrangeiro, sem o ser primeiro aos venezianos; ficava-lhes totalmente interdicto, ainda que não encontrassem comprador, reexportal-as, quer pela via maritima, quer pela terrestre e deviam deixal-as em Veneza, sob qualquer condição. Se um mercante allemão introduzisse artigos que os venezianos costumavam mandar vir por mar, eram-lhes estes immediatamente confiscados. Os estófos de seda, de proveniencia allemã ou lombarda, não tinham entrada na alfandega veneziana. Da prata que negociavam eram obrigados a entregar a quinquagesima parte á Casa da Moeda [1]. Essas peas, essa intolerancia e todos esses vexames não impediram que o commercio da Allemanha com a Italia rapidamente se desenvolvesse desde que na segunda metade do seculo XIV, Augsbourg, Nuremberg e outras cidades da alta Allemanha começaram a surtir a estas e aos paizes do Norte, de productos do Levante e de artigos manufacturados em Veneza. Nessa epocha, os allemães foram tratados com menos rigor do

---

[1] Depping.

que antes pelos venezianos, mas sendo sempre obrigados a virem pessoalmente negociar suas compras e vendas em Veneza. Diversas estradas serviam á esse commercio. Uma atravessava o Tyrol e se dirigia á Ratisbona e a Nuremberg. Essa primeira cidade, já do tempo de Carlos Magno, era conhecida como um dos mercados para os eslavos da Silezia e da Bohemia e tinha entrepostos em Kiew e Novogorod. Presume-se, pois, que em Veneza, os seus negociantes, em troca das victualhas levantinas, dessem a esta as pelleterias russas e tartaras, que os venezianos, por seu turno, exportavam para o Oriente. Uma outra estrada passava por Villach em Corinthia e ia a Augsbourg e Nuremberg e talvez a Vienna. Graças a esse commercio de transito, Villach tornou-se, no seculo XV, uma praça assaz florescente. Essa prosperidade ainda augmentou, quando familias venezianas nella se estabeleceram para explorar as suas minas de chumbo e montar usinas e moinhos. Pelteau era residencia dos margraves da baixa Styria que iam tambem ás Lagunas fazer seus surtimentos que elles conduziam até o Drave pela Hungria [1]. Os allemães tinham em Veneza um *fondaco* que figura entre os bellos edificios da Republica naquella epocha. Os viennenses frequentavam tambem

[1] Scherer; Depping.

em grande numero esses armazens, o que prova que Vienna se surtia de artigos levantinos no entreposto veneziano. Nas feiras de Ens vendiam-se igualmente muitas d'essas mercadorias, que procediam das lagunas do Adriatico e muitos venezianos foram residir em Vienna para melhor entreterem as relações entre ambos os paizes [1]. Os orientaes eram tratados em Veneza com certas attenções. Os armenios tinham fundado alli uma *loggia* para seus compatriotas e no seculo XIII, obtiveram mesmo a ilha de S. Lazaro. O *fondaco* dos turcos era separado do dos sarracenos. Este ultimo estava situado no « *Campo dei Mori* » e tinha um portico com columnatas de marmore e estatuas representando arabes, persas e escravos que conduziam camellos e mercadorias [2]. Marini diz que no *fondaco* turco estava prohibida a entrada dos mancebos e das mulheres, depois do sol posto, precaução necessaria contra os costumes dissolutos d'esse povo embrutecido. Os gregos, que vinham á Veneza, eram geralmente bem tratados, mas nenhum documento existe provando que elles ahi tivessem estabelecido algum entreposto. Quanto aos judeus, que habitavam as Lagunas, a lei era bastante rigorosa para com elles, permittindo-lhes

---

1 Depping.
2 Filiasi.

apenas que se dedicassem a operações financeiras, dirigindo pequenos Bancos e emprestando dinheiro sobre penhores [1]. Mas não eram só os mercantes, que visitavam as encantadoras e prosperas ilhas do Adriatico. Alli iam tambem os peregrinos, que em execução de promessas piedosas se dirigiam á Roma ou Palestina. Magistrados especiaes e um numeroso corpo de corretores estavam encarregados de proteger, de buscar alojamento, de tratar do embarque e de trocar dinheiro para esses viajantes. Os capitães das galeras ou das barcas fluviaes eram vigiados por aquella magistratura para não causarem prejuizos aos peregrinos, offerecendo-lhes navios velhos e arruinados por novos e bons e para que o embarque se fizesse nas grandes galeras e navios. Os corretores *(sensali, interpreti)* estavam igualmente collocados debaixo das vistas d'esses funccionarios afim de impedir que elles se entendessem com os capitães para prejudicarem os romeiros e punia-os se os tivessem levado a banqueiros, cuja honestidade era duvidosa. A mesma vigilancia exerciam sobre os hoteleiros e locandeiros para que não exigissem preços exorbitantes. Os *sensali* não podiam retirar-se da cidade sem licença e o regu-

---

[1] Depping.

lamento que os regia determinava que a todas as horas houvesse dois d'esses individuos na praça de S. Marcos, promptos para o serviço, porque a todo o momento chegavam peregrinos. Se um *sensale*, em suas relações com esses extrangeiros, uzasse de palavras grosseiras, pagava meio ducado de multa, cada vez que incorresse nesse delicto [1]. Assim o governo veneziano cortava todos os abusos, aplanava as difficuldades e dava certeza de segurança aos que procuravam os seus portos para fazerem suas viagens; por isso a sua industria de transportes maritimos e fluviaes progredia e amontoava bellas peças de dinheiro, firme na confiança que inspirava. As relações de Veneza com a Italia Meridional tinham já no seculo XII, uma certa actividade. Rogerio II e Guilherme II permittem aos mercantes da grande Republica, que se estabeleçam em seus portos, mas pedindo para seus vassallos reciprocidade de tratamento.

Apezar da politica que o governo veneziano parecia então querer pôr em pratica, e que visava os interesses de Frederico II, esse principe não se oppoz a que os venezianos viessem negociar em seu reino e determinou que as mercadorias sobre as quaes fizessem trans-

---

1 Filiasi.

acções pagassem dez por cento do seu valor. Por um tratado commercial pactuado entre Frederico II e os venezianos, promettia-se a estes liberdade e segurança para circularem na Italia Meridional, alli residirem e venderem. A lã, os cereaes, os azeites, a carne salgada e os queijos constituiam os artigos mais importantes d'esse commercio. De tal modo, os mercantes venezianos tornaram-se necessarios ao desenvolvimento economico das cidades, em que Frederico dominava, que esse soberano tendo roto as relações com Veneza quando esta apoiada pelo Papado, pretendeu conquistas no reino, não prohibiu que os mercantes venezianos continuassem exportando generos da Apulia e ordenou aos *portulani* fechassem olhos sobre taes negocios. Manfredo não alterou a politica de seu pai em relação aos cidadãos da Republica e firmou com os embaixadores d'esta, duas convenções commerciaes, uma em 1257, concedendo aos venezianos licença para comprarem grãos na Apulia e exportal-os sem algum imposto; outra em 1259 renovando as vantagens obtidas no reino anterior [1]. A su-

[1] Filiasi.

Ch. Iver: *Le Commerce et les Marchands dans l'Italie Meridionale aux XIII e XIV siecles.*

Os venezianos tiveram um consul em Trani e vice-consules em Manfredonia, Barletta e Brindisi.

bida da dynastia anjuense ao throno que tinham occupado os principes normandos e os da casa de Suabia, longe de ser hostil ao commercio de Veneza na Italia, lhe foi antes favoravel. Já tivemos occasião, em paginas atraz, de nos referirmos ao projecto que meditou Carlos de Anjou para reconstituir o imperio latino do Oriente e para a execução do qual o auxilio de Veneza lhe estava assegurado, visto como a Republica, graças aos genovezes, perdera a hegemonia commercial em Constantinopla e fôra impedida de ter accesso no mar Negro. Aproveitando-se d'esse plano do rei para conseguir privilegios para seus compatriotas, o doge negoceia convenções aduaneiras com aquelle, visando sobretudo o commercio de cereaes. Sob Carlos II, Veneza consegue que os seus mercantes possam livremente traficar nas provincias continentaes do reino. Esse monarcha precisando de um emprestimo financeiro recorre á Republica, propondo-lhe como garantia a posse temporaria de Corfú, o que foi acceito. Essa ilha nas mãos dos venezianos proporcionava-lhes uma escala segura para suas esquadras e frotas mercantes, o que era muito apreciavel em um momento em que seu commercio nessas regiões adquiria prosperidade e a conclusão de um tratado com Chypre e o renovamento de antigas convenções com a Armenia, asseguravam as suas

mercadorias novos escoadoiros no Oriente [1]. Como vimos, um dos principaes negocios dos venezianos na Italia Meriodional, consistia na compra dos cereaes. A' essa exportação, que elles faziam em grande quantidade, juntavam a de outros productos agricolas ou da industria pecuaria, que eram embarcados nos seus navios, que vinham carregar nos portos de Trani, Bisceglie, Molfetta e Giovinazzo. Quanto ao que importavam no reino, esse commercio constava de objectos manufacturados, pannos, estófos, tecidos de seda, pedras preciosas, armas e sobretudo ferro, que desembarcavam nos portos dos Abruzzos. Além d'isso, os marinheiros venezianos, apezar da vigilancia da alfandega, augmentavam a importação com os artigos, que introduziam por contrabando.

Trani, que segundo a expressão de Carabellese era o «*enfant gaté*» da Apulia desde os tempos do rei normando Tancredo, tornou-se o entreposto mais importante, que os mercantes de Veneza estabeleceram no sul da Italia. As suas mercadorias pagavam á entrada dois grãos menos do que os seus concorrentes extrangeiros. Em compensação, porém, os venezianos eram obrigados a equipar dois navios para a policia das costas, onus de que mais tarde

1 Ch. Iver.

conseguiram libertar-se. O Senado veneziano regulára as relações commerciaes com a Apulia como o fizera para os paizes do Levante, para a França, Hespanha, Portugal, Inglaterra e Flandres. Desde o seculo XIII, por ordem d'aquella corporação, partiam annualmente de Veneza para a Apulia, tres comboios compostos de tres galeras cada um. O primeiro deixava as Lagunas na segunda quinzena de Julho, o segundo nos quinze ultimos dias de Outubro e o terceiro na primeira semana de Março. Fóra d'esses periodos, a alfandega não dava mais guia de expedição e os commerciantes que infringissem essas disposições incorriam em uma multa igual aos dois quintos do valor dos carregamentos fraudolosamente embarcados. Essas prescripções não se applicavam ás mercadorias de origem veneziana. As especiarias, os artigos do Levante, os objectos de madeira, o ferro trabalhado, os varios vasos e as medidas de capacidade podiam seguir em qualquer galera [1]. A's mercadorias que vinham da Apulia para Veneza, era permittido serem trazidas tambem em navios não custeados pelo Estado; mas, nesse caso, deviam pagar um direito de entrada igual ao que gra-

[1] A. Zambler e F. Carabellese: *Le Relazioni Commerciali fra la Puglia e la Repubblica di Venezia dal Secolo X al XV.*

vava as importações feitas pelos que o eram. D'esse modo, escreve Charles Yver, a Republica protegia, contra a eventualidade de um ataque e da pilhagem, os carregamentos tomados em suas feitorias, mas deixava expostos a esses mesmos riscos os carregamentos effectuados no extrangeiro. Esses regulamentos de transportes, entretanto, muitas vezes se modificaram. Assim, no decurso de um mesmo anno, depois do Senado ter determinado que os mercantes esperassem a partida dos comboios, auctorisou a sahida de dois navios e mesmo de um só. Em algumas occasiões até permittiu o emprego de embarcações desarmadas e deixou aos negociantes a liberdade de organisarem as expedições a sua vontade sob a reserva de apresentarem na alfandega, o manifesto dos generos carregados [1]. A posse do marquezado de Ferrara disputada pelos filhos legitimos de Azo d'Este, contra um dos seus irmãos naturaes, que recebera do pai em testamento o dom d'aquelle feudo, deu origem a uma questão entre a Santa Sé e Veneza, por ter esta apoiado um dos pretendentes, emquanto o papa dava força ao outro [2]. A Republica não querendo

[1] Ch. Yver.

[2] Veneza apoiando as pretensões do bastardo d'Este procurava o augmento dos privilegios commerciaes, que os senhores de Ferrara lhe tinham concedido.

acquiescer ás exhortações do pontifice entregando-lhe a cidade de Ferrara, — que por não poder conserval-a o bastardo d'Este cedera aos venezianos, mas que os ferrarenses queriam suzerana da Igreja —, o Papado lançou a excommunhão sobre Veneza. Todas as nações foram prohibidas de commerciar com os venezianos; não lhes deviam comprar nem vender mercadoria alguma. A Republica e o doge ficavam despojados de todos os privilegios e feudos concedidos pela Curia. Os venezianos foram declarados infames, incapazes de exercerem funcções publicas, mesmo na sua Patria, de comparecerem perante a justiça, de testarem e de herdarem. Alguns soberanos puzeram em execução á risca a bulla dirigida contra Veneza. Na Inglaterra, os bens dos excommungados foram confiscados, as feitorias saqueadas e os viajantes roubados; em França, os mercantes da Republica viram as mercadorias que tinham trazido ás feiras, apprehendidas e dispersas por ordem do governo; e na Italia ainda as violencias foram maiores [1]. Roberto de Anjou [2], que era vassallo da Santa Sé, foi

---

[1] Daru.

[2] Ao subir ao throno, Roberto de Anjou, estabelece um *modus vivendi* com a Republica. Os comboios mercantes venezianos que vinham ao sul da Italia eram escoltados por barcos de guerra. Para tornar a viagem mais facil, o novo rei prorogou até Setembro a pa

*

obrigado a hostilisar Veneza e ordenou que seus officiaes impedissem que os subditos reinicolas commerciassem com os venezianos. Os bens d'estes foram confiscados e vendidos. A importancia de todos os moveis e immoveis que elles possuiam na Apulia e nos Abruzzos foi enviada a Napoles por intermedio dos banqueiros florentinos Peruzzi, Acciajuoli e Bardi.

Os venezianos calcularam seus prejuizos nessa occasião em 4:000 onças de oiro [1]. A esses actos Veneza respondeu com outros iguaes. Seus navios corsarios atacaram não só as frotas mercantes como as reaes, que demandavam os portos anjuenses. Esse estado de cousas não podia, entretanto, se prolongar, porque os prejuizos economicos da Republica ameaçavam derrubar sua grandeza. Em 1313, o papado depois de ter gozado com as

---

tente de segurança, que Carlos II concedera aos venezianos afim de que elles podessem *«negotiar e dimorar al solito e non fosse loro inferita molestia sotto qualsivoglia pretexto d'ordine o mandato regio nelle persone e robe»*. Ao chegar, porém, aquella data, Roberto ordenou bruscamente, que as medidas solicitadas pelo Papa contra Veneza fossem executadas em seu reino. (A. Zambler e F. Carabellese.— *Obra citada*).

1 Ch. Yver.

A confiscação dos bens, por medida preventiva para o futuro, era sempre acompanhada de um inventario, permittindo avaliar o damno soffrido pelo proprietario, o que auctorisava mais tarde o reembolso do prejuizo.

humilhações inflingidas a Veneza resolve-se, ás preces d'esta, levantar a excommunhão. A Republica trata então de regularisar sua situação com a côrte anjuense e negociações são entaboladas visando esse fim. As embaixadas enviadas respectivamente á Veneza e a Napoles pelos chefes dos dois Estados litigantes custaram, entretanto, entrar em accordo, devido a difficuldade em reconhecerem cada uma das partes o bem fundado de suas queixas. Depois de muito debatidas varias questões, um protocolo é assignado em 3 de Setembro de 1316 e annullado passados dias para dar lugar, a 16 do mesmo mez e anno, a um tratado definitivo. Esse acto reintegrava os venezianos em suas prerogativas e vantagens anteriores a ruptura e obrigava Roberto a pagar-lhes 2:250 onças como indemnisação dos objectos confiscados, sob reserva, porém, de ser deduzida d'essa somma a importancia dos que se podessem achar. Essa ultima clausula foi ainda modificada, sendo a indemnisação acima combinada elevada a 4:000 onças de oiro pagaveis por prestações annuaes de 1:000 onças, no prazo de quatro annos. A titulo gracioso, o doge conseguiu, nesse mesmo pacto, que após o pagamento da indemnisação, os seus compatriotas tivessem licença para exportar 2:000 *salmes* de frumento isentos de direitos de sahida e de *tari*. Por seu turno os venezianos

compromettiam-se a reparação dos prejuizos causados aos subditos anjuenses [1]. Entretanto, apezar de todas as promessas de amizade, desintelligencias surgiram entre o rei e os mercantes venezianos. A execução do tratado motivava continuas desconfianças entre elles. A restituição dos bens confiscados e o pagamento das quotas de indemnisação eram feitos com difficuldades pelos embaraços que suscitaram não só os particulares, como os funccionarios encarregados d'esse serviço. As reclamações do consul veneziano na Apulia não eram attendidas. Havia nessa desordem, porém, quem lucrasse e esses eram os florentinos, que se iam substituindo aos venezianos no commercio que antes estes faziam com tantos beneficios. E' verdade que o rei se esforçava por bem cumprir a palavra empenhada, mas não encontrava boa vontade da parte do seu povo para realisar seus desejos. Do mesmo modo os mercantes venezianos não podiam olvidar os aggravos soffridos e repellindo os conselhos de serem correctos no seu proceder, que lhes dava o doge, contribuiam para que a todo o momento houvesse questões entre os cidadãos da Republica e os anjuenses. A fallencia dos Peruzzi, dos Bardi e dos Acciajuoli libertando

---

[1] Ch. Yver. — *Obra citada.*

os venezianos dos florentinos, que eram concorrentes respeitaveis e os privilegios que aquelles commerciantes conseguem obter de Joanna I, de Carlos III e de Joanna II, dão um novo brilho ao trafico, que Veneza mantinha na Italia Meridional. No tempo da ultima rainha, acima mencionada, a isenção de impostos que os venezianos gozavam sobre as mercadorias adquiridas em Trani e em outros lugares durante a feira, foi prolongada para mais oito dias a seguirem-se a esta.

Quanto a exportação de cereaes e legumes, os mesmos mercantes só pagavam o determinado em tratados anteriores. Os empregados das alfandegas das cidades maritimas tinham ordem de fornecer ao consul geral de Veneza em Napoles, as informações que dito funccionario lhes solicitasse sobre o numero e qualidade dos navios venezianos entrados nos diversos portos do reino e de mostrar-lhe os respectivos registros. Ao consul era permittido eleger dois *sensali* (corretores), para maior commodidade nos contractos. Os venezianos que exportassem mercadorias de Trani para vendel-as no reino ou que ahi as trouxessem já vendidas, nenhuma taxa pagariam, se novamente as quizessem exportar. As pacotilhas dos marinheiros venetos estavam sujeitas a direitos iguaes aos das mercadorias que formavam o carregamento. O azeite condensado pagava a metade do que se cobrava

pelo limpido. Nos lugares em que não havia corretores ou notarios, as cartas particulares dos mercantes provavam nos tribunaes, desde que fossem authenticadas pelos officiaes regios. Os venezianos podiam trazer á Apulia madeira para queimar, sem pagar mais do que a ancoragem. As mercadorias, que entravam nos portos do reino, sem ser descarregadas tinham franquia. O mesmo succedia, quando, por motivo de reparações a fazer nas galeras, o carregamento era posto em terra para ser embarcado terminado o concerto. O direito de *balista* pagava-se de uma só vez. Desde que um mercante declarava a sua qualidade de veneziano, ficava sugeito a auctoridade consular e os funccionarios do reino eram obrigados a darlhe todo o apoio. Devia-se pagar 5 grãos por onça de mercadoria, 3 por *vascello* cheio, 1 por vazio e dois por *salme* carregado nos navios venetos, nos portos da Apulia [1]. O periodo de maior esplendor commercial de Veneza vae do seculo XIV ao seculo XV. Quando ella se tornou soberana do Golpho e dominou todas as suas margens desde as boccas do Pó até Corfú, o seu imperio estendia-se em um territorio de duas mil leguas quadradas, povoado por cerca de dois milhões de habitantes sem contar a

1 A. Zambler e F. Carabellese.—*Obra citada.*

costa da Moréa, Candia, Negroponto e varias outras ilhas do Archipelago e suas feitorias em quasi todos os portos levantinos. A população da capital era calculada em cento e noventa mil almas. Daru diz que essa população tendia ainda a augmentar, pois que ali as casas eram de um grande valor e os alugueis carissimos. Um outro signal de prosperidade da Republica é este facto assignalado pelo mesmo historiador: o trabalho da Casa da Moeda de Veneza convertendo continuamente em moedas nacionaes, as extrangeiras que ficavam no paiz, após a compensação de todas as mercadorias importadas e exportadas [1]. Quando foi convocado o Conselho para decidir se Veneza devia entrar na liga dos florentinos contra Milão, o procurador Francesco Foscari defendeu com calor a união da Republica do Adriatico á Republica Toscana. O doge Moncenigo, refere Sanuto, oppoz um dique a oratoria do ousado conselheiro fazendo um quadro da prosperidade do paiz e do quanto

[1] A casa da Moeda de Veneza cunhava annualmente um milhão de ducados de oiro, duzentas mil moedas de prata e oitocentos mil *sols*. Era uma fabricação de dezoito milhões de francos, que augmentava todos os annos o numerario da Republica. Assim a fortuna publica e as particulares cresciam em rapida progressão. Em menos de dez annos, o Estado tinha extincto uma divida de quatro milhões de francos e emprestado setenta mil ducados ao marquez de Ferrara. (Daru).

perderia se entrasse em tal aventura [1]. Nesse documento encontram-se curiosos dados sobre o movimento commercial de Veneza com a Italia e sobre o valor das mercadorias que entravam no seu entreposto das Lagunas, importadas não só do Levante, como de Flandres, de França, de Barcelona e da Sicilia. Grandes eram os lucros que deixavam todos esses artigos de commercio, que mais importante ainda se tornava, quando éntravam no escambo,

---

1 Do discurso do doge Moncenigo extractamos, por serem extremamente interessantes, os seguintes paragraphos: «Conservemos a paz com elle (refere-se ao duque de Milão). Se Florença fôr invadida, os florentinos submettidos, o que succederá? Esses povos acostumados á Republica deixarão sua cidade, virão habitar Veneza, aonde transportarão sua industria de estófos de lã e de sedas. Florença ficará sem manufacturas como succedeu a Lucca e nós veremos crescer nossa prosperidade. Repito ainda, conservemos a paz. Respondei a Francesco Foscari: se possuirdes uma quinta que annualmente vos dá frumento para alimentar quinhentas pessoas e que vos sobrasse ainda para vender; se nella colherdes vinho, fructas e legumes de toda a especie; se alli tendes animaes, queijos ovos e peixes que bastem para quinhentas pessoas e para fornecer ainda uma grande venda e se essa quinta não vos occasionasse gasto algum para sua conservação e que em uma bella manhã viessem vos dizer: Senhor Francesco, vossos inimigos reuniram quinhentos marinheiros, armaram-os com quinhentas fouces e pagaram-os para irem cortar vossas arvores e vossas vinhas, e cem camponezes e cem pares de bois estão pagos por vossos inimigos para destruirem vossas colheitas e exterminarem todos os animaes que estão em vossa quinta; que farieis, se fosseis prudente? Não supportarieis a devastação de vosso bem, irieis a casa, tomarieis oiro tanto quanto fosse preciso para pagar mil homens com os quaes marcharieis ao encontro de vossos inimigos. Mas se, pelo contrario, vos vissem, a vós mesmo pagar os quinhentos marinheiros e os cem camponezes encarregados de devastar vossa quinta, passarieis por um insensato.

productos da industria do paiz, porque a materia prima e a mercadoria fabricada passavam pelas mãos do mercante. E o que augmentava mais as vantagens de todo esse immenso trafico para a Rèpublica, é que esta não recorria á intermediarios, o exercia ella mesmo e por isso lhe dispensava todos os aperfeiçoamentos. Morosini diz que calculava em tres ou quatro mil carros de mercadorias, o que as barcas um dia por outro conduziam pelos rios e que nos

---

«Pois bem, a situação em que vos supponho, é precisamente a nossa. Eu acabo de mandar fazer a estatistica do que produz nosso commercio. Semanalmente recebemos de Milão dezesete ou dezoito mil ducados, o que perfaz por anno 900:000 ducados; de Monza 1:000 por semana e por anno 52:000; de Como 2:000 por semana e por anno 104:000; de Pavia 2:000 por semana e por anno 104:000; de Alexandria 1:000 por semana e por anno 52:000; de Tortona e de Novara 1:000 por semana e por anno 104:000; de Cremona 2:000 por semana e por anno 104:000; de Bergamo 1:500 por semana e por anno 78:000; de Parma 2:000 por semana e por anno 104:000; de Piacenza 1:000 por semana e 52:000 por anno.

«O que prova evidentemente esse resultado, é a palavra de todos os banqueiros, os quaes declaram que annualmente o Milanez tem 1:600 ducados á nos pagar. Não achaes que isso seja uma bella quinta, que Veneza goza sem lhe causar despeza?

«Tortona e Novara gastam por anno 6:000 peças de panno, que, a 15 ducados por peça, sommam 90:000 ducados: Pavia tres mil peças: 45:000 ducados; Milão quatro mil: 20:000; Como doze mil: 180:000; Monza seis mil: 90:000; Brescia cinco mil: 75:000; Cremona quarenta mil: 170:000; Parma quatro mil: 60:000; os direitos de entrada e de sahida, a um ducado por peça, produzem 200:000 ducados.

«Nós fazemos com a Lombardia um commercio avaliado em 28.800:000 ducados. Não achaes que Veneza tem alli uma bella quinta?

«A seguir vêm os cânhamos pela somma de 100:000 ducados; os

dias em que coincidia a chegada das grandes galeras e das barcas fluviaes, toda a Veneza parecia um mercado, sendo incalculavel o valor das mercadorias e generos alimenticios e que se computava em 30:000 o numéro de barqueiros e marinheiros empregados nas grandes galeras e nos *navigli fluviatili*, sem contar entre esses, os que faziam parte das guarnições dos navios particulares e da frota das galeras encarregadas de proteger o commercio contra os

---

lombardos compram-vos annualmente cinco mil milhares de algodão valendo 250:000 ducados; vinte mil quintaes de fio (ou talvez de algodão fiado), a quinze e a vinte ducados o cento, valendo tudo: 30:000; quatro mil milhares de lã da Catalunha, a 60 ducados o milheiro: 120:000 ducados; a mesma cousa de França: 120:000; estófos de oiro e de seda: 250:000; tres mil carregamentos de pimenta a cem ducados o carregamento: 300:000; quatrocentos fardos de canella, a 190 ducados o fardo: 64:000; duzentos milheiros de gengibre a 40 ducados o milheiro: 8:000; assucares taxados desde dois e tres até 1:500 ducados o cento: 95:000; outros artigos para coser e bordar: 30:000: quatro milheiros de páos para tinturarias a 30 ducados: 120:000; grãos e *endachi* (planta que serve para tinturaria): 50:000; sabões: 250.000; escravos: 30:000 ducados.

«Eu não conto o producto da venda do sal. Concordae que um tal commercio é uma bella terra. Considerae quantos navios o movimento de todas essas mercadorias entreteem em actividade, seja para leval-as á Lombardia, seja para ir buscal-as na Syria, na Rumelia, na Catalunha, em Flandres, em Chypre, na Sicilia, sobre todos os pontos do mundo. Veneza ganha dois e meio, tres por cento sobre o frete. Vêde quanta gente vive d'esse movimento: corretores, operarios, marinheiros, milhares de familias, e, finalmente, os mercantes, cujo beneficio se não eleva a menos de seiscentos mil ducados.

«Eis ahi o que produz a vossa quinta. Sois de opinião que deveis destrui-la? Verdadeiramente não; mas é preciso defendel-a contra quem a vier atacar...» (Marin Sanuto: *Vite dei Duchi*, citado por Daru).

Piratas [1]. Veneza não foi, porém, só commerciante e grande nação naval. A industria teve tambem na Republica brilhante desenvolvimento. A fundição de metaes era explorada

---

[1] No tempo do doge Thomaz Moncenigo era o seguinte o estado financeiro da Republica de Veneza:

		Receita	A descontar	Liquido
		ducados	ducados	ducados
O Friuli rendia		7:500	6:330	1:170
Treviso e o Trevisano . . .		40:000	11:000	29:900
Padua e o Paduano		65:000	14:000	51:500
Vicenza e o Vicentino . . .		34:000	7:000	26:900
Verona e o Veronez. . . .		52:000	18:000	34:000
Veneza.	150:000			
Uffizio do sal . .	165:000			
Os 8 *uffizios* que faziam deposito na caixa dos emprestimos . . .	133:000	698:500	99:780	598:720
Lucros da Camara de emprestimos.	150:000			
Terras maritimas		180:000	—	180:000
Outras receitas extraordinarias, decimas de casas e bens do dogado		25:000	6:000	19:000
Lucros de emprestimos a vista		15:000	7:500	7:500
Possessões de fóra e casas de residencia		5:000	—	5:000
O clerigo		22:000	2:000	20:000
Judeus traficando no mar .		600	—	600
» » em terra .		1:500	—	1:500
Decimas do commercio. . .		16:000	6:000	10:000
Fretes		6:000	4:000	2:000
Cambio.		20:000	12:000	8:000
		1:189:600	193:310	996:290

Marin Sanuto, citado por Daru.

nas Lagunas desde que Veneza começou a prosperar e isso permittiu que Orseolo Partecipacio enviasse doze sinos de presente a Basilio, imperador do Oriente. Não só na ilha veneziana, em que residia o governo, como nas demais ilhas notava-se uma grande quantidade de fabricas. As que manufacturavam tecidos forneciam pannos escarlates para o Levante e negros para a Italia. Essa industria não era sobrecarregada com impostos, salvo nos tempos de penuria. Aos paizes do norte da Europa iam buscar os venezianos a materia prima. Na exportação que d'esse artigo faziam para o Oriente, bem que não pagassem direitos de sahida, tinham que lutar com o similar procedente de Flandres e de França, que era mais variado e podia ser vendido mais barato, porquanto, nesses paizes, a lã estava mais a mão do industrial. A fabricação de pannos de linho occupou menos a actividade dos venezianos. O mesmo succedia com a fiação e tecelagem de algodão. Não é que a materia prima lhes faltasse. A Lombardia, a Sicilia, o Ponto Euxino, o Egypto e a Barbaria davam-lhes o linho a vontade, e na Syria, na Armenia, em Chypre e Napoles encontravam grande sortimento de algodão. Mas outros povos, melhor dotados do que elles para preparar fazendas d'essa qualidade, não permittiram que esse ramo da industria textil ganhasse maior florescimento. O

fabríco da seda não era mais, no seculo XII, monopolio do Levante: a Italia, a Provença, e, mesmo, o Norte da França a trabalhavam. Ao principio Veneza não podia rivalizar nessa industria com Genova e a Sicilia. A conquista da Moréa, porém, proporcionou-lhe ao mesmo tempo seda e operarios. Nos seculos XIV e XV, as manufacturas de sedas venezianas tinham fama em toda a parte. Os seus bellissimos estófos, os seus brocados de oiro, os seus velludos e esses esplendidos damascos vermelhos, usados como decoração nos palacios e castellos europeus, eram fontes de magnificas receitas. A emigração de varias familias de Lucca á Veneza, e que eram mestres nessa industria, foi a força que impulsionou o desenvolvimento de todas essas fabricas. Para fixar nas ilhas essa gente, o governo concedeu-lhe um quarteirão e casas para montar officinas e o direito de burguezia. Promulgaram-se regulamentos com o intuito de proteger essa industria e esse commercio. Os fabricantes de seda formavam uma corporação particular, que examinava e registrava cada qualidade de estófo e regeitava os que eram defeituosos.

A sahida da seda bruta estava prohibida. Os tecidos de seda destinados á exportação maritima eram estampilhados para serem facilmente reconhecidos. Os mercantes não podiam importar sedas extrangeiras, como já referimos,

excepto quando o *stock* nacional em fabrica não chegava para attender aos pedidos de além-mar. Os registros antigos mencionam os seguintes tecidos venezianos: ormezins, tafetás, laminados de oiro e prata, chamalotes altos e baixos, damasquinados, setins, setinetas, etc. Quem ardilosamente desencaminhasse para alistar os operarios que trabalhavam nas manufacturas de seda, era severamente punido. Concedia-se privilegios durante dez annos aos industriaes que inventassem novos processos para a fabricação das sedarias. E o commercio d'esse artigo com o exterior só era permittido a cidadãos venezianos, maiores de dezoito annos [1]. Os venezianos tinham officinas de armas e armaduras e nos registros encontram-se licenças concedidas pelo governo para a exportação d'esse producto industrial. Diz Depping, que duas ruas de Veneza, a da *Spaderia* e a da *Trezzaria*, eram habitadas por armeiros. O vidro em obras constituiu e con-

---

[1] Depping.

A industria tendo florescido em Veneza, o governo tratou de favorecel-a, proporcionando-lhe a baixo preço e em grande escala a materia prima nos paizes nos quaes vendia artigos do Oriente. Assim, mandava assucar á Londres e com o preço d'esse comprava lãs inglezas; nos Paizes-Baixos trocava especiarias e drogarias contra os productos do norte, e, os navios no regresso carregavam em Cadiz tantas mercadorias quantas tinham importado d'essa ultima praça para Flandres. Elles podiam tambem relaxar na ilha de Maiorca, onde havia um entreposto de lãs da Barbaria e ahi tomavam um carregamento completo. (Scherer).

stitue ainda uma das principaes industrias dos venezianos. E' possivel que nos seculos X e XI existissem já em Veneza fabricas de vidro, mas seriam então pouco productivas. Era o Oriente quem fornecia esse artigo ao Occidente nessa epocha e foi alli que os venezianos foram aprender os segredos da sua feitura. Por occasião da tomada de Constantinopla, elles trataram de chamar ás Lagunas os vidreiros byzantinos, os quaes conseguiram dar extraordinario desenvolvimento á essa fabricação. Marin dissertando sobre a dita industria, informa que o governo sempre considerou a preparação do vidro uma preciosidade. Uma porção de medidas foram tomadas para augmentar, aperfeiçoar os trabalhos e possuir tanto quanto possivel um escoadoiro exclusivo nos paizes vizinhos como nas mais longinquas regiões [1]. A fim de evitar incendios, o *Maggior Consiglio* prohibiu que houvesse fornos para vidros na cidade, a menos que o vidreiro não fosse o proprietario da fabrica e determinou que os industriaes tivessem suas officinas de vidraria em Murano.

Em 1292, porém, essas disposições foram modificadas e o dito *Consiglio* auctorizou que se construissem pequenos fornos dentro da cidade para o preparo de objectos miudos e

[1] Gerspach: *L'art de la verrerie.*

fundição de vidro colorido, contanto que esses estabelecimentos estivessem isolados das casas. Marco Polo, que percorreu a China, a Persia, as Indias, Sumatra, Java, Madagascar, Abyssinia, o Egypto e toda a bacia oriental do Mediterraneo, contribuio poderosamente pela narrativa de suas viagens, em que itinerarios eram traçados e informações commerciaes consignadas, a fornecer a seus compatriotas todos os meios de explorarem o gosto dos povos orientaes e africanos pelas missangas, lentejoulas e pedras preciosas falsas. Esse commercio deu lugar a um grande desenvolvimento da *arte del margaritaio*, isto é, da imitação de gemmas, que na epocha se chamavam *margaritas* e derivavam do nome *margaritii* dado na antiga Roma aos joalheiros [1]. As perolas de vidro veneziano constituiam uma especie de moeda

---

[1] Foram dois operarios vidreiros, Christoforo Briani e Domenico Miotto, que, conseguindo achar os processos que na antiguidade se empregavam para colorir o vidro, imitaram as pedras preciosas.

No *Statuto di Murano*, organisado em 1502, estavam codificados os privilegios politicos, commerciaes e municipaes d'essa ilha. Os habitantes de Murano tinham o titulo de cidadãos originarios de Veneza, e podiam aspirar ás primeiras magistraturas da nação. Havia alli um «Livro de oiro» para registro das familias do lugar; era-lhes permittido cunhar moeda na «Zecca» de Veneza; aos *soprastanti* (fiscaes) das fabricas de vidro incumbia occuparem-se das fontes, ruas e canaes de Murano. Só os filhos dos proprietarios d'esses estabelecimentos industriaes ou os chefes de officinas, podiam montar outros analogos. Aos vidreiros era permittido trazer duas facas em uma só bainha. As filhas dos donos de fabrica podiam casar-se com um nobre veneziano e os oriundos d'essa descendencia conservavam seus titulos de nobreza. (Gerspach).

corrente na Nubia e em outros lugares da Africa onde circulavam para pagamento de mercadorias. Em outros ramos da fabricação do vidro, Veneza ganhara fama tambem. Os seus chrystaes de fantasia, de adorno e os seus serviços de mesa, os seus espelhos, as suas magnificas *luas*, os seus *lustres*, os seus esmaltes para o mosaico e para a bijouteria, e os seus vasos *millefiori* eram procurados para decorar palacios e cathedraes. Referindo-se a Murano, o historiador veneziano Sabellico que viveu no seculo XV dizia: «Ella é sobretudo celebre por suas fabricas de vidro... o genio humano emprehendeu dar á materia mil côres variadas e innumeraveis fórmas: d'ahi, calices, frascos, cantaros, *lebetes*, *cadi*, candelabros, animaes de toda especie; *cornua*, *sequienta*, *monilia*; d'ahi todas as elegancias humanas; d'ahi tudo quanto póde encantar os olhos dos mortaes, e tudo quanto a vida teria apenas o direito de esperar. Não ha especie de pedra preciosa, que a industria do vidro não tenha imitado. Leve combate entre a natureza e o homem!...» [1]. Afim de conservar o uso exclusivo da fabricação do vidro, a Republica instituira penas severas contra os operarios que pretendessem transportar sua arte para paiz extrangeiro. Se algum d'elles se expatriava,

[1] Sabellico citado por Gerspach.

*

ordem lhe era dada para voltar e se não obedecia mandavam prender as pessoas que de mais perto lhe pertenciam. Se, apezar do aprisionamento dos seus parentes, das promessas de perdão e de lhe procurarem um estabelecimento em Veneza, o operario teimava em não regressar á Patria, encarregava-se um emissario de matal-o e só apóz sua morte, os de sua familia eram postos em liberdade [1]. Os calháos silicosos do Tessino, os saes de soda e de potassa, que os navios venezianos iam buscar a Syria e a Hespanha forneciam a baixo preço os elementos de vitrificação mais perfeita á Veneza. Os regulamentos a que a Republica submettia a industria do vidro não impediu que essa se aperfeiçoasse. Andrea Viadore trouxe adeantos á arte de soprar o vidro; Vincenzo Roder imaginou os primeiros espelhos, que, posteriormente, Liberale Malta tornou mais bellos. Uma outra industria que Veneza quasi monopolisava era a da preparação da cera, que fornecia aos Estados christãos. A materia prima era importada das ilhas gregas, dos portos da Italia e tambem de regioes affastadas como as do Rio Negro. Ninguem, como os venezianos, trabalhava com tanta habilidade essa substancia

1 Blanqui: *Histoire de l'economie politique*; Daru; Gerspach. — *Obras citadas.*

«seja pela qualidade do ar e das aguas das Lagunas, seja por causa da posição singular de uma ilha isolada e inacessivel ao pé do continente; em nenhuma outra parte a cêra tinha a brancura das fabricas venezianas, que, tornada brilhante, tomava todas as fórmas pedidas pelo luxo das côrtes e pelas necessidades e usos da igreja» [1]. As drogas medicinaes, que vinham do Oriente, eram aproveitadas pelos pharmaceuticos venezianos para a preparação de medicamentos, sempre empregados pelos Esculapios da epocha e afamados por seus effeitos. Veneza explorava tambem com certa vantagem o fabríco do sabão, de perfumarias, do marmore e mosaico em obras, das filigranas de oiro e prata. Uma outra industria que floresceu na Republica foi a de salgar e fumar o peixe, que elles pescavam não só nas aguas do Adriatico como nas do mar Negro e mar de Azof. A conserva do atum e da sardinha era conhecida havia muito tempo nas costas da Dalmacia e em Comacchio. Foi a imitação dos usos da antiga Roma que levou os venezianos a reunir as artes em collegios ou corpos de officios. Nos annos 932 e 944, a proposito de um rapto de mulheres venezianas, é questão de uma confraria de *Casselleri* ou fabricantes de cofres. Entretanto, é só nos seculos XIV

[1] Depping.

e XV que essas corporações se reorganisam com um fim especial e obedecem a estatutos que são denominados *Mariegole*. Essas associações operarias, diz Molmenti, ora contribuiam para o desenvolvimento das instituições politicas concorrendo ás urnas ou ás assembléas geraes; ora faziam sahir os cidadãos em armas para fornecer remeiros aos navios equipados com uma rapidez admiravel; ora essa nobre intrepidez acalmava-se nos santos pensamentos da fé e fazia surgir cathedraes e basilicas. As corporações foram uma especie de valvulas de segurança para o governo, quando o povo excluido da administração publica, nellas encontrou o meio de exercer sua actividade. Os officios estavam sugeitos a iniciação e ninguem os podia praticar sem ser matriculado. Ao principio algumas luctas deram-se entre a nobreza e os operarios, mas por ultimo, estes tornaram-se mantenedores da ordem. Muitos dos membros d'esses collegios enriqueceram e deixaram por testamento a essas associações seus bens, o que permittiu que ellas fizessem bellas construcções, decorassem as igrejas e dessem grandes esmolas. Algumas artes formavam uma só corporação, outras se subdividiam em muitos ramos. Em certos corpos de officios entravam só os patrões, em outros os obreiros. O numero dos associados não tinha limites. Elles reuniam-se em epochas

determinadas e aproximadas. A sua direcção compunha-se do *gastaldo* ou *bancale*, que era o chefe, do *vicario*, que o substituia, de dois ou mais conselheiros *(compagni)*, de um *caixa*, de um *recebedor*, de *syndicos* e de um ou varios *taxadores*, para distribuição dos cargos. Os impostos que tinham de pagar os associados eram de tres ordens: a *luminaria*, taxa annual, o *taglione*, taxa de capitação cobrada pelo governo, e a *insensivel*, contribuição sobre o producto do trabalho e que assim era designada pela sua exiguidade [1]. A idade permittida para ingressar em uma corporação de artes e officios era a de doze annos. O *garzone* era obrigado a um stagio de cinco a sete annos, decorridos os quaes o admittiam como operario. Este, depois de dois ou tres annos, podia passar a patrão e se estabelecer, se um exame o julgasse apto para tal. As antigas *mariegole*, diz Molmenti, de quem tomamos essas informações, estavam sujeitas a leis rigorosas e sabias. Assim, em sua assembléa de 1227, prohibia-se aos pescadores de venderem peixe em sua casa; os inspectores deviam ir diariamente inspeccionar os mercados do peixe e convocar duas vezes por anno seus confrades para ler-lhes os estatutos. Quem quizesse vender peixe pelas ruas e canaes da

1 Molmenti. — *Obra citada.*

cidade, tinha que entrar nas confrarias e jurar observar os regulamentos. As corporações eram tambem sociedades de socorros mutuos para os que d'ellas faziam parte; os seus membros doentes ou invalidos pela velhice eram pensionados, e ao mesmo favor tinham direito, a viuva e os orphãos deixados em condições precarias. Cada officio mantinha a sua custa um hospital. Nas festas religiosas, as confrarias compareciam em procissão sendo precedidas pelo arauto da que se intitulava *Universitá dei Mercanti.* Assim, apezar da estreiteza de certos regulamentos, a *Mariegole* praticava muitos dos actos de previdencia e de economia social, que as mais adeantadas civilisações do seculo vinte empenham-se em realisar. A mendicidade, que é uma verdadeira calamidade para algumas populações e se ostenta nas ruas de certas cidades, a maior das vezes especulando a piedade dos transeuntes, não se conhecia em Veneza. Considerava-se infame quem por preguiça esmolava. Se nem todos os venezianos eram ricos, a pobreza era decente e encontrava sempre, onde, pelo seu trabalho, tirar os meios de subsistencia. A cultura das vinhas, a pesca, as diversas industrias, o commercio, a marinha, davam emprego a todo o mundo. O Estado protegia a velhice sem humilhal-a. Uma lei do Conselho dos Dez, datada de 1443, determinava que os venezianos

pobres, a quem a sua idade não *permittia mais navegar*, podessem fazer-se mercantes de comestiveis, para a *mantença de sua velhice e a de sua familia*; e preconisava que os *jovens deviam entregar-se á navegação e gastar seus annos no mar, como tinham feito seus pais e seus avós* [1]. Na população de Veneza contava-se grandes familias oriundas de antigos grãos-senhores, que se tinham vindo estabelecer no paiz desde os primeiros tempos das emigrações para as Lagunas, outras de individuos que se tinham enriquecido, nobilitado e constituido castas com tantas pretenções, como as primeiras, querendo pezar nas deliberações governamentaes e aspirando aos primeiros cargos da magistratura official. Ao lado d'essa aristocracia havia o povo cuja *elite* podia tambem tomar parte na administração do Estado, sob a acção predominante dos nobres. Para ser considerado cidadão *de direito*, em Veneza, era preciso ser natural d'alli, descendente de cidadão e não ter exercido nenhuma arte mecanica. Os cidadãos pertenciam a duas cathegorias, os *de dentro*, a quem era permittido acceitar certos empregos na cidade e os *de dentro e de fóra*, que tinham o direito de navegar sob a protecção do pavilhão de S. Marcos e de traficar nas feitorias e

---

1 Molmenti.

escalas do commercio veneziano com os privilegios que fruiam os mercantes da Republica. Veneza concedia ainda a nacionalisação aos filhos de extrangeiros, nascidos nas suas ilhas e que as habitavam um certo numero de annos. Essa mesma vantagem gozavam os naturaes de outros paizes, que residiam na cidade durante um largo prazo ou que alli permanecendo dois annos apenas, tinham com suas familias supportado todos os encargos publicos[1]. O titulo de cidadão de Veneza, assim outorgado ao extrangeiro, contribuiu bastante para um movimento immigratorio e infundiu na Republica um constante sangue novo a essa nacionalidade, o que lhe revigorou a raça tornando-a mais energica e mais activa. Essa naturalisação proporcionava largos beneficios aos mercantes, filhos de outras regiões, porquanto Veneza tendo o sceptro dos mares e concluidos varios tratados com os soberanos de diversas nações, os seus cidadãos tinham a protecção da Republica, onde quer que se achassem, e

---

[1] Molmenti.

Como vimos a legislação veneziana era muito dura aos extrangeiros, em materia commercial. Só os cidadãos, filhos da Republica, podiam embarcar nos navios do Estado. O extrangeiro pagava direitos aduaneiros muito mais elevados do que os venezianos, e estava prohibido terminantemente aos nacionaes se associarem com subditos de outro paiz. Diz Blanqui, que os povos da Italia perdoaram entretanto aos venezianos essa intolerancia commercial, em razão do preço moderado porque vendiam suas mercadorias.

todas as facilidades das franquias e reducções de impostos, que aquella soubera incluir para os seus nas convenções negociadas. Houve um tão grande pedido de cartas de naturalisação, que foi preciso limital-a um pouco, no seculo XIV e determinar-se que tal favor não seria concedido senão depois de examinada e approvada a petição do candidato por seis conselheiros, por tres chefes, por trinta e dois membros da Laurentia e por dois terços do Grande Conselho [1]. As primeiras leis da Republica foram naturalmente calcadas sobre o direito romano e mais tarde modificadas, de modo a se adaptarem ás necessidades e caracter da nova sociedade que se ia formando. Entretanto só do seculo XI por diante é que existem documentos referentes a questões de direito. Assim, a que se refere á propriedade estava sabiamente regulada desde essa epocha. Quem tivesse fortalecido e cultivado alguns pedaços de terra disputando-os ao mar, ficava seu legitimo dono. Nos archivos do Estado encontra-se mencionado um contrato de compra e venda estipulado entre um Senhor Giovanni Venerio e muitos co-proprietarios, de uma terra em Chioggia, de uma parte, e um senhor Domenico Gradenizo da outra, limitando dita propriedade, determinando o uso de uma pas-

---

[1] Molmenti.

sagem e a multa de cinco libras de oiro em caso de evicção [1]. A *Promissione del Maleficio* foi a primeira lei promulgada pelo doge Orio Malipiero em 1181. O assassinato era punido com a morte do assassino e o ladrão marcado com um ferro em brasa e vergastado, ainda mesmo que o roubo fosse de poucos vintens. Se reincidia arrancavam-lhes os olhos. Quando a somma roubada era de certa importancia, condemnava-se a forca o criminoso. Veneza desde muito cedo praticava o censo, e o seu primeiro cadastro regular data de 1171, anno em que a Republica começou a taxar os immoveis e instituiu o Banco Publico do Estado. As associações commerciaes em Veneza chamavam-se *compagnies* e ao constituirem-se deviam fazer uma declaração *nos sopra banchi.* O associado, em quanto matriculado no registro se solidarisava com quem empregava sua firma. As sociedades denominadas *colleganze* ou *rogadie* eram as em que se dava dinheiro a alguem para fazel-o render

[1] Archivos do Estado Veneziano, citados por Molmenti.

Como para a garantia de propriedades e actos de compra e venda, havia toda uma legislação para successões, hypothecas, cessões de bens, locações, etc. Nos referidos archivos do Estado cita-se varios contractos de emprestimos. Carlota de São Julião tendo recebido a titulo de emprestimo, por 6 mezes, vinte dinheiros de Verona, de um Senhor Giovanni, tintureiro residente em San Basso, compromette-se a pagar-lhe quatro de juro e respondo pelo capital com a garantia de uma casa de madeira por ella habitada.

em seu nome, e nellas as relações juridicas tinham lugar entre os associados. O associado era obrigado a dar conta de sua gerencia ao commanditario e este podia fazer-lhe prestar o juramento, o capitalista não sendo responsavel mais do que até a concorrencia da somma com que entrara para a exploração de um negocio [1]. O Estado auctorisava, por via terrestre, a introducção de productos francezes, mas as mercadorias levantinas destinadas ao mercado oriental não podiam ser transportadas por aquella via. Diz Marin, no tomo v de sua *Storia Civile e Commerciale dei Veneziani* que um decreto do *Grande Consiglio*, promulgado no seculo XIII, referente ao commercio de Veneza com a Provence e o Languedoc, e datado de 1272, auctorisava todos os venezianos a irem livremente, sem pagar direitos ou taxas, á Marselha, a Montpellier ou Aigues-

---

1 Molmenti.

A maior parte das emprezas, que se organizaram na idade media, excediam os recursos e forças de um homem isolado. Para que triumphassem era preciso, ao mesmo tempo, preparar na Europa o fabríco dos estófos, dos coiros e dos outros objectos de permuta, assegurar os escoadoiros das especiarias e de outros generos de importação e no Oriente a compra das mercadorias do Levante e a venda dos tecidos europeus e exigindo essas cousas os cuidados dedicados de um chefe de feitorias: este não podia ser menos do que um associado. (Irignate).

Ao alvorecer do seculo XVI, Veneza conta já entre seus funccionarios os cinco *Savi alla Mercanzia*, magistrados especiaes encarregados das medidas a tomar a respeito do commercio, da navegação e da industria. (Molmenti).

Mortes levando qualquer mercadoria fabricada em Veneza ou oriunda do Levante, da Romelia, da Sclavonia e depositada nos armazens da Republica. «Elles poderão, determina o decreto, fazer essas expedições e viagens todas as vezes que lhes approuver. Se das costas do sul da França quizerem transportar-se ás feiras de Flandres ou á outras regiões e se trouxerem fazendas brancas, equivalentes ás mercadorias exportadas de Veneza, estas serão isentas dos direitos de entrada; e se em vez de levar esses tecidos para Veneza, o mercante quizer introduzil-os na Barbaria, na Romelia ou em outros pontos, é preciso que se conforme aos costumes alli estabelecidos para o commercio dos venezianos; mas os que se dirigirem a ditos lugares, não poderão, sob nenhum pretexto, pôr suas mercadorias em leilão. Isso só poderá ser feito em Veneza. Se por acaso a Republica fosse fechada ou interdicta ao mercante, ella lhe seria aberta para esse fim, mas em nenhum caso elle poderá tornar a trazer e introduzir em Veneza oiro e prata amoedadas ou letras de cambio, sob pena da perda de uma quarta parte». Commentando esse decreto, o investigador francez Depping assim se exprime: «Nos tempos modernos, em que a liberdade commercial é melhor entendida do que então pelos patricios de Veneza, faz-nos sorrir essa auctorização concedida pelo

Grande Conselho aos burguezes para irem livremente ao Levante, á França, a Flandres, levar mercadorias. Parece que essa auctorisação era bem superflua, mas a nobreza, tendo a burguezia encadeada, queria fazer considerar o exercicio dos direitos de mais valor como uma concessão, um beneficio da oligarchia. Esse governo desejava a prosperidade da patria; mas para tornal-a florescente sacrificava a liberdade dos cidadãos; era preciso que tudo, até a servidão, concorresse a esse grande fim». O Estado determinava que os negociantes, que fosssem mercadejar em França e Flandres, trouxessem, em vez de dinheiro, mercadorias, e para as fazendas procedentes d'esse ultimo ponto dava franquia no que tocava a importação. Aos patrões dos navios recommendava-se que trouxessem ferro, estanho, chumbo, mas nunca oiro ou prata amoedados ou letras de cambio, como producto de venda dos artigos que levavam para negocio, o que é inteiramente o inverso do que hoje se faz [1]. Marin acha que essas restricções, que o patriciado veneziano impunha ao livre desenvolvimento da industria e do espirito commercial da burguezia, denotavam grandes vistas politicas. O governo pretendia alimentar a industria com a propria industria. Quando

[1] Depping.

as mercadorias chegavam a Veneza, elle empenhava-se em que fossem exportadas para outros paizes, e se, por sua vez, estes fornecessem mercadorias de boa qualidade ou tivessem productos uteis ás fabricas, exigia que os navios, em vez de dinheiro, trouxessem essas producções e mercadorias extrangeiras, afim de ter sempre nos mercados da capital um *stock* de objectos para o commercio do Levante e uma provisão de materias primas para as manufacturas venezianas [1]. Desde muito cedo, os venezianos instituiram feiras em Roma, Pavia e em outros pontos. No seculo XI, as solemnidades religiosas fizeram com que ellas se multiplicassem nos Estados Venezianos. A Igreja e o Governo as favoreciam. As festas nos templos, os milagres que costumavam se dar, as graças que concedia o pontifice, attrahiam a esses lugares, nacionaes e extrangeiros. Com os peregrinos vinham os mercantes. E todos ganhavam, os crentes indulgencias e o commercio bons negocios. No seculo XIII, os venezianos inauguraram exposições de mercadorias. A creação do primeiro Banco de Depositos e Descontos é disputada como uma de suas glorias economicas por genovezes e venezianos. Em 1171, ao começar o governo do Sebastião Ziani, a Republica achava-se dema-

1 Marin.

siado enfraquecida. A perfidia de Manoel Comméne, que com um ferro em braza furara os olhos do grande Henrique Dandolo, então embaixador de Veneza em Constantinopla, não teve da parte do doge um acto de vingança contra o imperador byzantino; ao contrario, o chefe da grande Republica preferiu a paz, porque só essa poderia salvaguardar os interesses commerciaes dos venezianos no Levante. Sentindo sua decadencia, Veneza não encontrou outro meio para fazer florescer suas finanças senão o de recorrer a um emprestimo forçado sobre a fortuna mobiliaria e immobiliaria, que os seus possuidores eram obrigados a declarar[1]. Parece que os venezianos procuraram de algum modo defraudar a lei do Estado, porque este não se conformou mais com as declarações que aquelles faziam e nomeou funccionarios para taxar cada contribuinte, que não seguisse o exemplo dos cidadãos das pequeninas republicas da Allemanha, que Machiavelli cita com tanto enthusiasmo e aos quaes a lei tinha imposto dar ao Thesouro nacional, dois, tres ou quatro por cento, como garantia do hypothecado

[1] Em 1187, um outro acto do governo deu em garantia o rendimento do sal e o producto da Casa da Moeda durante doze annos, por um emprestimo feito á Republica por cidadãos, a cuja frente estava o filho do doge Sebastiano Ziani, e que se inscreveu por mil libras. Esse emprestimo era voluntario. (Daru).

a Nação. Os credores reunidos em um *Monte*, ou entidade moral, gozavam dos beneficios do capital emprestado, segundo a parte com que cada um entrava. Os titulos emittidos para substituir as sommas desembolsadas, eram acceitos pelos particulares e negociados como se fossem valores commerciaes. O *Monte* recebia tambem dinheiros em deposito e tinha um livro em conta corrente para os depositantes. O credito, que cada qual tinha alli, se podia traspassar no todo ou em parte, a outros, como se fosse metallico. Isso facilitava os pagamentos. Por uma simples transferencia de credito, o commercio obtinha uma triplice vantagem: maior facilidade e segurança nos pagamentos, evitando o incommodo e o risco do transporte da moeda metallica, estabilidade maior no valor d'esta, que soffria então grandes oscillações, e economia de toda a parte do metal que se gasta ou se perde na circulação. Na Caixa dos Depositos, o dinheiro era recebido por seu valor intrinseco. Foram pois os emprestimos forçados a origem dos Bancos em Veneza [1]. Em 1382, em 1433 e em outros annos ainda, esses emprestimos serviram de recurso ao Estado, mas em 1520, o juro d'essas sommas, assim arrecadadas, foi

---

[1] Os venezianos instituiram Bancos na Suissa, em Londres Bruges, etc.

reduzido a 2 %. A unidade ideal, senão effectiva, da moeda veneziana foi a libra, dividida em vinte vintens e estes em doze dinheiros, mas o valor sendo movel e convencional, são insuperaveis as difficuldades para saber o que as moedas representavam nas diversas epochas. Os *dinheiros imperiaes* mais antigos, usados em Veneza, são os dos imperadores Luiz e Lotario (814 e 886) e valiam 32 grãos, e, por conseguinte, a libra de vinte vintens: 6:880 grãos; os de Henrique o Santo, Conrado e Henrique IV, eram mais fracos. Ignora-se, se taes moedas se cunhavam no continente ou nas ilhas [1]. Assim, a primeira moeda que se póde chamar verdadeiramente veneziana, é o *marcuccio* ou *pequeno dinheiro*, mandado cunhar pelo doge Vitale Michieli. Seu peso variava entre 12 e 19 grãos. Sebastião Ziani cunhou um outro dinheiro semelhante, em prata, chamado *piccolo* e que pesava 6 grãos. A primeira moeda conhecida, de certa importancia, foi o *matapane* de Henrique Dandolo (1192), em muito boa prata, do peso de quarenta e dous e ½ grãos e do valor de 26 pequenos dinheiros. Dez *matapani* formavam a lira *grossa* [2]. No seculo XIII decretou-se o *ducado de oiro* e depois o *sequim*. Em 1330 cunhou-se o *gino-*

---

1 Daru.

2 Padovan: «*Le monete dei Veneziani*» citado por Molmenti.

*

cchiello, ou *cenoglelo*, moeda de prata de 16 grãos e que valia de 16 a 18 *piccoli*, e, mais ou menos na mesma epocha, o *mezzanino*, peça do valor de um vintem e meio. O *grossone*, uma outra moeda do tempo de Francesco Foscari, pezava oito vintens. O *mezzo bagattino* de Miguel Steno, moeda de liga, correspondia a $^1/_{24}$ de vintem; o *quattrino* valia $^1/_4$ de vintem e o *bagattino* um meio [1]. A primeira *lira effectiva* data de 1472 e pezava 126 grammas, das quaes 120 eram de prata fina. A *lira grossa de imprestidi* dividia-se em vinte vintens, o vintem em 12 *grossi* e o *grosso* em 32 *piccoli*. A lira de Banco instituida em 1585, maior que a precedente, valia 10 ducados, e. mais tarde, esse valor foi mais de uma vez alterado. As *libras de oiro*, segundo uns, eram em barras, e, segundo outros, amoedadas. Diz Molmenti que deviam ser liras, cujos dinheiros eram representados por moedas de oiro e que o mesmo se daria com as *libras* de prata [2]. A grande Republica mercante e aristocratica do Adriatico, em que se transformou a aldeia dos primeiros *Veneti*, vendedores de peixe e exportadores de sal, e que soube pelo desenvolvimento que deu ao seu commercio e á sua industria amontoar tantas riquezas nas

[1] e [2] Padovan, citado por Molmenti.

mãos de seus cidadãos, fez tambem sahir das lagunas uma joia de arte, essa cidade unica no mundo pela sua originalidade e serena belleza, em que collaboraram architectos e pintores de genio levantando e decorando palacios e cathedraes, os quaes o mar com suas ondas azues beija com volupia os pés completando magnificamente o quadro. Nessa magestosa decoração realisavam-se festas maravilhosas, em que os venezianos ostentavam sua riqueza privada e os productos variadissimos, que collocavam no mercado do mundo. O que fez a força de Veneza contribuiu depois para sua decadencia porque o progresso não pára, está sempre em marcha.

A humanidade deve seguir a evolução e formar seus processos, que explendidos hontem, hoje pódem não servir mais. Durante os seculos do florescimento de Veneza, a Republica esforçou-se politicamente por estabelecer uma constituição aristocratica, que contribuisse á impedir uma dictadura; e commercialmente empenhou-se em estender as suas relações com o extrangeiro, abrindo continuamente novos mercados ao amparo das concessões e dos privilegios, que seus embaixadores conseguiam dos soberanos dos paizes com que tratavam para que os mercantes venezianos pudessem livre e seguramente adquirir productos naturaes e vender artigos manufacturados. Em

suas convenções commerciaes visaram sempre manter a sua supremacia e aniquilar por completo, se possivel, a influencia dos outros povos que com elles concorriam no terreno economico. A memoravel rivalidade entre Veneza e Genova, a unica potencia maritima que possuia elementos para disputar-lhe o brilho, teve por causas interesses mercantis. Como a Grã-Bretanha modernamente, Veneza quiz ter em suas mãos todos os mercados do mundo medievo. «Começando pelo livre cambio, que transformou uma aldeia de pescadores em potencia maritima, escreve Adam Wiszeniewski, os venezianos, com o fim de proteger suas fabricas, foram protecionistas, e continuaram esse regimen prohibitivo mesmo quando estas se tinham desenvolvido. Elles commetteram a falta de perseverar nesse systema, que lhes teria aproveitado com uma hegemonia italiana, mas que a pequenez do seu territorio tornava pernecioso, porquanto um tal systema não póde nunca ser mantido pelos pequenos Estados contra os grandes [1]. Se Veneza tivesse seguido e podido cumprir o que lhe aconselhava Sanuto, isto é, a conquista do Egypto para antepol-o a propria India, teria livre o caminho para a Africa, riquissima de oiro e de prata, e para a Arabia, opulenta

[1] Adam Wiszeniewski: *Histoire de la Banque de S. Georges*

em perfumes e aromas, e assim poderia tambem pôr a India em communicação com o Mediterraneo por via do Mar Vermelho unido ao Nilo. Então era bem possivel, ou quasi certo, que o sceptro do commercio das Indias Orientaes não tivesse cahido de suas mãos. A descoberta do immortal navegador portuguez Vasco da Gama trouxe a decadencia da grande Republica do Adriatico deslocando-a do centro do mundo commerciante. Foi com verdadeira angustia que os venezianos acompanharam a marcha das emprezas dos Portuguezes e liam os relatorios dos seus embaixadores em Hespanha e Portugal informando-os de que as frotas lusitanas continuamente entravam em Lisboa abarrotadas de mercadorias indianas, que seus armadores tinham a vantagem de compral-as em primeira mão e de conduzil-as ao Tejo por mar, o que as barateava [1]. Assim as nações europeas foram pouco a pouco deixando de comprar especiarias aos venezianos para surtirem-se em Portugal, em uma casa florentina estabelecida em Lisboa, que armava tambem navios para acompanhar as frotas portuguezas. O rei lusitano D. Manoel, que era amigo dos venezianos, lhes propuzera que vies-

---

[1] As especiarias tinham encarecido tanto em Veneza, que o que antigamente custava um ducado passou a valer 60 e mesmo 100 ducados. (Romanin, citado por Heyd).

sem buscar as drogas que necessitavam para seu commercio a capital do seu reino, onde seriam bem acolhidos, comprariam as mercadorias por menor preço e não pagariam imposto [1]. Veneza, porém, recusou esse offerecimento, não querendo sugeitar-se a uma posição secundaria, ella que fôra o grande entreposto commercial do mundo medievo. Essa Republica preferiu intrigar junto do sultão do Egypto e incital-o a usar de toda sua influencia na India para fazer com que os principes indianos, amigos dos portuguezes, se lhes tornassem hostis, impedindo assim todas as relações mercantes d'estes alli, pelas difficuldades que então se lhes opporia. Mas tudo foi em vão. A hora do desapparecimento de Veneza, senhora dos mares e do commercio tinha soado. Como rainha dos mares, como cidade mercante, impondo sua vontade de ferro e o dogma de suas leis economicas a nacionaes e extrangeiros e tambem como notavel centro de industrias, Veneza abdicava todas as suas grandezas; mas não abdicava seus encantos e continuava a ser a perola da Italia. Não ha alma de sonhador ou de poeta que se não emocione e se não sinta fascinado por essa placida e serena Veneza de hoje, recanto do Paraizo, onde tudo convida ao repouzo, á meditação e a bondade.

---

[1] Heyd.

CAPITULO IX

Florença

I A origem de Florença.—Primeiros agrupamentos da sociedade florentina.—Caracter batalhador dos toscanos.—O *Podestá*.—Guelfos e Gibelinos.—O governo do *Primo Popolo*.—Primeiros tratados de Florença com Pisa, Bolonha, Faenza, Siena e Genova.—O governo gibelino.—Os *Buoni uomini*.—A quarta constituição.—II A Calimala.—Os Umiliati.—Os Estatutos das Artes.—Os Banqueiros e suas operações financeiras em varios paizes.—Rivalidade entre as Artes maggiori e minori.—Instituições para emprestimos a particulares e ao Estado.—III Os Florentinos na Italia Meridional.—As *Compagnie*.—Negocios bancarios e commerciaes no reino dos principes de Anjou.—Pactos de Florença com Pisa.—Marinha mercante florentina.—Commercio da Republica toscana com o Egypto e os soberanos da Barbaria.—O florim de ouro.—A *Mercanzia*.—IV Costumes e usos dos Florentinos.—Leis sumptuarias.—Legislação.—Estatistica.—Orçamentos.—O commercio e industria das Communas de Ancona, Milão, Padua, Siena e Bolonha.

Por ser a ultima a entrar no numero das cidades commerciaes que se celebrisaram na idade media, Florença não foi das menores. Essa republica de mercantes,—apezar de viver na contínua agitação dos partidos, que almejavam o poder, nas conjurações que tratavam de destruir rivalidades e nas tyrannias que amordaçavam iniciativas,—consegue independisar-

se, firmar sua individualidade politica, fazer-se respeitada e temida de outros povos, dando a nota de seu valor nos pontos em que economicamente, concorria.

E cousa mais admiravel ainda, é nessa sociedade de negociantes de pannos e de banqueiros enriquecidos, que surge a Renascença nas artes e nas lettras, que Dante e Petrarca cinzelam seus mais elevados poemas; que Boccaccio tece a sua prosa fina e brejeira; que Cimabue e Giotto immortalisam na tela as suas concepções geniaes e Miguel Angelo tortura o marmore para arrancar-lhe estatuas vivas e de belleza sem par! A origem de Florença é bastante obscura. Como para muitas outras cidades, a lenda tenta explicar seu remoto passado. Dos escriptores antigos, Strabão não a menciona, mas Tacito, Plinio e Floro a ella referem-se. Ha quem attribúa sua fundação a Julio Cesar, outros a Augusto. Que ella tenha sido colonia romana, ninguem põe em duvida. O Professor Pasquale Villari diz: que nessa epocha, Florença tinha a configuração de um *castrum* (um quadrado), cortado por duas grandes ruas, perfeitamente orientadas, que se encontravam formando angulo recto e a dividiam em quarteirões. As descobertas archeologicas ultimamente alli realisadas provam isso. Entretanto, parece, que antes dos romanos existia uma colonia mais antiga do que a d'estes e que lhes ser-

viu de nucleo. Perrens affirma, e, antes d'elle Machiavelli, que foram os etruscos os que para as necessidades do seu commercio, por occasião da lucta que sustentavam contra Roma, construiram, á margem direita do Arno, duas casas, as quaes, mais tarde, outras se juntaram e acabaram por constituir uma aldeia de uma certa importancia, e que assim nascera Florença. Os Barbaros a devastaram mais de uma vez, porque a encontravam no seu caminho, quando se dirigiam á Roma. A vinda de Carlos Magno trouxe melhores tempos. O chronista Villani chega em seu enthusiasmo por esse resurgimento de ordem e tranquillidade, a deixar divagar sua imaginação dizendo que a Communa florentina foi constituida por aquelle soberano, cousa que aconteceu muitissimos annos depois.

Aos Francos, succedem os Allemães, sob cujo dominio Florença foi lentamente progredindo. Os seus Marquezes, summamente dedicados aos Papas, fizeram com que o Marquezado florentino fosse um logar de predilecção para aquelles, «uma especie de hospedaria pontifical e real», onde graças a esses poderosos, o oiro corria, em breve, abundantemente. Quando a princeza Mathilde dominava a Italia, já Florença era uma cidade dividida em grupos: de um lado estavam as *scholæ artium*, nascidas das *scholæ militum* romanas e germens

das futuras *Arti maggiori e minori*; e do outro os parentes dos *Grandi* (nobres), germen das futuras associações das *Torri*. Umas e outras d'essas aggremiações eram reconhecidas e fortificadas com cartas pela suzerana e formavam o governo effectivo da cidade no qual os *Grandi* exerciam as principaes funcções. Até o seculo XIII, a dupla organisação d'esses agrupamentos marcam o caracter mais importante da Constituição florentina. Elles representavam o antigo elemento feudal que se ia transformando para accomodar-se á outra vida. As aspirações communaes impunham uma formula nova ao elemento joven sahido do povo e composto de commerciantes e industriaes enriquecidos pelo trabalho. Essa formula, capaz de trazer o engrandecimento da Patria, o referido nucleo suppunha encontral-a na democracia. Os chefes das Artes Maiores denominavam-se consules. A sua auctoridade não devia exercer-se além de sua corporação. Officialmente não tinham investidura alguma, mas todas as vezes que a cidade estava em perigo ou que se tinha de tomar medidas, que redundavam em beneficio dos seus habitantes, elles reuniam-se em conselho, e, assim reunidos, não se podia negar que não fossem a representação da communidade e tal era a força, que já demonstravam, que em sua presença os officiaes imperiaes iam de mais em mais

abdicando do seu poder [1]. A' proporção que a população de Florença augmentava, o seu territorio precisava dilatar-se por ser demasiado exiguo para contel-a e bastar ao seu desenvolvimento. A menos que não quizessem emigrar e renunciar a um melhor futuro, a conquista das terras visinhas se impunha aos florentinos. A lei da selecção mais uma vez teve a sua acção. Os fracos succumbiram ás pretenções dos fortes. Partidas guerreiras sahiram á campanha e trataram de assenhorearem-se dos castellos que se levantavam proximos da area de Florença de então. Antes, mesmo, da morte da princeza Mathilde, as guerras contra as baronias de Monte Orlando, Prato, Val di Pisa e Monte Cascioli emprehendidas pelos florentinos permittem abrir ao commercio os caminhos de Signa, Prato e Val d'Elsa [2].

As guerras civis, como as externas, durante um largo periodo foram endemicas na progressista cidade toscana. O Florentino era por na-

---

[1] Perrens — *La Civilisation Florentine.*

Nos ultimos annos do seculo XII, quatro classes heterogeneas se achavam no poder: os livres proprietarios de terras, herdeiros do feudalismo menor, que tinham ha tempo vindo residir em Florença; os commerciantes móres, representantes da Calimala; a nobreza puramente feudal; e os commerciantes medios e menores, os quaes considerando intolerante a supremacia do patriciado mercantil, tinham-se desde então agrupado em uma vasta associação commum presidida por um collegio de homens chamados *rectores artum.* (Gino Arias — *I Trattati Commercilai della Republica Fiorentina*).

[2] Pasquale Villari — *I Primi due Secoli della Storia di Firenze.*

tureza, ardente e trabalhador. Pelas cousas mais futeis, as armas sahiam a relusir. A cidade estava dividida em facções.

Para melhor defenderem-se, os membros de um mesmo partido agrupavam-se em um quarteirão dos que dividiam a cidade e d'elle faziam sua fortaleza. Como as revoluções lunares, as insurreições eram certas todos os mezes. As lojas fechavam-se, armavam-se barricadas, brigava-se todo o dia descançando-se apenas a noite para enterrar os mortos e recolher os feridos. A vida commercial parava durante a peleja para recomeçar logo que os combatentes enfeixavam as armas e se recolhiam ás suas casas. Após a refrega, serenados os animos, os inimigos da vespera confraternisavam, banqueteavam-se juntos e compraziam-se em rememorar as recentes proezas de que tinham sido heroes, promptos á recomeçarem no dia seguinte as mesmas façanhas, se pretexto houvesse. Dino Compagni conta que estando um dia varios florentinos agrupados na praça de Fiescobaldi para acompanharem ao cemiterio o cadaver de uma mulher e o uso do paiz em taes reuniões sendo que os cidadãos estivessem sentados no chão e os cavalleiros e doutores nos bancos, nestes ultimos logares estavam os Donari e os Cerchi, em frente uns dos outros e que um desses senhores poz-se em pé para arranjar o manto, ou por qualquer outro mo-

tivo. Os adversarios suppondo haver acontecido alguma cousa, ergueram-se tambem e desembainharam as espadas. Os do bando contrario fizeram o mesmo e travou-se a lucta. Esse facto prova quão grande era a tensão dos espiritos, que a menor alerta, a mais vaga sombra de injuria, involuntariamente até, as armas, póde-se dizer, falavam por si sós. Entretanto a população estava tão acostumada a isso, que os feitos guerreiros não impediam que ella se enriquecesse. As guerras externas, como as civis, amiudavam-se a proposito de tudo. A *Martinella*[1] carrilhonava, os cidadãos corriam pressurosos a alistarem-se, as hostes arregimentavam-se então e seguiam o *carrocio*[2] que os mais jovens e bravos paladinos enquadravam e o desafio era lançado ao inimigo. Em 1190, a Arte da Calimala e a pequena burguezia tinham voz preponderante na administração da communa. A nobreza, porém, que não renunciara a governar, consegue captar o auxilio das

---

1 A *Martinella* era um sino que collocado em um carro passava pela cidade chamando os cidadãos ás armas ou seguia os exercitos em guerra para cavalheirosamente advertir o inimigo que ia ser atacado.

2 O *Carrocio*, carro puxado por bois, forrado de encarnado, tinha uma plataforma assaz grande para que nella se dissesse a missa e fluctuasse a bandeira vermelha e branca de Florença. Era o symbolo da Patria. Caminhava ao som das trombetas. Era ahi que se achava o commandante da expedição. Perder o *carrocio* era perder a victoria.

Artes menores e do partido popular, que aborreciam o patriciado dominante e dá um golpe de Estado apoderando-se do governo, eliminando os consules e impondo a dictadura de um *Podestá*. Desde a epocha em que a Allemanha era a suzerana de Florença, duas facções tinham-se formado pugnando, uma: os gibelinos, pelos interesses germanicos; outra, os guelfos, pela submissão ao Papa. Informa Perrens, que em cada um d'esses partidos havia differença nos gestos, no modo de vestir, na architectura das torres, na fórma das setteiras, nos logares escolhidos para passeios e nos pontos onde se juntavam para conciliabulos.

«Uns reuniam-se na igreja de S. Pier Scheraggio, ao lado do palacio communal, outros no Baptisterio de S. Giovanni. Aquelles tem tres janellas de frente em suas habitações, estes duas sómente. Em um lado jura-se erguendo o index, no outro levantando o pollegar. Aqui cortam-se as maçãs transversalmente, alli perpendicularmente. Aos vasos simples oppõem os vasos cinzelados, ás rosas brancas, rosas vermelhas... E o que ha de peior e que embrulha mais a meada já emmaranhada, é que os guelfos, inimigos dos gibelinos em sua propria cidade, são amigos dos guelfos na cidade visinha, ainda que esta estivesse em guerra com sua Patria; é que a lucta das investiduras terminada, quando não mais se espera de Roma

ou da Allemanha a salvação, as duas facções subsistem ou se transformam: é guelfo quem defende contra a nobreza o povo, é gibelino quem defende contra o povo ou as communas o systema feudal [1]». Em 1196, a dictadura do *Podestá* é abolida e novamente os consules entram a governar. Em todas essas luctas, Florença tem sempre em vista independisar-se e constituir-se o mais democraticamente possivel. Em 1250, o partido guelfo mantem a supremacia e reforma as instituições. O cargo de *Podestá* é conservado e este magistrado considerado como representante do Estado, mas cria-se tambem uma outra dignidade superior, a do *Capitano*, sob cujas ordens ficam não só as vinte e seis companhias burguezas armadas, como as noventa e seis mais que as parochias do *contado* obrigavam-se a fazer partir para Florença, logo que appellasse a Martinella. Tanto o *Podestá* como o *Capitano* teem que ser guelfos, nobres e extrangeiros. Ao primeiro incumbe tratar das questões civis e criminaes, da politica externa, e as tropas em campanha obedecem á sua auctoridade suprema; o segundo é o chefe dos *popolani* (não nobres), e os seus actos são vigiados pelo *Podestá* e pelos *anziani*, successores dos consules, a fim de que não sejão dictatoriaes; elle deve impedir que

---

1 Perrens — *Obra citada*.

a nobreza se revolte, fazer a policia interna e ao mesmo tempo evitar que o *popolo* (povo) seja expoliado, sobrecarregado de impostos ou soffra violencias. Completavam essa engrenagem administrativa, diversos Conselhos, dois para cada um d'esses supracitados funccionarios superiores, e um de cem membros para os *anziani*, aos quaes era de uso submetter á apreciação as novas leis. Comprehende-se facilmente como essa constituição assim administrada, produziria na pratica continuos attrictos, o que não impediu, porém, que a democracia progredisse. Essa organisação politica-militar dava a Communa maior auctoridade e importancia legal e ao povo mais influencia e mais audacia, porquanto a sua interferencia nos negocios do Estado tinha pezo. Gino Arias, estudando essa epocha, diz que o regimen d'esse *Primo Popolo* florentino não foi verdadeiramente guelfo nem gibelino, mas *popolano* e sobretudo unanimemente popular, porque naquelle momento da historia de Florença, não tinham surgido como depois, as violentas discordias entre a burguezia *grassa* e a outra, que juntando-se as que haviam entre o povo e os magnates tornaram tão incerta e tão mal definida a corrente commercial dos ultimos annos do seculo. Muitas das guerras que Florença sustentou contra as Communas visinhas, no periodo a que vamos nos refe-

rindo como em outros posteriores, tiveram por motivo unico sua expansão economica. Os seus primeiros tratados commerciaes foram de um caracter menos aggressivo, taes os assignados em 1171 com Pisa e em 1184 com Lucca; porém outro tanto não succedeu com os arrancados, na primeira metade do seculo XIII, a Pisa, Siena, Bologna, Perugia, Volterra, aos condes Aldobrandeschi de Maremma e a outros mais. Florença, situada no interior das terras, precisava de um porto para assegurar suas industrias, dando escoadoiro a seus productos. Com Pisa tinham os Florentinos mantido relações de boa amizade e visinhança durante algum tempo. Tanto assim que, quando aquella unida aos Genovezes, aos condes de Barcelona e de Montpellier, partiu em expedição guerreira contra os musulmanos das Baleares, encarregara os Florentinos da guarda de sua cidade contra qualquer ataque dos lucquenses, que lhe eram adversos. O chronista Villani escreve que os Florentinos sahiram galhardamente da empreza e os Pisanos tão satisfeitos ficaram ao regressarem, que offereceram como gratidão aos amigos fieis duas portas de metal ou duas columnas de porphyro, á escolha. A industria pisana no seculo XII não temendo ainda a florentina no nascedoiro, dá-lhe facilidades. O tratado de 1171, que Florença e Pisa concluem, além do caracter de alliança entre essas duas

*

Communas contra Lucca cuja rivalidade temiam, tem tambem clausulas commerciaes estabelecendo que os Florentinos gozarão em sua alliada «*in fori porta in loco conveniente*»: uma casa, em que serão hospedados «*ad honorem utriusque civitatis*» e «*duas bottigas supra pontem a medietate pontis ex parte civitatis*». Os Pisanos comprometem-se a transportar por mar as pessoas e os bens dos Florentinos, a exigir-lhes sómente «medietatem ripe» como aos seus concidadãos e a providenciar para que por mar não se cobre mais direito do que os que pagam os Pisanos[1]. Nesse facto nota-se o desejo ardente de Florença de conseguir uma sahida para o Mediterraneo, mesmo sob a dependencia de Pisa. Em Julho de 1184, é com Lucca que os Florentinos tratam e obteem dos consules d'essa Communa a promessa de segurança para suas pessoas e bens e regulamentação das represalias de modo a que estas sejam só permittidas até o lesado recuperar o capital perdido[2]. O caminho que levava á Pisa era importantissimo para Florença, mas esta não quer ter só uma via para fazer o seu commercio, e, por isso, busca ter segura a estrada dos Apeninos, sobre tudo para o lado de Bolonha.

---

[1] e [2] Gino Arias — *Obra citada.*

A convenção realisada em 15 de Outubro de 1200 com os senhores de Mugello, visa ter livre uma passagem para além d'aquellas montanhas. Ditos condes obrigavam-se a proteger os mercantes florentinos e suas mercadorias, emquanto estivessem no districto do seu dominio e a indemnisal-os caso soffressem prejuizos alli. Aos consules dos mercantes incumbia solicitarem d'aquelles senhores a respectiva guia para transeuntes e bens, que pretendessem atravessar suas terras[1]. Proseguindo sempre na idéa bemfeitora de dar ao seu commercio todo o desenvolvimento que pudesse, Florença consegue em 1203 e em 1216 firmar tratados com Bolonha e em 1204, com Faenza, os quaes lhe permittiam o transito por duas passagens importantes dos Apeninos, uma do lado da Lombardia e outra do da Romagna. As industrias d'essas Communas não tinham importancia no escambo internacional. Era-lhes, ao contrario, vantajosa a passagem de mercadorias por seu territorio. E Florença ganhava immenso em captar-lhes a boa vontade para assegurar-se de estradas por onde podia sem estorvos prover-se de generos de consumo para sua Communa, de materia prima para suas industrias e de escoadoiro á suas mercadorias manufacturadas. Para o movimento commercial dos Florentinos foram-

[1] Gino Arias — *Obra citada.*

lhes sufficientes durante algum tempo as sahidas que tinham quer do lado dos Apeninos, quer inferiormente para Perugia e Cittá di Castello, quer da parte fluvial ou maritima. A importancia mercantil da Republica da margem do Arno começava a fazer sentir sua influencia no mercado mundial de então. As Communas concorrentes viram nella uma rival perigosa. Assim, em vez de auxilial-a mais ou menos como até esse momento empregaram todos os meios ao seu alcance para combater o novo poder que se levantava, ameaçando-as. Havia uma outra Communa toscana, que como estava em condições de prejudicar grandemente o commercio florentino. Era essa, Siena que mantinha sob sua suzerania o Castello de Poggibonsi, ponto em que se cruzavam as estradas que iam de Milão e Bolonha, á Florença e Roma e de Florença á Lucca e que senhora d'essa posição estrategica economica dictava leis aos mercantes que por alli passavam. Assim, todos os esforços dos Florentinos concentraram-se em apoderar-se, por meios diplomaticos ou guerreiros de Poggibonsi e em isolar Siena conquistando as baronias que a cercavam, o que levaram a effeito.

«Os tratados que em 1237 e 1245 assignaram Florentinos e Sienenses, diz Gino Arias, são importantissimos sob o ponto de vista dos interesses commerciaes, porquanto introduzem

clausulas com varias e uteis fórmas de processo substitutivas das represalias». Como dissemos em pagina anterior, Pisa inquietava-se com a prosperidade dos Florentinos e fazia todo o possivel para diminuil-a. Já a guerra em que se empenharam as duas Communas para a conquista do condado e que terminou em 1220, teve evidentemente uma causa commercial. O chronista Villani dá por pretexto uma disputa de embaixadores na Côrte Romana, em que Pisanos e Florentinos vieram as mãos. Logo que a noticia chegou a Pisa, esta apprehendeu immediatamente todos os bens e mercadorias dos Florentinos, que alli estavam na occasião. Debalde Florença invocando antigas amizades, lhe enviou emissarios pedindo-lhe que restituisse aos seus mercantes o que lhes fôra tomado. Responderam-lhe que as mercadorias tinham sido permutadas. E a violencia ficou sem sancção porque assim convinha a Pisa. Foi para libertar-se dos continuos vexames dos Pisanos, sem recorrer ás armas, que após o estabelecimento do governo do *Primo Popolo*, Florença assigna em 1251 um tratado com o conde Aldobrandeschi di Maremma e obtem o direito de livremente passar por suas terras e assim mandar suas mercadorias aos portos Talamone e Ercole[1].

---

[1] Pasquale Villari.

A concessão de dois portos sobre o Thyrreno aos Florentinos, permittia aos mercantes d'essa nação independisarem-se, não só porque Pisa deixaria de cobrar os direitos de transito e o frete dos productos de Florença, que costumavam ser transportados em suas naves, como igualmente pelo receio que aquella tinha da guerra que esta ultima poderia fazer-lhe á sua industria de além-mar. A par de Pisa, Siena era tambem prejudicada por esse predominio florentino nos dois principaes portos da Maremma. Os interesses que assim tinham feridos, levaram Pisa e Siena a alliarem-se e a declararem guerra a Florença, que, por sua vez, colliga-se com Orvieto e Genova, que rivalidades commerciaes impelliam a combater junto com os Florentinos as duas primeiras d'aquellas Communas. Essa lucta terminou com os tratados feitos com Siena em 11 de Junho de 1254 e com Pisa em 4 de Agosto do mesmo anno. Pelo primeiro d'esses pactos, Siena cedia algumas de suas principaes terras a Florença, taes como Montepulciano e Montalcino, Poggibonsi e Montennana, o que coroava a politica de *isolamento*, desejada pelos Florentinos, os quaes conseguiam tambem isenção de gabelas para suas mercadorias entradas naquella Communa, quer por via de terra, quer por mar; era-lhes feita a promessa de que nos contractos realisados

com seus mercantes se serviriam dos pezos, das medidas e em parte da moeda florentina e doavam-lhes a escolha o castello de Ripafratta ou porto de Piombino. A esse tratado succede um outro firmado em 1256, no qual: 1.º são confirmadas as isenções de portagem ás mercadorias florentinas, constituindo os Pisanos um direito «*acathie sive legatie*» de quinze soldos pequenos pisanos por cem libras de mercadorias, contanto que sobre os «*torseli panorum*» transmontanos não se tomasse mais de vinte e cinco soldos por *torsello* e para os outros artigos vindos da *riviera* não se exigisse mais do que pagavam os Pisanos; 2.º as moedas de prata e oiro não serão gravadas; 3.º Pisa compromette-se a pagar e mandar pagar por seus concidadãos, dentro de um tempo determinado, as dividas da Communa e as de seus compatriotas, a Communa e aos cidadãos de Florença; 4.º se os devedores pisanos, apezar da boa vontade do seu governo, não pagassem no prazo de trinta dias «*post latam setentiam*», a Communa chamaria á si as referidas dividas, ainda que contrahidas nos ultimos vinte annos [1]; 5.º em todo o

---

[1] No tratado de 1256, Florença promette aos Pisanos isenção de gabellas, o que para estes era de pouco valor, por quanto não era ella cidade de transito importante para as mercadorias pisanas. E quanto as dividas dos seus nacionaes insolventes a Senhoria conveneiona pagal-as á communa de Pisa, mas não aos credores particulares. Gino Arias — *Obra citada.*

negocio entre os cidadãos das duas Republicas, as mercadorias serão medidas e pezadas com as medidas e pezos florentinos quando forem cousas que se vendam ou se comprem, segundo o pezo ou medida florentina[1]. Para terminarmos a enumeração das convenções commerciaes negociadas por Florença até o fim da epocha do *Primo Popolo*, mencionaremos as celebradas com Genova em 1251 e com Arezzo em 1276. Pactua-se que as cidades contractantes estarão isentas do pagamento de portagens quando transportarem mercadorias no districto uma da outra, mas prohibe-se a exportação de victualhas e animaes de côrte por qualquer dos dois territorios. Da primeira d'aquellas Communas conseguem os Florentinos: 1.° licença plena para percorrerem a Republica genoveza, quer por terra, quer por mar; entretanto, se navegarem com inimigos de Genova, o farão á seus riscos e perigos; 2.° se algum damno fosse causado ao mercante florentino, o Governo de Genova o protegeria como se esse fosse genovez; 3.° Genova não prohibiria a retirada de mercadorias florentinas de suas terras; 4.° no caso que houvesse discordia entre as partes contractantes, ellas não procederiam contra os nacionaes

---

1 Gino Arias — *Obra citada.*

da alliada, sem determinar-lhes um prazo para se retirarem. A' essas vantagens juntaram-se algumas restricções que tinham por fim impedir que as mercadorias florentinas, que costumavam passar por Genova, seguissem outro caminho, prejudicando-a, e, tambem que á dita Communa não trouxessem os negociantes da Senhoria, artigos industriaes que podessem fazer concorrencia perigosa a producção nacional[1].

Para a realisação de todos esses tratados, Florença delegava poderes aos consules dos mercantes aggregando ás vezes a embaixada outros magistrados mercantes, em cuja competencia technica confiava, para a discussão de assumptos especiaes referentes á economia do paiz; quando, porém, ditas convenções prendiam-se a normas commerciaes de caracter geral, era o *Podestá* quem as negociava, sem nenhuma outra intervenção. Foi no governo do *Primo Popolo* que Florença mandou cunhar o seu florim de oiro, facto economico do maior alcance. Todas as moedas em curso então, exceptuando algumas sicilianas, eram de prata, defeituosas e de valor instavel. Assim, o apparecimento de uma peça de oiro, commoda, segura e não sugeita a grandes

[1] Gino Arias — *Obra citada.*

oscillações, representava para o commercio internacional, uma necessidade. Por isso, externamente, o florim servia para reforçar o credito da burguezia industrial florentina e á preparar o desenvolvimento do commercio bancario da Republica guelfa. A' esse governo popular, que tanto se empenhou por triumphar em sua politica mercantil estabelecendo a supremacia de Florença sobre as cidades rivaes, seguio-se um governo aristocratico gibelino imposto por Manfredo. A batalha de Montaperti inicia na historia florentina um periodo de seis annos, de 1260 a 1266, em que tudo é inglorio: guerras, instituições e magistrados. As liberdades são calcadas aos pés, porque o despotismo é a lei. O *capitano* e seu *consiglio* desapparecem, ficam apenas o *Podestá* e seus conselheiros. Afastado do poder, o partido popular tinha levado sua actividade á industria e ao commercio. Uma burguezia enriquecida havia-se formado constituindo quasi uma outra aristocracia, a do trabalho e a do dinheiro. Os gibelinos reconhecem ainda que tardiamente que uma nova força alli estava: querem contar com ella, mas é tarde. A alliança dos guelfos com Carlos de Anjou, a protecção do Papado, o soccorro prestado pelos operarios e gente do povo contra os magnates que dominavam Florença, preparam o triumpho das Artes. A batalha de Bene-

vento, que terminou pela morte de Manfredo e posteriormente a de Tagliacozzo contra Corradino, neto de Frederico II, que viera á Italia sustentar seus direitos ao throno da Sicilia, decidem da preponderancia da democracia por longo tempo nos destinos da Communa florentina. Após o ephemero governo do Vigario Imperial, os guelfos, senhores da situação, chamam a *grassa* burguezia á ter voto nos destinos do Estado, tanto essa se impuzera tornando seus conselhos uma necessidade. Os cargos de *Podestá* e de *Capitano*, subsistem nesse remexido de instituições iniciado em 1267; mas ditos funccionarios já não teem attribuições tão extensas como no governo do *Primo Popolo;* o primeiro mover-se-ha apenas no terreno judiciario e o segundo terá a chefia das milicias urbanas. Os trinta e seis conselheiros ficam reduzidos a doze «*Buoni uomini*» aos quaes o *Podestá* deverá consultar. Nesse Conselho entram os «*priores das artes*», chefes dos officios, cuja preponderancia na administração da Republica torna-se logo uma realidade. «O poder d'esses magistrados, escreve Perrens, era grande, mas sem perigo; durava só dois mezes e os mencionados funccionarios não podiam pretender uma reeleição immediata. D'essa reeleição não teriam tido, do resto, mais que um fraco desejo; obrigados a residir, comer e dormir em

commum, estava-lhes prohibido, fóra de suas audiencias, falar a qualquer pessoa, salvo aos seus collegas e mesmo as audiencias era-lhes imposto concedel-as deante dos dois terços d'entre elles. A terminação do cargo lhes dava a liberdade». Todo e qualquer projecto proposto pelos doze «*Buoni uomini*» estava sujeito aos votos dos *Capitudini* ou consules das Artes Maiores e aos de um conselho especial chamado de *Credenza*, composto de cem cidadãos guelfos ou *popolani.* Logo que esses differentes orgãos da administração communal tomavam uma deliberação, era esta no dia seguinte apresentada ao *Consiglio popolare*, isto é, aos dois conselhos do *Capitano*, o *especial* com cem membros e o *geral* com trezentos, todos *popolani.* Cumpridas essas formalidades, levava-se a questão ao *Consiglio* do *Podestá*, o *especial* com cem membros e o *geral* com trezentos, *popolani* e *grandi.* Se havia o temor de que a maioria fosse hostil ao assumpto que se tratava, era permittido aos Priores juntarem á minoridade diversos sabios, notarios, mercantes ou mesmo operarios gozando de certa consideração e que eram conhecidos pelo nome de *arruoti* ou *richiesti*[1]. Essas assembléas, convocadas por seus Magistrados, reuniam-se em

---

[1] Perrens — *Obra citada.*

San Piero Scheraggio ou no palacio do *Podestá*[1]. Com as reformas que acabamos de citar, Florença firma a sua quarta constituição, a qual, bem que variando no correr dos tempos algumas vezes, poucas modificações soffre. Com ella se inicia o seculo que Peruzzi, chama guelfo e que começa em 1266 e termina em 1365 e no qual a democracia triumpha completamente fazendo o povo florentino activo, forte em seus planos politicos, prospero e rico. Em Florença a população dividia-se em tres classes distinctas «*mercante* ou guelfa, *nobre* ou gibelina e *plebe*, quasi toda guelfa», mas dentro de pouco, uma d'essas classes conseguia dominar completamente as outras. A' industria e ao commercio concorrem todos os esforços, certos de que são elles os sustentaculos da nação. O governo, apoiado no povo, aclamado nos comicios, onde a immensa maioria era guelfa, sentiu-se á vontade para levar a cabo sua politica economica.

Estabelecendo o lemma que só pelo trabalho um povo póde prosperar e engrandecer, se decretou que as funcções publicas eram só accessiveis aos que concorriam para a vitalidade da nação, que a ellas apenas se permittia aspirarem os mercantes e os operarios. Peruzzi

---

[1] Peruzzi — *Storia del Commercio e dei Banchieri dal 1200 al 1345.*

diz: «que afastando os nobres dos negocios do Estado, o governo da Republica privou-se do seu auxilio, mas isso foi compensado, porque Florença teve todos os dons da democracia. O povo foi superior a nobreza, venceu-a e arrastou-a ás suas lojas; aproveitando-se intelligentemente do pouco valor da aristocracia, elle que aspirava a magistratura e a riqueza commercial, soube triumphar e collocar os mercantes á frente dos negocios. Acabado o ostracismo contra a nobreza, o governo tratou de lisongear a ambição dos grandes com a esperança de explendidas situações e promettendo compensações aos adherentes. Isso deu resultado. Basta recordarmos a companhia dos Bardi, dos Cavalcanti e de outros nobres, que acceitando o novo systema, prestaram assignalados serviços á Patria; e se não todos os membros d'essas familias seguiram o mesmo exemplo, os que se tornaram guelfos ou mercantes, obtiveram os primeiros postos na Republica Florentina e a historia conservou-lhes os nomes [1]».

---

[1] Perrens — *Obra citada.*

II

Arte maggiori e minori. A Calimala. Os Umiliati. Os Estatutos das Artes. Os Banqueiros e suas operações financeiras em varios paizes. O Monte commune e o Monte de Pietá. Rivalidade entre as Artes maggiori e minori.

Com as novas instituições, as Artes teem papel preponderante em Florença, a tal ponto que em breve dominam e governam. Desde os primeiros tempos medievos ellas reuniam-se em associações politicas-industriaes e emquanto em sua patria se lutava pela independencia e pela liberdade, as *Arti* envolviam-se tambem nas supremas batalhas e não abandonavam a aspiração de tomarem parte na direcção da Communa, d'onde os nobres as excluiam. Ao começar o seculo guelfo, as Artes eram em numero de vinte e uma, sete maiores (maggiori) e sete menores (minori)[1]. As primeiras, e de todas as mais importantes, classificavam-se assim: 1.ª Juizes e Notarios; 2.ª Mercatanti ou de Calimala, ou de pannos extrangeiros; 3.ª Lã; 4.ª Seda ou da Porta Santa Maria; 5.ª Cambistas (Cambiatori), 6.ª Medicos e Boticarios (Speziali); 7.ª Pelleiros; as segundas comprehendiam os carniceiros, sapateiros, ferreiros,

[1] As Artes foram tambem divididas em doze maiores e nove menores. Entretanto as principaes foram as quatorze, acima indicadas.

curtidores de coiro, pedreiros, taberneiros, padeiros, vendedores de azeite e salchicheiros, linheiros, serralheiros, polidores, carpinteiros e estalajadeiros. A primeira das Artes maiores estava fóra da industria e do commercio; mas, como distribuiam a justiça e protegiam os fracos contra a prepotencia dos mandões tinham contribuido assim ao progresso das referidas associações e por isso tomavam entre essas o mais alto logar na hierarchia. Os juizes *(giudici)* e os notarios *(notai)* assentavam-se ao lado dos consules no tribunal de cada uma das Artes e decidiam de todas as questões commerciaes, que se apresentavam; propunham accordos e pronunciavam sentenças[1]. Aos notarios incumbia, mais especialmente, preparar os novos Estatutos e continuamente reformal-os; faziam as actas dos contractos, vigiavam a sua execução e nas reuniões das diversas Artes tomavam a palavra em nome dos consules[2].

Perrens diz: «que os juizes e notarios impunham-se na cidade, em que o direito romano e o longobardo estavam em perpetuo combate. Cada dia, um e outro eram allegados nas causas privadas; d'ahi a necessidade de interpretal-os e pronunciar-se, do que só eram capazes os jurisconsultos profissionaes, e, é justiça

[1] e [2] Pasquale Villari — *Obra citada.*

affirmar-se, que nesse dedalo elles moviam-se como o peixe na agua[1]». Essa Arte tinha um proconsul que, por sua auctoridade juridica, passava adeante de todos os consules das outras corporações de officios, e, nos actos officiaes, seu logar era immediatamente depois do Supremo Magistrado da Republica. Ditos funccionarios, para impecabilidade de sua posição, não deviam ter partido politico; entretanto, assim não succedia, e a justiça, mais talvez do que em qualquer outra parte, coxeava. Villari diz que esses magistrados eram bem pagos e que os bons juizes e os bons notarios tinham grande procura em toda a Italia[2]. As Artes que se seguiam na hierarchia eram as da Calimala («a Arte dos mercantes»), da Lã, da Seda e dos Cambistas. Bem que bastante antigas, não se póde precisar com certeza a epocha do seu apparecimento. Em

---

1 Os tribunaes de quarteirão, desde a primeira metade do seculo XIII, gruparam-se ao redor da velha igreja de *San Michele in Orto* ou no jardim que lhe ficava proximo. Cada um alli teve seu logar com uma taboleta na porta: aqui um cavallo, lá um leão, mais adeante uma rosa. Esses nomes serviam para designar officialmente os diversos tribunaes. Um consul, um juiz, dois notarios, dois provedores, eis a composição do tribunal. (Perrens).

2 Os homens da lei em Toscana costumavam tambem receber presentes, e isso constituia mesmo uma exigencia d'elles. A' falta de um boi, acceitavam uma lebre, mas não sem mostrarem má cara; já o proprio boi lhes parecia uma especie mediocre e por isso preferiam uma vacca prenhe, porque dava dois animaes em vez de um. (Perrens).

*

suas mãos concentrava-se quasi todo o commercio e a industria. A tecelagem da lã, na Italia, foi nos primeiros tempos medievos assaz pobre. Quando Veneza, Pisa e Genova começaram a fundar feitorias no Oriente e lá commerciarem, trouxeram á Peninsula bellos estófos de luxo, que faziam as delicias dos patricios e dos burguezes enriquecidos. Era natural que os italianos procurassem em seu paiz, fabricar esses tecidos porque na sua estadia no extrangeiro, esforçavam-se por aprender os processos d'essas industrias. A imitação dos tecidos levantinos foi o primeiro passo que elles deram á conquista d'esse ramo de riqueza, e. os seus primeiros productos chamavam-se: *Velum holosericum*, *Fundathum alithinum*, *Vela tiria*, *bizantina*, *Crysoclava*. Entretanto, a materia prima: a lã, não era na Italia de boa qualidade. Os campos de pastorear estavam mal cuidados, o gado precisava melhorar [1]. Impunham-se medidas para levantar a agricultura e desenvolver a pecuaria, mas como tal conseguir com um governo em que predominavam commerciantes e industriaes, a quem só o commercio e a industria interessavam? Legislou-se para a agricultura.

---

1 Em Toscana abundava o vinho e a oliveira, os cereaes podiam fartamente produzir, se fossem cultivados; mas, o paiz sendo montanhoso, havia falta de prados naturaes ou artificiaes.

mas insufficientemente, com prevenções e má vontade. O camponez *(o contadino)* não gosava de consideração, não lhe reconheciam direitos de cidadão: ficava preso a gleba.

Os que governavam Florença commetteram o erro de desconhecer a importancia da agricultura. Se a tivessem cercado de mais amor, — animando-a com regulamentos sabios e previsores, e melhor considerado o homem do campo, que com seu trabalho rudo e continuo arranca da terra tantas maravilhas, ditos governantes comprehenderiam que a lavoura, a par do commercio e da industria, é uma fonte de inexhaurivel riqueza, e teriam então prevenido as crises de alimentação, que por diversas vezes assolaram sua Patria, e conseguido novos productos para valorisal-os no intercambio. Os Florentinos dedicaram-se a fabricar uns pannos, que eram conhecidos no mercado pelos nomes de *pignolati*, *schiavini*, *villaneschi*. Essa industria, entretanto, pouco lhes rendia, porque só comprava seus productos a gente do paiz, visto a inferioridade d'elles. Mas como manufactural-os melhor, se a lã que possuiam era má e no alvorecer d'essa industria não podiam mandar buscal-a no extrangeiro por ser carissima? Em suas viagens ao Occidente, os Florentinos tinham notado que na Europa Central, onde desde tempos remotos se trabalhava a lã, os pro-

ductos de fabricação eram grosseiros, felpudos, mal coloridos, desbotando-se facilmente ao primeiro contacto com a agua, ou á menor acção do sol. Entretanto a materia prima era alli excellente e o que faltava a esses industriaes era gosto e arte. Como as communicações entre Florença e os paizes occidentaes e os levantinos tinham-se tornado mais faceis, graças a politica economica do *Primo Popolo*, e os transportes menos dispendiosos, os mercantes florentinos julgaram que era um bom negocio importar em seu paiz ditos tecidos para beneficial-os, refinando-os e tingindo-os, de modo a serem lançados no mercado em melhores condições. Assim nasceu a Arte da Calimala[1], ou da industria de transformar em pannos finos os pannos communs conhecidos por *panni oltromontani* ou *franceschi*. De Flandres, do Brabante e da Hollanda fizeram os Florentinos diversas expedições de *torselli* (fardos) dos referidos tecidos, que chegados a Florença, passavam por differentes operações tendo por fim tirar-lhes o pello, afinal-os, tingil-os com côres mais firmes e bellas. Depois de estirados a ferro e bem assetinados, eram, então, lança-

[1] A Arte da Calimala deve seu nome a rua em que tinha aberto suas lojas, rua que desembocava no *Mercato vecchio*, a qual algumas vezes era chamada *Strada francesca*, mais commummente, porém, *Calimala (Callis malus)*, porque conduzia a um máo logar. (Perrens).

dos nos mercados, a principio, da Italia sómente, mais tarde, nos do Oriente, onde se permutavam por productos asiaticos, e, finalmente nas praças de Inglaterra, nas feiras de França e nos proprios logares da primitiva origem, proporcionando, d'esse modo, á Florença uma fonte segura de magnificos lucros. A par da Calimala, uma outra industria de fabricação de pannos devia, como esta, em breve prosperar. Era a Arte da Lã. Para seu desenvolvimento concorrera uma ordem religiosa. Contam os chronistas que no começo do seculo XI, varios lombardos exilados na Germania, onde o imperador Arrigo II, o Salico, os confinára sem recursos de qualidade alguma, associaram-se em communidade christã e resolveram viver de seu trabalho manual. *Umiliati* intitulou-se essa congregação que se dedicou a aprender, no logar em que residiam, a arte de tecer a lã, alli praticada ha muito. Regressando á Patria, senhores do segredo d'essa manufactura, já não quizeram mais ser operarios e tomaram leigos, a quem ensinaram a arte, que continuaram a explorar. Um dos membros da ordem dirigia os serviços e tinha o titulo de *Mercatore*. Em poucos annos, essa industria déra tão magnificos resultados pecuniarios que os *Umiliati* julgaram conveniente espalharem-se por varias provincias fundando novos estabelecimentos fabris. Os

industriaes que em Florença manufacturavam pannos grosseiros, viram que lhes seria muito util o ensinamento dos referidos religiosos e convidaram-os á enviar-lhes alguns dos seus *mercatori* para administrar-lhes as fabricas de tecidos de lã, introduzindo-lhes todos os aperfeiçoamentos, agora que já lhes era possivel importar a materia prima [1].

Em 1239, o governo da Republica, que se esforçava pelo desenvolvimento do paiz, concedera em Florença, fóra das barreiras, aos *Umiliati*, a egreja de San Donato a Turri; em 1250, elles obtiveram casa e terras na povoação de *S. Lucia sul Prato* e isenção de impostos sobre os bens, uma vantagem que os Florentinos outorgavam a todos os que traziam uma industria nova ao paiz. Em 1236, os *mercatori* fundaram o convento de *Santa Caterina in Borgo*, annexando-lhe a respectiva egreja.

Sob os auspicios de mestres tão abalisados, a Arte da lã entrou a prosperar e os pannos florentinos puderam concorrer com seus similares nos mercados europeus [2]. Assim, toda Florença nessa epocha consagrava-se ao lanificio. Notava-se alli, então, as ruas dos *Cima-*

---

[1] Quando a Arte da Lã começou a prosperar, os Florentinos mandavam vir a lã mais fina da Tunisia, Barbaria, Hespanha, Portugal e Flandres (Villari).

[2] Pasquale Villari — *Obra citada.*

tori (tosadores), dos *Calimala*, *Calimaruzza*, o *Corso dei Tintori* (tintureiros) e a *Via dei Caldaie*[1].

Segundo Villani, a *Arte di Calimala* possuia em Florença, no anno de 1338, vinte *fondachi*, os quaes importavam mais de dez mil peças de pannos *oltromontani* ou *franceschi*, para beneficial-os e cujo valor passava de trezentos mil florins de oiro. No mesmo anno, refere o alludido chronista, as artes de trabalhar a lã tinham na cidade, duzentas fabricas, em que 30:000 operarios teciam oitenta mil peças de panno e mesmo, cem mil, se nessa estatistica incluirmos os tecidos grosseiros, valendo tudo mais de um milhão de florins de oiro[2].

Para fazer uma ideia da prosperidade do lanificio em Florença, basta recordar-se que a cathedral de *Santa Reparata* foi reconstruida quasi que a sua custa[3]. A *Calimala* e a *Lana* tinham tomado disposições para que uma não entrasse no campo da outra. Para isso regulamentaram e dividiram o trabalho. Só a primeira podia tingir pannos extrangeiros. Dependendo d'essas duas Artes e formando tambem uma corporação de officios, estavam

---

1 Peruzzi.

2 Em 1308, diz o já mencionado chronista Villani, que as fabricas de lã eram em numero de 300, produzindo 100:000 peças de pannos, porém, de qualidade inferior porque então não se sabia trabalhal-a.

3 Perrens — *Obra citada*.

os tintureiros[1], que punham em deposito nas mãos dos chefes das mencionadas associações, a quantia de 310 florins, da qual se deduziam as multas quando se descobria uma nodoa ou uma côr falsa nos pannos tintos. As côres mais empregadas eram o indigo, a *oricella* (lichen de Linneu), o kermes, o tornasol, a ruiva e o páo brasil. Os pannos coloridos em vermelho constituiam uma especialidade florentina. Annualmente elegiam-se funccionarios encarregados de vigilar que fosse empregado o melhor material e affixava-se uma tarifa com os preços das tintas. Se o tintureiro queria empregar uma côr mais fraca era obrigado a declarar que o fizéra em uma etiqueta appensa á peça do panno. Uma outra Arte, a da Seda, trouxe aos Florentinos novo elemento de riqueza. Em paginas anteriores já narramos como essa industria foi introduzida na Europa. Ha documentos datados de 1204, em que são feitas referencias aos consules da Arte da Seda em Florença, o que faz suppôr que alli se fabricavam tecidos d'essa ordem, antes

---

[1] A corporação dos tintureiros tinha em 1300, egreja, casa e hospital *nella via de Malcontenti*. Segundo o uso do tempo, severas leis regiam os *fondachi* do *guado*, como concernentes a arte de tingir. Ninguem podia vender *guado*, senão o patrão. Era prohibido aos tintureiros terem *guado* no *fondaco*, para negocio ou para guardar essa substancia pertencente a outros. A pessoa estranha a Arte, que mercadejasse com dito artigo era passivel de uma multa de 500 liras. (Peruzzi).

mesmo de que os luquenses os tivessem vindo aperfeiçoar.

Ao principio os industriaes limitaram-se a imitar os estófos da Persia. Quando, porém, as artes da lã começaram a decahir, a da Seda tinha progredido tanto que ella podia remediar os prejuizos causados por aquelle facto. No alvorecer do seculo XV, graças a Gino Capponi, os Florentinos tinham aprendido a fiar o oiro, material que para ser tecido com a seda, fôra até essa occasião, importado da Colonia ou de Chypre. Deu isso motivo a que se emprehendesse em grande escala o fabrico dos brocados de oiro, prata e seda, que o gosto artistico dos operarios de Florença souberam tornar bellissimos e ser muito procurados nos mercados europeus e levantinos, onde os pannos de lã florentinos estavam em baixa[1]. Na bibliotheca *Laurenziana* existe um livrinho: *Manuale e istruzione teorica e pratica ad uso dei manifattori di seta*, illustrado com figuras representando operarios em seus respectivos misteres e onde se ensina o aprendiz a trabalhar, a torcer, a escolher o fio melhor, a tingir de varias côres e a saber varias outras cousas interessantes. A Arte da Seda foi chamada primeiro de «*Por Santa*

[1] Pasquale Viliari.

Maria» por causa da sua séde ser em uma porta proxima do *Mercato Nuovo*. As Artes estavam regulamentadas, obedeciam a Estatutos, tinham directores, e todos os semestres se reuniam em assembléa os chefes dos *fondachi* para escolher os eleitores que deviam nomear os magistrados.

Ao principio os consules foram quatro e incumbia-lhes distribuir a justiça, segundo os Estatutos, representar a Arte e governal-a com o auxilio de dois Conselhos: um especial, composto de doze membros e um geral de dezoito. Aos consules não era permittido fazer alteração nos regulamentos sem a ter antes communicado e recebido approvação d'essa especie de parlamento da corporação.

Eram esses magistrados que empunhavam o estandarte da Arte, todas as vezes, em que essa tinha que se apresentar em alguma solemnidade, e dirigiam em caso de perigar a ordem publica, os operarios armados[1]. Creara-se o cargo de *camerlengo* (thesoureiro) para administrar as

---

[1] A bandeira dos juizes e notarios tinha como emblema uma grande estrella de oiro em campo azul; a dos mercantes da Calimala, uma aguia de oiro em campo vermelho; a da Lã, em campo igual um cordeiro branco; a dos cambistas, florins de oiro semeados em campo vermelho; a dos medicos, em fundo encarnado a Virgem com o menino Jesus ao collo; a da Seda, em campo branco uma porta vermelha e a dos pelleiros, em campo azul pelles de esquilo e um Agnus Dei. (Boccardo).

entradas e sahidas da associação. O titular era renovado annualmente. Já dissemos em pagina anterior, que os notarios tomavam parte nos tribunaes das Artes. Elles podiam ser os embaixadores da corporação. Deviam velar para que os Estatutos fossem fielmente observados, punir quem os violasse, ainda que os infractores fossem os proprios consules[1].

A *Calimala* serviu de modelo ás demais Artes em sua regulamentação. Para ser admittido em uma corporação de officio era preciso ter durante um anno exercido a industria ou o commercio, quer por si, quer como associado; era prohibidos jogos de azar, proferir palavras obscenas ou blasphemas, fazer barulho de noite desde que tocava o sino para o silencio, medida que tinha por fim assegurar o repouso dos cidadãos porque sendo grande o numero de operarios residentes em Florença, ajuntamentos se fariam fatalmente produzindo disputas e desordens. Era interdicto casar-se com mulher de fóra da cidade

---

[1] Os consules ganhavam dez liras e algumas multas; mais tarde, porém, esse salario foi reduzido a algumas libras de pimenta e açafrão e a cestos de lenha; o camerlengo recebia ainda menos. Annualmente elegiam-se tres guarda-livros para syndicarem do trabalho dos consules, do camerlengo e mais magistrados de officio. Os consules que tomavam parte nos Conselhos do Podestá e do Capitano chamavam-se *Capitudini* e deviam zelar pelos interesses da Arte e promover leis em seu favor. (Pasquale Villari).

e introduzir cortesans nos *fondachi*, refugiarse em um convento, logar inviolavel, com dinheiro ou objectos pertencentes aos patrões e vagar em busca de trabalho. Para dar garantias de residencia aos trabalhadores, os proprietarios das casas em que esses habitavam não podiam despedil-os sem motivo grave[1]. Tudo estava regulamentado e previsto pelos magistrados. Ao lado dos consules, que exerciam suas funcções no paiz, havia outros que cuidavam dos interesses da industria e do commercio no exterior, não só na Italia como em outros portos da Europa e que augmentavam de numero á medida que as relações mercantis tomavam maior incremento. Quando os consules extrangeiros eram eleitos e acceitavam o cargo, immediatamente os Florentinos estabelecidos fóra da Patria recebiam por correio, communicação d'esse facto. Os designados para a França eram os mais importantes. Esses consules deviam jurar em presença dos mercantes, seus compatriotas, reunidos em Paris ou em uma das principaes feiras francezas, defender-lhes os interesses e proporcionar-lhes justiça. As suas instrucções permittiam-lhes ter alta vigilancia sobre todos os actos commerciaes e castigar os culpados com penas pecuniarias. A *Calimala* tinha ao seu serviço dois correios,

[1] Perrens; Peruzzi.

o da *caparra* (penhor) e o do *pagamento*. O primeiro assistia ás transacções e fixava a garantia entre as partes contractantes, o segundo intervinha para a execução dos pactos. A referida Arte contractava com os *ostellieri* (estalajadeiros), alojamentos para os mercantes florentinos e logares para estes depositarem suas mercadorias, sob a condição, porém, que aquelles não pudessem traficar; os consules inspeccionariam para que isso assim se passasse, retirando-lhes immediatamente o privilegio, se não cumprissem o compromisso[1]. A amizade que os Papas dispensavam a Florença permittia aos Florentinos fazer um activo commercio de lã e pannos grosseiros em França, em Flandres, na Inglaterra e em Napoles. Segundo Balducci Pegolotti, as localidades principaes das duas primeiras d'essas nações em que seus compatriotas vinham buscar a materia prima para suas manufacturas, eram Paris, S. Diniz, Noyon, Amiens, Arras, Chalons, Provins, Cambray, Bruges, Lille, Tournai, Courtrai, Gand, Anvers, Bruxelles, Malines, Louvain, Enghian, Maubeugue e Strasbourg. Diz Peruzzi que uma carta, datada de 6 de Janeiro de 1284, escripta por Simone Gherardi, da companhia de *messer* Tommaso Spigliati e de Hugo Spini, de Londres, a seus

---

[1] Peruzzi.

chefes, informava terem estes se provisto de muita lã dos diversos conventos inglezes e escossezes e de terem comprado, mediante forte garantia, toda a colheita do anno futuro. Mais de duzentos conventos e mosteiros de Inglaterra abasteciam de lã as fabricas florentinas. Os Estatutos das Artes puniam severamente os contrafactores e os que vendiam mercadoria de qualidade inferior por superior. Uma nodoa, um rasgão não declarado na etiqueta que a peça devia trazer, era motivo para que o seu auctor fosse castigado[1]. A mesma exactidão impunha-se para a medida. Os dois officiaes da Arte encarregavam-se de examinar tudo isso e cada dois dias passavam vistoria ás lojas, verificavam se as varas, que serviam para mensuração, eram iguaes aos modelos expostos ao publico em differentes pontos da cidade, se os livros e a escripturação dos mercantes estavam em regra e impunham penas á quem se tivesse affastado das normas estabe-

---

[1] A peça de panno francez, depois de comprada e antes de ser expedida á Florença, era medida e sellada com o sello da Arte da *Calimala* e este, posto em dois logares, era acompanhado de uma etiqueta indicadora: do preço avaliado em florins de oiro, do cumprimento e largura da peça, do nome do fabricante e da cidade d'onde procedia. Preparavam-se os fardos, cumpridas essas formalidades, cobrindo-os com feltro e tela. Cada volume continha dez ou doze peças. A expedição fazia-se para Narbona ou Montpellier primeiro, e, mais tarde, para Marselha, cidades que serviam de entrepostos aos Florentinos. (Peruzzi).

lecidas. Os litigios entre os mercantes de uma Arte entre si, ou d'essa com os de outra e que eram consequencia da propria Arte, não deviam ser submettidos aos tribunaes ordinarios e sim aos consules, que decidiam sobre o bem fundado das accusações e determinavam as penalidades que eram, geralmente, multas. Notificava-se o culpado da somma a que fôra condemnado á pagar e se da primeira vez não dava satisfação, varias outras era advertido e mais fortemente multado. Se não se submettia ao decidido contra elle, era excluido da Arte e, portanto, ficava arruinado. Não lhe era mais permittido exercer sua industria em seu paiz natal e nem mesmo no exterior porque os representantes das corporações florentinas guerreavam-os[1]. Ao lêr-se os diversos artigos que formavam os Estatutos das Artes em Florença, nós, os que vivemos hoje em um seculo de reivindicações sociaes, nos sentimos revoltados com essas leis draconianas que regulavam todos os actos da vida do povo. A liberdade individual era uma cousa que alli não se conhecia. Entretanto, os cidadãos não se revoltavam contra esse regimen, e, n'uma epocha em que as desordens a miude irrompiam insufladas pelas paixões dos partidos, esse systema de cerceamento era,

[1] Pasquale Villari.

entretanto, o unico que podia beneficiar a communidade. Assim, o papel das Artes foi não só o de factor de prosperidade economica, mas tambem, essencialmente politico. Cada uma d'essas associações era uma instituição autonoma regendo-se por si mesmo e com magistratura propria. Por suas immensas relações no extrangeiro, ellas davam impulso á industria e ao commercio nacional; por sua disciplina e organisação interna bastavam á impedir a anarchia nas continuas crises por que passava o governo florentino disputado por guelfos e nobres. Ao lado das Artes, que acabamos de historiar e como ellas importantissima e constituindo mesmo um ramo commercial em que os Florentinos extraordinariamente se salientaram, a Arte do cambio parece ter existido em Florença anteriormente ao seculo XIII, porquanto por occasião do tratado que esta firmou em 1204 com os Sienenses, os seus consules estiveram representados. Para poder ser cambista, o pretendente devia sugeitar-se a um exame. Sem essa formalidade não era permittida a matricula na referida Arte. Uma vez isso cumprido, estava aquelle em condições de exercer sua profissão, fóra ou dentro da loja, sentado atraz de uma meza coberta com um tapete verde, onde estava uma bolsa cheia de moedas e um livro em pergaminho para o registro de todas as operações que se faziam durante o dia.

Perrens informa que em dito livro a escripta não tinha pontos, nem virgulas nem lettras maiusculas e que só pelo costume se destrinçava o que havia nesses cahos. Tão grande foi o desenvolvimento que as diversas industrias tiveram em Florença, taes eram as relações que seus mercantes entretinham por toda a parte na Europa e no Occidente, que o oiro circulava abundantemente de um ponto a outro e os proprios capitaes entraram a ser considerados como mercadorias. Assim, cambistas e banqueiros forçosamente ganhavam rios de dinheiro em magnificas especulações. Elles serviam de intermediarios aos negociantes que queriam mandar uma determinada importancia a um representante ou credor em um paiz qualquer do mundo, então conhecido [1].

[1] Diz Villari, que os Florentinos encarregando-se de ser intermediarios do dinheiro que os mercantes de Anvers e de Bruges, por exemplo, queriam remetter á Italia ou para Constantinopla, offereciam-lhes facilidades e garantias ao mesmo tempo que uma rendosa especulação. Elles alli compravam a lã ou os pannos felpudos que refinados em Florença, voltavam novamente ao norte de Europa ou iam á Constantinopla, a Caffa ou Tana, para serem trocados por sedas, côres ou especiarias. Recebendo um agio pelo dinheiro a passar e transmittindo-o em mercadoria, faziam duplo lucro. Se, pelo contrario, um Florentino queria mandar á Londres a importancia de cem florins, encontrava immediatamente o mercante da *Calimala* ou de Porta S. Maria, que escrevendo aos seus correspondentes em Lombard Street, ordenava pagar dita quantia.

*

Os Florentinos tinham feitorias e não colonias no sentido genuino da expressão. As suas casas bancarias orçavam por oitenta, o que não era muito para manejar as especies em movimento[1]. No seculo XV, os capitaes de que os mencionados banqueiros dispunham em Florença para operações subiam a dois milhões de florins de oiro, sem contar o valor das mercadorias. A proximidade em que a muito industrial e mercantil cidade guelfa estava de Roma, preparou-a com maior facilidade á ser a banqueira da Santa Sé, aonde affluiam para o Thesoiro de S. Pedro os emolumentos cobrados em todos os povos christãos pelos bispos, as offerendas dos crentes e os lucros dos negocios que o alto clero romano auferia, não só no Oriente como no Occidente.

Farejando todo o beneficio que podiam obter manejando o dinheiro do Papado, pondo em jogo sua extrema habilidade, os Florentinos arredavam, dentro de pouco, da concorrencia, os banqueiros sienenses e bolonhezes que estavam em favôr junto dos dignitarios da Egreja e conseguiam que as suas companhias fossem as encarregadas de fazer essas

[1] Perrens.

operações bancarias. A respeito da Inglaterra, conta Peruzzi, como elles alli obtiveram accumular á sua profissão de mercantes a de banqueiros pontificaes. Nos reinados de João Sem Terra (1199) e de Henrique III (1216), os conventos tinham-se multiplicado de tal fórma no reino, a auctoridade da Egreja se fortalecido de tal modo e as condições do paiz tanto melhorado, que as rendas do obulo de S. Pedro e as taxas ecclesiasticas locaes, augmentaram extraordinariamente. Para arrecadal-as e remettel-as á Roma, a Curia nomeou seus agentes as companhias florentinas alli estabelecidas. Além d'isso, n'esses tempos, numerosas eram as embaixadas que mutuamente por motivos politicos se acreditavam entre os soberanos inglezes e os pontifices. Em vez de levar comsigo o dinheiro preciso para uma longa viagem, os embaixadores achavam maior facilidade em usar da letra de credito; e, para tal, recorriam ás casas bancarias tendo séde em ambos os paizes. O mesmo Peruzzi dá como prova d'esse ultimo uso, a existencia de um documento referindo-se a uma letra cambial acceita por João Sem Terra em 25 de Agosto de 1199, a favor de uma *compagnia* florentina residente em Londres e negociando sob a firma Speren e Baragatin, letra que importava na somma de 2125 marcos sterlinos pagaveis no dia de S. Miguel (30 de Setembro) d'esse anno.

E como esses, outros documentos ha nos archivos inglezes confirmando a antiguidade do systema de cambiaes mercantis[1]. Os soberanos inglezes, por muitas vezes, recorreram aos banqueiros florentinos para pedirem emprestimos de dinheiro. No tempo de Henrique III, a historia reteve varios decretos mandando indemnizar a Bacherelli, Benciveni, Mancini, Chiaromontesi e outros banqueiros, cidadãos de Florença. Em 1306 a *compagnia* Frescobaldi recebe de Eduardo I: dez mil liras sterlinas como premio de ter o rei demorado o pagamento de uma somma, que ha muito lhe fora adeantada por aquella associação. Em 1338, os Bardi e os Peruzzi eram credores de Eduardo III, por um milhão e trezentos e sessenta e cinco florins, o que, segundo Sismondi, levando em conta a differença no valor do oiro, corresponderia actualmente a sessenta e quatro milhões de francos. Todos esses banqueiros eram na Inglaterra e em outros paizes, o que hoje são os Rotschilds e os mais poderosos banqueiros do Stock-Exchange londrino e de New-York: fornecedores de dinheiro aos governos. Quando Florença precisava de um emprestimo recorria tambem á elles. A Communa dava então plenos poderes

---

1 Peruzzi.

aos representantes das *compagnie* [1] de maior vulto para fornecer-lhe o metallico que queria sob a garantia das rendas das gabellas [2].

Em 1358 os Florentinos instituem o *Monte Comune*, em que aos emprestimos antigos juntavam-se os creditos novos, os quaes consolidando o capital pagavam a renda. O dinheiro depositado vencia 5 %. Os *luoghi publici* eram negociaveis. Em uma galeria coberta que margeava as casas no *Mercato Nuovo*, os mercantes jogavam na alta e na baixa da renda, tal qual hoje se faz na Bolsa das grandes cidades. Era para ahi que affluiam os corretores e agentes

---

[1] As associações dos mercantes de Florença chamavam-se primitivamente *Consorterie* (isto é, que corriam a mesma sorte) e dellas faziam parte as familias e parentes dos mercantes; mais tarde, porém, ao nucleo principal da familia do mercante juntaram-se outros cidadãos que com seu trabalho, queriam tomar parte nas especulações commerciaes e bancarias. Então as *consorterie* passaram a chamar-se *compagnie*. Estas eram 108 na Communa, segundo uma nota dada por Florença a Pisa por occasião de assignarem a paz de 1369.

[2] As *compagnie*, a quem a Communa de Florença encarregava de conseguir-lhe por emprestimo o dinheiro de que necessitava, estabeleciam as condições e entregavam a somma pedida, toda ou em parte, repartindo o resto entre os cidadãos mediante certas reservas e com juro razoavel. De outro modo, querendo forçar os cidadãos a emprestar, publicava-se qual a quantia de que se precizava, distribuia-se por districto a quota respectiva, proporcional á riqueza e ao numero das pessoas alli residentes. Isso feito, apenas as quotas eram pagas, remettiam-se ditas quantias aos *Camerlengos* (thesoureiros), os quaes indemnizavam os credores por occasião do vencimento com o producto das gabellas. Para maior facilidade concedia-se ainda aos contribuintes uma quantidade de sal valendo o almude seis liras pequenas, afim de que elles a podessem vender a preços mais altos e determinados. (Peruzzi).

das *compagnie*, que regressavam de Londres, de Flandres, da Armenia ou da China. Esses individuos, diz Perrens, esperando a vez de fazerem seu relatorio, permaneciam na galeria vendo ou jogando os dados com os seus concidadãos, que vinham discutir os negocios pendentes, saber noticias ou discorrer sobre cousas da politica. No seculo XV, a Republica fundou o *Monte di Pietá* recebendo um pequeno juro para mantel-o. Os emprestimos concedidos por essa instituição não podiam ser a largo prazo, exigia-se um penhor para garantia do dinheiro adeantado, com a faculdade de vendel-o no caso em que no momento do vencimento da cautela, empregando um termo moderno, o devedor não estivesse em condições de pagal-a[1]. Em Florença não havia lei prescrevendo aos antigos mercantes fórma especial na redacção dos seus livros commerciaes. *Balducci Pegolotti*, em sua *Pratica della Mercatura*, nada informa sobre a escripturação mercantil em uso. Entretanto, Peruzzi, baseado nos documentos que possuia sua familia, affirma que até 1382 a escripturação se fazia por partidas simples em um livro *dia-*

[1] O *Monte di Pietá* começara a funccionar com 2841 escudos, resultantes de esmolas, depositos e emprestimos; mas, com o tempo, as collectas particulares e a lei decretada pela Republica sobre a confiscação dos bens dos rebeldes presos augmentaram o fundo. (Peruzzi).

rio, no qual havia continuadamente chamadas para diversos livros auxiliares, tendo na capa a designação de: livro do *asse*, vermelho, negro, branco, etc., decimo segundo, decimo terceiro, etc. Depois d'essa epocha, porém, os Florentinos aprenderam com os Venezianos a escripturação por partidas dobradas, cujas vantagens souberam apreciar e utilisar.

Das *Arti Maggiori*, duas outras, ainda que de menor importancia commercial, contribuiam para a prosperidade economica de Florença, indo buscar nos mercados orientaes os elementos que concorriam em grande parte para seu desenvolvimento. Se para a primeira d'essas, a Arte dos medicos e dos boticarios,[1] era preciso o doente para merecerem sua actividade, não menos certo era tambem que as drogas, então, como hoje, formavam o vasto arsenal em que esses scientistas medievaes preparavam suas panacéas. Na composição d'essas *maravilhas* therapeuticas entravam os productos levantinos, que os mercantes de Florença, fretando navios venezianos, genovezes ou pisanos, traziam d'aquellas regiões, á custa das maiores fa-

[1] Os medicos eram em numero de sessenta e tinham na hierarchia da Arte o primeiro logar, seguidos a distancia respeitosa pelos cirurgiões e pelos boticarios. Estes, inferiores em cathegoria, eram superiores por suas riquezas accumuladas na venda que faziam das especiarias. Quanto aos mercieiros, que faziam parte da mesma Arte, a consideração de que gosavam era fraca. (Perrens).

digas, muitas vezes trocando-os por outros de procedencia européa que para lá levavam. Na Arte dos medicos tinha-se inscripto Dante, o genial poeta da *Divina Commedia*, não sabemos por que razão. Referindo-se aos esculapios florentinos d'esses tempos, o historiador Perrens diz, que diplomados com pouco trabalho, elles estabeleciam-se com botica ou afreguezavam-se a de um boticario com o qual se associavam. Esses physicos que eram mercantes, antes que outra cousa, vendiam juntamente com julepos, hervas e emplastros, velas, caixões de defuntos, assucarados, perfumarias, sorvetes e conservas.

Quanto á Arte dos pelleiros, era igualmente do Oriente que lhe vinha quasi toda a materia prima. Cita-se vinte e duas qualidades de pelles beneficiadas por essa industria, muitas das quaes de animaes assaz raros e que constituiam objectos de elevadissimo preço. As outras Artes chamadas menores, differiam das que precedentemente historiamos porque só se occupavam do commercio interno da Republica e por conseguinte, viviam em um circulo de interesses menos vastos do que as outras. Entretanto, algumas d'essas industrias eram muito afamadas na Italia, taes como a dos esculptores em madeira ou em pedra e a dos preparadores de figurinhas de cera. Diz Villari, que todas as vezes que ao trabalho do operario unia-se, pouco ou muito, a arte do

desenho, os Toscanos eram sem rivaes. Os carniceiros, os taverneiros e sobre tudo os padeiros não eram considerados pelo povo porque empregavam em grande, meios fraudulentos para commerciarem. Detestava-se, sobre tudo os ultimos, porque roubavam no pezo do pão e amassavam-o com farinha inferior, visto não poderem elevar o preço d'esse artigo, que por ser de primeira necessidade, era regulamentado pela administração da Communa. A improbidade d'essa classe só era excedida pela dos moleiros, tidos como os maiores ladrões de todos os homens[1]. As *Arti maggiori e minori* não tinham as mesmas aspirações e por conseguinte, propendiam para politica diversa. A's primeiras importava muito que a Republica tivesse portos e abrisse mercados para o escoamento de seus productos industriaes, que possuisse consules que mantivessem as referidas *Arti maggiori* ao corrente do que se passava financeira e commercialmente no Occidente e no Oriente, para ellas aproveitarem-se das occasiões propicias aos bons negocios e com esse fim reclamavam que o governo mandasse embaixadas a differentes paizes, solicitando vantagens mercantis que as puzessem, pelo menos, em condições de igualdade aos outros concorrentes; ás segundas,

[1] Perrens.

isto é, as *Arti minori* deixavam sem enthusiasmo todos esses actos; o que ellas queriam, era que se edificasse casas, que se levantasse palacios, que Florença fosse rica e luxuosa para recorrer aos seus serviços profissionaes e trazer-lhes, conseguintemente, a abastança. Assim, a população miuda odiava a grande burguezia, que tomava parte na administração da Republica e d'ahi a excluia; que legislava medidas contra o luxo, e, millionaria, vivia com mesquinharia. Essa rivalidade permittiu aos nobres insuflarem motins e foi o germen das olygarchias, que, em futuro não muito remoto, substituiram o governo democratico, que tanta magnificencia soubera dar a Florença.

III

Os Florentinos na Sicilia e em Napoles — Os negocios que faziam as *compagnie* — Importações e exportações — Pactos de Florença com Pisa — Compra do porto de Livorno — Creação da marinha mercante florentina e seu desenvolvimento — Embaixadas florentinas ao Egypto e o commercio da Republica alli — Os Florentinos na Barbaria e os tratados que assignaram com os principes d'essa região — Os fretes que cobravam e as mercadorias que transportavam os navios florentinos — O florim de oiro e sua reputação no mundo financeiro — As represalias — A Mercanzia — Legislação interna e normas internacionaes.

A Italia Meridional, tal como a Inglaterra, o Brabante, Flandres e a França foi, desde os fins do seculo XII, rendoso campo de explora-

ção para os Florentinos. A sua residencia alli no tempo de Frederico II, é comprovada por um acto legislativo d'esse monarcha, relativo á repressão da usura e que elle manda tambem applicar aos Toscanos exercendo tão vil industria. Mas para as boas relações que a Communa manteve com Carlos de Anjou, concorreu muito o Papa Urbano IV. Os actos desse pontifice, póde-se dizer, iniciaram a prosperidade dos mercantes florentinos entre os reiniculas[1]. Essa alliança entre a Senhoria e a Casa Anjuense durou não só no reinado do fundador da dynastia, como nos dos principes que o succederam, ajudando-se uns aos outros nas batalhas que tiveram de travar com os gibelinos e os allemães. A *Compagnia* Frescobaldi foi uma das primeiras á quem foi concedida licença para traficar no reino da Sicilia sem pagar mais direitos do que os de portagem. A essa associação outras seguiram-se obtendo o mesmo privilegio, sendo finalmente, um pouco mais tarde, permittido aos mercantes florentinos commerciarem livremente no territorio an-

---

1 Graças ás recommendações do Papado, antes mesmo que Carlos de Anjou viesse á Italia, o seu embaixador Iacopo Cantelmo conseguiu da *Compagnia* Frescobaldi um emprestimo de 300 libras tornezes para os gastos de sua expedição. Para o mesmo fim, outras quantias recebeu de Scali e de diversos outros banqueiros de Florença, outro emissario, Bento Galigai de Macis, florentino associado a banqueiros de Siena, (Ch. Iver: « *Le Commerce et les Marchands dans l'Italie Meridional aux XIII e XIV siècles* »).

juense e nelle estabelecerem *fondachi*. Carlos de Anjou acolhia aos Florentinos com toda a benevolencia e chamava muitos d'elles á exercerem funcções publicas no seu reino. A *Zecca* (Casa da Moeda) de Castel Capuanó, onde se cunharam carlins de oiro pelo modelo dos florins de Florença, estava sob a direcção do florentino Francesco Formica[1]. Charles Iver diz, que os Florentinos no reino anjuense chocavam-se com dois obstaculos: o mercantilismo do rei da Sicilia e seu gosto pelas modas extrangeiras. Esse principe reservava-se o monopolio dos cereaes, o mais lucrativo de todos os traficos, ao qual juntava tambem os beneficios do commercio das especiarias, dos estófos preciosos, do gado e participava do proveito que seus subditos tiravam dos negocios maritimos. Graças a esse systema, o soberano possuia os recursos de que necessitava para seu orçamento, sem ter que recorrer a emprestimos sempre onerosos, senão em circumstancias excepcionaes. Em certas occasiões mesmo em vez de dirigir-se a banqueiros extrangeiros, impunha a seus vassallos a obrigação de emprestar-lhe dinheiro, não tendo depois muita pressa em indèmnisar a ditos seus credores. Por outro lado, os mercantes

[1] Os Florentinos negociavam com moedas em Messina, em Barletta e em Salerno, entre outras cidades do reino anjuense.

francezes e provençaes aproveitaram-se, mais do que os italianos, dos habitos e modas provençaes e francezas introduzidas na Côrte de Napoles. Os agentes reaes importavam os *camelots* de Douai, as telas finas de Reims, os tecidos de côres e outros varios artigos de que usavam o rei, sua familia e os cortezãos. Os mercantes florentinos estavam pois privados do papel tão fructuoso de intermediarios entre o paiz de producção e o de consumo; seu papel ameaçava diminuir, quando a revolta da Sicilia e os embaraços em que se achou a dynastia anjuense forneceram-lhes a occasião de se tornarem indispensaveis e de crearem no reino uma situação excepcional. A subida ao throno de Carlos II de Anjou proporcionou aos Florentinos novos negocios. Como garantias de emprestimos feitos ao soberano, os Bardi, os Nazi e os Acciajoli são favorecidos com diversas vantagens relativas ao commercio de cereaes[1] e teem o fornecimento de varias cousas para a casa real, entre as quaes a da cera para a illuminação do palacio, os enfeites de oiro e perolas para as vestimentas do rei e da sua familia[2]. O apogeu, porém, da

---

[1] A *Compagnia* dos Bardi obteve em 1299, permissão para exportar cereaes pelos portos da Apulia, e os Acciajoli e Mazzi já antes d'essa firma tinham gosado o monopolio do mesmo trafico no reino.

[2] Ch. Iver.

fortuna commercial dos Florentinos na Italia Meridional é no reinado de Roberto, filho do precedente monarcha. Os repetidos emprestimos, que esse principe fizera aos banqueiros de Florença, collocaram-o de certo modo, dependente d'estes. D'ahi os referidos argentarios cresceram em importancia para conseguirem privilegios não só commerciaes como de ordem juridica[1]. A sua petulancia vae a ponto de se intrometterem na administração financeira, criticando os processos usados pelos funccionarios do rei, aos quaes a miude, accusavam de prevaricação, modificando leis geraes do reino ou as fazendo esquecidas e difficultando a execução de pactos internacionaes, como succedeu quando os Venezianos, reconciliando-se com Roberto de Anjou, insistiam para que este lhes concedesse novamente as vantagens que outr'ora tinham gozado no territorio anjuense[2]. As *compagnie* mais pode-

---

[1] Em 1309, os Peruzzi e os Bardi conseguem de Roberto de Anjou que as causas civis, em que fossem partes, não sejam da competencia dos tribunaes ordinarios e sim da Côrte de Appellação (Ch. Iver).

[2] Em 1319, quando o rei Roberto estivera em Genova comprára a um mercante veneziano 700 minas de farinha destinadas ás tropas do Piemonte e para saldar essa conta, autorisára o vendedor a embarcar uma igual quantidade de trigo nos portos da Apulia. As *compagnie* florentinas levantaram a isso tal protesto, que o rei foi obrigado a dar-lhes satisfação e determinou que os grãos exportados por aquelle mercante fossem levados á sua conta. (Ch. Iver).

rosas, que operavam na Italia Meridional, eram os Scali, os Bonaccorsi, os Bardi, os Frescobaldi. os Peruzzi e os Acciajuoli que faziam em grande, não só negocios bancarios como commerciaes. Em segundo plano actuavam outras associações menos ricas, taes como os Alberti. os Coppi, os Anguesani e os Castellani. Ao reino tinham affluido muitissimos mercantes que praticavam isoladamente seu commercio, negociando em lãs nas feiras de Gaeta, Barletta e Salerno, explorando minas na Calabria, fundando manufacturas para diversos artigos em terrenos doados para explorar taes industrias. Os instrumentos de trabalho e a materia prima necessarios para essas fabricas entravam livres de direitos e os productos eram isentos de taxas de transporte e de impostos de consumo. A maior parte dos negocios eram tratados em Napoles ou Barletta, bem que as diversas *compagnie* tivessem representantes em varias outras cidades do reino [1]. Os regulamentos porque se regiam essas associações commerciaes foram os mesmos para a

---

[1] Era em Napoles e Barletta que estavam os escriptorios e os entrepostos que constituiam o «*fundacus societates*», que era o domicilio legal dos mercantes, onde eram passados os actos officiaes que os interessavam e conservados os registros e archivos, e, aonde se dirigiam os representantes da auctoridade publica e os agentes do fisco, quando queriam abrir um inquerito ou notificar uma decisão de justiça. (Ch. Iver).

Italia Meridional como para outros pontos da Europa ou do Oriente, em que ellas faziam suas operações. As casas matrizes tinham a sua séde em Florença e estabeleciam no extrangeiro succursaes de duas especies: fixas, nas praças de grande importancia commercial para ellas; provisorias, em logares de segunda ordem, e, que terminavam logo que se liquidavam os assumptos que temporariamente as tinham feito abrir [1]. D'essas casas filiaes estavam encarregados socios, que com o titulo de directores, vigiavam a marcha geral das transacções e d'ellas informavam a séde em Florença; um secretario occupava-se de ter em dia os livros das contas [2]. Além dos directores, os mais socios de uma *compagnie* tomavam tambem uma parte activa nas operações mercantis, emprehendendo-as e terminando-as desde que estivessem munidos de uma procuração ou de um mandato para actuarem em representação de seus companheiros [3]. A procuração conferia ao individuo. que d'ellas estava revestido, poderes muito extensos para usal-os no interesse de toda associação, ao passo que o mandato era restricto e indicava o fim e a occasião em que o devia exercer aquelle á quem era outor-

---

[1] Peruzzi.
[2] e [3] Ch. Iver.

gado. Ambos esses instrumentos publicos eram redigidos por um juiz regio assistido de dois notarios e de tres testemunhas, e. tomavam-se todas as precauções, afim de se evitar fraudes. Não eram só os associados das *compagnie* que podiam ser nomeados «*procuratores*» e «*nuntiis*» (mandatarios), mas igualmente os Florentinos extranhos a ellas, comtanto que tivessem residencia fixa no reino. E d'esse mesmo privilegio gosavam os extrangeiros [1]. Tambem não se exigia que fosse mercante o candidato a esses cargos. Para preenchel-os designava-se, muitas vezes, simples particulares e funccionarios do Estado. Os agentes de casas bancarias e commerciaes florentinas, quando viajavam por conta dos patrões levavam dinheiro [2], car-

---

[1] Ch. Iver.

[2] Na sua *Pratica de la Mercatura*, Balducci Pegolotti dá instrucções para o transporte de dinheiro, e assim descreve os logares em que o dinheiro é melhorado: *In Firenze*, elle diz, *fanno sempre miglioramento i denari: settembre fino a gennaio sono buoni, perchè i contadini fanno sempre molte paghe, perchè i denari entrano in Comune e escono dai Banchi. Pisa i denari migliorano per Pasqua di Risurrezione, perchè si pagano i soldati, e nel giugno perchè se ne mandano a Venezia per le galee per il Levante. Genova, migliora i denari per la detta Pasqua, ma soleva ciò essere nel luglio, quando le sue galee andavano in Levante. Venezia é caro di denari dal maggio al settembre perchè le galee vanno allora in Levante. Bologna, é caro di denari dal maggio al mezzo giugno per l'inviata dei flugelli. Napoli, é caro di denari al settembre e al settembro e al marzo per le fiere di Gaeta e Salerno. Dove il papa vá, sempre é caro di denari per la gran quantità vi si ha da pagare d'ogni parte; e d'onde parte, sempre vi lascia la partita in carestia:*

*

tas de recommendações e uma senha *(tessera)* com as armas da *compagnia* por cuja conta correteavam. Essas senhas eram ordinariamente quadradas e talhadas em osso, chifre, bronze ou marfim e serviam para mostral-as aos correspondentes e inspirar-lhes confiança [1].

Na Italia Meridional as *compagnie* florentinas commerciavam comprando os productos levantinos alli desembarcados ou os generos alimenticios agricolas, em que a região era fertil. Nos *fondachi* de Napoles ou de Barletta amontoavam-se a *pimenta*, o *gengibre*, a *noz moscada* e o *cravo* (especiarias finas), a *canella* e o *assucar* (especiarias ordinarias). Uma parte d'esse *stock* era enviado para Florença e mais paizes da Europa occidental, uma outra destinava-se ao abastecimento do reino e consumo local [2]. A esses artigos juntavam-se as materias

---

imperochè il forte dei chierici che hanno a pigliare a cambio se non son o in dovizia. Avignone, migliora i denari quando vi sono le fiere a Montpellier in maggio, settembre, novembre, ecc. Parigi ha caro di denari nel giugno e dicembre per le due fiere di Londra in quei mesi. Barcellona, ha caro di denari dal 1.° giugno a tutto agosto per investire in lana, in Arragona, e quindi i grani, gli zafferani. Bruges, ha caro di denari il decembre e il gennaio per i navigli che vi si spacciano con mercanzie, e nell'agosto e settembre sono le fiere che vi sono e per l'investiture di merci che fanno i mercanti. Pegalotti termina essa informação dizendo: *Al di d'oggi non t'ingressare troppo in niuna terra a um tratto, tanto nel rimettere che nel trarre denari, poichè vi é pericolo per i fatti tuoi; tal é la fede poca che é rimasta nei mercanti, ecc.*

[1] Peruzzi.

[2] Ch. Iver.

primas: o algodão que os navios de Alexandria, da Syria e de Constantinopla descarregavam na Apulia e as lãs finas da Barbaria, porque as dos Abruzzos, só se utilisavam para os tecidos grosseiros. O trafico dos generos alimenticios locaes era mais importante [1]. As *compagnie* compravam annualmente grandes quantidades de trigo, cevada, legumes, vinho e azeite, não só para negociarem no reino anjuense como fóra d'elle. Essas mercadorias, ora pagavam direitos communs, ora em virtude de privilegios concedidos pelo rei, tinham franquia total ou parcial [2]. As *compagnie* não desdenhavam tambem o trafico maritimo, seja fretando navios para conduzir o que importavam, seja pondo esse armamento sublocado á disposição do soberano [3]. Quanto a importação que os Florentinos faziam no reino da Sicilia, constava ella, de artigos industriaes, de estófos de lã e de seda, taes como o *cendal* (tecido de linho fino e transparente), de *panni tartarici*, (brocados de oiro e prata), de velludos, de pannos finos *(panni niellati)* de Bruxellas, de telas de Flandres, de pellicas, pedras preciosas, joias e de objectos de ourivesaria, etc. [4]. As succursaes que as *compagnie* florentinas tinham em diversas cidades, emprestavam di-

[1], [2], [3] e [4] Ch. Iver.

nheiro a seus clientes, sob garantias, e, recebiam em deposito valores metalicos e bens mobiliarios, taes como joias, vestimentas de apparato, etc. Penhorava-se, porém, se o banqueiro levava commissão pelo serviço que prestava. Nos livros da *compagnia* ficavam registrados esses depositos e sua natureza. Ao interessado dava-se um recibo «polizza» escripto pelo secretario e sellado com o sello da associação bancario-mercantil. Nesse recibo mencionava-se o nome do depositante, a qualidade do deposito e affirmava-se o compromisso formal da restituição, logo que esta fosse requisitada. Para os emprestimos, no momento do banqueiro entregar os fundos, lavrava-se um termo perante o notario, especificando qual a quantia emprestada e quaes as garantias offerecidas pelo devedor, que podiam ser bens moveis ou immoveis. No caso, em que chegado o dia do pagamento, o devedor não quizesse ou não estivesse em condições de pagar a sua letra, era permittido ao credor apoderar-se, sem formalidade judiciaria alguma, das hypothecas e alienal-as até a concorrencia da somma devida [1]. O descredito de que gozava o duque de Calabria, filho de Roberto de Anjou, principe gastador e amante dos praze-

---

[1] Ch. Iver.

res da mesa e das orgias em companhias galantes, foi o inicio do declinio das *compagnie* bancarias florentinas.

A Senhoria, que o chamára para seu defensor, vio, dentro de pouco, que se tinha enganado, collocando á sua frente um nullo, um perdulario e um arrogante. Os banqueiros que lhe fornecendo dinheiro obtinham d'elle toda a preponderancia politica, passaram a ser mal olhados pelo povo florentino. A quebra da forte associação dos Scali, deixando um passivo de mais de 400:000 florins, abalou o credito de diversas outras casas e repercutiu em toda a Italia, sobretudo na parte sul. A perseguição de Felipe de Valois em França, aos mercantes florentinos e aos agentes de sociedades d'essa collectividade, o não pagamento dos juros dos grandes capitaes emprestados na Inglaterra ao rei Eduardo III, a perda de Lucca arrebatada pelos Pisanos e que os Florentinos quizeram rehaver com o auxilio de Roberto, os escassos preparativos que este soberano puzera em campo para tal empreza e o pedido, á vista d'isso, feito por Florença a Leopoldo de Baviera para a reconquista projectada, as desconfianças que esse ultimo acontecimento despertaram no monarcha anjuense a respeito de seus alliados, constituiram toda uma serie de causas preponderantes á ruina das *compagnie* florentinas no reino da Sicilia. As corridas

que esses Bancos soffreram dos seus clientes anjuenses, que d'elles exigiam o prompto reembolso dos capitaes, aggravaram a crise financeira das *compagnie* florentinas, quebrando muitas d'essas, outras tendo o credito abalado por não poderem attender, em todo ou em parte, os seus credores. E assim desappareceram do mundo mercantil e bancario no reino anjuense: as conhecidas firmas dos Cocchi, Antellesi, Usani, Corsini, Bonaccorsi e Castellani. Apenas poderam resistir ao cataclysmo os Bardi, Peruzzi e Acciajuoli, mas ficando com a situação muito compromettida. Pouco tempo duraram a estes ultimos os recursos postos em jogo para manterem seus negocios e melhoral-os. E no meado do seculo XIV, os referidos banqueiros falliam igualmente, deixando á seus credores, um dividendo de 4 e 9 vintens por libra. A primeira d'essas firmas não tinha conseguido mesmo, receber as quantias que o rei da Sicilia lhe devia e que orçavam por 100:000 florins[1]. Com essas catastrophes terminaram os bellos dias dos mercantes e banqueiros florentinos na Italia Meridional, sem que por isso elles deixassem totalmente de alli commerciar durante um bom numero de annos. A Republica florentina, sob o escla-

[1] Ch. Iver.

recido e patriotico governo democratico, fôra desenvolvendo dia a dia a sua força commercial; mas, para que essa se expandisse com maior grandeza, era preciso que a Communa tivesse um porto e deixasse de ser tributaria de visinhos para o escoadoiro de suas mercadorias. Os Florentinos entendiam e entendiam bem, que só o livre accesso ao mar e a posse de uma frota mercante apparelhada para todas as eventualidades das viagens, poderia fazer a sua Patria realmente grande e por toda a parte respeitada. Tendo em mira esse fim, elles procuraram desbravar o caminho que lhes devia dar a posse tão almejada.

Em paginas anteriores nos referimos a alguns dos tratados commerciaes que Florença firmára nos seculos XII e XIII com as Communas italianas. Em 1282, ella obtem convenções que lhe permittem a passagem livre para suas mercadorias por Lucca[1], Prato, Pistoia e Volterra e vão estabelecendo seu predominio commercial na Toscana. Mas uma rival poderosa havia ainda á dominar e mesmo a

[1] Lucca em 1284 faz um tratado com Genova, em que esta estabelece clausulas agradaveis ao commercio florentino, taes como a diminuição de oito dinheiros á quatro no direito sobre a seda; a reducção do imposto de portagem ás mercadorias que chegavam ao Porto Venere por via maritima; a abolição de taxas para a lã, os cobertores, as pelles e o alumen; a determinação que as victualhas desembarcadas para os Florentinos e Lucquenses em qualquer ponto do

aniquilar, para que o mar fosse entrada á Florença. Essa rival era Pisa, sua visinha, por cujo territorio suas mercadorias forçosamente teriam que atravessar, pois nelle estavam os portos aos quaes mais depressa podiam chegar. Tivemos occasião de referir que os Pisanos, no intuito de pôr difficuldades a expansão commercial dos Florentinos, impunham fortes taxas ás mercadorias que estes faziam transitar pelo districto da sua Communa. A sorte das armas ou o receio que aquelles viessem declarar-lhe uma guerra em momento inopportuno para ella, obrigou Pisa a dar franquia aos carregamentos dos mercantes de Florença, firmando nesse sentido, com esta, os pactos de 1273, 1293 [1], 1317 e 1329, além dos que já mencionamos ao historiarmos a traços largos a epocha do *Primo Popolo*. Quando os Genovezes derrotaram os Pisanos em Meloria, os Florentinos exultaram por ver abatida a barreira

territorio genovez até Monaco fossem livres de gabellas, quando transportadas á seu destino. Esses artigos eram os de primeira necessidade (frumento, vinho, azeite, etc.) que assim podiam ser vendidos em Florença por um preço menor do que os do costume, o que era de immensa vantagem ás classes proletarias. Este paragrapho do tratado foi devido necessariamente aos esforços das Artes menores, que então já tinham alguma ingerencia no governo da Communa florentina. (Gino Arias).

[1] No tratado de 1293 concluido entre Pisa e Florença, foi permittido aos Pisanos levarem vinhos da Grecia á Florença e revendel-os sem pagamento de gabella, o que era extremamente vantajoso para o povo miudo.

que tolhia seu progredimento, e immediatamente propuzeram a Genova arruinar para sempre sua rival, formando para isso, uma liga com Lucca e varias outras cidades toscanas, o que foi acceito. Começados os preparativos para a guerra, os Florentinos reflectiram melhor e recuaram, faltando á fé dos tratados, receiosos de augmentarem o poder de Genova pela conquista completa de Pisa [1]. Esta, por sua vez, tenta ainda salvar-se. Aproveitando-se do esfriamento de relações entre os seus inimigos, busca chamar a si Florença, dando-lhe concessões. Mas a sua sorte estava lançada. Não havia para onde fugir. A ephemera paz custou aos pisanos: terras e castellos importantes, taes como Santa Maria in Monte, Fucecchio, Santa Croce e Monte Calvoli, que cahiram em mãos dos Florentinos; Bientena, Ripafratta e Viareggio, que tocaram aos Lucquenses, e, elles com essas perdas palparam a impossibilidade de concorrer no mar com Genova.

Novas guerras com suas encarniçadas inimigas privaram-n'a de seus portos, reduziram a infimas proporções o ambito da sua Communa, impuzeram-lhe como *Podestá* um cidadão pertencente as cidades da Liga, e, a sua

---

[1] Ch. Iver.

ruina não foi mais então do que progressiva. A Senhoria de Florença augmentando seu territorio a custa de Pisa, tinha livre accesso ao mar, mas não encontrava ainda um porto no littoral, capaz de satisfazer os seus desejos de ser potencia maritima, por quanto a sua rival infeliz, antes d'ella dominar em seus limites, perdera Livorno e Porto Pisano. Em Porto Venere tentaram os Florentinos fazer a base de sua organisação naval; mas depois, abandonaram essa ideia, para negociarem e conseguirem dos Genovezes a venda de Livorno, que correspondia melhor ás suas aspirações.

A acquisição d'esse porto, o caminho livre para o mar, sonho realisado, e, pelo qual os Florentinos batalharam mais de um seculo, abriu á Republica uma outra era de prosperidade. Para animar sua navegação nascente, Florença creou um arsenal, estaleiros, uma magistratura especial *(magistrado de'i consoli di mare)* para dirigir os assumptos maritimos e fez construir galeras. A partida do primeiro navio mercante florentino para o Levante foi motivo para uma festa. Afim de commemorar esse acontecimento, a Republica mandou cunhar o *Fiorino di galea* de oiro, cujo valor era o mesmo dos florins dos de igual metal cunhados em 1252 e que tão bem fôram recebidos em toda a parte, a ponto de que alguns Estados os tinham tomado como typo de moeda.

A frota mercantil de Florença não foi, entretanto, muito numerosa porque nunca passou de 11 grandes galeras e 15 pequenas [1]. Os navios florentinos pertenciam ao Estado, que os dava ao melhor offertante; mas no caso de não haver concorrente nessas condições, eram então cedidos aos especuladores, gratuitamente. Domenico Defini conseguio em 1429, que o consulado maritimo puzesse a sua disposição uma galera, sob a reserva, porém, que faria pelo menos duas viagens á Ragusa e carregaria mil peças de panno, das quaes dous terços deviam ser de fabricação florentina [2]. Com o fim de que a importação e a exportação coubessem ao pavilhão nacional, os *consules do mar* decretaram que quem carregasse em navios extrangeiros pagaria um imposto de 8 %, sobre o valor das mercadorias [3]. Como em Veneza, tudo estava regulamentado: o armamento, a equipagem, o preço do frete, o numero das expedições. Estas eram em numero de duas, uma para o Levante e outra para a Europa; a primeira tinha por itinerario: Moréa, Constantinopla, Thessalonica, Adrinople, Brussa, os portos do Mar Negro, principalmente Caffa e Trebizonda, a Armenia, a Asia Menor, Chypre,

---

1 Boccardo—*Historia del Commercio y de la Industria.*
2 Depping—*Histoire du Commerce du Levant au moyen âge.*
3 Scherer—*Histoire du Commerce.*

Rhodes, a Syria, e podiam ir tambem á Alexandria e Alta Barbaria; a segunda dirigia-se á Barbaria Inferior ou Bona, Mayorca, Minorca, Sicilia, Barcelona, Sevilha, Portugal, Flandres, Inglaterra e França. Os patrões ou conductores das galeras do Levante eram obrigados a transportar os embaixadores e os mancebos que iam aprender o commercio nessas Escalas[1]. Na volta, cada um d'esses patrões offerecia á Senhoria de Florença um tapete, cujo valor representava, pelo menos, quinze mil florins. Ao adquirir Livorno, o primeiro acto de Florença foi mandar embaixadores ao sultão do Egypto, ao imperador de Constantinopla e ao principe que reinava em Tunis. Os acreditados junto ao primeiro d'aquelles soberanos em 1422, foram Carlo Federighi e Felice Brancacci. As instrucções, que o Governo dera áquelles emissarios, eram que solicitassem do sultão os mesmos privilegios e franquias de que em seus Estados gozavam as nações mais favorecidas e que lhe dissessem que a Patria florentina tendo vencido e se apoderado de grande parte do territorio de Pisa, podia pelo menos, pretender as

---

[1] A primeira galera que depois da acquisição do porto de Livorno partiu para Alexandria, levava a seu bordo doze mancebos das primeiras familias florentinas para aprenderem o commercio maritimo naquella praça.

mesmas vantagens que aquelle povo obtivera no Egypto.

A Republica desejava tambem que o florim de oiro alli tivesse curso igual ao ducado veneziano. Ao regressarem d'essa commissão á Florença, os embaixadores declararam que tinham conseguido, não só o que tinham pedido, mas tambem outras vantagens. O sultão permittia aos Florentinos possuirem uma egreja, um *fondaco* e consules em Alexandria e Damasco e em muitos outros logares, onde tal era auctorisado ás outras nações christãs; promettia que os referidos mercantes não soffreriam violencias e injustiças nas compras e vendas a chegada e a partida, no carregar e no descarregar; assegurava-lhes liberdade para a pratica de sua religião; e, finalmente, não se oppunha a que o florim de oiro tivesse curso legal[1]. Veneza foi a mentora de Florença, quando esta iniciou seu commercio com o Egypto; e os tratados que aquella firmou com o sultão e dos quaes fornecera cópia á Senhoria, serviram de nórma á esta, quando mandou novas embaixadas ao paiz do Nilo solicitar favores mercantís. Durante os primeiros annos em que Florença commerciou com o Egypto, não o fez em larga escala.

---

[1] Heyd — *Le colonie commerciali degl'Italiani dell'Oriente nel Medioevo.*

As guerras que naquelle tempo a Italia era o campo, não lh'a permittiam a Senhoria occupar-se com maior esforço e actividade de seu commercio em regiões longiquas. Entretanto, ella não abandonava a idéa de alargar seu trafico no Egypto. Em 1448, manda alli como embaixador a Giovenco della Stufa e em 1465 acredita como consul florentino em Alexandria o seu compatriota Mariotto Scuarcialupi[1]. E', porém, no tempo de Lourenço de Medici, que as relações entre os dous paizes tomam um maior desenvolvimento, obtendo do sultão, aquelle chefe de Estado importantes concessões, taes como liberdade de locomoção nos dominios do soberano, faculdade para comprar e vender, carregar e descarregar mercadorias nos portos egypcios, isenção de todas as exigencias aduaneiras, pagamento, apenas, dos direitos da tarifa ordinaria e, autorisação para que os mercantes florentinos dependessem unicamente dos seus consules[2]. Como, apezar d'esse pacto, os Florentinos soffressem exigencias das auctoridades em Beyrouth e Damasco, e, os arrieiros encarregados do transporte das mercadorias, de um ponto á outro, as falsificassem no caminho,—Lourenço de Medici reclamou contra esses factos. O sultão desejoso de que seus

[1] Heyd.
[2] Depping.

Estados continuassem a commerciar com os mercantes de Florença, ordenou immediatamente o castigo e a substituição dos arrieiros, e, prohibiu que a alfandega de Beyrouth puzesse obstaculos aos carregamentos dos navios florentinos e a armazenagem das mercadorias que tinham de seguir em transito para Damasco; mandou que aquella repartição cobrasse apenas tres *lisens* por sacco de algodão em bruto e quinze pelo em fio; e, finalmente, determinou que o consul florentino recebesse da alfandega as mesmas provisões que o seu collega de Veneza, e que todas as vezes que tivesse uma queixa de um Sarraceno, lhe fosse permittido entrar no palacio do sultão para submettel-a a sua apreciação[1]. Quando a descoberta do caminho da India ameaçou o commercio do Egypto, o sultão pediu aos Florentinos que frequentassem mais a miude seu paiz. Isso, proporcionou á Senhoria de Florença a occasião de enviar-lhe um embaixador, agradecendo o convite. Para o desempenho d'esse cargo foi nomeado Bernardo Peruzzi, membro da conhecida familia de banqueiros, o qual partiu em 1509 e conseguiu que fossem confirmados á sua Patria os antigos privilegios e franquias.

---

[1] Depping.

Depois que os Turcos se apoderaram do Egypto, parece que, ainda os Florentinos mandaram seus navios alli, emquanto os Medici tiveram em suas mãos os negocios da Republica. Em Constantinopla, o commercio da Senhoria de Florença foi tambem dos mais prosperos. Entretanto, nem sempre ella usou de correcção para mantel-o. Quando os Turcos tomaram a capital byzantina e varias ilhas do Archipelago e com suas continuadas victorias ameaçavam a Europa com outras conquistas, o Papa prégou uma Cruzada contra elles. Veneza e Genova, apezar de inimigas, depuzeram as armas com que se combatiam e foram enfileirar-se nos exercitos pontificaes. Florença adheriu a Cruzada, mas emquanto essa se organisava, navios florentinos carregados de brocados de oiro, pannos, sabões e azeites, dirigiram-se á Constantinopla, onde os bons officios do seu consul conseguia-lhes, dos infieis, privilegios commerciaes. Mas como essa falta de lealdade para com o christianismo fosse ainda pouco, os Florentinos a aggravaram excitando os Musulmanos contra os Genovezes e os Venezianos, interceptando as cartas dos mercantes da Italia e tornando-se espiões dos infieis contra os Europeus [1]. É verdade

---

[1] Depping.

que naquellas epochas, mais do que actualmente, não se olhava os meios para chegar aos fins. Os chefes de então com a maior facilidade faltavam a seus compromissos e as nações não tinham o pudor preciso para envergonhar-se de certos actos de felonia internacional. As costas da Barbaria eram frequentadas pelos mercantes florentinos desde o seculo XIII. Mas estes alli não faziam negocios, se os Pisanos não os protegessem nessas expedições. O chronista Villani nos indica como elles sahiram d'essa humilhante subalternidade no reinado de Abou-Abd-Allah el Mostancir I: Eis como o facto se deu: «Quando os novos florins de oiro (cunhados em 1232) começaram a se espalhar, não tardou que essa moeda circulasse em Tunis. O rei do paiz, que era um homem de bom senso, surprehendeu-se com a belleza das novas peças, fel-as ensaiar e sendo estas encontradas de um oiro muito fino, viu-se que era uma moeda christã. «Que vem a ser Florença?» perguntou o rei aos Pisanos, então muito considerados e muito em favor junto a elle; — «é grande cousa», responderam aquelles, — «é um paiz d'onde vêem nossos Arabes» —, o que queria dizer: nossos montanhezes: — «*Sono i nostri Arabi fra terra, che tanto viene a dire come i nostri montanari*» —. Mas replicou o rei: — «essa moeda me parece demasiado para uma moeda de montanhezes, e vós Pisanos,

mostrae-me vossa moeda» —. Estes ficaram confusos e não souberam responder. O rei informou-se, se havia em Tunis alguns d'esses Florentinos, que os Pisanos queriam fazer passar como seus compatriotas, e soube que alli se achava um mercante do quarteirão de Oltram, chamado Piero Balducci, que depois me contou todas essas cousas. O rei chamou-o á sua presença e d'elle soube o poder e a magnificencia de Florença. Balducci disse-lhe: que Florença tinha duas vezes a população de Pisa e que os florins de oiro eram o preço e a prova das victorias que conseguiram seus compatriotas. O rei concedeu, então, aos Florentinos, franquias. Elle quiz que tivessem em Tunis um *fondaco* para residir, uma egreja e privilegios especiaes, taes como os que gozavam os Pisanos». Max-Latrie, a quem o Governo Francez no tempo de Napoleão III commissionára para fazer estudos sobre o *Maghreb* em suas relações commerciaes com os christãos na idade média, informa: «Que nem nos Archivos nem nas compilações historicas de Tóscana, encontrou tratado concluido entre a Republica de Florença e o rei de Tunis, no espaço que vae do seculo XIII ao XIV, afim de garantir as franquias acima referidas por Villani, mas que é possivel que os Florentinos, com o seu senso pratico, se contentassem em gozal-as de facto como uma simples tolerancia dos privilegios

que El Mostancir lhes concedera e sem pedirem que um documento publico os assegurasse; e que essas contemplações lhes podiam ser aconselhadas pela prudencia ou impostas pelos Pisanos, de quem no momento ainda dependiam [1]. Anteriormente referimos que Florença, ao armar uma frota mercante, logo que pôde ter um porto seu, enviára, em 1421, uma embaixada á Tunis [2]. O emissario encarregado d'essa visita foi Bartholomeu de Galeas, o qual devia conseguir do sultão Abou-Farés, que reinava na occasião, os mesmos privilegios outorgados aos Pisanos. Ao serem entaboladas, porém, as primeiras negociações para um tratado de paz, amizade e commercio, ellas foram sustadas em consequencia da morte do embaixador. Neri Fioravanti, um outro agente nomeado pela Republica, foi quem firmou o referido pacto em 1423 nas condições desejadas pelos Florentinos. Eis suas principaes clausulas: 1.ª Aos mercantes de Florença e aos Pisanos, que de protectores passavam á protegidos da Senhoria, confirmavam-se os privilegios dados anteriormente, taes como segurança na locomoção, protecção aos naufragos, liberdade á venda de navios, regulamentação

---

[1] Max-Latrie: — *Relations et Commerce de l'Afrique Septentrional avec les Nations Chretiennes.*

[2] Depping.

dos direitos e obrigações dos interpretes, permissão á fazerem leilão de mercadorias sob a garantia dos funccionarios aduaneiros; 2.ª A tarifa das taxas de importação que se cobravam a 11 $^1/_2$ $^0/_0$, e que os Pisanos tinham conseguido que para elles fosse de 10 $^1/_2$ *ad valorem*, era mantida aos Florentinos nesta ultima proporção, exceptuando os metaes preciosos e as joias que só pagariam 5 $^0/_0$; 3.ª facultava-se o transito de mercadorias por todas as cidades do reino e permittia-se aos mercantes satisfazerem os direitos de entrada só depois que vendessem seus carregamentos e poderem reexportar a estes em franquia no caso em que não encontrassem compradores; 4.ª os *fondachi* dos Pisanos pertenceriam tambem aos Florentinos, mas os consules que dirigiam essas feitorias eram de exclusiva nomeação de Florença. O rei os receberia em audiencia, pelo menos, duas vezes por mez, quando necessitassem tratar junto d'elle, dos interesses dos seus compatriotas e protegidos; 5.ª os consules ou os directores das alfandegas, empregariam todos os seus esforços para fazer indemnisar os Arabes das quantias a estes devidas por cidadãos de Florença ou de Piombino, mas em caso algum, os agentes christãos eram responsaveis, se um filho do paiz fosse lesado pelos Florentinos; 6.ª renovava-se os artigos que tinham proporcionado por muito tempo

proveitos consideraveis de fretes e commissão, e consignava-se que os subditos ou protegidos da Republica gozariam das vantagens do tratado, ainda mesmo que trouxessem á Africa, suas mercadorias em navios arvorando pavilhão extrangeiro; 7.ª estabelecia-se que severas medidas seriam tomadas para impedir os actos de pirataria [1].

Outros tratados concluio Florença com Tunis em 1445, 1460 e 1462, cujos textos pouco differem do que acima mencionamos, tendo havido apenas uma modificação nos direitos de importação, que passaram a ser de 10 a 10 $^1/_2$ $^0/_0$, taxa que nesses annos parece ter sido cobrada pelas alfandegas arabes a todas as nações christãs, que commerciavam no Maghreb. A navegação para a Africa fazia-se nos mezes de Abril ou de Agosto. As embarcações partiam de Livorno e dirigiam-se primeiro á Genova, onde podiam permanecer tres dias. D'ahi, seguiam directamente para Tunis, onde lhes era permittido ficarem doze dias. As estações e as escalas seguintes eram assim determinadas: em Bone, tres dias; em Oran, seis dias; em One, tres dias; em Almeria, no reino de Granada, cinco dias; em Alchuda ou Arcudia, que era escala de Fez, tres dias; em Malaga, tres dias;

---

[1] Max-Latrie.

em Cadiz, dois dias; em S. Lucar de Barameda ou San Luc de Barameda, doze dias. D'esse ponto, que é além de Cadiz, na embocadura do Guadalquivir, as galeras voltavam á Toscana fazendo o mesmo itinerario da vinda. A viagem no seu conjuncto devia durar de tres a quatro mezes. As escalas que acabamos de enumerar não eram imperativas; ellas podiam ser modificadas se ao commandante da expedição, de accordo com os patrões das galeras, assim lhe conviesse. Não lhes era permittido, porém, tocar nas costas da Catalunha e da Sicilia, reservadas aos navios do Occidente e da Romania. Para que os navios se pudessem livrar dos piratas, não se concedia licença para viajar senão em conserva[1]. Em 1461 foi regulada a seguinte tarifa especial para fixar o preço do frete das mercadorias á transportar do Porto Pisano á Barbaria e Andaluzia:

---

[1] Max Latrie.

Fretes de ida á Tunis e a toda a Barbaria até Cadiz

	Florins	Vintens	Dinheiros
Pannos de Florença, a peça	—	1	5
Pannos de Inglaterra, *senza grana* (finos, lisos), a peça de 13 varas. . .	—	1	—
Pannos de Inglaterra, *di grana* (felpudos), a peça de 13 varas	—	2	—
Pannos . . . . . . *panni venu* . . . . . . peça .	—	—	15
Pannos estreitos, a saber: *ses* e *sventoni*, a peça.	—	—	6
Fustões, brins e pannos de linho, o fardo de 250 libras	—	2	—
Pannos de seda sem oiro e carmesins, o cento	—	3	—
Pannos carmesins e oiro, sem pennugem, damasco, brocados, o cento .	—	3	—
Pannos de oiro e brocados com pennugem, o cento	—	3	—
Prata e oiro, oiro e prata em fio, *ad valorem*, por cento	—	1	10
Papel, o fardo de doze resmas. . . .	—	13	4
Papel real, o fardo de doze resmas. .	1	6	8
Papel velho *(carta di stracci)*, o fardo .	—	10	—
Gomma, açafrão, o quintal de cento e cincoenta libras	—	8	—
Alvaiade, o barril	—	6	8
Azeite, vinho de Malvazia, o tonel . .	4	—	—
Laccas de todas as especies, o quintal.	2	—	—
Algodões, o quintal.	1	—	—
Noz de galha?... e cobre *(ghalla e rami)*, o quintal	—	8	—
Gorras, casquetes e mercearia, o cento em pezo	1	10	—
Kermés, o cento (em pezo?)	2	—	—

	Florins	Vintens	Dinheiros
Seda, o quintal de cento e cincoenta libras	10	—	—
Cera	—	12	—
Coiros de Barbaria, por nove coiros .	1	—	—
Coiros de Galliza, por oito peças . .	1	—	—
Coiros de Portugal, por sete peças . .	1	—	—

Fretes de volta de Cadiz e de toda a Barbaria á Porto Pisão

	Florins	Vintens	Dinheiros
Coiros de Hespanha, por seis peças .	1	—	—
Oiro de paizes diversos, *ad valorem*, por cem	1	10	—
Tamaras, o quintal de cento e cincoenta libras	—	8	—
Vernizes, gomma arabica, o cento . .	—	10	—
Pennas de avestruz, *ad valorem*, por cem	4	—	—
Pelles de cordeiro e outras pelles, o fardo de duzentas e cincoenta libras	1	5 [1]	—

Balducci Pegolotti, em seu celebrado manual do mercante, e os archivos da casa Peruzzi, indicam as diversas praças, portos e mercados em que os Florentinos commerciavam, além dos que acabamos de enumerar. A Armenia, que Pegolotti chama o *Paradiso terrestre*, teve um commercio de certa importancia com os

---

[1] Max Latrie.

mercantes de Florença, favorecido com alguns privilegios outorgados pelo soberano d'aquelle reino. Tana, a qual nos temos referido em capitulos precedentes, como sendo grande emporio de negocios para Pisanos, Genovezes e Venezianos, foi tambem frequentada por Florentinos, e já indicamos o caminho que seguiam as caravanas para ir de Tana á Pekin, capital de Caltaia (China), marchas em que gastavam oito ou dez mezes, viajando por terra e por agua.

De uma pagina de Pegolotti, inserida na obra de Peruzzi, extractamos os seguintes curiosissimos conselhos dados por aquelle florentino aos mercantes que se propuzessem a emprehender taes jornadas: «Antes de partir de Tana, o mercante viajante devia deixar crescer a barba e levar comsigo um interprete, bem pago e dois servos que falassem facilmente a lingua do paiz. De Tana á Gittorshan (Astrakan) era conveniente prover-se de peixe e farinha para vinte e cinco dias. A carne encontrava-se em muitos dos logares a atravessar. E assim devia elle proceder de um paiz á outro, quanto aos viveres. A estrada até a China era segura; se durante a viagem, o mercante morresse, seu espolio pertenceria a auctoridade principal da localidade em que se desse o obito; mas, se esse facto occorresse já na China e se o defunto

tivesse um irmão, a este seriam entregues os haveres do morto. As despezas de viagem de ida de um mercante, acompanhado de um interprete, de dois servos e de um carregamento do valor de 25 mil florins, orçariam por 300 ou 400 florins de oiro. Todo o dinheiro levado pelo mercante á China, é-lhe tomado pelo imperador que lhe dá em troca uma moeda papel, a qual tem curso forçoso no paiz e serve para aquelle comprar as sedas e mais mercadorias de producção nacional[1]. Em Chypre, as *compagnie* florentinas mantiveram succursaes. Alli residiu por muitos annos Pegolotti, como agente dos Bardi, que negociou um tratado commercial com o soberano que reinava naquella ilha, obtendo que todos os Florentinos não pagassem mais os dois por cento de direitos de entrada, vantagem por elle já anteriormente obtida para os Bardi e os Peruzzi, o que lhes permittiu alargar suas relações mercantis com o dito reino e

[1] Antes de possuirem um só navio, os Florentinos já iam á China e levavam mercadorias á todo o Oriente e mesmo alli fundaram feitorias. Elles exportavam: vinhos, fructas, azeite, peixe, resinas, alcatrão e varios productos da Toscana; importavam: materias córantes, algodão, seda crúa, perolas, pedras preciosas, ambar, oiro em barras, assucar, pelles de cabra, madeira em obra. As sedas, os pannos e os brocados de oiro e prata, novamente elles os reexportavam para o Levante, depois de refinados ou alindados, e alli os vendiam como productos extrangeiros realisando grandes lucros, visto a superioridade das manufacturas florentinas ser muito considerada. (Perrens—*Histoire de Florence*).

mantel-as até o fim do seculo XV. Florença teve na boa qualidade da moeda que usava, um grande auxiliar de sua prosperidade bancaria e commercial. Até 1252, a moeda indigena na Communa foi o *picciolo* de prata, que valia doze dinheiros. Para não perderem no cambio, os mercantes florentinos d'aquelles tempos levavam seu numerario ás Casas da Moeda de Lucca ou de Pisa, que lhes forneciam o metallico preciso para seu negocio, visto ter aquelle que correr em seu paiz. Depois da victoria que os Florentinos tiveram sobre os Sienenses em Montalcino, o Governo do *Primo Populo*, como já dissemos, mandou cunhar o florim de oiro de vinte e quatro quilates, valendo uma lira ou dois florins de prata. Essa lira não era então mais do que uma moeda ideal e só foi effectiva no Reino de Cosme I de Medici, o que é provado por um decreto d'esse soberano, datado de 1539 mandando cunhar em Pisa uma moeda de prata do valor de 20 *soldi* e 240 dinheiros [1]. Pelas informações de Peruzzi, sabe-se que não havendo em Florença mais do que florins de prata ou soldos, quando se cunhou o florim de oiro, os preços das compras regularam-se por esse florim e foram calculados de modo que os

---

[1] Peruzzi.

soldos e dinheiros, isto é, $^1/_{20}$ e $^1/_{240}$ eram soldos e dinheiros de florim de oiro e não de lira; mas devido a alteração successiva do florim de prata que equivalia em 1252 a $^1/_{20}$ do florim de oiro, houve necessidade de equilibrar essa equivalencia, elevando-o de 20 soldos a 30 e 40 por florim de oiro. Durante a Republica, entretanto, contou-se em liras imaginarias por florins, mas sempre liras de 20 soldos. Assim, de uma parte, o florim no mercado augmentava ou diminuia, segundo a cotação do dia; e da outra, o mesmo florim em curso bancario era fixado por lei de 1271, no valor de 29 soldos[1]. Tal foi a reputação do florim de oiro, que a *Zecca* (Casa da Moeda) florentina era obrigada a fabricar 400 mil d'aquella especie annualmente, o que prova a riqueza nacional. Dois empregados *(Zecchieri)* presidiam semestralmente a cunhagem da moeda, um tirado da Bolsa da Arte dos *mercatanti* e o outro da dos cambistas ou banqueiros. Cada anno escolhia-se secretamente, além d'esses funccio-

---

1 Peruzzi.

Em 1331 o florim valia 60 soldos e subindo sempre chegou em 1464 ao valor de quatro liras e oito soldos. Os florins de oiro foram de duas especies: o *largo* ou de *galea*, cunhado, como já referimos, em 1422, por occasião de organisar-se a marinha mercante de Florença, e que era igual no pezo, no tamanho e no valor a moeda veneziana; e o de *sugello*, que foi o primeiro em curso. Em 1471, os dois florins fundiram-se em um só, voltando ao antigo, que durou até 1530, e valia 7 liras. (Pasquale Villari).

narios, um habil e honesto ourives para servir como perito no exame da moeda, pezando-a, ensaiando-a, e cortando-a, se faltava algum requisito e fechando-a em um saquinho sellado, se ella era encontrada nas condições determinadas pelo regulamento [1]. Diversos Florentinos geriram Casas da Moeda extrangeiras: a de Bolonha, em 1269, estava a cargo da *Compagnia* Tornaquinci; a de Londres teve como director no reinado de Eduardo I, um Frescobaldi; e em 1338, Angiolo Vernaccia e Francesco Benacquisti tiveram em arrendamento as *Zecche* de Aquiléa, Roma, Napoles e Perugia [2].

Entre as causas perturbadoras do commercio florentino figuravam as famosas represalias, isto é, o direito de apprehensão por parte de uma Communa dos haveres da outra. Esses actos datavam, parece, dos tempos dos imperadores allemães. Conta-se que Gebhard d'Arnstein, vigario de Frederico II, na Toscana, não tendo conseguido do conde palatino Tegrino, *podestá* de Pisa, que mandasse pagar ao conde Rodolfo de Capraja, quatro mil e oitocentas libras, que essa cidade lhe devia, concedera a esse senhor feudal a faculdade de represalias sobre os bens e as pessoas dos

---

[1] e [2] Peruzzi.

Pisanos. Esse exemplo, tendo achado imitadores nas outras Communas, transformou o dito systema em uma instituição [1]. Se uma cidade decidia permittir represalias contra outra, a avisava antes por carta ou lhe enviava embaixadores pedindo-lhe reparação dos actos que tinham lesado seus compatriotas e communicando-lhe que não sendo attendida, usaria d'aquelle meio para que esses se indemnisassem. Quando as Communas queriam terminar as represalias levavam tambem essa decisão ao conhecimento da parte interessada e davam-lhe o prazo de dez dias para que ella podesse acceder a proposta; em caso de negativa, as hostilidades continuavam então mais vigorosamente [2]. Nem sempre as Communas tomavam a iniciativa d'esses actos; muitas vezes davam cartas officiaes a seus concidadãos para pratical-os. Entretanto, bem que a pessoa lesada não devesse apoderar-se senão de objectos equivalentes ao valor d'aquelles em que tinham sido lesadas e deixar o resto, assim não acontecia, e depredações faziam-se a torto e a

[1] Perrens: — *Histoire de Florence.*

[2] Em 1298, Florença encetou represalias contra Perugia por seiscentas libras; contra Fano por duas mil; contra Spoleto por duzentas e cincoenta; contra Pisa por cincoenta e cinco; contra Forli por mil e quatrocentas, por motivo de emprestimos não pagos ou de mercadorias roubadas. Viterbo, Padua, Veneza, posto que mais affastadas, não escapavam ás represalias de Florença. Algumas vezes essas Communas tomavam a iniciativa. (Perrens).

direito. Os factos mais insignificantes determinavam represalias: o roubo de um animal com um carregamento de pannos, honorarios de medico não satisfeitos, uma pequena quantia não paga. Logo que eram annunciadas as represalias, os habitantes da Communa em que ellas iam se dar, e que possuiam bens, tratavam de emigrar para não soffrerem violencias que a culpa de um ou mais compatriotas seus determinariam. Em esse exodo ia a maior parte dos que alli mercadejavam com residencia mais ou menos fixa. Facil é suppor-se quanto perdiam em uma retirada tão precipitada.

A Communa iniciadora não era menos prejudicada, porque a fuga dos mercantes do Estado ameaçado interrompia a realisação dos negocios projectados entre os seus cidadãos e os fugitivos, e porque estes ultimos desfalcavam o mercado de muita cousa. Além d'isso, na cidade que devia soffrer as hostilidades viviam mercantes naturaes da adversaria, que se ausentavam para evitar vinganças dos filhos do logar. Durante as represalias, as communicações com as Communas ficavam completamente impedidas e a gravidade d'esse facto augmentava quando as condições geographicas das cidades as collocavam como necessarias ao commercio de transito de uma das que concedia aquelle direito. Foi isso que

determinou a disposição do Estatuto florentino anterior a 1280, estabelecendo que todo o caminho que conduzisse ao paiz adverso, fosse dividido em tres grupos, e as represalias se exercessem por quatro mezes sobre um dos grupos, por outros quatro mezes sobre o seguinte e no resto do anno sobre o ultimo. A razão d'esse regulamento, era a Republica ter sempre uma estrada livre e segura que permittisse aos forasteiros a passagem pelo territorio da Communa contraria, na esperança que esta usasse de reciprocidade[1]. Para remediar os muitos damnos causados pelas represalias recorreu-se aos systemas de suspensão, de arbitragem e de tratados. A suspensão era a prohibição de exercer represalias contra qualquer subdito de um paiz durante um tempo marcado. Esse acto podia ser decretado expontaneamente pela auctoridade, no intuito que a adversaria tivesse o mesmo procedimento, ou se puzesse de accordo com ella. Gino Arias menciona as causas de suspensão por motivo de feiras *(nundine)* como sendo as mais communs. A' estas juntavam-se as occasionadas por ameaça de carestia. Em 30 de Outubro de 1296, Florença concedeu immunidades de represalias aos extrangeiros que trouxessem

[1] Gino Arias — *Obra citada.*

grãos á cidade. Na arbitragem, que tinha sempre o caracter de uma convenção bilateral, os litigiosos submettiam a questão a uma magistratura especial. Um syndico era eleito pelas duas partes, perante o qual as Communas adversarias se compromettiam a acceitar a sentença dos arbitros igualmente designados para tal e que eram juris peritos. Na arbitragem que Florença e Bolonha convencionam em 1292-1294, diz Gino Arias, que segundo documentos por elle compulsados: «a eleição dos arbitros parece ter cabido aos priores das Artes e ao porta-estandarte da justiça, após deliberação dos Conselhos competentes. Recebida a primeira carta da Communa de Bolonha, o assumpto foi submettido ao juizo do Conselho dos *capitudini* das doze Artes maiores, em seguida ao Conselho dos cem, ao especial e ao geral dos defensores do capitão e dos *capitudini* das Artes. Em 1295 continuou-se ainda a tratar da questão que foi apresentada e igualmente discutida no Conselho das doze Artes maiores, no geral dos cem e no especial dos noventa e dos *capitudini* das doze Artes maiores, no conselho dos cem, no geral e no especial do capitão e defensores das Artes e dos artifices, e emfim, no geral da Communa. Essa multiplicidade de deliberações explica-se pelo facto que qualquer proposta á qual se oppunha um artigo dos Esta-

tutos, devia ir a toda a enfiada dos Conselhos[1]. Assim a nomeação dos arbitros era da alçada do executivo, após ter passado por todos esses tramites. Dois notarios deviam registrar essas deliberações e redactar o laudo final, ao qual não havia tempo limitado para ser communicado aos litigantes, mas estava subentendido, que não seria muito longo para não prejudicar os interessados. Finalmente, tratados foram negociados por Florença com as outras Communas para que estas substituissem as represalias por peagens que affectavam apenas os commerciantes e d'esses mais especialmente os que traficavam de ordinario com a cidade adversaria a par dos culpados; para que estabelecessem a arbitragem permanente, ou limitassem sómente a execução d'aquelles actos sobre a pessoa e mercadorias do devedor, ou as de seus herdeiros. Se para as Communas de menor importancia, Florença decretou represalias com certa facilidade, isso não succedeu com as de maior valor, porque ellas podiam motivar guerras desastrosas. Aconselhava-se aos que solicitavam do governo o exercicio do mencionado direito, que se esforçassem por todos os meios e durante dois mezes para serem pagos. Se no

[1] Gino Arias — *Obra citada.*

fim d'esse prazo não conseguissem o que desejavam, limitava-se a seis mezes a epocha da partida dos mercantes que se achavam na cidade ameaçada e durante esse tempo se entabolavam negociações para arranjar a contenda. A constituição da repartição da *Mercanzia* em Florença no seculo XIV, foi uma resultante das represalias. Esse tribunal não só as regulamentou como extendeu sua vigilancia sobre todo o trafico para desvial-o d'esse perigo, disciplinou a industria para melhoral-a e dar-lhe maior credito; occupou-se de todos os interesses do commercio e esforçou-se para que a boa fé, a correcção e a honestidade imperassem nas relações de negocio. A chefia da *Mercanzia* foi confiada a um extrangeiro, notario ou juiz eleito pelos consules das cinco Artes principaes, ás quaes, mais tarde, juntaram-se algumas outras. Era abonado a esse funccionario um salario e alojamento, e o syndicato tinha-o sob sua inspecção. Primeiramente o assistiam em seu exercicio, cinco conselheiros, numero depois elevado a seis, quando as Artes menores pediram para ter um representante na *Università dei Mercanti.* Para poderem concorrer á eleição para esses cargos, era preciso que os candidatos exercessem o commercio de importação ou de exportação, ou que pelo menos fossem socios ou corretores de *compagnie* florentinas. A' esses

funccionarios havia ainda que accrescentar um fiscal de cada uma das cinco Artes, um ou mais notarios (segundo as occasiões) para guardar as actas, extrahir copias ou mostral-as, um notario para chancellar as sentenças, empregados de menor importancia e creados[1]. A *Mercanzia* por seus estatutos podia occupar-se particularmente das fallencias. Para prevenir as quebras fraudulentas, lançava-se mão do ridiculo. Assim, segundo Sismondi, citado pelo historiador francez Perrens: «no meio do *Mercato Nuovo*» no chão, mostra-se um espaço circular formado de pedaços de marmore, alternadamente brancos e negros e regularmente talhados em seus raios, e que recordava o ponto em que se depositava o *carrocio*, antes da edificação do mercado. Quando o *carrocio* desappareceu, o uso estabeleceu que os fallidos viessem, em virtude de um antigo costume, bater com o posterior nú nesse ponto, antes de obter sua concordata». Para se subtrahirem a essa humilhação e não se arruinarem satisfazendo o que deviam, ditos mercantes achavam mais commodo e economico, pôr uma boa distancia entre elles e seus credores. Os tribunaes commerciaes davam

---

[1] Bonoli — *La giurisprudenza della Mercanzia di Firenze nel secolo XIV.*

a estes o direito de atacar o fallido na sua pessoa e bens, ainda mesmo que alguns acquiescessem em uma concordata. Na *Provisione* de 1.º de Abril de 1297, lia-se em uma rubrica, que quando os quatro quintos dos credores tinham consentido em uma concordata, o ultimo quinto devia tambem consentir; mas uma outra dizia que nenhum credor era obrigado a dar recibo á seu devedor, emquanto não fosse inteiramente pago[1]. Chamavam-se *cessantes et fugitivos com peculia aliena*, os mercantes que por meio da fuga, deixavam de pagar seus compromissos e de submetter-se ás sentenças dos tribunaes de commercio. Por meio da fraude conseguiam no entanto esses pouco honestos devedores tornar sua situação menos onerosa. Seus parentes promettiam ser seus fiadores e pagar tudo em um prazo de tres ou quatro annos, mediante um juro de seis por cento, mas no momento de cumprirem o promettido empregavam todos os subterfugios para illudir a palavra empenhada e por fim pagavam uma pequena parte das sommas devidas. A chicana auxiliava-os quando os juizes os chamavam a contas[2]. Para remediar a perturbação que taes actos traziam ao commercio, procurou-se jun-

---

[1] e [2] Perrens—*Histoire de Florence.*

tar a uma accurada legislação interna, normas internacionaes, afim de que os fallidos refugiados em territorio extrangeiro não pudessem subtrahir-se á lei das fallencias. Por isso, Florença negociou tratados para obter a extradicção dos delinquentes, ou para que na cidade extrangeira se applicasse a sentença que os tinha condemnado. Gino Arias, em seu erudito livro sobre os tratados commerciaes da Republica Florentina, transcreve, entre outros, o *pacto* que esta firmou em 9 de Abril de 1279 com a maior parte das cidades italianas e no qual se regulamenta a extradicção dos mercantes *cessanti et fugitivi*, e se permitte que as partes contratantes procedam contra estes. «O mercante florentino em fuga será preso em cada uma das cidades da liga, a pedido da Communa de Florença ou dos credores e levado á Florença, debaixo de segura escolta. Serão, além d'isso, dados em pagamento aos credores os bens do transfuga, equivalentes ao debito, e o resto conservado a disposição dos outros credores. Se considerava mercante cessante e fugitivo «com pecunia aliena», o que tal resultava pelas cartas enviadas por Florença ás cidades da liga. Esta clausula tinha por fim assegurar a execução do tratado, impedindo que as cidades alliadas, uma vez por outra, procurassem eximir-se ao convencionado, desconhecendo no mercante fugido a

qualidade requerida[1]. Algumas vezes, os transfugas obtinham salvo-conducto para vir á Patria, compromettendo-se a nada receber de seus proprios devedores e conseguindo moratorias de seus credores. Esses salvo-conductos eram geralmente por curto praso, mas em certas occasiões elles prolongavam-se por annos[2]. Para ser officialmente reconhecida uma divida e obter seu pagamento por intermedio da justiça, era preciso que o credor acompanhado de um notario e de testemunhas viesse fazer sua declaração perante o juiz, o qual ouvia tambem a parte adversa, exigindo prova de suas allegações em contrario do pleiteante. Confirmado o bem fundado das razões do credor, o alto magistrado ordenava a penhora e a venda de bens do devedor e mandava processar e pedir a extradicção dos que fugiam. As mulheres não podiam ser presas por dividas, e se isso indevidamente acontecia, immediatamente eram postas em liberdade. As prisões do Estado enchiam-se de máos pagadores, bancarroteiros e de delinquentes de crimes communs ou politicos. Os regulamentos eram severissimos nesses estabelecimentos penitenciarios, mas o numero de seus hospedes era ás vezes tão grande, que não havia remedio

[1] Gino Arias.
[2] Perrens.

senão periodicamente abrir-lhes as portas. Afim de dar um cunho de moralidade a essa medida, aproveitavam-se as festas religiosas para executal-a como homenagem á Virgem e mais santos da Côrte celeste. A lei dizia que vinte e cinco seriam indultados de cada vez, mas como não limitava o numero de festas em que havia esse direito, e essas eram muitas, é facil imaginar quantos o gozariam. Era permittido tambem por meio de dinheiro conseguir a liberdade. Os traidores a Patria, os falsos moedeiros, os sodomitas, os estellionatarios, os assassinos e ladrões de estrada, os magnates, que tivessem offendido um *popolano* em sua pessoa ou bens e os violadores da paz publica [1] não eram contemplados no perdão. Nas suas relações commerciaes internas, os Florentinos geralmente não davam muita elasticidade ao credito, apezar de terem elles fundado tantas casas bancarias por todo o mundo conhecido e realisado tão importantes operações financeiras. Assim, a *Calimala*, a principio fazia credito apenas por trez mezes, prazo que se elevou mais tarde a seis mezes, para os pannos, e a oito para as lãs extrangeiras [2]. A Seda só creditava aos membros da sua Arte por oito mezes ou um anno e não dava che-

[1] e [2] Perrens.

que sobre uma casa situada além de quarenta milhas, sem que lhe apresentassem garantias. Tão pouco se permittia mandar fio, panno ou lã em um raio de 100 milhas, sem que pagassem antecipadamente. Os ferreiros e os marceneiros só vendiam á vista, e os padeiros não podiam fiar o pão senão até dez libras. Mas se Florença, em seu commercio interno restringia assim o credito, o mesmo não fazia para a usura, tanto dentro como fóra do paiz. Os livros da *compagnia* dos Bardi registram em 1427, um juro de 30 % sobre um capital de 2.928 libras. A Communa que por motivo de raça e de religião, expulsara da cidade os judeus, permittiu-lhes em 1430, que elles de novo ahi risidissem e se dedicassem a profissão de prestamistas, indicando-lhes, porém, que não deviam exigir mais do que 20 % sobre a quantia emprestada. «Elles vieram residir então na rua que teve seu nome, no Borgo San Jacopo, e depois se espalharam por outras ruas, porque foi só sob o Papado de Paulo IV, que este ordenou que os judeus fossem separados dos christãos e encerrados no Ghetto. A parochia do canonigo Marco Strozzi estava repleta de israelitas e por isso dito canonigo impellia o povo a pedir que os expulsassem (13 de Agosto de 1495). Isso foi conseguido; porém, alguns mezes mais tarde, tornaram a chamal-os. Em poucos annos tinham,

dizem, ganho cincoenta milhões de florins[1]». Não eram só os judeus que praticavam a usura; os Florentinos christãos os imitavam e com a mesma sem ceremonia e immoralidade, tanto mais quando o Estado dava o exemplo emprestando a taxas esmagadoras algumas vezes. Procurava-se dar um simulacro de castigo aos usurarios, excluindo-os de certas funcções, taes como as de consul, juiz e arbitro de uma Arte. Os juros das sommas emprestadas passavam então a ser considerados como presentes dos solicitadores aos prestamistas. D'esse modo o usurario ficava a coberto. Houve um momento, no entanto, em que se pensou em perseguir seriamente esses sugadores de sangue humano, e isso a instigação da Arte dos cambistas que muito soffria com suas sangrias. Os estatutos das Artes decidiram condemnar o usurario a pagar á corporação de officios a quarta parte do dinheiro reclamado, além do capital, e, se chegou mesmo a confundir os juros razoaveis com a usura. Entretanto, ao passo que se decretavam taes medidas, por uma contradicção sem precedentes, fixava-se a 15 % a taxa do juro, que lhes era permittido exigir e se elevava mesmo pouco depois á 20 %. A Egreja estabeleceu

1 *Osservatore fiorentino* e *Ammirato*, citados por Perrens.

penas aos usurarios, fulminou-os com os raios da excommunhão, mas nada os abalava. Elles continuaram firmes em seus negocios e apoiados pela opinião publica que, escreve Perrens: «julgava o emprestimo a juros, ainda mesmo com usura, um elemento consideravel de prosperidade, que servia ao trafico, a industria dos officios e mais ainda ao trabalho agricola. Sem duvida este não tinha para essa cidade de mercantes e operarios tanta importancia quanto o trabalho urbano, porém a este se ligava estreitamente, provindo a alimentação e se póde dizer ao quotidiano abastecimento de Florença». A Communa estava sempre bem sortida.

Em torno ao *Mercato Vecchio*, onde se vendiam as victualhas, mesmo no tempo em que elle era um logar escuro e pouco limpo, residiam em bellas casas as principaes familias dos burguezes mercantes[1]. Afim de que não houvesse difficuldades no transporte dos cereaes

---

[1] De uns versos escriptos em 1300 pelo poeta florentino Antonio Pucci, extractamos os seguintes tercettos em que se vê quanto Florença era bem provista de viveres em seu mercado:

Evvi chi vende bicchieri e orciuoli
E chi alberga e dá mangiare e bere
A più ragion dei cattivi figliuoli

Fondachi grossi v'ha di più maniere
Ed avvi la più bella beccheria
Che sia di buona carne, a mio parere

faziam-se constantemente reparações nas estradas pelas quaes esses carregamentos deviam passar. Creara-se uma magistratura para occupar-se dos grãos e que era exercida por seis funccionarios. São estes que providenciam para que não haja falta de grãos na cidade, vigiando

---

Quivi da parte stamo i pollaiuoli
Forniti sempre a tutte le stagioni
Di lepre, di cinghiali e cavrioli

E di fagiani, starne e di piccioni
Ed altri uccelli, ch'al conte d'Isprecche
Si converrian, sparvieri e falconi.

Putte che vendono nuova, con formaggio
Per far degli erboleti e delle torte
E ravioli ed altro di paraggio

Quando le frutte rappariscon fresche
Vengon le forosette co' panieri
Di fichi ed uve, di pere e di pesche

Non fù giammai cosi nobil giardino
Come a quel tempo egli è Mercato Vecchio,
Che l'occhio e il gusto parce al fiorentino

Recanvi, quando é'l tempo, i contadini
Di mele calamagne molte some,
Da Poggibonzi e da altri confini,

E di più cose, ch'io non dico il nome,
Di fichi secchi e pere caravelle
Mele cotogne, e d'ogni simil nome.

. . . .

Appresso quando vien la Pasqua gaia
Tutta la piazza par che si rinfreschi
Che di giardini par fatta un'aia.

o trafico, gratificando quem trazia trigos de procedencia extrangeira e proporcionando salvo-conductos aos fallidos fugitivos que quizessem vir á Patria para vender esse genero de primeira necessidade. Todos os cereaes entrados na cidade tinham que ser descarregados no Mercado para vender-se ás horas marcadas pelos regulamentos. No intuito de estar este sortido para as epochas de carestia, houve o costume de fazer-se grandes provisões e de armazenal-as em casa; por isso providenciou-se para que esse facto não se desse. Cada familia não podia comprar senão o que fosse preciso de trigo, frumento, azeite e vinho para um anno. Quem fosse encontrado possuindo em excesso esses generos, perdia-os, porque lhe eram confiscados para serem vendidos no mercado pelo preço que os Estatutos marcavam. Penas rigorosas eram applicadas aos monopolisadores de cereaes ou aos exportadores d'esse artigo; os prepostos ao serviço de abastecimento nomeavam emissarios para a compra dos grãos e tinham uma policia encarregada de impedir e denunciar os contrabandos. Todas essas medidas tinham por fim, não só se precaver contra as crises de alimentação, como tolher a especulação. Apezar de todos os esforços para que não houvesse faltas nesse sentido, Florença soffreu por varias vezes carestia. A sua agricultura sendo insufficiente

para alimentar a cidade, bastava que a Republica tivesse guerra com qualquer das Communas visinhas para ter interceptado o caminho, que lhe enchia os mercados[1]. Em 1331 e 1332, ella arcou com duas crises alimenticias terriveis, e tal foi a falta de grãos, que o *staio* d'esses, que custava 16 soldos, subio a 63, isto é, a um florim de oiro ou a 120 francos o sacco[2].

Em um anno, em que a Italia quasi toda foi assolada pela fome, diversas Communas expulsaram do seu territorio os pobres, mas Florença, tal actividade empregou, providencias tão energicas tomou, tão prospero estava seu erario e tantas eram as suas relações commerciaes, que conservou na metropole os seus mendigos e acolheu os de outras terras, gastando para matar a fome do povo a somma de 60 mil florins de oiro (2.400:000 francos)[3]. Florença taxava o pão em quatro dinheiros nos primeiros seis mezes de estio a partir de 7 de Abril, e a cinco em inverno a partir de 1.° de Outubro[4]. Por esse meio pretendia a

---

[1] Perrens—*Histoire de Florence.*

[2] O *staio* era a medida dos grãos: 3 *staios* faziam um sacco e 24 um *moggio* (almude) ou 8 saccos. O grão era reputado bom quando o sacco pezava 170 libras toscanas, cerca de 57 kilos. Mas essa medida tem variado. (Peruzzi).

[3] e [4] Peruzzi.

Senhoria cohibir o abuso dos padeiros, que cynicamente exploravam, todas as vezes que podiam, o consumidor. Dita profissão era livre, mas determinava-se a quantidade de cereal que cada padeiro podia comprar e o peso do pão que fabricava. O vinho vendido a retalho dava ao thesouro, por anno, 59:300 florins, e cada *vinattiere* não podia ter na taverna senão dois toneis, um para o vinho branco e outro para o tinto[1]. Os carniceiros não tinham licença de exportar gado para fóra do *contado*, marcavam-lhes logar e hora para a venda da carne, que era taxada pela administração communal, e estavam impossibilitados de negociar suas mercadorias com os revendedores, antes que os burguezes se tivessem abastecido. As carnes mais procuradas pelos freguezes eram as de vitella e de ovelha, e para que houvesse certeza que ellas eram dos animaes que se queria. o regulamento determinava que as cabeças d'esses fossem expostas nas carnicerias. O peixe e a caça deviam ser cortadas em muitas postas, afim de que aos menos ricos, não faltassem esses viveres, se quizessem compral-os[2]. O carniceiro que vendesse carne a preço inferior a quatro dinheiros, que era o que a lei marcava,

[1] e [2] Perrens.

gozava de favores especiaes. Apezar de toda essa regulamentação para assegurar a alimentação da cidade e para evitar a fraude e o desenfreamento da especulação sobre artigos que eram de primeira necessidade, os mercantes dobravam de subtileza para enganar o povo, e os inspectores communaes muitas vezes fechavam os olhos ás irregularidades, sobretudo em epochas de abundancia.

IV

A sociedade florentina nos aureos tempos da Senhoria. — As leis sumptuarias. — As modas. — As festas. — Os usos domesticos. — Legislação sobre as heranças. — A Estatistica. — As Sociedades de beneficencia. — Os orçamentos. — Systema economico dos florentinos. — Direitos aduaneiros. — Salarios. — Commercio e industria de Ancona, Bolonha, Milão, Lucca e Siena.

Florença nos principios do Governo democratico era parcimoniosa em seus gostos. As familias ricas vestiam modestamente e poucas despezas faziam á mesa, alimentando-se frugalmente. Mas com o correr dos tempos e a prosperidade constante da Communa, o luxo desenvolveu-se extraordinariamente. Recordando a simplicidade de costumes de outr'ora em sua Patria e comparando-a á opulencia dos seus contemporaneos, assim se exprime Dante no Canto XV do *Paradiso*, na sua *Divina Commedia:*

Fiorenza, dentro della cerchia antica
Ond'ella toglie ancora e terza e nona,
Si stava in pace, sobria e pudica.

Non avea catenella, non corona
Non donne contigiate, non cintura
Che fosse a veder più che la persona

Non fasceva nascendo ancor paura
La figlia al padre, che'l tempo e la dote
Non fuggian quinci e quindi la misura.

Non avea case di famiglia vote:
Non v'era giunto ancor Sardanapalo
A mostrar ciò che'n camera si puote!

Preoccupado com os males, que o luxo podia acarretar á sociedade, o Estado promulgou leis para refreal-o. Peruzzi cita em seu tão documentado livro as seguintes e principaes:

«Niuna donna di qualunque condizione sia, possa, ardisca, o presuma per alcun modo nella città, contado o distretto di Firenze, portar perle, nacchere, e pietre preziose, o in capo, o addosso o in qualche altra parte del corpo nè sopra alcun vestimento, né sopra alcuna altra cosa che addosso portasse ecc.

«Item; non possa, ardisca, o presuma portare alcun broccato d'oro o d'argento, morato o inargentato, ricamato, cucito o nastrato o profilato nè addosso, in capo, o vestimenti come sopra si è detto ecc.

«Item; non possa, ardisca, o presuma portare più argento che una libbra, tra ghirlanda e imbottonatura, o in altro modo o in capo o addosso o altrove come si

*

è detto già: salvo che oltre la detta libbra d'argento possa portare uma cintola d'argento di 15 oncie con la fiata e non più.

«Item; non possa, ardisca ovvero presuma portare alcun intaglio ad alcuna roba o vestimento nè all'imbusto nè alle maniche, nè ai manichini o collarette che sia lungo più d'un sesto di braccia alla misura della canna di calimala e detti intagli non possano essere foderati di pelli domestiche o gentili, nè selvatiche nè grosse, nè di drappe di seta ma solo di panno lano o lino, o boccacino o *valascio*, nè alcuna frangia di seta, oro e argento, nè inorato nè inargentato ec.

«Item; non possa portare in dito piú di 3 anelli in tutto e le dette anella non possano avere che una perla o altre pietre preziose per una; e le dette anella non si distendano nel peso dell' argento permesso di sopra ec.

«Item; che niuna persona della città, contado e distretto di Firenze, si permetta o presuma donare in alcun modo alle donne verun collare, o fermaglio, o ghirlanda, o brochetta di perle o d'oro o d'argento, o d'alcun' altra pietra preziosa o cosa simile, in qualunque modo si nomini ec.

«Item; che niuna persona, né sarta sartrice, vasaio e pellicciaio possa, ardisca o presuma tagliare, cucire, e foderare alcune delle dette ciarpe, robe, cattardite, villani, o maniche, vestiti proibiti, nè fare alcune delle cose divietate per i presenti ordini ec.»

Essas leis, entretanto, ficavam quasi sempre lettra morta, porquanto os Florentinos, e sobretudo as mulheres, as illudiam com o maior desplante. Assim, se se tratava do regulamento sobre os enfeites e um censor encontrava um laço de fita no capuz de umas damas, o que era

prohibido:—«E' uma grinalda», respondiam ellas.—Se as reprehendiam por ter demasiados botões em seus vestidos, diziam:—«Mas são botões falsos, meios botões. Vêde, não tem pé nem botoeira».—E para cada observação a uma peça de sua toilette. havia respostas analogas. Um prior exclamava: «Nós temos que luctar contra muralhas». Um outro desanimado aconselhava: «Nós fariamos melhor dirigir nossa attenção para cousas de maior importancia[1]».

«A moda, escreve Perrens, arruinava os maridos. Quando se exgotavam todos os modelos razoaveis, tratava-se, para apresentar novidades, de inventar modelos extravagantissimos. As mulheres chegaram a vestir-se como os homens, com a *cioppa* ou manto curto, e as sandalias com tacão, a trazerem lenços de seda trabalhada e de côr negra, manteletes tão calados que se viam as axillas e mesmo mais em baixo, e, depois, por um brusco sobresalto, sem transicção, golas tão altas que iam até ás orelhas e cobriam o pescoço como as dos capuchinhos. Esse incommodo afogador as impedia de olhar para os pés e era causa de incessantes tropeços, se o conservavam, de inevitaveis catharros, quando o retiravam, e, ao menor descuido servia de

[1] Secchetti, citado por Perrens.

recipiente as colheradas de sopa ou de legumes, quando essas damas comiam. Por isso o chamavam cano de latrina, em *calão*. As mangas do vestido eram tão cumpridas, que nellas havia mais fazenda que no capuz e tão largas que pareciam saccos. Nas mezas ellas mergulhavam nos pratos, derribavam os copos e as garrafas, salpicavam as roupas com o vinho e os molhos em que se imbebiam. Entretanto, nem tudo era amplo: a maior parte das raparigas tinham acabado por supprimir o manto e o cabeção; andavam em corpo e em cabello. Nas pernas, o vestido era tão curto e substituido por tantos laços, que ellas mal apenas podiam sentar-se[1]». Os homens ostentavam, como as mulheres, vestimentas opulentas, cheias de bordados, recamadas de pedrarias e de vistosas côres. No verão, a suprema elegancia consistia em vestir-se de setim e de velludo branco da cabeça aos pés. As festas publicas eram numerosas e a proposito de qualquer acontecimento de maior ou menor retumbancia, tal como a chegada de um personagem principesco, de um embaixador, a abertura das assembléas, etc. Uma das festas, em que todos participavam, era a da Primavera, celebrada em 1.º de Maio. Organisava-se procissões, mar-

---

[1] Perrens — *Histoire de Florence.*

chas *aux flambeaux*, enfeitava-se as praças com galhardetes e bandeiras, e á noite illuminava-se *a giorno*. Banqueteava-se ao ar livre e os pares dançavam voluptuosas e quentes dansas ao som de musicas alegres. Uma outra festa, em que a magnificencia tomava caracteres de magia era a de S. João, que se realisava na praça que tinha o nome d'esse santo. Havia uma verdadeira orgia de côres, de doirados e de riquissimas toilettes. Os Florentinos queriam offuscar com o brilho d'esses divertimentos os extrangeiros e mostrar-lhes, quanto valia esse povo de mercantes, que gozava, além da fronteira, de uma fama de usurario e de estreiteza de habitos sociaes. Entretanto, se em publico os Florentinos não olhavam á despezas e se apresentavam como nababos, na vida particular eram summamente modestos. Borghini dizia que eram Lucullos fóra e Catões dentro de casa. Era vergonhoso que se murmurasse: «Um tal possue prataria»; mas, emquanto as alfaias de casa eram todas de latão, menos tres ou quatro peças de prata, as arcas trasbordavam de oiro. Nos banquetes dados aos extrangeiros, as baixellas eram formadas pelo que ao amphytrião emprestavam os parentes e amigos[1]. As creadas recebiam o preciso para

[1] Peruzzi.

fazer a cosinha, depois de contado. A familia florentina, na sua vida intima, comia só duas vezes por dia, uma entre as nove e as dez da manhã e outra a noite[1]. Um mesmo prato servia ao marido e á mulher, que bebiam tambem no mesmo copo. A carne de vacca entrava no *menu* só nos domingos, figurando nesse nos outros dias da semana, a de ovelha[2]. Para illuminar a sala de refeição usavam de uma torcha de resina, porque as velas de cera e as lanternas de papel, os regulamentos sobre o luxo só permittiam para acompanhar os convidados[3]. Nos jantares de ceremonia, para que os convidados limpassem as mãos, cobria-se a mesa com uma toalha, que pendia até ao chão. Os guardanapos não estavam em moda senão para cobrir as compoteiras, as terrinas e os grandes pratos. Deante de cada convidado punha-se um pão com uma pequenina faca, porque o garfo só começou a usar-se no seculo XIV. O cabrito, o pavão cosido, gelatinas, biscoitos, pastelarias e vinhos generosos, taes como os *Malvasia* e *Vernacia*, *Verdea* e *Pissiancio*, *Leatico*, *Vino Santo e Tribbiano* figuravam geralmente nas listas de taes brodios[4]. Peruzzi menciona o que se gastava com um casamento em uma familia da

[1], [2], [3] e [4] Perrens.

grande burguezia, tomando os seus apontamentos nos registros dos Alberti.

Eram as seguintes, essas despezas, em 1348:

Por um jantar dado antes da boda aos creados e dinheiro de gorgetas aos trombeteiros e aos bufões, e carretos aos carregadores para transportarem os instrumentos, e por outras despezas que ás nupcias se referem.	Liras	196
Para o leito, armario, bahús e *lettuccio* .	»	18
Para dois pares de sapatos e dois pares de chinelas	»	1.15
Para vitellas, capões e outras cousas de comer, exceptuando confeitos e especiarias para a boda	»	130
Confeitos, especiarias, cera para a boda.	»	84
Aos trombeteiros e bufões	»	8.16
Aos bufões que vieram á boda.	»	5.2
Panno de algodão e feitio de uma colcha.	»	12
Bolsa bordada	»	7
Gorgeta á camareira	»	2
Por dois pares de cobertores para presentear	»	3
Por duas mantas para duas creadas . .	»	0.26
Duas bolsas para presentear	»	5
Uma bolsa bordada com vidrilhos. . .	»	3
Tres bolsas de oiro, do peso de 10 onças a 14 soldos por florim a onça	»	8.23

VESTUARIO E SÈDA

8 $^{1}/_{2}$ onças de *zendado* (especie de tafeta)	Liras	3.27
Libras 8.5 panno de sêda	»	39.13.9
5 braças de panno de sêda, trabalhado à moda franceza, 11.	»	20.7

2 braças de velludo enxadrezado . . .	Liras	3
2 braças de velludo negro	»	2.5
5 braças de panno para roupa interior.	»	12
3 onças de fita lisa	»	4.11.9
5 onças de tafetà furta-côres	»	3.14.8
Uma peça de velludo verde.	»	30
Um vestido do meio de velludo para presentear	»	20
Trinta e tres onças de panno para saias	»	15
5 braças de velludo verde comprado a Bardo Corsi	»	12.10
7 braças de *sciamito* (qualidade de estófo) para um vestido	»	21
4 $^1/_2$ onças de fita de oiro para um capuz	»	5.13.4
Cinto de sêda prateado	»	0.27

OIRO E PRATA

Por uma coroa, ao ourives	Liras	85
Por dois cintos de . . . . (?) . . . . e um sobrecinto de prata	»	31
Espelho com cabo de prata	»	13.3
Um *sorcinto* de prata	»	11.8.9
Meio circulo de prata para um *forzierino*.	»	6
7 onças de botões de prata	»	3.8
2 onças de botões para punhos.	»	0.2.7

JOIAS

Por um diamante e uma esmeralda . .	Liras	9
Por uma perola e uma saphira.	»	11
Por um diamante encastoado em oiro.	»	6
Annel de oiro com perola grande . . .	»	31

427 perolas do preço de 2 onças e 13 $^1/_4$ dinheiros.	Liras	101
1125 perolas da importancia de onças 6.15 por florim 36 $^1/_2$ a onça	»	242
Uma coroa de perolas e uma perola grande encastoada em oiro.	»	96

Taes despezas de enxoval e de festim para um rico casamento que eram julgadas excessivas naquella epocha, seriam hoje mediocres para uma familia, não diremos de principes da finança, mas simplesmente para uma abastada. Os ultimos annos do seculo XIII principiaram já a se salientar por sua excessiva inclinação para o luxo, mas é no seculo seguinte que a ostentação dá curso a todos os seus prazeres, corrompendo os caracteres, quebrantando as energias e concorrendo por seus desregramentos e immoralidades á matar o regimen democratico, que tão poderosamente contribuio para a grandeza de Florença. Referindo-se a esses tempos, o conde Cibrario escreve: «o decimo terceiro seculo teve os vicios e as virtudes dos povos ainda barbaros; o decimo quarto patenteia a corrupção das nações civilisadas. Os golpes e ferimentos, os assassinatos e as violencias privadas, as insurreições contra os senhores oppressores, os vicios, e, em uma palavra, os crimes que provém da violencia e da barbaria, eram talvez mais frequentes no seculo XIII; mas havia tambem a fé no casa-

mento, a fé nos contractos, moedas de boa lei, costumes simples, uma alimentação frugal, e nos cargos publicos tanto maior probidade, quanto o povo era menos tolerante. O seculo XIV, ao contrario, apresenta-nos com suas pompas e mollezas orientaes, um abuso maior de força com menos lealdade; nenhum respeito pela fé conjugal, as uniões illegitimas frequentes, nenhum pudor nos pais para reconhecerem os fructos da concubinagem, nenhum pudor nos filhos por se chamarem bastardos, ainda que na lingua polida dos Italianos, os designassem por filhos do amor». Na familia florentina o pae tinha toda a auctoridade, sem ser um tyranno. A sua memoria merecia o respeito dos seus descendentes. A familia formava uma associação. Para impedir que os seus haveres se reduzissem, uma parte do patrimonio era inalienavel, e, só os lucros tirados do commercio, da industria e dos negocios bancarios constituiam a fortuna pessoal e disponivel[1]. Dentro da lei havia toda a liberdade para testar o que era exclusivo á cada um. A herança do pai podia ser transmittida em uma parte aos filhos e em outra aos parentes d'aquelle e a instituições de caridade. Tal é o caso de Donato Peruzzi, de Santa Cecilia, que em seu

---

[1] Perrens.

testamento nomeia herdeiros, seu filho Rodolpho e mais descendentes seus masculinos, que venham a nascer, após a redacção d'esse instrumento; dá-lhes como substitutos na herança seus quatro irmãos; providencia ás necessidades de sua mulher; deixa duas mil libras á um filho natural e varios legados a hospitaes, conventos e casas pias[1]. Ranieri di Rinovardi designa seu filho, legatario universal, sua mulher usufructuaria de todos seus bens e constitue o dote de sua filha já casada. Se um d'esses legatarios viesse a morrer, o testador determinava que sua parte fosse doada aos pobres, aos *Luoghi pii* e servisse sobretudo á fundar um estabelecimento para asylados[2]. Aos orphãos de pai, a lei os protegia, collocando-os sob a guarda de um ou mesmo mais tutores; e o nomeado ou nomeados para exercer taes funcções, não se deviam eximir, se não provassem que tendo a seu cargo numerosa familia, não podiam acceitar dita investidura, ou dessem outro qualquer motivo, digno de consideração. A mulher, ao casar-se, levava á communidade um dote. Esse era geralmente em dinheiro ao contado e mesquinho. Peruzzi diz que nos Annaes da Columbaria registrou-se uma partida dotal por occasião do matrimonio entre

[1] e [2] Perrens.

Cipriano Bonacorsi e Lapa Gerardi, em que esta recebeu 1:010 libras, parte em dinheiro e parte em uma lettra, representando a propriedade de uma casa. Os filhos do amor eram numerosos em Florença. A lei não os protegia, entretanto, ao pai era permittido soccorrel-os, deixando-lhes legados em testamento e abrindo-lhes, por intermedio da carreira commercial, campo á um brilhante futuro. Nos livros da familia Peruzzi vem mencionado que Giotto Arnoldi de Peruzzi, em 24 de Agosto de 1308, deu a seu filho natural Donato, afilhado de Raimondo Dimonti di Gerona e de Maria Assunta, 1:000 florins para que bem os empregasse. O mesmo Giotto Peruzzi, em 1322, presenteou a Giovanni, um outro filho seu natural, com duas herdades, a da Pallaia e a de Piermaggiore, com a condição, porém, de que as não podesse alienar sem seu consentimento ou o de seus filhos [1]. A Curia Romana permittia que fossem perfilhados os bastardos, cujas mães não fossem mulheres casadas [2]. Em um Estado em que tudo estava regulamentado, a estatistica não podia ter sido desconhecida. O chronista Villani dá d'isso testemunho em seus escriptos. Sismondi, que se inspirou nessas informações e que por meio de suas investiga-

---

[1] e [2] Peruzzi.

ções sobre outros documentos, tratou de obter confirmações e rectificações, diz: — que em 1336, Florença tinha em sua orbe uma população de 150:000 almas, das quaes 24:000 estavam em condições de tomar as armas. O serviço militar obrigatorio era imposto aos homens desde os quinze annos até os setenta. No *contado*, porém, o alistamento para as fileiras podia conseguir 80:000 soldados. 1:500 familias nobres estavam sujeitas a ordenações de justiça; 75:000 homens sómente eram armados cavalleiros. A cidade possuia 57 parochias, 5 abbadias com dois priores e oitenta religiosos, 24 conventos de mulheres com 500 freiras; 700 monges submettidos a dez regras differentes. 250 a 300 padres capellães e 110 egrejas. As escolas eram frequentadas por 8:000 ou 10:000 creanças que aprendiam a ler; 1:000 ou 1:200, sob a direcção de seis mestres estudavam a arithmetica, 500 ou 600 aprendiam em quatro grandes collegios a grammatica e a logica. Além d'isso, contava-se na cidade uma população fluctuante de mais de 1:500 extrangeiros, viajantes, soldados ou religiosos [1]. Paganini affirma que no seculo XIV, Florença não teve mais de 70:000 habitantes; Gori Dati calcula-os em 70:000 e Lastri explica esses algarismos com

---

1 Sismondi — *Histoire des Republiques Italiennes.*

a diminuição que soffreu a população florentina em consequencia da peste, que appareceu em 1348 na Republica e ceifou innumeras vidas. Perrens affirma que os pobres não entravam nas operações da estatistica. A caridade publica ou particular não os abandonava, em geral. Por varias vezes, Florença abriu mesmo as suas portas aos necessitados das Communas visinhas. O numero de pobres era elevado e entre esses havia muitos cegos, que esmolavam ás portas dos palacios e das egrejas. Esses ultimos chegavam a ganhar um bom punhado de liras em poucos annos. Na Republica fundaram-se varias associações de beneficencia e de soccorros mutuos; muitas Artes menores, taes como a dos tintureiros e batedores de lã, crearam hospitaes para seus companheiros necessitados. Em 1326, os homens de ganho instituiram um notavel estabelecimento pio, a *Misericordia Vecchia*.

E' interessante o modo como se angariava fundos para a manutenção de leitos nos hospitaes para esses trabalhadores desvalidos. Aproveitando as festas religiosas de S. Simão e de S. Martinho, os Florentinos faziam duas feiras onde concorriam muitos mercantes extrangeiros. Grande era o numero de mercadorias vendidas, cujo transporte requeria muitos braços. Esperando seus fretes, os homens de ganho reuniam-se em uma praça, onde para se abri-

garem do sol e da chuva, entravam em um armazem que alli lhes tinham cedido. Emquanto não os procuravam, entretinham-se jogando dados, e nesse divertimento todo o que blasphemasse pagava de cada vez uma pequena multa; essas sommas iam para um cofre e serviam para custear os lugares na enfermaria. A associação dos carregadores de praça prosperou tanto, que em 1329, muitos hospitaes lhe foram recommendados[1]. Em suas finanças, Florença preparava seus orçamentos recorrendo a diversos expedientes, quando as suas fontes de receita não chegavam para equilibrar suas entradas e sahidas. As gabellas eram um dos principaes provimentos de percepção de rendas para o Estado, quer esses impostos se referissem aos direitos cobrados nas portas das cidades aos artigos importados ou exportados, quer ás taxas que gravavam as propriedades, os contractos e mais documentos commerciaes ou de notariado. Era commum como já o dissemos, o governo recorrer tambem aos emprestimos forçados (prestanze), sobretudo por occasião de guerras. Depois, o Estado tinha o máo vezo de inscrever em suas despezas, salarios aos funccionarios publicos e mesmo ao exercito que os não viam senão no papel.

[1] Perrens.

Esses pobres serventuarios passavam muitas vezes, tres, quatro e mesmo mais mezes, sem receber um vintem. Esse expediente é hoje ainda moda em alguns paizes em que os excessos pecuniarios de seus administradores são pagos pelo bolso do empregado publico e do pensionista do Estado. Villani conseguiu, approximadamente, dar os orçamentos da receita e da despeza de Florença na epocha em que seu poder era igual ao de Veneza e excedia o das outras Republicas da Europa. Era este o orçamento da receita commum, sem contar os proventos extraordinarios dos emprestimos:

Renda da cidade e Republica de Florença, de 1336 a 1338, em florins de ouro do peso de 72 grammas e de 24 quilates

	Fior. pic.
Gabellas de portas ou direitos de entrada e de sahida sobre as mercadorias e os viveres, arrendadas por anno.	90.200
Gabella sobre a venda do vinho a retalho a $^1/_3$ do valor	59.300
Estimo do *contado* a 10 vintens por libra . .	30.100
Gabella do sal vendido a 40 vintens o staio aos habitantes da cidade e a 20 aos habitantes do *contado*	14.450
Gabella sobre os bens dos rebeldes, exilados e condemnados	7.000
Gabella sobre os prestamistas e usurarios	3.000
Renda dos nobres do *contado*	2.000

	Fior. pic.
Gabella dos contractos (inscripções em hypotheca)	11.000 [1]
Gabella de gado e talhos para a cidade	15.000
Gabella de gado e talho para o *contado*	4.000 [2]
Gabella dos alugueis	4.050
Gabella da farinha e dos moinhos	4.050
Imposto sobre os cidadãos que vão fóra do paiz exercer uma magistratura, uma senhoria	3.500
Gabella das accusações	1.400
Proventos sobre a moedagem das especies em oiro	3.200
Proventos sobre a moedagem das especies em cobre	1.500
Bens da communidade	1.600
Gabellas sobre animaes trazidos ao mercado da cidade	2.150
Gabella da marca dos pezos e medidas	600
Arrendamento das varreduras e das lamas d'Orto San Michele	750
Gabella dos alugueis no *contado*	550
Gabella dos mercantes do *contado*	2.000
Multas e sentenças cujo pagamento era obtido	20.000
Multas aos soldados para se resgatarem do serviço militar	7.000
Gabella das portas e muros das casas	5.500
Gabella sobre as revendedoras de fructas e hervas	4.500

[1] Perrens dá para a gabella dos contractos a renda de 20.000 florins.

[2] Para a gabella de gado e talho para o *contado*, o escriptor acima citado dá a renda de 4.400 florins.

*

	Fior. pic.
Licença para trazer armas prohibidas, a 2 vintens por pessoa	1.300
Gabella das prisões	1.000
Gabella dos meirinhos.	100
Gabella dos páos fluctuantes no Arno . . .	50
Gabella dos revisores dos *sodamenti* ou garantias dadas á communa	200
Parte do Estado nos direitos percebidos pelos consules das Artes	300
Gabella das propriedades no *contado*	1.000
Gabella sobre as rixas á mão armada . . .	3.950
Gabella sobre os habitantes do *contado*, que não tem residencia em Florença.	1.000
Gabella das marinhas e pescas	20.000

Despezas da Republica de Florença, de 1336 a 1338, avaliando o florim a trez libras e dois vintens

	Fior. pic.
O *Podestá* e sua familia	15.240
Capitano do povo e sua familia	5.880
Executor da justiça e sua familia.	4.900
Conservador do povo e para as forças de 50 cavallos e 100 infantes, cargo logo abolido.	8.400
Juiz das apellações.	1.100
Officiaes encarregados de reprimir o luxo das mulheres	1.000
Officiaes para o mercado d'Orto San Michele.	1.300
Officiaes para os mercenarios.	1.250
Camarlengos, seus notarios, *frati*, etc. . . .	1.400
Officiaes das rendas proprias da Communa.	200
Directores e guardas das prisões	800
Mezas dos priores e de sua criadagem . . .	3.600

	Fior. pic.
Creados da Communa, sineiros dos palacios do *Podestá* e dos priores	5.550
Capitão da guarda dos priores e seus 60 *berrovieri*	5.700
Notario das *Riformazioni* e seu auxiliar . .	450
Chanceller da Communa e seu companheiro	450
Lampeões, tochas, candeias, *pannelli* (pedaços de panno de linho embebidos em azeite, que se accendiam nas festas publicas) para os priores	2.400
Notario que registra os actos da Communa.	100
Mensageiros de differentes repartições . . .	1.500
Trombeteiros, musicos, á custa da Communa.	1.000
Esmolas aos religiosos dos hospitaes	2.000
600 guardas nocturnos.	10.800
Polii ou pannos para as festas	100
Espiões e correios da Communa para o exterior.	1.200
Embaixadores, em media	5.000
Castellãos e guardas das fortalezas	4.000
Abastecimentos da camara de armas. . . .	1.500

A essas despezas fixas que formam um total de 40:000 florins, ha que juntar os trabalhos de construcção de muralhas, pontes e egrejas e os gastos feitos em tempo de paz com as milicias constantes de 700 a 1:000 soldados de cavallaria e outros tantos de infanteria.

Florença é tida como a precursora das idéas scientificas e economicas empregadas hoje em dia. Entretanto seus methodos apresentam notaveis differenças com os que a

civilisação contemporanea pratica. A organisação do trabalho entre os Florentinos, já o dissemos, não se movia em uma atmosphera de liberdade. A igualdade tão pouco era o seu lemma. Havia o direito de escolher a Arte em que cada um desejava matricular-se, mas o postulante devia sujeitar-se a uma serie de formalidades para ser admittido. A Calimala exigia que seus consules e um conselho de doze mercantes declarassem o candidato «capaz e digno [1]». Os cambistas, como vimos, além de provas de aptidão, davam garantias pecuniarias. Os operarios que faziam parte da Calimala, da Lã e da Seda, eram obrigados a dar uma caução correspondente ao valor da peça de panno que lhes era confiada e ao dos instrumentos de que os muniam para exercer sua profissão. Na fabricação dos cascos, media-se a quantidade de aço á empregar; determinava-se o tamanho e a fórma das caixas, das malas e dos utensilios industriaes [2]. Em uma mesma loja não se podia vender mais do que uma só especie de mercadoria. Quem quizesse negociar em artigos similares, teria que ter tantas casas de commercio, quantos fossem os generos de objectos que desejasse explorar. Que differença enorme, isso faz do

---

[1] e [2] Perrens.

que hoje está em uso, onde em grandes estabelecimentos, como mesmo em pequenos, mercadejasse em uma variedade de cousas. Esse extremo rigor não se extendia portanto a todas as Artes, algumas mesmo, como a dos carniceiros gosavam de um certo favor, se davam ao consumo carnes por 4 dinheiros, abaixo dos preços officiaes. Em Florença, no seio das Artes, eram os patrões os que fruiam as grandes vantagens. Os pequenos, quer fossem já operarios provectos ou aprendizes, viam-se sempre collocados em posição inferior e especulados. Ao principio pretenderam prohibir que elles podessem chegar a ser patrões. Mais tarde, quando affrouxaram essa tyrannia, ao operario que conseguia passar á amo, estava interdicto abrir estabelecimento ou associar-se nas visinhanças do seu antigo chefe. Ao aprendiz, que se despedia de uma casa industrial, só era licito empregar-se em outra muito affastada da primitiva. Emquanto os banqueiros e as grandes *compagnie* recebiam o dinheiro a um cambio fixo, os operarios eram pagos em moeda sujeita a depreciação. Os patrões tinham o privilegio de se syndicarem para impor o salario, não só aos que trabalhavam para suas fabricas, como tambem aos que exerciam uma industria para o publico. Nas reuniões do syndicato particular, os obreiros tinham o direito de fazer-se representar por dois delegados.

Mas o que lhes era possivel conseguir de satisfação ao que reivindicassem, se na votação os seus votos eram vencidos pela maioria esmagadora dos deputados patrões? Essas assembléas eram um simulacro de justiça aos pequeninos, na certeza de que suas aspirações jamais se traduziriam em realidade. O proletariado, por mais de uma vez, procurou libertar-se da exploração, pondo em jogo a arma da gréve, da qual a fórma mais aguda foi o movimento dos *ciompi*. Para conjural-a, affrouxava-se então, um pouco a execução dos regulamentos. Depois, esses eram em um grande numero de casos tão absurdos e elaborados com tal precipitação, que em uma mesma Arte e em um mesmo officio, uma parte dos trabalhadores estava submettida a uma tarifa e outra não [1]. Apezar, porém, de todas essas exigencias cerceadoras da liberdade, a condição do operario florentino era mais toleravel que a da mesma classe em outros paizes. Florença abria a aprendizagem á quem a quizesse, não havendo para isso provas de honorabilidade nem a obrigação de produzir uma obra prima. Havia, pelo menos theoricamente, o direito de acceitar e recusar o contracto. O regimen protector teve grande voga entre os Florentinos como em todas as

[1] Perrens.

outras cidades italianas; simplesmente, elle nem sempre era empregado methodicamente. Em muitos casos não foi um systema defensivo necessario, mas sim a applicação de falsas ideas economicas nascidas da incoherencia das vistas governamentaes. Quando Pisa passou ao dominio de Florença, esta manteve direitos elevados sobre os pannos florentinos, o que os encarecia de tal modo que os pisanos renunciavam a usarem-n'os. O mesmo succedia ao ferro de Pisa, que os de Pistoia compravam e que tiveram de abandonar pelas traves alfandegarias, recorrendo então ao mercado de Lucca para ter dito producto. E como essa Communa não estava debaixo do dominio da Republica florentina, esta não diminuiu os direitos internos para remediar o mal, e em sua sabedoria, augmentou os de exportação para Lucca [1].

As mercadorias importadas pagavam, em geral, 5 % dos seus valores e as exportadas $^{2}/_{3}$ para o transito. Estavam isentas d'essas taxas os objectos de uso, tanto a roupa já vestida como os moveis já velhos e o necessario para a exequia dos mortos [2]. Houve mesmo uma epocha em que as taxas aduaneiras se exaggeraram de tal modo, que se tornaram prohibi-

---

[1] e [2] Perrens.

tivas. Pretendia-se então, como meio de alliviar as classes pobres, fabricar em Florença tudo quanto essa importava do extrangeiro. Um grande numero de productos, além dos direitos costumeiros de importação pagavam uma taxa protectora de 50 %, isto é, quinze florins de oiro para um valor de 100 libras, dito florim valendo nesses tempos 3 libras e meia. Certas mercadorias mesmo, chegaram a pagar 30 florins [1]. Essas medidas de um proteccionismo exaggerado tiveram um resultado contraproducente, o que sempre acontece quando é esse praticado mais para proteger industriaes do que industrias. Os commerciantes de pannos de algodão, de fustão de estófos de linho, etc., que vinham do extrangeiro, recorriam ao contrabando para supprir o mercado. A interdicção da sahida das especies metallicas para o fornecimento dos *stocks* agravou ainda mais a situação. Em 1466, o descontentamento é grande por faltarem no commercio certos artigos de vestimenta, de preparação extrangeira, mais solida e barata do que a nacional. O Estado, para dar satisfações a essas reclamações, auctorisa a importação. Parece que o livre cambio vae supprir o proteccionismo aferrado de então.

---

1 Perrens.

Em 1478 novas resoluções nesse sentido são postas em execução, como se vê da seguinte provisão:

«Considerando que se faz muito poucos estófos de seda e de lã, porque o direito elevado de sahida prohibe a exportação, e que os commerciantes de Genova e de outros pontos aproveitam-se da circumstancia para exportar esses artigos ao oeste da Europa, de sorte que uma grande parte do povo dos officios está na indigencia e com o alforge ás costas vive de esmola; considerando que homens de experiencias declaram que se abolirem os direitos de exportação para os estófos de seda e de lã, as rendas publicas augmentariam porque se fabricaria mais, e que uma grande parte do povo nisso encontraria meios de existencia, ordena-se como ensaio que durante cinco annos não sejam percebidos direitos ás portas de Florença e de Pisa para a exportação, e que na alfandega d'essas duas cidades se tome nota das quantidades importadas e exportadas para saber em que medida a liberdade aduaneira será proveitosa».

Infelizmente, porém, esse regimen não dura muito tempo e Florença volta ao seu systema protector, que em certos momentos foi elemento de sua prosperidade, mas que na occasião só podia ter resultados desastrosos.

As industrias que se queriam proteger, definhavam pelo vicio e a desordem d'esses regulamentos economicos.

O commercio de transito pagava direitos tão exhorbitantes e soffria tantos vexames que os mercantes de varios pontos italianos prefe-

riam antes do que passar por territorio florentino dar uma grande volta para ir a seus destinos e pagar varias portagens em diversas localidades. Com esse itinerario ainda ganhavam porque a quantia dispendida era sempre inferior á que teriam que entrar para o Thesoiro de Florença, se lá fossem. Assustados com esse abandono dos que faziam o commercio de transito, os Florentinos diminuiram um pouco os direitos para um certo numero de mercadorias, considerando-as como de passagem se permaneciam na Republica, primeiro dez dias e mais tarde trinta e quarenta e cinco, prazo maximo [1]. Quando Florença teve uma marinha, ás mercadorias que importavam pela via maritima era permittido a sua reexportação, se não tivessem mudado de proprietario durante um certo numero de mezes, que eram umas vezes seis, outras doze. O trabalho agricola como o industrial, estava sujeito á mesma estreiteza de regulamentos. A lei determinava o salario maximo que o trabalhador do campo podia receber, impunha-lhe a obrigação de ceder ao proprietario a metade da colheita e de contractar-se, sendo solteiro por annos, ou pelo menos por anno e nunca por dia [2]. O proprietario de uma facha de terra a cultivar pagava um imposto immobiliario, tinha a seu cargo a

[1] e [2] Perrens.

construcção e reparação das estradas e pontes que ficavam nos limites de sua propriedade e era-lhe indicada a qualidade e quantidade de cultura á emprehender, segundo a natureza do solo, em que se estabelecera, ou o abandono d'aquella, pela industria pastoril, se essa lhe fosse mais favoravel. Isso era feito no interesse do abastecimento da cidade e tambem da materia prima para as fabricas. Afim de evitar o emparceiramento excessivo, os Florentinos concediam ao visinho de uma propriedade territorial, o direito de compra antecipada, havendo o recurso de arbitragem em caso de discordancia no preço. Se um proprietario vendia seus bens prejudicando naquelle preceito legal o visinho, a este restava o privilegio de resgatar as terras ao comprador que lhe fôra preferido, indemnisando-o da quantia desembolsada. Com tal legislação, ninguem era dono de dispôr do que possuia. E a tyrannia era tal nesse sentido, que chegava mesmo a expoliação, e sempre em favor do grande agricultor. Se este, nos limites de suas terras tivesse um visinho, cujo dominio não valesse mais do que 100 libras, podia obrigal-o a desfazer-se d'elle em seu favor, se alli não houvesse uma construcção predial [1]. A' qualquer cidadão florentino, exceptuando os ecclesias-

[1] Perrens — *Obra citada.*

ticos, era permittido possuir um pedaço de terreno. Excluindo o clero d'esse direito e o equiparando nesse sentido ao extrangeiro, a Republica pensava que os que gosavam de isenção dos encargos publicos não deviam ter uma parcella do solo. Já o dissemos e repetimos, se Florença tivesse sabido melhor cuidar da agricultura aproveitando a zona fertil e não montanhosa, que em certa porção do seu territorio existia, teria auferido outros meios de commercio. O problema do seu abastecimento, quando mais não fosse, teria assim encontrado uma solução. O illustre historiador Perrens de quem tiramos algumas das informações que acima referimos sobre os principios economicos dos Florentinos e que por sua vez foram colhidas em uma notavel obra do escriptor allemão Roberto Pöhlmann, diz: «que sob o ponto de vista absoluto, o economista póde criticar o systema florentino, mas que na historia só ha o relativo». E accrescenta: «O historiador deve comprehender e explicar. Nas condições em que se achava a Italia na idade media e mesmo nos primeiros tempos da Renascença, maior largueza de espirito teria sido impossivel. Um systema mais liberal acarretaria perigos. Se Florença tivesse aberto suas portas aos productos de seus visinhos, não teria obtido d'estes a reciprocidade. O extrangeiro era o inimigo

e considerava-se extrangeiro todo o que não vivesse sob as leis da Republica. A cidade da Flor, isto é, do lyrio, que está em suas armas, —porque não se diz mais como nos tempos primitivos, a cidade das flôres—era então uma grande casa de commercio. Nas outras cidades via outras tantas rivaes. Forçada de soffrer-lhes a concorrencia, ella tinha a esta em horror, e para melhor luctar, a perseguia em sua propria casa. E' um motivo de ciume commercial que a faz armar-se para destruir a independencia das Republicas visinhas. Veneza, posto que, protegida por suas lagunas e desde muito tempo senhora do mar, não procedia de outro modo. Milão e Napoles seguiam tambem essa politica de traficantes».

Ao lado das grandes Republicas italianas, cuja vida maritima e commercial acabamos de historiar, outras houve, que ainda que em escala muito menor, faziam o trafico com certa vantagem. A marca de Ancona negociava com o Levante e teve em S. João de Acre um consulado. Sua modesta marinha mercante frequentava não só os portos da Syria como os da Grecia. Os Anconenses exportavam para Chypre: pannos florentinos e francezes, sabão, vinho, etc., e d'ahi traziam, como frete de volta, algodão, especiarias, alumen e assucar. Os marinheiros anconenses deixaram prova de seu saber nautico com os roteiros do mar

organisados e estudados por Benincasa e Freducci. Tivemos a occasião de dizer, narrando as operações mercantes dos Amalfitanos, Pisanos, Genoveses, Venezianos e Florentinos na Italia Meridional, o que era o commercio de Napoles e da Sicilia regiões muito ricas em cereaes, azeites e vinhos. Estes ultimos chamavam-se *vinhos latinos* para differenciarem-se dos de procedencia grega. A Lombardia salientava-se por sua agricultura, por seu commercio, sobre tudo financeiro. Tal era o seu espirito de ganancia, que os Lombardos competiam com os Hebreus na usura e na arte do cambio. E' verdade que esse privilegio não foi exclusivo á seu torrão natal. Outros italianos usavam dos mesmos processos, mas o nome de *lombardo* designava a todos esses especuladores. Foram dois frades naturaes d'essa Communa, Barnabé da Terni e Bernardino da Feltre, que tiveram primeiro a idea de fundar um *Monte da Piedade.* Entretanto esse estabelecimento de beneficencia pouco durou com esse caracter. Os que o dirigiam tomaram-n'o como pretexto para praticar a usura, e mais applicavel lhe era então chamal-o *Monte de Impiedade.* A construcção de canaes de communicação e de irrigação foi uma das glorias economicas da Lombardia. O Ticinello, mais tarde chamado *Naviglio Grande*, foi o canal mais antigo e conduzia as aguas do Ticino á

Milão, atravessando um espaço de trinta milhas. Começada em 1179, essa obra ficou terminada pouco depois de 1257, tendo havido uma interrupção de trabalho durante esse periodo. No seculo XV a rede de canalisação completou-se com os canaes de Bereguardo e de Martesana, mandados construir por Francesco Sforza. A' engenharia hydraulica lombarda deve-se a invenção da comporta (conche ou cateratte), cuja auctoria é attribuida por uns a Napo d'ella Torre e outros a Leonardo da Vinci.

A industria era tambem fonte de riqueza, e desde cêdo, Milão se salienta no fabrico de armas e couraças. Outras Communas, taes como Savona, preparavam sabão; Faenza e Urbino ceramicas; Padua, Vicenza, Brescia e Cremona, instrumentos de musica; Siena e Bolonha dedicavam-se especialmente a assumptos bancarios e Lucca manufacturava sedas. Em todas essas cidades os transportes de mercadorias eram regulados por tarifas alfandegarias. Muratori menciona uma convenção commercial entre Bolonha e Ferrara, assignada em 1193 onde se especificam os direitos que os Bolonhezes devem pagar a Modena pela importação das sedas, do assucar, do incenso, da pimenta e de varias outras especiarias[1]. Em uma tarifa

[1] Todas as cidades da Lombardia fabricavam estôfos de lã. Esses pannos, além do consumo interno, alimentavam uma ex-

de 1306, Modena dá as seguintes mercadorias sujeitas a direitos: pannos de Milão, de Florença, Bolonha, Mantua e Verona, lã de Tunis e de Bugia, marroquins, etc. O commercio foi o inspirador da politica de todas essas Republicas, que souberam prosperar, alcançando mais cedo do que outros povos a sua independencia municipal, prenuncio da sua constituição como Estados. Enriquecendo-se com os thesoiros, que lhes fornecia o intercambio, ellas ao mesmo tempo que enchiam de especiarias e perfumes levantinos seus *stocks*, que trabalhavam os brocados e os chrystaes e passeavam seus navios mercantes pelos mares então navegaveis, preparavam tambem essa vida esplendida, intellectual e artistica, que tanta influencia exercia sobre o mundo occidental. Foi essa burguezia educada nas lojas e na lufa-lufa da vida de bordo, que fez levantar essas cathedraes e palacios de marmore, que são a maravilha da Italia; é nessa sociedade de *parvenus*, que surge toda uma geração de

---

portação muito consideravel, que se fazia por intermedio dos Venezianos. Os *Umiliati* ahi tinham, como em outras partes da Italia, introduzido essa industria. Em Milão, o convento Brera era grande officina do fabrico de pannos. Os monges, que dirigiam alli o estabelecimento comprometteram-se, mediante uma recompensa pecuniaria a enviar á Sicilia, alguns dos seus companheiros á ensinar a sua arte, em quanto os Milanezes aprendiam com os Sicilianos a manufactura da seda. (Sismondi).

poetas, pintores, estatuarios e architectos geniaes, que para sempre encheram os seculos com a fama de suas obras e de seus nomes. O que teria sido essa Italia medieval, se entre seus filhos houvesse um Cavour para planear sua unidade e a espada de um Garibaldi para a executar? Em vez d'isso tiveram luctas civis para a posse do poder e guerras para se aniquilarem mutuamente. Apezar de todos esses defeitos que impediram que a trajectoria d'esses astros fosse maior, o que fizeram foi muito e o seu brilho inegualavel.

A historia do commercio e da navegação de Portugal, Hespanha, Inglaterra, Paizes Baixos, Allemanha e França monarchica durante a idade media formará parte de um terceiro volume.

FIM DO SEGUNDO VOLUME

BIBLIOGRAPHIA

PRINCIPAES OBRAS CONSULTADAS

A. Fabre.—*Histoire de Marseille.*
A. de Champeaux.—*Le Meuble.*
A. Gayet.—*L'Art Arabe.*
Amari.—*Storia dei Musulmani di Sicilia.*
A. Germain.—*Histoire du Commerce de Montpellier.*
» » —*Histoire de la Commune de Montpellier.*
Amirato.—*Storia Fiorentina.*
A. Pinchart.—*Du Commerce des Belges avec les Venetiens du septième au seizième siècle.*
A. Desjardins.—*Droit maritime.*
Adam Wiszniewski.—*Histoire de la Banque de Saint Georges.*
Blanqui.—*Histoire de l'Economie Politique en Europe.*
» —*Résumé de l'Histoire du Commerce et de l'Industrie.*
Baudrillart.—*Histoire du luxe privé et public.*
Bonnafé.—*Le Commerce de la Curiosité.*
Babelon.—*La gravure en pierres fines.*

Boucher. — *Consulat de la Mer.*

Bourdeau. — *Histoire de l'habillement et de la parure.*

» — *Histoire de l'alimentation.*

Belot. — *Révolution économique et monetaire à Rouen au troisième siècle avant l'ère chrétienne.*

Boccardo. — *Historia del comercio, de la industria y de la economia politica* (versão do italiano de LORENZO BENITO).

Borghini. — *Della moneta fiorentina.*

Buchon. — *Recherches historiques sur la principauté française de Morée.*

Blanchard. — *Documents sur le commerce de Marseille.*

Bouchez. — *Les Mérovingiens.*

» — *Les Carlovingiens.*

Bédarride. — *Les Juifs en France, en Italie et en Espagne.*

Belgrano. — *Storia delle colonie.*

Cons. — *Histoire du Commerce.*

Crozals. — *Histoire moderne.*

Capmany. — *Memorias historicas sobre la Marina, Comercio y Artes de la antigua ciudad de Barcelona.*

Ch. Lamprecht. — *Etudes sur l'état économique de la France dans la première partie du moyen âge.*

Ch. Iver. — *Le Commerce et les Marchands dans l'Italie Meridionale au* XIII *et au* XIV *siècles.*

Carli. — *Delle monete e zecche d'Italia.*

Carlo Farga. — *Ponderazione sopra la contrattazione maritima.*

Ch. Bayet. — *L'Art Bysantin.*

Ch. Morisaux. — *La législation du travail.*

Ch. Letourneau. — *L'évolution de la propriété.*

» » — *L'évolution du commerce dans les diverses races humaines.*

Cantu (Cesar). — *Historia Universal.*

» » — *Histoire des Italiens.*

Cibrario. — *Economie politique du moyen âge.*

De Stettin. — *Histoire de la ville de Augsbourg.*

Dareste. — *Histoire des classes agricoles.*
De Guignes. — *Mémoire sur le commerce des Français dans le Levant.*
Delisle. — *Mémoire sur les opérations financières des Templiers.*
Diehl. — *Figures bysantines.*
De Broglie. — *L'Eglise et l'Empire au quatrième siècle.*
D'Avenel. — *La fortune privée à travers septe siècles.*
» — *Paysans et ouvriers depuis sept cents ans.*
» — *Les Riches depuis sept cents ans.*
» — *Les petites découvertes de l'Histoire.*
Daru. — *Histoire de la République de Venise.*
Depping. — *Histoire des Normands.*
» — *Histoire du Commerce entre le Levant et l'Europe au moyen âge.*
» — *Les Juifs au moyen âge.*
Desjardins (A.). — *Droit Maritime.*
» **(E.).** — *Géographie de la Gaule Romaine.*
Dulaure. — *Histoire de Paris.*
E. Campredon. — *Rôle économique et social des voies de communication.*
Espinas. — *Histoire des doctrines économiques.*
E. Lefebure. — *Broderies et dentelles.*
Enrico Benze. — *Il contrato di Assecurazione nel Medievo.*
Frignet. — *Histoire de l'Association commerciale.*
Fustel de Coulanges. — *Institutions politiques.*
Fanucci. — *Storia de tre celebri popoli dell'Italia, Veneziani, Genovesi e Pisani.*
Fagniez. — *Documents sur l'histoire du commerce et de l'industrie en France.*
Freville. — *Histoire du Commerce de Rouen.*
François. — *Le Commercé.*
Freemann. — *L'Histoire de la Géographie.*
Filiasi. — *Ricerche storiche-critiche sull'opportunità della Laguna Veneta pel commercio, sull'arte e sulla marina.*
Geffroy. — *Rome et les Barbares.*

Godefroid Hurth.—*Les origines de la Civilisation moderne.*

Gaetano Sangiorgio.—*Il commercio del mondo.*

Gibbon.—*Décadence et chute de l'Empire Romain.*

Guibert de Nogent.—*Histoire des Croisades.*

Guizot.—*Histoire de la Civilisation en Europe.*

Guezin.—*La Terre Sainte.*

» —*Description historique et archéologique de la Palestine.*

Gerspach.—*L'Art de la Verrerie.*

H. Hausen.—*Les ouvriers du temps passé.*

Hautefeuille.—*Histoire des origines, des progrès et des variations du droit maritime internacional.*

Heyd.—*Le Colonie Commerciali degli Italiani in Oriente nel Medio Evo.*

Hullmann.—*Histoire du Commerce de Bysance jusqu'à la fin des Croisades.*

Henry Houssaye.—*Revue des Deux-Mondes*—Février 1885.

H. Belin.—*Histoire de la Latinité de Constantinople.*

Hoffmann.—*Histoire du Commerce, de la Géographie et de la Navigation* (versão de J. DUESBERG).

Huvelin.—*Essai historique sur le Droit des Marchés et des Foires.*

Hubert Valleroux.—*Les corporations, métiers et syndicats profissionels en France et à l'étranger.*

Ives Guyot.—*Le Commerce et les Commerçants.*

Ingran.—*Historia de la Economia politica* (versão de UNAMANO).

Jurien de la Gravière.—*Marine des Romains et des Ptolomées.*

Jacopo Virgilio.—*Storia del Commercio.*

Juliany.—*Essai sur le Commerce de Marseille.*

Litré.—*Les Barbares.*

Lanzani—*Storia dei Comuni Italiani.*

Langlois.—*Histoire de la Société Française au* XIII *siècle.*

Langlois. — *Lectures historiques.*
Laveley. — *De la Propriété.*
Lentheric. — *Les villes mortes du golfe de Lyon.*
» — *La Provence ancienne et moderne.*
» — *La Grèce et l'Orient en Provence.*
Lenormant. — *Monnaies et Médailles.*
Lerruel. — *Géographie du moyen âge.*
Larice. — *Storia del Commercio.*
Lebon. — *La Civilisation des Arabes.*
Levasseur. — *Histoire des classes ouvrières en France.*
Mari. — *Della navigazione e del commercio della Republica Pisana.*
Marini. — *Storia del commercio dei Veneziani.*
Molmenti. — *La Vie privée à Venise.*
Marrast. — *Bagdad sous les Kalifes.*
Mercante. — *Sguardo historico al commercio.*
Moli. — *Le grandi vie de communicazione.*
Müntz. — *La tapisserie.*
Marius Fontane. — *Les Barbares.*
» » — *Mahomet.*
» » — *Les Croisades.*
» » — *La Papauté.*
Max-Latrie. — *Rélations et commerce de l'Afrique Septentrionale avec les nations chrétiennes au moyen âge.*
» » — *Traités de paix et de commerce concernant les rélations des chrétiens avec les Arabes de l'Afrique Septentrionale.*
» » — *Histoire de Chypre sous les princes de la Maison de Lusignan.*
Morel (François). — *Les jurisdictions commerciales au moyen âge.*
Marco Polo. — *Il libro.*
Morin (R.). — *La France au moyen âge.*
Menorval. — *Paris depuis ses origines jusqu'à nos jours.*

Manert.—*Géographie des Etats barbaresques* (versão de Marcus Duesberg).
Mateo Camera.—*Storia della Città e costiera di Amalfi.*
Noel (Octave).—*Histoire du Commerce du Monde.*
Olivier Merson.—*Les Vitraux.*
Plinio o Antigo.—*Historia Natural.*
Pigeonneau.—*Histoire du Commerce en France.*
Perigot.—*Histoire du Commerce Français.*
Pouqueville.—*Mémoire historique et diplomatique sur le commerce et les établissements français du Levant.*
Perrens.—*Histoire de Florence.*
» —*La Civilisation Florentine.*
Pierre Grenier.—*L'Empire Bysantin.*
Piton.—*Les Lombards à Paris.*
Peruzzi.—*Storia del Commercio i dei Banchieri di Firenza.*
Pauthier.—*Rélations politiques de la Chine avec les puissances occidentales.*
Pardessus.—*Introduction au recueil des lois maritimes.*
P. Bordoir.—*Mœurs et institutions de la France.*
Renan (Ary).—*Le Costume en France.*
Rambaud.—*Histoire de la Civilisation en France.*
» —*Constantin Porphyraginete.*
Renan (E.)—*Histoire du peuple d'Israel.*
Reinach (F.)—*Histoire des Juifs.*
Ruffi.—*Histoire de Marseille.*
Rey.—*Les Colonies franques en Syrie au XII et XIII siècles.*
Roth.—*Histoire du commerce de Nuremberg.*
Risson.—*Histoire du Commerce.*
Stanislas Guayard.—*La Civilisation musulmane.*
Saint Leon (Martin).—*Histoire des corporations et des métiers.*
Schlumberger (G.)—*Expediction des Almugaraves ou Routiers Catalans en l'Orient de l'an 1302 à 1311.*
» » —*Les Principautés Franques du Levant.*

Sandi.—*Storia civile della Republica de Venezia.*

Serre (Dupuy de la).—*Traité de l'art des lettres de change.*

Seignobos.—*Histoire de la Civilisation au moyen âge.*

Schmoller.—*Principes de l'Economie Politique.*

Sayous.—*La France de Saint Louis d'après la Poésie nationale.*

Salles (G).—*L'Institution des Consulats, son origine, son développement au moyen âge chez les differents peuples.*

» » —*Histoire générale des Arabes.*

Sein (Du).—*Histoire de la Marine de tous les peuples.*

Scherer.—*Histoire du Commerce de toutes les nations.*

Sismondi.—*Histoire des Républiques Italiennes.*

Tacito.—*Obras completas* (traducção de Dureau de la Malle).

Viardot.—*Histoire des Arabes.*

Vincens.—*Histoire de la République de Gênes.*

Valroger (Lucien de)—*Etude sur l'Institution des Consuls de la mer au moyen âge.*

Vivien de Saint Martin.—*Histoire de la géographie depuis l'antiquité jusqu'à nos jours.*

Zambler (A. e F. Carabellese).—*Le Relazione commerciale fra la Puglia e la Republica di Venezia dal Secolo X al XV.*

Zeller (Jules).—*Entretiens sur l'Histoire du moyen âge.*

Weber.—*Recherches sur l'origine et la nature du contrat de change.*

Advertencia

Este livro tendo sido impresso longe das vistas do auctor, alguns erros de menor importancia escaparam á revisão das provas. A benevolencia do leitor os desculpará.

INDICE GERAL

Pag.

Capitulo I — **Os Barbaros**: Origem dos povos germanos. — Invasão da Germania pelos romanos. — Os barbaros e a sua influencia na constituição na nova sociedade. — Papel preponderante do Christianismo. — Os francos e a sua acção no resurgimento latino. — Administração de Theodorico; Carlos Magno e o seu seculo; commercio, agricultura e legislação. — Influxo dos judeus na vida financeira e commercial. — Feiras; Systema de pesos e medidas; Impostos, Moedas, etc. . 3

Capitulo II — **Os Byzantinos**: Escorço geographico de Byzancio e fundação de Constantinopla. — Governo de Constantino e descripção da nova cidade. — Constituição social do imperio byzantino. — O reinado de Justiniano: Belisario, Theodora, Triboniano. — Mercados byzantinos, vias commerciaes terrestres e maritimas. — Expansão economica: feiras, entrepostos; a via do Danubio. —

Pag.

Povos que traficavam com Byzancio; Franquias; Artigos de commercio; Tarifas; Impostos 51

Capitulo III — **Os Arabes**: I A Arabia, segundo Ptolomeu e os geographos arabes. — Escorço historico d'este povo. — Influencia religiosa e civil de Mahomet nos destinos da sua raça. — Expansão musulmana para o Occidente. — II Organização do imperio arabe: Bagdad. — Khalifado de Harum-al-Raschid. — Vias commerciaes terrestres e maritimas. — Acção religiosa e civilizadora dos arabes no Oriente. — III O dominio musulmano na Africa. — O seu intercambio no Mediterraneo. — Hespanha, Sicilia, Italia, Corsega, etc. — IV Relações mercantis com o norte da Europa: vias fluviaes e maritimas. — O commercio dos arabes no Oriente. — Organização judiciaria. — Sciencias, lettras e artes 93

Capitulo IV — **A Gallia Feudal e as Cruzadas**: I Situação politica da Gallia. — O Ducado de França. — O Feudalismo e sua distincção. — Leis, usos e costumes. — Commercio terrestre, fluvial e maritimo. — Artigos de permuta. — Impostos e franquias. — As abbadias, suas prerogativas e rendas. — Contractos. — Corpos de Officios. Gildes e Hansas. — II Causas efficientes das Cruzadas. — Papel da Egreja. — Concilio de Clermont. — Creação do reino de Jerusalem. — Consequencias politicas, economicas e sociaes das Cruzadas. — Commercio e navegação. — Instituições maritimas, etc. 185

Capitulo V — **Principados francos no Levante — Instituição dos Consulados**: I

Pag.

Os Estados christãos na Palestina.—Relações commerciaes entre christãos e musulmanos: « Fondachi ».—Entrepostos commerciaes. Artigos de commercio.—Estabelecimentos bancarios.—O reino de Chypre e a conquista de Constantinopla.—Impostos alfandegarios.—Navegação.—Marinha dos principados francos.—Moedas, etc.—II Instituição dos Consulados.—Os antigos consules.—Funccionarios consulares italianos, marselhezes e hespanhoes.—O « Consulado do Mar ».—Attribuições, regalias e proventos dos Consules.—Considerações finaes. . 239

Capitulo VI—**Amalfi—Pisa**: I Fundação e situação de Amalfi; importancia commercial d'essa communa; suas feitorias na Syria, Egypto, Chypre e Constantinopla; os amalfitanos na Sicilia, em Napoles e na Apulia e os negocios a que se dedicavam; moedas.—II Pisa na antiguidade. Sua prosperidade mercantil na edade media.—Os pisanos nas Cruzadas.—As colonias que estabeleceram no Oriente.—Suas relações com os principes africanos.—Taxas aduaneiras que os pisanos pagavam na Africa.—Artigos de importação e exportação.—Os pisanos no reino anjuense.—Decadencia politica e commercial da communa pisana 315

Capitulo VII—**Genova**: I Posição geographica de Genova; sua notoriedade commercial no tempo dos romanos e dos barbaros.—Guerras dos genovezes contra os musulmanos da Sardenha. da Hespanha e da Africa septentrional; seu papel nas Cruzadas e suas feitorias na Syria.—Como se administrava a

Pag.

Communa de Genova.—Os genovezes em Constantinopla e os tratados negociados com diversos imperadores bysantinos.—A colonia genoveza de Caffa e o *Officium Gazariæ*: productos que se exportavam da Criméa.—Os genovezes na Asia Menor, na Bulgaria e no Egypto e suas transacções mercantis nesses paizes.—II Os genovezes no Maghreb e os pactos ahi firmados; suas relações com Chypre, Chio, Rhodes, Catalunha e Provença.—Os estabelecimentos dos genovezes no sul da Italia.—Suas luctas com Veneza.—O Banco de S. Jorge. 361

CAPITULO VIII—**Veneza**: I Estabelecimento de emigrantes de Aquiléa, Padua e Concordia em varias ilhas do golfo de Veneza.—Simplicidade de costumes d'esses colonos e trabalhos a que se dedicavam.—Tendencias dos primeiros venezianos á centralisar seu governo.—Instituição da magistratura dos doges.—Artigos com que os venezianos começaram a commerciar.—Conquista da Istria e da Dalmacia.—A industria do sal.—Origem das relações dos venezianos com os byzantinos e sua importancia mercantil no imperio grego.—Luctas dos venezianos com o imperador Manoel Comnene.—Tratados commerciaes de Veneza com Aleixo, João, Manoel Comnene e Isac Angelo.—II Auxilio prestado por Veneza aos principes francos para a fundação do reino latino do Oriente e vantagens que lhe proporcionou essa campanha.—Difficuldades politicas e commerciaes suscitadas aos venezianos por Miguel Paleologo.—Embaixadas mandadas

Pag.

por Veneza á Constantinopla por occasião da conquista turca.—As diversas feitorias venezianas nos principados francos do Levante.—Relações de commercio com Alepo e Armenia; colonias de Veneza no Mar Negro.—Trafico com o Egypto e a Barbaria.—III A marinha veneziana.—Legislação commercial.—Artigos de importação e exportação.—Os diversos povos que tinham *fondachi* em Veneza.—Os mercantes da Republica do Adriatico no reino anjuense.—Brilhantismo e grandeza de Veneza do seculo XIV ao XV.—As industrias que mais floresceram entre os venezianos.—Corporações de officios.—Associações commerciaes. 435

CAPITULO IX—**Florença**: I A origem de Florença.—Primeiros agrupamentos da sociedade florentina.—Caracter batalhador dos toscanos.—O *Podestà*.—Guelfos e Gibelinos.—O governo do *Primo Popolo*.—Primeiros tratados de Florença com Pisa, Bolonha, Faenza, Siena e Genova.—O governo gibelino.—Os *Buoni uomini*.—A quarta constituição.—II A Calimala.—Os Umiliati—Os Estatutos das Artes.—Os Banqueiros e suas operações financeiras em varios paizes.—Rivalidade entre as *Artes maggiori* e *minori*.—Instituições para emprestimos a particulares e ao Estado.—III Os Florentinos na Italia Meridional.—As *Compagnie*.—Negocios bancarios e commerciaes no reino dos principes de Anjou.—Pactos de Florença com Pisa.—Marinha mercante florentina.—Commercio da Republica toscana com

Pag.

o Egypto e os soberanos da Barbaria. — O florim de oiro. — A *Mercanzia.* — IV Costumes e usos dos Florentinos. — Leis sumptuarias. — Legislação. — Estatistica. — Orçamentos. — O commercio e industria das Communas de Ancona, Milão, Padua, Siena e Bolonha 585

BIBLIOGRAPHIA 725